UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

LEÔNIDAS DE SANTANA MARQUES

Caminhos da recepção intelectual da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil

Versão corrigida

São Paulo
2022

LEÔNIDAS DE SANTANA MARQUES

Caminhos da recepção intelectual da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil

Versão corrigida

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos do título de Doutor em Ciências.

Área de concentração: Geografia Humana

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Sandra Lencioni

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M357c

Marques, Leônidas de Santana
Caminhos da recepção intelectual da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil / Leônidas de Santana Marques; orientadora Sandra Lencioni - São Paulo, 2022.
389 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Geografia Humana. 2. História das Mentalidades. 3. Marxismo. 4. História da Ciência. 5. História da Geografia. I. Lencioni, Sandra, orient. II. Título.

Nome: MARQUES, Leônidas de Santana

Título: Caminhos da recepção intelectual da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos do título de Doutor em Ciências.

Aprovado em: 01/02/2022

Banca Examinadora

Prof.ª Dr.ª Ana Rocha dos Santos
Instituição: Universidade Federal de Sergipe
Julgamento: Aprovado

Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy

Instituição: Universidade Estadual Paulista

Julgamento: Aprovado

Prof.ª Dr.ª Rita de Cássia Ariza da Cruz

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: Aprovado

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Leônidas de Santana Marques

Data da defesa: 01 / 02 / 2022

Nome do Prof. (a) orientador (a): Sandra Lencioni

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 30 _/_03____/_2022_____

Sandra Lencioni

(Assinatura do (a) orientador (a)

A Karla, companheira de todos os momentos

À construção do poder popular, nos campos e nas cidades

AGRADECIMENTOS

Ao escrever estes agradecimentos, nos colocamos em um processo curioso de reflexão sobre o que foi (e tem sido) esta trajetória de pouco mais de quatro anos realizando os estudos doutorais em Geografia Humana na Universidade de São Paulo (USP). Nestes últimos tempos tivemos grandes desafios que influenciaram de modo substancial a nossa investigação, tanto do ponto subjetivo quanto objetivamente. Em 2018 tivemos a eleição de Jair Bolsonaro como presidente do país, e junto com ele todas as práticas negacionistas e de ataque à ciência e à educação, sem falar das contrarreformas contra a classe trabalhadora. A partir de 2020, tivemos o início da pandemia de COVID-19, que neste momento em que estamos finalizando a tese ainda não chegou à sua conclusão. Muitos de nós perdemos amigos, familiares e pessoas que admiramos. E o distanciamento social foi um elemento a mais nesse período tão difícil de atravessar.

Não obstante, é momento de agradecermos àqueles que nos foram tão importantes nesta trajetória de estudos doutorais. Quantas pessoas conhecemos e reconhecemos ao longo desse período. Além disso, quantos momentos singulares que tivemos em nosso percurso foram decisivos para nossa formação, com desdobramentos diretos e indiretos na escrita da tese. Chama-nos a atenção um texto em particular que lemos, na verdade uma entrevista que o grande Francisco de Oliveira deu à revista *Plural*, da Sociologia da USP, no ano de 2002. Refletindo sobre a complexidade da pesquisa acadêmica, relata os meandros tão pouco previsíveis da investigação científica, onde o "acaso é Deus", fazendo menção a um poeta pernambucano. Claro que não se pode absolutizar tudo como obra do acaso, já que existe uma intencionalidade no ato da pesquisa que é, antes de tudo, uma combinação entre determinações concretas e escolhas individuais que atravessam o ser social. Mas também é curioso notar esse "acaso" ocorrendo no percurso, por leituras que tomamos, grupos que participamos e caminhos que acabamos por percorrer. Agradecer neste momento, portanto, não deixa de ser um reconhecimento aos que foram cruciais nesse processo, bem como um salve ao "acaso"!

Partindo de uma dimensão mais pessoal, não há como não agradecer à nossa família, sempre tão presente e compreendendo, em maior ou menor grau, os desafios da pesquisa acadêmica. Agradeço em especial à nossa mãe Lourdes, ao nosso pai José e à nossa irmã Bruna. E saúdo nossa valorosa companheira Karla, quem mais tem lidado com as ausências e silêncios desta reta final, a quem dedico esta tese.

Ao longo de nossa trajetória desde a graduação, tivemos como marca a presença de mulheres fortes e perspicazes que nos orientaram e formaram muito do que somos hoje como pesquisador: Joselisa Chaves, orientadora de Iniciação Científica por mais de três anos; Cleonice Braga, orientadora do trabalho de conclusão e fiel parceira de reflexões tão preciosas; Ana Rocha, orientadora de mestrado, fundamental no nosso percurso como investigador e por chegar onde chegamos nesta tese.

Nos estudos doutorais, temos a grata felicidade de ter a orientação de uma das principais referências que tivemos desde os primeiros anos de graduação, a professora Sandra Lencioni. Nossos agradecimentos vão não só para a excelente pesquisadora, orientadora e professora que é, lado já conhecido por muitos a partir de seus escritos. Agradecemos em igual medida ao seu compromisso com a universidade pública, com a produção de conhecimento crítico e por ser essa pessoa maravilhosa que nos estimula e encoraja todos os dias a sermos ainda mais rigorosos em nosso fazer acadêmico.

Aproveitamos o ensejo para agradecer a todos os que colaboraram com nossa pesquisa no âmbito dos colóquios do Laboratório de Estudos Regionais em Geografia (LERGEO) da USP: Alexandre, Daniel, Eudes, Gleice, Janaína, Jorge, Juliana, Lílian, Marli, Matheus, Michelle (grande parceira!), Rafael, Regina, Simone. Vocês são o maior exemplo de como a produção do conhecimento acadêmico apenas avança com cooperação e coletividade.

Agradecemos a todos os professores com quem tivemos aula nestes anos, dentro e fora do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH) da USP, em especial Alexandre Barbosa, Antonio Carlos Mazzeo, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Marta Arretche, Manoel Fernandes, Regina Tunes e Sandra Lencioni. Aprendemos muito com todas as disciplinas, cursos, bancas de defesas e demais atividades acadêmicas deste percurso. Também agradecemos a todos os que compõem o PPGH, saudando em especial a servidora Rosângela Fidalgo.

Apresentamos nossos calorosos agradecimentos aos professores Manoel Fernandes e Rita Cruz pelas considerações apresentadas no exame de qualificação em 2019. Muitas foram cruciais no caminhar de nossa investigação. Reiteramos nossos especiais agradecimentos à professora Rita Cruz, que tem nos acompanhado em nossa trajetória sob diferentes ângulos além da qualificação, tais como compondo a banca de avaliação para ingresso no PPGH, coordenando o LERGEO e supervisionando nossa experiência no PAE/USP.

Ainda no contexto da USP, vale agradecer a todo o aprendizado que tivemos no contexto do Grupo de Estudos Neil Smith (GENS), desejando que este tenha vida longa! Saudamos os valorosos integrantes do grupo, atuais e anteriores: Alice, Danilo, Eduardo, Erica, Fernando, João, Kauê e Sandra.

Como parte da pesquisa, tivemos o enorme prazer de entrevistar importantes nomes da Geografia no Brasil, a quem gostaríamos também de agradecer: Alexandrina Luz Conceição, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Armen Mamigonian, Carlos Walter Porto-Gonçalves, José Borzacchiello da Silva, Ruy Moreira e Wanderley Messias da Costa. Saudamos em especial a professora Alexandrina, que acima de tudo tem sido uma intelectual fundamental na formação de gerações de geógrafos críticos em várias partes do Brasil, sendo crucial em nossa trajetória acadêmica.

Ainda como parte medular da nossa investigação, gostaríamos de ser extremamente gratos aos professores Benjamin Selwyn e Justin Rosenberg da School of Global Studies da University of Sussex, no Reino Unido. No primeiro semestre de 2020, ainda que atravessado pelo início da pandemia de COVID-19, tivemos uma experiência acadêmica que foi definidora para os rumos que a tese viria a ter, e a supervisão desses dois docentes foi fundamental.

Sob diferentes prismas, a universidade pública é algo que marca a nossa trajetória, inclusive nestes últimos anos. Tanto em se tratando da USP, quanto da University of Sussex, bem como da instituição onde trabalho desde 2013, o Campus Sertão da Universidade Federal de Alagoas. Também somos muito gratos por todo o apoio que nos foi dado desde 2018, com o afastamento para cursar o doutorado e bolsa de estudos no ano seguinte. É fundamental que possamos frisar a importância das universidades públicas, ainda mais em um país que vive sob ataque diário do negacionismo e dos cortes nos orçamentos voltados para a educação, ciência e tecnologia. Não obstante, gostaríamos de saudar alguns nomes em específico, que foram grandes parceiros de conversa, reflexão e até mesmo nos substituindo em sala de aula quando na reta final do afastamento: Ana Cristina, Carla Taciane, Lucas Gama, Lúcia de Fátima, Suzana Libardi. Tendo em conta que os tenho como grandes amigos e amigas, também aproveito para agradecer a outros tantos que foram tão preciosos neste período, como Antonio e Camila. Em nome deles, saudamos a todos os amigos e amigas.

Por fim, saudamos a banca de avaliadores que examinou o texto da tese. Somos gratos à rigorosa análise da Prof.ª Ana Rocha, do Prof. Paulo Godoy e da Prof.ª Rita Cruz. Agradecemos por terem aceitado o convite para analisar esta pesquisa doutoral, bem como somos gratos pelas indicações e sugestões. Também agradecemos ao Prof. Lucas Gama que, na condição de suplência da banca, apresentou importantes contirbuições ao texto através de parecer enviado.

Concluindo esses agradecimentos, na certeza que muitos outros nomes deveriam estar aqui, gostaríamos de relembrar que este trabalho de pesquisa é principalmente uma apologia à educação pública, à universidade pública, que é uma construção diuturna que todos nós elaboramos e reelaboramos em nosso cotidiano. Ainda mais nos tempos de distanciamento social que a pandemia nos trouxe, ficou clara a necessidade de entender a formação universitária como espaço de encontros, de relações sociais que nos formam em coletividade. Coletividade essa que está no âmago da própria instituição, que é construída e desenvolvida como parte do trabalho social. Ao final da supracitada entrevista de Francisco de Oliveira, o mesmo faz novamente uma reflexão sobre o acaso, atravessado pelas concreticidades próprias do real. Ele afirma que “a universidade é uma potência e ela não deve ser anulada nessa sua potência. Tem de perseguir a utopia e lutar por ela, tal como vocês estão fazendo com a greve. É muito difícil transformar isso em algo concreto, mas concreto é o acaso e o acaso é Deus.” Sigamos firmes e de mãos dadas na construção da universidade pública e popular!

Depois da saída do guarda, o assessor de colegiado permaneceu alguns minutos num estado indefinido e só depois de alguns minutos conseguiu perceber e atinar algumas coisas: a inesperada alegria o fez cair nessa ausência. Tomou o nariz encontrado cuidadosamente nas duas mãos fechadas em concha e tornou a examiná-lo com atenção.

"Então é ele, ele mesmo! - dizia o major Kovaliov. - Aqui está a espinha que ontem apareceu no lado esquerdo." O major quase riu de alegria.

Mas no mundo não há nada duradouro, e por isso a alegria no minuto seguinte já não é tão viva como no primeiro; no terceiro minuto ela se torna ainda mais fraca, e por fim se funde imperceptivelmente com o estado habitual da alma, como o círculo formado na água pela queda de uma pedra acaba se fundindo com a superfície plana. Kovaliov começou a refletir e percebeu que a coisa ainda não chegara ao fim; o nariz fora encontrado, mas ainda era necessário grudá-lo, colocá-lo no seu lugar.

"E se ele não aderir?"

Diante dessa pergunta feita a si mesmo, o major empalideceu.

Trecho de O nariz, de Nikolai Gógol
(GÓGOL, 2015 [1836], p. 94)

RESUMO

MARQUES, Leônidas de Santana. **Caminhos da recepção intelectual da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil**. 2022. 389f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 2022.

A teoria do desenvolvimento desigual e combinado tem sido objeto de frequentes menções nas Ciências Humanas e Sociais a partir dos anos 1970, resultado tanto do acirramento das desigualdades em diferentes dimensões quanto da impossibilidade cada vez maior de escamotear as contradições do capitalismo. Embora esse constructo teórico não seja algo que possa ser confinado a nenhum campo científico disciplinar, nesta pesquisa analisamos detidamente o processo de recepção intelectual dessa teoria na Geografia no Brasil, debatendo sobre os caminhos desse movimento dada a sua importância nos escritos dessa ciência. O problema de pesquisa que moveu nossa pesquisa e que, com essa tese, nos propomos responder é: quais os caminhos de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil? Neste sentido, nosso objetivo geral foi analisar os caminhos de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil, considerando a produção acadêmica dessa ciência frente aos meandros do movimento intelectual da teoria. Em diálogo com nossa problemática de pesquisa e com o objetivo delimitado, acreditamos que a recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil se deu a partir de três caminhos, que se entrecruzam em diferentes momentos e contextos: a) o acesso direto aos escritos de Lenin, Trotsky, Mandel e outros autores basilares do marxismo que trataram da questão; b) a apropriação do debate já presente em outros intelectuais brasileiros sobre a questão das particularidades do desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil; c) a incorporação de teorias e conceitos desenvolvidos principalmente pela geração de geógrafos marxistas que debateu a questão do desenvolvimento na segunda metade do século XX. Em linhas gerais, esses três caminhos de recepção levaram a uma apropriação com maior predominância da perspectiva leninista da teoria do desenvolvimento desigual na produção intelectual da Geografia no Brasil, em detrimento do debate relativo à teoria trotskista de desenvolvimento desigual e combinado. Não obstante, compreendemos que a teoria do desenvolvimento desigual e combinado apresenta uma potência *sui generis*, dado o olhar crítico que ela proporciona aos intelectuais que tentam compreender as contradições do desenvolvimento capitalista, ontem e hoje.

Palavras-chave: teoria do desenvolvimento desigual e combinado; história intelectual; Geografia no Brasil; História da Geografia.

ABSTRACT

MARQUES, Leônidas de Santana. **Intellectual reception ways of the theory of uneven and combined development by Geography in Brazil**. 2022. 389f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 2022.

Since the 1970s, the theory of uneven and combined development has been frequently mentioned in academic texts, as a result of the intensification of unevenness in different dimensions. Although this theoretical construct is not something that can be narrowed down to any disciplinary scientific field, in this Ph.D. thesis we only analyzed the intellectual reception of the theory in Geography in Brazil, debating the ways of this process given its importance in the writings of this science. The main question which we propose to answer is: what are the reception ways of the theory of uneven and combined development by Geography in Brazil? In this regard, the main research aim was to analyze the reception ways of the theory of uneven and combined development by Geography in Brazil, considering the academic production of this science in the context of the theory's intellectual movement. From the results of the research, we believe that the reception of the theory of uneven and combined development by Geography in Brazil have happened through three ways, which intersect in different moments and contexts: a) direct contact with the writings of Lenin, Trotsky, Mandel and other Marxist authors who dealt with the issue; b) the appropriation of the debate already present in other Brazilian intellectuals on the issue of the particularities of the capitalist development in Brazil; c) the incorporation of theories and concepts developed mainly by the generation of Marxist geographers who debated the issue of development in the second half of the 20th century. In general terms, these three reception ways led to a more predominant appropriation of the Leninist theory of uneven development in the intellectual production of Geography in Brazil, at the expense of the Trotskyist theory of uneven and combined development. Notwithstanding, we believe that the theory of uneven and combined development has a *sui generis* power because of the critical approach that provides to intellectuals who try to understand the contradictions of capitalist development, in the past and now.

Keywords: theory of uneven and combined development; intellectual history; Geography in Brazil; History of Geography.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Número de escritos levantados da Geografia no Brasil que mencionam a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, entre 1980 e 2021, por tipo de publicação. 28

Figura 2 - Número de publicações da Geografia no Brasil que mencionam "desenvolvimento desigual e combinado" por ano, entre 1997 e 2020. 261

Figura 3 - Publicações da Geografia no Brasil que mencionam "desenvolvimento desigual e combinado" com ou sem indicação de referências para a teoria, entre 1997 e 2020. 270

Figura 4 - Menções a Trotsky nas publicações da Geografia no Brasil que abordam a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, entre 1997 e 2020, dentre aquelas que mencionam algum autor. 272

Figura 5 - Menções a autores trotskistas nas publicações da Geografia no Brasil que abordam a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, entre 1997 e 2020, dentre aquelas que mencionam algum autor. 274

Figura 6 - Menções aos intelectuais críticos do pensamento social brasileiro nas publicações da Geografia no Brasil que abordam a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, entre 1997 e 2020, dentre aquelas que mencionam algum autor. 275

Figura 7 - Menções a David Harvey, Doreen Massey e/ou Neil Smith nas publicações da Geografia no Brasil que abordam a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, entre 1997 e 2020, dentre aquelas que mencionam algum autor. 279

Figura 8 - Menções a Ariovaldo Umbelino de Oliveira nas publicações da Geografia no Brasil que abordam a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, entre 1997 e 2020, dentre aquelas que mencionam algum autor. 282

Figura 9 - Menções a Roberto Lobato Corrêa nas publicações da Geografia no Brasil que abordam a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, entre 1997 e 2020, dentre aquelas que mencionam algum autor. 284

Figura 10 - Menções a Milton Santos nas publicações da Geografia no Brasil que abordam a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, entre 1997 e 2020, dentre aquelas que mencionam algum autor. 287

Figura 11 - Número de publicações da Geografia no Brasil que abordam a teoria do desenvolvimento desigual e combinado por instituição de origem do primeiro autor, entre 1980 e 2021. 290

Figura 12 - Síntese dos referenciais para a teoria do desenvolvimento desigual e combinado nas publicações da Geografia no Brasil, entre 1980 e 2021. 298

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGB: Associação dos Geógrafos Brasileiros

AP: Ação Popular

BPG: Boletim Paulista de Geografia

CBG: Congresso Brasileiro de Geógrafos

CEBRAP: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina

CESIT: Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho

CRUSP: Conjunto Residencial da USP

DD: Desenvolvimento Desigual

DDC: Desenvolvimento Desigual e Combinado

ENG: Encontro Nacional de Geógrafos

FMI: Fundo Monetário Internacional

GBM: Grupo Banco Mundial

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OMC: Organização Mundial do Comércio

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PCUS: Partido Comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

PIB: Produto Interno Bruto

POLOP: Política Operária

PSR: Partido Socialista Revolucionário

SUDENE: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TMD: Teoria Marxista da Dependência

UCD: Uneven and Combined Development

UCSAL: Universidade Católica do Salvador

UD: Uneven Development

UECE: Universidade Estadual do Ceará

UFBA: Universidade Federal da Bahia

UFF: Universidade Federal Fluminense

UFG: Universidade Federal de Goiás

UFPA: Universidade Federal do Pará

UFPE: Universidade Federal de Pernambuco

UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFS: Universidade Federal de Sergipe

UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina

UNESP-PP: Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USP: Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 17

PARTE I

HISTÓRIA INTELECTUAL DA GEOGRAFIA: ALGUNS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS 32

CAPÍTULO 1: HISTÓRIA DA GEOGRAFIA: SOBRE ESPAÇO, HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA 34

1.1 Teria a Geografia contado sua própria história?. 35

1.2 História da Geografia: uma outra perspectiva de Geografia e de História 42

CAPÍTULO 2: HISTÓRIA INTELECTUAL: SOBRE PRODUÇÃO, DIFUSÃO, RECEPÇÃO E APROPRIAÇÃO 60

PARTE II

A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO NA GEOGRAFIA NO BRASIL 79

CAPÍTULO 3: O MOVIMENTO INTELECTUAL DA TEORIA 83

3.1 O debate sobre o desenvolvimento desigual das relações capitalistas em Marx, Engels e Lenin 84

3.2 Desenvolvimento combinado: a contribuição de Trotsky à teoria do desenvolvimento desigual 98

3.3 Teoria do desenvolvimento desigual e teoria do desenvolvimento desigual e combinado: origem comum, trajetórias distintas 129

CAPÍTULO 4: CONDIÇÕES GERAIS DE RECEPÇÃO DA(S) TEORIA(S) PELA GEOGRAFIA NO BRASIL 149

4.1 O debate sobre o desenvolvimento contraditório das relações capitalistas no Brasil 151

4.2 A apropriação das teorias marxistas do desenvolvimento desigual pela Geografia ocidental 192

CAPÍTULO 5: MOMENTOS DE RECEPÇÃO DA TEORIA PELA GEOGRAFIA NO BRASIL 229

5.1 A teoria no movimento de renovação crítica da Geografia no Brasil na segunda metade do século XX: desenvolvimento capitalista tardio e crise estrutural 232

5.2 Caminhos de recepção da teoria pela Geografia no Brasil 259

5.3 Teoria do desenvolvimento desigual e combinado na Geografia no Brasil: signo e poder explicativo… 296

CONSIDERAÇÕES FINAIS 303

REFERÊNCIAS 312

APÊNDICE A 330

INTRODUÇÃO

A teoria do desenvolvimento desigual e combinado tem sido objeto de frequentes menções nos últimos anos, resultado do acirramento das desigualdades em diferentes dimensões. Embora esse constructo teórico não seja algo que possa ser confinado a nenhum campo científico disciplinar, nesta pesquisa analisamos detidamente a recepção intelectual desta teoria na Geografia no Brasil, debatendo sobre os caminhos deste processo dada a sua importância nos escritos desta ciência.

O surgimento da teoria do desenvolvimento desigual e combinado está associado às teorizações de intelectuais como Leon Trotsky, George Novack e Ernest Mandel quando estes se debruçaram sobre a questão do desenvolvimento das relações capitalistas nos países (assim chamados de) atrasados, tributários de debates já iniciados no seio do marxismo a partir das reflexões de Vladimir Lenin. O contexto germinal deste constructo teórico foi a Rússia no início do século XX, embora sua potência analítica esteja longe de se limitar a estas condições espaço-temporais.

No sentido de traçar um pouco sobre como essa teoria aparece em nosso percurso formativo, destacamos que, assim como ocorreu com muitos, a expressão "desenvolvimento desigual e combinado" foi algo recorrentemente mencionado nos textos lidos desde a graduação em Geografia, ainda que sem a devida precisão teórica. Isso somente ocorreria no nosso período de estudos de mestrado na Universidade Federal de Sergipe, mesmo que de modo ainda inicial, sob a rigorosa e atenta orientação da professora Ana Rocha dos Santos. Discutindo sobre as relações entre a política de desenvolvimento territorial e as comunidades de Fundo de Pasto do município de Monte Santo, semiárido baiano, não chegamos à conclusão de que a teoria do desenvolvimento desigual e combinado deveria aparecer no corpo da dissertação (MARQUES, 2013). Ainda assim, a teoria e todas as suas implicações teórico-metodológicas permaneceram vivas em nossa memória. A partir de 2015, já como docente no Campus Sertão da Universidade Federal de Alagoas, em Delmiro Gouveia, a teoria novamente se fez presente. Dessa vez no contexto das aulas da disciplina Saberes e Metodologias do Ensino de Geografia 1 do curso de Licenciatura em Pedagogia, nos momentos em que debatemos com as futuras professoras dos anos iniciais o conceito de região para a educação básica. Duas das referências que utilizamos em sala de aula, Lencioni

(1999a) e Corrêa (2003 [1986]), trazem a questão da teoria do desenvolvimento desigual e combinado como algo central para os estudos regionais no movimento de renovação crítica da Geografia no Brasil. Não demoraria muito para que pensássemos na possibilidade de um projeto de doutorado que contemplasse esse constructo teórico como foco principal, embora algumas delimitações sobre o que exatamente estudar ainda precisavam ser constituídas.

Em 2017, por fim, resolvemos pela elaboração de um projeto de pesquisa de doutorado voltado para a teoria do desenvolvimento desigual e combinado. À época, traçamos uma proposta um tanto audaciosa, como bem pontuado pela própria banca da seleção. Pensávamos em uma reflexão de cunho eminentemente epistemológico no sentido de atualizar o debate original da teoria para o contexto da análise regional no século XXI. Ainda que com ponderações, nos primeiros meses de doutorado logo fomos percebendo que os quatro anos de pós-graduação cabem muito, mas não cabem tudo. A partir dos frutíferos diálogos com a professora Sandra Lencioni (que de referência primordial das nossas aulas se tornou nossa orientadora de doutorado) e com todos os que passaram pelos colóquios do Laboratório de Estudos Regionais em Geografia (LERGEO) da Universidade de São Paulo, fomos delimitando melhor nosso objeto. É vívido em nossa memória o momento da banca de seleção de doutorado no qual a professora Rita Cruz nos alertou: cada um desses objetivos específicos é uma tese à parte. Nada mais certo! Decidimos por focalizar em algo mais voltado para a História da teoria na Geografia no Brasil, perspectiva pouco usual entre aqueles que em algum momento se debruçaram sobre o desenvolvimento desigual e combinado.

A partir de 2018 canalizamos uma parte importante de nossos estudos para os referenciais da área de História das Ciências, em particular da Geografia. Embora já tivéssemos alguma familiaridade com a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, uma tese sobre sua história seria algo realmente desafiador. Em meio a vários textos, seminários e eventos que acompanhamos, faz-se necessário destacar que em fevereiro desse ano assistimos a defesa de tese de Deni Rubbo sobre a obra de José Carlos Mariátegui, momento no qual tivemos nosso primeiro contato com a abordagem metodológica da História Intelectual de inspiração do argentino Horacio Tarcus, perspectiva que é um dos pilares de nossa tese. Diante do exame de qualificação, já em 2019, tivemos a arguta e fundamental avaliação dos rumos da pesquisa por parte dos professores Rita Cruz e Manoel Fernandes, que foram cruciais para ajustes em nossa trajetória de investigação que levaram ao refinamento teórico-metodológico da pesquisa e a devida combinação entre fontes primárias e secundárias.

Por fim, não é possível introduzir essa tese sem mencionar o período que estivemos em estágio *sandwich* na *University of Sussex*, no Reino Unido. Muitas das reflexões que trazemos nos capítulos 3 e 4 desta tese são resultado direto dos diálogos que tivemos com nossos dois supervisores: Justin Rosenberg e Benjamin Selwyn. Ainda que atravessado pelo começo da pandemia de COVID-19, nosso primeiro semestre de 2020 foi um momento de intensa lapidação conceitual em torno da teoria do desenvolvimento desigual e combinado.

Feitas essas contextualizações, podemos então avançar no sentido de entender os elementos formais da investigação, a começar pelo problema geral que moveu nossa pesquisa e que, com esta tese, nos propomos responder: quais os caminhos de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil? O debate em torno deste problema vai no sentido de apreender suas diferentes nuances, tais como o movimento intelectual da teoria no contexto da história do marxismo, e o próprio debate sobre a noção de desenvolvimento desigual na Geografia e nos intelectuais críticos que pensaram sobre a particularidade brasileira. Optamos por uma abordagem historiográfica que nos ajudou a interpretar, principalmente, como se dá hoje a relação entre a Geografia e a teoria do desenvolvimento desigual e combinado enquanto concreto pensado. Assim, a lapidação que o projeto foi sofrendo desde 2017 evidenciou que o âmago da nossa investigação está numa reflexão sobre as relações entre intelectuais que se estabelecem a partir da segunda metade do século XX. Com esta base analítica, temos uma compreensão do objeto de pesquisa como algo que é determinado historicamente pelas condições materiais de produção, difusão, recepção e apropriação de uma teoria por um particular campo acadêmico, no caso a Geografia no Brasil.

Nosso objeto de pesquisa diz respeito ao movimento intelectual de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil. Embora consideremos que a recepção de uma teoria se dá em diferentes momentos do movimento histórico de uma ciência, estabelecemos como foco de interesse dois recortes espaço-temporais: o Brasil no final dos anos 1970 e anos 1980 e a recepção da teoria no século XXI pela Geografia neste país. Neste sentido, nosso objetivo geral foi analisar os caminhos de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil, considerando a produção acadêmica desta ciência frente aos meandros do movimento intelectual da teoria. Nossos objetivos específicos foram: a) compreender a História da Geografia através do campo da história intelectual, desvelando processos e evidenciando sujeitos da recepção da teoria; b)

analisar a elaboração da noção de desenvolvimento desigual e combinado ao longo dos diferentes autores que versaram sobre esta lei/teoria dentro da tradição marxista; c) compreender o contexto acadêmico brasileiro na segunda metade do século XX, identificado a intelectualidade crítica que refletia sobre as particularidades de nosso desenvolvimento; d) discutir sobre como o debate marxista do desenvolvimento desigual (e combinado) é apropriado pela ciência geográfica nas obras de autores como Neil Smith; David Harvey e Doreen Massey; e) analisar os escritos da Geografia no Brasil que mencionam a teoria segundo seus referenciais e contexto de produção.

No sentido de dialogar com nossa problemática de pesquisa e com os objetivos delimitados, acreditamos que a recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil se deu a partir de três caminhos, que se entrecruzam em diferentes momentos e contextos: a) o acesso direto aos escritos de Lenin, Trotsky, Mandel e dos vários autores do marxismo que trataram da questão; b) a apropriação do debate já presente em outros intelectuais brasileiros sobre a questão das particularidades do desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil; c) a incorporação de teorias e conceitos desenvolvidos principalmente pela geração de geógrafos marxistas que debateu a questão do desenvolvimento na segunda metade do século XX. Em linhas gerais, esses três caminhos de recepção levaram a uma apropriação com maior predominância da teoria leninista do desenvolvimento desigual na produção intelectual da Geografia no Brasil, em detrimento do debate relativo à teoria trotskista de desenvolvimento desigual e combinado.

Compreendemos que a teoria do desenvolvimento desigual e combinado apresenta uma potência *sui generis*, seja pela forma como foi recepcionada e apropriada por diferentes Ciências Humanas e Sociais, seja pelo olhar crítico que ela proporciona aos intelectuais que tentam compreender as contradições do desenvolvimento capitalista, ontem e hoje. Além disso, nossa proposta de pesquisa também discute a premente necessidade de refletirmos sobre como temos construído os escritos acerca da apropriação de diferentes teorias ao longo da História da Geografia no Brasil; num primeiro plano, acreditamos ser importante desfazer a noção de uma história do pensamento geográfico como uma história das ideias que desconsidera pessoais reais em suas trajetórias acadêmicas, permeadas por tensões, aproximações, distanciamentos e afinidades intelectuais seletivas. Ademais, o exercício

historiográfico deve demandar uma busca por conexões entre textos e contextos, haja vista que toda produção acadêmica é uma produção social e historicamente determinada. Neste sentido, o período da segunda metade do século XX é central para compreendermos o que tem sido a Geografia no Brasil hoje, bem como iluminarmos alguns desdobramentos contemporâneos possíveis. Para tanto, indicamos o campo da História Intelectual como abordagem investigativa.

No contexto atual, a teoria do desenvolvimento desigual e combinado apresenta um caráter importante para compreendermos a nossa sociedade. O acirramento das desigualdades em suas diferentes dimensões (regional, econômica, social etc.) revela a necessidade de aprofundarmos o debate sobre teorias como esta, que se mostra ainda mais atual no capitalismo do século XXI. Várias são as Ciências Humanas e Sociais que têm no desenvolvimento desigual e combinado um aporte fundamental para a compreensão da realidade, em especial nos países de capitalismo tardio. Na Geografia acadêmica no Brasil, reconhecemos a incorporação gradual deste debate, mas ainda de modo muito tímido se considerarmos a gama de possibilidades investigativas que esta teoria oferece. Assim, justificamos essa investigação em duas linhas básicas: por um lado, ressaltamos o quão é importante esta teoria na contemporaneidade; por outro, consideramos esta na sua relação com a Geografia no Brasil, argumentando em favor de uma História Intelectual desta ciência.

A partir do final do século XX e início do século XXI, presenciamos o processo de financeirização da economia global. Mesmo com o agudo processo de desvalorização de capitais presenciado na primeira década deste século (intitulada de Crise imobiliária dos EUA, mas com reflexos em todo o planeta), a estrutura mundializada do capital sofreu ajustes econômicos e espaciais para reiniciar mais um profundo ciclo de acumulação. Este processo, que tem comportamento helicoidal, apresenta momentos de tensionamento como os vivenciados nos anos 2008/2009 nos Estados Unidos, caminhando em uma direção que preocupa até alguns dos principais órgãos de inteligência dos países centrais.

Indo novamente ao momento no qual trilhamos os primeiros passos de nossa investigação através do projeto de pesquisa de doutorado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da USP, nos recordamos que um dos pontos que também nos chamou atenção em 2017 e serviu de justificativa para o projeto foi o, a época, recém-

lançado relatório do *National Intelligence Council*, que apontava a agudização das desigualdades em todo o mundo. Colocamos abaixo um trecho desse documento.

> Em 2035 a população mundial será maior, mais velha e mais urbana do que hoje, mas a mudança progredirá de maneira desigual nas regiões, com um rápido crescimento em muitas economias promissoras, mas ainda em desenvolvimento, compensadas pelo crescimento estagnado – ou mesmo pela redução populacional – em muitos países desenvolvidos. Essas tendências desafiarão as primeiras a fornecer infraestrutura e oportunidades para suas populações em crescimento e as segundas a usar a tecnologia para minimizar sua necessidade de novos trabalhadores e a integrar suavemente migrantes de países em desenvolvimento que buscam melhores perspectivas. (USA, 2017, p. 161)[1]

Diante desta reflexão do *National Intelligence Council*[2] do governo federal dos Estados Unidos, ponderamos, em 2017, como a desigualdade tinha sido e continuaria sendo a marca do processo de produção capitalista do espaço geográfico. Nossa compreensão então era que a questão da desigualdade no capitalismo estava longe de ser superada, e os estudos geográficos não podiam ficar alheios a isso, destacando para tanto teorias críticas que tentam dar conta desses processos, a exemplo da do desenvolvimento desigual e combinado. Com o avanço da pandemia de COVID-19 e o acirramento ainda mais evidente das desigualdades no desenvolvimento das relações capitalistas desde então, a compreensão que temos é que cada vez mais é importante nos debruçarmos sobre a teoria do desenvolvimento desigual e combinado em sua relação com a Geografia no Brasil, principalmente no sentido de aprofundar a apropriação desse constructo teórico na análise crítica da produção capitalista do espaço.

E o que propriamente entendemos por teoria do desenvolvimento desigual e combinado? Ainda que tenhamos um capítulo específico da tese para tratarmos da nossa compreensão sobre esse constructo teórico à luz do seu desenvolvimento no século XX, avaliamos como pertinente trazer alguns argumentos introdutórios sobre essa neste início da

1 "In 2035 the world's population will be larger, older and more urban than today, but change will progress unevenly across regions, with rapid growth in many promising but still-developing economies offset by stalled growth—or even shrinking populations—in many developed countries. These trends will challenge the former to provide infrastructure and opportunities for their growing populations and the latter to use technology to minimize their need for new workers and to smoothly integrate migrants from developing countries who seek improved prospects".

2 No sentido de evitar repetições, informamos que todas as traduções com indicação do original em notas de rodapé foram feitas por nós.

nossa reflexão. Vários intelectuais têm abordado as raízes da teoria do desenvolvimento desigual ecombinado ainda nas análises de autores da Grécia Antiga sobre as diferenças entre os povos tidos como civilizados e os outros, geralmente chamados de povos bárbaros. A própria interação social entre diferentes agrupamentos humanos seria uma base para as primeiras teorizações da desigualdade do desenvolvimento social. Não obstante, sem querer, por agora, entrar nessa querela, vamos partir da reflexão própria do caráter desigual do desenvolvimento das relações capitalistas. Partindo disso, não há dúvidas que os primeiros escritos que lidaram com essa questão de modo substancial estão nas obras de Karl Marx e Friedrich Engels, tais como *A ideologia alemã*, *Crítica ao Programa de Gotha*, *O capital*, *Grundrisse*. Partindo da compreensão hegeliana de dialética, esses autores analisaram o desenvolvimento histórico pelo prisma da interpenetração dos contrários e da relação entre universalidade, particularidade e singularidade, compreendendo as profundas transformações que a história social passava no século XIX.

Em que pese todo esse ponto de partida de Marx e Engels, é inegável que seria com Lenin, principalmente em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* e *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, que a noção de desenvolvimento desigual se consolidaria na tradição marxista como uma lei fundante da análise social. Vendo os desdobramentos do processo de constituição do capitalismo monopolista tendo como realidade imediata o império russo, esse autor desenvolveu uma profícua reflexão sobre a desigualdade como algo estrutural do desenvolvimento das relações capitalistas em diferentes níveis e escalas. Os escritos de Lenin sobre o desenvolvimento desigual serviram de base para um conjunto amplo de teorizações críticas sobre o capitalismo em escala mundial, com maior ou menor heterodoxia frente à tradição marxista. A título de exemplo, podemos mencionar a teoria das trocas desiguais, de Arghiri Emmanuel, a teoria marxista da dependência de Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, e a teoria do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein. Lenin foi base para todos esses, assim como também foi para a teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky.

Desta forma, deixamos claro um importante ponto de nossa tese: defendemos que a elaboração teórica de Trotsky é tributária da teoria leninista de desenvolvimento desigual, mas não é a única. Ou seja, é um equívoco achar que todo o legado de Lenin confluiu para a teoria trotskista de desenvolvimento. Essa compreensão será fundamental em toda a tese, e nos ajudará principalmente no momento de analisar o complexo cenário de recepção da teoria do

desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil, a partir das tramas de referências que são mencionadas pela comunidade geográfica ao abordar essa teoria. De todo modo, por enquanto, vale ainda trazer mais alguns pontos que delimitam a contribuição original de Trotsky.

Sem sombra de dúvidas, a grande contribuição desse autor à teorização marxista sobre o desenvolvimento desigual das relações capitalistas se dá com a noção de desenvolvimento combinado, presente direta ou indiretamente em diferentes obras do autor, mas que tem ponto máximo em seu livro intitulado *A história da Revolução Russa*. A partir da reflexão de que o desenvolvimento do capitalismo ao redor do mundo não se dá de modo linear, mas a partir de complexas tramas de amalgamento entre o arcaico e o novo, Trotsky vai elaborando a teorização do desenvolvimento desigual e combinado tendo como lócus primeiro a Rússia, embora outras partes do mundo também seriam objeto de sua análise, como veremos no terceiro capítulo. A citação que comumente é lembrada como o principal momento no qual Trotsky apresenta a síntese da teoria é a que segue.

> O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do *processus* histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado [...] A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha (TROTSKY, 2017 [1930-1932], p. 33-34, itálico no original).

Esse fragmento do autor dá uma boa ideia de alguns dos vários aspectos da teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Em um primeiro momento, vale salientar que Trotsky parte claramente da teoria do desenvolvimento desigual, para então indicar aquilo que poderíamos compreender como uma lei derivada dessa, qual seja, a do desenvolvimento combinado. Um aspecto que também é claro nessa citação é a dimensão espacial. Embora ao longo do século XX e mais recentemente, no século XXI, tenha se constituído a leitura de que

a teoria do desenvolvimento desigual e combinado é uma chave interpretativa para diferentes realidades do capitalismo, Trotsky está se referindo propriamente ao que ele chama de “países atrasados”. Dito de outro modo, a compreensão do autor é de que a dimensão combinada do desenvolvimento salta aos olhos em contextos “atrasados”, em países que presenciam processos tardios de desenvolvimento das relações capitalistas. Essa “combinação original” resultante desse processo é, em nossa compreensão, expressão máxima da particularidade, que só tem sentido quando consideramos a universalização do modo de produção capitalista ao redor do mundo.

Na Geografia no Brasil, a teoria do desenvolvimento desigual e combinado tem sido utilizada de modo frequente em diferentes análises que envolvem subáreas como as de Agrária, Regional, Urbana e Econômica. Em nossa tese, não focaremos propriamente nos processos de apropriação da teoria pela ciência, dados os limites objetivos da pesquisa. Nosso foco se ateve à recepção do constructo teórico, por entender que compreendê-lo em relação aos caminhos que a comunidade geográfica o acessa é uma contribuição importante no sentido de avançar em possíveis outras leituras da teoria na análise da produção do espaço.

Para respondermos à nossa problemática de pesquisa e alcançarmos nossos objetivos, estabelecemos alguns procedimentos metodológicos que nos serviram no sentido de nos aproximarmos de nosso objeto de investigação, qual seja, o movimento intelectual de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil. Destarte, antes de mesmo de indicarmos quais procedimentos foram utilizados nesta investigação, é preciso ponderar que a orientação de cada etapa, a perspectiva teórico-conceitual e a própria forma de analisar e compreender a realidade a ser estudada parte de uma base filosófica. A lógica escolhida para este trabalho tem como fundamento a dialética, compreendendo-a tanto como prisma para a pesquisa como também processo intrínseco ao concreto.

Compreender a lógica dialética como perspectiva metodológica é, sobretudo, considerar que a realidade não se apresenta de forma estática, mas em constante processo de movimento e transformação. As várias leis que envolvem a dialética podem ser inter-relacionadas em sua concretude. Assim, concordamos com Lefebvre (1995, p. 240) quando afirma que as “leis dialéticas constituem, pura e simplesmente, uma análise domovimento. O movimento real, com efeito, implica essas diversas determinações:

continuidade e descontinuidade; aparecimento e choque de contradições; saltos qualitativos; superação". É preciso considerar que a nossa análise partiu do mais imediato, objetivamente da aparência. Não chegaríamos de fato à essência do problema levantado se a análise ficasse presa às divagações teóricas sem base no que de fato presencia-se no estabelecimento do concreto pensado.

Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, esta pesquisa baseou-se em revisão conceitual, revisão bibliográfica, levantamento de dados primários, levantamento de dados secundários, e análise e organização dos dados e informações adquiridos, a partir de uma abordagem predominantemente qualitativa com algumas sistematizações quantitativas. Com isso, ressaltamos a seguir algumas especificações que são derivadas destas técnicas de pesquisa e investigação acadêmica em diálogo com os objetivos específicos.

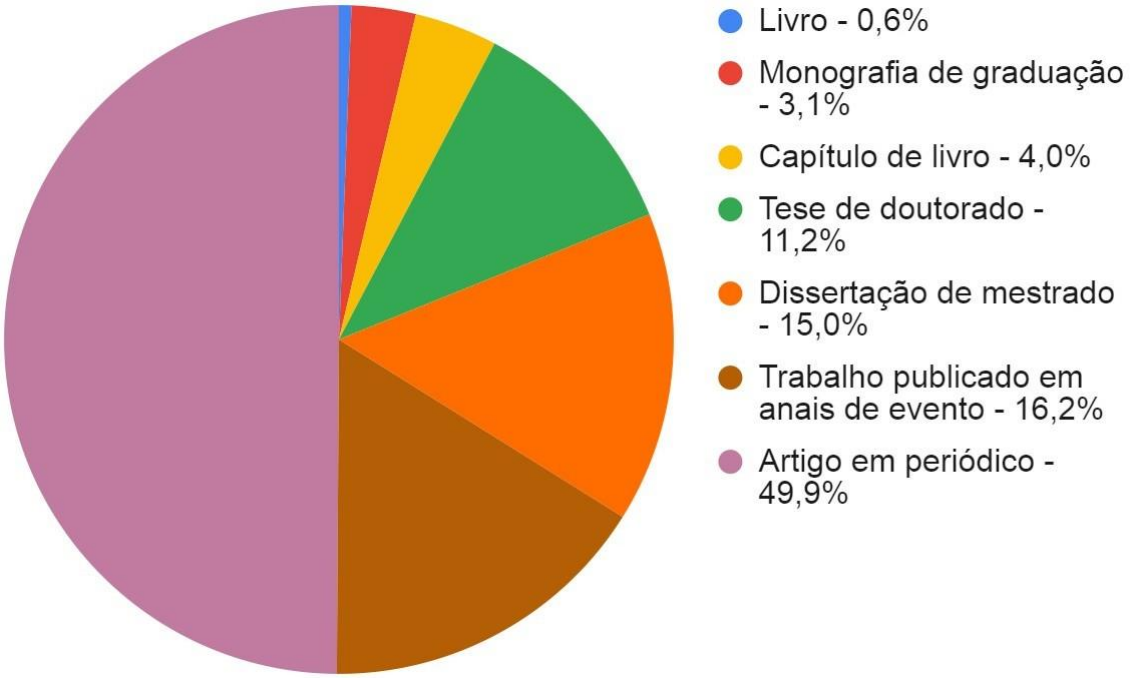
Com relação à revisão conceitual, desenvolvemos discussões que foram basilares para compreendermos a recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Podemos citar como alguns destes conceitos: desenvolvimento, desigualdade, combinação, produção do espaço, história intelectual, crise estrutural, financeirização, imperialismo. Em diálogo com a revisão conceitual, também fizemos uma revisão bibliográfica focada nos autores que foram (e têm sido) fundamentais no movimento intelectual da teoria, com destaque para o contexto espaço-temporal da Geografia acadêmica no Brasil a partir dos anos 1970. Entre os autores considerados, podemos mencionar alguns tais como: Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Lenin, Leon Trotsky, George Novack, Michael Löwy, Ernest Mandel, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, José de Souza Martins, Francisco de Oliveira, David Harvey, Neil Smith, Doreen Massey, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Roberto Lobato Corrêa, Milton Santos e Ruy Moreira. Até por conta da natureza da investigação, por vezes há uma sobreposição entre esses dois tipos de revisão, embora sem prejuízo para o devido entendimento do objeto de pesquisa.

Para além das revisões conceitual e bibliográfica, desenvolvemos duas importantes formas de levantamento de dados: entrevistas e revisão sistemática. Com relação às primeiras, trabalhamos com roteiros semiestruturados, tendo em vista a necessidade de estabelecer uma coleta menos hermética em relação às singularidades da trajetória de cada intelectual. Assim, organizamos dois momentos de coleta de dados. Em 2019, conforme recomendação da banca no exame de qualificação, realizamos algumas entrevistas exploratórias. No total, fizemos três

interlocuções, sendo duas de modo presencial, com os professores Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Wanderley Messias da Costa, e uma por telefone, com o professor Armen Mamigonian. Essa primeira rodada de entrevistas foi fundamental para construirmos uma base geral de fontes que orientou os momentos seguintes de levantamento bibliográfico. Em 2021, realizamos uma segunda rodada de entrevistas, desta vez com os professores José Borzacchiello da Silva, Alexandrina Luz Conceição, Carlos Walter Porto-Gonçalves e Ruy Moreira, todas efetuadas remotamente através da plataforma Google Meet. Nesse segundo momento, continuamos coletando dados gerais da trajetória de cada intelectual, mas também questionamos alguns aspectos mais pontuais que foram surgindo ao longo dos levantamentos que fizemos no período pós-qualificação. A escolha de todos os entrevistados obedeceu a critérios de importância desses no processo de recepção da teoria e/ou quanto a conhecimentos específicos sobre o contexto geral do movimento de renovação crítica da Geografia em diferentes partes do Brasil.

Quanto à revisão sistemática, realizamos uma coleta de dados semiautomática a partir da plataforma Google Acadêmico. Em um primeiro momento, tentamos utilizar outras bases de dados, tais como Scopus e Science Direct, contudo a quantidade de publicações da Geografia no Brasil nessas plataformas se mostrou extremamente limitada. Como realizamos um levantamento que não foi totalmente automático, avaliamos que o uso do Google Acadêmico não trouxe prejuízos dado que estabelecemos momentos de filtragem manual ao longo do processo de coleta. Basicamente estabelecemos uma sequência de três etapas ao longo do levantamento. No primeiro momento, criamos uma chave de busca geral através dos termos “desenvolvimento desigual e combinado” e “geografia”, a qual gerou uma quantidade de, aproximadamente, duas mil publicações. No segundo momento, refinamos o universo de escritos que foi detectado, removendo textos que não fossem dos tipos básicos que estávamos levantando (livro, capítulo de livro, artigo, anais de evento, tese de doutorado, dissertação de mestrado, monografia de graduação), que não fossem escritos pela comunidade geográfica (consideramos como aceitáveis publicações em que ao menos um dos autores tivesse ou graduação ou mestrado ou doutorado em Geografia), ou textos repetidos. Diante dessas filtragens, chegamos à quantidade de 681 publicações da Geografia no Brasil que mencionam a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, conforme sumariza a Figura 1.

Figura 1 – Número de escritos levantados da Geografia no Brasil que mencionam a teoria dodesenvolvimento desigual e combinado, entre 1980 e 2021, por tipo de publicação



Fonte: Revisão sistemática, 2021.
Organização: Leônidas de Santana Marques, 2021.

Na terceira etapa da revisão sistemática, coletamos dados básicos das publicações no sentido de produzir informações qualitativas e quantitativas do universo de dados que obtivemos. Basicamente, extraímos dos textos os seguintes detalhes: a) autoria, b) título, c) tipo de publicação, d) ano de publicação, e) instituição de origem do primeiro autor, f) instituição de publicação do texto, g) autores citados como fonte quando a teoria do desenvolvimento desigual e combinado é mencionada. Como é possível notar na figura acima, até mesmo por conta do tipo de coleta que foi realizado, a grande maioria dos textos que foram considerados envolveu artigos e trabalhos publicados em anais de evento. Vale salientar, contudo, que nem todos os gráficos que serão apresentados ao longo da tese terão como universo considerado o de 681 publicações. Quando lidamos com série histórica, desconsideramos momentos de descontinuidade (período anterior a 1997) e o ano de 2021 por ainda estar inconcluso no momento da coleta. Quando trabalhamos com menções específicas a um autor ou a um conjunto de autores, trabalhamos somente com o universo de publicações que mencionou a teoria fazendo alguma forma de referência de fonte, para evitar repetições desnecessárias nas figuras.

Por fim, vamos sumarizar os capítulos da tese no sentido de trazer uma visão panorâmica do texto. Organizamos este trabalho em duas partes. A primeira dessas intitula-se *História Intelectual da Geografia: alguns fundamentos teórico-metodológicos.* O propósito dessa parte é apresentar os fundamentos gerais de nossa perspectiva historiográfica, dada a singularidade do nosso objeto de estudo. Nessa parte constam dois capítulos. O primeiro deles se debruça sobre algumas considerações acerca da crítica que temos a posições idealistas da História do Pensamento Geográfico. Em dois subcapítulos, levantamos argumentos favoráveis a uma leitura de espaço e de tempo que considera a História da Geografia através das mediações que são estabelecidas pelas determinações do concreto. O segundo capítulo da primeira parte da tese traz pontos importantes sobre a singularidade da nossa posição frente ao debate do fazer historiográfico. Defendemos a abordagem da história intelectual como uma possível saída para a construção de uma História da Geografia que se paute pela compreensão materialista histórica e dialética da realidade. Discutindo através dos quatro momentos do movimento intelectual que indica a nossa abordagem teórico-metodológica (produção, difusão, recepção, e apropriação), vamos argumentando em favor de uma compreensão de que focalizar a recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil é uma perspectiva importante para entendermos a particularidade desse constructo teórico nesta ciência.

A segunda parte da tese intitula-se *A teoria do desenvolvimento desigual e combinado na Geografia no Brasil: movimento intelectual, condições gerais e momentos de recepção*. Nessa parte, nosso foco se volta para a leitura e interpretação dos dados que coletamos tanto na revisão bibliográfica quanto nas entrevistas e na revisão sistemática. Enquanto método de exposição, preferimos organizar os argumentos em uma visão progressiva do debate, que parte dos fundamentos da teoria do desenvolvimento desigual e combinado e vai no sentido de entender as particularidades do constructo teórico na Geografia no Brasil passando pela trajetória da teoria na intelectualidade crítica brasileira e na ciência geográfica ocidental, com destaque para autores anglo-saxônicos. Isso, contudo, é a nossa exposição, dado que nossa análise se deu de modo concatenado, justamente porque as entrevistas que realizamos, as publicações que levantamos e toda a revisão bibliográfica que estabelecemos são nosso concreto imediato que vai se tornando concreto pensado frente às múltiplas determinações que fomos traçando em nosso processo de pesquisa.

Neste sentido, nosso terceiro capítulo trata de um esforço de expor nosso entendimento sobre a teoria do desenvolvimento desigual e combinado frente a todo o debate marxista que lida com a questão do contraditório desenvolvimento das relações capitalistas ao redor do mundo. O propósito principal desse capítulo foi mostrar o quão complexo é esse debate no seio da filosofia da práxis e que nas Ciências Humanas e Sociais, por vezes, lidamos com ele de modo extremamente limitado e simplificado. Ao longo de três subcapítulos, aprofundamos nossa compreensão sobre a teoria desde alguns escritos de Marx e Engels até chegarmos nas contribuições centrais do movimento trotskista internacional ao longo do século XX, passando, evidentemente, pelas contribuições de Lenin e do próprio Trotsky. Ao final do capítulo, no sentido de consolidar nosso argumento, apresentamos um dos pontos que nos parece ser ao mesmo tempo fundamental, mas também potencialmente controverso: a necessidade de reconhecermos o estatuto próprio da teoria trotskista do desenvolvimento desigual e combinado frente à teoria leninista do desenvolvimento desigual.

O quarto capítulo da tese indica aquilo que chamamos de condições gerais de recepção da teoria pela Geografia no Brasil. Para tanto nos valemos de dois grandes planos de análise, que se entrecruzam, mas que precisam ser devidamente singularizados. Estamos nos referindo tanto à intelectualidade crítica brasileira que lidou, ao longo do século XX, com a questão do desenvolvimento contraditório do capitalismo no Brasil, especialmente Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira, José de Souza Martins e os autores da Teoria Marxista da Dependência, quanto à tradição geográfica anglo-saxônica que se formou em torno da recepção e apropriação do debate marxista na Geografia ocidental, dando destaque a David Harvey, Neil Smith e Doreen Massey. Cada um desses dois planos de análise ganhou um subcapítulo à parte e compreendemos que o devido entendimento da recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil passa por determinações que convergem para esses autores, sob diferentes prismas.

Encerrando o desenvolvimento da tese temos o quinto e último capítulo dessa segunda parte, onde nos debruçamos sobre os momentos do processo de recepção da teoria. Com esse capítulo e seus três subcapítulos, expomos nossa leitura sobre o objeto de pesquisa, qual seja, o movimento intelectual de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil enquanto concreto pensado. A partir das múltiplas determinações que argumentamos e das condições gerais de recepção, acreditamos que esse quinto capítulo sintetiza nossa leitura sobre o real. Neste sentido, fomos costurando a História

da Geografia no Brasil no quadro da história recente do capitalismo, a partir da segunda metade do século XX, debatendo tanto aquilo que ficou conhecido como movimento de renovação crítica da Geografia no Brasil quanto o contexto do século XXI. Evidenciamos sínteses dos dados levantados na revisão sistemática e traçamos um cenário mais ampliado da presença da teoria do desenvolvimento desigual e combinado nas publicações da comunidade geográfica no país.

Todos esses capítulos expõem a nossa compreensão sobre como tem se dado o movimento intelectual da teoria do desenvolvimento desigual e combinado em sua intersecção com a História da Geografia no Brasil. Cada um desses capítulos vai apresentando argumentos fundamentais que são partes da leitura totalizante que estabelecemos em nossa investigação. Através desses, vamos tecendo uma exposição da recepção intelectual da teoria pela Geografia no Brasil enquanto concreto pensado, dadas as múltiplas determinações que constituem nosso objeto de pesquisa.

PARTE I

HISTÓRIA INTELECTUAL DA GEOGRAFIA: ALGUNS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

> *[...] embora lidando com o modesto tic-tac de nosso dia-a-dia, e sentado à escrivaninha num ponto qualquer do Brasil, o nosso romancista sempre teve como matéria, que ordena como pode, questões da história mundial; e que não as trata, se as tratar diretamente. (SCHWARZ, 2000 [1973], p. 31)*

Ao longo do século XX, a Geografia foi se instituindo como ciência com distintos contextos de produção do conhecimento e importantes diálogos com outras ciências e campos disciplinares. Junto com o processo de estruturação dessa ciência, também vão se instituindo os mais variados modos de delinear a sua história. Assim, vão surgindo termos que ganham espaço nos escritos das mais diferentes áreas da Geografia, tais como determinismo, possibilismo, Geografia crítica etc. Não obstante, alguns destes termos mais tem atrapalhado do que auxiliado nossa interpretação sobre a produção do conhecimento disciplinar, muitas vezes perdendo nuances e desdobramentos interessantes.

Numa tentativa de romper com alguns destes problemas, autores têm apresentado variadas abordagens e questões de pesquisa que se colocam como dispostas a enfrentar estes obstáculos analíticos (BERDOULAY, 2017 [2008]; FERRETTI, 2011; 2015; MACHADO, 2000a; 2000b; SMITH, 1987; 1988a; SOUSA NETO, 2001). Neste sentido, apresentamos esta parte da tese como um diálogo entre a história da Geografia e uma das abordagens investigativas presente na História das Ciências; nosso foco aqui é compreender como o campo da História Intelectual pode contribuir para pensarmos a História da Geografia[3].

Esta primeira parte da tese foi organizada em dois capítulos. No primeiro destes, dispomos de um debate relativo a alguns dos fundamentos de método de nossa leitura interpretativa, passando por debates que nos parecem caros para a compreensão da recepção e apropriação da teoria do desenvolvimento desigual e combinado no bojo da História da Geografia no Brasil. Inicialmente, apresentamos algumas considerações e inquietações que

3 Alguns pontos do debate que trazemos nesta primeira parte da tese foram anteriormente publicados em trabalho constituinte dos anais do XIII Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, escrito ao longo de nosso percurso no doutorado (ver MARQUES, 2019).

temos em relação ao modo como, muitas vezes, compreende-se a Geografia, bem como o conceito de espaço. Esta compreensão, a qual qualificamos como reificada, atravessa nosso olhar em diferentes dimensões, derivando inclusive em uma forma própria de contar a História da Geografia. Por reificação entendemos o processo no qual coisas inanimadas ganham centralidade em detrimento das relações sociais que as produziram. Já no segundo momento, passamos a desenvolver apontamentos que vão no sentido contrário às leituras que ocultam as relações sociais, tentando apresentar uma perspectiva relacional de espaço que influencia nossa forma de compreender a Geografia e o modo como contamos sua História.

No segundo capítulo desta tese argumentamos em favor da História Intelectual enquanto uma possível saída teórico-metodológica para as questões que apresentamos no primeiro capítulo. Apresentamos uma breve reflexão sobre os quatro momentos analíticos desta abordagem (produção, difusão, recepção e apropriação) e como estes podem nos auxiliar no debate sobre um novo olhar, sobre uma possível História Intelectual da Geografia. Ao longo desta parte do texto, evidenciamos alguns outros debates correlatos aos quatro momentos e que também são importantes para posicionar nossa tese no campo geral da História das Ciências, em que pese nossas limitações, que são tanto individuais quanto de uma ciência que ainda tem muito o que pensar e escrever acerca do fazer historiográfico. Em suma, acreditamos que a abordagem da História Intelectual nos fornece subsídios fundamentais para uma leitura materialista do movimento da teoria do desenvolvimento desigual e combinado na História da Geografia no Brasil. Concluímos esta primeira parte da tese apresentando algumas considerações parciais acerca do que foi tratado nos capítulos 1 e 2, numa tentativa de síntese preliminar da tese e ensejo para a segunda parte do texto. A partir dos termos e conceitos que analisaremos nesta primeira parte, teremos melhores condições para avançarmos no debate sobre o movimento intelectual da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, tanto de um modo geral, quanto de modo particular quando temos em conta a recepção desse constructo teórico pela Geografia no Brasil.

CAPÍTULO 1: HISTÓRIA DA GEOGRAFIA: SOBRE ESPAÇO, HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

> *A produção das ideias, das representações e da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; ela é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens aparecem aqui ainda como a emanação direta de seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual tal como se apresenta na linguagem da política, na das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de todo um povo. São os homens que produzem suas representações, ideias etc., mas os homens reais, atuantes, tais como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações que a elas correspondem, inclusive as mais amplas formas que estas podem tomar [. ..] (MARX; ENGELS, 2007 [1846], p. 18-19).*

A noção de pensamento geográfico guarda vários debates interessantes e que nos interessam em particular. Se por um lado reconhecemos que existe uma gama complexa de usos do termo, alguns deles a partir de uma leitura científica crítica, por outro lado não podemos negar que boa parte dos estudos voltados àquilo que é conhecido como História do Pensamento Geográfico se associa a uma abordagem historiográfica compreendida como História das Ideias. Sob este prisma, vamos apresentar aqui algumas reflexões sobre o processo investigativo no campo da História da Geografia expondo algumas ponderações ao que consideramos como uma leitura reificada e idealista do pensamento geográfico (e da Geografia como um todo), apresentando como contraponto algumas noções que nos parecem cruciais para uma leitura materialista da História e da Geografia.

Este primeiro capítulo está organizado em dois subcapítulos. No item 1.1, apresentamos um debate que, ainda que não muito extenso, avaliamos que consegue exprimir um quadro geral de como se estabelecem as leituras espaciais no contexto de autores que poderíamos denominar, grosso modo, como vinculados às abordagens tradicionais da Geografia (RATZEL, 1990 [1882]; LA BLACHE, 1954 [1921]; BRAUDEL, 1989 [1986]). Em linhas gerais, compreendemos que a interpretação trazida por estes autores vai no sentido de uma visão reificada do espaço. Apontamos assim que a superação de uma concepção

coisificada da História do Pensamento Geográfico passa, necessariamente, pela superação da leitura reificada do espaço.

Já no item 1.2 deste primeiro capítulo, apresentamos alguns lineamentos para uma leitura que julgamos crítica da História da Geografia. Isto se deu pautado em dois grandes blocos argumentativos. Inicialmente, apresentamos nossa abordagem espacial considerando debates tais como os sobre produção do espaço, tríade percebido - concebido - vivido, tríade espaço absoluto - espaço relativo - espaço relacional, e valorização capitalista do espaço (LEFEBVRE, 2006 [1974], 2008 [1973]; HARVEY, 2006a [1975], 2012 [2006]; MORAES; COSTA, 1987 [1984]; SMITH, 1988b [1984], 2002 [1992] SEABRA, 1988; DAMIANI, 2005; MORAES, 2011). No segundo bloco, colocamos nossa posição em relação à teoria historiográfica e compreensão da História, pautando-se em debates tais como os sobre práxis histórica, relação entre subjetividade e objetividade, e relação entre determinações e totalidade histórica (MARX; ENGELS, 2007 [1846]; HOBSBAWM, 2007 [1983]; PAULO NETTO, 1998; GLEZER, 2002; FONTES, 2006; COELHO, 2010; TARCUS, 2015, 2018). Colocados estes pontos, alinhavamos algumas considerações gerais derivadas destas discussões que servem de base para pensarmos sobre a recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado na História da Geografia no Brasil.

1.1 Teria a Geografia contado sua própria história?

Seria possível delimitar uma Geografia una, ou melhor, livre de variações e tendências analíticas que marcam as diferentes interpretações presentes nas Ciências Humanas e Sociais? É fato que não. O reconhecimento desta Geografia diversa, que se desdobra em diferentes percursos investigativos conforme diferenciados caminhos teórico-metodológicos, é um primeiro passo importante para esta reflexão. Com isto, o que queremos afirmar é que cada livro, artigo, tese ou mesmo textos mais simples, carrega em si uma forma própria de compreender a sociedade e as respectivas leituras que as ciências fazem desta. No tocante à Geografia, podemos afirmar então que cada texto que verse sobre algum argumento geográfico traz uma leitura espacial, que define todo o traçado do texto. Compreendemos como leituras espaciais desde uma possível definição conceitual de Geografia e/ou de espaço trazida por alguns autores, até concepções implícitas referentes a estes termos.

Estas leituras espaciais não estão presentes somente nos textos produzidos por pessoas notadamente reconhecidas como geógrafas, mas também por diferentes autores que, de algum modo, se debruçam sobre o pensar da espacialização das relações sociais. Desta forma, poderíamos identificar leituras espaciais em pesquisadores da Sociologia, da História, da Psicologia etc. E dentro da própria Geografia, ao que nos parece, este debate é muito caro, embora seja muitas vezes pouco considerado. Quando pensamos nos diversos textos que são produzidos sobre a história da Geografia, não nos caberia questionar: a partir de qual concepção de Geografia a pessoa que escreve se fundamenta? E, ainda mais, existiria apenas uma única forma de contar esta mesma "história"? Estas ponderações são um importante primeiro passo para pensarmos naquilo que tem se instituído na Geografia no Brasil com o nome de História do Pensamento Geográfico. Este debate não é propriamente novo e já tem demandando reflexões dentre aqueles que discutem a História da Geografia. Sousa Neto (2001), por exemplo, argumenta que o uso deste termo está presente há bastante tempo nos escritos da ciência e que, no contexto brasileiro, foi uma espécie de saída encontrada para dar conta da necessidade de construir uma análise sobre os esforços intelectuais sobre o espaço brasileiro antes mesmo da constituição da institucionalidade da Geografia em nosso país.

> Nesse movimento, de somente ver história da ciência da década de 1930 para cá, é que o período anterior foi repetidamente tratado como pré-científico e, neste caso, para fugir à tentação de fazer uma história da Geografia tida como inexistente, passou a se fazer uma história do pensamento geográfico. (SOUSA NETO, 2001, p. 120)

Desta forma, o termo "pensamento geográfico" acabou sendo um modo de tratar destas leituras espaciais sobre o Brasil em um contexto de inexistência de universidades e demais instituições que poderiam ser chamadas propriamente de geográficas. Podemos ainda levar em conta que até mesmo no interior do movimento de renovação crítica da Geografia ocorrido a partir dos anos 1970 houve a tentativa que ressignificar o termo "pensamento geográfico", como na definição trazida por Antonio Carlos Robert Moraes e Wanderley Messias da Costa (1987 [1984], p. 17-18):

> […] a par das geografias explicitamente produzidas em cada época, existe um corpo de conhecimentos que poderia ter tido como geográfico a partir da

> concepção que se tem no presente quanto a esta ciência. A esse conjunto dá-se o nome de "pensamento geográfico", e ele varia sempre consoante com a definição vigente.

A concepção dos autores vai justamente no sentido de ler os diferentes escritos feitos também em épocas quando a Geografia não estava instituída como ciência. Desta forma, são consideradas as leituras geográficas que autores como Aristóteles, por exemplo, teriam feito sobre o espaço. Tanto neste caso, como em relação aos textos que abordam o território brasileiro pré-1930, avaliamos como pertinente a compreensão da existência de leituras espaciais para além de uma sistematização acadêmica. Contudo, via de regra, a noção de História do Pensamento Geográfico acaba sendo associada a uma tradição de entendimento da história da ciência que se apresenta como uma sequência de escolas e correntes de pensamento: determinismo, possibilismo, teorética-quantitativa, marxista etc. Neste sentido, como forma de delimitar um marco analítico sobre nossa perspectiva historiográfica da Geografia, entendemos que algumas definições são importantes: como concebemos a Geografia? O que seria o pensamento geográfico? Como se dá esta sistematização historiográfica? Por enquanto, vamos desenvolver um pouco o debate sobre concepção geral de Geografia, começando por um não-geógrafo.

Teria a Geografia inventado a França?. Este é o instigante título da terceira parte do primeiro volume do livro *A identidade da França* de Fernand Braudel (1989 [1986]). Mais do que propriamente responder ao questionamento, vale a pena desdobrá-lo em algumas outras questões: seria possível a Geografia inventar algo? A busca de uma ação unicausal pode ser suficiente para entender a conformação de um país, a exemplo da França? Um país poderia ser, realmente, inventado? É fato que a questão principal colocada por Braudel pode ser problematizada ainda por muitos outros aspectos, mas um nos interessa em especial: seria a Geografia um sujeito, capaz propriamente de inventar alguma coisa?

Não é nosso propósito chegar a uma resolução definitiva para estas questões, até porque o movimento analítico para sua resolução nos convém mais do que o próprio resultado definitivo. Caber-nos-ia então, por exemplo, pensar sobre quais referenciais científicos Braudel se firma para construir sua questão e assim chegamos ao nome de Paul Vidal de La Blache. Em mais de uma passagem no referido texto, Braudel (1989 [1986]) faz menção direta a este importante geógrafo francês que desenvolveu uma análise espacial na qual a

região é compreendida à luz das várias possibilidades presentes nas relações que se estabelecem entre o homem e seu meio. Essa leitura de Braudel, fundamentada nos pressupostos de La Blache, vai ao encontro de uma Geografia que privilegia a compreensão das conexões entre homem e natureza sem uma retórica determinística. Esta concepção de Geografia foi hegemônica (e talvez ainda seja) em boa parte do mundo ocidental, mas entrou em xeque em diferentes países ao longo do século XX, principalmente quando consideramos as diferentes possibilidades interpretativas da compreensão do espaço como uma produção social. Para problematizar isto, podemos trazer uma citação de Amélia Damiani.

> O que a geografia, nesse final do século XIX, na França especialmente, busca é encontrar a identidade da humanidade do homem, produzida na relação homem-natureza. O que a devastação dessa economia acumulativa capitalista nos assegura tentar decifrar, hoje, é um enorme processo de desumanização (2005, p. 60).

Neste sentido, a autora traça um paralelo provocador. A Geografia na França de La Blache tem como foco uma análise que não seria mais o cerne da nossa ciência nos dias atuais. Uma possível Geografia do século XXI deve ir além de compreender as relações entre homem e natureza, desvendando o crescente processo de desumanização do humano, da própria substituição das relações humanas pelas relações mediadas pela mercadoria. Da mesma forma, devemos também repensar a nossa profunda relação com o Estado, deixando de compreendê-lo como uma forma propriamente civilizatória. Esta linha de argumento aparece em Braudel, quando argumenta que: "Na verdade, os Estados agem como os indivíduos. Cada homem se obstina em delimitar o seu domicílio, como todo animal livre defende a propriedade daquilo que ele considera ser seu território" (BRAUDEL, 1989 [1986], p. 261). Conforme esse autor, a ação do Estado é legítima, tal qual a ação de qualquer indivíduo que defenda seu domicílio ou, em outras palavras, seu território. E toda a construção intelectual desenvolvida por Braudel, ao considerar a formação da França, dialoga com uma leitura de Geografia na qual não aparecem as pessoas em suas classes sociais. Uma Geografia em que os critérios definidores partem de características do meio físico, tais como rios, istmos, baías, mares etc., não como definidores últimos, mas como possibilidades.

Mas podemos ir mais a fundo na leitura espacial de Fernand Braudel. Como já argumentamos no início, desde o título da terceira parte, este autor indica uma compreensão

da Geografia como um sujeito. Esta leitura não é estranha a muito daquilo que vários dos geógrafos e geógrafas têm escrito ao longo das décadas. E esta forma de abordagem tem sido alvo de importantes críticas já há algum tempo.

> Trata-se por vezes o espaço como sujeito, assumindo-o como ação causativa, dando relevo a relações espaciais, permanecendo subjacente a ideia, até mesmo inconsciente, de que estruturas espaciais são tão relevantes quanto as estruturas sociais e que através delas chegar-se-ia a compreender os movimentos da sociedade. Imobiliza-se o espaço e no espaço as realizações da sociedade para tratá-lo como entidade autônoma (SEABRA, 1988, p. 97).

O processo intelectual, consciente ou não, de interpretação da Geografia considerando o espaço como sujeito vai constituindo uma alegoria interpretativa que substitui homens e mulheres por feições e formas que, idealisticamente, são capazes de transformar ou dar sentido à realidade concreta. Quando nos referimos aos sujeitos que produzem o espaço, estamos indicando a necessidade de considerar as relações sociais que se estabelecem, saindo então de uma perspectiva reificante para uma relacional. Neste sentido, concordamos com Smith (2002 [1992], p. 134) quando este argumenta que, "[c]oncebido durante muito tempo como morto, fixo e imóvel, o espaço está sendo colocado como a metáfora fundamental e ao mesmo tempo sendo redescoberto como produzido, mutável, como uma intrínseca e complexa expressão das relações sociais"[4]. Desta forma, uma compreensão crítica do espaço deve ter como base as relações sociais e os processos concretos que envolvem homens e mulheres.

Mas não é somente em F. Braudel que identificamos esta coisificação. O próprio Paul Vidal de La Blache, e todo o legado que seus discípulos instituíram nas ciências humanas, em especial na Geografia no Brasil, é responsável, por vezes, por uma interpretação espacial reificada. Ao refletir sobre a ação das montanhas nas regiões do mar Egeu, este autor apresenta a seguinte argumentação

> A montanha é, pois, não só evocadora mas conservadora de população. A fértil bacia que o Struma atravessa antes chegar ao mar, e, mais a Leste, a do Drama – que uma barreira de 500 metros de altura separa do seu porto de Kavala –, apertaram a respectiva população de encontro aos flancos das montanhas (LA BLACHE, 1954 [1921], p. 143).

4 "Concebido durante mucho tiempo como muerto, fijo e inmóvil, el espacio se está colocando como la metáfora fundamental y al mismo tiempo se está redescubriendo como producido, mutable, como una intrínsecamente compleja expresión de las relaciones sociales".

Neste sentido, o autor não dá centralidade às contradições das relações sociais que vão se estabelecendo na conformação das primeiras sociedades, dando ênfase a uma leitura que não considera, por exemplo, os conflitos que se dão no interior de cada agrupamento humano, bem como entre estes mesmos agrupamentos. Também não é frisado o progressivo processo de constituição da propriedade privada e das relações mediadas pelo valor, central para pensarmos o estabelecimento das relações entre as sociedades e os seus territórios, debate já presente em outros autores de seu período histórico, a exemplo de Lenin e Trotsky, ou mesmo de Reclus, quando levamos em conta especificamente a Geografia. E estas ponderações àquilo que é discutido tanto por La Blache como por Braudel são importantes também para debatermos as contribuições de Friedrich Ratzel para a instituição de um olhar não-relacional na Geografia em todo o mundo.

> […] O Estado que quer se manter sobre seu território, que não quer sair do isolamento no qual encontra proteção, entra então em luta contra a sociedade, buscando sobretudo obstacularizar o seu incremento natural. Todas as formas não naturais de destruição de parte da vida humana que são impostas à sociedade, desde o abandono dos recém-nascidos ao canibalismo, à vingança familiar e à guerra, agem precisamente nesse sentido (RATZEL, 1990 [1882], p. 77-78).

Diferente de La Blache, Ratzel trabalha nesta citação com um termo um tanto distinto: o Estado. Ainda assim, toda a abordagem parte de um esforço de reificação do conceito. Tanto no fragmento de La Blache, como nesse de Ratzel, importa considerar o modo como os processos sociais são tratados, qual seja, enquanto coisas dissociadas das condições determinadas que as produziram: as relações sociais. Assim, sejam baías, rios, montanhas, o Estado ou o próprio ser humano, nesta perspectiva, muitas vezes intitulada de Geografia Tradicional[5], tratou-se de coisificar aquilo que, propriamente, é relacional. Ainda que vejamos alguns intentos distintos, como os esforços do próprio La Blache de tratar das relações homem-meio, estes são assim tratados como coisas que se relacionam e não a relação em si.

Como argumentado por Moraes e Costa (1987 [1984], p. 70, itálico dos autores),

5 Aqui ponderamos que não concordamos com a noção genérica de "Geografia Tradicional" que coloca em um mesmo agrupamento autores que tiveram abordagens distintas, tais como Ratzel, La Blache e Hartshone. Isso não anula, contudo, os seus pontos de convergência.

> […] tais formulações reafirmam, num nível de discussão mais específico, que o objeto geográfico não poderá ser definido como uma "coisa ou fato", abordado por uma via puramente empírica. Assim, renegamos as definições da própria Geografia Humana, como, por exemplo, as que apontam a região ou o homem-habitante como objeto. A par da *desnaturalização* da Geografia, promovida ao se enterrar a tese da unidade de tal conhecimento, opera-se com a adoção do materialismo histórico e dialético, uma radical *descoisificação* do objeto geográfico, ao substituir as coisas, os fatos e fenômenos empíricos, por processos sociais reais.

Tendo isto em conta, acreditamos que é possível avançar naquilo que concerne especificamente ao debate sobre a História da Geografia como campo científico. Nossa avaliação é que, mesmo reconhecendo importantes avanços no debate crítico no interior da ciência geográfica, ainda temos muito o que superar. E uma destas necessárias superações é a forma como comumente tem se escrito a História da Geografia a partir de uma concepção idealista de Pensamento Geográfico, dando vida ao que não tem e ofuscando as dinâmicas concretas que estão por trás de conceitos, teorias e categorias.

Como já colocado anteriormente, boa parte da noção de História do Pensamento Geográfico se apresenta através de um prisma idealista que considera o movimento intelectual como um transcorrer histórico de interpretações, conceitos e ideias que se organizam (ou não) em escolas, correntes, matrizes. O problema desta leitura é que coloca em segundo plano (quando não desconsidera) que não existem interpretações, conceitos e ideias sem pessoas que efetivamente as operacionalizem. Dito de outro modo, a noção idealista de pensamento geográfico se apresenta como uma coisa, logo, como uma reificação de um processo que é muito mais complexo e envolve grupos, instituições, associações, partidos, movimentos políticos, e, obviamente, intelectuais. Em nossa avaliação, a crítica que fazemos a uma leitura reificada do espaço tem total correlação com a crítica que fazemos a uma leitura reificada do pensamento geográfico, dado que os processos de constituição analítica são os mesmos: soerguimento do fato ou da coisa por meio do apagamento das relações sociais que o formaram.

Em outras palavras, quando pensamos em uma visão tradicional da História do Pensamento Geográfico, devemos ter em conta que existiria um duplo processo de reificação: espaço como coisa e pensamento geográfico também como coisa. Sendo assim, somente é possível avançar numa alternativa à História reificada do Pensamento Geográfico quando, primeiramente, desvelamos uma outra leitura sobre o espaço. Ainda assim, este primeiro

movimento somente se realiza em plenitude quando temos um segundo, pautado em uma outra leitura historiográfica. Desta forma, defendemos que não é cabível, por exemplo, uma História Tradicional de uma Geografia Crítica. Acreditamos na necessidade de um esforço historiográfico que capte o movimento do real com o qual a ciência geográfica também está relacionada. E o campo da História Intelectual pode contribuir neste sentido.

1.2 História da Geografia: uma outra perspectiva de Geografia e de História

Enquanto conceito-chave da Geografia, compreendemos o espaço enquanto processo, ou seja, como produção do espaço. Neste caminho, Lefebvre (2006 [1974], s/p) afirma que produzir "um espaço social apropriado, no qual a sociedade geradora toma forma apresentando-se e se representando, ainda que ela não coincida com ele e que seu espaço seja tanto sua tumba quanto seu berço, isso não se realiza num dia. Trata-se de um processo". A noção de produção do espaço coloca a necessidade de a análise ir além deste imediato, pois entender o espaço implica em relevar a centralidade da noção de totalidade. Ao pensarmos a partir deste termo, o tomamos como totalidade concreta, como síntese de múltiplas determinações. Partindo dos argumentos colocados por Kosik (1976 [1963]), nós podemos asseverar que a compreensão da produção do espaço como totalidade concreta não é nada mais do que a acepção deste processo como a própria realidade nas contradições de seu movimento.

Assim, o processo de produção do espaço engendra diversos níveis de relação, desde o local, até o mais global possível (inclusive do modo capitalista de produção). Esse processo, considerado como reprodução das relações sociais de produção, está diretamente vinculado a cada organização social vigente. "Diferentes sociedades usam e organizam o espaço de modos diferentes e os diferentes padrões geográficos daí resultantes ostentam o sinal evidente da sociedade que usa e organiza o espaço" (SMITH, 1988b [1984], p. 122). Assim, este pode ser considerado como produto de uma lógica preexistente e ainda produtor de uma lógica que lhe é própria (LEFEBVRE, 2008 [1973]). A produção do espaço pode ainda ser compreendida de acordo com uma tríade: percebido (a prática social), concebido (as representações do espaço) e vivido (os espaços de representação).

> Pode-se supor que a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação intervêm diferentemente na produção do espaço: segundo suas qualidades e propriedades, segundo as sociedades (modo de produção), segundo as épocas. As relações entre esses três momentos – o percebido, o concebido, o vivido – nunca são simples, nem estáveis, tampouco são, mais "positivas", no sentido em que esse termo opor-se-ia ao "negativo", ao indecifrável, ao não-dito, ao interdito, ao inconsciente. (LEFEBVRE, 2006 [1974], 75-76).

Assim, a produção do espaço acontece considerando estas múltiplas dimensões, que também se relacionam em múltiplas escalas. Todo o debate em torno do termo espaço tem trazido um fértil campo de discussão, principalmente quando lembramos da polissemia que envolve o termo. Mas, mais do que isso, a noção de espaço se conecta com a de tempo, sendo grafada muitas vezes como espaço-tempo, incluindo em nosso trabalho. Isto se justifica pela forma como compreendemos a realidade, já que certas cisões mais têm servido para confundir do que propriamente evidenciar os processos sociais concretos. Nossa compreensão geográfica do espaço-tempo passa também por uma segunda tríade que nos serve como crivo analítico para uma leitura crítica da realidade: a relação entre espaço absoluto, espaço relativo e espaço relacional.

> Existem vários sentidos pelos quais nós podemos pensar sobre o espaço. É crucial formular uma concepção apropriada disto se nós queremos entender o fenômeno urbano e a sociedade em geral; ainda assim, a natureza do espaço continua sendo algo misterioso para a investigação social. Se considerarmos o espaço como absoluto ele se torna uma "coisa em si mesma", com uma existência independente da matéria. Ele possui então uma estrutura que podemos usar para categorizar ou individualizar fenômenos. A concepção de espaço relativo propõe que ele seja compreendido como uma relação *entre* objetos que existe pelo próprio fato dos objetos existirem e se relacionarem. Existe outro sentido em que o espaço pode ser concebido como relativo e eu escolhi chamá-lo como espaço relacional – espaço considerado, à maneira de Leibniz, como estando contido *em* objetos, no sentido de que um objeto pode ser compreendido como existindo somente na medida em que contém e representa em si mesmo as relações com outros objetos. (HARVEY, 1988 [1973], p. 13, itálico do autor)[6]

6 "There are various ways in which we can think about space. It is crucial to formulate a proper conception of it if we are to understand urban phenomena and society in general; yet the nature of space has remained something mysterious to social enquiry. If we regard space as absolute it becomes a "thing in itself" with an existence independent of matter. It then possesses a structure which we can use to pigeon-hole or to individuate phenomena. The view of relative space proposes that it be understood as a relationship between objects which exists only because objects exist and relate to each other. There is another sense in which space can be viewed as relative and I choose to call this relational space – space regarded, in the fashion of Leibniz, as being contained in objects in the sense that an object can be said to exist only insofar as it contains and repre-

Tanto nas tríades apresentadas por Lefebvre, como na de Harvey, e poderíamos inclusive dizer que nos diálogos entre as duas, é fundamental considerar que a riqueza da análise se estabelece em ter em conta que não existe uma dimensão à parte da outra. Quando compreendemos a produção do espaço também enquanto fundamentalmente espaço-tempo, devemos considerar que esta se dá nessas várias dimensões que compõem as tríades, como bem colocado pelo próprio Harvey (2012 [2006]) na ideia de tensão dialética entre as partes. A percepção do movimento da realidade passa por uma leitura que, ainda que parcelar, tenha como horizonte a complexidade do processo de totalização a que nós, enquanto seres sociais, estamos envolvidos.

Desta forma, nos afastamos da visão estática do espaço como mero palco da realização das ações antrópicas. Como discutido por Smith (1988b [1984], p. 132), "a sociedade não mais aceita o espaço como um receptáculo, mas sim o produz; nós não vivemos, atuamos ou trabalhamos 'no' espaço, mas sim produzimos o espaço, vivendo, atuando e trabalhando". Neste sentido, é preciso considerar que essa produção se dá no contexto de uma sociedade desigual, regida por princípios calcados na assimetria, e essas contradições se materializam no concreto. Neste contexto, a produção capitalista do espaço é eminentemente desenvolvimento desigual, "como um produto específico da dinâmica contraditória que dirige a produção do espaço" (SMITH, 1988b [1984], p. 138). Assim, concordando com Smith, pensar em produção do espaço no capitalismo enseja em refletirmos sobre o seu caráter desigual. E além de pensarmos, em primeiro plano, no processo de produção capitalista do espaço, temos que levar em conta que esta posição teórico-metodológica se desdobra no modo como compreendemos os demais conceitos estruturantes da Geografia, tal como o de escala.

> As diferentes sociedades não só produzem o espaço, como Lefebvre nos tem ensinado, elas também produzem a escala. A produção da escala pode ser a diferenciação mais elementar do espaço geográfico e é em toda sua extensão um processo social. Não há nada ontologicamente dado sobre a divisão tradicional entre lugar e localidade, escala urbana e regional, nacional e global. A diferenciação das escalas geográficas estabelece e se estabelece

sents within itself relationships to other objects".

> através da estrutura geográfica de interações sociais. (SMITH, 2002 [1992], p. 141)[7]

Ainda sobre a crítica à compreensão do espaço (ou da Geografia) como sujeito, vale expor que saídas Odette Seabra e Amélia Damiani indicam para pensarmos a realidade através de um outro prisma científico:

> Se a Geografia tem no centro de sua própria reflexão o espaço, ao que nos parece, como sujeito e objeto, é preciso compreender, dissecar os processos que gestam este ou aquele espaço, processos da sociedade com os atributos que lhe são próprios. É preciso compreender, dissecar as práticas que se tornaram ou se tornam possíveis no espaço e através do espaço. O espaço se constitui assim numa relação social (SEABRA, 1988, p. 101, sublinhado nosso).

> Uma outra leitura de processo ensaia superar a separação sujeito-objeto; e definir o sujeito não por sua particularidade, mas pela relação do particular e subjetivo com o que é universal e definido como objetividade: as situações conjunturais estão envolvidas, ao mesmo tempo, num processo histórico e num complexo estrutural (DAMIANI, 2005, p. 77, sublinhado nosso).

Mesmo com as devidas ponderações, estas duas citações trazem uma salutar reflexão para pensarmos uma leitura espacial que, como nos grifos indicados, interpretam o espaço através de uma perspectiva relacional, pensada a partir de um processo que é histórico e deve ser compreendido como uma totalidade em constante totalização.

A recepção das mais diversas teorias críticas ao longo da História da Geografia acadêmica tem sido responsável por contra-argumentar a formação das alegorias interpretativas, como é o caso de pensarmos a Geografia como um sujeito. Por isso temos destacado de modo mais direto a compreensão do espaço como produção social que deriva das leituras no bojo do materialismo histórico e dialético. E como colocado por David Harvey (2006a [1975]), a ideia de uma dimensão espacial na teoria marxista foi algo bastante complexo pois, por várias décadas, ignorou-se a presença de uma leitura geográfica a partir da teoria da acumulação capitalista de Marx.

---

7 "Las diferentes sociedades no sólo producen el espacio, como Lefebvre nos ha enseñado, ellas también pro - ducen la escala. La producción de la escala puede ser la diferenciación más elemental del espacio geográfico y es en toda su extensión un proceso social. No hay nada ontologicamente dado sobre la división tradicional entre hogar y localidad, escala urbana y regional, nacional y global. La diferenciación de las escalas geo- gráficas establece y se establece a través de la estructura geográfica de interacciones sociales".

Mesmo reconhecendo as várias nuances no interior das teorias marxistas, bem como nos caminhos diferenciados de recepção destas teorias na Geografia acadêmica, um dos pontos nevrálgicos é a compreensão do processo de valorização capitalista do espaço (HARVEY, 2006a [1975], 2012 [2006]; MORAES, 2011; MORAES; COSTA, 1987 [1984]; SILVA A., 1996). Desde o processo de sedentarização humana, teríamos o processo de valorização do espaço associado à territorialização dos primeiros agrupamentos societários há alguns milhares de anos. Isto imprime, portanto, uma leitura do valor como categoria social, dado que é a partir das relações que se estabelecem entre sociedade e espaço na produção de territórios humanos que teremos os primórdios da valorização do espaço. Se, por um lado, isso implica em dizer que a questão do valor está presente como fundante nas relações que estabelecemos com o espaço-tempo, por outro entendemos que não tratamos de uma valorização sob um ponto de vista abstrato. Em outras palavras, o que existe são processos de valorização historicamente determinados, que carregam características próprias do processo social mais amplo de produção e reprodução das relações sociais. Com isso, refutamos qualquer possibilidade de leitura transhistórica do valor, principalmente quando temos em conta o que tem sido o processo de valorização capitalista nos últimos séculos. Assim,

> […] a sociedade relaciona-se com o seu espaço material e todas as coisas que ele contém através de um permanente processo de valorização. O homem, com o seu trabalho, cria e transfere valores. Parte desses valores se agregam ao espaço e vão condicionar, assim como os recursos da primeira natureza, processos futuros. Isto elimina, a priori, a possibilidade de uma teoria marxista da Geografia que não discuta a origem do valor. *Não são a sociedade em abstrato* e *o espaço em abstrato* que se relacionam. Entre eles, medeiam as *determinações* de um dado modo de produção. Só estas, contudo, não bastam. É mister elaborar uma teoria sobre suas *formas próprias de valorizar o espaço*. (MORAES; COSTA, 1987 [1984], p. 119-120, itálico dos autores)

Na compreensão destas determinações, estes autores apontam para duas dimensões importantes na compreensão do processo de valorização do espaço de um modo geral: o valor do espaço e o valor no espaço. O primeiro se refere às singularidades presentes no espaço, o que dialoga, por exemplo, com o debate sobre a teoria da renda da terra. Já o valor no espaço implica em pensarmos na conexão intrínseca entre as relações sociais e o espaço, dito de outro

modo, nas espacialidades da valorização (MORAES; COSTA, 1987 [1984]). Esta separação, contudo, também deve ser compreendida como uma derivação analítica. Tanto o valor no espaço quanto o valor do espaço são indissociáveis, principalmente quando consideramos o aumento da complexificação das relações sociais ao longo dos séculos.

No contexto do modo de produção capitalista, temos então um processo de valorização do espaço que ganha particularidades e se exprime na progressiva transformação de tudo em mercadoria, nos termos de Harvey (2012 [2006]), na relação triádica entre espaço relacional (valor), espaço absoluto (valor de uso) e espaço relativo (valor de troca). "O valor é, portanto, uma relação social que internaliza toda a história e a geografia do trabalho concreto no mercado mundial; expressa as relações sociais (principalmente, mas não exclusivamente, de classe) construídas pelo capitalismo na escala mundial" (HARVEY, 2012 [2006], p. 33). O processo de acumulação pela acumulação, fundante da estrutura sociometabólica do modo de produção capitalista, vai engendrando uma progressiva transformação das relações sociais em todo o mundo sob o prisma da mercadoria.

Assim, paulatinamente, distintos lugares e territórios vão sendo incorporados à lógica das relações mediadas pelo valor. Este processo é histórico, bem como é geográfico. Do mesmo modo que podemos afirmar que ele não foi uniforme temporalmente, concebemos que espacialmente há uma variação que se dá em dois grandes níveis: a) os diferentes lugares se inserem em contextos históricos distintos; b) a inserção, quando ocorre, não se dá do mesmo modo e sob as mesmas circunstâncias. Daí a potência da Geografia para compreensão dos processos de expansão do capitalismo.

> O modo capitalista de produção fomenta a produção de formas baratas e rápidas de comunicação e transporte, para que "o produto direto possa ser realizado em mercados distantes e em grandes quantidades", ao mesmo tempo em que novas "esferas de realização para o trabalho, impulsionadas pelo capital" podem se abrir. Portanto, a redução nos custos de realização e circulação ajuda a criar espaço novo para a acumulação de capital. Reciprocamente, a acumulação de capital se destina a ser geograficamente expansível, e faz isso pela progressiva redução do custo de comunicação e transporte (HARVEY, 2006a [1975], p. 50).
>
> Antes do sistema capitalista convivia-se em espaços mais restritos, que abrigavam histórias "particulares" no sentido geográfico do termo, isto é, que se desenrolavam em porções espacialmente circunscritas da superfície terrestre. O capitalismo introduz contínuos fluxos internacionais, objetivando um espaço de relações que acabou por envolver todo o planeta. Tem-se empiricamente uma história universal num âmbito global e, como será visto,

> tecida desde seu início também nessa escala espacial. Isso permite entender a expansão progressiva e (seu resultado) a mundialização como atributos essenciais da espacialidade desse modo de produção (MORAES, 2011, p. 18).

Neste sentido, devemos pontuar aquilo que é colocado pelos dois autores. Moraes aborda a excepcionalidade (que se torna regra) do modo de produção capitalista em relação ao seu caráter internacionalista. Nunca antes na história da humanidade qualquer outro modo de produção teve em seu âmago uma expansividade tão expressiva que, nos tempos atuais, se revela englobadora dos mais diferentes rincões do planeta. Poderíamos dizer que antes do capitalismo existiam histórias regionais em todo o mundo e que agora estaríamos vivenciando a história espacial de todo o mundo.

> Toda história pré-capitalista da humanidade se desenrola no contexto de quadros espaciais restritos. Isto significa que inexiste, até o advento do capitalismo, uma história universal. São modos de produção inscritos em quadros particulares, em histórias ímpares e autônomas. Os contatos entre as civilizações são inexistentes, tênues ou esporádicos. Desse ponto de vista, os modos de existência acham-se expressivamente associados aos espaços em que se localizam. (MORAES; COSTA, 1987 [1984], p. 82)

Em seu turno, Harvey argumenta sobre algumas das razões estruturais para este caráter expansivo do modo de produção capitalista, como indicado na sua citação anterior. A necessidade constante de aumento da taxa média geral do lucro leva a uma busca da acumulação pela acumulação. Este fenômeno também é inédito na história da humanidade, e tem levado a uma crescente otimização dos meios de comunicação e dos meios de transporte, para que se possa garantir a maior celeridade do giro do capital entre as esferas da produção, distribuição, circulação e consumo. Nesse sentido, como discutido por Harvey (2006a [1975]), a dinâmica expansiva do capitalismo encontra, no espaço, uma das suas principais barreiras a serem transpostas.

Assim, do ponto de vista dialético, a produção capitalista do espaço é marcada por uma série de contradições. Em outras palavras, as relações espaciais mediadas pela mercadoria intentam continuamente a otimização do processo produtivo, mas esta otimização não resolve estruturalmente as barreiras porque, essencialmente, elas são empecilhos necessários para a reprodução ampliada do capital. Um dos principais sinais desta lógica

contraditória é a frequente emergência de crises ao longo de todos os séculos de existência do modo de produção capitalista. E, cada vez mais, estas crises sofrem alterações do ponto de vista quantitativo (são sempre de maior envergadura) e qualitativo (afetam um conjunto mais complexo de setores do capital, envolvendo lógicas quase intransponíveis).

Do ponto de vista espacial, um exemplo interessante trazido por Harvey (2006a [1975]) é a relação entre expansão geográfica e concentração geográfica no capitalismo. Por um lado, em momentos de crise, o capital precisa expandir-se para diferentes partes do globo, incorporando e subordinando territórios à sua lógica para que o ciclo de realização da mercadoria aconteça. Contudo, por outro lado, a concentração geográfica também é necessária no capitalismo, principalmente quando pensamos naquilo que se tornou o fenômeno urbano ao longo do século XX. Ou seja, a necessidade de aproximação das esferas de produção, distribuição, circulação e consumo é também muito importante para a otimização do giro da mercadoria.

Não obstante, os processos de expansão, acumulação e concentração do capital e suas respectivas crises não são algo específico do século XX, muito pelo contrário. Podemos até afirmar que estes processos estão no cerne da reprodução capitalista e por isso ocorrem e dão forma a este modo de produção. Assim, um dos principais desdobramentos da conformação do capitalismo no contexto europeu dos séculos XV/XVI foi a intensa expansão geográfica que ficou conhecida como "grandes navegações". Como argumentado por Moraes (2001, p. 105), "[..] a colonização é em si mesma uma relação sociedade-espaço. [...] Colonização é a relação entre uma sociedade que se expande e os lugares onde ocorre essa expansão. A colonização em si mesma é conquista territorial.". Assim, o movimento do capital a partir deste período tem sido, nas palavras deste mesmo autor (2011, p. 18) "complexo, contínuo e múltiplo", incorporando novos lugares à sua lógica de reprodução ampliada. Para entender este processo, o autor trabalha com um importante par analítico: as formas capitalistas de valorização do espaço e a valorização capitalista do espaço, propriamente dita.

> Para entender tal distinção é necessário, contudo, bem diferenciar a relação entabulada entre o "capitalismo" e a superfície da Terra e a existente entre o "capital" e o espaço terrestre. A primeira relação visa à exaustão, ao passo que a segunda tem a seletividade espacial como marca. Isto é, enquanto um sistema econômico o capitalismo busca submeter à sua lógica todos os lugares possíveis, nesse sentido, é exaustivo na sua espacialização [formas capitalistas de valorização do espaço]; já o capital elege lugares para sua

> aplicação e fixação, pousando – do ponto de vista quantitativo e qualitativo – em poucas localidades selecionadas, as quais passam a ter nos estoques (e nos tipos) de capitais ali incorporados o seu principal elemento de caracterização [valorização capitalista do espaço] (MORAES, 2011, p. 19, sublinhado nosso).

Assim, ao longo dos séculos, podemos dizer que vão sendo disseminadas as relações sociais mediadas pela mercadoria, pelo valor. Essa expansão, desta forma, vai delineando um amplo sistema e podemos compreender este processo como uma incessante tentativa de homogeneização espacial que nunca se completa. Mas esta não completude não se realiza como uma imperfeição expansiva, mas como uma eterna incompletude necessária para que sempre possa-se expandir. Moraes (2011) traz à tona um conceito que ajuda bastante a entender esta complexidade: homogeneização diferenciadora.

Partindo deste conceito, podemos entender muito daquilo que foi o Brasil em seu sistema colonial. Pensar o país à luz da dinâmica de reprodução ampliada do capitalismo. Como também colocado por Moraes e Costa (1987 [1984], p. 160, itálico dos autores), a "valorização capitalista do espaço realiza as determinações *gerais* deste modo de produção, construindo territórios únicos, numa dialética entre a universalidade e a singularidade". Moraes (2011) traz ainda todo um debate sobre as "vias de desenvolvimento", categorização interessante para pensarmos a relação espaço-tempo no capitalismo ao longo dos séculos. E toda esta trama de relações espaciais capitalistas que foram estabelecidas implementaram um desenho mundial que foi e continua sendo fundamental para a reprodução sociometabólica do sistema.

> A espacialidade do capitalismo não estaria bem estabelecida se não fosse destacada essa sua qualidade estrutural: a existência de centros difusores [valorização capitalista do espaço] e de áreas de difusão [formas capitalistas de valorização do espaço] marcou, de berço, a história territorial desse modo de produção. Essa desigualdade geográfica básica operou, inicialmente, por meio da especialização produtiva dos lugares, com certas funções e relações sendo restritas ao centro enquanto outros se alocavam exclusivamente nas periferias (MORAES, 2011, p. 24, sublinhado nosso).

Diante destes conceitos, temos importantes instrumentos analíticos para pensarmos a Geografia do capitalismo, considerando as relações espaciais mediadas pela mercadoria no processo de reprodução ampliada. A conexão entre áreas de valorização capitalista do espaço

e formas capitalistas de valorização do espaço, conforme colocado por Moraes, apontam para pensarmos a necessidade de analisar as realidades nacionais com um prisma pelo qual, considerando as dinâmicas intrafronteira, não ignoremos toda a lógica extrafronteira.

Neste sentido, podemos agora retornar à provocativa questão trazida por Fernand Braudel (1989 [1986]) mencionada anteriormente: teria a Geografia inventado a França? Diante do que nós argumentamos até aqui, alguns pontos devem ser levantados: a) não devemos correr o risco de reificar a Geografia e o espaço como sujeitos, sob pena de perdermos a sua compreensão como relacional e complexa; b) admitindo uma perspectiva relacional no trato analítico, devemos considerar sob que contexto espaço-tempo estamos situados e então salientar as relações mediadas pela mercadoria sob a égide do modo de produção capitalista. Acreditamos que uma leitura relacional do espaço passa pela compreensão de todas as suas determinações históricas. Discutir a teoria do desenvolvimento desigual e combinado na História da Geografia é propriamente abordar o momento histórico do capitalismo em sua etapa monopolista e imperialista. Em outras palavras, não existe uma produção do espaço a-histórica, tampouco uma reflexão teórica sobre o espaço que seja deslocada de seu tempo. “O conhecimento científico é um produto histórico, um resultado do desenvolvimento da relação entre as sociedades e a realidade em que estão inseridas” (MORAES; COSTA, 1987 [1984], p. 15). E para além de uma concepção de Geografia, é imprescindível pensarmos numa leitura própria de História. Não existe uma produção teórica a-histórica, senão a elaboração de teorias, conceitos e categorias que atendem a demandas que são de cada tempo presente.

Assim, não nos interessa uma produção historiográfica que se baseie em argumentações pautadas num abstracionismo idealista, que considere as ideias em desfavor das pessoas reais que as produzem. Também não acreditamos que o caminho metodológico desta investigação seja o de uma História que valorize fatos isolados, baseada num empiricismo que pouco avança no debate sobre as determinações espacialmente produzidas. Nosso prisma investigativo considera a necessidade de partirmos de uma leitura historiográfica que compreenda a centralidade de termos a totalidade dos processos sociais como horizonte interpretativo, ou seja, que considere as transformações sociais objetivas e como estas determinam o concreto pensado.

Neste sentido, ao analisar o fim do Departamento de Geografia na Universidade de Harvard, Smith (1987), por exemplo, advoga em favor de compreendermos os eventos para além de ações isoladas, mas como parte do processo histórico mais geral. Em nossa interpretação, concordando com o que é colocado por este autor, entendemos que tanto uma leitura sobre a categoria-chave "tempo" (que não deixa de ser espaço-tempo, como temos colocado), bem como uma posição historiográfica são fundamentais para avançarmos naquilo que é delimitado nesta tese. Quanto ao primeiro, compreendemos que "tempo é tanto o elemento de articulação da/na narrativa historiográfica como é vivência civilizacional e pessoal" (GLEZER, 2002, p. 23). Desta forma, há uma relação intrínseca entre o processo de produção historiográfica e a História. Toda a intelectualidade que se relaciona com determinado contexto de produção do conhecimento apresenta circunstâncias que apenas têm sentido quando levamos em consideração o processo histórico como um movimento do concreto se realizando enquanto totalidade. Na verdade, podemos nos aprofundar mais nessa questão e perceber como esta relação entre os eventos e a produção histórica mais ampla está presente desde as obras de Karl Marx e Friedrich Engels, como neste fragmento da Ideologia Alemã:

> Eis, portanto, os fatos: indivíduos com atividade produtiva segundo um modo determinado entram em relações sociais políticas determinadas. Em cada caso isolado, a observação empírica deve mostrar nos fatos, e sem nenhuma especulação nem mistificação, a ligação entre a estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o Estado nascem continuamente do processo vital de indivíduos determinados; mas desses indivíduos não tais como aparecem nas representações que fazem de si mesmos ou nas representações que os outros fazem deles, mas na sua existência *real*, isto é, tais como trabalham e produzem materialmente; portanto, do modo como atuam em bases, condições e limites materiais determinados e independentes de sua vontade. (MARX; ENGELS, 2007 [1846], p. 18, itálico dos autores)

Estes autores defendem uma perspectiva de História na qual a condição primaz é a existência dos seres humanos em suas relações, sejam estas com a natureza ou com a sociedade de um modo geral. Assim, a atividade real dos indivíduos é o primeiro passo para compreendermos a produção das ideias. Desta forma, temos que um dos principais conceitos associados à nossa concepção historiográfica é o de práxis. Não é à toa que muitas vezes boa parte do campo de investigação inspirado no materialismo histórico e dialético é chamado de filosofia da práxis. Esta compreensão tem relação direta com o que temos discutido, haja vista

que a noção de práxis se fundamenta na superação da dicotomia teoria e prática ao passo que compreende que toda ação humana, enquanto ser social, é ação com intencionalidade.

> É precisamente sobre a concepção do homem como ser prático e social que repousa na idéia capital do trabalho como forma modelar de práxis, vale dizer, o único modo de criação, é precisamente a partir dessa concepção que Marx elabora a sua teoria da história. Nela se ancoram todas as demais categorias nucleares com que Marx opera […]. (PAULO NETTO, 1998, p. 77)

Assim, quando mencionamos a práxis, que é assim compreendida como espacial e temporalmente determinada, intentamos mostrar que, em nossa tese, os sujeitos evidenciados não o são enquanto figuras "além do seu tempo" ou mesmo homens e mulheres que são explicados por si só. Em outras palavras, quando pensamos em uma História Intelectual da Geografia, pensamos primeiramente na atividade concreta de geógrafos e geógrafas em seus cotidianos acadêmicos, mas não só isto. Também pensamos nas relações que estes intelectuais estabelecem com diferentes organizações sociais e políticas e como estas são fundamentais para produzir contextos analíticos novos e, por vezes, revolucionários. E pode ser justamente nesta relação entre sujeitos que produzem, difundem, recebem e se apropriam da teoria e os contextos onde estes processos ocorrem que os fundamentos de uma leitura historiográfica crítica podem ser encontrados.

Ao debater sobre sujeitos, lembremos também, nos limites deste capítulo e do seu propósito, da própria discussão acerca da relação entre subjetividade e objetividade, cada uma destas, em algumas circunstâncias, sobrelevada em análises históricas a tal ponto que se perde o cerne da relação entre estas. Avaliamos que este debate deve passar pela superação de uma visão dicotômica, como apontado por Fontes (2006, p. 8), ao colocar que, por um lado, se "quisermos entender a subjetividade e a singularidade, precisaremos explicar essa vida social objetiva, contraditória e profundamente marcada por desigualdades que nos constitui como indivíduos isolados […]", ao passo que, por outro lado, só "poderemos explicar a objetividade da vida social se ela contiver a compreensão dos elementos que formam nossa própria subjetividade". Assim, ao usarmos o próprio termo "sujeito(s)" no interior de um debate materialista do fazer historiográfico, temos em conta que este não pode ser compreendido como apartado das suas condições materiais.

> O sujeito é uma realidade contraditória em vários aspectos. Tomemos dois. Ele é, num aspecto, sujeito no sentido comum, de ator/autor, *sujeito de*. Sua existência na história faz toda a diferença entre o mundo da natureza e o que resulta da ação humana. Esta ação, realizadora de uma obra que se distingue da e ultrapassa a natureza, não pode, a não ser por uma arbitrariedade metodológica, ser separada da subjetividade dos agentes e de tudo o que ela implica, como o fato de atribuir sentido à própria ação e ao mundo. Num outro aspecto, porém, o sujeito é sempre aquele que está submetido, sofre uma ação, é ou está *sujeito a*. A menos que aceitemos a idéia de que cada um de nós recebe uma alma imortal que seria a nossa verdade última, é preciso reconhecer que a subjetividade não é anterior à história do próprio sujeito. Ela só se desenvolve através da relação com o que lhe é exterior e contraposto: *a objetividade (objectum; Gegen-stand)*. Esta relação limita e modela o sujeito, embora não completamente. (COELHO, 2010, p. 15, itálico do autor)

Este debate aparece de diferentes formas na literatura que se debruça sobre a questão, como em Hobsbawm (2007, p. 176) que coloca que, na "realidade, o argumento decisivo sobre a concepção materialista da história dizia respeito à relação fundamental entre o ser social e a consciência". Sem embargo, a questão da consciência nos processos de produção intelectual deve ser vista, como temos colocado, como histórica e geograficamente determinada. Ao mesmo tempo, frisamos que, como indicado pelo autor, a relação da consciência se dá com o ser social, ainda que chamemos de sujeitos, ou seja, com personas que sintetizam as determinações com as quais se relacionam. Assim, a partir dos termos de Marx e Engels (2007 [1846], p. 11), estamos tratando propriamente das condições materiais da produção intelectual.

> A produção das ideias, das representações e da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; ela é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens aparecem aqui ainda como a emanação direta de seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual tal como se apresenta na linguagem da política, na das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de todo um povo. São os homens que produzem suas representações, ideias etc., mas os homens reais, atuantes, tais como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações que a elas correspondem, inclusive as mais amplas formas que estas podem tomar [....]. (MARX; ENGELS, 2007 [1846], p. 18-19)

Neste sentido, temos que todo o processo de produção de conhecimento, de elaboração de teorias e conceitos, de construção analítica da realidade é determinado pelas condições materiais desta produção. Neste ponto, nos parece pertinente fazer um breve comentário sobre como estamos entendendo o termo "determinações", que acabamos de mencionar. Pode parecer um tanto inadequado, ainda mais em se tratando de um texto que critica posições tradicionais da Geografia, dentre elas as que ficaram conhecidas como deterministas, usar o referido termo como algo fundante de toda a interpretação sobre a relação entre a totalidade histórica e a produção de uma teoria como a do desenvolvimento desigual e combinado. Contudo, adotamos uma posição frente a noção de determinação que se associa a uma visão que não é de causalidade frente a relação entre sujeito e objeto. Assim, a "questão da determinação convida a interrogar sobre como tal ação, tal sujeito e tais circunstâncias tornaram-se aquilo mesmo que efetivamente são, como se constituiu o seu modo *determinado* de ser. O problema da determinação é uma outra forma de abordar a própria história do ser social." (COELHO, 2010, p. 16, itálico do autor). Neste sentido, esta perspectiva, ao mesmo tempo em que refuta a noção individualista de sujeitos alheios a seu tempo histórico, aponta para a necessidade de estabelecer conexões entre quem produz conhecimento e o contexto em que produz, numa relação entre parte e todo. E quando pensamos neste processo devemos considerar não somente a constituição *lato sensu* de um termo, mas todo o movimento que o mesmo apresenta nos meandros entre quem escreve e quem lê. Em outras palavras, existem condições materiais que determinam a escrita teórica, mas também a recepção desta escrita e/ou sua apropriação em determinado contexto de produção de conhecimento.

Quando consideramos a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, podemos perceber essas determinações: as condições de produção intelectual da teoria na primeira metade do século XX são distintas das condições sobre como esta é recebida e apropriada nos anos 1970 ou mesmo no recente interesse pela teoria no primeiro quartel do século XXI. Sobre isso, Tarcus (2018, p. 51) argumenta que não "é possível, então, desenhar uma história meramente interna das ideias, deve-se examinar as condições contextuais que facilitaram ou dificultaram a incorporação de uma corrente de pensamento dentro da história cultural de determinada região". Estas condições materiais da produção intelectual nos ajudam inclusive na compreensão do porquê das diferenças que existem quando consideramos a recepção e a apropriação de uma teoria como a que tratamos nesta tese em distintos contextos geográficos

(a exemplo da presença ou da ausência do debate sobre a teoria em diferentes partes do país nos anos 1970) ou históricos (como em relação ao modo como o desenvolvimento desigual e combinado é tratado pela Geografia no Brasil na segunda metade do século XX e nas primeiras décadas do século XXI). Enquanto síntese, avaliamos que esta citação de José Paulo Netto (1998, p. 77-78, itálico do autor) exprime bem os fundamentos de uma teoria materialista e dialética da História:

> Qual é essa concepção de história de Marx? eu diria que a teoria marxiana estruturada com essas categorias sustenta a história como: *primeiro* um processo objetivo, *segundo* medularmente contraditório, *terceiro* no qual concorrem sujeitos coletivos, *quarto* que, determinados socialmente, atuam com diferentes graus de *cinco* consciência e *seis* com teleologias diversas. Em outras palavras, quanto ao processo objetivo, isso significa que se trata de uma processualidade que porta em si mesma uma especificidade primariamente independente das representações que dela façam os sujeitos; *segundo*, esse processo é contraditório já que ele é marcado pela tensão entre os interesses sociais que circunscrevem os diferentes sujeitos em presença; *terceiro*. é um processo com sujeitos, seus sujeitos reais não se plasmam como personalidades singulares, mas como grupos sociais vinculados por interesses comuns; *quarto*, projetos que são conduzidos por sujeitos determinados, isto é, tais sujeitos não se constituem aleatoriamente, mas segundo imperativos e possibilidades que se colocam concretamente nos espaços e tempos precisos; *quinto*, são sujeitos conscientes, ou seja, esses sujeitos não atuam cegamente mas direcionados pelo maior ou menor grau de conhecimento que têm dos limites e possibilidades da sua ação. E *seis*, é um processo que é marcado pela ação dos sujeitos que têm finalidades, têm intenções sendo, pois, um processo tencionado por sujeitos com suas próprias teleologias

Acreditamos que esta reflexão sobre o fazer historiográfico nos é basilar para uma leitura crítica de muito daquilo que tem sido chamado de História do Pensamento Geográfico. Mas também podemos indicar aqui algumas interessantes ponderações sobre o fazer da História da Geografia a partir de autores da própria ciência. Certamente, um dos mais pertinentes debates vem de Neil Smith. Este autor, ao responder críticas ao seu texto *'Academic War Over the Field of Geography': The Elimination of Geography at Harvard*, defende a necessidade de pensarmos sobre uma nova forma de elaborar a História da Geografia. "A 'história do pensamento geográfico', como é tradicionalmente chamada, deveria ser, segundo todos os parâmetros, o ramo da disciplina intelectualmente mais

estimulante. Em vez disso, é o mais retardado, praticamente antiquado."[8] (SMITH, 1988a, p. 159). Ele ainda ironiza ao dizer que a concepção de uma História do Pensamento Geográfico deve ser caracterizada a partir de três "Ds": descritiva, chata (*dull*) e defensiva. Ao final deste texto, Smith argumenta em favor de uma História da Geografia que esteja baseada em dois "Cs": crítica e contextual. Desta forma, uma leitura idealista do pensamento geográfico vai em desfavor da própria ciência, muito mais mistificando e afastando pessoas de um contexto de produção de conhecimento que é dinâmico, conflituoso e repleto de tensões.

> Os geógrafos, desde muito tempo, se queixam de que são, infelizmente, mal compreendidos e de que ninguém mais questiona sobre cabos e baías ou faz *quizzes* sobre as capitais, isto é, a geografia do jogo "*trivial pursuit*". Mas, na medida em que nós mesmos apresentamos nossa própria história como uma história do "*trivial pursuit*", uma aparentemente interminável hagiografia de heróis, com seus currículos anotados em livros maçantes, colaboramos com nessa banalização da geografia. A história da geografia poderia ser um princípio intelectual para a disciplina, encorajando historiadores, teóricos sociais e cientistas naturais a investigarem mais, mas quando ela é caracterizada pelos três Ds, ela transmite a intelectuais interessados a impressão infeliz de que existe pouca substância entre nós. Uma história tão defensiva e autoconsciente, e a "angústia" geral da disciplina, nas palavras de Frank Popper, meu colega na Rutgers University, comunica aos não-geógrafos que até mesmo os geógrafos não levam a sério sua disciplina ou sua história, então por que outros deveriam levar? (SMITH, 1988a, p. 160)[9]

Assim, esta trivialização da Geografia acadêmica tem contribuído para um empobrecimento dos estudos no que tange à relação entre instituições, partidos políticos, organizações populares e, essencialmente, pessoas. Não há, então, a necessidade de buscar cânones, estrelas do pensamento, desenraizadas das condições materiais da sua respectiva produção intelectual. Avaliamos que as relações entre quem escreve e o contexto histórico no

---

8 "The 'history of geographical thought', as it is traditionally called, should by any and all standards be one of the most intellectually stimulating branches of the discipline. Instead it is the most retarded, verging on anti - quarianism".

9 "Geographers have long complained that they are sadly misunderstood and that no one does capes and bays or capital quizzes any more, that is, "trivial pursuit" geography. But to the extent that we ourselves present our own story as a "trivial pursuit" history, an apparently unending hagiography of heroes, their curriculum vitae annotated into dull books, we collaborate in this trivialization of geography. The history of geography could be an intellectual emblem for the discipline, encouraging historians, social theorists and natural scientists to investigate further, but when it is characterized by the three Ds, it conveys to otherwise interested in - tellectuals the unfortunate impression that there is little of substance here. Such a defensive, self-conscious history, and the discipline's overall "angst", as my Rutgers colleague Frank Popper calls it, communicates to non-geographers that even geographers are not serious about their discipline or its history, so why should others be?"

qual se insere dizem muito e nos ajudam a compreender a produção intelectual e o movimento que uma teoria estabelece através dos intelectuais que a escrevem, reescrevem e produzem reflexões novas a partir da ideia original. Smith (1989), ao analisar a produção intelectual do geógrafo estadunidense Richard Hartshorne, especificamente quanto ao esforço deste para compreender a natureza da Geografia a partir da longa tradição de análise espacial desde os gregos, mostra como iniciativas como essas tratam a História da ciência como um museu e os fatos lá relatados como objetos encapsulados e mitificados. "Como em um museu, os artefatos intelectuais são dispostos em uma sequência histórica, sala após sala, com o propósito de glorificar o presente."[10] (SMITH, 1989, p. 111). Assim, estas abordagens acabam apresentando uma leitura historiográfica que é, no fundo, anti-histórica, caindo em anacronismos quando tratam, por exemplo, de conceitos sem considerá-los como demandas históricas do contexto espaço-temporal que o produziu. Se considerarmos os diferentes contextos políticos nos quais cada teoria é pensada e/ou recebida, temos uma fundamental ponderação acerca dos interesses que atravessam a produção do conhecimento. Como lembrado por Smith (1989), assim como a forte ascensão da leitura neokantiana na metade do século XIX pode ser compreendida como uma reação à dialética hegeliana, o segundo *revival* neokantiano que Hartshorne apresenta para a Geografia pode ser visto como uma resposta reacionária às primeiras apropriações das teorias marxistas no interior da análise espacial no contexto da produção intelectual dos Estados Unidos nas primeiras décadas do século XX.

Assim, consideramos que existe uma premente necessidade de debatermos sobre como temos construído os escritos sobre a história da Geografia no Brasil; num primeiro plano, acreditamos ser importante desfazer a noção de uma História do Pensamento Geográfico como uma história das ideias que desconsidera pessoas reais em suas trajetórias acadêmicas, permeadas por tensões, aproximações, distanciamentos e afinidades intelectuais seletivas. Conforme apontado por Tarcus (2015), a abordagem da História Intelectual surge como um contraponto à História das Ideias. Este afirma que "a *história intelectual latino-americana* tem se definido nas últimas três décadas pela oposição ou pela diferenciação (conforme os casos) à subdisciplina historiográfica que havia dominado a cena durante meio século: refiro-me à chamada *história das ideias*."[11](TARCUS, 2015, p. 11, itálico do autor).

10 "As in a museum, the intellectual artefacts are arranged in historical sequence, room by room, for the purpose of glorifying the present."

11 "[…] la historia intelectual latinoamericana se ha definido en las últimas tres décadas por oposición o por diferenciación (según los casos) a la subdisciplina historiográfica que había dominado la escena durante medio

Enquanto que a primeira tem como foco a compreensão do fazer científico e das práticas sociais conectadas à produção do conhecimento, a História das Ideias tem sido caracterizada como uma visão das teorias, conceitos e categorias como coisas autônomas que se difundem dentre os diferentes contextos acadêmicos.

A partir desta abordagem, desenvolvemos nesta tese um movimento analítico que considera a recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado como prática social determinada pelas condições materiais de produção do conhecimento científico. Interessa para nós o que é dito, mas também como é dito, por quem é dito, quando é dito e onde é dito. Assim, toda História Intelectual é atravessada por sujeitos em seus contextos histórico-geográficos. Desta forma, o exercício historiográfico deve demandar uma busca por conexões entre textos e contextos, haja vista que toda produção acadêmica é uma produção social historicamente determinada. O próximo capítulo se apresenta então com esse intento, dialogando sobre como a abordagem da História Intelectual pode nos auxiliar em uma superação dos pontos que trouxemos aqui atinentes aos limites da abordagem tradicional da História da Geografia como História reificada do Pensamento Geográfico, ou seja, como História das Ideias.

siglo: me refiero a la llamada historia de las ideas.”

CAPÍTULO 2: HISTÓRIA INTELECTUAL: SOBRE PRODUÇÃO, DIFUSÃO, RECEPÇÃO E APROPRIAÇÃO

Ao pensarmos sobre a relação entre a teoria do desenvolvimento desigual e combinado e a Geografia no Brasil, consideramos um conjunto de conceitos e reflexões que nos ajudaram a estabelecer parâmetros investigativos importantes para a identificação, a seleção e a análise de textos e entrevistas. Neste sentido, colocaremos aqui algumas aproximações com o debate em torno do campo da História Intelectual, entendendo que aquilo que é postulado por este abordagem acadêmica nos ajuda no desenrolar da pesquisa, bem como na construção de tramas interpretativas a partir da relação entre teorias, conceitos, intelectuais, movimentos políticos etc. Nesta compreensão intelectual dos textos, é fundamental entender as relações que se estabelecem em, pelo menos, dois grandes horizontes: o contexto de produção do texto, o que poderíamos compreender como uma leitura internalista do escrito, e os diferentes contextos de recepção, tradução, difusão, apropriação e releitura do texto, o que poderíamos chamar de uma leitura externalista do escrito. Contudo, embora com terminologia similar, não estamos tratando aqui de uma falsa dicotomia entre o que seria interno à própria ciência (aos estritos limites da Geografia, se é que eles existem) e o que é visto como externo a ela, tais como as contribuições de outras ciências e mesmo do contexto histórico de um modo geral. Essa questão, como pontuado por Machado, permeou por um tempo o debate da História da Geografia.

> No passado houve um debate, que já está superado, entre a visão internalista e a visão externalista. A visão internalista é a que domina praticamente os trabalhos de história do pensamento geográfico, brasileiros e estrangeiros, no sentido de que tudo acontece como se fosse resultado de uma evolução interna à geografia. A geografia – vista como autossuficiente – vai travando um debate consigo mesma e vai mudando de escolas: escola francesa, teoréticoquantitativa etc. Então, isso parece obedecer um movimento, uma dinâmica, interna. Já a visão externalista, mais recente (de uns 30 anos para cá), diz que a geografia, como qualquer disciplina – e essa abordagem é mais aberta – tem que ser explicada de acordo com o contexto do lugar onde ela é feita. A evolução da geografia é explicada pela influência do ambiente histórico sobre ela. Isso foi trazido para a história da ciência pela visão marxista, que dizia que a história de uma disciplina é influenciada principalmente pelo contexto. [...] Hoje esse debate meio que esgotou, por que é evidente que são as duas coisas. Mas foi bom ter havido o debate. Em qualquer ciência, existe o aspecto internalista, da dinâmica interna, e o

> aspecto externalista, contextual, influenciando a evolução do pensamento. (MACHADO, 2000a, p. 3)

Desta forma, é importante pontuar que uma compreensão mais totalizante do processo histórico deve levar em conta a relação entre estas duas dimensões. Em relação à teoria do desenvolvimento desigual e combinado, temos então que ela não se explica por si só no interior da História da Geografia, nem pode ser compreendida como alheia a esta. Nos termos trazidos pela abordagem da História Intelectual, temos a noção de "sentido intelectual" dos textos. Este só pode ser apreendido pela relação entre o que é intrínseco ao escrito e ao contexto. Assim,

> […] para estabelecer o sentido intelectual dos textos (ou os sentidos, caso se prefira) não basta vinculá-los ao campo da ação ou, como se costuma dizer, a seu contexto. Associá-los a seu "exterior", a suas condições pragmáticas, contribui sem dúvida para sua compreensão, mas não evita o trabalho de leitura interna ou da correspondente interpretação, mesmo se os considerarmos documentos da História política e social. (ALTAMIRANO, 2007, p. 14)

Como colocado por esse autor, temos que a compreensão totalizante de cada texto no campo da História Intelectual passa pela consideração das relações entre exterior e interior. Este debate leva a uma profícua discussão sobre a conexão entre as intencionalidades dos leitores ao ler um determinado texto e a objetividade intrínseca de cada obra. Muito embora o autor de um texto tenha suas próprias intencionalidades ao redigir uma certa reflexão (a exemplo da compreensão sobre o desenvolvimento contraditório do capitalismo na Rússia a partir do que foi pensado por Trotsky como desenvolvimento desigual amalgamado ao desenvolvimento combinado), entre o momento da produção teórica e o momento da apropriação teórico-conceitual existem meandros e interpretações que vão determinando o processo de produção do conhecimento. Em outras palavras, não existe, *stricto sensu*, uma leitura direta de Trotsky sem que sejam consideradas as variadas mediações de intérpretes da teoria. Ainda que consideremos uma situação ideal, como no caso de uma leitura que recorra ao original em russo, o leitor não é uma tábula rasa, desprovido de qualquer conhecimento sobre o processo de desenvolvimento das relações capitalistas. Conhece-se, no mínimo, pelo contato direto que temos como as contradições cotidianas do modo de produção capitalista em

nosso dia a dia, muito embora seja pouco provável que alguém se interesse pela leitura dos escritos de Trotsky, ou de qualquer outro autor da sua envergadura, sem ter antes ouvido falar sobre sua posição política e intelectual.

Quando tratamos da relação que se estabelece entre um determinado contexto geográfico e o movimento intelectual, esta discussão toma um contorno ainda mais interessante. Em se tratando da recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado no Brasil, temos um movimento da teoria que é atravessado pelas condições materiais de recepção e apropriação da teoria no país. Dito de outro modo, é possível dizer, seguindo a argumentação de Tarcus (2018) em relação à obra de Marx na Argentina, que não existiria propriamente uma "teoria em si" desprovida de uma "teoria para nós". Percebamos, inclusive, que não tratamos de um dualismo entre o "em si" e o "para nós". Isto porque acreditamos que existe uma objetividade intrínseca à obra, e portanto àquilo que foi pensado por Trotsky ao escrever sobre o desenvolvimento das relações capitalistas na Rússia. Contudo, as problemáticas que atravessam cada contexto de recepção/apropriação vão dando contornos particulares ao modo como a teoria é incorporada à particularidade de cada cotidiano acadêmico.

Dentre os vários conceitos presentes na abordagem da História Intelectual (TARCUS, 2018), compreendemos que o de "recepção" é um dos que melhor dá conta dos objetivos pensados pela nossa investigação. Mesmo aparentando uma certa simplicidade num primeiro momento, este conceito é muito caro ao pensarmos a formação das ciências de um modo geral, e principalmente quando consideramos as Ciências Humanas e Sociais. Escolhemos tratar do conceito de recepção no interior de uma pesquisa sobre história da Geografia no Brasil por considerar justamente a complexidade da "chegada" de uma teoria como a do desenvolvimento desigual e combinado numa ciência que já tinha, mesmo que ainda precocemente, características próprias. De um modo geral, a recepção acontece dentro de um quadro geral mais amplo de circulação das ideias.

> O conceito de recepção remete a um processo maior de produção/difusão intelectual no qual é necessário discriminar (não temporal, mas analiticamente) produtores, difusores, receptores e consumidores das ideias, ainda que esses processos confundam-se na prática e que esses papéis possam ser assumidos de forma simultânea por um mesmo sujeito. É assim, que dentro do processo global de produção e circulação de ideias, podemos distinguir, não etapas temporais sucessivas, porém distintos momentos, cada

> um deles correspondentes a certos tipos de intelectuais, isto é, de sujeitos específicos que desenvolvem capacidades e habilidades concretas. Esses momentos são: (1) o da produção; (2) o da difusão; (3) o da recepção; (4) o da apropriação (TARCUS, 2018, p. 35-36).

Neste sentido, considerar a recepção de uma teoria, um autor, um conceito etc., envolve termos em conta também um amplo processo intelectual de mobilização que tem sua primeira fase na produção. No nosso caso, nos vale como reflexão pensar o processo de construção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado a partir dos escritos de Leon Trotsky, mas não só. Devemos considerar também alguns dos principais determinantes da leitura de desenvolvimento deste autor, principalmente a partir das influências derivadas do pensamento de Karl Marx, Friedrich Engels e Vladimir Lenin. Ainda em relação à produção, principalmente em se tratando da teoria que analisamos, é importante ressaltar o esforço existente após a morte de Trotsky, considerando, por exemplo, como os escritos de George Novack (1988 [1957], 1976) foram sistematizadores da teoria.

Desta forma, o momento da produção não está circunscrito à produção do texto em si, pois, como vimos de um modo geral em relação à produção do conhecimento, temos que reconhecer que a escrita de um texto é atravessada por múltiplas determinações, que vão desde a formação e posição intelectual de quem escreve até o contexto histórico-geográfico da obra. Assim, o momento da produção envolve, necessariamente, três momentos internos que são: o que antecede/determina a produção daquela teoria, o relativo à produção da teoria em si, e, por último, os desdobramentos da teoria, tendo em conta que não ocorre produção somente naquilo que poderíamos chamar de um falso mito fundador de qualquer termo ou conceito. Qualquer teoria, portanto, está em constante processo de produção, não confinada aos escritos geradores que a apresentaram primeiramente.

Em relação à teoria do desenvolvimento desigual e combinado, temos então que a tradição do debate sobre o desenvolvimento das relações capitalistas no interior do marxismo também constitui o momento da produção deste constructo teórico. Da mesma forma, os avanços analíticos desenvolvidos no pós-Trotsky também são produção. Isto então deixa claro que, em vários momentos, a produção se confunde com a difusão, com a recepção e com a apropriação pelo simples fato de que não são fases isoladas do movimento do real, mas o desenrolar dos processos que, de um ponto de vista esquemático, são organizados em quatro fases/momentos.

Ainda sobre o momento da produção, é importante frisar que toda teoria, conceito, categoria etc. atende a determinadas demandas materiais. Em outras palavras, é a objetividade do concreto que dá sentido à produção de ideias, e não o contrário. A bem da verdade, essa assertiva também é válida para os demais momentos da abordagem da História Intelectual. Quando consideramos o percurso da teoria do desenvolvimento desigual e combinado no Brasil, isto se torna evidente. Nos anos 1970 e 1980, momento em que vão surgindo alguns dos primeiros escritos fundamentados no materialismo histórico e dialético na Geografia no Brasil, não é gratuito que justamente o debate sobre o desenvolvimento contraditório das relações capitalistas tenha emergido com força. Naquele momento histórico presenciamos a preocupação com o desenvolvimento do Brasil e os debates sobre subdesenvolvimento e desenvolvimento dependente eram recorrentes nas publicações do país. Assim, entendemos que olhar para o contexto espaço-temporal mais amplo é sempre um ponto de partida fundamental para apreendermos como se dá a produção de uma teoria, como também os seus processos de difusão, recepção e apropriação.

Com isto, já temos presentes elementos para pensarmos o segundo momento da história intelectual: a difusão. Quando consideramos o campo da História das Ciências, o termo difusão tem sido um dos mais problematizados, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Um dos principais autores responsáveis por todo este debate foi George Basalla (1967), a partir do artigo *The spread of Western science*. Neste texto, o autor parte da questão geral: como a ciência moderna teria se difundido desde a Europa Ocidental até todas as demais partes do mundo? A partir disto, Basalla constrói um modelo analítico organizado em fases.

> Três fases ou estágios que se sobrepõem constituem meu modelo proposto. Durante a "fase 1", a nação ou sociedade não-científica provê dados para a ciência europeia. A palavra não-científica refere-se à ausência da ciência ocidental moderna e não a falta de conhecimento científico pretérito ou nativo do tipo encontrado na China ou Índia; europeia, como é usado aqui neste artigo, significa da "Europa Ocidental". A "fase 2" é marcada por um período de ciência colonial, e a "fase 3" completa o processo de transplantação com a luta para alcançar uma tradição (ou cultura) científica independente. (BASALLA, 1967, p. 611)[12]

12 "Three overlapping phases or stages constitute my proposed model. During "phase 1" the nonscientific society or nation provides a source for European science. The word nonscientific refers to the absence of modern Western science and not to a lack of ancient, indigenous scientific thought of the sort to be found in China or India; European, as used hereafter in this article, means "Western European." "Phase 2" is marked by a pe-

Assim, o autor estabelece um modelo analítico que influenciou vários trabalhos posteriores sobre História das Ciências (CHAMBERS, 1993), principalmente a partir da noção de "ciência colonial", no sentido dos desafios que qualquer país fora do contexto da Europa Ocidental teve e tem para desenvolver um ambiente científico autônomo.

Basicamente, a primeira fase proposta por Basalla se caracteriza pelos contatos iniciais que se estabeleceram entre a ciência produzida no contexto da Europa Ocidental e as demais partes do mundo, tenham sido elas colônias ou não. Estes primeiros contatos são exemplificados pelas expedições, pelos atos de pilhagem, ou mesmo pelos intercâmbios culturais que ocorreram entre as metrópoles europeias e outros impérios que já existiam fora do contexto ocidental, tais como o Japão, a China e a Índia. No caso destes últimos, Basalla não desconsidera a presença de saberes nativos, muitos dos quais são sumariamente expropriados, mas reforça o processo impositivo que vai se estabelecer através dos padrões científicos desenvolvidos no contexto da metrópole.

Em relação à segunda fase, o autor desenvolve seu argumento a partir do termo "ciência colonial", caracterizando essa como uma ciência dependente, ou seja, que não apresenta ainda bases próprias de produção de conhecimento. Nessa etapa, os cientistas locais também podem ser considerados como "coloniais", principalmente por conta do seu processo formativo: não existem instituições educativas no próprio lócus de pesquisa, logo, toda a formação acadêmica se estabelece na metrópole. Além de instituições educativas, todas as demais não existem ou ainda ocorrem de modo precário, tais como entidades de pesquisa, sociedades científicas, e periódicos para publicação de manuscritos sobre o conhecimento local. O próprio número total de pessoas que se dedicam diretamente ou indiretamente à produção de conhecimento científico é reduzido, o que implica em sérias restrições para o debate acadêmico.

Por fim, Basalla apresenta a terceira e última fase de seu modelo como sendo a constituição de uma tradição científica independente. Desta forma, estabelece-se um novo tipo de cientista, que tanto é reconhecido pela sociedade como recebe diretamente financiamento estatal para o desenvolvimento de pesquisa e inovação no local. O autor argumenta que nesta

---

riod of colonial science, and "phase 3" completes the process of transplantation with a struggle to achieve an independent scientific tradition (or culture)".

nova fase as escolas de educação básica também passam por importantes transformações, sendo o lócus privilegiado de disseminação do conhecimento científico e formação de novas gerações de pesquisadores. Também se consolidam novas instituições acadêmicas, como sociedades e associações científicas, periódicos locais e universidades. Ainda assim, Basalla ressalta que não se trata de um processo simples e de fácil identificação a transição da segunda para a terceira fase. Isto porque cada contexto "colonial" apresenta características próprias de desenvolvimento e existe muita sobreposição entre as fases.

Este modelo apresentado por Basalla foi tanto influente quanto criticado por outros historiadores das ciências. Uma dessas críticas veio de Wade Chambers (1993), que analisou não só os pontos problemáticos da abordagem de Basalla, como também frisou alguns pontos importantes dessa perspectiva. Um destes pontos é que o artigo de Basalla pode ser considerado como um dos primeiros escritos na área da História das Ciências que considerou processos internalistas na produção do conhecimento científico local. Em outras palavras, Chambers alerta que, a despeito de uma visão extremamente unidirecional apresentada pelo autor, Basalla é um dos primeiros a considerar que existem condições próprias de cada localidade que devem ser consideradas no momento de análise da difusão científica, tais como a formação de associações e sociedades acadêmicas, os periódicos locais e a própria imbricação dos cientistas e do financiamento estatal.

Ainda assim, Chambers apresenta profundas ponderações à abordagem de Basalla por entender que essa se baseia numa perspectiva historiográfica extremamente linear, sequencial e progressiva.

> As críticas proeminentes que têm sido suscitadas contra o modelo de três estágios têm a ver principalmente com sua estrutura linear, sequencial e, de fato, progressiva e com sua aparente ignorância para o contexto cultural, histórico e econômico do vetor de difusão em questão.[...] O ponto aqui é simplesmente sugerir que a maior parte destas críticas perdem sua força se redefinimos e ressituamos as famosas três fases, de modo a vê-las não como períodos cronológicos ou estágios – unidirecionais, sequenciais e cadenciados – como eles foram anteriormente compreendidos, mas, pelo contrário, como processos dinâmicos e em andamento – interativos, concorrentes e sem limites. (CHAMBERS, 1993, 607)[13]

13 "The salient critiques that have been mounted against the three-stage model have principally to do with its linear, sequential, and indeed progressive structure and with its apparent blindness to the cultural, historical and economic context of diffusion vector under examination. [...] The point here is simply to suggest that for the most part these objection lose their force if we redefine and resituate the famous three phases, so as to

Desta forma, este autor entende que há pontos importantes na abordagem proposta por Basalla, ainda que esta tenha alguns problemas estruturais. Essa abordagem difusionista equivocou-se tanto por entender que apenas a metrópole (no caso, a Europa Ocidental) determina a produção de conhecimento, como por não perceber as relações de poder e controle que permeiam o conhecimento científico, inclusive quando consideramos o imperialismo e a dependência estrutural nas relações sociais desiguais em todo o mundo. Outro ponto importante refere-se a uma completa falta de contextualização histórica mais ampla no modelo proposto por Basalla (LEITE, 1993). Todas as fases apresentadas por este autor não aparecem em diálogo com o processo mais amplo de internacionalização das relações capitalistas nas diferentes partes do mundo. Como vemos em relação à teoria do desenvolvimento desigual e combinado, as distintas conjunturas do capitalismo vão determinando as condições gerais de produção do conhecimento, bem como de sua difusão. A forte difusão da teoria nos anos 1970, inclusive na Geografia no Brasil, e uma espécie de retomada dos estudos correlatos no início dos anos 2010 tem uma relação direta com as crises do capitalismo e a busca dos cientistas por teorias que deem conta do caráter contraditório do desenvolvimento capitalista.

Diferentes aspectos podem ser considerados quando temos em conta principalmente este primeiro momento de difusão da teoria nas Ciências Humanas e Sociais no Brasil. Tanto periódicos, quanto partidos e intelectuais foram decisivos na disseminação das ideias trotskistas no país. Contudo, uma destas figuras merece um destaque singular: Florestan Fernandes. A partir do seu engajamento no movimento trotskista nos anos 1940 (FERNANDES, 1980), este autor foi responsável pela tradução e difusão de textos da tradição marxista e mais tarde, na condição de professor da Universidade de São Paulo, foi um proeminente intérprete da realidade brasileira a partir de algumas das chaves analíticas que estão na base da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, especialmente quanto ao amalgamento entre o arcaico e o moderno na configuração do desenvolvimento dos países de capitalismo tardio.

---

see them not as chronological periods or stages – uni-directional, sequential, and cadenced – as they have previously been understood, but rather as on-going and dynamic processes – interactive, concurrent, and open-ended".

Ao mesmo tempo em que evidenciamos uma persona como a de Florestan Fernandes, não podemos perder de vista que vários aspectos determinam uma possível personificação de um movimento muito mais amplo de produção e difusão de uma teoria. Assim, este autor é parte de uma totalidade histórica, e nele se consubstanciam várias determinações. Destacamos dentre estes aspectos o significado do partido político, aqui compreendido de maneira mais alargada englobando também aqueles movimentos que atuavam na clandestinidade, a exemplo do movimento trotskista que Florestan Fernandes fez parte. A partir das reflexões de Antonio Gramsci, Horacio Tarcus (2018) entende que são os partidos que cumprem, no âmbito do marxismo, a função de mediação entre toda a larga tradição teórico-conceitual associada ao materialismo histórico e dialético e os diferentes contextos nacionais e regionais, principalmente no esforço de leitura de cada realidade a partir deste prisma interpretativo. No contexto brasileiro, essa assertiva deve ser considerada principalmente quando levamos em conta a importância que os partidos e outras formas de organização política tiveram ao longo do século XX, em especial no período anterior à consolidação dos grupos e/ou centros de pesquisa de inspiração marxista no seio das universidades. Neste sentido, separamos alguns fragmentos das entrevistas que realizamos onde é possível notar como essa questão dos partidos foi importante, em menor ou maior grau, nos processos de recepção no contexto da Geografia no Brasil. Em relação às traduções, A. Oliveira (2019) ressalta que os textos marxistas "vinham traduzidos porque o partido traduzia[...], editoras clandestinas. [...] No meu tempo, ou vinha dos partidos ou de algum professor daqui da universidade". Considerando a atuação mais direta nos partidos, Costa (2019) relata que: "eu cheguei a ser dirigente do PCB aqui no estado [de São Paulo]. Eu participava de reuniões, elaborava documentos. Eu era um intelectual orgânico". Voltaremos a esse debate *a posteriori*, quando abordarmos mais detalhes sobre os processos de recepção na Geografia no Brasil.

Feitas estas considerações sobre os momentos da produção e da difusão, avancemos no debate em relação ao terceiro momento, a recepção. Se levarmos em conta os vários pontos trazidos pela discussão sobre recepção de teorias, autores, conceitos etc. na historiografia das ciências no Brasil, temos um debate em específico que ocupou (e, de certo modo, ainda ocupa) um lugar central nas querelas atinentes à relação entre o contexto de produção de ideias e o contexto onde estas são recebidas. Estamos nos referindo à polêmica produzida pela publicação do texto *As ideias fora do lugar*, de Roberto Schwarz (2000 [1973]). Este texto

produziu um profícuo debate sobre como ideias produzidas em determinados contextos (no caso trazido pelo autor, todo o arcabouço do liberalismo construído na Europa Ocidental) são recebidas e apropriadas de modo particular em outros contextos (a exemplo do Brasil do século XIX nas reflexões de Schwarz). Dada a riqueza da análise empreendida pelo seu autor, *As ideias fora do lugar* tem rendido desde os anos 1970 uma importante discussão que interessa em especial à Geografia pela conexão direta que existe entre texto e contexto neste debate.

Em linhas gerais, Schwarz (2000[1973]) apresenta uma linha de argumentação sobre a presença das ideias liberais no contexto brasileiro do século XIX, marcado principalmente pela escravidão. A despeito da presença aberrante de povos escravizados como elemento estruturante da sociedade brasileira à época, o autor comenta o quão recorrente eram as ideias liberais e a defesa do "homem livre" por literatos e políticos de então. Em um primeiro olhar, esta contradição aparente revelaria o quão exótica seria a nossa sociedade e o quão bizarro seria o comportamento de "homens públicos" que chegavam até a defender o estatuto da escravidão a partir da retórica liberal.

A crítica desenvolvida nesse texto vai justamente no sentido de mostrar que esta aparente aberração das relações sociais no Brasil não passa de um desvelamento do liberalismo em, no mínimo, dois sentidos. Seguindo o autor, vemos que a relação entre ideias liberais e escravidão no Brasil serviu, por um lado, para demonstrar a particularidade de cada contexto na recepção das ideias e, por outro, que aquilo que se colocava como antagônico à constituição das liberdades individuais em aparência foi na verdade um processo fundamental para a realização do capitalismo liberal em diferentes escalas.

> Cada um a seu modo, estes autores refletem a disparidade entre a sociedade brasileira, escravista, e as idéias do liberalismo europeu. Envergonhando a uns, irritando a outros, que insistem na sua hipocrisia, estas idéias em que gregos e troianos não reconhecem o Brasil são referências para todos. Sumariamente está montada uma comédia ideológica, *diferente da européia*. É claro que a liberdade do trabalho, a igualdade perante a lei e, de modo geral, o universalismo eram ideologia na Europa também; mas lá correspondiam às aparências, encobrindo o essencial – a exploração do trabalho. Entre nós, as mesmas idéias seriam falsas num sentido diverso, por assim dizer, original. (SCHWARZ, 2000 [1973], p. 12, itálico do autor)

Neste sentido, em sociedades com passado colonial como a nossa, as ideias liberais apresentavam os mesmos vícios da Europa Ocidental, ou seja, encobriam a exploração do trabalho, muito embora no Brasil este falseamento esse dava de modo distinto, já que aqui muitos dos filtros recorrentes no velho continente não eram propriamente necessários. Contudo, em nosso contexto não haviam somente subtrações. Uma das noções que Schwarz melhor desenvolve nesse texto é justamente o estatuto do "favor" na sociedade brasileira do século XIX e como este se conecta, contraditoriamente, com as ideias liberais.

> Esquematizando, pode-se dizer que a colonização produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo e o homem livre, na verdade dependente. Entre os primeiros dois a relação é clara, é a multidão dos terceiros que nos interessa. Nem proprietários nem proletários seu acesso à vida e a seus bens depende materialmente do *favor*, indireto ou direto, de um grande. […] Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força. […] *O favor é a nossa mediação quase universal* – e sendo mais simpático do que o nexo escravista, a outra relação que a colônia nos legara, é compreensível que os escritores tenham baseado nele a sua interpretação do Brasil, involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção. (SCHWARZ, 2000 [1973], p. 15-17, itálico do autor)

A partir desta linha argumentativa do autor, entendemos portanto como em cada realidade particular a recepção das ideias concernentes ao liberalismo vai se dando e como, no contexto brasileiro, temos esta especificidade relacionada à prática do favor, embora aparentemente antagônica ao âmago das ideias liberais. Dado um contexto de recepção completamente distinto do de produção, todo o arcabouço relacionado ao liberalismo servia para justificar a natureza do favor na sociedade brasileira do século XIX, muito embora nas sociedades onde as ideias liberais foram produzidas toda forma de subserviência fosse vista como antítese da essência do "homem livre". Assim, como argumenta Schwarz (2000 [1973], p. 26), "as idéias liberais não se podiam praticar [no Brasil], sendo ao mesmo tempo indescartáveis. [...] Por isso, pouco ajuda a insistir na sua clara falsidade. Mais interessante é acompanhar-lhes o movimento, de que ela, a falsidade, é parte verdadeira.". Desta forma, até mesmo aquilo que poderia ser visto como um possível desvio de finalidade das ideias liberais, mostra-se como o completo desvelamento das facetas subterrâneas do desenvolvimento das relações capitalistas nos mais diferentes contextos histórico-geográficos ao redor do mundo.

Todo este debate trazido por Schwarz nos anos 1970 repercutiu de modo direto nos intelectuais que então faziam reflexões tanto sobre a questão da circulação de ideias no período colonial brasileiro, como também aqueles que se debruçavam sobre a questão do desenvolvimento das relações capitalistas e dos nexos entre o Brasil e a Europa Ocidental no século XIX. Uma das principais respostas veio de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1976), curiosamente uma das principais referências de Roberto Schwarz para o desenvolvimento do seu argumento acerca da questão do favor. De todo modo, a crítica de Franco centrou-se na compreensão de que a abordagem de Schwarz com relação à recepção das ideias seria estruturalmente dicotômica, tratando como se as ideias liberais vindas da Europa Ocidental no Brasil aparecessem como alienígenas em nossa realidade.

> […] Teríamos, de um lado, as idéias e as razões burguesas européias sofregamente adotadas para nada e, de outro, o favor e o escravismo brasileiros, incompatíveis com elas. Montar essa oposição é, *ipso facto*, separar abstratamente os seus termos, ao modo já indicado, e perder de vista os processos reais de produção ideológica no Brasil. Para evitar esse risco, é preciso partir de uma teoria que diverge, ponto por ponto, do esquema atrás explicitado: colônia e metrópole não recobrem modos de produção essencialmente diferentes, mas são situações particulares que se determinam no processo *interno* de diferenciação do sistema capitalista mundial, no movimento imanente de sua constituição e reprodução. Uma e outra são desenvolvimentos particulares, partes do sistema capitalista, mas carregam ambas, em seu bojo, o conteúdo essencial – o lucro – que percorre todas as suas determinações. Assim, a produção e a circulação de idéias só podem ser concebidas como internacionalmente determinadas, mas com o capitalismo mundial pensado na forma indicada, sem a dissociação analítica de suas partes. (FRANCO, 1976, p. 62, itálico da autora)

Além de Franco, outros autores também repercutiram a crítica à leitura feita por Roberto Schwarz quanto à recepção das ideias. Quando consideramos o contexto da Geografia, temos por exemplo as ponderações feitas por Lia Osório Machado. Mesmo não discutindo com o autor de modo direto sobre a abordagem das "ideias fora do lugar"[14] Machado (2000b) apresenta uma interpretação do pensamento geográfico no Brasil do século XIX e começo do século XX que intitula *As ideias no lugar*, claramente dialogando com o título escrito anos antes por Roberto Schwarz. Embora não mencionando de modo claro este debate, a autora aborda o assunto quando coloca que

14 Em Machado (2000a, p. 11), a autora toca neste debate de modo mais direto, embora também não desenvolva detalhadamente a contra-argumentação sobre a relação entre ideias e lugar.

> […] [a]inda hoje é comum a acusação dê que cientistas sociais do passado e do presente – contínua e erradamente – aplicam idéias que são não só estrangeiras mas nocivas à situação interna em virtude de seu desprezo pelo país tal como este se apresenta. Existe uma verdade qualificada nessa afirmação, se tomada como descrição de um certo tipo de comportamento. Por outro lado, a presunção detrás desse tipo de crítica, ou seja, de que a vida intelectual é independente dos conflitos internos, e de que os intelectuais são capazes de uma autonomia conceptual e de originalidade qualquer que seja a condição concreta da sociedade que os produziu, é, no mínimo, bastante discutível. (MACHADO, 2000b, p. 2)

Desta forma, tanto Franco (1976) quanto Machado (2000b), apresentam uma crítica a Roberto Schwarz que considera que o autor encarou a recepção das ideias liberais no Brasil do século XIX a partir de uma visão dicotômica de dois mundos distintos (colônia/metrópole ou mesmo periferia/centro), e que além disso estas ideias aqui habitavam e se espalhavam de modo inerte, logo não interagindo com o contexto histórico-geográfico de então. Estas interpretações acabaram por suscitar um profícuo debate que, em certa medida, levou a importantes reflexões sobre a relação entre o contexto de produção de teorias, conceitos, categorias etc. e o contexto onde estes são recebidos e, principalmente, como estes contextos de recepção também contribuem no próprio processo de produção intelectual.

Em que pese todas as pertinentes ponderações colocadas pelas duas autoras mencionadas aqui, não avaliamos que as críticas ao texto de Schwarz como dualista e descontextualizado sejam cabíveis. Muito pelo contrário, entendemos que este autor faz uso de sofisticadas construções interpretativas justamente para mostrar como a escravidão e a prática do favor devem ser consideradas como padrão particular e, portanto, integrantes do desenvolvimento das relações capitalistas que se davam globalmente já no século XIX. E exatamente por considerar as particularidades desta recepção, avaliamos que Roberto Schwarz se vale de acurada compreensão dos processos analisados do ponto de vista geográfico, como no fragmento que segue:

> Pela ordem, procurei ver na gravitação das idéias um movimento que nos singularizava. Partimos da observação comum, quase uma sensação, de que no Brasil as idéias estavam fora de centro, em relação ao seu uso europeu. E

> apresentamos uma explicação histórica para esse deslocamento, que envolvia as relações de produção e parasitismo no país, a nossa dependência econômica e seu par, a hegemonia intelectual da Europa, revolucionada pelo Capital. Em suma, para analisar uma originalidade nacional, sensível no dia-a-dia, fomos levados a refletir sobre o processo da colonização em seu conjunto, que é internacional. O tic-tac das conversões e reconversões de liberalismo e favor é o efeito local e opaco de um mecanismo planetário. […] Assim, o que estivemos descrevendo é a feição exata com que a História mundial, na forma estruturada e cifrada de seus resultados locais, sempre repostos, passa para dentro da escrita, em que agora influi pela via interna o escritor saiba ou não, queira ou não queira. (SCHWARZ, 2000 [1973], p. 30)

Assim, compreendemos que este autor, ao iluminar o debate sobre a relação entre lugares/contextos e ideias, acaba por apresentar uma análise sobre o desenvolvimento das relações capitalistas e discutir o complexo processo de circulação de teorias, ideias, conceitos, principalmente quando se tem um contexto tão distinto entre países onde a teoria foi pensada inicialmente e onde esta será recepcionada. Como bem argumentado por Ricupero (2008), a análise empreendida por Schwarz acaba por trazer à luz o processo de "torção" das ideias, o que pode torná-las, na aparência, irreconhecíveis de seu contexto original. Contudo, "nessa 'torção', operada na periferia capitalista, se encontraria a verdade do centro capitalista. Até porque muito do que é encoberto no centro poderia ser revelado, sem maiores subterfúgios, na periferia." (RICUPERO, 2008, p. 65). Esta linha interpretativa desenvolvida a partir do debate trazido por Schwarz dá ênfase justamente ao caráter ativo dos diferentes contextos histórico-geográficos de recepção de ideias no processo de constituição do novo, ou melhor, de desvelamento daquilo que apenas está em potência no argumento original de uma teoria. Se considerarmos todo o debate em torno do desenvolvimento desigual e combinado, fica claro como muitas chaves interpretativas podem ser desdobradas a partir daquilo que foi inicialmente pensado pela autoria. O próprio termo desenvolvimento nas Ciências Humanas e Sociais, marcado por uma plêiade de sentidos e definições, traz para a teoria muitas conexões com a análise do avanço das relações capitalistas em diferentes realidades espaço-temporais. E todo o corpo intelectual que se envolve no processo de recepção de uma teoria como essa acaba sendo tributário de adaptações, reflexões e desdobramentos que enriquecem a produção de conhecimento. Desta forma,

> [o] *momento da recepção* define a difusão de um corpo de ideias em um campo de produção diverso do original do ponto de vista do sujeito receptor.

> É um processo ativo, no qual determinados grupos sociais sentem-se interpelados por uma teoria produzida em outro campo, intentando adaptá-la ao (recepcioná-la em) seu próprio campo (TARCUS, 2018, p. 37).

Como bem frisado pelo autor, é importante reconhecermos que a recepção é um processo ativo. Ou seja, quando consideramos este momento, a partir dos pressupostos da história intelectual, temos um movimento que reelabora o conhecimento, que produz o novo a partir daquilo que é recebido. Todo processo de recepção envolve materiais (livros, periódicos, relatórios etc.), organizações (editoras, partidos, movimentos etc.), instituições (universidades, institutos, etc.) e, principalmente, pessoas (divulgadores, intérpretes, tradutores etc.). Cada um destes aspectos acaba influenciando de modo decisivo a recepção de uma teoria.

Quando consideramos as primeiras décadas do século XX e a atuação dos intelectuais trotskistas, podemos identificar os primeiros momentos de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado no nosso contexto. Destacamos neste sentido dois nomes: Mario Pedrosa e Lívio Xavier, que a partir dos anos 1930 foram alguns dos responsáveis pelas primeiras reflexões sobre a realidade brasileira à luz de alguns dos pressupostos de Trotsky (FERREIRA, 2005). A partir deste momento, que tem como marco a publicação de *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil*, de 1931 (PEDROSA; XAVIER, 2021 [1931]), vai se constituindo um fértil ambiente de produção de ideias sobre a realidade brasileira a partir do aparato interpretativo do movimento trotskista internacional.

Deste modo, quando temos em conta a recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, precisamos considerar que todo este processo se realiza dentro de um determinado contexto histórico e geográfico. Teria o mesmo sentido a recepção de uma mesma teoria em realidades espaciais totalmente distintas? A recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado nos Estados Unidos teve o mesmo sentido intelectual no Brasil? Do ponto de vista histórico, a recepção desta teoria nos anos 1970 é a mesma que se dá no primeiro quartel do século XXI? Fica claro que não. Tanto a dimensão espacial quanto a dimensão temporal determinam o processo de recepção de uma teoria, haja vista que esta é recebida em certos contextos considerando as demandas sociais daquele momento. Quando percebemos o aumento no interesse pela compreensão desigual e combinada do desenvolvimento capitalista nos dias atuais, temos como aspecto fundamental as condições

espaço-temporais que vivenciamos hoje de acirramento das contradições do capitalismo em escala sem precedentes.

Mais uma vez, estas reflexões nos fazem considerar as tramas de relações que se estabelecem entre quem escreve e quem lê, sendo este último alguém que difunde, recebe, apropria-se ou desempenha qualquer outra função no movimento da teoria. O que explica a recepção de uma determinada teoria em um específico contexto são justamente os desafios concretos estabelecidos pelo momento histórico que se vive. E aqueles que buscam uma teoria desta forma o fazem enquanto ação intencional, logo atravessados por interesses analíticos que definem a própria leitura que se faz do texto. Assim, podemos enfim reafirmar que entre cada leitor e cada texto que é lido existe uma trama de interpretações prévias, o que torna o processo extremamente complexo. Reafirmamos, portanto, o caráter multifacetado da relação entre a intencionalidade do leitor e a objetividade da obra.

> Todos, inevitavelmente, interpretamos quando lemos: a leitura é em si mesma um ato de interpretação. Antes da interpretação, pode-se argumentar, existe o texto. Em certo sentido, é inegável, porém essa preposição tem tanto valor como aquela que afirma a objetividade do real enquanto prévia e independente da consciência humana. É que o texto não existe como coisa em si, se não para nós, leitores. Somos os leitores quem o realizamos, o atualizamos, e nesse sentido o criamos em cada leitura (TARCUS, 2018, p. 41).

Ainda que o foco de nossa pesquisa tenha se centrado no momento da recepção, é importante recolocar que não a enxergamos como uma etapa isolada, mas como parte do movimento de totalização da história de uma teoria como a do desenvolvimento desigual e combinado. Isto implica que ao mesmo tempo que focalizamos na recepção tivemos clareza de que esta não se explica apartada da produção, da difusão e do quarto momento, a apropriação. Não é possível entender os momentos de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado desconsiderando os seus processos de produção (logo, o caráter objetivo intrínseco à teoria), todos os esforços de difusão ao longo do século XX e como estes também vão dando outros contornos à teoria, bem como os momentos de apropriação e incorporação do debate sobre as contradições do desenvolvimento das relações capitalistas no âmbito da Geografia acadêmica.

Por fim, indiquemos o quarto e último momento daqueles colocados por Tarcus:

> O *momento de apropriação* corresponde ao consumo de um corpo de ideias por parte de um suposto leitor "final" no término da cadeia de circulação. As aspas estão para nos recordar que a distinção é sempre analítica, pois nunca há um leitor "final", na medida em que esse leitor que, está no final da cadeia, converte-se eventualmente em um novo difusor, receptor, ou inclusive produtor... Além do mais, não há leitor exclusivo no final da cadeia: em cada momento nos encontramos com leitores, com verdadeiras políticas de leitura, pois, produtor, o difusor e receptor são, nesta perspectiva e diante do todo, leitores (2018, p. 39).

Neste último momento, vemos o esforço do autor em frisar os diferentes desdobramentos possíveis de uma obra, uma teoria, um conceito etc. É importante considerarmos, neste sentido, que este quarto momento não se coloca como derradeiro, até porque não há sentido em entendermos a história intelectual como um movimento que chega a uma certa finalização. Assim, a apropriação é também difusão, é também recepção, e os sujeitos deste movimento intelectual se repetem em diferentes contextos. Ao pensarmos em termos da Geografia no Brasil na segunda metade do século XX, temos um interessante contexto de recepção das categorias e conceitos marxistas, bem como de apropriação quando consideramos todo um conjunto de teorias daí derivadas.

* * *

Quem construiu a Tebas de sete portas?
Nos livros estão nomes de reis.
Arrastaram eles os blocos de pedra?
E a Babilônia várias vezes destruída -
Quem a reconstruiu tantas vezes? Em que casas
Da Lima dourada moravam os construtores?
Para onde foram os pedreiros, na noite em que
A Muralha da China ficou pronta?
A grande Roma está cheia de arcos do triunfo.
Quem os ergueu? Sobre quem
Triunfaram os Césares? A decantada Bizâncio
Tinha somente palácios para seus habitantes? Mesmo na lendária Atlântida
Os que se afogavam gritaram por seus escravos
Na noite em que o mar a tragou.
O jovem Alexandre conquistou a Índia.
Sozinho?
César bateu os gauleses.
Não levava sequer um cozinheiro?
Filipe da Espanha chorou, quando sua Armada
Naufragou. Ninguém mais chorou?

Frederico II venceu a Guerra dos Sete Anos.
Quem venceu além dele?
Cada página uma vitória.
Quem cozinhava o banquete?
A cada dez anos um grande homem.
Quem pagava a conta?
Tantas Histórias.
Tantas questões.
(BRECHT, 1986 [1935])

Há pouco mais de oitenta e cinco anos atrás Bertolt Brecht escreveu este poema que representa muito daquilo que temos colocado até aqui em nossas páginas. Em *Perguntas de um operário que lê*, o autor nos provoca com indagações que, no primeiro momento, aparentando certa simplicidade, podem nos mover para pensarmos e repensarmos sobre aquilo que para muitos não passa de bastidores do processo de construção da História. A crítica presente nesse poema de Brecht pode ser estendida, alcançando leituras historiográficas que atravessam os mais distintos modos de contar os processos sociais ao longo do tempo como uma coleção de fatos e personagens ou, como tem sido dito muitas vezes, uma história de heróis e vitórias. Seria a abordagem reificada da História do Pensamento Geográfico marcada também por este vício? Teríamos nós os nossos "heróis" da Geografia, embalsamados e expostos em vitrines do conhecimento ou esculpidos em bustos de bronze?

Compreendemos que é mais do que necessário que tenhamos clareza teórico-conceitual em relação aos termos que povoam a análise geográfica, para que assim possamos estabelecer investigações ainda mais acuradas e precisas. A crítica que fazemos à reificação vai neste sentido, justamente por avaliarmos que somos muitas vezes pegos em falso em nossos escritos, criando alegorias conceituais que substituem a realidade. Este risco idealista nos afasta das determinações objetivas do concreto, e nos faz perder a dimensão relacional que tentamos argumentar até aqui.

A partir do próximo capítulo, vamos apresentar uma tentativa de rompimento com a leitura idealista de História do Pensamento Geográfico através de uma abordagem que chamamos de História Intelectual da Geografia. Vamos nos adentrar no movimento intelectual da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, buscando os quatro momentos dessa história que dão lastro à nossa abordagem: produção, difusão, recepção e apropriação, embora dando foco principalmente à recepção, dados os limites objetivos deste texto. Considerando esta abordagem, mostraremos como a teoria pode ser lida e como esse

movimento, mais do que uma crítica, pretende se colocar como uma superação a certos limites do nosso fazer intelectual. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado, compreendida no quadro geral das principais teorias marxistas que lidam com a questão do desenvolvimento contraditório das relações capitalistas, ganha um tratamento que nos ajuda a refinar a própria epistemologia da Geografia no Brasil, em um movimento que enxerga conceitos, categorias e teorias através do fazer intelectual de homens e mulheres, ao mesmo tempo em que esses são também compreendidos através dos conceitos, categorias e teorias que produzem, difundem, recebem e se apropriam.

Perguntas de um operário que lê é, sem dúvida, um dos poemas que melhor retrata a necessidade histórica de reconhecermos que a produção da vida é feita por mulheres e homens em suas condições históricas de reprodução. Ainda hoje, as perguntas podem e devem ser repetidas: “Quem construiu a Tebas das sete portas?/Nos livros estão nomes de reis/ Arrastaram eles os blocos de pedra?”. Brecht nos coloca em situação desconfortável, posição que nos obriga a sair do que tem sido o mais recorrente na História reificante do Pensamento Geográfico, nos desafiando a contar outras histórias.

PARTE II

A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO NA GEOGRAFIA NO BRASIL: MOVIMENTO INTELECTUAL, CONDIÇÕES GERAIS E MOMENTOS DE RECEPÇÃO

> *A perspectiva geográfica influenciada pelo marxismo, semelhante a outras correntes do pensamento geográfico, concebeu a região como uma totalidade. A diferença agora residia no fato de que essa totalidade não era mais concebida nem como uma totalidade orgânica ou lógica, nem como uma totalidade harmônica. Foi concebida como uma totalidade histórica. [...] O mundo era percebido como uma totalidade não-harmônica, como um conjunto disjunto fazendo emergir como noção necessária para a análise a noção de diferença que se tornou central na condução das análises geográficas. Por isso que nas discussões da geografia os temas do desenvolvimento desigual e combinado e do subdesenvolvimento foram privilegiados como investigação. (LENCIONI, 1999b, p, 196)*

> *A lei do desenvolvimento desigual e combinado expressa particularmente uma das leis da dialética, a da interpenetração dos contrários. [...] Na lei que nos interessa, os dois processos são, primeiro o da desigualdade e, depois, o da combinação. Permite que se considere as diferenciações resultantes da presença de fenômenos originados em tempos históricos diferentes coexistindo no tempo presente... e no espaço. Esta lei tem uma dimensão espacial, que se verifica através do processo de regionalização, ou seja, de diferenciação de áreas. Dois aspectos devem ser considerados, tendo em vista a compreensão das conexões entre a lei em pauta e o conceito de região que dela surge. O primeiro deles se refere à gênese e à difusão do processo de regionalização, e o segundo aos mecanismos nos quais o processo realiza-se. Ambos estão interligados. (CORRÊA, 2003 [1986], p. 42)*

A teoria do desenvolvimento desigual e combinado, por vezes chamada de lei ou lógica ou movimento, é uma das principais elaborações analíticas daquilo que poderíamos chamar, emlinhas gerais, de legado marxista nas Ciências Humanas e Sociais. Vários autores, dentro e fora da Geografia acadêmica, tem se valido da teoria do desenvolvimento desigual e combinado para análises sobre diferentes temas, tais como as relações capitalistas no campo,

as contradições do desenvolvimento urbano, ou as assimetrias regionais no território brasileiro. Em certa medida, é possível afirmar que nos acostumamos a afirmar que um determinado processo contraditório que caracteriza a problemática da pandemia de COVID-19 ao redor do globo, por exemplo, se explica pela lógica desigual e combinada do desenvolvimento do capitalismo no mundo. E nada mais. Em outras palavras, seria apropriado indicar que existe uma espécie de autorreferenciamento na teoria do desenvolvimento desigual e combinado, como se essa fosse autoexplicativa dada a obviedade das contraditórias relações capitalistas. Nesta segunda parte da tese, vamos em um sentido contrário desse senso comum acadêmico.

Em que pese toda a importância da teoria para as Ciências Humanas e Sociais no Brasil, principalmente para os estudos que carregam alguma postura mais crítica frente à realidade, avaliamos que é fundamental entender as bases do debate sobre o desenvolvimento desigual e combinado como forma de realmente apreender suas singularidades analíticas e seu poder explicativo para o devido entendimento do concreto pensado. Seguindo o foco de nossa tese, e lastreando-se nas linhas argumentativas que apresentamos nos capítulos anteriores, nos voltaremos agora para a recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil através dos caminhos interpretativos da História Intelectual. O propósito é que, ao final desta segunda parte da tese, tenhamos uma leitura totalizante do movimento que essa teoria tem tido no sentido de melhor evidenciar os próprios limites da sua recepção e apropriação em nossa particularidade.

Esta segunda parte está organizada em três capítulos. No primeiro deles, intitulado *O movimento intelectual da teoria*, nos debruçaremos especificamente sobre a questão da trajetória que o debate sobre a teoria estabeleceu no seio de diferentes autores marxistas em seus contextos próprios de produção de conhecimento. Iniciando com as bases do debate em Marx, Engels e Lenin, vamos avançando no sentido de evidenciar como a questão do desenvolvimento contraditório das relações capitalistas vem aparecendo nesses autores desde o século XIX, embora destaquemos a singularidade da discussão que é trazida por Trotsky no século XX. Desta forma, nos parece fundamental tornar nítida toda a elaboração que esse último fez nas primeiras décadas do século passado no sentido de apresentar um debate *sui generis* sobre a questão do contraditório desenvolvimento capitalista. Esse debate, embora seja tributário daquilo que Lenin inicialmente já argumentava em sua teoria do imperialismo, guarda especificidades que conferem um estatuto próprio à abordagem trotskista, por vezes

negligenciado na Geografia acadêmica no Brasil. Nesse terceiro capítulo, portanto, caminhamos no sentido de evidenciar as necessárias distinções no interior do debate marxista, sem com isso investir em categorizações e dicotomias que engessam e empobrecem a leitura dialética do movimento.

A par dessas leituras sobre as devidas distinções do debate sobre a questão do desenvolvimento capitalista no interior do marxismo, avançamos para uma interpretação mais detida acerca do contexto próprio de recepção da teoria pela Geografia no Brasil. Para tanto, apresentamos o quarto capítulo, intitulado *Condições gerais de recepção da(s) teoria(s) pela Geografia no Brasil*. A ideia de fazermos essa espécie de trocadilho com o plural vai justamente no sentido de perceber que o que é muitas vezes colocado como um processo homogêneo (recepção da teoria marxista do desenvolvimento) é na verdade multifacetado dada a própria diversidade no interior do debate marxista sobre a questão. E quando temos o contexto mais recente, já no século XXI, essa querela pode ser ainda mais complicada, dado que é usual tratar processos e teorias distintas como uma coisa só, como será argumentado em vários momentos desta tese. Optamos por dividir em dois subcapítulos já no sentido de explicitar dois dos principais caminhos de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil. Em *O debate sobre o desenvolvimento contraditório das relações capitalistas no Brasil*, frisamos toda a tradição intelectual que se consolida no Brasil em torno de figuras como Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, José de Souza Martins, Francisco de Oliveira e a Teoria Marxista da Dependência. Já em *A apropriação das teorias marxistas do desenvolvimento desigual pela Geografia ocidental*, nosso olhar se volta para autores da Geografia ocidental que, ainda nos anos 1970, fizeram as primeiras conexões entre a(s) teoria(s) e o debate geográfico, o que veio a ter importante influência na Geografia no Brasil.

Todo esse rico e complexo cenário que fomos traçando acaba sendo sumarizado em três grandes caminhos de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil. O primeiro, evidenciado a partir dos pontos expostos no terceiro capítulo da tese, é o acesso direto aos textos de Trotsky. O segundo e o terceiro grandes caminhos de recepção são os dois que acabamos de indicar: a leitura dos escritos da intelectualidade brasileira e a leitura dos textos da Geografia ocidental, com destaque para Neil Smith, David Harvey e Doreen Massey. No quinto e último capítulo, intitulado *Momentos de recepção da teoria pela Geografia no Brasil*, apresentamos nossa interpretação sobre o movimento de

renovação crítica da Geografia no Brasil nos anos 1970 e 1980 e o processo mais recente de recepção, já no século XXI. Esses dois momentos são cruciais para entendermos a recepção (e a apropriação) da teoria no país considerando a particularidade da Geografia.

As reflexões finais desta segunda parte da tese vão no sentido tanto de visibilizar como esses caminhos de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado se apresentam nas publicações da Geografia no Brasil, quanto apontar alguns limites nesse processo. Alguns dos pontos que mais nos chamaram a atenção foi a frequente ausência de qualquer referência aos fundamentos da teoria ao mencioná-la ou ainda a indicação de fontes que não trabalham propriamente com a perspectiva trotskista de desenvolvimento como se dessa fossem tributárias. Em nosso juízo, essas questões apontam para a necessidade de maior rigor teórico-metodológico no uso de conceitos, categorias e teorias do debate marxista.

CAPÍTULO 3: O MOVIMENTO INTELECTUAL DA TEORIA

> *O concreto é um conceito relativo e não absoluto: o que é concreto em um caso acaba sendo abstrato em outro: isto é, insuficientemente definido para um determinado propósito. No sentido de obter um conceito "concreto" o suficiente para uma determinada necessidade, é necessário correlacionar muitas abstrações em uma só – como em uma reprodução de um segmento da vida em uma tela, que é uma imagem em movimento, é necessário combinar um número de fotografias estáticas. O concreto é uma combinação de abstrações – não uma combinação arbitrária ou subjetiva, mas uma que corresponde às leis do movimento de um determinado fenômeno.*
> *(TROTSKY, 1942 [1940], p.118)*

De um modo geral, o processo de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado no debate que nos propomos passa necessariamente pela consideração mais ampliada do seu movimento intelectual. Através dos autores que elencaremos aqui, trataremos de argumentar sobre como a intelectualidade marxista foi tratando, em linhas gerais, a compreensão de desenvolvimento desigual das relações capitalistas, apresentando algumas convergências e, principalmente, divergências que nos ajudam no entendimento da recepção dessa discussão pela Geografia no Brasil.

Em um primeiro momento, vamos tratar das bases que fundamentam o que poderíamos chamar, a grosso modo, de teoria marxista do desenvolvimento desigual. Essas bases que colocaremos aqui são importantes para variados conceitos e teorias que conhecemos hoje no âmbito do debate crítico acerca do capitalismo, a exemplo da teoria leninista do imperialismo, da teoria marxista da dependência, da teoria do sistema-mundo e, obviamente, da teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Como argumentado por Chilcote (1983, p. 105), "[a]alguns dos fundamentos das várias teorias do desenvolvimento e do subdesenvolvimento se encontram nos escritos de Marx, Lenin e Trotsky.". Assim, o primeiro item deste capítulo retoma essas bases, indicando onde nos textos Marx, Engels e Lenin podemos identificar o alicerce da compreensão do desenvolvimento capitalista enquanto desigual.

Já no segundo subcapítulo, vamos tratar das particularidades dos escritos de Trotsky acerca da sua visão sobre o caráter combinado do desenvolvimento desigual capitalista em

países que não estavam inseridos no contexto da Europa Ocidental no início do século XX. Com essa parte da tese, expomos o movimento intelectual que a teoria vai apresentando através dos escritos de Trotsky, também indicando alguns lineamentos da sua concepção após a morte do autor em 1940. São indicados os fundamentos filosóficos da leitura de Trotsky acerca do desenvolvimento capitalista, bem como alguns debates atuais sobre o poder explanatório da teoria do desenvolvimento desigual e combinado para a compreensão do capitalismo no século XXI.

Como síntese parcial dos primeiro e segundo subcapítulos, apresentamos o terceiro. Nessa parte vamos defender um dos pontos nevrálgicos da tese: a noção de que a teoria trotskista do desenvolvimento desigual e combinado apresenta uma trajetória intelectual própria em relação à teoria do desenvolvimento desigual, sistematizada inicialmente por Lenin. Não acreditamos, contudo, que tenhamos duas abordagens que não dialoguem entre si; pelo contrário, em muitos momentos do século XX as trajetórias das duas teorias apresentaram momentos de convergência. Contudo, essa distinção é basilar para os próximos capítulos da tese, haja vista que, dependendo do que se leu, de quem se leu, quando se leu e onde se leu, podemos identificar diferentes processos de recepção de cada abordagem teórica do desenvolvimento, às vezes compreendido como desigual e combinado sem a devida fundamentação à luz dos autores que defenderam ou tem defendido essa leitura no conjunto das mais diversas teorias sobre o capitalismo no âmbito do marxismo ocidental.

3.1 O debate sobre o desenvolvimento desigual das relações capitalistas em Marx, Engels e Lenin

As primeiras reflexões sobre a sociedade enquanto algo que apresenta diferenciações surgem ainda durante a Grécia Clássica, onde diferentes intelectuais se debruçaram sobre a realidade material apontando assimetrias diversas. Coggiola (2004) aborda esta questão colocando que, por exemplo, o filósofo Tucídides, analisando comparativamente a Grécia e os chamados povos bárbaros, indicava algumas disparidades encontradas entre estes grupos sociais. Em certa medida, ao longo de séculos, os agrupamentos humanos foram se organizando e se desenvolvendo de tal forma que, progressivamente, as diferenças tornaram-se cada vez mais perceptíveis. Ainda assim, mudanças quantitativas, por si só, não são

suficientes para uma ruptura no modo de compreender como as sociedades se desenvolvem. Apenas a partir de uma considerável mudança qualitativa é que de fato podemos passar a discernir o desenvolvimento desigual da(s) sociedade(s). Seguindo este raciocínio, será após o período da primeira revolução industrial e com a intensificação do modo capitalista de produção que as assimetrias sociais ficarão mais evidentes, com reflexos diretos em diferenças geográficas no processo de produção contraditória do espaço. Dito de outro modo, temos a primeira revolução industrial como um momento de descontinuidade no capitalismo, que evidencia o processo desigual de seu desenvolvimento. Desta forma, a teorização sobre o desenvolvimento das relações humanas como desiguais e combinadas apenas será possível no decorrer das contradições do capitalismo e das diferentes formas como este tipo de relação social se estabelece ao redor do mundo com o passar do tempo.

No contexto de acirramento das contradições do capitalismo no século XIX, vários intelectuais se debruçaram sobre a realidade destas assimetrias, compreendendo-as como um processo complexo de produção de desigualdades em diferentes dimensões (históricas, sociais, econômicas, espaciais etc.). Com isto, estavam estabelecidos alguns dos alicerces para o que viria a ser chamada de lei do desenvolvimento desigual e combinado, que tiveram maior relevo a partir das interpretações dialéticas de K. Marx e F. Engels, em certa medida como derivações da filosofia hegeliana. Como afirmado por Novack (1988 [1957], p. 11), “Hegel utilizou a lei em suas obras sobre a história universal e a história da filosofia, porém sem lhe dar um nome especial nem reconhecimento específico”. Neste sentido, antes mesmo de Marx e Engels, tivemos intelectuais que tentaram entender esta mudança qualitativa no desenvolvimento das relações humanas mediadas pelo valor, mas somente estes últimos realmente avançaram nesta leitura. A chave principal utilizada por Marx e Engels se pautou na leitura dialética e materialista do desenvolvimento humano. Neste sentido, a base da compreensão desse se deu a partir das relações que se estabelecem entre sociedade e natureza ao longo do tempo e conforme as condições geográficas. Como uma necessidade imperiosa de produzir sua própria subsistência, os seres humanos devem interagir com a natureza e estas relações são mediadas pelo trabalho (ROSENBERG, 2010). Aqui encontramos a base de toda a leitura marxista de desenvolvimento, o que implica em dizer que temos necessariamente uma interpretação que considera determinantes espaço-temporais. Assim, em vez de buscarem a compreensão do desenvolvimento humano como algo etéreo,

explicável pelo movimento das ideias em geral, Marx e Engels o buscam no processo histórico de transformação do ser humano em ser social.

Em se tratando de desenvolvimento das relações sociais capitalistas, estes autores compreendem que o entendimento deste conceito passa pelas determinações de uma forma de sociabilidade que tem como marca o acirramento das desigualdades. Nesta passagem d' *A ideologia alemã*, Marx e Engels já colocam alguns pontos sobre a relação entre desigualdades e desenvolvimento, principalmente na escala internacional.

> As relações entre as diferentes nações dependem do estágio de desenvolvimento em que cada uma delas se encontra, no que concerne às forças produtivas, à divisão do trabalho e às relações internas. Este princípio é universalmente reconhecido. Entretanto, não só as relações entre uma nação e outra, mas também toda a estrutura interna de cada nação, dependem do nível de desenvolvimento de sua produção e de seus intercâmbios internos e externos. Reconhece-se da maneira mais patente o grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas de uma nação pelo grau de desenvolvimento alcançado pela divisão do trabalho. Na medida em que esta divisão do trabalho não é mera extensão quantitativa das forças produtivas já conhecidas anteriormente (o aproveitamento de terras incultas, por exemplo), qualquer força produtiva nova traz como consequência um novo aperfeiçoamento da divisão do trabalho. (MARX; ENGELS, 2007 [1846], p. 11-12)

Nestes termos, os autores ressaltam as forças produtivas, a divisão do trabalho e as relações internas como importantes dimensões a serem consideradas ao pensarmos sobre o desenvolvimento de cada nação, tendo em conta não somente as assimetrias nas relações internacionais, como também do próprio desenvolvimento desigual intranacional. A compreensão do desenvolvimento humano como historicamente determinado implica numa leitura situada do debate sobre o desenvolvimento desigual.

Como temos afirmado, será com Marx e Engels que teremos uma ruptura qualitativa nas leituras sobre a questão do desenvolvimento das relações capitalistas, dando relevo ao caráter contraditório que o fundamenta. Este primeiro apontamento acerca da abordagem sobre o desenvolvimento em Marx é algo importante para ser frisado em nossa tese justamente por não haver um consenso entre os autores acerca da existência ou não de um debate sobre o desenvolvimento desigual já nas obras deste autor, bem como em Engels

(NOVACK, 1988 [1957]; KNEI-PAZ, 1985 [1980]; LÖWY, 1998 [1995]; TESCHKE, 2008; WAINWRIGHT, 2008; ROSENBERG, 2010; MIRANDA, 2018).

A rigor, embora o próprio termo "desenvolvimento" apareça várias vezes nos escritos de Marx e Engels, isso por si só não diz muita coisa haja vista a polissemia da palavra. Sendo mais específico, em se tratando do uso da expressão "desenvolvimento desigual", existe apenas uma única menção direta nos textos desses autores que pode inclusive desaparecer conforme a tradução do documento (WAINWRIGHT, 2008). Esta ausência direta da expressão, por outro lado, também não deve levar à conclusão de que este fosse um debate estranho a Marx e Engels. Principalmente quando consideramos que toda uma tradição que sucede estes autores têm na discussão sobre o desenvolvimento desigual (com a adição do caráter "combinado" ou não, como veremos mais à frente) algo fundamental para entender o modo de produção capitalista. Mesmo sem a menção direta ao termo, os alicerces do debate já se encontram em Marx e Engels. Ainda que possamos argumentar que não haja propriamente uma teorização acabada do desenvolvimento desigual nesses autores, podemos considerar que

> [...] Marx nos fornece os elementos de uma teoria que vê o desenvolvimento desigual como um produto de quatro processos relacionados: a acumulação original e primitiva do capitalismo de seu próprio "exterior" na escravidão, a subsunção formal do trabalho, o deslocamento de diversas formações pré-capitalistas e o colonialismo. (WAINWRIGHT, 2008, p. 880-881)[15]

Assim, a compreensão do desenvolvimento desigual das relações capitalistas vai ser uma elaboração teórico-conceitual do movimento comunista pós-Marx e Engels, considerando as bases interpretativas que estes autores legaram para a leitura da sociabilidade mediada pelo valor de um modo geral. Concordando com Miranda (2018), defendemos a perspectiva de que já existe um debate sobre o desenvolvimento histórico na obra marxiana/engelsiana, principalmente quando consideramos que a leitura sobre este conceito aparece conectada com a leitura de práxis humana na mediação que o trabalho estabelece nas relações entre sociedade e natureza. Assim, "[é] da forma da práxis humana

15 "[...] Marx provides us with the elements of a theory that sees uneven development as an effect of four related processes: capitalism's original and primitive accumulation of its own "exterior" in slavery, the formal subsumption of labor, the displacement of diverse precapitalist formations, and colonialism."

que Marx deriva uma teoria para o desenvolvimento histórico que faz justiça à sua natureza necessariamente contraditória e desigual e, portanto, repleta de bifurcações e até mesmo becos sem saída" (MIRANDA, 2018, p. 80-81). Ainda que possamos reconhecer a ausência de uma teorização explícita sobre a questão do desenvolvimento nos escritos de Marx e Engels, em diversas passagens é possível notar tanto uma leitura geral sobre o debate, como indicamos anteriormente, quanto também é possível identificar certo friso ao caráter desigual e contraditório que atravessa a concepção. Como exemplificação, temos este outro fragmento, desta vez em autoria solo de Marx.

> A "sociedade atual" é a sociedade capitalista, que, em todos os países civilizados, existe mais ou menos livre dos elementos medievais, mais ou menos modificada pelo desenvolvimento histórico particular de cada país, mais ou menos desenvolvida. O "Estado atual", ao contrário, muda juntamente com os limites territoriais do país. No Império prussiano-alemão, o Estado é diferente daquele da Suíça; na Inglaterra, ele é diferente daquele dos Estados Unidos. "O Estado atual" é uma ficção. No entanto, os diferentes Estados dos diferentes países civilizados, apesar de suas variadas configurações, têm em comum o fato de estarem assentados sobre o solo da moderna sociedade burguesa, mais ou menos desenvolvida em termos capitalista. É o que confere a eles certas características comum essenciais. Nesse sentido, pode-se falar em "atual ordenamento estatal [*Staatswesen*]" em contraste com o futuro, quando sua raiz atual, a sociedade burguesa, tiver desaparecido (MARX, 2012 [1875], p. 42).

Neste fragmento de *Crítica ao Programa de Gotha*, Marx apresenta uma interessante abordagem sobre o uso dos termos "sociedade atual" e "Estado atual". O autor enxerga no primeiro um termo que realmente condiz com a realidade do mundo capitalista, ou seja, é possível falar em uma "sociedade atual" no sentido de uma sociedade capitalista, logo enquanto universalidade. Já para o segundo termo, Marx compreende que não é possível falar em "Estado atual" enquanto generalidade, já que este somente pode ser compreendido a partir das particularidades que cada contexto nacional estabelece. Mesmo dando peso à generalização da sociedade capitalista, neste trecho podemos identificar que Marx capta o desenvolvimento desigual em escala global a partir da leitura da relação entre universalidade e particularidade.

Mesmo não sendo uma expressão do léxico marxiano, Wainwright (2008) defende que é possível inclusive identificar nos textos de Marx uma progressiva alteração na

perspectiva que este autor faz em relação à noção de desenvolvimento desigual. Para tanto, argumenta-se que, nos *Grundrisse*, Marx se posiciona frente ao debate a partir de uma leitura mais temporal do processo. Em outras palavras, a compreensão de desenvolvimento desigual nos *Grundrisse* aparece a partir do debate sobre a dissolução dos modos de produção que antecedem o capitalismo e como estas determinações históricas são importantes para entender o que viriam a ser os diferentes desdobramentos da territorialização do capital na Europa Ocidental. Por outro, na visão de Wainwright, em *O Capital*, Marx apresenta uma outra compreensão sobre esse processo, tendo como marca principal a questão da colonização e, por tanto, uma forte leitura espacial do debate.

> Em vez de introduzir o conceito de acumulação primitiva para então investigar as raízes históricas do capitalismo, como nos *Grundrisse*, Marx termina *O Capital* com o colonialismo – a difusão espacial da acumulação primitiva. A origem do capitalismo aparece de uma nova maneira, por meio da elaboração da cada vez mais ampla contradição capital-trabalho, por um lado, e seu esboço espacial via colonialismo: das formações pré-capitalistas ao presente colonial. A problemática do desenvolvimento desigual muda de um acento temporal para um acento espacial. (WAINWRIGHT, 2008, p. 890)[16]

Em que pese a existência de algumas discordâncias nossas com a abordagem de Wainwright, como, por exemplo, esta cisão que ele faz entre uma possível ênfase temporal e outra de caráter espacial em Marx, concordamos com o autor que a leitura sobre o processo de desenvolvimento desigual vai ganhando uma dimensão distinta à luz das interpretações que o autor de *O Capital* faz frente ao processo de colonização do império britânico. Tanto as formas imperialistas distintas que vão se estabelecendo nos diferentes contextos coloniais (Irlanda, Índia, Austrália etc.), quanto os processos de resistência dos povos colonizados serão combustível para avanços importantes na leitura de Marx sobre o desenvolvimento das relações capitalistas ao redor do mundo, com destaque para o período que este era correspondente do *New York Tribune*. Sem sombra de dúvidas, enxergar os processos de territorialização do capital em outras partes do mundo que não somente a Europa Ocidental

16 "Rather than introducing the concept of primitive accumulation to then inquire into the historical roots of capitalism, as in Grundrisse, Marx ends Capital with colonialism—the spatial diffusion of primitive accumulation. The origin of capitalism appears in a new way, through the elaboration of the ever-widening capital–labour contradiction on one hand and its spatial adumbration via colonialism: from precapitalist formations to the colonial present. The problematic of uneven development shifts from a temporal to a spatial accent."

conferiu a Marx um aguçamento da própria compreensão da articulação entre universalidade e particularidade no desenvolvimento desigual das relações mediadas pelo valor. Em outros termos, as próprias concepções de Marx acerca da determinação que o contexto espaço-temporal tem em relação à constituição da leitura de mundo do indivíduo se encontram em sua própria trajetória intelectual. Os diversos determinantes do momento em que Marx vive consubstanciam-se na sua persona e na compreensão que ele imprime sobre o desenvolvimento contraditório das relações capitalistas.

Justamente este debate sobre a relação entre a universalidade do desenvolvimento das relações capitalistas nas diversas partes do globo e as particularidades de cada porção do mundo foram cruciais para o próprio fazer revolucionário destes autores na segunda metade do século XIX. Os escritos de Karl Marx e Friedrich Engels começam a circular cada vez mais nos meios dos partidos e movimentos políticos da Europa, chegando inclusive na Rússia. Lá desenvolveu-se um curioso debate sobre como pensar a exequibilidade das ideias de Marx no contexto de um país tão distinto daqueles da Europa Ocidental, principalmente da Inglaterra. Haviam aqueles que compreendiam a necessidade de fases no processo histórico e que, logo, países que ainda não tivessem a massificação das relações capitalistas em seu território deveriam presenciar inicialmente uma revolução burguesa (nos moldes da inglesa ou francesa) para então poder pensar em uma revolução proletária. Embora este debate não seja fartamente discutido pelo próprio Marx, em algumas trocas de cartas é possível identificar a posição do autor frente a esta querela. Abaixo, indicamos trecho de carta no qual Marx responde ao populista russo Mikhailovsky acerca da visão linear que esse teria apreendido dos escritos de Marx.

> Ora, como o meu crítico [referindo-se a Mikhailovsky] aplicou esse esboço histórico à Rússia? Tão somente assim: se a Rússia tende a tornar-se uma nação capitalista a exemplo das nações da Europa ocidental – e durante os últimos anos ela se esforçou muito nesse sentido –, não será bem-sucedida sem ter transformado, de antemão, uma boa parte de seus camponeses em proletários; e, depois disso, uma vez levada ao âmago do regime capitalista, terá de suportar suas leis impiedosas como os demais povos profanos. Isso é tudo! Mas isso é pouco para o meu crítico. Ele ainda tem necessidade de metamorfosear totalmente o meu esquema histórico da gênese do capitalismo na Europa ocidental em uma teoria histórico-filosófica do curso geral fatalmente imposto a todos os povos, independentemente das circunstâncias históricas nas quais eles se encontrem, para acabar chegando à formação econômica que assegura, com o maior impulso possível das forças produtivas do trabalho social, o desenvolvimento mais integral possível de

> cada produtor individual. Porém, peço-lhe desculpas. (Sinto-me tão honrado quanto ofendido com isso.) […]. (MARX, 2013 [1877], p. 68)

Assim, enxergamos que a leitura de mundo de Marx e Engels, e por conseguinte suas práticas revolucionárias, não compreendiam o desenvolvimento do capitalismo como algo que desconsiderava as particularidades nacionais. Sem embargo, esta querela vai influenciar de modo decisivo o debate sobre como entender os escritos destes autores nos mais diferentes contextos espaço-temporais. Essa demanda sobre pensar a realidade nacional à luz dos fundamentos mais gerais trazidos por Marx e Engels vai ser fundamental para todo um conjunto de intelectuais militantes que seguiram no movimento comunista internacional após a morte desses dois precursores. E esta questão de pensar a relação entre universalidade e particularidade vai aparecer de forma evidente em um outro sujeito que também deve ser considerado como persona no movimento intelectual da teoria do desenvolvimento desigual e combinado: Vladimir Lenin.

* * *

Na viragem do século XIX para o XX, em um contexto de intensificação da internacionalização do capital e consolidação do seu caráter imperialista, Lenin é um dos principais intelectuais do movimento comunista que tece considerações sobre o processo contraditório de desenvolvimento social da Rússia, como forma de compreender as contradições deste Estado nacional no contexto pré-revolucionário. Ao longo destes escritos, este autor vai apresentando uma linha de argumentação que, em nosso ver, é tributária das contribuições de Marx e Engels para pensarmos o capitalismo, ao mesmo tempo em que oferece uma salutar contribuição para o aprimoramento de alguns conceitos que, nos autores do Manifesto, ainda não passavam de debates potenciais. No âmbito do que nos propomos investigar em nossa tese, cabe frisar a discussão leninista sobre o desenvolvimento desigual do capitalismo. Uma das principais obras do autor que tem servido como referência quando busca-se fundamentar este debate é *O imperialismo, fase superior do capitalismo*, escrita nos meses que antecederam a revolução de 1917.

Ao abordar o conceito neste livro, Lenin argumenta em favor de uma leitura abrangente do desenvolvimento desigual, que abarca tanto empresas, quanto ramos industriais como um todo, e ainda os próprios países. Na visão leninista, existe uma indissociabilidade entre desenvolvimento das relações capitalistas e o seu caráter desigual. E com o passar das décadas e a crescente exportação de capitais dos países centrais para os países periféricos, pode-se constatar a progressiva agudização do desenvolvimento desigual em escalas sem precedentes.

> O capitalismo é a produção de mercadorias no grau superior do seu desenvolvimento, quando até a força de trabalho se transforma em mercadoria. O desenvolvimento da troca, tanto no interior como, em especial, no campo internacional, é um traço distintivo e característico do capitalismo. O desenvolvimento desigual, por saltos, das diferentes empresas e ramos da indústria e dos diferentes países é inevitável sob o capitalismo. (LENIN, 2011 [1917], p. 180)

Assim, na compreensão de Lenin, essa inevitabilidade do desenvolvimento desigual no capitalismo é algo estrutural a tal ponto que o mesmo o compreende como uma condição e premissa básica para a realização do modo de produção. Como bem lembra Harvey (2006a [1975]), a leitura que Lenin coloca neste livro é uma tentativa de entendimento do período histórico em que vivia, qual seja, o desenrolar da Primeira Guerra Mundial. Esta guerra imperialista determina de modo fundamental a visão de Lenin sobre como ele compreende a relação que as grandes potências econômicas de então tinham com as demais partes do mundo e como estas relações contraditórias se desdobravam no conflito armado como um fim indispensável para lidar com os desafios da reprodução do capital em escala planetária. No contexto da fase monopolista do capitalismo, Lenin aguça sua interpretação das contradições do modo de produção e ressalta o desenvolvimento desigual como algo que está no âmago da sociabilidade capitalista.

> A exportação de capitais repercute-se no desenvolvimento do capitalismo dentro dos países em que são investidos, acelerando-o extraordinariamente. Se, em consequência disso, a referida exportação pode, até certo ponto, ocasionar uma estagnação do desenvolvimento nos países exportadores, isso só pode ter lugar em troca de um alargamento e de um aprofundamento

> maiores do desenvolvimento do capitalismo em todo o mundo. (LENIN, 2011 [1917], p. 184)

Nesta passagem, o autor traz à tona justamente a ideia de que uma das saídas buscadas para a superação de parte da crise que assola os países imperialistas é a exportação de capitais, um processo que é marca da fase monopolista do modo de produção capitalista. Contudo, esta exportação carrega consigo as próprias contradições que levaram à necessidade da exportação no primeiro momento. Esse raciocínio leninista revela como o desenvolvimento desigual, fundante das relações mediadas pelo valor, vai ganhando proporções mundiais e tornando ainda mais agudas e complexas as contradições do modo de produção. Nos termos de Harvey (2006a [1975], p. 70), a "expansão geográfica do desenvolvimento" capitalista também acaba se apresentando como um argumento central na leitura leninista da fase monopolista do capitalismo no final do século XIX e início do século XX.

Esta compreensão do desenvolvimento desigual elaborada por Lenin no livro *O imperialismo, fase superior do capitalismo*, obviamente conectada com todo o seu debate que é atualmente reconhecido como a teoria leninista do imperialismo, é bastante exitosa por justamente apresentar mediações analíticas entre o universal e o particular na compreensão do capitalismo em seu tempo hodierno, em certa medida dialogando metodologicamente com o esforço de Marx e Engels que discutimos anteriormente.

> […] A visão do capitalismo monopolista – a base material do imperialismo – como um sistema econômico mundial composto de formações sociais heterogêneas articuladas por nexos econômicos e políticos, cujas particularidades estão condicionadas pela lei do desenvolvimento desigual, abre caminho para que a especificidade de cada formação econômica e social seja vista como um todo integrado à totalidade maior que a sobre determina. Assim, a dinâmica da luta de classes deixa de atrelar-se mecanicamente ao grau de desenvolvimento das forças produtivas para ganhar uma dimensão que extrapola a restrita perspectiva economicista que dominava o marxismo do início do século XX. (SAMPAIO JÚNIOR, 2011, p. 96)

E como veremos em outro capítulo, mais do que contribuir diretamente com seu tempo histórico, a teoria do imperialismo em Lenin e sua correlata compressão do desenvolvimento desigual serão uma das fontes principais da recepção deste debate como um todo na Geografia acadêmica, principalmente quando temos em conta o conceito de

desenvolvimento geográfico desigual (HARVEY, 2006b [1981], 2007 [2006], 2011 [2010], 2013 [1982], 2016 [2014], 2018 [2017]).

Ademais, avaliamos que uma correta leitura da compreensão do conceito de desenvolvimento presente em Lenin passa também pela discussão de uma outra obra sua, escrita alguns anos antes. Em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, percebemos que a preocupação do autor não está somente em discutira questão agrária no Império Russo, mas todo o processo de desenvolvimento deste país como base para a compreensão dos desdobramentos de uma forma própria de Estado capitalista que,mesmo com especificidades, apresenta aspectos que são comuns ao desenvolvimento capitalista de outras partes da Europa. Mesmo que praticamente metade do livro esteja voltadapara a interpretação da realidade do campo russo sob a égide de uma transformação capitalista, é necessário ponderar que há uma intensa preocupação do autor em analisar a formação do mercado interno em seu país como forma de desvelar o desenvolvimento capitalista, tanto na agricultura como na indústria. Esta discussão está presente desde oprimeiro capítulo da obra, no qual o autor discute a realidade russa tanto do ponto de vista da divisão social (intranacional) do trabalho quanto em relação à divisão internacional do trabalho, dialogando com a formação do mercado interno como uma tendência capitalista homogeneizante.

> O mercado é uma categoria da economia mercantil que, no curso do seu desenvolvimento, transforma-se em economia capitalista, alcançando, somente nesse estágio, um domínio absoluto e uma extensão universal. Se se pretende analisar as teses teóricas básicas concernentes ao mercado interno, deve-se partir da economia mercantil simples e acompanhar a sua gradual transformação em economia capitalista. (LENIN, 1982 [1899], p. 13)

Neste sentido, a leitura que o autor estabelece para a análise da agricultura na Rússia deve ser considerada de modo associado ao processo de industrialização e à formação do mercado interno. Ou seja, o "grau de desenvolvimento do mercado interno é o grau de desenvolvimento do capitalismo no país" (LENIN, 1982 [1899], p. 33). Para nós, um dos principais pontos que devem ser considerados na argumentação trazida pelo autor está na sua leitura sobre o desenvolvimento capitalista, que é o próprio cerne da obra. Assim, à luz do debate teórico que estabelecemos nesta investigação, podemos considerar que Lenin institui uma leitura de desenvolvimento do capitalismo que, embora considere o seu caráter desigual

(e com bastante ênfase, inclusive), não dá tanta centralidade ao seu caráter combinado. Considerando especificamente o que é apresentado pelo autor em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, avaliamos que é possível fazer uma leitura crítica da obra à luz de alguns dos fundamentos da teoria do desenvolvimento desigual e combinado. A bem da verdade, avaliamos que, por exemplo, o próprio debate marxista que existe no interior dos estudos agrários, em especial na Geografia Agrária, acerca do possível desaparecimento do campesinato como classe na sociedade capitalista, dialoga com este ponto que trazemos aqui. Esse livro de Lenin é uma das principais referências utilizadas para fundamentar este debate e, em nossa avaliação, concordando com a larga bibliografia que já existe sobre o assunto (ver MARTINS, 1981, 2010 [1979]; SHANIN, 2005 [1982]; OLIVEIRA A., 2007), há uma limitação interpretativa nesta obra do autor. Ademais, enxergamos que esta questão conceitual passa justamente por Lenin considerar a dimensão do desigual do desenvolvimento apartada do seu caráter combinado.

Não obstante, também é preciso ponderar que a leitura sobre o caráter combinado do desenvolvimento desigual capitalista aparece pontualmente em alguns momentos no texto de Lenin, mas não como algo determinante na sua análise.

> […] Acrescentemos, porém, que, na nossa literatura, a tese segundo a qual o capitalismo necessita de operários livres e sem terra é freqüentemente compreendida de forma demasiado trivial. Isso é perfeitamente verdadeiro enquanto tendência básica, mas o capitalismo penetra na agricultura de maneira particularmente lenta e toma formas muito variadas. Aos proprietários rurais muito amiúde interessa que terras sejam distribuídas aos operários agrícolas; aliás, o operário agrícola dotado de um pedaço de terra é um tipo próprio a todos os países capitalistas, variando conforme as condições nacionais: o cottager inglês não se identifica com o camponês parcelário da França ou das províncias renanas, nem este é igual ao Bobyl ou Knecht [servo] prussiano. Em cada um deles encontramos traços de regimes agrários particulares, de uma específica história de relações agrárias. Contudo, nada disso impede que o economista os generalize em um tipo de proletário agrícola[...]. (LENIN, 1982 [1899], p. 116-117, sublinhado nosso)

> […] Assim, o capitalismo criou, nas regiões periféricas, uma nova forma de "combinação da agricultura com os ofícios", ou seja, a combinação do trabalho assalariado agrícola e não agrícola. Essa combinação só é viável em larga escala na fase superior do capitalismo, na época da grande indústria mecanizada, que solapa a importância do "artesanato", facilitando a passagem de um trabalho a outro e nivelando as formas de contratação assalariada. (LENIN, 1982 [1899], p. 156-157, sublinhado nosso)

Nestas duas citações, identificamos algumas pequenas passagens que remetem a uma leitura do desenvolvimento desigual em seu caráter combinado. Contudo, esta conexão não é fator condicionante à leitura que Lenin faz sobre o capitalismo no campo russo. Na primeira citação, o autor frisa que, mesmo em países nos quais o capitalismo é mais avançado, continua persistindo a figura do 'operário agrícola' com terras, que na verdade são camponeses. Mesmo reconhecendo este fato, Lenin não dá centralidade a este ponto e conclui a reflexão voltando a afirmar que, ainda assim, são proletários. Na segunda citação, a compreensão combinada do desenvolvimento desigual capitalista é mais evidente que na primeira, quando vemos o esforço do autor em conectar a convivência de atividades laborais agrícolas e não agrícolas, embora faça questão de frisar o assalariamento.

De toda forma, vale ressaltar que se identifica um esforço de explicitar que o processo não se dá de modo uniforme entre os países, nem dentro de regiões num contexto intranacional (conforme destacado nas citações). Esta argumentação é um importante sustentáculo para a reflexão sobre o desenvolvimento desigual e combinado, embora não se apresente de modo elaborado na leitura de Lenin. Ainda assim, sua leitura sobre o desenvolvimento desigual das classes sociais deste país foi uma fonte importante para a construção teórica da teoria do desenvolvimento desigual e combinado por L. Trotsky. Aqui, contudo, é importante fazer duas ponderações que, em nossa compreensão, são fundamentais para os próximos desdobramentos da tese.

Por um lado, reconhecemos que há uma contribuição direta e explícita entre aquilo que Lenin discutiu como desenvolvimento desigual, também como uma derivação dos escritos de Marx e Engels, e o que na sequência apresentaremos como a teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Na elaboração da abordagem de Trotsky, as questões que levantamos até aqui foram cruciais e serviram de fonte para as suas reflexões. Isso não significa dizer, por outro lado, que a teoria leninista do desenvolvimento desigual e a teoria trotskista do desenvolvimento desigual e combinado sejam a mesma coisa. O reconhecimento de que ambas se fundamentam nos escritos de Marx e Engels, e de que uma influencia a outra é sensivelmente distinto de dizer que não existem diferenças teóricas a serem consideradas. Ainda sobre o conceito de Lenin, em poucas palavras, avaliamos que esta redação feita por Ernest Mandel sintetiza bem como podemos apreendê-lo:

> No sentido mais geral da expressão, "desenvolvimento desigual" significa que sociedades, países, nações desenvolvem-se segundo ritmos diferentes, de tal modo que, em certos casos, os que começam com uma vantagem sobre os outros podem aumentar essa vantagem, ao passo que, em outros casos, por força dessas mesmas diferenças de ritmo de desenvolvimento, os que haviam ficado para trás podem alcançar e ultrapassar os que dispunham de vantagem inicial. Para ter sentido, portanto, a idéia de "desenvolvimento desigual" deve incluir, em cada caso específico, a principal força propulsora (ou forças propulsoras) que determina essas diferenças de ritmo de desenvolvimento." (MANDEL, 1988 [1983], p. 98)

Como o próprio Mandel indica em outra passagem deste mesmo texto, Trotsky complexifica o debate original de desenvolvimento desigual quando evidencia o caráter combinado. Contudo, analisando o movimento intelectual dessa teoria nas Ciências Humanas e Sociais, com destaque para a Geografia, fica nítido que esta distinção não é levada em conta por muitos autores[17]. Este equívoco, em nosso ver, tem desdobramentos importantes para a análise crítica da realidade, principalmente de países de capitalismo tardio, como é o caso do Brasil. Esta distinção entre desenvolvimento desigual (DD) e desenvolvimento desigual e combinado (DDC) tem sido um importante debate no interior do campo intelectual que defende o legado da teoria trotskista e das possibilidades analíticas ainda pouco exploradas da leitura desigual e combinada do desenvolvimento das relações capitalistas. Como argumentado por um dos autores que têm se colocado nesta seara,

> […] tornar a premissa explícita tem reparado uma desconexão amplamente observada entre os escritos filosóficos de Trotsky e suas análises políticas e sociológicas; isso revelou a distinção intelectual do desenvolvimento desigual e combinado, sugerindo como esse difere fundamentalmente de noções aparentemente semelhantes de desenvolvimento desigual (seja a de Lenin a época, ou a de Neil Smith hoje). (ROSENBERG, 2013, p. 597)[18]

---

17 Vale salientar, contudo, que essa distinção está longe de ser algo aceito por todos os que trabalham com a questão da teoria do desenvolvimento desigual e combinado na Geografia no Brasil. A título de exemplificação, em entrevista a nós concedida, Mamigonian (2019) argumenta que "Lenin trabalhou com desenvolvimento desigual e combinado. Mas quem inventou a expressão foi Trotsky. Só que Trotsky, que era brilhante também, queria ser original. Lenin nunca quis ser original".

18 "[…] rendering the premise explicit has repaired a widely noted disconnection between Trotsky's philosophical writings and his political and sociological analyses; it has revealed the intellectual distinctiveness of U&CD, suggesting how fundamentally it differs from apparently similar notions of uneven development (whether Lenin's at the time, or Neil Smith's today)."

Em outros momentos da tese voltaremos a este debate. Mais do que uma mera distinção, avaliamos que a diferença entre a teoria do desenvolvimento desigual de Lenin e a teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky é uma das peças-chave para entendermos a recepção deste debate no contexto da Geografia acadêmica no Brasil. Por enquanto, vamos aprofundar alguns pontos que particularizam a abordagem trotskista do desenvolvimento das relações capitalistas, tratando não só dos próprios textos do autor, mas de outros que dialogam diretamente como os momentos de produção e difusão da teoria ao longo do século XX.

3.2 Desenvolvimento combinado: a contribuição de Trotsky à teoria do desenvolvimento desigual

O contexto histórico-geográfico da Rússia na viragem do século XIX para o século XX foi, sem sombra de dúvidas, um momento muito rico para a produção intelectual de ideias, teorias e conceitos que hoje são fundamentais para a tradição marxista e para o movimento comunista de um modo geral. A discussão que trouxemos sobre alguns dos escritos de Lenin é um exemplo disto. Havia por parte dos intelectuais militantes da esquerda russa um enorme esforço de produção de ideias que diagnosticassem o real movimento do desenvolvimento capitalista em um país "atrasado" como a Rússia, ao mesmo tempo em que esse diagnóstico deveria ser preciso para servir como substrato para a luta política contra o czarismo. E um outro autor que se destaca neste contexto é justamente Leon Trotsky.

Este autor foi um dos principais nomes do movimento revolucionário de 1917 na Rússia, sendo ao mesmo tempo um dos mais controversos exatamente por apresentar posições muito distintas sobre a compreensão acerca do desenvolvimento das relações capitalistas no país e de como isso determinava os rumos da revolução. Trotsky nasceu em 1879 em Ianovka (hoje Ucrânia, mas à época cidade do Império russo) e ainda com pouco mais de vinte anos de idade já participava dos movimentos de luta contra o autoritarismo do czarismo que, na transição do século XIX para o XX, já dava seus sinais de enfraquecimento. Com 19 anos, o autor foi preso pela primeira vez e exilado na Sibéria. Ao longo dos vários momentos de sua trajetória, Trotsky vai se aprofundando ainda mais na leitura sobre as particularidades do

desenvolvimento histórico russo e como isso implicava na necessidade de pensar de modo peculiar acerca do processo revolucionário contra o czarismo.

Do ponto de vista da contribuição intelectual de Trotsky para o debate sobre o desenvolvimento das relações capitalistas, salta aos olhos sua reflexão sobre o caráter combinado deste no contexto da Rússia de então. Em poucas décadas, este país sai de uma realidade baseada na servidão para uma elevada complexificação do setor industrial e produtivo de um modo geral, ao menos em algumas porções do território nacional. Essas particularidades do desenvolvimento russo levaram vários autores (já vimos, por exemplo, as contribuições de Lenin sobre o tema) a se debruçar sobre a questão, e no caso específico de Trotsky essa problematização aflora a partir da noção de desenvolvimento desigual e combinado.

Como argumenta Rosenberg (2016b, p. 21), Trotsky se junta ao movimento de esquerda revolucionário na transição do século XIX para o século XX. Na época, "[…] esse movimento vivia um impasse entre teoria e prática que teve um efeito paralisante sob sua estratégia política. Este impasse, por sua vez, tinha a ver com a ausência de uma leitura internacional. E a resposta de Trotsky a isto produziu a noção de desenvolvimento desigual e combinado."[19]. Este impasse mencionado por Rosenberg tem a ver com um debate que é fundamental e atravessa todos os escritos de Trotsky: seria possível uma revolução proletária em um país que ainda não tinha passado por uma revolução burguesa? E o surgimento desta questão tem relação direta com o debate que indicamos na primeira parte deste capítulo, qual seja, a possibilidade real ou não da concretização dos horizontes revolucionários indicados por Marx e Engels em países que tinham um processo de desenvolvimento completamente distinto daquele presenciado no que poderia ser chamado de caso clássico de desenvolvimento do capitalismo, a Inglaterra. Podemos afirmar então que esta é uma das condições materiais de produção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado. A elaboração de Trotsky surge como uma resposta a uma demanda concreta do movimento revolucionário russo frente às particularidades do desenvolvimento das relações capitalistas em seu país.

Um outro ponto curioso que precisa ser considerado em relação às condições de produção intelectual da teoria tem a ver com o período histórico que atravessa os escritos de

19 "[...] this movement was caught up in a mismatch between theory and reality that had a paralysing effect on its political strategy. This mismatch in turn was all about the missing international dimension. And it was Trotsky's response to it that produced the idea of UCD."

Trotsky. Como veremos a seguir, não existe uma data estrita para delimitação da elaboração da teoria, sendo mais acertado mencionar um longo período de produção e reflexão, tendo como ponto de partida os primeiros debates do autor sobre a particularidade russa em *Balanço e perspectivas*, de 1906. Até no ano de sua morte, 1940, Trotsky continuou apresentando argumentos que devem ser considerados para a devida compressão da teoria, como nas cartas escritas pelo autor que, pouco depois de seu assassinato, foram organizadas em formato de livro com o título *In defence of Marxism* (ainda não há versão em português desta obra). Isto, contudo, não desconsidera o que poderíamos chamar de pontos altos de produção intelectual sobre o caráter desigual e combinado do desenvolvimento das relações capitalistas, tendo como principal exemplo o livro *A história da Revolução Russa*, escrito entre 1930 e 1932. Esta produção intelectual de Trotsky confere condições de produção muito *sui generis*: ao longo deste período, o autor passa por importantes acontecimentos em sua vida e na História de um modo geral. Apenas para citar alguns, temos as revoluções na Rússia em 1917, a morte de Lenin e ascensão de Stálin à secretaria geral do Partido Comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (PCUS) em 1924, e o próprio banimento de Trotsky da União Soviética em 1929. Ao longo da década de 1930, período chave da produção intelectual da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, há ainda uma outra dimensão que vale a pena ser considerada: Trotsky viveu em diferentes países (Turquia, França, Noruega, México) e aprofundou ainda mais sua leitura sobre o mundo através do seu engajamento para a formaçãoda Quarta Internacional.

Quando consideramos o próprio embate teórico travado pelo autor, vemos também que a noção de desenvolvimento desigual e combinado, mesmo que não com a delimitação teórica que temos nos dias atuais, se constituía no seio do debate de Trotsky como uma posição/resposta frente a outras abordagens sobre a relação entre o particular e o universal, como apontado nesta passagem de Selwyn (2011, p. 432)[20]:

---

20 "Trotsky's conception of uneven and combined development emerged over a long (thirty-year) period, during which he was engaged in two major political struggles. The first was within the Second International in the decade and a half prior to 1917 and concerned the possibilities of revolution in an economically backward country. The orthodoxy was that workers' revolutions could take place only in advanced countries. The second debate, with uncanny similarities to the first, took place from the mid-1920s to early 1930s and was against Stalin's conception of 'Socialism in one country'. Stalin and his followers argued that since countries develop at their own, uneven tempos, they must advance through a series of stages, including socialism, at their own pace."

> A concepção de Trotsky de desenvolvimento desigual e combinado surgiu ao longo de um período extenso (trinta anos), durante o qual ele se envolveu em duas grandes disputas políticas. A primeira foi dentro da Segunda Internacional nos anos anteriores a 1917 e dizia respeito às possibilidades de revolução em um país economicamente atrasado. A ortodoxia era que as revoluções proletárias somente poderiam ocorrer em países avançados. O segundo debate, com semelhanças extraordinárias com o primeiro, ocorreu de meados da década de 1920 ao início da década de 1930 e era contra a concepção stalinista de "Socialismo em um só país". Stalin e seus seguidores argumentaram que, como os países se desenvolvem em seus próprios ritmos desiguais, eles deveriam avançar por uma série de estágios, incluindo o socialismo, em seu próprio ritmo.

Assim, as condições de produção intelectual da teoria do desenvolvimento desigual e combinado também devem ser consideradas na complexa relação que Trotsky estabelecia com os diversos desafios que foi enfrentando ao longo de sua vida. A contribuição que o autor faz em relação à noção de combinação na construção intelectual de uma concepção não-etapista de desenvolvimento do capitalismo atende às demandas concretas da sua teoria da revolução permanente, ou seja, vai no sentido de contribuir com a questão que movia os movimentos de esquerda de sua época: o fazer revolucionário na periferia do capitalismo. Quando consideramos o contexto de produção de ideias e teorizações sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, é preciso pontuar que havia a forte hegemonia de Georgi Plekhanov, que foi o primeiro grande nome associado ao marxismo no contexto daquele país. Como afirma Löwy (2015 [1981]), Plekhanov exercia uma liderança intelectual sobre o debate acerca do desenvolvimento em países "atrasados" em todo o ambiente revolucionário russo, influenciando inclusive Lenin. Colocamos abaixo um fragmento que representa bem a posição do debate de Plekhanov acerca do desenvolvimento das sociedades. Após citar Marx quanto a contradição entre forças produtivas e relações de produção, o autor russo afirma:

> Temos aqui, sob os olhos uma verdadeira "álgebra", uma "álgebra" puramente materialista, da evolução social. Nesta álgebra tanto há lugar para os "saltos" — da época da revolução social — quanto para as transformações graduais. Transformações graduais que, operando quantitativamente nas propriedades de uma dada ordem de coisas, culminam finalmente numa transformação da qualidade, ou seja, no desaparecimento do antigo modo de produção — ou da antiga formação social, segundo expressão empregada por Marx neste caso — e na sua substituição por um modo de produção novo. Segundo Marx, os modos de produção oriental, antigo, feudal e burguês contemporâneo, podem ser considerados, de forma geral, como épocas consecutivas ("progressivas") da evolução econômica da sociedade. Mas é

> de supor que após ter tomado conhecimento do livro de Morgan sobre a sociedade primitiva, Marx modificou sua concepção da relação existente entre o modo de produção antigo e o modo de produção oriental. Com efeito, a lógica do desenvolvimento econômico do modo de produção feudal levou à revolução social que marcou o triunfo do capitalismo. Mas a lógica do desenvolvimento econômico, por exemplo da China ou do Egito Antigo, não conduziu absolutamente ao aparecimento do modo antigo de produção. No primeiro caso, tratam-se de duas fases do desenvolvimento, onde uma sucede à outra e é engendrada por coexistentes de desenvolvimento econômico. A sociedade antiga sucedeu à organização social por clãs, e esta precedeu igualmente ao advento do regime social oriental. Cada um destes dois tipos de organização econômica surgiu como resultado do crescimento das forças produtivas, que se operara no seio da organização social baseada no clã e que devia, finalmente, levar à decomposição dessa organização. E se estes dois tipos diferem consideravelmente um do outro, seus signos distintivos principais se formaram sob a influência do meio geográfico. Num caso, ele prescrevia à sociedade que havia atingido um grau determinado de desenvolvimento das forças produtivas um certo conjunto de reclamações de produção, num outro caso, outro conjunto, bem distinto do primeiro. (PLEKHANOV, 2021 [1908], s/p)

Plekhanov defendia abertamente uma leitura etapista de desenvolvimento histórico e Trotsky veio a ser a primeira grande figura pública a romper com esta concepção, a partir da redação de *Balanço e perspectivas*, em 1906. A noção de Plekhanov era de que o caminho seguido pelos países da Europa Ocidental, principalmente a Inglaterra, era o "modelo" a ser seguido para todas as demais partes do planeta. Desta forma, somente era possível falar em revolução proletária após a concretização de uma revolução burguesa que varresse os escombros do feudalismo e da servidão. A contribuição de Trotsky vai no sentido diametralmente oposto, e a sua compreensão sobre o processo revolucionário vai em direção a uma leitura de revolução que não necessariamente deve ser pensada por etapas, qual seja, a noção de revolução permanente. E, ao longo das décadas, o autor vai identificando que o substrato material que fundamenta a sua leitura de revolução permanente é justamente o caráter combinado e desigual do desenvolvimento das relações capitalistas. Esta virada intelectual de Trotsky é historicamente determinada e deve ser compreendida a partir dos processos revolucionários vivenciados pelos russos em 1905. As várias formas de organização popular e o protagonismo da classe trabalhadora urbana chamou atenção do autor para as contradições do desenvolvimento russo e para as formas de resistência instituídas, tanto no campo quanto na cidade.

Uma discussão muito profícua sobre esta contribuição de Trotsky ao debate sobre o desenvolvimento das relações capitalistas são as inspirações intelectuais do autor frente a questão. A bem da verdade, é possível reconhecer que a compreensão do caráter combinado do desenvolvimento desigual já pode ser identificada em alguns fragmentos dos escritos de Marx, como nessa passagem dos *Grundrisse*:

> A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por essa razão, as categorias que expressam suas relações e a compreensão de sua estrutura permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, com cujos escombros e elementos edificou-se, parte dos quais ainda carrega consigo como resíduos não superados, parte [que] nela se desenvolvem de meros indícios em significações plenas etc. A anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco. Por outro lado, os indícios de formas superiores nas espécies animais inferiores só podem ser compreendidos quando a própria forma superior já é conhecida. Do mesmo modo, a economia burguesa fornece a chave da economia antiga etc. Mas de modo algum à moda dos economistas, que apagam todas as diferenças históricas e veem a sociedade burguesa em todas as formas de sociedade. Pode-se compreender o tributo, a dízima etc. quando se conhece a renda da terra. Porém, não se deve identificá-los. Como, ademais, a própria sociedade burguesa é só uma forma antagônica do desenvolvimento, nela são encontradas com frequência relações de formas precedentes inteiramente atrofiadas ou mesmo dissimuladas. Por exemplo, a propriedade comunal. Por conseguinte, se é verdade que as categorias da economia burguesa têm uma verdade para todas as outras formas de sociedade, isso deve ser tomado *cum grano salis*. Elas podem conter tais categorias de modo desenvolvido, atrofiado, caricato etc., mas sempre com diferença essencial. (MARX, 2011 [1857], p. 84, sublinhado nosso)

Vemos aqui que já aparece em Marx alguns traços da leitura da combinação do arcaico e do moderno na compreensão do desenvolvimento das relações capitalistas. Nos dois trechos que grifamos na citação anterior percebemos que o autor enxerga que o avanço do capitalismo e a conformação da sociabilidade mediada pela mercadoria não apaga todas as formas pré-existentes. Ainda com relação a Lenin, como anteriormente abordado, também existem algumas passagens do autor que denotam que já havia alguma reflexão sobre o caráter combinado quando este pensava sobre a particularidade nacional em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Como temos mostrado até aqui, os escritos de Marx, Engels e Lenin são um importante ponto de partida para a análise empreendida por Trotsky. Ainda assim, como argumentado por alguns autores (KNEI-PAZ, 1985 [1980];

STRADA, 1985 [1980]; LÖWY, 2006, 2015 [1981]; COGGIOLA, 2004; DAVIDSON, 2006, 2018; VAN DER LINDEN, 2007; SELWYN, 2011; RIOUX, 2015), existem outras possíveis fontes da teoria trotskista que, por vezes, são menos evidentes nos escritos do autor.

Um dos principais intelectuais que é considerado neste sentido é o italiano Antonio Labriola. Este autor foi um influente teórico de toda uma geração de militantes dos partidos de esquerda europeus e, como argumenta Rioux (2015, p.485), "[…] seus escritos tiveram uma larga influência sob Trotsky"[21], a exemplo da própria concepção de totalidade desenvolvida pelo autor russo ao pensar sobre a conexão entre as relações internacionais e as particularidades do nacional. Por seu turno, Davidson (2006, p. 19) argumenta que o próprio uso do termo "peculiaridades" por Trotsky é uma derivação de sua leitura de Labriola, o que atesta toda a influência do pensador italiano na própria construção do que viria a ser a teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Há acordo quanto a isto também entre outros intelectuais, inclusive no interior do movimento trotskista internacional. Compreende-se que

> [...] a visão de Trotsky era informada por uma compreensão específica do marxismo, uma interpretação do método dialético materialista, distinta da ortodoxia reinante na Segunda Internacional. Esta especificidade metodológica, que diferenciava Trotsky das tendências predominantes do marxismo russo, pode ter uma dívida especial para com o pensador cujas obras tutelaram originalmente o jovem Trotsky no percurso pelas fundações do materialismo histórico – a saber, Antonio Labriola. Em sua autobiografia, Trotsky recorda o "prazer" com que ele devorou pela primeira vez os ensaios de Labriola, durante sua prisão em Odessa em 1893. Sua iniciação no "materialismo dialético", portanto, ocorreu por meio do encontro com aquela que é provavelmente a menos ortodoxa das personalidades teóricas da Segunda Internacional. […] Formado pela escola hegeliana, Labriola lutou sem descanso contra as tendências neopositivista e materialista-vulgar que proliferaram no marxismo italiano (Turati, por exemplo). Ele foi um dos primeiros a rejeitar a interpretação economicista ortodoxa do marxismo, ao buscar restaurar o conceito de *totalidade* […]. (LÖWY, 2015 [1981], p. 65-66, itálico do autor)

Assim, as bases filosóficas de Trotsky são uma derivação de uma leitura não vulgar do marxismo, indo na contracorrente de muitas das abordagens marxistas hegemônicas nas primeiras décadas do século XX. Esta condição será um dos aspectos fundamentais quando consideramos que a leitura deste autor tem total conexão com a disputa que travou ao longo

21 "[…] whose works had a lasting influence on Trotsky."

das décadas de 1910, 1920 e 1930, seja na própria concepção do projeto revolucionário, seja em relação à objeção a qualquer leitura da história em etapas. A própria concepção de desenvolvimento combinado, na qual o amalgamento do arcaico e do moderno não se revela como exótico, mas como o âmago da realização das relações capitalistas em países "atrasados", denota uma noção de totalidade histórica que atravessa toda a obra de Trotsky.

Uma outra influência que tem sido colocada como fundamental para a construção da noção de desenvolvimento combinado em Trotsky é a do militante socialista Alexander Helphand (ASHMAN, 2006), conhecido como Parvus, que, embora russo, se notabilizou na Segunda Internacional principalmente por suas ações na Alemanha. O contato entre Trotsky e Parvus se deu, principalmente, no período em que os dois foram presos pelo governo czarista no início do século XX e mantidos em cárcere na região da Sibéria. Teria sido este contato com Parvus um dos principais fatores que contribuiu para a elaboração por Trotsky de uma teoria para a estratégia da revolução permanente, expressão já comumente usada por Parvus antes mesmo dos escritos de Trotsky (KNEI-PAZ, 1985 [1980]; STRADA, 1985 [1980]). O termo já era pensado por Parvus como uma possível estratégia militante do movimento comunista em países fora do eixo central da Europa Ocidental, no sentido de que um processo revolucionário nos países "atrasados" não necessariamente teria que passar pela revolução burguesa na transição entre regimes não-capitalistas e regimes socialistas. Além disso, é importante afirmar que

> Trotsky teve uma estreita parceria intelectual e política com Parvus durante a segunda metade de 1904 e ao longo de 1905. Parvus reconheceu estas afinidades com seu próprio trabalho em "Up to the Ninth of January"[22], artigo de Trotsky onde ele escreveu o prefácio para a primeira edição, que foi publicado no começo de 1905. Em particular, Trotsky parece ter sido influenciado pelo que, em comparação com sua própria obra à época, foi a profundidade histórica muito maior dos textos de Parvus, particularmente em relação às origens do Estado russo e, depois, ao surgimento do capitalismo na Rússia, mas também ao seu senso de como a Rússia existia em um sistema mundial no qual as potências globais estavam se preparando para a guerra. (DAVIDSON, 2018, p. 28)[23]

---

22 Existe uma versão em espanhol deste prefácio de Parvus, traduzido como *Prefacio a Antes del 9 de enero de L. Trotsky*, que pode ser lida em: <<https://www.marxists.org/espanol/parvus/1905/enero/prefacio-antes-9-enero.pdf>>.

23 "Trotsky had a close intellectual and political partnership with Parvus during the latter half of 1904 and all through 1905. Parvus had recognized affinities with his own work in Trotsky's article "Up to the Ninth of January" and wrote a preface for the first edition, which appeared early in 1905. In particular, Trotsky seems

Ainda que se reconheçam os vários *insights* nos textos de Parvus, acreditamos que, como colocado por Knei-Paz (1985 [1980], p. 172), restou "a Trótski a tarefa de elaborar e precisar as hipóteses de Parvus, que o haviam sugestionado de modo profundo pela sua forte carga de imaginação, verdadeiro salto à frente com relação aos habituais diagnósticos histórico-políticos". Foi somente Trotsky que, de fato, construiu uma teoria para a noção de revolução permanente, partindo para tanto do debate sobre o desenvolvimento desigual e combinado das relações capitalistas em formações nacionais consideradas "atrasadas".

Outras duas possíveis inspirações que, por vezes, são atribuídas a Trotsky são o militante populista russo Alexander Herzen e o economista institucionalista estadunidense Thorstein Veblen. Porém essas duas influências são controversas, principalmente pelas leituras divergentes em muitos pontos entre aquilo que Trotsky escreveu e defendeu ao longo da vida e o posicionamento destes dois autores em alguns debates. Em relação a Herzen, Selwyn (2011, p. 426) argumenta que seus escritos já tratavam da questão do desenvolvimento tardio e como esta condição poderia, por vezes, forçar uma nação a progredir em ritmos diferentes das demais. Em linhas gerais, ainda mais em se tratando de um militante populista, a abordagem de Herzen pode ser considerada como uma visão otimista do desenvolvimento desigual, sem se atentar para as contradições do processo em questão. Como argumentado por Davidson (2006, p. 20), a percepção de Herzen era de que a "[…] Rússia poderia evitar completamente os traumas da transição capitalista. Somente no início do século XX [a partir dos escritos de Trotsky] foi que esta noção veio a ser melhor teorizada em bases mais realistas."[24]. Mesmo que ressalvando todas as divergências entre a leitura apologética do desenvolvimento desigual de Alexander Herzen e a perspectiva revolucionária do desenvolvimento desigual de Trotsky, ainda é possível encontrar alguns possíveis fios de conexão entre estes autores haja vista o importante papel que o primeiro teve para a consolidação da esquerda russa ao longo do século XX. Por outro lado, uma possível relação

to have been influenced by what, in comparison to his own work at this time, was the far greater historical depth of Parvus's work, particularly in relation to the origins of the Russian state and, later, to the emergence of capitalism in Russia, but also his sense of how Russia existed with a world system in which the world powers were gearing up for war."

24 "[...] Russia could avoid the traumas of the capitalist transition completely. It was only in the early years of the twentieth century that the insight was properly theorised in a more realistic basis."

entre a teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky e a noção de avanço dos países “atrasados” de Thorstein Veblen é um pouco mais controversa.

Veblen foi um influente economista estadunidense no início do século XX, tendo se destacado, dentre vários temas, pela sua preocupação com as diferenças entre os países e como, em um curto espaço de tempo, algumas nações conseguiam suplantar desigualdades e apresentar ritmos de evolução completamente distintos, a exemplo das diferenças entre a Alemanha e o Reino Unido no período anterior à Primeira Guerra Mundial (SELWYN, 2011). Assim, os escritos de Veblen foram muito influentes, principalmente entre aqueles que se debruçavam sobre a economia internacional e o papel da inovação tecnológica na superação das desigualdades. Algumas interpretações de Veblen, por seu turno, tentaram compreender que a visão dele de que os diferentes níveis de desenvolvimento poderiam trazer avanços e a intensificação do ritmo de expansão das relações capitalistas em determinados países guardaria semelhanças com a leitura de Trotsky sobre o desenvolvimento desigual e combinado. Isso é diretamente refutado por Davidson (2006, p. 22), considerando as bases completamente divergentes que fundamentam a leitura de Veblen e, poderíamos adicionar, a necessidade de compreendermos a teoria do desenvolvimento desigual e combinado em sua relação com a teoria da revolução permanente, como desenvolveremos em outro momento da tese.

Por um lado, todo este movimento que traçamos até aqui mostra que Leon Trotsky não parte do zero. Muito pelo contrário, o autor dialoga com debates do seu tempo histórico e apresenta a teoria do desenvolvimento desigual e combinado como uma resposta concreta aos desafios interpretativos e de militância que estavam postos. Por outro lado, isso não deve significar uma minoração da síntese analítica que este autor fez. Mesmo que haja traços de uma leitura sobre o desenvolvimento enquanto desigual e combinado aparecendo tanto em Lenin como em Marx, por exemplo, toda a compreensão que temos hoje nas Ciências Humanas e Sociais encontra um salto qualitativo nos escritos de Trotsky sobre a particularidade da Rússia. E a melhor forma de avançarmos nesta discussão é mostrando como a teoria do desenvolvimento desigual e combinado aparece propriamente nos escritos do autor. Esse apresenta diferentes obras no primeiro quartel do século XX, e em várias delas traz o debate sobre a conjuntura política e econômica de países periféricos, com destaque para os que vivenciavam processos revolucionários, caso da China (DEMIER, 2007).

* * *

A construção conceitual mais elaborada sobre o desenvolvimento desigual e combinado aparece no primeiro capítulo do livro *A história da Revolução Russa*, intitulado *Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia*, em citação que já apresentamos na introdução da tese, ao final da página 24. Indiscutivelmente, este trecho é o que melhor exprime a concepção trotskiana de desenvolvimento. Aqui a leitura de Trotsky evidencia a relação que se estabelece entre os dois pilares da elaboração teórica: o caráter desigual do processo somado ao caráter combinado/contraditório do desenvolvimento. Este esforço interpretativo de Trotsky caminha na direção de perceber que o desenvolvimento dos Estados nacionais, a partir do exemplo russo, não acontece a partir de ações fortuitas e aleatórias, mas condicionadas por determinantes históricos. Assim, se considerarmos o ponto de vista geográfico, a totalidade do processo de formação territorial dos Estados nacionais, marcada pela desigualdade do capitalismo, condiciona a produção hodierna do espaço, através de uma combinação destes determinantes que convergem em associações entre formas arcaicas e o que há de mais moderno.

Em que pese esta síntese mais elaborada de Trotsky no livro *A história da Revolução Russa*, é possível identificar em algumas de suas obras o processo de constituição da teoria do desenvolvimento desigual e combinado ao longo dos anos, em um esforço do autor de compreender a realidade de então à luz do debate já existente sobre o desenvolvimento desigual das relações capitalistas. Neste sentido, é importante pontuar que Trotsky não só compreendia a necessidade de leitura do desenvolvimento do capitalismo enquanto desigual, como tinha clareza de que esta era uma "lei" desenvolvida a partir do legado marxista-leninista (TROTSKY, 1957 [1928], 2010 [1930]). Na citação abaixo, temos uma das passagens em que o autor é mais explícito neste sentido, embora existam tantas outras neste mesmo livro.

> Em primeiro lugar, é mais correto dizer que toda a história da humanidade é governada pela lei do desenvolvimento desigual. O capitalismo encontra várias partes da humanidade em diferentes estágios de desenvolvimento, cada uma com suas profundas contradições internas. A extrema diversidade

> nos níveis alcançados e a extraordinária desigualdade no ritmo de desenvolvimento das diferentes partes da humanidade durante as várias épocas servem como ponto de partida do capitalismo. O capitalismo ganha controle apenas gradativamente sobre a desigualdade herdada, rompendo-a e alterando-a, empregando nela seus próprios meios e métodos. Em contraste com os sistemas econômicos que o precederam, o capitalismo visa inerente e constantemente a expansão econômica, a penetração em novos territórios, a superação das diferenças econômicas, a conversão de economias provinciais e nacionais autossuficientes em um sistema de inter-relações financeiras. Com isso, realiza sua reaproximação e iguala os níveis econômicos e culturais entre países mais avançados e países mais atrasados. (TROTSKY, 1957 [1928], p. 19, sublinhado nosso)[25]

Nesta abordagem, fica claro como o autor compreende a lei do desenvolvimento desigual como um fundamento indispensável para pensarmos como se dá a relação entre universal e particular na territorialização das relações capitalistas ao redor do mundo. A desigualdade herdada pelo novo modo de produção é diretamente retrabalhada, de uma forma como nunca antes na história da humanidade pode-se presenciar. Chamamos ainda a atenção para o último trecho deste fragmento, já que este debate sobre a relação entre países considerados "mais avançados" e países considerados "mais atrasados" será um outro ponto muito importante da abordagem de Trotsky sobre a relação que se estabelece entre a questão nacional e os determinantes internacionais, indicando como a teoria elaborada pelo autor tem um intrínseco debate multiescalar. A bem da verdade, todo o esforço que este autor empreendeu ao longo de suas reflexões sobre as particularidades do desenvolvimento das relações capitalistas na Rússia foi atravessado por uma leitura multiescalar. Isto significa dizer que Trotsky sempre entendeu que a correta apreensão do processo de desenvolvimento nacional passa pela complexa relação entre determinantes internos (nacionais) e determinantes externos (internacionais). Será na interpretação desta relação que Trotsky encontrará as bases para a noção de combinação. Com isso, desde a redação de *Balanço e perspectivas*, texto de 1906, já vemos ponderações do autor que desaguariam, ao longo das

25 "In the first place, it would have been more correct to say that the entire history of mankind is governed by the law of uneven development. Capitalism finds various sections of mankind at different stages of development, each with its profound internal contradictions. The extreme diversity in the levels attained, and the extraordinary unevenness in the rate of development of the different sections of mankind during the various epochs, serve as the starting point of capitalism. Capitalism gains mastery only gradually over the inherited unevenness, breaking and altering it, employing therein its own means and methods. In contrast to the economic systems which preceded it, capitalism inherently and constantly aims at economic expansion, at the penetration of new territories, the surmounting of economic differences, the conversion of self-sufficient provincial and national economies into a system of financial interrelationships. Thereby it brings about their rapprochement and equalizes the economic and cultural levels of the most progressive and the most backward countries."

décadas seguintes, na compreensão do desenvolvimento enquanto desigual e combinado. Ao comentar justamente sobre essa relação entre seu país e outras nações com desenvolvimento das relações capitalistas mais avançado, o autor indica que

> [é] difícil dizer que forma teria tomado o desenvolvimento social da Rússia sob a exclusiva influência das suas tendências internas se se tivesse mantido isolada. Basta dizer que isso não aconteceu. Mas a vida social russa, edificada sobre determinados fundamentos econômicos internos, não deixou de sofrer a influência e mesmo a pressão do meio exterior histórico-social. Quando esta organização social e estatal, no decurso da sua formação, entrou em conflito com outras organizações vizinhas, o caráter primitivo das relações econômicas e o desenvolvimento comparativamente elevado dos seus adversários tomou um papel decisivo no processo que daí resultou. O Estado russo, nascido sobre uma base econômica primitiva, entrou em relações e em conflito com organizações estatais construídas sobre fundamentos mais elevados e mais estáveis. (TROTSKY, 2021a [1906], s/p)

A partir destes escritos, vemos como a abordagem de Trotsky sobre o desenvolvimento histórico da Rússia leva em conta que cada país não se encontra em uma bolha, ou seja, não se desenvolve a despeito das demais partes do mundo. Muito pelo contrário, o autor identifica nas relações entre os países uma determinação basilar para o entendimento da questão nacional russa. Esta noção que Trotsky concebe vai sendo maturada ao longo do tempo e vai ser um dos fundamentos da noção de desenvolvimento combinado. Um dos primeiros momentos em que este debate aparece de modo mais explícito é na introdução redigida em 1930 pelo autor para a edição alemã do livro *A revolução permanente*. Ao se opor à visão de Stálin sobre a questão das relações internacionais no capitalismo em sua fase imperialista, Trotsky (2010 [1930], p. 161-162) coloca que "é falso que a economia mundial é simplesmente uma soma de partes nacionais de mesmo tipo. É falso que as características específicas são 'meramente suplementares às características gerais' como verrugas na face.". Desta forma, Trotsky argumenta que as particularidades nacionais "representam uma combinação original de características básicas do processo mundial."[26]. Assim, o autor não compreende o nacional a despeito do internacional, mas aquele como determinado por este. E o termo combinação aparece em sua obra exatamente como a

26 "It is false that world economy is simply a sum of national parts of one and the same type. It is false that the specific features are 'merely supplementary to the general features' like warts on a face. In reality, the national peculiarities represent an original combination of the basic features of the world process"

materialização daquilo que poderíamos chamar, em linhas gerais, dos aspectos do todo que determinam a parte em sua particularidade.

Estas ideias vão sendo maturadas por Trotsky ao longo dos anos e deságuam de modo mais evidente no livro *A história da Revolução Russa*, como já mencionado. Neste livro, o autor desenvolve uma análise sobre a formação da nação russa tendo-a como uma particularidade do desenvolvimento histórico mais geral. Assim, são considerados os aspectos peculiares da Rússia em sua relação com os determinantes mais amplos de um país que está entre (e, muitas vezes, em conflito com) muitas outras nações que vão se desenvolvendo mais rapidamente frente aos desdobramentos derivados da territorialização das relações capitalistas, principalmente na Europa. Sem embargo, a compreensão de desenvolvimento desigual e combinado para Trotsky se coloca como uma leitura que atravessa não somente a compreensão dos processos de formação territorial de um país, mas como algo que dialoga diretamente com a prática política. Partindo da noção dialética de que as contradições de um processo carregam em si tese e antítese, podemos ler esta outra passagem do mesmo livro acerca da relação entre o desenvolvimento combinado e o processo revolucionário de 1917.

> A lei do desenvolvimento combinado, própria dos países atrasados no sentido de uma combinação original dos elementos retardatários com os fatores mais modernos – formula-se-nos em sua expressão mais perfeita, dando-nos, ao mesmo tempo, a chave do enigma da Revolução Russa. [...] Para que o Estado soviético fosse fundado foi necessária a aproximação e a penetração recíproca de dois fatores de natureza histórica inteiramente diferentes: uma guerra de camponeses, movimento característico da aurora do desenvolvimento burguês; e uma insurreição proletária, isto é, um movimento que marca o ocaso da sociedade burguesa. É isto a essência do ano de 1917. (TROTSKY, 2017 [1930-1932], p. 79)

Desta forma, a perspectiva intelectual de Trotsky conecta a prática política e a leitura espaço-temporal da totalidade, que tem no debate sobre o desenvolvimento desigual e combinado da Rússia um peça-chave. Assim como Marx, Engels e Lenin, Trotsky vai desenvolvendo sua leitura sobre o desenvolvimento das relações capitalistas na Rússia de modo não dissociado da ação política para superação das condições de opressão e miséria que passava a maioria da população local. Neste sentido, nos primeiros anos da década de 1930, o autor desenvolve seu livro sobre a história russa, à época já exilado. No final da década anterior, diante das divergências com a cúpula do PCUS, Trotsky é exilado. É justamente

neste período fora da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) que o autor aprofunda sua leitura sobre o desenvolvimento desigual e combinado. O próprio uso do termo apenas vai se dar em 1933, em um artigo intitulado *Uneven and Combined Development and the Role of American Imperialism*, publicado em um boletim interno do *National Committee of the Communist League of America*. Neste texto, o autor apresenta uma leitura sobre os Estados Unidos considerando os fundamentos da sua perspectiva de desenvolvimento.

> Nós não precisamos negar a existência da lei, mas devemos explicá-la. Certa vez eu tentei fazer isso em relação à concepção de "desenvolvimento combinado". Desenvolvimento desigual consiste, principalmente, no fato de que diferentes países passam por diferentes épocas. A existência de países avançados e países atrasados é a expressão mais elementar dessa lei. A evolução, contudo, também tem mostrado que os países atrasados complementam seu atraso com o que há de mais avançado. A partir disso, emerge o desenvolvimento combinado, o qual demonstrei como um exemplo para a Rússia em *A história da Revolução Russa*. Nos Estados Unidos nós temos outro tipo de desenvolvimento combinado. Nós temos o mais avançado desenvolvimento industrial junto com a mais atrasada ideologia – para todas as classes. (TROTSKY, 1972 [1933], p.117)[27]

Neste fragmento do referido texto, Trotsky não só reforça a sua ideia de desenvolvimento combinado, como indica que não existe uma generalização da análise para todo e qualquer caso. Em relação aos Estados Unidos, aponta que a presença do caráter combinado do desenvolvimento se revela de outro modo, a partir do amalgamento entre o atraso ideológico e o avanço na indústria. Mais à frente no mesmo texto, ocorre a primeira vez em que o autor faz uso da expressão como a conhecemos hoje, embora use o termo "leis" e não "lei", como ficou popularizado. Ao comentar sobre as particularidades dos processos revolucionários em países como Rússia e Estados Unidos, comenta que "[a]qui chegamos mais uma vez às *leis* do desenvolvimento desigual e combinado" (TROTSKY, 1972 [1933],

27 "We do not need to deny the existence of the law but we must explain it. In one case I have attempted to do so by the formula of "combined development". Uneven development consists in the main in the fact that the different countries pass through different epochs. Advanced and backward countries that is the most elementary expression of the law. Evolution, however, has also shown that the backward countries supplement their backwardness with the latest advances. From this emerges the combined development which I have proved for Russia as an example in the History. In America we have another kind of combined development. We have the most advanced industrial development together with the most backward – for all classes – ideology."

p.118)[28]. Um aspecto importante, que fica evidente inclusive no título do texto, mas também em seu conteúdo, é a relação que o autor faz com a teoria (leninista) do imperialismo.

Ao longo da década de 1930, Trotsky ainda vai apresentar algumas outras publicações que trataram da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, mas todas as vezes reafirmando alguns aspectos fundantes: a relação entre o nacional e o internacional, o amalgamento entre o arcaico e o moderno, e a importância de considerar a particularidade na compreensão do desenvolvimento das relações capitalistas ao redor do globo. Colocamos abaixo outras duas passagens do autor, estas já próximas de seu assassinato, que ocorre em 1940.

> Somente uma minoria de países realizou completamente essa evolução sistemática e lógica da mão-de-obra, passando pela manufatura doméstica, até a fábrica, que Marx submeteu a uma análise tão detalhada. O capital comercial, industrial e financeiro invadiu de fora os países atrasados, destruindo, em parte, as formas primitivas da economia nativa e, em parte, sujeitando-os ao sistema industrial e bancário do Oeste. Sob o açoite do imperialismo, as colônias e semicolônias se viram obrigadas a prescindir das etapas intermediárias, apoiando-se ao mesmo tempo artificialmente num nível ou no outro. O desenvolvimento da Índia não duplicou o desenvolvimento da Inglaterra; não foi para ela senão um suplemento. No entanto, para poder compreender o tipo combinado de desenvolvimento dos países atrasados e dependentes como a Índia é preciso esquecer o esquema clássico de Marx, derivado do desenvolvimento da Inglaterra. [...] A desproporção no desenvolvimento trouxe consigo tremendos lucros para os países avançados que, embora em graus diversos, continuaram se desenvolvendo às custas dos atrasados, explorando-os, transformando-os em colônias ou, pelo menos, tornando impossível para eles figurar entre a aristocracia capitalista. (TROTSKY, 2021b [1939], s/p)

> O concreto é um conceito relativo e não absoluto: o que é concreto em um caso acaba sendo abstrato em outro: isto é, insuficientemente definido para um determinado propósito. No sentido de obter um conceito "concreto" o suficiente para uma determinada necessidade, é necessário correlacionar muitas abstrações em uma só – como em uma reprodução de um segmento da vida em uma tela, que é uma imagem em movimento, é necessário combinar um número de fotografias estáticas. *O concreto é uma combinação de abstrações* – não uma combinação arbitrária ou subjetiva, mas uma que corresponde às leis do movimento de um determinado fenômeno. (TROTSKY, 1942 [1940], p.118, itálico do autor)[29]

---

28 "Here we come once more to the laws of uneven and combined development."

29 "[…] Concreteness is a relative concept and not an absolute one: what is concrete in one case turns out to be abstract in another: that is, insufficiently defined for a given purpose. In order to obtain a concept "concrete"

No primeiro fragmento, escrito um ano antes de sua morte, Trotsky trouxe uma reflexão que não somente justifica toda sua abordagem sobre as particularidades do desenvolvimento dos países "atrasados", como dialoga de modo frutífero com muitos debates que continuam presentes no seio dos escritos marxistas: a inexorabilidade das teorizações de Marx frente às mais diferentes realidades onde as relações capitalistas se desenvolvem ao redor do mundo. Além disto, o autor faz novamente, como também indicamos na citação do texto *Uneven and Combined Development and the Role of American Imperialism*, uma conexão direta entre a teoria do desenvolvimento desigual e combinado e a teoria do imperialismo. Já no segundo parágrafo, fragmento de uma carta escrita por Trotsky no ano de sua morte, temos um dos momentos em que o autor elabora, de modo bastante refinado, uma leitura filosófica da sua noção de combinação quando trata da relação entre o que é o abstrato e o que é o concreto a partir do prisma dialético. Esta perspectiva também será resgatada pelos sucessores de Trotsky que darão seguimento ao seu legado teórico e sustentarão o estandarte da teoria do desenvolvimento desigual e combinado ao longo de todo o século XX.

Concordando com Michael Löwy (2015 [1981], p. 67-71), é possível identificar toda a leitura *sui generis* de Trotsky quando levamos em conta o método que o autor utiliza em seus escritos. Em vários momentos, principalmente quando enfrentava as disputas no interior do PCUS, Trotsky era acusado de não ser exegético, de não se fundamentar estritamente na letra de Marx e como essa carência seria uma das suas principais fragilidades. Contudo, o autor sempre fez questão de se firmar a partir do método de Marx, mais do que unicamente dos textos desse. Assim, foi constituída uma leitura do capitalismo do seu tempo com as ferramentas do materialismo histórico e dialético, mas sem necessariamente condenar-se ao uso de termos e expressões preestabelecidas. Em linhas gerais, Löwy indica cinco pontos que definem o que seria o método de análise de Trotsky. O primeiro é a "coesão dialética da unidade dos contrários", já que o autor sempre teve em conta a necessidade de desvendar as contradições do desenvolvimento capitalista, fugindo então de fórmulas prontas e abordagens lineares da História. Em segundo, temos a centralidade da categoria de totalidade nos textos de Trotsky. Assim, o autor sempre se valeu de uma leitura que considerasse, por exemplo, a

---

enough for a given need it is necessary to correlate several abstractions into one – just as in reproducing a segment of life upon the screen, which is a picture in movement, it is necessary to combine a number of still photographs. The concrete is a combination of abstractions – not an arbitrary or subjective combination but one that corresponds to the laws of the movement of a given phenomenon."

Rússia em sua relação com a Europa Ocidental e/ou com a Ásia, e como estas partes devem ser compreendidas enquanto determinadas pelo desenvolvimento do capitalismo em todo o mundo. O terceiro ponto é a crítica ao economicismo vigente em sua geração no contexto do movimento revolucionário russo, principalmente representado por Plekhanov. Assim, muito mais do que outros, Trotsky dá relevo em seus textos às dimensões política e social do processo histórico de modo a romper com qualquer tentativa de reducionismo da realidade. O quarto ponto indicado por Löwy é que o método trotskista é profundamente histórico, pautado em uma leitura aberta da História, determinada e ao mesmo tempo marcada por possibilidades. "Foi esse reconhecimento do caráter aberto da historicidade social que deu à práxis revolucionária seu lugar decisivo na arquitetura do sistema teórico-político de Trotsky de 1905 em diante." (LÖWY, 2015 [1981], p. 70-71). Por fim, o quinto ponto colocado é um dos que mais temos frisado aqui: a compreensão entre a relação entre o universal e o particular nos escritos do autor. Este aspecto do pensamento de Trotsky foi fundamental para entender a relação entre os pressupostos trazidos por Marx e Engels acerca do desenvolvimento do capitalismo e as peculiaridades deste processo em países que estavam fora do contexto da Europa Ocidental.

* * *

Estes cinco pontos colocados por Michael Löwy são também tratados por toda uma nova geração de pesquisadores que, principalmente na área de Relações Internacionais, tem abordado o poder explicativo da teoria do desenvolvimento desigual e combinado para a compreensão das dinâmicas mundiais na relação entre as diferentes nações e a dimensão internacional. Principalmente a partir dos esforços de Justin Rosenberg, tem emergido de modo significativo o debate sobre o legado de Trotsky para a análise das Relações Internacionais. Rosenberg tem feito um esforço investigativo para dissecar as diferentes partes que compõem a teoria do desenvolvimento desigual e combinado como uma totalidade analítica, debatendo para tanto a leitura que o autor russo faz sobre como deve ser compreendida a fusão dos conceitos de desigualdade, combinação e desenvolvimento na elaboração desta teoria. Com relação à desigualdade, Rosenberg (2006, p. 313-314) argumenta que

> […] [e]mpiricamente falando, não existe, e nunca houve, um único caminho percorrido pelo desenvolvimento social. Consequentemente, se quisermos conceituar esse fenômeno em geral, nós devemos começar pelo reconhecimento de que ele sempre envolveu uma multiplicidade de instâncias, níveis e formas de sociedade temporalmente coexistentes.[30]

Desta forma, a "lei" do desenvolvimento desigual, que é parte fundamental da abordagem empreendida por Trotsky como vimos em trechos do próprio autor anteriormente, parte da concepção empírica do real, logo de um entendimento do processo de desenvolvimento como concreto-abstrato. A generalização que se opera a nível da teoria não passa de uma derivação analítica da concretude que é o desenvolvimento histórico das sociedades ao redor do mundo. Assim, a própria interação que existe entre as nações e a correlata desigualdade destas relações é uma das bases da argumentação que Trotsky levanta em sua análise, já que o desenvolvimento histórico de cada parte da totalidade-mundo não pode ser compreendida como fragmentos isolados.

> […] Pois o que Trotsky quis dizer com "desigualdade" foi precisamente que o capitalismo emergiu em um mundo de sociedades coexistentes de diferentes tipos e níveis de desenvolvimento. A Rússia, argumentou ele, "ficou não só geograficamente, mas também social e historicamente" entre as sociedades capitalistas em processo de industrialização no Ocidente e os impérios agrários autocráticos ao sul e ao leste. Coexistência geopolítica e diferença sociológica foram (e, de fato, sempre foram) características essenciais de seu desenvolvimento. (ROSENBERG, 2016b, p. 141)[31]

E, seguindo analiticamente o raciocínio desenvolvido por Justin Rosenberg, temos que essa determinação da lei do desenvolvimento desigual deve ser compreendida como o processo que leva ao que Trotsky denominou, inicialmente, como desenvolvimento combinado. A desigualdade leva a combinação. E aqui temos um ponto importante para ser

30 "[…] Empirically speaking, there is not, and never has been, a single path taken by social development. Consequently, if we are to conceptualize that phenomenon in general, we must begin by recognizing that it has always involved a multiplicity of temporally coexisting instances, levels and forms of society"

31 "[…] For what Trotsky meant by 'unevenness' was precisely that capitalism had emerged into a world of coexisting societies of different kinds and levels of development. Russia, he argued, 'stood not only geographically, but also socially and historically' between the industrializing capitalist societies in the West and the autocratic agrarian empires to its South and East. Geopolitical co-existence and sociological difference were (and in fact always had been) essential features of its development."

levantado. Ao analisar as particularidades da realidade russa, Trotsky identificou essas peculiaridades que, algum tempo depois, seriam a base para a chamada lei do desenvolvimento desigual e combinado. Em outras palavras, foi a realidade concreta do Império Russo de então que produziu a abstração-concreta do autor acerca do desenvolvimento das relações capitalistas em países "atrasados", tendo em vista que nos casos dos países "avançados", especialmente a Inglaterra, já havia farto material nos escritos de Marx e Engels. E nesta compreensão sintetizada por Trotsky, temos que da lei do desenvolvimento desigual deriva-se uma segunda lei, a do desenvolvimento combinado. Como vimos em relação ao texto publicado no boletim interno do *National Committee of the Communist League of America*, apenas alguns anos depois de *A história da Revolução Russa* é que o autor vai falar nos termos que nos habituamos a ouvir, desenvolvimento desigual e combinado.

Ainda sobre as partes que compõem a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, temos propriamente a combinação. Como acabamos de colocar, temos acordo com Rosenberg (2006, p. 319) quando este argumenta que "[…] a desigualdade dá origem ao 'desenvolvimento combinado'. O desenvolvimento, ele [Trotsky] quer dizer, não é apenas diferenciado: é também, consequente e intrinsecamente, interativo."[32]. Partindo da realidade considerada por Trotsky, temos que a desigualdade existente entre os países, sejam eles mais industrializados e com relações capitalistas mais desenvolvidas (caso da Europa Ocidental) ou mais agrários e ainda baseados na força de trabalho não-capitalista (caso de boa parte da Ásia no século XIX), não os tornam partes isoladas da totalidade.

> Na Rússia do século XIX, as temporalidades diferenciais do Ocidente e do Oriente se cruzaram; como resultado, os fenômenos históricos, que em outro lugar se sucederam no tempo, paradoxalmente foram aqui tornados contemporâneos; e isso embaralhou as coordenadas usuais da transformação sociopolítica. Afinal, o czarismo russo não tinha intenção de se transformar em uma monarquia constitucional ao estilo britânico. O czarismo estava importando invenções e recursos estrangeiros para sustentar sua própria sobrevivência. O resultado não foi, portanto, a repetição, mas a combinação – ou, como Trotsky denominou, o "desenvolvimento combinado". Elementos da sociedade capitalista moderna estavam sendo enxertados em

32 "[…] unevenness gives rise to 'combined development'. Development, he means to say, is not only differentiated: it is also, consequently and intrinsically, interactive."

> uma estrutura social semifeudal para produzir um híbrido único do velho e do novo. (ROSENBERG, 2016b, p. 142)[33]

Esta combinação entre o arcaico e o moderno, entre o novo e o velho, é um dos pontos-chave da teoria do desenvolvimento desigual e combinado. É justamente este relevo dado a Trotsky para uma possível quebra do pensamento linear da abordagem marxista vulgar do desenvolvimento capitalista que não deve ser perdido de vista. O desenvolvimento de forças produtivas em uma determinada parte do mundo leva, necessariamente, a uma acomodação geopolítica e geoeconômica em escala planetária, em maiores ou menores proporções. Se pensarmos em outras escalas, também é possível apreender como esta elaboração analítica se mostra importante, dado que os amalgamentos ligados ao desenvolvimento contraditório das relações capitalistas se revelam também no âmbito intranacional, na constituição de particularidades que dão sentido à própria especificidade do desenvolvimento regional em diferentes países, a exemplo do Brasil. Isto quando estamos considerando o modo de produção capitalista, que tem como base a concorrência entre nações, empresas, capitais etc. que é levada pela busca constante por condições espaciais favoráveis para a realização de uma maior taxa de lucro. E quando consideramos a complexidade deste processo no bojo da sociedade capitalista temos, como também ressalta Rosenberg em outro texto, a existência de, pelo menos, três sentidos para a noção de desenvolvimento combinado.

> […] Houve a combinação de diferentes *estágios* de desenvolvimento que resultaram da importação de tecnologias avançadas para uma sociedade pré-industrial. Também ocorreu a combinação de diferentes *tipos* de sociedade, à medida que o capitalismo se fundiu com diferentes estruturas sociais preexistentes em diferentes países. Mas também houve uma espécie de combinação desses diferentes *países* em um todo maior. Pois, ao importar todas essas ideias, recursos e tecnologias, a Rússia estava inevitavelmente se tornando integrada em uma estrutura mais ampla e interconectada do *desenvolvimento capitalista mundial* – mas que agora era ele próprio

33 "In nineteenth century Russia, the differential temporalities of West and East intersected; as a result, historical phenomena that had elsewhere succeeded each other in time were here rendered paradoxically contemporaneous; and this scrambled the causal co-ordinates of socio-political change. After all, Russian Czarism had no intention of transforming itself into a British-style constitutional monarchy. Czarism was importing foreign inventions and resources in order to shore up its own survival. The result was therefore not repetition but combination – or, as Trotsky called it, 'combined development'. Elements of modern capitalist society were being grafted on to a semi-feudal social structure to produce a unique hybrid of the old and the new"

> modificado pela inclusão da Rússia nele. (ROSENBERG, 2016a, p. 24, itálico do autor)[34]

Estas múltiplas combinações são, desta forma, estruturantes para o desenvolvimento das relações capitalistas. Mais do que iluminar as particularidades da realidade russa, a contribuição intelectual de Trotsky se consubstanciou numa leitura original sobre a questão do desenvolvimento em países que não experienciaram a forma "clássica" de desenvolvimento, basicamente circunscrita à Europa Ocidental. Dito de outro modo, a teoria do desenvolvimento desigual e combinado ganhou toda a força que tem hoje como um importante constructo analítico justamente por ter como foco a realidade da esmagadora maioria dos países. Diferentemente da Inglaterra, países de Ásia, África e Américas tem vivenciado processos particulares de desenvolvimento, que tem na teoria do desenvolvimento desigual e combinado um prisma analítico central.

Sendo assim, embora tenhamos esquematicamente tratado dos termos que compõem a teoria, tanto o caráter desigual quanto o caráter combinado devem ser lidos em sua totalidade mais ampla, ainda mais porque no mundo real trata-se de um processo que apresenta sua unidade. Temos, portanto, o mesmo entendimento de Makki (2015, p. 483), que afirma que os "[…] termos 'desigual' e 'combinado' não têm, a esse respeito, nenhum conteúdo analítico próprio, mas definidos dentro de uma teoria relacional do desenvolvimento capitalista mundial, eles direcionam a atenção para variações nas formas sociais e práticas culturais ao longo do espaço-tempo."[35]. Como desenvolvemos ao longo da tese, e considerando que esta assertiva não está restrita à teoria do desenvolvimento desigual e combinado, acreditamos que qualquer conceito, teoria, ideia etc. deve servir de instrumento analítico da realidade consideradas suas condições materiais de produção. Isto passa por uma defesa do rigor intelectual no processo de recepção e apropriação de qualquer constructo teórico, até porque cada conceito ou ideia é elaborado para dialogar com determinadas

34 "[…] There was the combination of different stages of development that resulted from the importing of advanced technologies into a pre-industrial society. There was also the combination of different types of society, as capitalism fused with different pre-existing social structures in different countries. But there was also a kind of combination of these different countries themselves into a larger whole. For by importing all these ideas and resources and technologies, Russia was unavoidably becoming integrated into a wider interconnected structure of capitalist world development—but one that was itself now modified by the inclusion of Russia into it."

35 "[...] terms 'uneven' and 'combined' have in this respect no particular analytic content of their own, but set within a relational theory of world capitalist development, they direct attention to variations in social forms and cultural practices across space-time."

demandas espaço-temporais colocadas no contexto em que são produzidos e o uso destes fora disto deve ser objeto de atenção por parte dos pesquisadores envolvidos, sob risco de imprecisão analítica. No mesmo sentido, compreendemos que, em se tratando da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, o "método" que Trotsky utiliza para empreender sua análise deve servir de baliza, até porque não nos parece cabível, por exemplo, uma interpretação linear e etapista da história servindo de lastro para uma investigação que se baseia na teoria trotskista. Pois é "[...] somente por meio de uma concepção mais diferenciada da temporalidade histórica que a relação entre as abstrações do capitalismo e os espaços-tempos concretos gerados pelo desenvolvimento desigual e combinado podem ser devidamente avaliados." (MAKKI, 2015, p. 489)[36]. E o nosso esforço até aqui vai exatamente no intento de evidenciar os devidos determinantes da teoria que não estão confinados a uma ou outra citação de *A história da Revolução Russa*.

Considerando estes pontos, compreendemos que a teoria do desenvolvimento desigual e combinado é um constructo que associa três conceitos que podem ser, analiticamente, compreendidos: desigualdade, combinação e desenvolvimento. Esta compreensão analítica, contudo, não desconsidera a indissociabilidade entre os três. Quanto ao primeiro termo, ponderamos que, ao longo da história humana, temos como marca o processo de produção de assimetrias diversas: sociais, econômicas, territoriais etc. Essas assimetrias estão também presentes na produção da própria natureza, nas diferentes espécies de seres vivos e na distribuição de atributos do meio físico ao redor do globo terrestre (climas, solos, vegetação etc.). Assim, podemos inferir que a produção de diferenças antecede a história social, permanecendo e se complexificando com essa. Desde os primeiros povos primitivos, presenciamos distintas formas de organização social, diferentes formas de relação sociedade-natureza, mesmo com todas as similitudes. Contudo, quando pensamos no desenvolvimento desigual e combinado, tratamos de algo que vai muito além da diferença, mas da produção de desigualdades. O modo capitalista de produção é o período da história social em que há um acirramento das mais diversas desigualdades, com a produção de extremos de miséria e riqueza sem precedentes. Assim, o desenvolvimento desigual e combinado trata das desigualdades que, mesmo derivadas de diferenças que são pretéritas, ganham distinção quantitativa e qualitativa.

36 "[…] It is only through a more differentiated conception of historical temporality that the relationship between capitalism's abstractions and the concrete time-spaces generated by uneven and combined development can be properly appreciated."

As desigualdades, por sua vez, são a base para o segundo conceito presente neste constructo: a combinação. A história social também é marcada por combinações, que são a fusão de assimetrias em diferentes contextos histórico-geográficos. Talvez o principal exemplo de combinação ocorre quando consideramos o contato de diferentes civilizações, com distintos graus de acesso a tecnologias e recursos. Podemos citar como exemplo o contato entre um povo que não conhece a técnica de plantio com arado e outro que já a conhece. Essa relação implicará em uma combinação de graus diferenciados de uso da terra, que podem gerar transformações em toda a organização social dos povos envolvidos. Não obstante, no capitalismo a combinação se estabelece de modo a reproduzir a lógica da acumulação e, com o intenso processo de internacionalização do capital, identificamos que a combinação se apresenta de modo extremamente perverso, amalgamando desigualdades e fundindo o arcaico e o moderno como condição para a manutenção da sociabilidade da extração de mais valor.

Como terceiro e principal conceito, que amarra a desigualdade e a combinação, temos o desenvolvimento. Segundo a lógica dialética, é imprescindível compreendermos a realidade concreta enquanto processo, constantemente em transformação.

> […] O termo *desenvolvimento* para ele [Marx] tem um sentido de *processualidade*, isto é, como determinada estrutura social se desenrola com o passar do tempo, como as leis de funcionamento de determinada sociabilidade se manifestam em uma trajetória de tempo – manifestações essas que sempre possuem uma determinação histórica. Não existe, portanto, nenhuma concepção de trajetória do 'pior' para o 'melhor', uma vez que o desenvolvimento das leis implica a complexificação de todas as contradições próprias dessa formação histórica específica. Assim, no caso do *desenvolvimento histórico*, tem-se a *processualidade* da história por distintos modos de produção, sempre dialética e historicamente determinados, e, talvez o mais importante, sem nenhuma teleologia e/ou determinismo histórico dado *a priori*. No caso do desenvolvimento histórico dentro do modo de produção capitalista – o que nos permite entender uma historicidade *do* e *no* capitalismo –, a noção de *desenvolvimento* significa o desenrolar contraditório, dialético, das leis de tendência do modo de produção capitalista. (CARCANHOLO, 2013, p. 193, itálico do autor)

Temos então que a compreensão dos termos desigualdade e combinação na teoria deve ser compreendida enquanto processualidade, em seu movimento histórico concreto. Quando levamos em consideração o debate sob o prisma da Geografia, temos que

compreender o conceito de desenvolvimento é considerar que o constante processo de produção do espaço está atravessado por um desenvolvimento que, no contexto do capitalismo, é desigual e combinado. Assim, o desenvolvimento desigual e combinado deve ser compreendido como um processo que é socialmente estabelecido para dar condições materiais para o regime de acumulação. Este constructo teórico é uma interpretação do movimento do real, que pode ser apreendido por diferentes campos do conhecimento científico, tendo na Geografia um importante papel para a compreensão da divisão territorial do trabalho e do desenvolvimento dos Estados nacionais.

* * *

Neste sentido, vale pontuar que a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, assim como qualquer outra teoria, apresenta um poder explicativo que está vinculado aos propósitos analíticos de sua elaboração e reelaboração ao longo dos anos. Não acreditamos que uma teoria esteja apenas confinada aos limites definidos pelo autor em sua primeira constituição, haja vista que nos demais momentos de sua história intelectual (difusão, recepção e apropriação) também temos produção teórica. Ainda assim, não entendemos que qualquer constructo teórico sirva para toda e qualquer análise. Neste sentido concordamos com Neil Smith (2006, p. 182) quando afirma, em relação à teoria do desenvolvimento desigual, que uma lei que explica absolutamente tudo, no final das contas, acaba não explicando muita coisa. Assim, seguindo inclusive os esforços empreendidos por alguns autores sobre a questão do poder explanatório da teoria do desenvolvimento desigual e combinado (KNEI-PAZ, 1985 [1980]; SELWYN, 2011; KIELY, 2012; MAKKI, 2015; RIOUX, 2015), avaliamos como pertinente indicar aqui alguns pontos interessantes que são levantados acerca de possíveis limites e potencialidades da teoria na análise do desenvolvimento das relações capitalistas em diferentes contextos espaço-temporais.

Analisando a noção de desenvolvimento desigual e combinado pelo prisma da teoria do imperialismo, Kiely (2012) tenta sintetizar alguns dos principais pontos que a teoria consegue dar conta, quais aqueles que escapam à abordagem empreendida por Trotsky e aqueles que desdobraram a teoria ao longo das décadas. Na sua visão, por um lado, existe um flagrante limite da teoria em relação à análise da competição geopolítica entre países no

contexto da ordem capitalista internacional. Por outro lado, a teoria do desenvolvimento desigual e combinado apresenta um importante arsenal analítico em relação à compreensão do processo desigual de acumulação global de capitais. Na opinião de Kiely (2012, p. 244), a teoria do "[…] desenvolvimento desigual e combinado é, portanto, melhor vista como um conceito que pode ser usado para ilustrar as manifestações concretas da difusão desigual do capitalismo em todo o globo, e como estas interagem de maneiras diferentes em locais específicos."[37]. Neste sentido, o autor argumenta que, principalmente no contexto de acirramento de desigualdades derivadas da globalização neoliberal, a teoria apresenta-se como central para o desvelamento das contradições advindas da fase atual do capitalismo. Um dos pontos fortes da abordagem da teoria vai justamente no sentido de enfatizar a complexa relação entre as escalas nacional e internacional, considerando suas determinações nos dois sentidos. A teoria do "[…] desenvolvimento desigual e combinado pode ser usada para explicar o impacto não só do internacional e do nacional, mas também do nacional no internacional […]." (KIELY, 2012, p. 243)[38]. Neste quesito, há concordância entre este autor e Fouad Makki (2015, p. 485)[39], que argumenta que "[a]o reunir dinâmicas temporais e espaciais, dimensões históricas e comparativas, a ideia de Trotsky de desenvolvimento desigual e combinado fornece os elementos conceituais necessários para superar a rígida dicotomia entre o nacional e o internacional que por muito tempo escapou da teorização adequada". De todo modo, em que pesem as críticas que Kiely (2012) faz a certas abordagens que apenas com essa teoria pretendem dar conta de toda a complexidade do debate geopolítico mundial, ele reforça a importância do uso desta para pensarmos o desenvolvimento do capitalismo no século XXI.

Outra crítica aos possíveis limites da teoria do desenvolvimento desigual e combinado vem de Sébastien Rioux (2015), principalmente em relação aos intelectuais que têm dado centralidade a esta teoria desde o ressurgimento do debate no início do século XXI. Na visão deste autor, há um forte empobrecimento da teoria quando expande-se demais o seu

37 "[…] Uneven and combined development is thus best seen as a concept that can be used to illustrate concrete manifestations of the unequal diffusion of capitalism throughout the globe, and how these interact in different ways in particular settings."

38 "[…] uneven and combined development can be used to explain the impact not only of the international and the national, but also of the national on the international [...]."

39 "By drawing together temporal and spatial dynamics, and historical and comparative dimensions, Trotsky's idea of uneven and combined development provides the conceptual elements necessary for overcoming the fixed dichotomy between the national and the international that had for long eluded adequate theorization"

escopo explanatório, perdendo de vista os próprios limites desenhados por Trotsky no momento de elaboração dos escritos que fundamentam a lei do desenvolvimento desigual e combinado. Uma das linhas principais de argumentação do autor é que a teoria, que se apresenta nos textos de Trotsky como lei, é, por natureza, incompleta.

> O que o interessava [referindo-se a Trotsky] não era a construção de uma teoria capitalista de desenvolvimento desigual (e combinado), mas a derrubada do capitalismo e o estabelecimento do socialismo mundial por meio da revolução permanente. O problema com as leis da História de Trotsky não é sua incapacidade de descrever a mudança social e o desenvolvimento; antes, é o fracasso delas em explicar isso. […] A Lei da Gravidade de Newton pode muito bem prever o que acontece a um objeto caído; isso não muda o fato de ser incapaz de explicar por que isso aconteceu. Da mesma forma, as leis da História de Trotsky [...] podem prever o que acontece com a dinâmica geral da história humana; isso também não muda o fato de que elas são incapazes de explicar por que isso acontece. O que está faltando aqui é o necessário desenvolvimento teórico de categorias e conceitos que possam explicar a dinâmica historicamente específica das transformações sociais, rastreando suas conexões lógicas com a dinâmica estrutural interna do próprio desenvolvimento. As leis da História de Trotsky, por mais perspicazes que sejam, não explicam por que e como o desenvolvimento capitalista é desigual e combinado, nem desenvolvem o aparato conceitual formal necessário [...].[40] (RIOUX, 2015, p. 489-490)[41]

Esta crítica apresentada por Rioux, a bem da verdade, dialoga com a própria ponderação de Keily: toda teoria ou lei tem um limite. E nós podemos encontrar este limite justamente nos processos, digamos, internos de sua história intelectual. Como bem pontua Rioux, não se pode perder de vista que a elaboração de Trotsky está diretamente vinculada a uma outra teoria, por vezes desconsiderada: a da revolução permanente. Assim como é

40 Em nossa perspectiva, Rioux faz aqui uma analogia esdrúxula quando compara uma lei marxista com uma lei da física. Ainda neste capítulo nos posicionaremos sobre esta querela. Contudo, mesmo reconhecendo este equívoco, entendemos que a citação continua sendo válida pelos outros argumentos que apresenta.

41 "What interested him was not the construction of a capitalist theory of uneven (and combined) development, but the overthrow of capitalism and the establishment of world socialism through permanent revolution. The problem with Trotsky's laws of history is not their inability to describe social change and development; rather, it is their failure to explain it. […] Newton's Law of Gravity may well predict what happens to a dropped object; it does not change the fact that it is incapable of explaining why it happened. Similarly, Trotsky's laws of history […] may predict what happens to the overall dynamics of human history; it also does not change the fact that they are incapable of explaining why it happens. What is lacking here is the necessary theoretical development of categories and concepts that can account for the historically specific dynamics of social change by tracing back its logical connections to the inner structural dynamics of development itself. Trotsky's laws of history, as insightful as they are, do not explain why and how capitalist development is both uneven and combined, nor do they develop the formal conceptual apparatus necessary [...]."

fundamental compreender, para a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, as contribuições de Marx quanto ao debate sobre colonização e acumulação e as de Lenin quanto ao debate sobre imperialismo, não podemos perder de vista a conexão direta desta com a teoria da revolução permanente. E nesse caso de modo ainda mais evidente, haja vista que não se trata de um autor que se inspirou em outro para a construção de um determinado constructo teórico. A elaboração da teoria da revolução permanente e da "lei" do desenvolvimento desigual e combinado são processos que se mimetizam. Aqui então, quando falamos de limites da teoria, estamos tratando não propriamente de confiná-la em uma definição estanque, mas de compreender as suas determinações históricas e geográficas e de como isso nos ajuda a melhor usá-la no entendimento da realidade brasileira, por exemplo. E tratando especificamente do objeto de nossa tese, essa delimitação nos ajuda a enxergar com mais nitidez certas posições intelectuais e como a teoria do desenvolvimento desigual e combinado foi sendo atribuída a debates e referenciais que, em certa medida, diferenciam-se de sua essência histórica.

Sendo um dos principais responsáveis pela difusão das ideias de Trotsky a partir da segunda metade do século XX, Michael Löwy é um dos que mais evidencia esta conexão direta entre a teoria da revolução permanente e a "lei" do desenvolvimento desigual e combinado. Este é inclusive um dos seus principais objetivos ao escrever, em 1981, o livro *A política do desenvolvimento desigual e combinado*, que tem como subtítulo *a teoria da revolução permanente*. Em uma das passagens em que o autor melhor sintetiza sua abordagem, ele argumenta que

> […] a universalização da teoria da revolução permanente por Trotsky não foi só o resultado de um raciocínio indutivo a partir das experiências russa e chinesa. Também foi fundamentada por uma teoria geral da dinâmica socioeconômica do processo histórico (lei do desenvolvimento desigual e combinado) e por uma análise bastante condensada do papel das classes principais nas sociedades coloniais e semicoloniais, que ele elaborou entre 1928 e 1930. Inquestionavelmente a fundação histórico-teórica mais geral da teoria da revolução permanente foi a *lei do desenvolvimento desigual e combinado*. […] Uma nova compreensão da história humana é o ponto de partida para a formulação da lei: com o surgimento do capitalismo como sistema mundial, a história mundial se torna uma *totalidade* concreta (e contraditória e as condições do desenvolvimento socioeconômico passam por mudanças qualitativas. (LÖWY, 2015 [1981], p. 112-113, itálico do autor)

Este intento de precisão da teoria do desenvolvimento desigual e combinado vai em favor de uma melhor compreensão dos limites e potencialidades dessa e, por conseguinte, de seu poder explicativo. A relação entre este debate e a teoria da revolução permanente é também colocado por Bianchi (2001, p. 106), quando afirma que o "lugar da teoria do desenvolvimento desigual e combinado fica ainda mais claro na teoria da revolução permanente". Em outros termos, embora possamos tratar essas duas elaborações teóricas como autônomas, a completa dissociação dessas pode prejudicar de modo definitivo o poder explicativo de cada uma. Muitas vezes, até em um esforço analítico de compreensão dos fenômenos, separamos abstratamente partes que somente podem ser apreendidas em sua totalidade. Isso, é claro, não exclui as possibilidades que podemos nos valer para o entendimento de conceitos, termos e teorias a partir do diálogo com outras abordagens que não somente a original. Parece-nos que esse movimento é adequado na produção do conhecimento, desde que esse diálogo não apague os determinantes de produção intelectual que situam cada debate. No caso da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, ou mesmo se considerarmos os debates atinentes à "lei do desenvolvimento desigual" de um modo geral, vemos que ao longo de décadas foram se instituindo frutíferas discussões, inclusive no contexto da Geografia no Brasil. Este movimento, contudo, sempre deve ser passível de investigação e crítica, no sentido de avançarmos em debates que possam contribuir ainda mais para uma leitura precisa das contradições do desenvolvimento das relações capitalistas em países como o nosso.

Concluindo este subcapítulo, avaliamos que é pertinente lançar luz sobre ainda mais um outro ponto relativo ao poder explicativo da teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Um dos argumentos que aparece de modo explícito nos escritos de Trotsky e que tem sido considerado como um dos principais avanços da teorização frente a todo o debate que já existia então é a preocupação do autor com uma reflexão que desse conta das particularidades dos países então chamados de "atrasados". Esta querela foi algo que atravessou toda a geração de Trotsky de intelectuais revolucionários e acabou por desembocar no conceito de desenvolvimento combinado. Dito de outro modo, o principal avanço na teorização de Trotsky ao pensar sobre o caráter desigual e combinado do desenvolvimento das relações capitalistas passou pela demanda concreta de pensar a realidade russa e, poderíamos extrapolar, a questão do desenvolvimento em países não integrantes da Europa Ocidental. Ainda mais hoje, na terceira década do século XXI, em tempos de crítica pós-moderna e toda

forma de debate decolonial, é salutar pensarmos que há mais de cem anos já existiam intelectuais pensando a "periferia" do capitalismo a partir da própria "periferia". E mais, elaborando uma teoria que impactaria todo um conjunto de intelectuais marxistas, ocidentais ou não, por décadas.

Não obstante, um dos desdobramentos mais recorrentes que se valem da teoria do desenvolvimento desigual e combinado nos estudos críticos das Ciências Humanas e Sociais na contemporaneidade é aquilo que pode ser resumido na controversa expressão "vantagens do atraso". Um dos autores que melhor sintetiza este debate é Baruch Knei-Paz (1985 [1980]). Ele argumenta que a visão trotskista de desenvolvimento se fundamenta numa concepção do atraso como uma espécie de privilégio. A partir desta perspectiva, tem-se que todo contato entre nações que apresentam grandes discrepâncias entre si do ponto de vista do desenvolvimento das relações capitalistas gera uma forte tensão no país menos desenvolvido. Por seu turno, essa tensão força o país "atrasado" a se desenvolver a qualquer custo, principalmente no contexto de acirramento da concorrência entre as nações imperialistas. Geralmente via Estado, as relações sociais arcaicas do país se veem frente a um processo de modernização e precisam apresentar respostas para tanto.

> Ao imitar uma sociedade avançada, uma sociedade atrasada tem diante de si um modelo histórico já pronto. Isto pode fazer pensar que se deva necessariamente reproduzir o caminho percorrido pela sociedade avançada para realizar tal modelo, ou o próprio modelo tal e qual. Todavia, na realidade, a vantagem de quem chega depois é que, com a distância do tempo e graças à experiência anterior dos "pioneiros", é possível perseguir o produto final saltando várias etapas, evitando o longo processo do desenvolvimento e substituindo-o apenas pelo seu resultado. Mas, assim fazendo, a sociedade atrasada não se limita a reduzir os tempos do desenvolvimento, mas introduz na realidade um processo diferente, e este acaba por caracterizar de modo peculiar o desenvolvimento de uma sociedade atrasada, levando, em última instância, à criação de um modelo diferente que subsume o da sociedade avançada e, em certas áreas e setores, pode até mesmo superá-lo. Isso acontece por causa da já lembrada ruptura do velho sistema de relações sociais, do caráter inovador das novas relações que vierem a se estabelecer, e da particular integração e mistura de todo o conjunto. (KNEI-PAZ, 1985 [1980], p. 178)

Com isso, vemos que a irrepetibilidade dos processos de desenvolvimento, diante das diferentes condições espaço-temporais, é marca fundante da compreensão empreendida por

Trotsky. Esta noção de "privilégio do atraso", portanto, evidencia que as desigualdades que dão razão a uma específica totalidade histórica, totalidade como parte de outra totalidade, determinam os rumos do seu desenvolvimento, e daí emerge a noção de desenvolvimento combinado. Isso vem sendo incorporado ao debate das Ciências Humanas e Sociais por diferentes prismas, seja na relação que as nações têm com o sistema mundial, seja na relação que cada região tem com o país como um todo, como veremos mais adiante. Pensando sobre a relação entre os países, Selwyn (2011, p. 433) coloca que esses "[…] não apenas desfrutam das vantagens (e desvantagens) do atraso, mas integrando-se ao sistema mundial sob o 'chicote da necessidade externa', eles também geram combinações de novas e velhas formas sociais, fundidas em alta velocidade e irreconhecíveis a partir da lente das concepções unilineares de desenvolvimento."[42].

Em outras palavras, todo o debate gerado em torno da questão do desenvolvimento desigual e combinado de países com processo tardio de industrialização aparece de diferentes formas nos mais variados campos acadêmicos das Ciências Humanas e Sociais, incluindo a Geografia. No contexto da produção intelectual brasileira, um dos principais pontos que aparece em diálogo com esse debate é a particularidade do desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil a partir da noção de fusão do arcaico e do moderno na constituição das nossas peculiaridades. Na grande maioria das vezes, em nosso contexto intelectual, o uso da teoria do desenvolvimento desigual e combinado está associado à reflexão sobre essas contradições do capitalismo no Brasil, principalmente em comparação a formas "clássicas" de desenvolvimento, a exemplo da Europa Ocidental. Temos então que essa linha de argumentação é fundamental para os próximos passos de nossa tese, haja vista que os limites e potencialidades do poder explanatório desta teoria nos ajudam a pensar sua recepção pela Geografia no Brasil. E para fechar este capítulo sobre o movimento intelectual da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, avaliamos como pertinente, partindo deste último debate sobre o poder explicativo desse constructo teórico, explanar sobre alguns pontos que darão mais nitidez à nossa argumentação. E isso passa, necessariamente, pela reflexão sobre as distinções entre a lei/teoria do desenvolvimento desigual e a lei/teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Embora não seja esse o âmago de nossa tese, avaliamos que, dada a

42 "Hence, not only do countries enjoy advantages (and disadvantages) of backwardness, but through integrating themselves into the world system under the 'whip of external necessity' they also generate combinations of new and old social forms, melded together at high speed and unrecognizable from the lens of unilinear conceptions of development."

forma como encontramos o debate sobre a teoria do desenvolvimento desigual e combinado na Geografia no Brasil, a discussão a seguir é um lastro fundamental para a tese que defendemos. Partir do pressuposto de que não existem diferenças entre uma e outra teoria, por serem constructos analíticos com origem similar, empobrece o poder explanatório de cada uma das abordagens, dada a longa tradição a que estão vinculadas e todos os aportes analíticos que podem vir a contribuir para uma leitura espacial que considere as contradições das relações capitalistas.

3.3 Teoria do desenvolvimento desigual e teoria do desenvolvimento desigual e combinado: origem comum, trajetórias distintas

Como temos mostrado neste capítulo, o debate sobre a questão do desenvolvimento das relações capitalistas tem atravessado os mais variados contextos intelectuais do campo marxista desde os escritos de Marx e Engels até os dias de hoje. Esta questão, contudo, não aparece da mesma forma nos diferentes autores, em que pese a mesma postura de método e a fundamentação teórico-filosófica que os une (CHILCOTE, 1983). Avaliamos que esta diversidade nas abordagens tem derivação direta dos próprios contextos espaço-temporais que cada intelectual interage e sob quais problemas concretos pretende-se discutir. Em linhas gerais, neste terceiro subcapítulo vamos tratar sobre duas abordagens acerca da questão do desenvolvimento do capitalismo na tradição marxista: a lei/teoria do desenvolvimento desigual e a lei/teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Como indicaremos nos próximos parágrafos, uma parte importante dos argumentos que nos fundamentam se baseiam no próprio movimento intelectual que estas abordagens têm tido ao longo do tempo, como apresentamos nos dois subcapítulos anteriores. Isto, contudo, não implica em dizer que não existam outras abordagens sobre a questão[43], embora avaliemos que as duas que estamos discutindo neste capítulo dão conta dos meandros que envolvem o objeto de nossa tese. Sem

43 Compreendemos, por exemplo, que os autores que se debruçaram sobre a teoria marxista da dependência (TMD) também podem ser considerados como um outro importante conjunto de intelectuais que se dedicaram à questão do desenvolvimento das relações capitalistas. Não os abordaremos neste capítulo por conta dos nossos propósitos analíticos, embora ressaltemos que a TMD será tratada quando discutirmos o contexto espaço-temporal de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil mais à frente. Um quadro geral das teorias sobre o desenvolvimento capitalista pode ser lido em Chilcote (1983) e McIntyre (1992), embora seja necessário ponderar que não concordamos com todas as argumentações e enquadramentos que esses autores apresentam em suas análises.

embargo, antes mesmo de tratarmos disso, discutiremos uma outra problemática que também nos interessa para a devida reflexão sobre o tema: estaríamos tratando propriamente de uma lei ou de uma teoria (seja do desenvolvimento desigual, seja do desenvolvimento desigual e combinado)?

Quando consideramos as mais variadas respostas frente a esta questão, podemos concluir que estamos longe de um consenso sobre esta querela. Como aponta Coggiola (2004), quando levamos em consideração o próprio interior do movimento trotskista, existem interpretações divergentes sobre qual termo seria o mais apropriado para o constructo teórico. "Há autores que consideram que chamar o desenvolvimento desigual e combinado de 'lei' não corresponde à realidade. Baruch Knei-Paz, autor de uma extensa biografia intelectual de Trótski, propõe que se ignore a utilização do termo 'lei', para se concentrar em seu conteúdo apenas." (COGGIOLA, 2004, p. 6). Seguindo esta postura de Knei-Paz, hoje muito presente nos escritos sobre o desenvolvimento desigual e combinado na área de Relações Internacionais, bastaria o constructo em si, já que o enquadramento na condição de lei ou teoria ou noção seria dispensável (geralmente trata-se somente como "UCD", sigla da teoria em inglês). Um outro expoente do movimento trotskista internacional, Nahuel Moreno, considera que "a lei de Trótski não era uma lei, mas uma teoria" (COGGIOLA, 2004, p. 6), justificando para tanto que o constructo teórico articula diversas leis em uma só elaboração. Em um dos escritos em que Rosenberg (2006) argumenta sobre a noção de "leis da história" em Trotsky, defende-se que o uso do termo "lei" se vale não de uma leitura de "determinação causal", mas como uma "generalização descritiva". Assim, por exemplo, a noção de desigualdade como uma lei geral da História em Trotsky deve ser pensada no sentido de que

> […] em qualquer momento histórico, o mundo humano compreendeu uma variedade de sociedades, de diferentes tamanhos, formas culturais e níveis de desenvolvimento material. Empiricamente falando, não existe, e nunca houve, um único caminho percorrido pelo desenvolvimento social. Consequentemente, se quisermos conceituar esse fenômeno em geral, devemos começar por reconhecer que ele sempre envolveu uma multiplicidade de instâncias, níveis e formas de sociedade coexistindo temporalmente. (ROSENBERG, 2006, p. 313-314)[44]

44 "[…] at any given historical point, the human world has comprised a variety of societies, of differing sizes, cultural forms and levels of material development. Empirically speaking, there is not, and never has been, a single path taken by social development. Consequently, if we are to conceptualize that phenomenon in general, we must begin by recognizing that it has always involved a multiplicity of temporally coexisting instances, levels and forms of society."

Desta forma, compreendemos que este debate sobre o uso dos referidos termos deve ter em conta os respectivos contextos de produção intelectual. Como indicado na citação acima, e isso vale não somente para Trotsky, como também para Lenin, Marx, Engels e muitos outros, a noção de "lei" expressa-se como uma abstração-concreta do real que tenta expressar uma certa generalização do processo histórico, em um esforço de captar continuidades no desenvolvimento humano. Embora partindo de problemáticas um pouco diferentes, este debate também se fez presente nos próprios escritos dos intelectuais revolucionários na primeira metade do século XX. O próprio Trotsky se posicionou sobre a discussão como na citação a seguir.

> A finalidade de Marx não era descobrir as "leis eternas" da economia. Ele negou a existência de tais leis. A história do desenvolvimento da sociedade humana é a história da sucessão de diversos sistemas econômicos, cada um dos quais atua de acordo com suas próprias leis. A transição de um sistema para outro sempre foi determinada pelo aumento das forças de produção, por exemplo, da técnica e da organização do trabalho. [...] Em seu Capital, Marx não estuda a economia em geral, mas a economia capitalista, que tem leis específicas próprias. Refere-se a outros sistemas apenas de passagem e com o objetivo de pôr em evidência as características do capitalismo. (TROTSKY, 2021b [1939], s/p, sublinhado nosso)

Nesta passagem, o que Trotsky evidencia é que os escritos de Marx condenam não o uso do termo "lei" a partir do materialismo histórico dialético, mas aqueles que acham que estas são leis eternas, como é defendido em outros campos científicos (tais como a física, a matemática, a astronomia etc.). Este fragmento foi retirado de um texto em que Trotsky apresenta linhas gerais sobre a questão do método em Marx. O objetivo principal desta passagem é mostrar o relevo que a dimensão histórica deve ter nos escritos marxistas, frisando que toda lei daí derivada é necessariamente histórica.

Seguindo este raciocínio, é possível compreender que o uso do termo "lei" nos escritos de Marx, Engels, Lenin e Trotsky apresenta uma concepção própria e não se equivale à conceituação das leis da física ou da química, por exemplo. São leis históricas, que expressam as continuidades no processo de desenvolvimento humano. São leis sociais, determinadas tanto do ponto de vista temporal quanto espacial. Neste sentido, concordamos

com Henri Lefebvre (1969 [1957], p. 197, itálico do autor) quando argumenta que essas são leis "*dialécticas*: são leis dum devir que comporta contradições e que, reciprocamente, nasce[m] destas contradições.". Diferente das formas convencionais que tratamos certas leis como as da termodinâmica ou da gravidade, quando, por exemplo, Lenin faz uso da expressão "lei do desenvolvimento desigual", compreende-se uma leitura própria da assertiva, pautada no método do materialismo histórico e dialético. Seguindo com a relação que Lefebvre faz entre estas leis e sua noção de processo, temos que essas

> […] são sempre leis *do* devir, leis *em* devir, leis *no* devir. Por consequência não há "leis naturais" no sentido de leis independentes do tempo – leis *eternas*, imutáveis, absolutas. [...] Só há leis internas de processos *objectivos* (*naturais*). E as leis enfraquecem e morrem – ou são envolvidas, retomadas e dominadas por outras leis – tal como os processos de que são leis. As leis têm uma história objectiva e são leis duma história. (LEFEBVRE, 1969 [1957]. p. 198, itálico do autor)

Com estas ponderações, fica evidente que o estatuto de leis no contexto do marxismo está vinculado ao seu caráter histórico, por conseguinte, sempre processual. A noção de inexorabilidade não se associa à compreensão materialista histórica e dialética de método, haja vista que os processos sociais são sempre concebidos como abertos às determinações espaço-temporais. Também compreendendo que existe uma "falsa dicotomia entre história e leis", Miranda (2018, p. 111) argumenta que a noção que se notabilizou sobre o uso do termo "lei" no *mainstream* acadêmico assentou-se numa visão não-dialética de ciência, logo na percepção de imutabilidade dos processos históricos, o que obviamente não é cabível.

Em suma, quando fala-se em leis no contexto da tradição marxista temos propriamente leis tendenciais, dado que a compreensão de inexorabilidade dos processos é, do ponto de vista do método, anti-dialético. Neste sentido, avaliamos que há uma justeza no uso do termo nos escritos de Marx, Engels, Lenin, Trotsky e tantos outros, ainda que hoje soe inapropriado em certos contextos intelectuais. Sem embargo, em que pese esta apreensão sobre o uso do termo "lei", e considerando os próprios objetivos da nossa investigação, precisamos reconhecer que existem diferentes grafias do constructo teórico do desenvolvimento desigual e combinado. Também em relação ao desenvolvimento desigual, o próprio Lefebvre (1969 [1957], p. 210), ao analisar o termo no pensamento de Lenin e defender a noção marxista de "lei", chega a usar em alguns momentos a expressão "a teoria e

a lei do desenvolvimento desigual". Isso demonstra que, no final das contas, o que precisa realmente ser melhor apreendido é o poder explicativo do constructo teórico. Em nossa tese, optamos, sempre que possível, pela grafia "teoria do desenvolvimento desigual e combinado" por ser essa a expressão predominante na produção acadêmica da Geografia no Brasil e nos escritos em português de um modo geral. Há momentos em que usamos o termo "lei", mas fazendo isso em respeito ao modo como está grafado no texto que estamos analisando naquele momento. Como tentamos expor aqui, não avaliamos que a simples refutação do termo "lei" seja um caminho apropriado do ponto de vista da devida fundamentação do materialismo histórico e dialético.

* * *

Indicadas estas ponderações, vamos então tratar do último debate que interessa a este capítulo. A partir de agora, e considerando o que tratamos até aqui, vamos expor nossa posição frente àquilo que entendemos como uma relação de distinção entre a teoria do desenvolvimento desigual e a teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Por um lado, Lenin foi o primeiro grande responsável por sintetizar uma interpretação marxista do desenvolvimento das relações capitalistas quando, a partir da sua teoria do imperialismo, concebe o desenvolvimento desigual como fundante do processo histórico de expansão do capital ao redor do mundo. Mais do que construir uma teoria, Lenin inaugura toda uma geração de intelectuais que, em diferentes campos das Ciências Humanas e Sociais, tratarão da questão do desenvolvimento sob o prisma da filosofia da práxis.

Por outro lado, Trotsky, que tem nessa teoria leninista uma base inegável, elabora uma concepção que, ainda que tributária, avança dialeticamente a partir do que foi construído por Lenin. Conforme discutido por Löwy (1998 [1995]), Trotsky supera a leitura de Lenin sobre o capitalismo na Rússia, ao considerá-la sob o ângulo da inserção desta economia nacional no capitalismo. Assim, a formação social russa é "tomada como um subconjunto periférico do capitalismo mundial, que formava, de forma determinante, sua estrutura econômica e social" (LÖWY, 1998 [1995], p. 74). Partindo deste ponto, consideramos que a análise do desenvolvimento desigual e combinado se associa ao conceito de divisão internacional do trabalho, compreendendo que os processos internos de desenvolvimento dos

Estados nacionais não estão isolados das dinâmicas que se processam universalmente. Assim, advogamos que a teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky é uma teoria com estatuto próprio, ainda que derivada da teoria leninista do desenvolvimento desigual. Para tanto, além do que tratamos nos subcapítulos anteriores, vamos trazer à luz alguns pontos importantes que nos ajudam a discernir esta diferença.

Quando consideramos os próprios fundamentos do materialismo histórico e dialético, temos que existe uma indissociabilidade entre unidade e diferença. Sob o prisma da contradição, o desenvolvimento das relações capitalistas, ao tempo em que se universaliza nas mais diferentes partes do globo enquanto unidade, também guarda nesse processo a diferenciação. Ainda que este princípio esteja inscrito na abordagem hegeliana da dialética, será a realidade concreta do desenvolvimento do capitalismo que lançará luz para estas contradições. Lenin, neste sentido, será persona do discernimento dos processos de desenvolvimento do modo de produção em contextos espaço-temporais que não o da Inglaterra nos séculos XVIII e XIX. Como vimos, a partir da escrita de *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* em 1899, esse autor inaugura toda uma leitura sobre a teoria do desenvolvimento desigual que culmina em 1917 com *O imperialismo, etapa superior do capitalismo.* E é justamente discutindo a teoria do imperialismo nesse segundo livro que Lenin apreende a complexidade das relações entre as nações no contexto do capitalismo monopolista e a decorrente assimetria entre estas. Como bem coloca Lefebvre (1969 [1957], p. 210-211), “a teoria e a lei do desenvolvimento desigual apontam para um devir histórico muito mais acidentado. Os grandes países capitalistas não avançam regularmente, na mesma fila, no mesmo nível, com o mesmo passo.”.

Neste sentido, a teoria leninista do desenvolvimento desigual se vale da análise das relações entre os mais diferentes países ao redor do mundo para compreender que as assimetrias presentes entre estes, mais do que uma variável, são determinantes dos processos de realização das relações capitalistas. Desta forma, estão lançadas as bases para uma compreensão do desenvolvimento capitalista que será alicerce para todo o debate sobre as suas particularidades em diferentes contextos, não se confinando apenas nas discussões em escala internacional. Isso porque, com o passar das décadas, a teoria leninista do desenvolvimento desigual acaba por servir de base para uma “multiplicidade de sentidos e aplicações” (LEFEBVRE, 1969 [1957], p. 225). Como também afirma Lefebvre (1969 [1957], p. 211), “a noção de desenvolvimento desigual adquire uma profundidade cada vez

maior, tornado-se essencial, fundamental, universal; estende-se aos países, às regiões, às classes, às indústrias.". Avaliamos que é nesta multiplicidade de sentidos que a teoria é recepcionada pela Geografia, de um modo geral, e no Brasil em particular. Mas não somente neste campo acadêmico. A teoria do desenvolvimento desigual também aparece em outros escritos importantes para a tradição marxista, como nos de Antonio Gramsci.

Em uma das passagens onde esse autor expõe de modo mais explícito esta questão, Gramsci (1977 [1919], p. 69)[45] argumenta que o "[…] capitalismo é um fenômeno histórico mundial e seu desenvolvimento desigual significa que as nações individuais não podem estar no mesmo nível de desenvolvimento econômico ao mesmo tempo.". Analisando a situação italiana, Gramsci argumenta como os processos políticos e econômicos que ocorrem na escala nacional devem ser considerados também à luz dos processos que ocorrem na escala global. Uma das questões que percorria as preocupações do autor ao pensar sobre a teoria do desenvolvimento desigual no contexto italiano vinha a ser justamente a incompletude do desenvolvimento das relações capitalistas em seu país e de como isso poderia determinar os rumos revolucionários de então.

Alguns autores, a exemplo de Adam David Morton (2007; 2012 [2010]) e Chris Hesketh (2017), têm argumentado que a leitura de desenvolvimento desigual de Gramsci dialoga diretamente com o próprio debate da teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky. Um dos pontos principais que alimentam esta posição é justamente um dos conceitos-chave de Gramsci, o de revolução passiva. Morton (2007; 2012 [2010]) defende que a própria realidade contraditória do desenvolvimento do Estado no contexto italiano levou Gramsci a interpretar seu contexto histórico-geográfico à luz de uma noção de combinação entre o moderno e o arcaico na constituição de processos de revolução burguesa que, em países que não a Inglaterra ou a França, se instituíram a partir de grandes acordos entre as classes hegemônicas.

Embora concordemos que é possível encontrar alguns pontos importantes de convergência entre as abordagens de Trotsky e Gramsci, existiram condições objetivas limitantes para o diálogo entre os dois intelectuais, já que a elaboração mais sistemática do constructo teórico trotskista ocorre somente nos anos 1930, período em que Gramsci já se encontrava em cárcere. Isso não significa dizer, contudo, que não seja possível pensarmos em

45 "[…] capitalism is a world historical phenomenon, and its uneven development means that individual nations cannot be at the same level of economic development at the same time."

aproximações interpretativas entre as teorias dos dois autores. Na visão de Hesketh (2017), por exemplo, muitas das lacunas que a teoria do desenvolvimento desigual e combinado apresenta para análise da escala nacional podem ser preenchidas pela teoria da revolução passiva gramsciana. É inegável que existe uma vasta contribuição para o debate sobre o desenvolvimento desigual de países como o Brasil quando considera-se a discussão da questão meridional em Gramsci, a exemplo de como isso foi colocado nos termos de F. Oliveira (2008 [1977]). Essa contribuição também vai dialogar com o processo de recepção dos debates acerca das desigualdades do desenvolvimento das relações capitalistas pela Geografia no Brasil, mas, como temos nos esforçado para argumentar neste capítulo, esse aporte "gramsciano" ao debate se vincula à tradição da teoria do desenvolvimento desigual e não propriamente à do desenvolvimento desigual e combinado.

Do ponto de vista histórico, essa distinção também é importante para ser levada em conta porque existem algumas diferenças importantes no próprio processo de difusão dessas duas linhas de debate sobre a questão do desenvolvimento das relações capitalistas no interior do debate marxista. Podemos afirmar que, considerando de um modo geral a realidade das Ciências Humanas e Sociais no Brasil, a leitura científica de base marxista foi restrita a alguns poucos nomes ao longo de várias décadas do século XX, até principalmente os anos 1960 e 1970, ressalvando nomes como o de Caio Prado Júnior. Em relação às teorias do desenvolvimento sob o prisma do marxismo, o ponto de viragem principal foi o crescimento do debate sobre a superação das condições de subdesenvolvimento dos países denominados, na segunda metade do século XX, de Terceiro Mundo. Uma série de teorias sobre o desenvolvimento capitalista começaram a surgir neste contexto, e algumas (res)surgiram no cenário acadêmico, não só no Brasil, mas em todo o mundo.

> O renascimento da teoria do desenvolvimento desigual ocorreu nas décadas de 1970 e 1980. Alguns desses trabalhos continuaram os debates políticos do período anterior [...], mas alguns, embora conscientes de 1968 e das várias revoltas de libertação nacional em todo o mundo, reconheciam ainda que a situação revolucionária do início do século XX não estava na agenda das últimas décadas, mudando o foco para a economia política do desenvolvimento desigual [...]. (SMITH, 2006, p. 183)[46]

46 "A revival of uneven development theory took place in the 1970s and 1980s. Some of this work continued the political debates of the earlier period [...], but some, while mindful of 1968 and the various national liberation revolts around the world, yet recognising that the revolutionary situation of the early twentieth century was not on the agenda in its latter decades, shifted focus toward the political economics of uneven

Desta forma, concordando com Smith, avaliamos que o primeiro grande momento de recepção da teoria do desenvolvimento desigual nas Ciências Humanas e Sociais se dá a partir dos anos 1970, em que pese todo o debate que se estabeleceu no seio do movimento revolucionário desde o início do século XX, passando por nomes de peso como Lenin e Gramsci. Sem embargo, isso não ocorre do mesmo modo em relação à teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Ao longo do século XX, o uso da teoria do desenvolvimento desigual e combinado teve vários momentos de refluxo, bem como outros de intensa presença nos debates do movimento revolucionário internacional, com desdobramentos pontuais na academia. Um dos principais sistematizadores dos escritos de Trotsky, desenvolvendo largamente o desenvolvimento desigual e combinado como uma lei da História, foi o filósofo estadunidense George Novack na década de 1940, através de um livro que, em língua portuguesa, recebe o título de *A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade* (NOVACK, 1988 [1957]). Após este primeiro grande esforço de síntese, os debates em torno da teoria diminuem de forma muito intensa. Isto se deve, dentre outros fatores, ao peso das posições derivadas de Stalin, mesmo após o período que este deixou a secretaria geral do partido comunista da URSS. Qualquer leitura associada a Trotsky, nos meados do século XX, tinha sempre muitas ressalvas advindas da imagem que foi constituída desse como um traidor da revolução de 1917 pelo alto-comissariado do partido após a morte de Lenin.

Acreditamos que esta posição de reserva aos escritos de Trotsky, associado ao importante papel difusor das teorias marxistas por parte dos partidos comunistas ao longo do século XX, são dimensões importantes que devemos ter em conta quando analisamos o movimento intelectual da teoria do desenvolvimento desigual e combinado em contextos como o do Brasil. Dois dos principais autores que, a partir dos anos 1960 e 1970, influenciaram de modo decisivo o processo de recepção e apropriação do debate sobre o caráter desigual do desenvolvimento das relações capitalistas foram Samir Amin e Arghiri Emmanuel (CHILCOTE, 1983), incluindo o contexto da Geografia no Brasil. Esses dois autores estão vinculados à tradição da teoria do desenvolvimento desigual, com forte peso dos escritos de Lenin, em especial os relativos à teoria do imperialismo. Obviamente, isto não significa dizer que esses não tenham lido e pensado sobre a produção intelectual de Trotsky,

development […].”

contudo são tributários de uma leitura do desenvolvimento que não tem no autor de *A história da Revolução Russa* uma fonte estrutural.

Arghiri Emmanuel se notabilizou por desenvolver uma análise sobre como as relações desiguais entre os países no plano econômico acirraram as assimetrias entre esses. A partir da noção de trocas desiguais (*unequal exchange*), esse autor analisou como a inserção de cada país na divisão internacional do trabalho e a correlata produção assimétrica de mercadorias tinha efeitos diretos na perpetuação de condições desiguais entre os países. Essas condições seriam então fundamentais para o entendimento da existência de países subdesenvolvidos e países desenvolvidos na economia capitalista monopolista e como o imperialismo determina este processo. Embora esse autor frise que trocas desiguais e desenvolvimento desigual não sejam a mesma coisa (EMMANUEL, 1972 [1969], p. 157), é evidenciado que os fundamentos interpretativos da leitura sobre o desenvolvimento das relações capitalistas convergem, o que nos importa de modo direto. Isso pode ser identificado, por exemplo, neste fragmento:

> [...] nós devemos olhar para o movimento do capital e para a divisão internacional do trabalho. Esses dois fatores de fato incluem forças que *bloqueiam* o desenvolvimento do Terceiro Mundo. *Mas acontece que a mesma causa, qual seja, a disparidade entre os níveis salariais que produz as trocas desiguais e, portanto, indiretamente, uma certa desigualdade do desenvolvimento pelo escoamento de parte do excedente disponível para acumulação, também produz, diretamente, e independentemente, desse processo de escoamento, o próprio desenvolvimento desigual, como um todo, colocando em movimento o mecanismo dessas forças bloqueadoras incluídas no movimento do capital e na divisão internacional do trabalho*. (EMMANUEL, 1972 [1969], p. 371-372, itálico do autor)[47]

Para além das críticas que foram feitas à leitura de trocas desiguais desenvolvida por Emmanuel, é necessário reconhecer que este autor foi um dos principais nomes que tentou traduzir a teoria do desenvolvimento desigual para uma abordagem mais acadêmica sobre as assimetrias entre os países, sendo portanto muito influente nas Ciências Humanas e Sociais no

47 "[...] we must look at the movement of capital and the international division of labor. These two factors do indeed include forces that block the development of the Third World. But it so happens that the same cause, that is, the disparity between wage levels that produces unequal exchange and thereby, indirectly, a certain unevenness of development through the draining off of part of the surplus available for accumulation, also produces, directly, and independently, of this draining off process, uneven development itself, as a whole, by setting in motion the mechanism of these blocking forces included in the movement of capital and the international division of labor."

Brasil a partir dos anos 1970. E isso não foi diferente quando consideramos a Geografia, em especial quanto aos estudos mais voltados para a espacialização dos processos econômicos em diferentes escalas. Assim, uma das formas de recepção do debate sobre as desigualdades do desenvolvimento das relações capitalistas passa por autores como esse, e também por outros, como é o caso de Amin (1974 [1973], 1977 [1976]). Esse foi um dos principais difusores da teoria do desenvolvimento desigual, compreendendo-a sempre em conexão direta com a teoria crítica do imperialismo.

Na Geografia acadêmica no Brasil, Amin foi uma fonte e uma inspiração de grande peso, influenciando todo um debate sobre as contradições do desenvolvimento capitalista no século XX. Com um amplo espectro de influência, esse autor foi lido por geógrafos e geógrafas interessados em diferentes subáreas da ciência, tais como agrária, política e regional. Em entrevista a nós concedida, J. Silva (2021) comenta, por exemplo, a importância que tanto Emmanuel quanto Amin tiveram no debate sobre trocas desiguais na segunda metade do século XX, com reflexos até os dias atuais. Costa (2019) também ressalta a importância que o livro *Desenvolvimento desigual* de Amim teve em sua geração, especialmente quanto à difusão da teoria que dá nome à publicação. E não somente no contexto brasileiro. Amin foi e ainda é fonte importante para intelectuais da Geografia que se debruçam sobre a questão da teoria do desenvolvimento desigual, a exemplo de Harvey (2005 [2003]). Isso porque, para Amin, o desenvolvimento desigual era palavra-chave para a compreensão dos processos que ocorrem no capitalismo em sua fase imperialista. Na citação que segue, o autor, após fazer uma crítica contundente a alguns dos argumentos centrais das abordagens convencionais da economia que tratam das relações internacionais, indica que o "verdadeiro problema não está aí: está na análise histórica da evolução das formações sociais, de seus respectivos dinamismos e de suas contradições específicas, nas condições reais, históricas, concretas, do desenvolvimento desigual." (AMIN, 1974 [1973], p. 133)[48]. Este peso importante que autores como Emmanuel e Amin deram para a teoria do desenvolvimento desigual foi fundamental para sua recepção e apropriação pela Geografia no Brasil (e fora dele) a partir dos anos 1970. Para este segundo autor, ainda mais do que no primeiro, esta teoria (também chamada por ele de "lei do desenvolvimento desigual") era um alicerce para a compreensão das contradições entre os países capitalistas, argumento-chave para a interpretação do acirramento do

48 "[…] verdadero problema no está ahí: está en el análisis histórico de la evolución de las formaciones sociales, de sus dinamismos respectivos y de sus contradicciones específicas, en las condiciones reales, históricas, concretas, del desarrollo desigual"

imperialismo e das condições de subdesenvolvimento e dependência presente nos países periféricos.

* * *

Tendo apresentado estes argumentos atinentes à trajetória da teoria do desenvolvimento desigual nas Ciências Humanas e Sociais, vamos agora nos debruçar sobre as singularidades da teoria do desenvolvimento desigual e combinado e seus respectivos desdobramentos. Podemos afirmar que o debate trazido à luz por Trotsky ressalta a relação dialética entre a universalidade do desenvolvimento das relações capitalistas e as particularidades dos determinantes espaço-temporais de cada realidade nacional. A ideia de combinação presente neste autor contém uma compreensão intrinsecamente multiescalar por considerar como um mesmo processo social encontra desdobramentos discerníveis global e regionalmente. Como colocado por Coggiola (2004, p. 23), "[a] lei do desenvolvimento desigual e combinado aparece, pois, como o exato contrário da doutrina vulgar da evolução linear do capitalismo". Esta ruptura com uma certa linearidade na compreensão do desenvolvimento das relações capitalistas envolve tanto uma leitura temporal quanto espacial. Contudo, não queremos dizer com isso que as leituras de Amin ou Emmanuel sejam lineares, a ponderação é de outra natureza. O que afirmamos é que existem trajetórias distintas para cada uma das teorias a partir do momento que, principalmente, o movimento trotskista internacional parte dos escritos de Trotsky para elaborar um denso legado interpretativo do caráter desigual e combinado do desenvolvimento das relações capitalistas. Porém, esta posição que apontamos não é consensual.

McIntyre (1992), por exemplo, entende inclusive que a sistematização da própria teoria do desenvolvimento desigual teria sido obra mais de Trotsky do que do próprio Lenin. Concordamos com McIntyre (1992, p. 78) quando ele argumenta que a "[…] análise de Lenin sobre a diferenciação do campesinato na Rússia tem mais pontos em comum com a teoria do desenvolvimento desigual de Trotsky do que com as teorias lineares do desenvolvimento que eram dominantes na teoria marxista daquela época."[49]. Já argumentamos sobre isso quando

49 "[…] Lenin's analysis of the differentiation of the peasantry in Russia shares more with Trotsky's theory of uneven development than with the theories of even development that were dominant in Marxian theory at

tratamos da perspectiva de Plekhanov. Mas, para os propósitos da nossa investigação, a distinção é fundamental para captar o processo de recepção intelectual. Uma coisa é certa, afirmada tanto por McIntyre quanto por Harvey (2007 [2006]), a teoria do "[d]esenvolvimento desigual continua sendo um conceito amplamente não-teorizado." (MCINTYRE, 1992, p. 77)[50], em que pese toda sua importância e uso generalizado.

Assim, dentro de um conjunto de outras abordagens que versam sobre a questão do desenvolvimento contraditório das relações capitalistas, a teoria do desenvolvimento desigual e combinado se estabelece no interior das Ciências Humanas e Sociais como uma perspectiva importante para compreender as contradições do capitalismo em distintas escalas. O seu potencial analítico vai no sentido de evidenciar estas contradições de modo que estas sejam consideradas e desveladas para entendermos os meandros do desenvolvimento das nações, principalmente (embora não exclusivamente) aquelas que apresentam um estrutural caráter de dependência no contexto da divisão internacional do trabalho.

Desde os escritos de Trotsky até os demais intelectuais que aprofundaram o debate sobre o desenvolvimento desigual e combinado, fica clara a centralidade desta teoria para analisarmos as relações imperialistas que o capital implementa em todo o globo. Como apontado por Löwy ([1995] 1998), há uma específica atenção desta teoria com o desenvolvimento dos países de economia periférica, nos quais a relação entre desigualdade e combinação são ainda mais evidentes. Considerando uma análise escalar, ainda é importante frisar a relação que se estabelece entre o local e o global. O caráter combinado da teoria compreende também um amalgamento entre processos que ocorrem em nível local (a exemplo da organização social de grupos dominantes regionais) e em nível global (a exemplo dos avanços tecnológicos).

Quando consideramos a difusão da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, temos que dar o devido relevo ao movimento trotskista. Enquanto a difusão da teoria do desenvolvimento desigual guardou relações estreitas com a atuação da Terceira Internacional e a ação importante dos partidos comunistas nas mais diversas partes do mundo, a primeira teve seu protagonismo a partir dos diversos movimentos que se identificavam com as ideias de Trotsky, com ou sem vinculação direta a partidos organizados. Do ponto de vista

---

that time."

50 "Uneven development remains a largely 'untheorized' concept."

internacional, a figura de George Novack é, sem sombra de dúvidas, a que mais chama atenção. Esse filósofo estadunidense será, após a morte de Trotsky, um dos maiores intelectuais do movimento que girava em torno das ideias do autor. Novack, a partir da redação de *A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade* (1988 [1957]), sistematiza as principais contribuições de Trotsky sobre o debate do desenvolvimento do capitalismo. A partir dos anos 1940, Novack terá um importante representatividade no debate sobre a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, defendendo os pressupostos levantados por Trotsky e indo contra a qualquer tentativa de desconstrução dos princípios colocados por essa. Isso ocorre, por exemplo, no debate que trava com David J. Romagnolo (1975), intelectual vinculado ao movimento comunista internacional e árduo crítico das ideias de Trotsky, incluindo a teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Nesta citação abaixo, temos um fragmento de um texto que Novack escreveu na década de 1970 em resposta às críticas levantadas por Romagnolo na revista *Latin American Perspectives*:

> Romagnolo insiste que "o foco do materialismo histórico está no desenvolvimento interno, enquanto o da lei do desenvolvimento desigual e combinado [está] nas relações externas" (1975: 18). Tal dicotomia rígida entre relações internas e externas é injustificada para a era de expansão capitalista que se desenrolou em escala mundial. Isso é ainda mais inadequado em relação ao desenvolvimento da América Latina nos tempos pós-colombianos, quando forças externas dirigidas pelos ibéricos invadiram o continente, subjugaram e saquearam seus habitantes e alteraram radicalmente as relações econômicas e sociais anteriores. O choque e a conjunção de seus modos de vida e trabalho deixaram uma marca indelével em toda a América Latina. (NOVACK, 1976, p. 101)[51]

Além da defesa da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, Novack cumpre um papel fundamental no movimento intelectual da teoria por justamente ter uma visão ampliada do constructo teórico. Assim, além de difundir, em certa medida, esse autor também é responsável por uma determinada produção dos lineamentos da teoria, principalmente por

51 "Romagnolo insists that 'the focus of historical materialism is upon internal development, while that of the law of uneven and combined development [is] upon external relationships' (1975:18). Such a rigid dichotomy between internal and external relationships is unwarranted for the era of capitalist expansion which unfolded on a world-wide scale. It is most inappropriate in connection with the development of Latin America in post-Columbian times when external forces directed by the Iberians, invaded the continent, subjugated and plundered its inhabitants, and radically altered previous economic and social relationships. The collision and conjunction of their modes of life and labor set an indelible stamp upon the whole of Latin America."

sistematizá-la e colocá-la de modo explícito em seus escritos, mesmo que sempre afirmando que se trata que uma produção derivada de Trotsky (NOVACK, 1988 [1957]). Além do mérito de ter sido um dos principais difusores da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, Marcel van der Linden (2007) argumenta que Novack foi também responsável por importantes desdobramentos na forma como a lei passou a ser interpretada. Neste sentido, Novack não só difunde, mas produz e sistematiza intelectualmente a teoria, principalmente enfatizando uma certa universalidade desta em relação à história humana e até em relação aos fenômenos biológicos. E mais: esse autor foi uma influência importante para uma outra persona que foi fundamental no movimento intelectual da teoria do desenvolvimento desigual e combinado: Ernest Mandel. Ainda conforme Linden (2007, p. 150), embora raramente citado pelo autor europeu, Novack foi um grande entusiasta dos seus primeiros escritos.

Mandel foi, de modo inequívoco, um dos principais nomes ligados ao movimento trotskista internacional que ganhou expressão no cenário acadêmico, principalmente por seu debate acerca do desenvolvimento e das crises do capitalismo em seu período tardio (MANDEL, 1982 [1972]). Também partindo da teoria do imperialismo, esse autor desenvolve sua análise nas particularidades desse novo momento histórico que a humanidade vivencia na segunda metade do século XX e como o desenvolvimento dos países se dá de modo diferenciado nesse contexto. Mandel (1970, p. 22) entendia o imperialismo como uma "[…] forma combinada de desenvolvimento social, amalgamando as formas mais atrasadas e mais modernas de atividades econômicas, exploração e vida sociopolítica, em formas variáveis, em diferentes países."[52]. Assim, a visão desse autor sobre o imperialismo está assentada na concepção trotskista de desenvolvimento combinado. E toda a sua análise sobre as particularidades do desenvolvimento dos países no contexto do capitalismo tardio se fundamenta na compreensão desse enquanto desigual e combinado. Inclusive, Linden (2007, p. 152) chama a atenção de que Mandel foi, de fato, o primeiro autor da esquerda europeia a analisar a realidade sob o prisma da teoria do desenvolvimento desigual e combinado.

Desta forma, diferente de outras teorias marxistas, a que analisamos aqui apenas começa a ser difundida de modo mais ampliado no meio acadêmico no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 com os trabalhos de Mandel. Antes disso, a teoria do desenvolvimento desigual e combinado estava basicamente circunscrita ao seio do movimento trotskista

52 "[…] combined form of social development, locking together the most backward and the most modern forms of economic activity, exploitation and sociopolitical life, in variable forms, in different countries."

internacional. Assim, é possível afirmar que, após o grande esforço de análise da realidade russa feita por Trotsky (2017 [1930-1932]), a obra *O capitalismo tardio* de Mandel (1982 [1972]) será a primeira grande reflexão sobre as relações capitalistas sob o prisma da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, tendo em conta não somente a profunda reflexão desenvolvida pelo autor, mas também devido à sua influência no meio acadêmico das Ciências Humanas e Sociais, inclusive no contexto brasileiro. Em várias passagens do livro, Mandel indica como a teoria (também chamada por ele como "lei") é basilar para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo monopolista. Das várias passagens do texto, escolhemos uma que sintetiza bem a leitura do autor.

> O modo de produção capitalista não se desenvolveu em meio a um vácuo, mas no âmbito de uma estrutura sócio-econômica específica, caracterizada por diferenças de grande importância, por exemplo, na Europa ocidental, Europa oriental, Ásia continental, América do Norte, América Latina e Japão. As formações sócio-econômicas específicas – as "sociedades burguesas" e economias capitalistas – que surgiram nessas diferentes áreas no decorrer dos séculos XVIII, XIX e XX, e que em sua unidade complexa (juntamente com as sociedades da África e da Oceania) abrangem o capitalismo "concreto", reproduzem em formas e proporções variáveis uma *combinação* de modos de produção passados e presentes, ou, mais precisamente, de estágios variáveis, passados e sucessivos, do atual modo de produção. A unidade orgânica do sistema mundial capitalista não reduz absolutamente essa combinação, que é específica em cada caso, a um fator de importância apenas secundária em face da primazia dos traços capitalistas comuns ao conjunto do sistema. Ao contrário: o sistema mundial capitalista é, em grau considerável, precisamente uma *função* da validade universal da lei de desenvolvimento desigual e combinado [...]. (MANDEL, 1982 [1972], p. 14, itálico do autor)

A visão e todos os escritos desse autor acerca do desenvolvimento desigual e combinado foram de suma importância no processo de recepção da teoria em contextos acadêmicos como o do Brasil. E não somente em nossa realidade nacional, como veremos mais à frente no momento em que argumentarmos sobre as especificidades das reflexões feitas por Doreen Massey. Mandel cumpre uma função crucial no processo de circulação de constructos teóricos como o que estudamos: uma teoria que surge no meio revolucionário e somente depois é recebida e apropriada pelo debate acadêmico. Esse autor, sendo reconhecidamente um importante quadro no movimento trotskista europeu, é também reconhecido como um acadêmico de renome e assim acaba sendo uma fonte central, junto

com Trotsky, da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, por vezes mais mencionado até que o próprio Novack.

Fechando essa análise sobre as particularidades do movimento intelectual da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, vale mencionar a importância do franco-brasileiro Michael Löwy. Anteriormente já apresentamos alguns dos principais pontos que o autor traz nos textos em que a teoria é analisada com centralidade (LÖWY, 1998 [1995], 2006, 2015 [1981]). Assim, frisemos apenas dois argumentos que também são importantes para considerarmos a contribuição que esse autor tem dado para a recepção e apropriação da teoria no contexto brasileiro. Em primeiro lugar, sendo também um expoente do movimento trotskista internacional, Löwy sempre foi um árduo defensor da leitura do desenvolvimento enquanto desigual e combinado, desde os seus primeiros escritos ainda nos anos 1970 (LÖWY, 1975), quando também se envolveu na polêmica causada pelo texto publicado por Romagnolo (1975). Desta forma, e pelo seu contínuo contato com o ambiente acadêmico das Ciências Humanas e Sociais no Brasil, Löwy tem sido uma importante referência neste quesito. Em segundo lugar, basicamente é a partir desse autor que teremos no Brasil o uso da grafia "teoria do desenvolvimento desigual e combinado" em vez de "lei do desenvolvimento desigual e combinado", aparecendo desta forma na obra de Löwy desde os anos 1980 em seu livro sobre a teoria (2015 [1981]).

Em suma, feitas estas considerações sobre as especificidades do movimento intelectual da teoria do desenvolvimento desigual e combinado em relação à teoria do desenvolvimento desigual, podemos então fechar este capítulo com algumas derradeiras considerações. Primeiramente, vale ressaltar que esta necessidade de distinção entre a teoria do desenvolvimento desigual e a teoria do desenvolvimento desigual e combinado também aparece em outros autores, como já mencionamos, por exemplo, em citação de Rosenberg (2013) ao final do primeiro subcapítulo. Selwyn (2011), por sua vez, entende que, do ponto de vista do desenvolvimento histórico destas duas teorias, essa necessidade de distinção se justifica por conta da própria historicidade do movimento revolucionário no contexto tanto da Segunda como da Terceira Internacional Comunista. Isso porque o objetivo de Trotsky, como mostramos no segundo subcapítulo, era combater tanto a visão etapista de desenvolvimento das relações capitalistas (neste caso rivalizando com certas leituras da Segunda Internacional e até mesmo com Lenin) quanto a visão stalinista de socialismo em um só país. "Em ambos os

debates", argumenta Selwyn (2011, p. 432[53]), "Trotsky lutou contra concepções simplórias de desenvolvimento desigual.". Dessa forma, argumentamos em favor de que as trajetórias das duas teorias, ainda que com muitos momentos de convergência, apresentam aspectos particulares e/ou de divergência ao longo do século XX.

No contexto da produção intelectual da Geografia, uma reflexão interessante foi feita por Michael Dunford e alguns de seus parceiros de pesquisa (DUNFORD; LIU, 2017; DUNFORD *et al*, 2021). Estes autores têm apontado que, no contexto da apropriação das teorias e conceitos marxistas pela Geografia nos anos 1970 e 1980, deu-se muita atenção à teoria do desenvolvimento desigual nos estudos urbanos e regionais e que somente no século XXI é possível falar de uma maior incorporação da teoria do desenvolvimento desigual e combinado na mesma área de investigação. Esta apropriação vinculada apenas à teoria do desenvolvimento desigual, na visão dos autores, tem apresentado limites importantes para a Geografia.

> [A teoria do] desenvolvimento desigual dá muito pouca atenção à interação social ou aos efeitos dos sistemas e desenvolvimentos sociais em uma parte do mundo em relação às demais. Esta omissão é importante na medida em que o que acontece dentro de determinadas regiões e países depende de sua articulação com o que acontece fora deles, muitas vezes em outros países, onde tanto as relações internas quanto as externas são elas próprias internas aos sistemas supra-regionais e globais mais amplos. Países, regiões e trajetórias de desenvolvimento não podem, portanto, ser categorizados apenas em termos de suas relações internas: a posição que um país ou região ocupa em um sistema de relações inter-regionais e internacionais, inclusive em relação ao colonialismo e imperialismo, são aspectos fundamentais da variegação de sociedades e suas geografias. (DUNFORD *et al*, 2021, p. 891)[54]

A apropriação apenas focada na teoria do desenvolvimento desigual teria sido responsável pela não consideração de algumas dimensões importantes do processo de

53 "In both debates Trotsky argued against simple conceptions of uneven development."

54 "On its own, however, the concept of uneven development pays too little attention to societal interaction or to the effects of social systems and developments in one part of the world on those in others. This omission is significant in that what happens inside of particular regions and countries depends on their articulation with what happens outside of them, often in other countries, where both internal and external relations are themselves internal to wider supra-regional and global systems. Countries and regions and development paths cannot therefore be categorized just in terms of their internal relations: the position a country or region occupies in a system of inter-regional and international relations including in relation to colonialism and imperialism are fundamental aspects of the variegation of societies and their geographies."

produção do espaço no capitalismo, especialmente quanto ao significado da multiplicidade política. Essa é uma dimensão fundamental para a apreensão da diferenciação espacial no capitalismo, haja vista a interação que existe entre os processos sociais em diversas escalas. Nesse sentido, os autores argumentam que a teoria do

> desenvolvimento desigual é um conceito central na pesquisa em estudos urbanos e regionais. Um ponto fraco desse conceito em comparação com a teoria do desenvolvimento desigual e combinado (U&CD) é que ele dá atenção insuficiente à interatividade/conectividade e multiplicidade política. U&CD combina a análise da mudança dinâmica ao longo do tempo histórico e diferenças comparativas através do espaço geográfico [...]. U&CD envolve uma concepção do sistema global como uma constelação de configurações e interesses institucionais nacionais em interação que moldam as tendências econômicas em parte por meio de estratégias estatais de desenvolvimento. A integração e interação assimétricas dos modelos nacionais de desenvolvimento e o modo como eles interagem com os processos globais modificam suas dinâmicas internas e geram desequilíbrios internacionais/subnacionais. (DUNFORD; LIU, 2017, p. 83)[55]

Sendo assim, avaliamos que uma leitura apropriada sobre a recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil passa pela distinção entre esta e a teoria do desenvolvimento desigual. Isso, contudo, não significa uma completa separação entre as duas na investigação porque, como colocaremos nos próximos capítulos, esta distinção que apresentamos hoje não se mostrava tão clara nos anos 1970. Ainda assim, mesmo tendo em conta abordagens como esta de Dunford, temos que levar em consideração que esses autores apenas levaram em conta os contextos europeu e estadunidense de produção acadêmica da Geografia. Como temos argumentado desde a primeira parte da tese, existem determinações que se concretizam a partir do lugar onde se recebe uma teoria, o que importa de sobremodo para o momento da recepção intelectual.

Após termos traçado o que consideramos como os principais pontos do movimento intelectual da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, vamos agora avançar na

55 "Uneven development is a central concept in urban and regional research. A weakness of this concept compared with U&CD is that it pays insufficient attention to interactivity/connectivity and political multiplicity. U&CD combines the analysis of dynamic change over historical time and comparative differences across geographical space [...]. U&CD involves a conception of the global system as a constellation of interacting, national institutional configurations and interests that shape economic trends in part through state development strategies. The asymmetric integration and interaction of national models of development and the way they interact with global processes modifies their internal dynamics and generates international/sub-national disequilibria."

leitura sobre as particularidades da Geografia no Brasil. Partindo também dos argumentos colocados até aqui, tratemos agora dos determinantes da particularidade brasileira que devem ser levados em conta no momento de analisar a história intelectual da teoria. Desta forma, alguns dos nomes mencionados até aqui serão considerados em sua relação com a realidade brasileira de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado.

Como veremos, ao mencionar intelectuais como Marx, Engels, Lenin, Trotsky, Novack, Mandel e Löwy, estabelecemos não uma escolha arbitrária, mas guiada pela nossa investigação. Em outros termos, o que expusemos até aqui são os meandros da história intelectual da teoria que nos servem de fundamento para a compreensão de como esta foi e ainda é recebida pelos geógrafos e geógrafas no Brasil. A esses autores que mencionamos se somarão outros, tais como David Harvey, Doreen Massey, Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira e Neil Smith. Assim, as condições gerais de recepção da teoria pela Geografia no Brasil vão passando por aproximações sucessivas entre o constructo teórico e os seus vários processos de produção, difusão, recepção e apropriação. No próximo capítulo trataremos do contexto espaço-temporal dos primeiros momentos de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil, traçando argumentos que consideram determinações que vão se dando de modo multiescalar e para além da disciplinaridade acadêmica.

CAPÍTULO 04: CONDIÇÕES GERAIS DE RECEPÇÃO DA(S) TEORIA(S) PELA GEOGRAFIA NO BRASIL

> *De fato, o desenvolvimento desigual, como um processo à parte foi examinado pela primeira vez com alguma profundidade por Lênin, que tentou traçar alguns esboços econômicos e geográficos do processo. Embora ele periodicamente se referisse ao mesmo em análises posteriores, esse sugestivo trabalho nunca foi desenvolvido. Depois da revolução de 1905 a noção de desenvolvimento desigual veio a ser interpretada em termos de questão política imediata, ou seja, se a revolução socialista era possível nas nações economicamente menos avançadas, onde o campesinato ainda constituía a maior parte da classe trabalhadora e a burguesia emergente era fraca. Esse foi o conceito que Trotsky resgatou e depurou em sua luta política contra Stálin; deste modo, hoje a "lei do desenvolvimento desigual e combinado" está claramente associada à tradição trotskista. Com a derrota de Trotsky, o conceito caiu na obscuridade, mas não antes que seu conteúdo econômico e geográfico estivesse completamente deslocado. Relacionado com a teoria da revolução permanente de Trotsky, ele sobreviveu no movimento trotskista como um termo político referente ao desenvolvimento de relações de classes e à anatomia da revolução. (SMITH, 1988b [1984], p. 18)*

Mais do que uma base para a nossa investigação, o capítulo anterior cumpre uma função importante em nossa tese. Compreendemos que a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, ou melhor, as teorias marxistas do desenvolvimento desigual de um modo geral foram e são recebidas pelas Ciências Humanas e Sociais no Brasil (e no mundo) através de uma complexa trama de determinações. Um dos caminhos de recepção, talvez o de maior relevância, é o acesso direto aos autores que primeiro formularam um determinado constructo teórico. Em termos da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, estamos nos referindo a Trotsky, mas também a Novack, Mandel e Löwy. Esse caminho tem ocorrido na Geografia no Brasil e é parte constitutiva do nosso processo de recepção. Mas apenas conseguiremos apreender de modo totalizante esse movimento da História Intelectual se considerarmos ao menos outros dois caminhos de recepção: a) o debate sobre o desenvolvimento contraditório das relações capitalistas que já existe no Brasil desde os anos 1940, e b) a apropriação das teorias marxistas do desenvolvimento desigual que tem existido na Geografia ocidental desde os anos 1970.

Este capítulo está subdivido em dois subcapítulos justamente no sentido de contemplar esses dois caminhos de recepção da teoria. No primeiro, faremos uma síntese de como a intelectualidade brasileira tem lidado com o debate marxista sobre o desenvolvimento desigual das relações capitalistas. Obviamente, nesses escritos predomina o interesse por entender a particularidade desse desenvolvimento na realidade brasileira (ou mesmo latino-americana). Para tanto, nos valemos das contribuições de autores como Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, José de Souza Martins e Francisco de Oliveira, além das reflexões trazidas pela Teoria Marxista da Dependência. A escolha por esses autores, como temos frisado, se dá pela presença destes como fonte dos escritos que mencionam a teoria do desenvolvimento desigual e combinado em textos da Geografia no Brasil. Nosso propósito tanto foi o de entender como esses autores pensam a questão do desenvolvimento desigual, quanto o de identificar suas posições frente a especificidade da teoria do desenvolvimento desigual e combinado.

No subcapítulo 4.2, nos voltamos para um outro caminho de recepção, qual seja, a apropriação das teorias marxistas do desenvolvimento desigual pela Geografia ocidental. Essa adjetivação "ocidental" vai no sentido de restringir nosso escopo de análise, já que o acesso a textos de Geografia em periódicos (e demais tipos de publicação) de países como China, Índia e Rússia, por exemplo, ainda é algo um tanto desafiador. Mas também essa adjetivação se justifica por conta do sentido que tentamos dar ao nosso levantamento que não ficou somente limitado aos periódicos da Europa Ocidental e Estados Unidos. Ainda assim, e também respeitando nosso norte de focalizar em autores frequentemente lembrados quando se trata de mencionar a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, acabamos nos aprofundando em três nomes: David Harvey, Neil Smith e Doreen Massey. Nosso propósito se ateve tanto à compreensão teórica do desenvolvimento desigual desses autores quanto a como enxergá-los frente a trajetória intelectual da teoria do desenvolvimento desigual e combinado. A partir dos argumentos que traremos neste quarto capítulo, em conjunto com as reflexões que trouxemos no terceiro capítulo, teremos um quadro rico e multideterminado para analisarmos a recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil.

4.1 O debate sobre o desenvolvimento contraditório das relações capitalistas no Brasil

Quando consideramos o âmbito da produção de conhecimento científico por geógrafos e geógrafas em nosso país, precisamos reconhecer que a questão da teorização sobre o desenvolvimento das relações capitalistas não tem se configurado como um dos seus principais focos de análise. Ao afirmarmos isso, queremos dizer que não se desenvolveu propriamente no Brasil, diferente de outros países, uma subárea conhecida como "Geografia do desenvolvimento", presente em várias universidades ao redor do mundo. Essa assertiva vai no sentido de evidenciar que não é o caso aqui de buscarmos uma história própria do debate a partir da Geografia no Brasil somente. As condições gerais de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil passam necessariamente pela consideração de debates que se desenvolveram nas Ciências Humanas e Sociais como um todo e que, de diferentes modos, estiveram e estão presentes na forma como lidamos com a questão do desenvolvimento contraditório do capitalismo.

Mais do que uma concepção transdisciplinar do conhecimento científico, entendemos que a realidade objetiva, bem como o concreto pensado, não estão confinados aos limites disciplinares. Quando levamos em consideração alguns dos pontos que nossos entrevistados trouxeram, isso se torna evidente. A. Oliveira (2019), por exemplo, relata que boa parte dos referenciais críticos que se valia à época eram buscados em outros departamentos da USP que não o de Geografia. "Nós descobríamos algo [novo] e íamos fazer cursos nas Ciências Sociais. Eu fiz vários cursos lá. Cursos livres [...] da pós-graduação. [...] As Ciências Sociais teve um amadurecimento acadêmico muito mais cedo que a Geografia. [...] Você queria aprender marxismo, tinha lá! [...] E era ler a obra de Marx". Já Costa (2019) ressalta a importância dos grupos de estudo que eram formados à época para leitura de textos marxistas. "Eu e Tonico [Antonio Carlos Robert Moraes] tínhamos o nosso grupo em torno da revista *Temas*. Filósofos, epistemólogos. [...] Eu sempre tive um pé muito fora da Geografia. [...] Essa era uma característica desse grupo[56], não esgotava o debate teórico na Geografia". Todo esse complexo processo de formação inicial dessa geração vai aparecer, direta ou indiretamente, nas publicações produzidas.

---

56 Referindo-se ao conjunto de pesquisadores da USP que protagonizou o debate marxista à época, tais como Ana Fani Alessandri Carlos, Antonio Carlos Robert Moraes, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Sandra Lencioni.

Como temos afirmado, a delimitação desse *corpus* intelectual que nos será central para a compreensão da recepção da teoria vai sendo alinhavado a partir dos próprios referenciais mencionados pelos autores dos escritos da Geografia que consideramos. Ao debater o desenvolvimento das relações capitalistas, especialmente considerando a particularidade brasileira, nomes como Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes[57], Francisco de Oliveira e José de Souza Martins têm sido alguns dos principais intelectuais que fundamentam os escritos da Geografia, cada um com sua peculiaridade.

Contudo, não queremos afirmar que somente nas últimas décadas do século XX é que presenciamos uma aproximação entre a comunidade geográfica no Brasil e a questão do desenvolvimento. Existem diferentes formas de abordar essa problemática e, sem sombra de dúvidas, a Geografia esteve presente de modo significativo em boa parte das iniciativas, digamos, desenvolvimentistas que se realizaram no país, especialmente a partir dos governos de Getúlio Vargas. Como ressaltado por Almeida (1994), o conjunto de geógrafos que compôs o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em diferentes momentos da história do país foi fundamental nas políticas de planejamento estatal. Nesse sentido, acreditamos que é correto afirmar que há uma relação profunda entre o conhecimento que a comunidade geográfica produziu ao longo de boa parte do século XX, com destaque para aquela situada no Rio de Janeiro, e as ações estatais para o desenvolvimento capitalista no Brasil. Considerando especificamente as primeiras décadas de institucionalização da Geografia no país, a partir dos anos 1930, esse autor elenca uma série de ações que tiveram participação direta dos geógrafos do IBGE.

> O papel da Geografia nesse esforço estruturou-se de vários modos: [t]rabalhos dos geógrafos estrangeiros que vieram capacitar profissionalmente os geógrafos brasileiros […]; [a] Elaboração de Um Novo Mapa de Vegetação do Brasil; [t]rabalhos de geógrafos brasileiros e estrangeiros que visaram construir quadros de referência nos diferentes campos do conhecimento geográfico […]; [t]rabalhos de ordenamento territorial que visavam subsidiar futuras ações de governo no tocante a distribuição espacial de recursos públicos […]. (ALMEIDA, 1994, p. 11-12, com adaptações)

57 Parte do debate que trazemos neste capítulo acerca das reflexões de Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes sobre a questão do desenvolvimento contraditório das relações capitalistas no Brasil fez parte de texto publicado ao longo de nosso percurso no doutorado (ver MARQUES, 2020).

Desta forma, é inegável que há uma relação entre a produção intelectual do conhecimento geográfico e o debate sobre o desenvolvimento brasileiro. E isso ocorre ao longo de várias décadas, sendo mais ou menos intenso conforme o momento histórico do país e a perspectiva de análise espacial que se empreendia, no caso aqui considerado, no IBGE. Como também indicado por esse autor, o setor de Geografia do instituto vai se fazer presente em praticamente todos os grandes projetos "desenvolvimentistas" que foram empreendidos entre os anos 1930 e 1970, envolvendo aí ações de planejamento regional e territorial vinculadas, por exemplo, à definição e implementação da nova capital do país, à interconexão rodoviária das macrorregiões brasileiras, e à gestão das áreas metropolitanas que foram se formando no decorrer do século XX.

Considerando um contexto diferente de produção intelectual, podemos também indicar outros meandros da relação entre a Geografia e a questão do desenvolvimento. Conforme apontado por Lira (2019), existe na obra do francês Pierre Monbeig, um dos principais geógrafos que levou a cabo a institucionalização da ciência na Universidade de São Paulo, o debate sobre a problemática do desenvolvimento econômico e social. A realidade própria do Brasil, com todos os seus desafios de um país que se diferenciava muito da França, teriam levado Monbeig a teorizar à luz dessas distinções, ainda que todo esse esforço não tenha se convertido em uma subárea de investigação ou mesmo em alguma teorização mais específica. Nas palavras da autora, "[…] no Brasil, a geografia de origem francesa trazida para o espaço latino, americano e tropical por Pierre Monbeig, é tensionada a explicar a questão *do* desenvolvimento, mas não se manifesta em uma geografia do desenvolvimento, enquanto campo ou teoria autônoma em relação à abordagem regional." (LIRA, 2019, p. 11, itálico da autora).

Os dois exemplos supracitados, a Geografia do IBGE no Rio de Janeiro e Pierre Monbeig na Universidade de São Paulo, por um lado, indicam que existiram reflexões e práticas sobre a questão do desenvolvimento no Brasil por parte de geógrafos e geógrafas ainda na primeira metade do século XX. Ainda assim, por outro lado, os dois exemplos apenas reforçam nossa compreensão de que há uma ausência importante no debate sobre a problemática do desenvolvimento contraditório das relações capitalistas no Brasil através do prisma analítico que nos debruçamos aqui. Em outras palavras, em se tratando da Geografia no Brasil, os debates hegemônicos sobre a questão do desenvolvimento capitalista nas primeiras décadas do século XX não são propriamente nosso foco de investigação por não

serem determinantes na recepção e apropriação da teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Contudo, isso não significa dizer que não existiram, de um modo geral, iniciativas de leitura materialista histórica sobre a realidade nacional nesse período por parte das Ciências Humanas e Sociais. E o primeiro intelectual que gostaríamos de frisar neste sentido é Caio Prado Júnior[58].

* * *

Vários são os trabalhos que versam sobre a trajetória intelectual e política de Caio Prado Júnior no Brasil ao longo do século XX. De nossa parte, vale salientar as particularidades desse autor frente ao seu momento histórico, e como essas são fundamentais para pensarmos as contribuições do intelectual no debate sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil. Integrando uma das principais famílias da classe dominante paulista, Caio Prado Júnior se aproxima ainda muito cedo do debate marxista. Um divisor de águas em sua trajetória, e de muitos de seu tempo, foi propriamente a Revolução Russa de 1917. Essa criou no mundo não só a realidade subjetiva de um outro projeto de sociedade frente a um capitalismo em crise, como deu base para a formação mais sistemática de quadros intelectuais e militantes emvárias partes do mundo.

Ainda na década de 1930, Prado Júnior se filia ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), e vai progressivamente se aproximando das leituras dos clássicos do marxismo. Assim, o autor será pioneiro tanto em sua interpretação crítica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, quanto em relação à leitura que fará de autores como Marx, Engels, Lenin, Stálin, e Trotsky. Como afirmado por Pericás (2018), o acervo da biblioteca pessoal de Caio Prado Júnior, hoje pertencente ao Instituto de Estudos Brasileiros da USP, revela a grandiosidade e a universalidade de sua bagagem intelectual, ainda que muitos desses autores não aparecessem necessariamente citados nos textos que escrevia.

58 Vale salientar que no texto que acabamos de mencionar (LIRA, 2019) existe uma argumentação de que a perspectiva de desenvolvimento apresentada por Monbeig teria inspiração no próprio Caio Prado Júnior, o que não discordamos. Ainda assim, avaliamos que, partindo dos parâmetros que temos em nossa tese, Monbeig não pode ser compreendido como um intelectual que determinou momentos nos processos de recepção e/ou apropriação da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil.

Uma das principais argumentações que dá destaque a Caio Prado Júnior em relação a toda uma geração de intelectuais à esquerda (comunistas ou não) foi o debate que empreendeu acerca da particularidade do capitalismo no Brasil, em especial quanto às peculiaridades das classes sociais aqui presentes. O autor compreendeu que, desde o período colonial, o Brasil deveria ser entendido em sua relação com o capitalismo mundial que vinha se instituindo. Logo, a colonização foi um empreendimento capitalista e não representava a instituição de relações servis/feudais no espaço agrário brasileiro. Isso ia no sentido contrário de boa parte da intelectualidade da época, incluindo a linha hegemônica do PCB, que defendia a existência de restos feudais no Brasil.

Analisando a trajetória de Caio Prado Júnior, Secco (2015) defende a noção de que o autor de *A revolução brasileira*, ainda que muito importante nos círculos intelectuais brasileiros em boa parte do século XX, manteve-se em uma condição de distanciamento, por exemplo, do ambiente universitário. Prado Júnior tentou ingressar na carreira acadêmica algumas vezes ao longo de sua vida, mas foi impedido de efetivar-se em todas elas por questões políticas. Se, por um lado, esses processos possam ter sido traumáticos, por outro garantiram a ele formulações singulares sobre a realidade brasileira. O mesmo é mencionado por Secco (2015) em relação ao PCB. Ainda que Prado Júnior fosse figura proeminente no partido, algumas de suas compreensões sobre a realidade brasileira destoavam da linha geral adotada. Com o passar do tempo, isso gerou um intelectual que não se afastava do debate marxista ao mesmo tempo em que constituía uma forma própria de analisar o desenvolvimento capitalista no Brasil. É este frutífero contexto de produção de conhecimento que Caio Prado Júnior representa, chegando ao ponto de se tornar um dos principais autores lidos no país.

> A partir da década de sessenta do século passado, a abordagem caiopradiana da história nacional, antes relegada a um honroso e limitado espaço, passa a ser hegemônica entre as lideranças intelectuais e políticas da esquerda. Isso ocorre principalmente devido à qualidade do que o autor havia produzido e à tempestividade com a qual, embasado na sua interpretação do país, soube responder em *A Revolução Brasileira* aos desafios de inteligibilidade postos para as forças progressistas após o golpe militar de 1964. Em 1966, o historiador ganha o troféu Juca Pato, posiciona-se no centro da cena intelectual e sua abordagem da formação social brasileira passa a imantar amplos setores da sociedade civil. Seus livros começam a ter edições sucessivas e que se esgotam com rapidez, principalmente *Evolução Política do Brasil*, *Formação do Brasil Contemporâneo* e *História Econômica do Brasil*, tornando-se, este último,

> por várias décadas, a obra das ciências sociais brasileiras com maior quantidade de edições. (MOURA, 2005, p. 15)

No contexto da Geografia acadêmica, a obra de Caio Prado Júnior também teve (e continua tendo) muita importância. O autor foi figura importante na fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), e, vale a pena lembrar, formou-se na graduação em História e Geografia da USP, cursos que à época eram um só. Para além dessa conexão mais individual, é importante frisar o peso dos escritos de Prado Júnior nos textos de Geografia ao longo de todo o século XX, sendo até hoje uma importante referência para as análises espaciais que se propõem a compreender a realidade brasileira. A bem da verdade, esse autor era leitura obrigatória na educação básica em muitas escolas ao redor do Brasil, e isso obviamente representava uma influência importante para toda a sociedade, em particular para aqueles que se dedicaram aos estudos da Geografia no ensino superior posteriormente. A título de exemplificação, a partir de nossas entrevistas, é possível ter clareza da presença de Prado Júnior no percurso formativo de diferentes nomes da Geografia nas mais diversas partes do país. Tendo estudado o período do colegial em Salvador (BA), Conceição (2021) ressalta que parte importante da leitura que teve sobre a História do Brasil na educação básica tinha como fonte textos de Caio Prado Júnior. Ainda enquanto adolescente no Rio de Janeiro (RJ), Moreira (2021) também destaca a importância que esse autor teve no seu processo de lapidação, dada a complexidade dos primeiros contatos com o marxismo a partir da obra de Prado Júnior. Por seu turno, Costa (2019), que estudou o período do colegial (clássico) em Santos (SP), denota que a base que teve antes da universidade a partir de Prado Júnior foi fundamental para todos os estudos que iria desenvolver nos anos seguintes.

Do ponto de vista analítico, as diferentes produções de Caio Prado Júnior foram responsáveis por uma importante construção intelectual acerca da compreensão sobre o desenvolvimento das relações capitalistas no território brasileiro. Além das suas inovações conceituais, o autor também se destaca de forma considerável por conta do período histórico em que escreveu. Uma das obras aqui consideradas, *História econômica do Brasil*, teve sua primeira edição em 1945, indicando o pioneirismo de Caio Prado Júnior na produção intelectual no Brasil. Ainda assim, é necessário fazermos uma breve ponderação antes de adentrarmos propriamente nas contribuições trazidas pelo autor.

Existe atualmente uma área de pesquisa conhecida como *development studies*, ainda não muito estabelecida no ambiente acadêmico brasileiro, que trata propriamente da "questão do desenvolvimento", seja por um viés mais aplicado (como no caso das políticas de desenvolvimento) ou mesmo por um viés mais crítico (como no próprio caso dos debates sobre o desenvolvimento desigual e combinado). O marco histórico que geralmente é indicado como ponto de partida dessa área de pesquisa é o fim da década de 1940, a partir da geopolítica instituída pelo governo de Harry Truman nos Estados Unidos (ESTEVA, 2009). Desde então, termos como "desenvolvimento", "subdesenvolvimento", "em desenvolvimento" passaram a figurar no meio acadêmico como um importante objeto de investigação. As reflexões trazidas por Caio Prado Júnior não necessariamente estavam interessadas em debater o desenvolvimento do capitalismo no Brasil como objeto próprio. Alguns de seus escritos são inclusive anteriores à instituição da área de pesquisa supracitada. Contudo, compreendemos que as contribuições que ele traz, e no mesmo sentido Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira, José de Souza Martins, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini são fundamentais para toda a tradição acadêmica que se instituiu em nosso país acerca das particularidades do nosso desenvolvimento, incluindo a produção intelectual da Geografia sobre a questão. Feitas estas ponderações, avancemos no debate sobre os principais pontos levantados pela obra de Caio Prado Júnior.

Um importante par conceitual que é trazido pelo autor é: economia colonial e economia nacional (PRADO JÚNIOR, 1974 [1945]). O segundo conceito indica um perfil de nação que se organiza em função das suas próprias necessidades; assim, as economias nacionais apresentam dinâmicas endógenas que determinariam seu *modus operandi*. Por outro lado, as economias coloniais apresentam uma dependência que lhe é própria e característica e que por isso determina a sua organização a partir de uma forte presença de interesses que estão além das fronteiras territoriais. Assim, o Brasil é compreendido como uma economia de razão colonial e esta forte presença de interesses internacionais associa-se principalmente à participação do capital financeiro (principalmente inglês no início do século XX, mas não somente) na nossa economia. Nos termos de Caio Prado Júnior, estaríamos diante de uma economia, de certo modo, limitada, que em seu desenvolvimento tropeça sequencialmente em um passado colonial.

> No curso contudo desse processo de transformação, esta esbarra no obstáculo dos remanescentes do velho sistema colonial que lhe embaraçam o prosseguimento e limitam as perspectivas. Resulta aquele obstáculo, fundamentalmente, […] do acanhado mercado consumidor interno e sua defeituosa estrutura – herança ainda, em última instância, daquele passado colonial –, mercado esse que no regime vigorante de livre iniciativa privada que se estimula unicamente pelo maior interesse financeiro e maximização do lucro comercial, não oferece os impulsos necessários para a promoção das atividades econômicas em proporções e condições que assegurem um suficiente ritmo de crescimento do mesmo mercado (PRADO JÚNIOR, 1989 [1968], p. 124).

Assim, a herança colonial que se desenvolveu na economia brasileira ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX é uma espécie de passado-presente, ou mesmo um passivo colonial que determina como se estabelecem e desenvolvem-se as relações capitalistas no Brasil. Este argumento pode ser levado em conta em um importante momento do desenvolvimento econômico brasileiro: o processo de industrialização. O principal ponto analisado para este momento do desenvolvimento econômico brasileiro é a presença substancial das indústrias subsidiárias, que são empresas que se instituem diretamente a partir de uma associação entre capitais locais e capitais estrangeiros, com determinação destes últimos.

> Os capitais e empreendimentos internacionais se prevalecerão largamente dessa avantajada situação que desfrutam relativamente ao Brasil. […] O núcleo verdadeiramente dinâmico da indústria brasileira se constituirá em nada mais que uma constelação de filiais de empresas internacionais em cuja órbita girará quase tudo que a nossa indústria conta de mais expressivo. […] verifica-se desde logo a estreita relação de dependência que o predomínio de empreendimentos internacionais na indústria brasileira determina entre os processos de industrialização e as exportações brasileiras (PRADO JÚNIOR, 1989 [1968], p. 126-127).

Desenvolvendo este argumento, o autor identifica que este perfil subsidiário do nosso processo de industrialização é um desdobramento do sistema colonial, ou melhor, do passivo colonial que se torna passado-presente no desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil. Assim, a industrialização brasileira tem como marca uma limitação estrutural que são os próprios limites de uma economia colonial como a brasileira. Impulsos descontínuos e

desordenados tendem a ser a regra de uma indústria que é determinada mais por interesses da conjuntura financeira internacional do que por interesses internos às nossas fronteiras.

Com esta argumentação, Prado Júnior considera como se estabelece a crescente participação do capital internacional em nossa economia, e como os interesses destes capitais estrangeiros determinam e limitam o que poderia ser o desenvolvimento de uma economia de razão nacional (em oposição à de razão colonial). Enquanto periodização, o século XIX é compreendido como central para a elucidação das especificidades do desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil, como ressaltado no fragmento a seguir.

> O Brasil inaugurava-se num nôvo plano que desconhecera no passado, e nascia para a vida moderna de atividades financeiras. Um incipiente capitalismo dava aqui seus primeiros e modestos passos. A incorporação das primeiras companhias e sociedades, com seu ritmo acelerado e apesar dos exageros e certo artificialismo, assinala assim mesmo o início de um processo de concentração de capitais que embora ainda acanhado, representa ponto de partida para uma fase inteiramente nova (PRADO JÚNIOR, 1974 [1945], p. 193).

Assim, o século XIX pode ser compreendido como um período chave para entendermos a dinâmica do desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil, mesmo reconhecendo que muitos processos novos se evidenciam apenas no século seguinte. Concluindo esta reflexão acerca das contribuições de Caio Prado Júnior, ainda vale mencionar o debate sobre o caráter imperialista do capitalismo global e como esta reflexão soma-se à leitura que o autor faz sobre a economia de razão colonial que temos no Brasil.

> [O imperialismo] forma um sistema amplo e geral de organização econômica do mundo, em que tais inversões não constituem mais que um dos elos da grande corrente que envolve o universo e mantém ligados todos os povos numa única estrutura que tem por centro diretor os grupos controladores do capital financeiro internacional. Tais grupos são êste punhado de gigantescos trustes que imperam respectivamente nos diferentes setores da economia contemporânea, e estendem também para o Brasil seus tentáculos absorventes. O que não exclui naturalmente as fricções e choques entre êles. Choques que tomam um caráter nacional porque, embora internacionais por essência, apelam nas lutas que têm de sustentar para o poder político de um ou de outra nação soberana que se põe a seu serviço. Identificam-se assim com nações e nacionalidades, arvoram uma bandeira, mas efetivamente seu

> caráter é internacional, e esta bandeira não é mais fachada atrás da qual se abrigam (PRADO JÚNIOR, 1974 [1945], p. 277-278).

Com esta leitura sobre o imperialismo, Caio Prado Júnior identifica como o caráter colonial do desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil não é algo isolado. Em outras passagens ele também indica que o próprio perfil de economia colonial não é algo exclusivo do Brasil. Mas, para nós, importa ressaltar como já está presente no autor uma leitura articulada do desenvolvimento capitalista, que aparece a partir do conceito de imperialismo ao final de *História econômica do Brasil*.

Feita esta síntese sobre as contribuições de Caio Prado Júnior acerca da particularidade do desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil, vale a pena questionar: teria o autor tratado especificamente da teoria do desenvolvimento desigual e combinado? Como indicamos anteriormente, Trotsky não era um autor desconhecido para Prado Júnior, constando inclusive na sua biblioteca pessoal. Ainda assim, a teoria não aparece em seus escritos. Recentemente, alguns autores têm tentando ler as reflexões de Caio Prado Júnior como diretamente conectadas com a chave analítica do desenvolvimento desigual e combinado, a exemplo de Pericás (2016). Porém, esta não é a nossa linha de argumentação, até porque se distancia dos objetivos da tese. Isso não quer dizer, contudo, que acreditemos que as contribuições do autor não tenham conexão com o que estamos debatendo. Muito pelo contrário, as reflexões de Prado Júnior serão basilares para a leitura de desenvolvimento capitalista que os geógrafos farão anos depois, mesmo que por vias não tão diretas. Se, por um lado, consideramos que esse autor inaugura o debate sobre a questão do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, por outro lado, avaliamos que, em termos do uso expresso da noção de desenvolvimento desigual e combinado, coube a Florestan Fernandes esse protagonismo. Mas, antes de tratarmos desse autor, precisamos compreender um pouco melhor um dos seus principais espaços formativos: o movimento trotskista no Brasil.

* * *

As décadas de 1920, 1930 e 1940 são cruciais para compreendermos a recepção das ideias marxistas no Brasil. Como mencionamos em relação a Caio Prado Júnior, as

informações que chegavam ao Brasil acerca do processo revolucionário russo influenciaram bastante o contexto político e intelectual do país a partir dos anos 1920, com a articulação do primeiro partido comunista no país em 1922 e a formação de diferentes grupos e coletivos que se referenciavam no legado de Marx. Em relação especificamente aos grupos trotskistas, segundo Ferreira (2005), a primeira geração apenas se consolida na década de 1930, com nomes expoentes no cenário nacional como Mario Pedrosa, Lívio Xavier, Aristides Lobo e Fúlvio Abramo. O gérmen desse primeiro grupo, que se constituiu como uma fração de oposição à esquerda no interior do PCB, eram as críticas ao regime soviético e à figura de Stalin, já como um desdobramento de vários outros grupos que se formaram ao redor do mundo que tinham em Trotsky uma referência primaz.

Não obstante, do ponto de vista das publicações, a chegada dos primeiros textos de Trotsky ao Brasil ocorrem ainda em 1919, no conjunto dos primeiros escritos de intelectuais russos comunistas que chegaram ao país logo após a revolução de 1917 publicados no periódico *Spartacus* (KAREPOVS *et al*., 2007 [1995]). Desta forma, podemos afirmar que Trotsky já era um autor conhecido nos meios intelectuais mais à esquerda quando da formação da primeira geração de trotskistas, ainda que os textos mais críticos do autor sobre os rumos tomados pela URSS apenas fossem publicados no Brasil a partir do protagonismo que esse grupo teve nos anos 1930. A partir da Editora Unitas, em São Paulo, é que teremos a primeira grande leva de textos de Trotsky publicados em português, trazendo nesse bojo muito do debate que nos interessa aqui em particular.

Neste sentido, entre 1931 e 1935 (ano de fechamento da Editora Unitas, com o acirramento da ditadura de Getúlio Vargas) teremos o primeiro grande momento difusão dos escritos de Trotsky no Brasil, embora não possamos afirmar que isso signifique uma difusão *stricto sensu* da teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Rememorando o que discutimos no capítulo anterior, a década de 1930 é central na produção intelectual do próprio Trotsky, sendo o momento em que sua noção de desenvolvimento desigual e combinado será refinada a partir da redação de *A história da Revolução Russa*, livro publicado em 1932. Assim, o primeiro grande momento de difusão dos escritos trotskistas no Brasil coincide com a própria lapidação de Trotsky acerca de seu constructo teórico. Porém, uma outra teoria central no raciocínio do autor já estava relativamente consolidada nos meios trotskistas: a da revolução permanente. Essa, como já debatido, encontra conexões diretas com o debate de Trotsky sobre desenvolvimento desigual e combinado, o que nos leva a afirmar que o

primeiro momento de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela intelectualidade brasileira acontece de modo indireto a partir da teoria da revolução permanente, que já estava presente na primeira geração trotskista brasileira na década de 1930. Assim, concordamos com Karepovs *et al*. (2007 [1995], p. 232) quando afirmam que "[a] teoria da revolução permanente foi sem dúvida um vetor essencial para a recepção do marxismo de Trotsky em certos países dependentes ou coloniais (China, Indochina, Indonésia, África do Sul) e em particular nos países da América Latina a partir dos anos 1930.".

Além da organização política e do crucial papel de difusão de textos importantes do marxismo ocidental, essa primeira geração de trotskistas no Brasil foi responsável pela primeira peça analítica sobre a realidade nacional a partir das bases analíticas desenvolvidas por Trotsky. O texto *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil*, escrito em 1931 por Mario Pedrosa e Lívio Xavier, retrata uma primeira tentativa do grupo no sentido de compreender a realidade brasileira através dos autores que vinham se apropriando, além de também oferecer um ponto de vista que divergia das teses hegemônicas no interior do PCB. No fragmento que citamos abaixo, os autores não somente ressaltam a necessidade de compreender o Brasil através da teoria do imperialismo, como endossam a questão da particularidade na análise de países como o nosso.

> O imperialismo altera constantemente a estrutura econômica dos países coloniais e das regiões submetidas à sua influência, impedindo o seu desenvolvimento capitalista normal, não permitindo que esse desenvolvimento se realize de maneira formal nos limites do Estado. Por essa razão, a burguesia nacional não tem bases econômicas estáveis que lhe permitam edificar uma superestrutura política e social progressista. O imperialismo não lhe concede tempo para respirar e o fantasma da luta de classe proletária tira-lhe o prazer de uma digestão calma e feliz. Ela deve lutar em meio ao turbilhão imperialista, subordinando sua própria defesa à defesa do capitalismo. Daí, sua incapacidade política, seu reacionarismo cego e velhaco e — em todos os planos — a sua covardia. Nos países novos, diretamente subordinados ao imperialismo, a burguesia nacional, ao aparecer na arena histórica, já era velha e reacionária, com ideais democráticos corruptos. A contradição que faz com que o imperialismo — ao revolucionar de modo permanente a economia dos países que lhe são submetidos — atue como fator reacionário em política encontra a sua expressão nos governos nos fortes e na subordinação da sociedade ao poder executivo. (PEDROSA; XAVIER, 2021 [1931], s/p, sublinhado nosso)

Analisando de modo particular a função que uma burguesia nacional como a brasileira poderia ter no processo revolucionário, os autores destoam de modo significativo da posição hegemônica presente no PCB à época, que defendia uma aliança com setores progressistas da burguesia nacional no projeto de revolução brasileira. Seguindo a linha argumentativa da teoria da revolução permanente de Trotsky (e, de modo indireto, o próprio debate da teoria do desenvolvimento desigual e combinado), esse texto, que sintetiza bem a primeira geração de trotskistas na qual faziam parte Pedrosa e Xavier, expõe as primeiras reflexões que, no ambiente intelectual brasileiro, apontam para uma referenciação nas posições primazes de Trotsky.

Contudo, esse ambiente intelectual não se conectava diretamente com os espaços acadêmicos. Isso somente viria a ocorrer de modo direto naquilo que é compreendido como a segunda geração brasileira de trotskistas, que se firma nos anos 1940. Em linhas gerais, o grupo de pessoas que são compreendidas nesse segundo momento tinham ligação com o Partido Socialista Revolucionário (PSR). Fundado em 1939 em Guarulhos (SP), o PSR foi a principal força do movimento trotskista brasileiro nos anos 1940, composta, dentre outros, por nomes que vinham de dissidências do PCB (KAREPOVS; MARQUES NETO, 2007 [2002]). Um de seus principais representantes era Hermínio Sacchetta, jornalista importante que trabalhou em alguns dos principais veículos de comunicação de sua época, tais como *Correio Paulistano*, *O Tempo* e *A Folha da Manhã*. E foi justamente trabalhando nesse último que ele conheceu o então estudante Florestan Fernandes, convidando-o para ingressar algum tempo depois no PSR. Essa segunda geração de trotskistas, assim como a primeira, teve um importante papel na tradução e difusão de textos de Marx, Engels, Lenin e Trotsky para o seu momento histórico. A título de exemplificação, a versão que ainda hoje é a mais utilizada do livro *Contribuição à crítica da economia política*, de Marx (2008 [1859]), foi primeiramente traduzida e prefaciada por Florestan Fernandes nesse momento que estamos nos referindo.

O PSR encerrou suas atividades no início dos anos 1950. Antes disso, o próprio Florestan já tinha se afastado das atividades partidárias, dedicando-se de modo cada vez mais detido ao trabalho acadêmico na USP. Ainda assim, os anos de participação desse no PSR foram fundamentais no seu percurso formativo.

> O período mais fermentativo de minha formação não coincide, apenas, com a peregrinação pelas bibliotecas e as tentativas de alargar a educação

> escolarizada. Em seu decorrer, três outros tipos de atividades canalizaram a transformação do *aprendiz de sociólogo em sociólogo maduro*. […] [H]á um terceiro tipo de atividade, que foi intersticial e momentânea, mas teve tamanha importância na minha formação, que ela precisa ser, pelo menos, esclarecida […]. Trata-se da minha participação da luta subterrânea contra o Estado Novo e da minha vinculação, por certo tempo, ao movimento trotskista. (FERNANDES, 1980 [1977], p. 171, itálico do autor)

Será no contexto do PSR que Florestan terá um acesso mais profundo a textos de autores como Marx, Trotsky e Lenin. Em outra passagem desse seu texto autobiográfico, o autor comenta como a leitura de Marx não era algo central em seu processo formativo na USP à época e como o trabalho de tradução e difusão dos textos marxistas contribuiu no seu percurso formativo. Além desse período, é necessário destacar um segundo momento na trajetória intelectual de Florestan Fernandes: o seu período como professor na Universidade de Toronto (Canadá), após ter sido exilado pela ditadura no Brasil em 1969. Entre o final dos anos 1960 e início dos 1970, o autor redigiu sua obra máxima, *A revolução burguesa no Brasil*. Nela estão contidas suas principais argumentações sobre a particularidade do desenvolvimento das relações capitalistas no nosso país, e serão objeto de nossa reflexão nas páginas que seguem, em diálogo com alguns outros textos do autor. Antes disso, vale a pena mencionar como o autor menciona esse período histórico em seu texto autobiográfico.

> [D]evotei larga parte de meu ócio ao estudo da revolução socialista na Rússia, na China e em Cuba. Chamou-me a atenção as peculiaridades da revolução de 1905. Não só porque uma revolução burguesa em atraso se condenara ao aborto, mas, principalmente, porque a impotência da burguesia para realizar *todas as transformações* exigidas pelo capitalismo deixava em aberto muitas interrogações. Além disso, comparando-se a América Latina de hoje com a Rússia de 1905 obtém-se uma "correção histórica"; a chamada lei do desenvolvimento desigual e combinado pode favorecer, em dadas condições, as *forças da ordem*, especialmente, quando estas conseguem esmagar prolongadamente todas as pressões que irrompem de baixo para cima. [...] No clímax da industrialização maciça, da implantação interna das multinacionais e do gigantismo da intervenção econômica do Estado, a sociedade capitalista não oferece alternativas à maioria: não há mais como conciliar "a história como liberdade" com o capitalismo. Eu estava pronto para escrever a última parte de *A Revolução Burguesa no Brasil*. (FERNANDES, 1980 [1977], p. 204, itálico do autor)

Ainda que Trotsky não seja mencionado de modo direto nesse trecho do texto, fica nítido o modo como Florestan se referencia no autor russo quando menciona a revolução de 1905 e a lei do desenvolvimento desigual e combinado. No livro *A revolução burguesa no Brasil*, essa influência se consubstanciaria em uma análise revolucionária do desenvolvimento do capitalismo no Brasil sob a pena de Florestan Fernandes, sempre considerando as particularidades do país frente a universalidade do capitalismo em todo o mundo. Ao discutir, por exemplo, sobre os desdobramentos do capitalismo na Europa em relação ao Brasil, este autor contribuiu com o debate sobre as especificidades da acumulação capitalista no nosso país. Assim, ao passo que na Europa se desenvolveu um processo de acumulação estamental de capital que se conformou como uma fase do desenvolvimento econômico, no Brasil este processo se transformou em um estado econômico permanente (FERNANDES, 2006 [1975]). Nesta linha de argumentação, é errônea a ideia do subdesenvolvimento como uma etapa circunstancial das economias nacionais latino-americanas, sendo portanto uma condição própria de reprodução do capitalismo em sua fase monopolista. Desta forma, nega-se uma leitura linear do desenvolvimento das relações capitalistas, se opondo a uma compreensão de um único padrão intrínseco ao capitalismo, universal e invariável. Essa condição diferencial dos países não-desenvolvidos implica, inclusive, numa ressignificação do debate.

> As ‘questões do desenvolvimento’ interessam aos países que possuem autonomia ou desfrutam algum grau de hegemonia dentro do mundo capitalista. Os demais países – não importa onde estejam: na Europa, na América Latina, na África ou na Ásia – devem preocupar-se não com essas questões, mas com os efeitos negativos de uma modernização controlada de fora, a qual sempre exige e acarreta algum crescimento econômico, e com as próprias possibilidades de uma revolução nacional através do socialismo (FERNANDES, 1995 [1974], p. 139).

Assim, esse autor rechaça os debates, ainda recorrentes no Brasil do século XXI, quanto a uma possível “salvação pelo desenvolvimento” ou mesmo “revolução pelo desenvolvimento”. São discussões inócuas num contexto de desenvolvimento capitalista dependente. O que muitas vezes aparece enquanto discurso de uma “transição de amadurecimento na comensalidade” não passa de uma cortina que encobre a dependência estrutural do desenvolvimento capitalista em países como o Brasil (FERNANDES, 1995 [1974]).

É justamente com este debate, a questão da natureza dependente do capitalismo nos países periféricos, que Florestan Fernandes indica importantes avanços acerca do debate sobre o desenvolvimento das relações capitalistas em territórios como o do Brasil. Podemos colocar este debate a partir da citação que segue:

> As economias nacionais que dispõem de auto-suficiência e de autonomia econômica contam com condições para se ajustarem ao mercado mundial em função de determinações racionais dos próprios interesses econômicos, podendo resguardar e fortalecer as tendências de concentração de poder e de monopolização das vantagens econômicas garantidas por sua posição autônoma (no plano nacional) e hegemônica (no plano internacional). As economias nacionais dependentes organizam-se basicamente em função de condições, oportunidades e limitações, impostas pelo mercado mundial e, através dele, pelas economias nacionais a que se articulam em posição heteronômica. Em consequência, o seu próprio crescimento interno espalha, estrutural e dinamicamente, a natureza, a intensidade e a variação ou a flutuação dos interesses das economias nacionais a que se associam heteronomicamente (FERNANDES, 2008 [1968], p. 38).

Com este debate, o autor traz dois pares conceituais interessantes para pensarmos como acontece o desenvolvimento capitalista na relação entre economias nacionais "autossuficientes" e "dependentes". As primeiras apresentam, no plano nacional, um desenvolvimento autônomo e, no plano internacional, um desenvolvimento hegemônico. As economias nacionais dependentes, por sua vez, apresentam um desenvolvimento que se dá heteronomicamente. Esta relação, contudo, não deve desconsiderar a determinação fundamental deste desenvolvimento dependente; assim, a partir de dentro, esta forma de subdesenvolvimento é produzida e mantida, ainda que seja condicionada e regulada a partir de fora. Ou seja, é na mediação entre os planos nacional e internacional que se dá o capitalismo dependente. Nesta direção, salientando dialeticamente o argumento de Fernandes, identificamos a relação entre "países desenvolvidos" e "países subdesenvolvidos" como uma interconexão da qual deriva propriamente a dependência dos segundos em relação aos primeiros.

Ao longo do tempo, com a reafirmação do caráter dependente desta forma de (sub)desenvolvimento, há uma intensificação da dependência. Dito de outro modo, as diferentes medidas estatais pensadas e implementadas, quando não consideram romper com as especificidades da dependência, apenas reforçam a condição estrutural.

> […] a ordem econômica assim constituída adapta-se, estrutural, funcional e evolutivamente, ao padrão de equilíbrio dinâmico de uma economia capitalista articulada e dependente. Ela se acomoda à neutralização de vários fatores, inevitavelmente excluídos dos mecanismos de mercado capitalista, e ao se expandir, generalizando-se e se intensificando, tende a concentrar as transformações de maior significado no próprio setor moderno. Por conseguinte, em vez de concorrer para o aparecimento de uma economia capitalista auto-suficiente, essa ordem econômica induz a monopolização do crescimento pelo setor moderno e aumenta constantemente a distância existente entre ele e o setor arcaico (FERNANDES, 2008 [1968], p. 64).

Essa expansão/generalização/intensificação se desdobra em um acirramento da desigualdade entre setores arcaicos e setores modernos das relações capitalistas. Nesse processo, é possível presumir uma tendência à instabilidade maior nos países (sub)desenvolvidos em relação aos demais, aquilo que o autor chama de "insegurança crônica". Tendo em conta as fragilidades das democracias instituídas nestes países, podemos pensar, inclusive, como esta insegurança crônica se traduz nas frequentes ingerências externas, diretas ou indiretas, nos processos políticos e econômicos destas nações.

As evidências de uma economia nacional de caráter dependente aparecem em todo o processo de formação territorial do Brasil. Em *A revolução burguesa no Brasil*, Florestan Fernandes aborda esta questão com muito relevo quando considera a estruturação do Estado nacional que surge no século XIX. As contradições presentes neste contexto, a partir dos diversos interesses conservadores e liberais que atravessaram o Império, apontam para um conjunto de características que ponderam os limites da autonomização política que se estabelece a partir deste período. Fernandes (2006 [1975]), ao pensar sobre esta autonomização, indica que ela deve ser a base para entendermos todos os desenvolvimentos ulteriores da sociedade brasileira. Assim, compreende-se que duas linhas existem para a análise do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

> Uma, que se origina com a própria colonização e se prende aos desígnios econômicos do capitalismo comercial. Ela primeiro projetou o 'senhor agrário' numa posição marginal e mais tarde o converteu em sujeito de transações econômicas, cujos agentes verdadeiros ficavam no exterior. […] A outra linha originou-se da autonomização política e das tendências históricas que ela engendrou, de criação de uma economia, de um Estado e

> de uma sociedade nacionais, sob modelos institucionais tomados da civilização ocidental moderno (FERNANDES, 2006 [1975], p. 104-105).

Essas duas linhas, contraditoriamente, são a base daquilo anteriormente citado como insegurança crônica, embora sejam também a condição fundamental de reprodução das relações capitalistas no Brasil. Essa especificidade de desenvolvimento, no caso nacional, acontece com duas importantes limitações: a) em nenhum momento apresenta-se o rompimento com a associação dependente em relação aos centros hegemônicos imperialistas; b) nunca se dá, integralmente, a desagregação do antigo regime e do respectivo poder colonial nas décadas que se seguem ao Império. Essas razões históricas nos ajudam a entender aquilo que Florestan Fernandes argumenta quanto a dependência não ser somente um processo que se dá de fora para dentro. Acontece uma dupla articulação: entre burguesia dependente nacional e imperialismo internacional no plano externo; e entre o arcaico e o moderno no plano interno. No século XXI, a título de exemplificação, esta articulação pode ser identificada nos mais diferentes setores da economia brasileira: agronegócio, construção civil, telecomunicações etc. Frações da burguesia que historicamente se firmaram no país controlando setores da economia nacional desde o século XIX foram se combinando com empreendimentos modernos ao longo do século XX, constituindo importantes empresas tais como a JBS e o grupo Odebrecht.

Outro importante avanço conceitual colocado por Florestan Fernandes para pensarmos o desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil é a questão do regime de classes presente numa sociedade com as especificidades que apresenta a nossa.

> O ponto central para a caracterização sociológica das classes sociais em sociedades subdesenvolvidas está, naturalmente, no modo pelo qual os processos de estratificação social se vinculam com a ordem econômica, criada pela existência de uma economia de mercado de bases capitalistas. Em regra, as descrições e as explicações sociológicas pressupõem um modelo ideal, que poderíamos designar como *linear*, do qual o protótipo é fornecido pelo capitalismo competitivo, na forma em que ele se constituiu em conexão com a revolução comercial e industrial na Inglaterra. No entanto, no momento em que uma sociedade subdesenvolvida consegue realizar as condições estruturais, funcionais e históricas, pressupostos em tal modelo, ela deixa de ser *subdesenvolvida*, concretizando em algum grau significativo o padrão de equilíbrio e de crescimento inerente ao capitalismo auto-suficiente e autônomo. Por isso, seria conveniente considerar-se as conexões entre os processos de estratificação social e a formação ou a

> diferenciação do mercado capitalista em diferentes modelos, anteriores a essa passagem do subcapitalismo e do capitalismo dependente para formas de capitalismo integrado (FERNANDES, 2008 [1968], p. 33, itálico do autor).

Com esta ponderação, o autor não só se opõe a uma leitura linear de história, como também aponta para a necessidade de compreensão das realidades dos países subdesenvolvidos em suas especificidades quanto às diferentes possibilidades de estratificação social, ou melhor, quanto aos regimes de classe que se estabelecem. Com isso, Florestan não aponta para uma flexibilização da teoria geral sobre as classes sociais no capitalismo, mas pondera acerca da necessidade de entendermos que em diferentes contextos espaciais as mesmas classes (frações de classe) apresentam arranjos distintos. Podemos ainda nos aprofundar mais neste intento analítico e pensar como, diante das articulações estabelecidas no capitalismo dependente em níveis nacionais e internacionais, as frações da classe burguesa podem apresentar comportamentos convergentes ou divergentes de acordo com o seu grau de articulação com interesses que estabelecem para além das fronteiras nacionais.

Partindo desta reflexão sobre o regime de classes diferenciando que temos no desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil, Florestan estabelece um diálogo muito recorrente entre os intelectuais da segunda metade do século XX: a questão da revolução burguesa no contexto nacional. Num primeiro plano, o autor considera a necessidade de considerarmos a especificidade da burguesia que se estabelece aqui e para tanto aponta para o conceito de modernização. Com este, argumenta que o que se deu no Brasil, inicialmente, foi uma transferência de normas, instituições e valores sociais (mais que padrão de cultura ou um padrão de integração da ordem social). Para além destes aspectos de ordem subjetiva, a formação da burguesia em uma sociedade capitalista subdesenvolvida é marcada por contingências econômicas relacionadas à sua sobrevivência frente ao *modus operandi* já estabelecido. Além disso, lidam com as demandas e imposições que são constituídas externamente.

> […] as burguesias do mundo capitalista subdesenvolvido são vítimas da estrutura e da organização da sociedade de classes em que vivem. Elas veem o capitalismo e suas exigências sociais, culturais e políticas do ângulo do capitalismo dependente. Ao fazer sua revolução, fazem-na na escala das

> realizações e ambições fomentadas pelo capitalismo dependente. Nenhuma outra classe social as contesta com probabilidades de êxito. De qualquer modo, condenam-se a protagonizarem a história como uma eterna façanha de dependência. Para que eles se ergam acima dessa medida, precisam ser negadas e arrostadas por outras classes. Enfim, precisam ser compelidas a pensar e a transformar o mundo de uma perspectiva universal (FERNANDES, 2008 [1968], p. 93).

O debate, sobre o papel da burguesia na sua revolução em relação ao Brasil, oscila um pouco ao longo do pensamento deste autor. Não obstante, vale a pena evidenciar o posicionamento que ele delineia nos trabalhos a partir da década de 1970: a revolução burguesa ocorreu no Brasil, mas esta se estabeleceu a partir de uma busca pelo crescimento econômico rápido nas condições permanentes do capitalismo dependente (FERNANDES, 1995 [1974]). Isto, contudo, não nos deve levar à interpretação de que no Brasil há uma burguesia débil. A sociedade, e o Estado, derivados da revolução burguesa no Brasil, ainda que distante de um caráter nacionalista-democrático, são extremamente articulados na reprodução e manutenção do caráter dependente do capitalismo. "Essa burguesia é a digna descendente da 'burguesia clássica' e é tão útil para a continuidade e o aperfeiçoamento do capitalismo quanto o foi aquela" (FERNANDES, 1995 [1974], p. 143).

Aqui temos um importante diferencial entre os escritos de Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes. Justamente quando consideramos o debate sobre o papel da burguesia brasileira e o processo de revolução capitalista no país, vemos como, a partir dos anos 1970, Florestan Fernandes apresenta uma leitura clara sobre a inviabilidade de considerarmos a espera da "nossa" revolução burguesa por um simples motivo: ela já teria ocorrido. Essa teorização se torna clara para o autor principalmente após o acirramento das contradições do regime ditatorial empresarial-militar brasileiro nos anos 1960. No caso de Caio Prado Júnior, essa conclusão não se apresenta.

Concluindo essas reflexões específicas sobre Florestan Fernandes para o debate que se estabeleceu no Brasil na segunda metade do século XX acerca do desenvolvimento das relações capitalistas no contexto brasileiro, vamos retomar a sua abordagem sobre o caráter combinado do desenvolvimento desigual capitalista. Ainda nos textos dos anos 1960 encontramos essa noção nos escritos do autor ao tratar das contradições no movimento dialéticoda formação territorial brasileira.

> […] estruturas econômicas em diferentes estágios de desenvolvimento não só podem ser combinadas organicamente e articuladas no sistema econômico global. O próprio padrão de equilíbrio deste sistema, como um todo, e sua capacidade de crescimento definem-se e são perseguidos por esses meios, sem os quais o esvaziamento histórico dos ciclos econômicos conduziria, fatalmente, da estagnação à decadência e desta à regressão econômica sistêmica (FERNANDES, 2008 [1968], p. 61).

Interessante enxergar como o autor compreende a leitura do desenvolvimento desigual e combinado a partir de um capitalismo dependente como o caso brasileiro. Assim, estabelece-se um equilíbrio dinâmico na combinação entre o arcaico e o moderno, e este equilíbrio se reproduz, não sem contradições, num contexto de articulação entre as frações de capitais em diferentes níveis e escalas. Ou seja, o arcaico se reproduz em mediação como o moderno no plano nacional, mas também a partir de relações imperialistas no plano internacional. Isto também pode ser pensado em relação ao moderno em sua mediação com o arcaico e com as relações imperialistas. Deriva daí um importante e complexo conjunto teórico analítico para pensarmos a relação entre os capitais no contexto de países subdesenvolvidos. Estas relações, que estruturam a formação territorial do Brasil, formam aquilo que o autor chama de "pacto sagrado" entre o arcaico e o moderno nos países subdesenvolvidos.

> O capitalismo monopolista não eclode nas economias periféricas rompendo o seu próprio caminho, como uma força interna irreprimível que destrói estruturas econômicas arcaicas ou simplesmente obsoletas, dimensionando e reciclando o que deveria ser preservado e forjando suas próprias estruturas econômicas ou extra-econômicas. Vindo de fora, ele se superpõe, como o *supermoderno* ou o *atual*, os que vinha de antes, ou seja o "moderno", o "antigo" e o "arcaico", aos quais nem sempre pode destruir e, com frequência, precisa conservar. O seu maior impacto construtivo consiste em cavar um nicho para si próprio, naquelas esferas das economias periféricas que são mais compatíveis com a transição, formando assim um exíguo espaço econômico, a partir do qual poderá crescer e quiçá irradiar-se para toda a economia, universalizando aos poucos os requisitos estruturais, funcionais e históricos inerentes ao seu próprio padrão de desenvolvimento capitalista (FERNANDES, 2006 [1975], p. 314, itálico do autor).

O processo de desenvolvimento das relações capitalistas nos países periféricos, que tem como marca o subdesenvolvimento e a dependência estrutural frente aos países "desenvolvidos", é assim atravessada por contradições que marcam toda a formação territorial

de Estados nacionais, como no caso brasileiro. Para além disso, a modernização desenvolvida no Brasil teve como marca processos que colocaram em segundo plano os princípios igualitários, democráticos e cívico-humanitários. Deste modo, o sentido da instituição de um processo civilizatório no país, via modernização capitalista, trouxe contradições entre aquilo que ocorreu nos contextos da Europa ocidental e o que se desdobrou, por exemplo, na América Latina. Contudo, longe de ser algo alienígena ou um erro de percurso, a partir do debate sobre o desenvolvimento desigual e combinado no contexto de Estados nacionais dependentes, Florestan traz à tona a dialética do desenvolvimento, tanto no plano nacional, como no plano internacional.

* * *

Do ponto de vista da produção intelectual sobre a questão das particularidades do desenvolvimento capitalista no Brasil, Florestan deixou um importante legado, que tem reverberado nos escritos da Geografia acadêmica dos anos 1970 até os dias de hoje. Mas a sua contribuição não se deu somente nos textos que escreveu. Em torno da então Cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, sob responsabilidade de Florestan Fernandes, constituiu-se um grupo de intelectuais que marcaram época na trajetória intelectual das teorias, conceitos e categorias de inspiração marxista no contexto brasileiro (e até mesmo mundial). A partir da criação do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), Florestan formou toda uma rede de intelectuais da envergadura de Octavio Ianni, Maria Sylvia Carvalho Franco, Celso de Rui Beisiegel, Fernando Henrique Cardoso, dentre outros. Mas gostaríamos de destacar outro nome, pela referência que se constituiu nos estudos em Geografia Agrária no Brasil: José de Souza Martins.

A partir de 1962, Florestan inicia um grande projeto de investigação intitulado *Economia e Sociedade no Brasil*. Em torno da cadeira de Sociologia I, vários pesquisadores se voltaram para a compreensão da realidade brasileira sob a orientação, direta ou indireta, do seu docente catedrático. José de Souza Martins, que havia ingressado como estudante na USP no ano anterior, se aproxima do grupo de Florestan Fernandes a partir do projeto iniciado em 1962 (MARTINS, 2013), iniciando desde então uma profícua produção intelectual sobre a particularidade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Muitas das principais ideias de

Florestan sobre o desenvolvimento das relações capitalistas em nosso país aparecem como desdobramentos deste projeto de investigação, ainda que parcialmente, já que algum tempo depois se instalaria o período ditatorial em 1964 e o próprio professor catedrático seria cassado pelo regime em 1969.

O destaque que estamos dando aqui a José de Souza Martins se deve à presença deste nas publicações da Geografia acadêmica, especialmente em relação aos estudos agrários. Em entrevista, A. Oliveira (2019) fez questão de ressaltar em vários momentos a importância desse autor em seu percurso formativo. Como mencionado, outros grandes intelectuais se formaram em torno do CESIT, mas nenhum outro teve tanta repercussão nos escritos de Geografia como Martins. Contudo, antes de entrarmos em alguns dos principais pontos da perspectiva desse autor, vale mencionar que, diferente de Florestan, Trotsky não é um autor-chave para a produção de Martins. Nesse sentido, e seguindo as próprias palavras do autor (MARTINS, 2010 [1979], 2013), é possível afirmar que esse trabalha propriamente com a perspectiva leninista de desenvolvimento desigual, embora a teoria do desenvolvimento desigual e combinado não lhe seja estranha, haja vista este fragmento escrito por ele em prefácio de uma das edições de *A revolução burguesa no Brasil*.

> Nos anos 1960, no cenário do nacional-desenvolvimentismo, as pesquisas sobre empresários, estudantes, negros, classe operária, Estado, procuravam identificar em diferentes categorias sociais os limites estruturais da mudança, a disposição ou indisposição para mudar, as resistências às mudanças social e à possibilidade do desenvolvimento e da modernização. O Brasil moderno se propunha contra o Brasil arcaico. Mas ao mesmo tempo questionava-se o dualismo e tudo se encaminhava para um entendimento do nosso desenvolvimento como desigual e combinado, uma ideia, aliás, subjacente a este livro, que reflete a influência do trotskismo na formação política de Florestan Fernandes […]. (MARTINS, 2006, p. 17)

Um dos principais pontos que sintetizam a posição desse autor é a sua compreensão da articulação entre o arcaico e o moderno como algo estruturante no desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil. Como é possível notar na citação acima, essa perspectiva aparece de modo recorrente nos escritos de Martins; contudo, não Trotsky, mas Rosa Luxemburgo é apontada como sua referência principal para fundamentar a linha de interpretação que advoga. Analisando o movimento das contradições do desenvolvimento

capitalista no campo brasileiro, Martins será responsável por uma leitura *sui generis* das nossas particularidades nacionais.

O autor compreende que existe propriamente uma "produção capitalista de relações não capitalistas de produção no marco da reprodução capitalista do capital de origem não capitalista" (MARTINS, 2010 [1979], p. 19), quando considera a particularidade do Brasil. Essa conclusão se dá quando é considerada a condição do campesinato na sociedade capitalista. Longe de uma visão etapista que defende a tendência à desintegração dessa classe ao longo do desenvolvimento das relações capitalistas, Martins argumenta em favor da recriação da classe. Neste sentido, o campesinato não só não desaparece no capitalismo, como é recriado nos marcos da produção capitalista por ser parte fundamental na totalidade que são as relações capitalistas em países como o Brasil. Para tanto, o autor se vale de uma leitura que analisa o processo de formação do país a partir do século XIX, refletindo sobre a questão do trabalho escravizado e das levas de migrantes europeus que aqui chegaram sob a condição de trabalho livre.

> […] O trabalho escravo fora, na verdade, substituído pelo regime de colonato, que combinava várias relações arcaicas de trabalho, como a prestação gratuita de serviços, a renda em trabalho e a produção direta dos meios de vida. […] Esse capitalismo de dupla face caracterizou-se por ter parte da economia voltada para fora e dependente das exportações e parte voltada para dentro e dependente de formas pré-modernas de organização do trabalho. […] Constituiu-se o que chamei, num livro posterior[59], de a reprodução capitalista de relações não capitalistas de produção, na dialética de tempos históricos desencontrados e articulados, tão própria do capitalismo no Brasil. (MARTINS, 2013, p. 37-38)

Chama a atenção que em fragmentos como esse, e em outras partes dos escritos de Martins, a noção de combinação está muito presente, ainda que o autor deixe clara sua posição sobre a teoria do desenvolvimento desigual. Acerca disso, e se referenciando dessa vez em Henri Lefebvre, Martins (2013, p. 238) argumenta que é "na dialética de uma orientação teoricamente crítica do real que se pode compreender" o "desenvolvimento desigual que está no âmago das contradições sociais que determinam, mediatizando-o o movimento pelo qual a sociedade tende a se repetir e a se transformar ao mesmo tempo". Como vimos no capítulo anterior, Lefebvre tem em Lenin sua fonte principal quando discute a

59 Aqui o autor está se referindo ao livro *O cativeiro da terra* (MARTINS, 2010 [1979]).

questão do desenvolvimento desigual. Além do mais, o próprio Martins se vale de Lenin, no texto de apresentação de *O cativeiro da terra*, quando menciona sumariamente o tema. Ainda assim, não deixa de ser curioso como o debate sobre a fusão entre o arcaico e o moderno é persistente em seus escritos sobre as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

> […] O atraso social e econômico em relação ao modelo que se desenhava na ponta do processo histórico não era obstáculo ao desenvolvimento econômico, mas seu resultado e condição ao mesmo tempo. […] Observei que os bloqueios à modernização não vinham de uma socialização imprópria das classes sociais para a modernização. Vinham das singularidades da reprodução ampliada do capital nas condições de uma sociedade de origem colonial e escravista, que fizeram da renda territorial e, portanto, do tributo, um modo peculiar de acumulação. No caso brasileiro, o capitalismo não é exatamente o mesmo do modelo europeu e americano […]. (MARTINS, 2013, p. 218-219).

Na visão desse autor, o primeiro passo que temos que levar em conta é justamente a não repetibilidade do "modelo" de desenvolvimento das relações capitalistas de países europeus, ou mesmo dos Estados Unidos, em contexto como o do Brasil. Há uma particularidade em nossa realidade nacional que indica a consideração das peculiaridades dos processos que aqui se estabeleceram, por exemplo, quando consideramos o campesinato. Esse, que é tido como atrasado frente à modernização capitalista, é recriado sob os auspícios do próprio modo de produção, compondo a sua totalidade aberta e em movimento. Considerando especificamente os horizontes de nossa investigação, não é de todo estranho quando alguns escritos da Geografia acadêmica no Brasil tratam Martins como uma referência do debate sobre como o desenvolvimento desigual e combinado, como será apresentado no capítulo seguinte. Analisando todo o debate teórico que envolve a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, vemos que, no mínimo, dois termos importantes dessa perspectiva aparecem frequentemente na obra de José de Souza Martins: "combinação" e "atraso". Como vimos, Trotsky é tratado por alguns como o teórico do papel do atraso no desenvolvimento das relações capitalistas. Acreditamos, contudo, que isso pode ser devido à própria influência direta de Florestan na formação de Martins. Mesmo que Trotsky não seja uma referência para a obra do autor, Florestan indiretamente cumpriu essa função.

Quando consideramos os últimos dois autores analisados, Florestan Fernandes e José de Souza Martins, um aspecto chama a atenção: é na década de 1970 que ambos publicam livros onde o debate sobre as particularidades do desenvolvimento desigual capitalista no Brasil ganha um destaque substantivo. Ainda que *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, de 1968, também seja um importante marco na produção acadêmica de Florestan sobre essa questão, esse foi um texto que deu base para sua maior síntese, *A revolução burguesa no Brasil*, de 1975. Da parte de Martins, temos *O cativeiro da terra*, de 1979. Neste sentido, é fundamental entendermos que esse momento deve ser considerado como um marco de descontinuidade no movimento da teoria do desenvolvimento desigual e combinado no Brasil, clímax de uma primeira rodada de recepção e apropriação do constructo teórico. Somam-se a esse momento outras duas publicações, dessa vez sob autoria de um outro importante nome para o debate que trazemos aqui: Francisco de Oliveira. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*, que teve sua primeira versão em 1972, e *Elegia para uma re(li)gião*, de 1977, são duas obras que tem no desenvolvimento desigual e combinado uma teoria fundante para a compreensão das peculiaridades do capitalismo no Brasil.

* * *

De todos os intelectuais que tratamos neste capítulo, Francisco de Oliveira foi um dos que teve a vida mais atravessada por diferentes experiências profissionais, o que influenciou de forma direta a sua produção acadêmica anos depois. Nos anos 1950, recém-formado em Ciências Sociais pelo que viria a ser a atual Universidade Federal de Pernambuco, F. Oliveira foi trabalhar no Banco do Nordeste, quando passou por vários cursos sobre a economia brasileira sob inspiração da orientação desenvolvimentista da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), órgão ligado às Nações Unidas. Após uma passagem pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, decidiu se aprofundar no debate trazido pela CEPAL em relação à questão do desenvolvimento em países como o Brasil. Nessa experiência, conheceu Celso Furtado, que o levou para trabalhar, em 1959, na recém-criada Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Foi expulso do país em 1964, por ocasião do golpe de Estado, indo trabalhar diretamente como perito das Nações Unidas em países da América Latina (OLIVEIRA F., 2002).

Essa rica e intensa trajetória de F. Oliveira o colocou em contato com diferentes perspectivas de desenvolvimento, além de experiências diversas de como as relações capitalistas se realizam de modo desigual, tanto considerando as diferentes regiões do Brasil, quanto os diferentes cenários da América Latina. Nas palavras do próprio autor, isso viria a ser fundamental quando, no final dos anos 1960, regressa ao Brasil, vindo do México, e decide se debruçar sobre a análise das particularidades do desenvolvimento brasileiro (RIDENTI; MENDES, 2012). Em 1971 recebe o convite de Octávio Ianni[60], outro notável intelectual vinculado ao CESIT, para se integrar ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). À época, o CEBRAP congregava um conjunto de pesquisadores de altíssimo gabarito, alguns dos quais vinculados ao CESIT (Fernando Henrique Cardoso e o próprio Octávio Ianni são exemplos), e/ou derivados da geração que construiu, nos anos 1950 e 1960, os famosos Seminários Marx[61] em São Paulo (a exemplo de José Arthur Gianotti e Roberto Schwarz).

A experiência de Francisco de Oliveira no CEBRAP foi fundamental para sua aproximação com o marxismo e com todo o debate que traria a partir de 1972 com *A economia brasileira: crítica à razão dualista*, texto originalmente publicado na revista da instituição. Como ele relatou em entrevista a "[…] entrada no CEBRAP foi decisiva. Eu acho que foi a grande aquisição que tive nos anos 1970. Porque aí eu me enderecei decisivamente para pensar a sociedade através do marxismo. Havia um ambiente muito estimulante." (RIDENTI; MENDES, 2012, p. 603). Curiosamente, o primeiro grande texto que F. Oliveira produz nesse contexto é justamente uma crítica à perspectiva de alguns dos principais nomes do CEBRAP, notadamente a Fernando Henrique Cardoso. O arcaico e moderno no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que esse via como divergente, F. Oliveira enxergava como amalgamado, compreensão que foi construindo a partir da combinação entre a experiência que teve nos anos anteriores e o acesso que passou a ter ao debate marxista.

---

60 Não temos nenhuma dúvida de que Octávio Ianni foi um outro autor fundamental na recepção e apropriação da teoria do desenvolvimento desigual e combinado no Brasil. Isso está expresso em alguns de seus textos (IANNI, 1992). Contudo, dados os limites investigativos da nossa pesquisa, escolhemos por não tratar desse autor por conta deste não ser frequentemente mencionado como uma fonte na Geografia acadêmica quando o assunto é a teoria do DDC. Não obstante, a conexão entre Ianni e essa teoria já foi evidenciada em outros textos (ver DEMIER, 2005)

61 De modo bastante resumido, os Seminários Marx foram eventos desenvolvidos por um grupo de jovens pesquisadores (estudantes e/ou docentes) da Universidade de São Paulo que, nos anos 1950 e 1960, empreenderam uma intensa rotina de estudos da obra de Karl Marx, sendo, portanto, fundamental na recepção do marxismo no ambiente acadêmico brasileiro. Para mais informações sobre o Seminário Marx ver Sader *et al*, 2017.

> O fato era que eles [CEBRAP] conheciam muito pouco. O marxismo deles era muito acadêmico. Era de bom nível, mas era muito acadêmico. E conheciam muito pouco o Brasil. Então, o que eu trouxe foi experiência de vida. Teoricamente, eu era fraco. Tanto que, se você vai ver, as minhas referências bibliográficas são quase nulas. Eu tirei a viola do saco não sei como. Era muito da experiência que a SUDENE me deu, porque a SUDENE, no fim das contas, era um órgão governamental, então você conhecia por dentro como funcionava o Estado brasileiro, pelo menos naquela parte referente à questão regional. Eu fui militante socialista no Recife. Recife era uma cidade operária. Para alguém de esquerda, era difícil ser indiferente àquela experiência operária. O Partido Comunista era muito forte no Recife. Eu não fui do partidão, mas meus colegas de geração quase todos foram. Eu trazia uma experiência muito vivida. Era teoricamente frágil, mas muito mergulhada. Não era uma experiência de participação política mais séria. E eu observava muito. Se você tiver olhos para ver, você aprende muito. (RIDENTI; MENDES, 2012, p. 604-605)

Os primeiros debates que Francisco de Oliveira travou na segunda metade do século XX trazem como fundamento uma releitura sobre a condição do país em relação ao subdesenvolvimento. Assim, para o autor, é mais do que necessário romper com uma leitura na qual a condição de país subdesenvolvido é um estágio para que um dia o mesmo Estado nacional se torne um país desenvolvido. F. Oliveira indica que o subdesenvolvimento é produto da expansão do capitalismo, não é uma anomalia, tampouco uma etapa. O capitalismo se conformou como tal ao longo dos séculos produzindo desigualdades e, neste processo, delineando aquilo que ficou conhecido como os países subdesenvolvidos.

> […] No plano teórico, o conceito do subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor "atrasado" e um setor "moderno", não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado "moderno" cresce e se alimenta da existência do "atrasado", se se quer manter a terminologia. (OLIVEIRA F., 2003 [1972], p. 32)

Desta forma, o autor vai no sentido de rebater a ideia de subdesenvolvimento como uma evolução truncada. Só é possível, então, compreender a condição de país

subdesenvolvido tendo em conta a divisão internacional do trabalho e como esta vai se reconfigurando ao longo das décadas. Ou seja, cada país assume uma determinada localização dentro desta divisão e são justamente as relações entre o Estado nacional, frações do capital intrafronteira e frações do capital extrafronteira que estabelecem a condição do subdesenvolvimento. Com isto, F. Oliveira ressalta a leitura dialética da relação entre universalidade e particularidade para definir como somente é possível pensar no subdesenvolvimento à luz dos processos que se estabelecem em nível global.

Partindo também do nosso processo de colonização, o autor considera como a condição de subdesenvolvimento de países como o Brasil deve ser buscada no longo processo histórico de constituição do capitalismo mundialmente.

> Nascemos, como todos os países da América, dos dolorosos e cruéis processos de formação do Novo Mundo a partir das descobertas (?) ibéricas. Conosco renasceu também o Velho Mundo. Uma extraordinária combinação: o novo, financiando a acumulação de capital – numa época em que os metais preciosos eram a forma por excelência do dinheiro –, provocou o renascimento do velho. Uma colonização inteiramente nova, cujo objetivo nunca foi, como nos séculos anteriores, apenas a conquista territorial – mesclavam-se propagação da fé cristã, comércio e exploração de riquezas comerciais. Conosco nasceu a modernidade. Éramos contemporâneos dela, seus fautores, junto com nossos conquistadores. (OLIVEIRA F., 2018 [2006], p. 27)

Desta forma, Francisco de Oliveira entende que o processo de desenvolvimento combinado não acontece somente na escala do Brasil, como geralmente estão voltadas suas argumentações, mas também deve ser compreendido internacionalmente dentro do próprio processo de constituição do capitalismo como tal. É possível perceber como este autor parte de alguns debates que já são colocados por Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes, assim como também os desenvolve profundamente. Mas uma peculiaridade que queremos chamar a atenção nos escritos de Francisco de Oliveira é a menção direta à teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Ainda que anteriormente já existam importantes *insights* nos quais é possível perceber a teoria (notadamente em alguns escritos de Florestan Fernandes, como mencionamos), F. Oliveira é pioneiro numa abordagem que usa a teoria *stricto sensu* de modo explícito. Vejamos essa passagem de *A economia brasileira: crítica à razão dualista*.

> […] A evidente desigualdade de que se reveste que, para usar a expressão famosa de Trotsky, é não somente desigual mas combinada, *é produto antes de uma base capitalística de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial e a conversão da economia pós-ano 1930, que da existência de setores "atrasado" e "moderno"*. Essa combinação de desigualdades não é original: em qualquer câmbio de sistemas ou de ciclos, ela é, antes, uma presença constante. A originalidade consistiria talvez em dizer que – sem abusar do gosto pelo paradoxo – a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo *preserva* o potencial de acumulação liberado *exclusivamente* para os fins de expansão do próprio novo[...]. (OLIVEIRA F., 2003 [1972], p. 59-60, itálico do autor)

Mais do que uma menção direta a Leon Trotsky, F. Oliveira faz uso da teoria, em especial do termo combinado, em toda a sua reflexão sobre o desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil. Na concepção do autor, é considerando o par arcaico-moderno que temos uma das principais chaves analíticas para o desvelamento das contradições do capitalismo no país. Isto pode ser percebido no urbano, mas de modo ainda mais evidente no campo, a partir da forma como o campesinato foi incorporado na dinâmica da formação de um mercado tipicamente capitalista desde o século XIX. Neste raciocínio, ressaltamos a forma como F. Oliveira (e muitos autores na contemporaneidade) trata a noção de acumulação primitiva.

Quando consideramos a constituição do capitalismo monopolístico na transição do século XIX para o século XX, as relações entre as economias centrais e as economias periféricas (muitas destas ex-colônias das primeiras) seriam fundamentais para a concentração de riquezas no centro e de pobreza na periferia. Mas este processo não se limita a este contexto espaço-temporal. Ao longo do século XX, novas marchas expropriatórias são estabelecidas, novas periferias são formadas, muitas destas no interior de velhas periferias. Assim, o que temos é a constatação de que o capitalismo se desenvolve elaborando periferias e a acumulação primitiva não se restringe a contextos específicos, ela é estrutural. No caso brasileiro, o que temos é aquilo que F. Oliveira intitula de "especificidade particular": o desenvolvimento das relações capitalistas aqui primeiramente criou periferias que anteriormente não existiam para então estabelecer a concentração de capital.

> É possível perceber que o elemento estratégico para definir o conjunto das relações na economia como um todo passou a ser o tipo de relações de produção estabelecido entre o capital e o trabalho na indústria. Mas, longe do modelo "clássico", em que esse elemento estratégico tende a "exportar-se" para o restante da economia, no caso brasileiro – e é possível reconhecê-lo em outros países – a implantação das novas relações de produção no setor estratégico da economia tende, por razões em primeiro ligar históricas, que se transforma, em razões estruturais, a perpetuar as relações não-capitalistas na agricultura e a criar um padrão não-capitalístico de reprodução e apropriação do excedente num setor como o dos serviços. A "especificidade particular" de um tal modelo consistiria em reproduzir e criar uma larga "periferia" onde predominam padrões não-capitalísticos de relações de produção, como forma e meio de sustentação e alimentação do crescimento dos setores estratégicos nitidamente capitalistas, que são a longo prazo a garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema. (OLIVEIRA F., 2003 [1972], p. 69)

Esse processo de criação de novas periferias é um dos principais desdobramentos do desenvolvimento desigual e combinado. Em países como o nosso, a demanda por extração de mais valor cria um ambiente no qual as desigualdades são agudizadas pela simbiose entre o arcaico e o moderno. Embora com as devidas distinções, essas particularidades do desenvolvimento das relações capitalistas em escala nacional são abordadas por autores do campo marxista principalmente a partir do debate de Lenin sobre a via prussiana (1980 [1908]), mas ganham destaque com os já mencionados escritos de Trotsky, além da seminal contribuição analítica apresentada por Lukács (1968 [1957]) para o debate sobre a relação entre particularidade e universalidade no pensamento dialético.

Naquilo que seria uma espécie de "via brasileira", os argumentos que são colocados por F. Oliveira para pensarmos sobre o desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil nos levam a uma interpretação de um ciclo vicioso da economia nacional na qual interesses internos e externos se combinam na reiteração do caráter dependente no contexto da divisão internacional do trabalho. A metáfora utilizada pelo autor para interpretar esta especificidade particular é a do ornitorrinco. Nessa, as condições desigual e combinada do desenvolvimento das relações capitalistas vão se agudizando com o passar do tempo.

> O ornitorrinco é isso: não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido e aproveitar as brechas que a Segunda Revolução Industrial propiciava. Não há possibilidade de avançar, no sentido da acumulação digital-molecular: as bases internas da acumulação são insuficientes, estão aquém das necessidades para uma ruptura desse porte. Restam apenas as

> "acumulações primitivas", tais como as privatizações propiciaram: mas agora com o domínio do capital financeiro, elas são apenas transferências de patrimônio, não são, propriamente falando, "acumulação". O ornitorrinco está condenado a submeter tudo à voragem da financeirização, uma espécie de "buraco negro": agora será a previdência social, mas isso o privará exatamente de redistribuir a renda e criar um novo mercado que sentaria as bases para a acumulação digital-molecular. O ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão. (OLIVEIRA F., 2003, p. 150)

Assim, tanto a acumulação primitiva, quanto o desenvolvimento desigual e combinado, são fundamentos importantes levantados pelo autor para pensarmos o Brasil, e tantos outros cenários nacionais ao redor do mundo, no contexto do século XXI. São constructos teóricos que não estão condenados a explicarem somente a constituição do capitalismo imperialista na transição dos séculos XIX e XX, muito pelo contrário. A forma própria de reprodução do capital em contextos de dependência econômica implica considerar estas determinações, sem com isso desconsiderar as novas facetas do desenvolvimento capitalista na contemporaneidade.

Ainda sobre Francisco de Oliveira, vale a pena mencionar o debate feito por ele ao tratar do conceito de região em *Elegia para uma re(li)gião*, de 1977. Esse livro, junto com a *Crítica à razão dualista*, são as duas principais referências vinculadas ao autor quando serve de fonte para a teoria do desenvolvimento desigual e combinado na Geografia no Brasil. Em entrevista, Conceição (2021) enfatiza a importância que esse autor tinha nos anos 1980 no Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe. "Quando eu vou fazer mestrado, na seleção, o livro *Elegia para uma re(li)gião* me encantou. Era leitura obrigatória para a seleção". Sobre esse escrito de 1977, o uso mais direto da teoria passa pelo esforço do autor de construir um conceito de região em que fosse dado relevo às dimensões econômicas e políticas da escala subnacional. Aqui, a todo momento, a preocupação do autor passa pela leitura da homogeneização das relações capitalistas frente às diferenciações existentes no território, como na citação que segue.

> […] Desse ponto de vista, podem e existem "regiões" em determinado espaço nacional, tanto mais determinadas quanto sejam diferenciados os processos assinalados, e, no limite, conforme já se sugeriu anteriormente, num sistema econômico de base capitalista, existe uma *tendência* para a completa homogeneização da reprodução do capital e de suas formas, sob a

> égide do processo de concentração e centralização do capital, que acabaria por fazer desaparecer as "regiões", no sentido proposto por esta investigação. Tal tendência quase nunca chega a materializar-se de forma completa e acabada, pelo próprio fato de que o processo de reprodução do capital é por definição desigual e combinado […]. (OLIVEIRA F., 2008 [1977], p. 146, itálico do autor)

Ao ler essa passagem, fica nítida a possibilidade de diálogo que podemos traçar entre o argumento de F. Oliveira e o que está contido no livro *Desenvolvimento desigual*, do geógrafo Neil Smith (1988b [1984]). Mas uma grande distinção separa os dois autores: F. Oliveira dá muito mais peso ao processo de homogeneização derivado do desenvolvimento das relações capitalistas, ao passo que Smith dá um peso equivalente à tendência que se contrapõe à homogeneização: a diferenciação. Essa distinção não é pouca coisa. No âmago, F. Oliveira tem uma percepção da região como algo que tende ao desaparecimento no modo como é tratada em seu livro, reafirmando o seu iminente fim como *tendência* para a completa homogeneização da reprodução do capital e de suas formas. Isso está diretamente associado ao processo de homogeneização das relações capitalistas enquanto totalização. Esse argumento não só é contundente em seu texto de 1977 como acompanha sua concepção sobre o debate por toda sua trajetória (conforme entrevista dada por ele a RIDENTI; MENDES, 2012). Ainda vale salientar que, diferente do sociólogo brasileiro, o geógrafo escocês não trata propriamente da dimensão combinada do desenvolvimento, o que trataremos no próximo subcapítulo.

Não é nosso propósito na tese nos aprofundarmos no debate sobre o desaparecimento das regiões que F. Oliveira traz, contudo, o que nos chama a atenção é a ênfase que o autor dá à compreensão do desenvolvimento enquanto desigual e combinado como argumento central para a existência das regiões. Em vários textos de F. Oliveira esse debate reaparece a partir da sua compreensão de capitalismo inacabado e/ou imperfeito, principalmente quando trata do desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil. Ainda em se tratando de *Elegia para uma re(li)gião*, vemos no fragmento que segue como novamente o debate sobre o desenvolvimento desigual e combinado reaparece nos termos da relação entre homogeneização e diferenciação.

> […] O que preside o processo de constituição das "regiões" é o modo de produção capitalista, e dentro dele, as "regiões" são apenas espaços socioeconômicos onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais,

> homogeneizando a "região" exatamente pela sua predominância e pela consequente constituição de classes sociais cuja hierarquia e poder são determinados pelo lugar e forma em que são *personas* do capital e de sua contradição básica. E enfatiza-se, uma vez mais, que uma "região" assim *tende* a desaparecer – embora alguns exemplos históricos atuais deem conta de sua longa resistência aos processos de câmbio mais abrangentes – na mesma medida em que as várias formas do capital se fusionam, primeiro pela predominância do capital industrial, depois pela fusão entre capital bancário e industrial, dando lugar ao capital financeiro e posteriormente, na etapa monopolista do capital, pela especial fusão entre Estado-capital. Não reconhecer, entretanto, que existem marcadas diferenças entre as várias formas de produção do valor dentro do capitalismo é não reconhecer, em primeiro lugar, e a nível mais abstrato, a lei do desenvolvimento desigual e combinado, e mais concretamente, *o processo de constituição* do próprio capital enquanto relação social. (OLIVEIRA F., 2008 [1977], p. 149-150, itálico do autor)

Vale colocar que, nessa passagem do livro, o autor traz uma nota de rodapé após mencionar a "lei do desenvolvimento desigual e combinado" na qual menciona dois livros que lhe dão lastro: *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, de Vladimir Lenin, e *A história da Revolução Russa*, de Leon Trotsky. Estava claro para Francisco de Oliveira que ambos os autores russos eram fundamentais para a compreensão do desenvolvimento desigual e combinado, até porque como tratamos no capítulo anterior, o segundo desdobra alguns dos argumentos que o primeiro já tinha colocado em debate.

Até aqui, podemos notar como este contexto de reflexão crítica no Brasil foi importante no processo de recepção do debate sobre as contradições do desenvolvimento capitalista nas Ciências Humanas e Sociais em nosso país. Autores como Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, José de Souza Martins e Francisco de Oliveira foram fundamentais nos anos 1950, 1960 e, principalmente, 1970 para a constituição de uma reflexão *sui generis* sobre o capitalismo brasileiro. Sem sombra de dúvidas, escapando inclusive das fronteiras disciplinares, esse legado crítico também será fundamental para a Geografia, ainda que nenhum desses autores tenha uma trajetória voltada propriamente para essa ciência[62]. Dessa forma, a compreensão da recepção e apropriação da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia acadêmica no Brasil passa por essa reflexão. E aos autores até aqui

62 Embora, reiteramos, a necessária ponderação quanto a Caio Prado Júnior que, além de ter a formação em Geografia e História, tinha relações estreitas com nomes importantes da História da Geografia no Brasil, tais como Pierre Monbeig e Manuel Correia de Andrade.

mencionados, vale a pena adicionar um outro grupo, qual seja, os estudiosos da Teoria Marxista da Dependência (TMD).

* * *

Ainda nos anos 1960, na recém-criada Universidade de Brasília, formou-se uma efervescente gama de jovens docentes e estudantes interessados em se aprofundar nos escritos marxistas a partir da constituição de um grupo de estudos de *O capital*. Desse grupo fizeram parte três nomes que viriam a ser fundamentais para uma interpretação do desenvolvimento das relações capitalistas na América Latina: Ruy Mauro Marini (2000 [1973], 2012 [1969]), Theotônio dos Santos (1994 [1972-1976], 2011 [1978]) e Vânia Bambirra (1993 [1981], 2013 [1973]). Contando também com a colaboração do economista alemão André Gunder Frank, convidado diretamente por Darcy Ribeiro para ser professor da Universidade de Brasília, esse grupo ganhou uma proeminência ainda maior ao longo dos anos 1970. Com o golpe de 1964, e toda a perseguição aos intelectuais marxistas nas instituições de ensino brasileiras, o exílio foi o caminho percorrido pelos três brasileiros supracitados, o que, não obstante, representou um importante momento de ascenso intelectual de suas produções no mundo, escrevendo principalmente a partir do Chile (pré-golpe de 1973) e do México (WASSERMAN, 2017). Ainda que reconheçamos a necessidade de evidenciar os autores da Teoria Marxista da Dependência frente ao ainda frequente lapso de escritos sobre esta importante contribuição de intelectuais brasileiros para o marxismo na América Latina (e para o mundo, dada a repercussão que tiveram e continuam tendo), focalizaremos aqui em apenas dois pontos da Teoria Marxista da Dependência: a) principais argumentos trazidos pelos autores, muito no sentido do que fizemos em relação aos quatro autores anteriores, ainda que de modo mais sintético; e b) possíveis conexões intelectuais entre o debate que eles trazem e a teoria do desenvolvimento desigual e combinado nos marcos que argumentamos na capítulo anterior.

A Teoria Marxista da Dependência pode ser entendida como um esforço intelectual que buscou compreender a realidade do desenvolvimento das relações capitalistas em países com passado colonial, notadamente nações latino-americanas. Um dos fundamentosprincipais colocados pelos autores é a necessidade de refutar leituras profundamente marcadas pela universalidade do capitalismo quando desprovidas de suas dimensões particulares e

singulares. Nesse sentido, e dialogando com toda a tradição que se abre a partir de Lenin, a Teoria Marxista da Dependência concorda que existem processos universais de desenvolvimento das relações capitalistas, contudo junto a esses temos outros processos que o particularizam a partir da realidade de cada nação e/ou região do mundo. Como argumenta Marini (2000 [1973], p. 106), em relação à América Latina, "[…] mais que um capitalismo, o que temos é um capitalismo *sui generis*, que só ganha sentido se o contemplamos tanto a nível nacional como, principalmente, a nível internacional.". É, portanto, a busca do que seria uma espécie de peculiaridade do capitalismo na América Latina que os autores vão elaborando suas investigações.

No intento de entender a particularidade do desenvolvimento capitalista em países como o Brasil, o Chile e o México, os autores elaboram o conceito de dependência. A partir deste termo, a Teoria Marxista da Dependência parte de um pressuposto essencial e historicamente relacional para a compreensão dessa particularidade. Dependência implica na compreensão da relação entre países que foram, ao longo do tempo, colônias ou metrópoles, bem como o processo histórico de cada um, conectando isso com as possíveis relações centro-periferia daí derivadas em diferentes dimensões. Mas estas relações não são entendidas em completa oposição, mas com o objetivo de desmistificar, por exemplo, os antagonismos que são vinculados a frações da burguesia como sendo "agentes de dentro" (leia-se a noção de burguesia nacional) ou "agentes de fora" (leia-se grandes conglomerados imperialistas estrangeiros).

> A dependência, como se pode ver, não é a relação de uma economia nacional nativa com uma economia que a submete, mas sim é uma relação básica que constitui e condiciona as próprias estruturas internas das regiões dominadas ou dependentes. Por dependência entendemos uma situação econômica na qual certas sociedades têm a sua estrutura condicionada pelas necessidades, as ações e os interesses de outras economias que exercem sobre elas um domínio. O resultado é que estas sociedades se definem de acordo com esta *situação condicionante*, que estabelece o marco para o seu desenvolvimento e para as respostas diferenciadas que elas oferecem, sempre submetidas aos estímulos produzidos pela economia e sociedade dominantes. Entretanto, em última instância, elas não estão *determinadas* por esta situação condicionante, e sim pelas forças internas que as compõe. É o caráter destas forças internas que explica a sua situação dependente e também a sua capacidade de enfrentamento ou submissão aos impulsos externos que as condicionam. (DOS SANTOS, 1994 [1972-1976], p. 15-16, itálico do autor)

Neste sentido, as relações que se estabelecem entre nações de capitalismo dependente com os países que dominam são de subordinação estrutural, ainda que se tratem de nações independentes. As relações de produção nas nações dependentes são condicionadas por processos que ocorrem fora de suas fronteiras, não havendo uma completa autonomia, por exemplo, na consecução de políticas públicas ou mesmo no modo como as diferentes frações da burguesia lidam com desafios que aparecem em seu plano nacional. Não é à toa, inclusive, que após o golpe parlamentar que o governo Dilma Rousseff recebeu, tem crescido muito o interesse de pesquisadores brasileiros pela Teoria Marxista da Dependência, na busca de entender particularidades do comportamento da burguesia nacional em nosso país.

Como afirmado pelos próprios autores, a Teoria Marxista da Dependência deve ser lida como uma abordagem tributária da teoria leninista do imperialismo, o que, em certa medida, não deixa de ser uma convergência importante com a teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Marini afirma que "[p]ara lutar contra o imperialismo é indispensável entender que não se trata de um fator externo à sociedade nacional latino-americana, mas, pelo contrário, forma o terreno no qual esta sociedade finca suas raízes e constitui um elemento que a permeia em todos seus aspectos." (2012 [1969], p. 27-28). Assim, o autor está frisando que a luta de classes que envolve interesses populares contra o imperialismo em suas diferentes dimensões também se estabelece no interior da própria realidade nacional e não como uma relação simplista de interesses nacionais contra interesses internacionais, já que a própria constituição da burguesia em cada país latino-americano é permeada pelos condicionantes imperialistas.

De toda esta rica contribuição dos autores da Teoria Marxista da Dependência surgiram conceitos que ainda precisam ser profundamente considerados nas análises das Ciências Humanas e Sociais no Brasil, tais como os de subimperialismo, intercâmbio desigual, transferência de valor e superexploração da força de trabalho. Não obstante, vamos nos deter aqui às possíveis conexões intelectuais entre a Teoria Marxista da Dependência e a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, dados os limites de nossa investigação. Como já argumentamos, existe uma base comum entre ambas, que busca referência tanto na contribuição mais geral de Marx e Engels, como especialmente nos escritos de Lenin. Para além disso, em vários momentos os autores tratam de pontos que podem ser associados ao legado da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, chegando, às vezes, a mencionar o constructo teórico em seus textos. Vejamos essas duas passagens abaixo.

> […] o "atraso" dos países dependentes foi uma *consequência* do desenvolvimento do capitalismo mundial, e, ao mesmo tempo, a *condição* desse desenvolvimento nas grandes potências capitalistas mundiais. Os países capitalistas desenvolvidos e os países periféricos formam uma mesma unidade histórica, que tornou possível o desenvolvimento de alguns e inexorável atraso de outros. (BAMBIRRA, 2013 [1973], p. 44, itálico da autora)

> Em outras palavras, é o funcionamento do capitalismo mundial que, ao especializar as economias periféricas como monoprodutoras, provoca sua modernização, o que, por sua vez, gera os elementos para a diversificação da produção que conduz à superação da especialização e da divisão internacional do trabalho sob as formas existentes até então, afirmando assim a lei do desenvolvimento desigual e combinado. (BAMBIRRA, 2013 [1973], p. 77, sublinhado nosso)

No primeiro fragmento temos o que poderíamos chamar de uma menção indireta ao desenvolvimento desigual e combinado quando a autora trata da relação entre o "atraso" e o "desenvolvimento" como uma "unidade histórica". Em outras palavras, é a compreensão de que aquilo que é entendido como arcaico não se constrói como anomalia, mas como parte fundante do moderno. Já no segundo fragmento temos o mesmo raciocínio como lastro para a compreensão da relação entre países dependentes e países desenvolvidos na divisão internacional do trabalho, só que dessa vez com menção direta à "lei do desenvolvimento desigual e combinado". Contudo, uma importante ressalva precisa ser colocada em tela. Em nenhuma das citações acima, bem como em outras dos autores da Teoria Marxista da Dependência que tivemos acesso, encontramos qualquer indicação de Trotsky como referência.

A bem da verdade, Trotsky não só não era uma referência central para os autores da Teoria Marxista da Dependência (diferente de Marx, Engels e Lenin, por exemplo), como encontramos passagens em que os mesmos apontam críticas profundas ao autor de *A história da Revolução Russa*. Além da constituição do grupo de estudos de *O capital* na Universidade de Brasília, Marini, Bambirra e dos Santos criaram e dirigiram nos anos 1960 a Organização Revolucionária Marxista, que ficou mais conhecida como POLOP, sigla derivada do jornal do grupo chamado *Política Operária*. Ao refletir sobre essa organização, Marini (2012 [1969], p. 100-101) faz questão de frisar suas diferenças com o que ele chama de "reduzida fração

trotskista" existente à época no cenário das diferentes forças políticas no Brasil de então. Talvez uma das passagens que melhor expressa este distanciamento que o grupo da Teoria Marxista da Dependência estabeleceu frente aos escritos de Trotsky pode ser lido na seguinte citação.

> Não obstante o seu respeito e admiração por Lenin, nem Trotsky se preocupou em sistematizar a contribuição do leninismo, seja da sua concepção sobre a estratégia e a tática da revolução, da tomada do poder, seja dos seus enriquecimentos da teoria do socialismo. Em contrapartida, muitas vezes trata de apoiar-se em Lenin, no intuito de formular a sua própria visão com respeito a situação russa. Contudo, jamais chegou a elaborar, nem no terreno da concepção estratégico-tática para a revolução, nem no terreno da teoria do socialismo, uma contribuição que tivesse uma importância tão transcendental como a de Lenin. Apesar de sua brilhante carreira como historiador marxista, sua argúcia e elegância analítica e descritiva do fenômeno revolucionário russo e do capitalismo de sua época, as suas tentativas de universalização da experiência particular que ele viveu e ajudou a configurar deixam entrever, por vezes, algo como uma transposição mecânica de um modelo […]. (BAMBIRRA, 1993 [1981], p. 263)

Diante dessa argumentação, é possível afirmar que é um equívoco atribuir o debate trazido pelos autores da Teoria Marxista da Dependência como derivação direta da teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky, embora reconheçamos a origem comum de ambas quando levamos em consideração a teoria leninista do imperialismo. Trotsky não era um autor desconhecido para os intelectuais da Teoria Marxista da Dependência, até porque o próprio Ruy Mauro Marini foi tradutor de alguns textos do autor russo para o português, conforme apontado por Chilcote (2012). Ainda que em alguns momentos o termo "lei do desenvolvimento desigual e combinado" apareça nos escritos de, principalmente, Bambirra e dos Santos, não existe uma clara conexão intelectual entre esses autores e o legado de Trotsky. Isso pode ser entendido então como uma menção ao constructo trotskista sem, contudo, a devida fundamentação no autor russo, aspecto que também veremos em textos da Geografia acadêmica no Brasil[63].

63 Ronald H. Chilcote (2012) apresenta a argumentação de que alguns termos da tradição trotskista teriam sido incorporados de modo indireto e não intencional pelas Ciências Humanas e Sociais na América Latina, a exemplo de "atraso" e "capitalismo tardio", incluindo nesse bojo a TMD. Não houvessem os já mencionados fragmentos que trouxemos sobre o conhecimento e a posição crítica que os autores da TMD tiveram em relação a Trotsky, a linha de argumentação do autor poderia servir como norte. Contudo, esse não parece ser o caso.

Não obstante, apenas a título de ponderação, não acreditamos que haja uma completa divergência entre a abordagem proposta pela Teoria Marxista da Dependência e os escritos sobre o desenvolvimento capitalista na Rússia feitos por Trotsky. O exercício que temos feito de diferenciação das trajetórias intelectuais de algumas das principais teorias marxistas que versam sobre o desenvolvimento contraditório das relações capitalistas vai mais no sentido de traçar um quadro que nos ajude no entendimento dos processos de recepção e apropriação da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia acadêmica no Brasil do que propriamente um esforço exegético de apartamento entre teorias, conceitos, categorias. Principalmente quando temos uma base comum na teoria do imperialismo de Lenin, caso tanto do desenvolvimento desigual e combinado quanto da Teoria Marxista da Dependência. Nos últimos anos, alguns autores têm construído ricas argumentações que justamente colocam em diálogo essas teorias, a exemplo de Antunes de Oliveira (2019). Como argumentado por esse autor, existem algumas pontos importantes na Teoria Marxista da Dependência que podem ser problematizadas e aperfeiçoadas à luz dos debates em torno da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, bem como conceitos como os de superexploração da força de trabalho e facismo periférico podem apresentar fundamentos importantes para uma leitura da América Latina a partir da teoria trotskista.

* * *

Com essa visão panorâmica do debate sobre o desenvolvimento contraditório das relações capitalistas no Brasil, objetivamos evidenciar o contexto espaço-temporal de difusão, recepção e apropriação da teoria do desenvolvimento desigual e combinado no âmbito das Ciências Humanas e Sociais no país. É claro que focalizamos em alguns nomes em detrimento de outros, mas isso se justifica pela necessidade de iluminarmos aqueles que, conforme os rumos de nossa investigação, se mostraram ser algumas das fontes mais frequentes quando o assunto é a menção à teoria do desenvolvimento desigual e combinado na Geografia acadêmica no Brasil. Até aqui, temos que o final dos anos 1960, avançando pela década de 1970 é, por excelência, o momento em que emerge de modo substancial o debate marxista sobre as teorias do desenvolvimento desigual. Em termos espaciais, temos a proeminência de São Paulo, ainda que a Universidade de Brasília tenha sido um importante lócus até o golpe de 1964. Esse cenário, contudo, se mostrará bem mais complexo e diverso quando

considerarmos as trajetórias intelectuais de alguns dos nossos entrevistados no próximo capítulo.

Toda a contribuição intelectual de autores como os que mencionamos neste subcapítulo não passaram ao largo daqueles que construíam a Geografia acadêmica à época, dentro e fora de São Paulo. Se a Revolução Russa de 1917 cumpriu um papel fundamental nas décadas iniciais do século XX com os primeiros grandes processos de difusão das teorias marxistas ao redor do mundo, é factível afirmar que a Revolução Cubana em 1959 também tenha tido uma importância nos países latino-americanos na segunda metade do mesmo século. Além disso, o próprio golpe civil-militar de 1964 também foi um importante momento de descontinuidade na circulação das ideias no nosso país (DEMIER, 2007), principalmente porque gerou um ambiente crítico-reflexivo que incentivou leituras que se opunham ao etapismo e a noção inexorável de que todo e qualquer país capitalista deveria seguir o mesmo modelo de desenvolvimento dos países da Europa ocidental. Nesse bojo, fervilharam as críticas a toda e qualquer abordagem tida como dualista e, sem sombra de dúvidas, a década de 1970 foi o período em que esses debates críticos ganharam um vulto sem precedentes. Não tardaria muito para que teorias como a do desenvolvimento desigual e combinado fossem recebidas e apropriadas pela Geografia no Brasil, como veremos no quinto e último capítulo.

Antes disso, contudo, precisamos nos aprofundar em uma outra dimensão que consideramos importante para entendermos os processos de recepção e apropriação das teorias marxistas do desenvolvimento desigual pela Geografia acadêmica no Brasil. Além de todo o conjunto de intelectuais que se debruçaram sobre a questão das peculiaridades do desenvolvimento capitalista brasileiro, precisamos reconhecer que estamos lidando, nesta tese, com um determinado conhecimento disciplinar, a Geografia. Sendo assim, avaliamos que é necessário iluminar também singularidades do movimento intelectual do debate sobre o contraditório desenvolvimento das relações capitalistas do ponto de vista dessa especificidade disciplinar. Traçao este outro caminho, podemos então avançar para a sua convergência no próximo capítulo, qual seja, a recepção do debate pela Geografia no Brasil.

4.2 A apropriação das teorias marxistas do desenvolvimento desigual pela Geografia ocidental

Desde o seu surgimento como ciência moderna, a Geografia tem se debruçado sobre a análise espacial considerando homogeneidades e heterogeneidades na organização territorial. Mesmo antes deste contexto, a partir dos primeiros esforços de compreensão da superfície terrestre, ainda na Grécia clássica, é possível identificar tentativas de regionalização e compreensão das diferenças no desenvolvimento geográfico (LENCIONI, 1999a; 1999b). Destarte, a partir da Idade Moderna, traçar parâmetros comparativos e estabelecer nexos foram se tornando ações presentes na institucionalização da Geografia.

A associação entre a Geografia moderna e a noção de diferenciação de áreas está presente desde o século XIX nos estudos de Humboldt e Ritter. Como apontado por Moreira (2015), a Geografia comparada de Ritter já apresenta bases interpretativas para a compreensão da realidade a partir da classificação em padrões de homogeneidade através de heterogeneidades. Não obstante, será com Hartshorne em meados do século XX que a Geografia se debruçaria sobre uma maior problematização epistemológica acerca da sua natureza científica à luz do debate sobre a diferenciação de áreas. Segundo esse autor,

> […] no decurso da evolução da humanidade, o homem descobriu que o seu mundo variava acentuadamente de lugar a lugar. Para satisfazer-lhe a curiosidade acerca de tais diferenças é que a Geografia se desenvolveu como matéria de interesse popular. Desde os tempos mais remotos, esperava-se que os viajantes, ao retornarem de lugares "estrangeiros", narrassem aos que haviam permanecido em suas casas como eram as coisas e as pessoas dos lugares que tinham visitado, quer se tratasse de distritos vizinhos, mas relativamente inacessíveis, quer de partes mais remotas. Essa curiosidade universal do homem acerca do mundo situado além dos seus horizontes imediatos, mundo sabiamente diferente, em grau variável, da área doméstica, constitui os alicerces de toda a Geografia. (HARTSHORNE, 1978 [1966], p. 16)

Fundamentado nos estudos de Hettner, Hartshorne compreende que a variação espacial é um dos principais pontos a serem considerados como pressuposto na análise geográfica. A relação entre similaridades e distinções estabelece uma organização diferencial que é a base sobre a qual se estabelece a Geografia enquanto ciência. Com esta discussão,

compreendemos que a leitura sobre a diferenciação areal está presente ao longo da produção intelectual da Geografia há décadas. Esta concepção espacial compreende a superfície terrestre por meio do estudo corológico e a Geografia se afirma como ciência da heterogeneidade.

Quando pensamos na recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia de um modo geral, e pela Geografia no Brasil de modo particular, é necessário considerar que existiam condições intelectuais de produção do conhecimento nessa ciência que convergiram para a recepção. Em outras palavras, uma das principais preocupações que está presente no âmago da produção intelectual da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, o debate sobre os desiguais ritmos de desenvolvimento das sociedades (no capitalismo), já era alvo de investigação, mesmo que com importantes diferenças, para os integrantes da comunidade geográfica. Nossa compreensão vai no sentido de defender que, não à toa, algumas teorias/conceitos/categorias do debate marxista tiveram maior recepção pela Geografia acadêmica por tratarem de questões já recorrentes na ciência. Podemos citar como exemplos, além do próprio desenvolvimento desigual e combinado, as teorias da renda terra ou do imperialismo.

Assim, partindo desse ponto de vista, quando nos referimos ao debate marxista sobre o desenvolvimento contraditório do capitalismo, é possível notar algum diálogo entre esse e a compreensão de diferenciação de áreas presente na Geografia acadêmica há algum tempo. Contudo, algumas ponderações são necessárias para que não pairem dúvidas de que essa convergência não diminui as devidas diferenças entre o debate no marxismo e aquilo que já se trabalhava na Geografia. Em primeiro lugar, há uma distinção imprescindível entre o caráter diferencial em, por exemplo, Hartshorne e o caráter desigual em Lenin e Trotsky; embora guardando algum diálogo, os dois termos têm acepções distintas em cada perspectiva. Em segundo lugar, a leitura da diferenciação de áreas da Geografia clássica desconsidera a lógica dialética, o que implica numa concepção espacial nula de processualidade contraditória. Neste sentido, apontamos o debate de diferenciação de áreas de Hartshorne como um esforço teórico importante, mas que não avança como o debate complexo trazido pelas teorias do desenvolvimento desigual (e combinado). Em outras palavras, afirmamos que toda a larga tradição de pesquisa sobre diferenciação de áreas na Geografia fez parte das condições gerais de recepção da(s) teoria(s) em seu contexto acadêmico no Brasil.

> A perspectiva geográfica influenciada pelo marxismo, semelhante a outras correntes do pensamento geográfico, concebeu a região como uma totalidade. A diferença agora residia no fato de que essa totalidade não era mais concebida nem como uma totalidade orgânica ou lógica, nem como uma totalidade harmônica. Foi concebida como uma totalidade histórica. Estava visível que essa não se constituía numa totalidade harmônica porque a preocupação, naquele momento, em denunciar as injustiças e as desigualdades sociais do capitalismo revelava os limites da compreensão do mundo como um todo harmônico. O mundo era percebido como uma totalidade não-harmônica, como um conjunto disjunto fazendo emergir como noção necessária para a análise a noção de diferença que se tornou central na condução das análises geográficas. Por isso que nas discussões da geografia os temas do desenvolvimento desigual e combinado e do subdesenvolvimento foram privilegiados como investigação. (LENCIONI, 1999b, p, 196)

Assim, os fundamentos da teoria do desenvolvimento desigual e combinado foram, total ou parcialmente, incorporados ao debate da análise espacial, sobretudo nos estudos regionais, quando estes foram pautados a partir de uma interpretação crítica do desenvolvimento das relações capitalistas. Contudo, ao longo do século XX, ponderamos que esta incorporação aparece de modo muito limitado quando consideramos a teoria *stricto sensu*, ou seja, mesmo reconhecendo a presença das bases desta teoria nos estudos críticos de Geografia, a menção direta ao desenvolvimento desigual e combinado se apresenta de forma limitada ou enviesada. Como indicaremos no próximo capítulo, a partir do que estamos trazendo até aqui, alguns autores são indicados como referenciais para a teoria do desenvolvimento desigual e combinado na Geografia, sem necessariamente terem esse constructo teórico como estrutural em seus argumentos. Como estamos indicando, é fundamental termos a clareza que nem todo debate marxista que se vale da teoria do desenvolvimento desigual leva em conta o caráter combinado do desenvolvimento. Diferentemente do que traçamos em relação ao legado do debate brasileiro a partir de Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira, perceberemos que os autores geógrafos que foram fonte privilegiada do debate sobre as teorias marxistas do desenvolvimento capitalista assentam-se mais em uma perspectiva leninista de desenvolvimento desigual do que a perspectiva trotskista de desenvolvimento desigual e combinado. Em linhas gerais, Trotsky praticamente não aparece como referência dos autores que mencionaremos, a não ser quando é citado para ser criticado. Temos a certeza de que ter a devida clareza destas singularidades

nos processos de recepção da teoria nos ajuda não só a entender a História da Geografia no Brasil, como a identificar potencialidades analíticas ainda não exploradas de determinados conceitos, categorias e teorias.

Assim, nesse segundo momento do quarto capítulo, apresentamos os autores que são recorrentemente mencionados como base teórica da Geografia para a teoria do desenvolvimento desigual e combinado em textos da Geografia no Brasil. Em linhas gerais, os três principais autores geógrafos que foram pioneiros na apropriação do debate marxista sobre o desenvolvimento desigual do capitalismo são Neil Smith, David Harvey e Doreen Massey. Sem sombra de dúvidas, todos apresentam uma importante leitura do desenvolvimento das relações capitalistas no interior da análise espacial. Não por acaso, como já argumentado por Lencioni (2020), os três são britânicos, país onde a questão regional é marcante no processo de formação territorial. Com isso, não desconsideramos a importância de outros autores, dentro ou fora do espectro anglo-saxônico. Dada a forte presença desses três geógrafos como referências para o debate, nosso intuito é tentar entender como esses pensam o desenvolvimento desigual (e combinado) como forma de abrir nosso terceiro e último flanco de análise da recepção da teoria pela Geografia no Brasil, para além dos movimentos de apropriação relacionados à teoria *stricto sensu* (a partir da base que levantamos no terceiro capítulo) e/ou do debate brasileiro sobre o desenvolvimento contraditório das relações capitalistas no Brasil (a partir da base que levantamos na primeira metade deste capítulo).

Não obstante, antes de tratar desses três autores, vale ponderar que não é possível afirmar que o primeiro movimento de recepção das teorias marxistas do desenvolvimento desigual pela Geografia ocorre no âmbito da tradição anglo-saxônica. Como veremos, a escolha por David Harvey, Doreen Massey e Neil Smith se deve pela forte presença que esses três autores têm na Geografia no Brasil quando o assunto é o desenvolvimento (geográfico) desigual. Assim como quando tratamos dos autores brasileiros no subcapítulo anterior, a década de 1970 foi o primeiro período-chave de recepção e apropriação das teorias marxistas do desenvolvimento pela Geografia anglo-saxônica, porém é necessário ressalvar que já existiam registros dessa recepção no conhecimento geográfico que era produzido na União Soviética ainda nos anos 1960, como mostram essa duas citações abaixo.

> A desaceleração ou aceleração do desenvolvimento social em vários países e regiões está relacionada menos que tudo ao ambiente geográfico e é muitas

> vezes o resultado da história da humanidade e das relações entre os países, o resultado do antagônico desenvolvimento desigual da economia capitalista mundial. Mas o caráter distinto do desenvolvimento de um país, uma região ou uma localidade está relacionado mais fortemente ao ambiente geográfico distinto, refletindo na produção social. (SAUSHKIN, 1963, p. 15, sublinhado nosso)[64]

> A produção capitalista é caracterizada por um desenvolvimento extremamente desigual e por contradições crescentes entre regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas. [...] O processo de concentração da produção é mais ativo nas regiões mais desenvolvidas de modo que o aumento da concentração tende a aumentar os desníveis de localização da produção capitalista, ampliando o fosso entre regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas. (AGAFONOV; LAVROV, 1966, p. 61)[65]

Nesses dois fragmentos fica evidente como a leitura leninista de desenvolvimento desigual do capitalismo estava presente na Geografia soviética desde, pelo menos, os anos 1960. Embora não seja nosso propósito aprofundar-se nessa particularidade do conhecimento que é produzido na antiga URSS, é curioso notar como na primeira citação existe uma compreensão dialética entre o desenvolvimento universal das relações capitalistas em todo o mundo e a distinção nesse processo advinda do "ambiente geográfico", em certa medida a mesma tônica daquilo que será fortemente debatido pela Geografia anglo-saxônica alguns anos depois. Interessante também notar a própria noção de escala, associada ao desenvolvimento desigual, que está presente nos autores das duas citações, relação que será aprofundada de modo singular por Neil Smith, por exemplo.

A partir de agora vamos tratar, de um modo geral, do conhecimento produzido pela Geografia acadêmica no ocidente. Dados os limites de nossa pesquisa, focalizaremos nos autores anglo-saxônicos selecionados porque acreditamos eles nos ajudam a entender a particularidade brasileira de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, ainda que parcialmente. Mas isso não deve indicar que desconsideramos toda a riqueza que

64 "A slowing or speeding of social development in various countries and regions is related least of all to the geographical environment and is often the result of the history of mankind and of the relations between countries, the result of the antagonistic, uneven development of the world capitalist economy. But the distinctive character of development of a country, a region or a locality is related most strongly to the distinctive geographical environment, as reflected through social production.".

65 "Capitalist production is characterized by an extremely uneven development and increasing contradictions between developed and under-developed regions. […] The process of concentration of production is more active in the more developed regions so that increased concentration tends to increase the unevenness of location of capitalist production, widening the gap between developed and underdeveloped regions.".

foi produzida nos mais variados centros de pesquisa em países como União Soviética/Rússia, China ou Índia. Esse conhecimento, contudo, não teve até o momento uma forte presença nos escritos da Geografia no Brasil quando se trata de pensar o desenvolvimento do capitalismo.

* * *

Quando consideramos o contexto dos anos 1970 e o processo de recepção das teorias do desenvolvimento desigual na Geografia não há como não mencionarmos o protagonismo de David Harvey. A partir de 1971 (HARVEY, 2004), este autor britânico constituiu na Johns Hopkins University (em Baltimore, nos Estados Unidos) um grupo de estudos sobre *O capital* que foi importantíssimo para a formação de uma geração de intelectuais da Geografia voltados para a leitura da realidade a partir do marxismo. Mas, ao mesmo tempo que isso é importante, não consegue explicar toda a efervescência de autores dessa ciência que ao redor do mundo progressivamente buscaram no marxismo um aporte teórico-metodológico para o entendimento da realidade. A bem da verdade, a década de 1970 representa um marco importante do acirramento das contradições do desenvolvimento capitalista em várias partes do mundo, com a correspondente reestruturação produtiva global. São essas contradições que levaram autores de diversos campos acadêmicos a procurarem uma compreensão crítica da realidade. Se considerarmos a universalidade dessa afirmação, podemos perceber como vários intelectuais tratados nesta tese vão apresentar contribuições seminais sobre o desenvolvimento contraditório do capitalismo conforme suas singularidades ao longo dos anos 1970, de Florestan Fernandes a Neil Smith, de Doreen Massey a Francisco de Oliveira.

Um exemplo disso é que, quando temos em conta a recepção das teorias do desenvolvimento desigual pela Geografia ocidental, o primeiro texto que encontramos que trata do debate foi escrito pelo dinamarquês Steen Folke, em 1973. Em um texto relativamente curto para os padrões que lidamos hoje com a escrita de artigos acadêmicos, Folke (1973) apresentou aquilo que considerou como argumentos iniciais para pensarmos a teoria leninista do imperialismo pelo prisma da Geografia. Concordando com Lenin, Folke argumenta que a tendência ao "[…] inerente desenvolvimento desigual no capitalismo é agravada na fase imperialista, onde isso tem a forma da contradição entre competição e monopólio." (1973, p.

18)[66]. Neste sentido, o uso do termo "desenvolvimento desigual" no autor se dá a partir do referencial da teoria leninista do imperialismo. Como temos argumentado ao longo da tese, essa distinção é fundamental para nossa análise.

O autor ainda argumenta que o imperialismo é "[…] um fenômeno – e processo – social apropriado para estudos interdisciplinares. Isso se desdobra no tempo e no espaço e, como tal, é relevante para a geografia. Os geógrafos podem focar a atenção na dimensão espacial, mas é essencial que o fenômeno seja estudado em sua totalidade." (FOLKE, 1973, p. 18)[67]. Apenas frisamos essa reflexão do autor por enxergar que aqui temos uma síntese importante de como o processo de recepção das teorias do desenvolvimento desigual (e, acreditamos, de várias outras teorias e conceitos marxistas) deve ser compreendido. Ainda que nosso estudo tenha como foco a História Intelectual de geógrafas e geógrafos no Brasil, os movimentos de produção, difusão, recepção e apropriação são por vezes atravessados por processos que não podem ser confinados à disciplinaridade.

Ainda que Folke tenha sido pioneiro no contexto da Geografia ocidental quando tratamos da recepção e apropriação das teorias do desenvolvimento desigual, nada se compara às reflexões que foram construídas por David Harvey. Esse autor foi responsável pelos primeiros grandes estudos da Geografia que trataram de analisar o espaço a partir da teoria do desenvolvimento desigual. O primeiro texto que devemos mencionar nesse sentido foi escrito em 1975, onde o autor trata da questão da acumulação capitalista e de como a ciência geográfica pode ser compreendida como base para leitura das questões trazidas pelo marxismo (HARVEY, 2006a [1975]). Assim como no texto de Folke, ao tratar da questão do desenvolvimento desigual do capitalismo, Harvey parte da teoria leninista do imperialismo. É possível afirmar, neste sentido, que é através da teoria do imperialismo de Lenin que teremos o primeiro grande movimento de recepção da teoria do desenvolvimento desigual na Geografia ocidental[68]. Vale salientar que, conforme nosso levantamento, Harvey não foi o único geógrafo que nesse ano publicou reflexões sobre a teoria leninista do desenvolvimento

66 "According to Lenin the tendency to uneven development inherent in capitalism is aggravated in the imperialistic phase, where it takes the form of a contradiction between competition and monopoly.".

67 "Imperialism is a social phenomenon – and process – well suited for interdisciplinary study. It unfolds in time and space and is as such relevant to geography. Geographers may focus attention on the spatial dimension, but it is essential that the phenomenon is studied in its totality.".

68 É importante dizer que essa afirmação pode ser ainda mais generalizante, porque nas duas referências da Geografia soviética mencionadas anteriormente foi também a partir de Lenin que os autores desenvolveram seus argumentos.

desigual. O estadunidense James Morris Blaut (1975) também publicou na revista *Antipode*, periódico que abrigou tanto o texto de Folke quanto esse texto de Harvey, um artigo em que também discutiu a teoria do desenvolvimento desigual a partir da perspectiva de imperialismo de Lenin. Isso reforça nosso argumento sobre a importância dessa teoria (a do imperialismo) para a recepção do debate sobre o desenvolvimento desigual na Geografia.

Notabilizado no século XXI pelo termo "desenvolvimento geográfico desigual", Harvey ainda não usa essa grafia nos primeiros textos quando trata do assunto. Em 1978, esse autor utiliza a expressão "desenvolvimento espacial desigual" ("*uneven spatial development*") em um texto em que discute o urbano no capitalismo a partir das noções de acumulação do capital e luta de classes (HARVEY, 1978). Curiosamente esse é o mesmo ano em que Doreen Massey também utiliza exatamente o mesmo termo ("*uneven spatial development*") para discutir a questão regional no capitalismo, como abordaremos *a posteriori* (MASSEY, 1978). De todo modo, será apenas a partir de 1981 (2006b [1981]) que Harvey fará uso em seus textos da expressão como a conhecemos hoje ("*uneven geographical development*"), que ganhará seu *corpus* teórico preambular com a redação da primeira grande obra do autor após seu período de apropriação mais detida dos escritos de marxistas: *Os limites do capital* (*The limits to capital*, HARVEY, 2013 [1982]).

Como afirmado pelo próprio autor em entrevista (HARVEY, 2006c [2000]), *Os limites do capital* foi o resultado de quase dez anos de leituras e debates em torno dos escritos de Marx no grupo que constitui na Johns Hopkins University a partir de 1971. Analisando a organização dos capítulos do livro, é possível notar como o autor vai desenvolvendo sua análise à luz dos temas que são tratados por Marx, especialmente nos livros d'*O capital*. Quando consideramos especificamente os termos "desenvolvimento desigual" e "desenvolvimento geográfico desigual", é possível notar como esses aparecem em vários momentos do livro, mas destacam-se os capítulos que tratam da mudança tecnológica (quarto capítulo), do capital fixo (oitavo capítulo), do capital financeiro (décimo capítulo) e das configurações espaciais (décimo segundo capítulo). Destarte, nada se compara ao último capítulo do livro, intitulado *Crise na economia espacial do capitalismo: a dialética do imperialismo*. Aqui, Harvey não só desenvolve sua ideia de desenvolvimento geográfico desigual, como apresenta um primeiro adensamento teórico sobre o termo, dialogando com as teorias do imperialismo e da crise capitalista. Como forma de sintetizar seu argumento sobre o termo, o autor faz a reflexão a seguir, conectando a noção de desenvolvimento geográfico

desigual com a de ajuste espacial (*spatial fix*, no original) ainda na introdução do livro. O autor compreende que a análise das

> […] mobilidades geográficas do capital e do trabalho mostra como as contradições do capitalismo são, pelo menos em princípio, suscetíveis a um "ajuste espacial" – a expansão geográfica e o desenvolvimento geográfico desigual resistem à possibilidade de um capitalismo propenso à contradição por direito próprio. Isso conduz diretamente ao "terceiro recorte" na teoria da crise, que lida com a formação da crise em seus aspectos espaciais. Sob esse título podemos abordar os problemas do imperialismo e das guerras interimperialistas a partir de uma perspectiva nova. Vemos mais uma vez que a busca de um "ajuste espacial" para as contradições internas do capitalismo simplesmente termina por projetá-las, embora em novas formas, no cenário mundial. Afirmo que isso nos permite a construção de uma estrutura para teorizar sobre a geografia histórica do modo de produção capitalista. (HARVEY, 2013 [1982], p. 39, sublinhado nosso)

No mesmo sentido de apontar a contradição entre a tendência ao universalismo das formas de reprodução capitalista e a produção desigual do espaço, Harvey argumenta que esta relação contraditória sustenta a expansão territorial do capital ao mesmo tempo em que agudiza processualmente a intensidade de sua crise. "Portanto, é importante reconhecer que a coerência territorial e regional, pelo menos parcialmente discernível dentro do capitalismo, é ativamente produzida em vez de passivamente recebida como uma concessão à 'natureza' ou à 'história'." (HARVEY, 2013 [1982], p. 527). Assim, compreender a produção capitalista do espaço implica na leitura do desenvolvimento geográfico desigual como fundamento. E, eivado de contradições, a economia capitalista imprime uma organização espacial que tem como marca um desenvolvimento que acirra as desigualdades a partir da superação dialética de desigualdades pretéritas.

> O resultado disso é que o desenvolvimento da economia de espaço do capitalismo está cercado de tendências contrapostas e contraditórias. As barreiras espaciais e as distinções regionais precisam ser derrubadas. Mas os meios para atingir esse objetivo envolvem a produção de novas diferenciações geográficas que criam novas barreiras espaciais a serem superadas. A organização geográfica do capitalismo internaliza as contradições dentro da forma de valor. (HARVEY, 2013 [1982], p. 528)

Deste modo, o capital reforça as diferenças já existentes na organização espacial, num processo que envolve superações, eliminações, intensificações e reordenamentos. Neste sentido, o autor considera que a localização dos diversos empreendimentos capitalistas se revela como um "momento ativo" no desenvolvimento das relações capitalistas (HARVEY, 2013 [1982], p.497). Em suma, a partir das reflexões feitas pelo autor em *Os limites do capital*, a noção de desenvolvimento geográfico desigual vai se constituindo como algo estruturante nos seus escritos, aparecendo, com maior ou menor adensamento teórico, na maior parte dos seus textos publicados desde então.

Em publicação mais recente, Harvey (2016 [2014]) traz o desenvolvimento geográfico desigual como uma das contradições estruturantes do modo de produção capitalista. Assim, tanto sua dinâmica incontrolável como as possibilidades de sua superação estão associadas ao desenvolvimento geográfico desigual – bem como a outras contradições.

> Periodicamente, o capital tem de romper com os limites impostos pelo mundo que ele próprio construiu, ou corre o risco mortal de se esclerosar. Em suma, a construção de uma paisagem geográfica favorável à acumulação de capital em uma era torna-se o grilhão da acumulação na próxima. O capital, portanto, tem de desvalorizar boa parte do capital fixo na paisagem geográfica vigente para construir uma paisagem totalmente nova, com uma imagem diferente. Isso desencadeia crises locais intensas e destrutivas. […] O princípio aqui é o seguinte: o capital cria uma paisagem geográfica que satisfaz suas necessidades em determinado momento, apenas para destruí-la em outro e facilitar uma nova expansão e transformação qualitativa. O capital desencadeia as formas de 'destruição criativa' sobre a terra. (HARVEY, 2016 [2014], p. 146)

Essa natureza criadora-destruidora do capital, ou destruição criativa nos termos de Harvey, está diretamente associada ao desenvolvimento geográfico desigual. Na verdade, o próprio fundamento do desenvolvimento sob a égide do capital tem como lastro a destruição, que é condição para a superação circunstancial da crise. O modo capitalista de produção necessita criar-destruir simultânea e conjugadamente para que sua lógica de acumulação incontrolável não cesse.

Do ponto de vista espacial, a natureza criadora-destruidora associada ao desenvolvimento geográfico desigual se estabelece a partir de "ajustes espaçotemporais" (HARVEY, 2016 [2014]), grafia que passa a utilizar em textos mais recentes. Esta concepção

de ajuste deve ser interpretada tanto como o ajuste que o capital necessariamente faz para territorializar-se como também à ideia de que ajustes são feitos nestas territorializações para que sejam superadas as crises de superacumulação.

Apenas para termos uma noção da presença da teoria do desenvolvimento geográfico desigual nos escritos de Harvey, podemos mencionar alguns dos mais diferentes temas que têm sido objeto de investigação do autor onde a teoria aparece em maior ou menor grau. Seja discutindo os fundamentos da economia capitalista (HARVEY, 2011[2010], 2018 [2017]), a particularidade do imperialismo no século XXI (HARVEY, 2005 [2003]) ou o neoliberalismo (HARVEY, 2008 [2005], 2009), a teoria do desenvolvimento geográfico desigual aparece nos textos de Harvey como um aparato estruturante de sua análise espacial. Ainda assim, em nossa perspectiva, o escrito em que o autor melhor fundamenta sua perspectiva sobre a teoria é um dos capítulos do livro *Spaces of global capitalism*[69], onde apresenta uma argumentação mais extensa sobre a teoria.

Um primeiro ponto que Harvey (2007 [2006]) indica nesse texto é a necessidade de mais aprofundamento no debate teórico sobre a teoria. E, para tanto, defende a necessidade de termos em conta que a compreensão de desenvolvimento geográfico desigual passa pelo devido entendimento do conceito de espaço[70]. Neste sentido, argumenta que o termo

> […] desenvolvimento geográfico desigual é baseado em alguma concepção sobre o que é a espacialidade. A tendência predominante da teoria social é excluir a espacialidade diretamente de sua esfera de ação como uma complicação desnecessária ou tratá-la como se fosse um receptáculo simples e imutável dentro do qual ocorrem os processos sociais. Sob qualquer uma dessas suposições, uma teoria geral do desenvolvimento geográfico desigual do tipo que tenho em mente torna-se impossível. O melhor que poderia ser articulado é um estudo sobre como as leis de acumulação produzem um desenvolvimento geográfico desigual dentro de estruturas espaciais predeterminadas. (HARVEY, 2007 [2006], p. 22-23)[71]

69 Em tradução livre, *Espaços do capitalismo global*. Esse livro ainda não conta com versão em língua portuguesa. Para nossa tese, nos valemos da versão em língua espanhola do capítulo que trata da teoria do desenvolvimento geográfico desigual (ver HARVEY, 2007 [2006]).

70 Nesse mesmo livro, Harvey apresenta um capítulo especificamente sobre o conceito de espaço que, de forma avulsa, foi publicado em língua portuguesa na revista *Geographia* (ver HARVEY, 2012 [2006]). Ao fazer essa ponderação sobre o conceito de espaço, o autor se refere a esse capítulo.

71 "[…] desarrollo geográfico desigual está predicado sobre alguna concepción acerca de lo que trata la espacialidad. La tendencia predominante de la teoría social es, o excluir la espacialidad directamente de su esfera de acción como una complicación innecesaria, o tratarla como si fuera un contenedor simple e inmutable dentro del cual ocurren los procesos sociales. Debajo de cualquiera de estas presunciones, una

Algo que vale a pena destacar nesse texto do autor é justamente esse último argumento que é apresentado na citação acima. Harvey frisa que toda sua teorização acerca do desenvolvimento geográfico desigual está assentada nas leis de acumulação marxistas, e, a bem da verdade, isso também é válido para todo o debate que o autor se vale em outros conceitos, como o de ajuste espacial (ou espaçotemporal, a depender do livro). Em certa medida, essa perspectiva já estava sinalizada em *Os limites do capital*, quando Harvey inicia o décimo terceiro capítulo falando da teoria da colonização de Marx presente no livro 1 de *O capital*. Mas o que nos chama mais atenção é que, ao fazer esse texto mais focalizado em debater teoricamente o desenvolvimento geográfico desigual, a teoria leninista do imperialismo praticamente desaparece. Existem algumas menções nesse capítulo de 2006 ao imperialismo, mas Lenin sequer é aludido. Não é nosso propósito aqui se aprofundar na perspectiva que o autor foi construindo desde os anos 1970 até os dias atuais, mas explicitamos essa ponderação por entender que ela nos auxilia, principalmente, no entendimento da leitura que a Geografia no Brasil faz dos textos de Harvey sobre o desenvolvimento geográfico desigual.

Em linhas gerais, esse autor explana sua perspectiva de desenvolvimento desigual a partir de quatro condicionantes: a) o enraizamento das relações capitalistas em cada lugar, ou seja, a singularidade de como o capitalismo se estabelece e como passa a fazer parte do cotidiano; b) a acumulação por despossessão/espoliação, debate também central nos escritos de Harvey, melhor desenvolvido em outros textos; c) a acumulação capitalista no espaço e no tempo; e d) a luta de classes em várias escalas geográficas (HARVEY, 2007 [2006]). Todo o texto se organiza a partir desses quatro condicionantes que, olhando por outro prisma, não passam do esforço básico do autor que vem sendo desenvolvido desde *Os limites do capital*, qual seja, uma leitura geográfica dos escritos de Marx.

A partir disso, podemos fazer duas ponderações quanto à contribuição de David Harvey à teoria do desenvolvimento geográfico desigual. A primeira tem a ver exatamente com o que acabamos de comentar em relação à teorização que o autor tem feito para a expressão. Ao mesmo tempo que o modo aberto e ampliado da conceituação que

---

teoría general del desarrollo geográfico desigual del tipo que tengo en mente se convierte en algo imposible. Lo mejor que podría ser articulado es un estudio sobre cómo las leyes de acumulación producen desarrollo geográfico desigual dentro de estructuras espaciales predeterminadas.”.

Harvey tem feito pode trazer ganhos para a teoria do desenvolvimento geográfico desigual ao passo que se conecta com várias frentes interpretativas da realidade do capitalismo, avaliamos que corre-se o risco de se tornar uma espécie de "teoria de tudo". E, como já frisamos em outro momento da tese, uma teoria que explica tudo, no final das contas, não acaba explicando muita coisa, já que todo constructo teórico necessita de limites claros para de fato servir às análises que dele venham se basear. A segunda ponderação tem a ver com o nosso foco de investigação. Como foi possível notar, em momento nenhum nos referimos a David Harvey como teórico do desenvolvimento desigual e combinado. Nesse aspecto, reafirmamos a posição que temos levantado a partir das reflexões trazidas no terceiro capítulo. A compreensão da trajetória de como a teoria é trabalhada intelectualmente pelo autor nos dá a chave de como podemos compreendê-lo. Em toda revisão de literatura que fizemos de David Harvey, identificamos que o autor não só não faz uso da noção de desenvolvimento combinado, como sequer menciona Trotsky[72] em seus escritos. Como temos frisado, Harvey buscou, principalmente nos anos 1970 e 1980, diretamente na teoria leninista do imperialismo sua concepção de desenvolvimento desigual. Neste sentido, discordamos autores como Di Cione (2007) que tenta compreender a leitura de desenvolvimento capitalista de Harvey como desigual e combinada a partir da inferência indireta daquilo que o autor escreve.

Dentre os três autores que selecionamos para explanar neste subcapítulo, o que apresenta uma discussão mais nítida sobre as várias teorias do desenvolvimento no interior do debate marxista é Neil Smith. Tendo sido orientado por David Harvey na Johns Hopkins University no período em que este escrevia *Os limites do capital*, em nosso ver Smith consegue avançar em muitos pontos frente àquilo que Harvey havia apresentado. Ao longo do tempo, os dois se tornaram colegas de departamento na City University of New York e, em nossa percepção, não é justo concluir que Smith teria sido apenas um continuador das ideias de Harvey. Sem sombra de dúvidas, em se tratando de recepção e apropriação das teorias marxistas do desenvolvimento desigual pela Geografia, Smith merece uma reflexão à parte.

* * *

72 Nem Trotsky nem outros autores trotskistas que trabalham com a teoria do desenvolvimento desigual e combinado. A grande exceção é Ernest Mandel, mas que nos escritos de Harvey não serviu como referência para o debate sobre desenvolvimento geográfico desigual.

Nascido na Escócia, Smith desenvolveu seus estudos em Geografia parte no país onde nasceu, parte nos Estados Unidos, onde se fixou como professor e pesquisador até sua morte (embora tenha tido algumas experiências pontuais em outros países nesta trajetória). Desde a graduação, Smith interessou-se pela questão da gentrificação no espaço urbano, sendo que sua aproximação com a questão da teoria do desenvolvimento desigual se deu exatamente no sentido de buscar alguma leitura teórica que desse conta da gentrificação como parte da totalidade do desenvolvimento capitalista. As primeiras menções que o autor faz à teoria ocorrem em textos publicados em 1979, momento quando já realizava seus estudos doutorais na Johns Hopkins University sob a orientação de David Harvey. Nesses textos, o autor menciona o desenvolvimento desigual como uma dinâmica relativa ao processo de acumulação de capital (SMITH, 1979a) ou já desenvolve algum grau de revisão teórica sobre o constructo (SMITH, 1979b), sendo que somente apresentará uma leitura mais ampliada do debate em sua tese de doutorado, defendida em 1982. Esse texto, por sua vez, tornou-se o livro *Desenvolvimento desigual* (*Uneven development*) e viria a se tornar o principal escrito de Smith, inclusive em língua portuguesa (1988b [1984]). Para além desse livro, é possível afirmar que o autor tem na teoria do desenvolvimento desigual uma base fundamental para suas análises espaciais. Em vários textos do autor nos anos 1980, 1990, 2000 e 2010, encontramos a menção direta ou indireta à teoria, incluindo o último texto que publicou em vida, no qual tratou justamente do aniversário de 25 anos da primeira edição de *Uneven development* (SMITH, 2011).

Nesse livro, Smith tem como propósito pensar sobre o desenvolvimento desigual considerando as contradições que ficam evidentes no modo de produção capitalista, tendo em conta um diálogo profundo entre os pressupostos marxistas e o debate sobre o espaço enquanto produção capitalista. Assim, analisa a produção da natureza e a produção do espaço como condições para interpretar a geografia do capitalismo. Neste contexto, o autor ressalta um dos principais pontos que sustentam o modo contraditório do desenvolvimento capitalista: a desigualdade. Smith (1988b [1984], p. 151) indica que “a desigualdade espacial não tem sentido algum, exceto como parte de um todo que é o desenvolvimento contraditório do capitalismo”. O modo capitalista de produção se desenvolve numa base material já diferenciada, mas, a partir desta base, se consolida pela reprodução de relações sociais que acirram as diferenças como desigualdades. Estas são nítidas na paisagem e revelam um processo contraditório em que

> […] as tendências contraditórias para a diferenciação e para a igualização determinam a produção capitalista do espaço. Em ação, essa contradição que surge no âmago do modo de produção capitalista inscreve-se na paisagem como o padrão existente de desenvolvimento desigual. (SMITH, 1988b [1984], p. 151)

Quanto à tendência à equalização, fica evidente o processo universal de territorialização do capital, que implica na transformação de todas as relações sociais, econômicas, culturais etc., segundo a lógica da reprodução capitalista. Tudo tende a virar mercadoria, e quanto à produção do espaço presenciamos um processo dialético de produção social com apropriação privada. Mas a tendência à equalização se estabelece sobre bases diferenciadas que, em vez de serem anuladas, são incorporadas à dinâmica da valorização. Quanto a isso, afirma que o "desenvolvimento desigual é, no mínimo, a expressão geográfica das contradições do capital. A fixação geográfica do valor de uso e a fluidez do valor de troca traduzem-se nas tendências para a diferenciação e para a igualização" (SMITH, 1988b [1984], p. 217).

Nas palavras deste autor, o século XX representou justamente o século do desenvolvimento desigual. Assim, todos os processos globais de modernização das relações capitalistas de produção se organizaram em torno do estabelecimento de uma lógica perversa e desigual em escalas sem precedentes na história social. "A globalização, então, é apenas o último estágio do desenvolvimento desigual, sucedendo a era de três décadas do pós-guerra. Assim, a globalização aparece como uma forma cada vez mais pura do imperialismo" (SMITH, 1997, p. 182)[73]. Neste texto, ao analisar as diversas promessas de superação da pobreza apresentadas aos países ao longo do século XX, Smith pontua como todas elas, ora revestidas pelo discurso do desenvolvimento, ora associadas ao constructo da modernização, não passaram de miragens para o que realmente presenciamos hoje no século XXI: um contexto de acirramento das contradições e agudização do desenvolvimento desigual como nunca antes as sociedades presenciaram.

Em um dos seus últimos textos, este autor fez uma revisita ao seu livro *Uneven development*, no contexto da sua terceira edição nos Estados Unidos. Além de fazer uma série

73 "Globalization, then, is only the latest stage of uneven development, succeeding the three-decade-long postwar era. As such, globalization appears as an increasingly pure form of imperialism".

de reflexões sobre potencialidades e limites de sua obra, Neil Smith foi provocativo ao argumentar em favor de considerarmos a abordagem do desenvolvimento desigual sempre como algo em processo, o que implica em considerarmos necessariamente a questão histórica e as mudanças que vão se dando globalmente.

> Hoje a evidência parece esmagadora de que o desinvestimento e o subdesenvolvimento criam a oportunidade para o seu oposto e a inundação de investimento capitalista e (re)desenvolvimento – de fato uma destruição criativa em um registro estritamente geográfico. Em tudo isso, não há como fingir que nada está acontecendo como alguns tentaram recentemente. Com algumas notáveis e não necessariamente suportáveis exceções, os líderes de quase todos os países – ricos e pobres, de Nova York a Lagos, de Londres a Brasília, de Pequim a Pretória – subscreveram o vício hipnótico das ideologias neoliberais. Aqui nós precisamos fazer questões difíceis sobre como até mesmo os movimentos de libertação nacional se transmutaram em um neoliberalismo socialmente divisivo e às vezes violento, e isso inevitavelmente nos leva de volta a Frantz Fanon e aos limites de tais movimentos de libertação nacional. Então, o que está acontecendo aqui no que diz respeito ao desenvolvimento desigual? Se a teoria da gangorra não parece mais tão aplicável empiricamente, o que nós vamos fazer em relação a África Subsaariana? Em grande medida, esta região permanece um outsider, ainda amplamente discriminada no mundo das finanças globais. Isto pode até parecer ser o enigma do desenvolvimento desigual global. (SMITH, 2011, p. 263)[74]

Assim, um dos méritos deste autor é justamente a busca permanente pela recontextualização da teoria frente aos novos cenários espaços-temporais. Compreender o desenvolvimento desigual como dimensão geográfica das contradições inerentes à reprodutibilidade do capitalismo implica em considerarmos como as suas relações sociais se apresentam nos mais diferenciados contextos territoriais. Quando consideramos o primeiro momento em que o autor desenvolve de modo mais adensado sua leitura sobre a teoria do desenvolvimento desigual, qual seja, a transição dos anos 1970 para os anos 1980, vemos

74 "Today the evidence seems overwhelming that disinvestment and underdevelopment create the opportunity for their opposite and the flood of capitalist investment and (re)development – creative destruction indeed in a tersely geographical register. In all of this, there is no way to get around class as some have recently attempted. With a few notable and not necessarily supportable exceptions, the leaders of almost all countries – rich and poor alike, New York to Lagos, London to Brasilia, Beijing to Pretoria – subscribed to the soporific addiction of neoliberal ideologies. Here we need to ask the hard questions about how even national liberation movements transmuted into a socially divisive and at times violent neoliberalism, and this inevitably takes us back to Frantz Fanon and the limits of such national liberation movements. So what's going on here as regards uneven development? If the see-saw theory looks more not less applicable empirically, what are we to make of sub-Saharan Africa? This region largely remains an outsider, still widely redlined in the world of global finance. It might even seem to be the enigma of global uneven development".

como a questão da teoria da crise era algo central para o debate da Geografia Radical, aparecendo tanto nos textos de David Harvey como no próprio livro máximo de Smith.

Desta forma, é possível afirmar que, mais do que somente aproximar os escritos de Marx da produção acadêmica da Geografia, o esforço desses autores passava também pela devida interpretação do momento histórico do capitalismo que atravessavam, com destaque para a questão da crise. É assim que enxergamos que a recepção das teorias do desenvolvimento desigual tanto em Harvey quanto em Smith pode ser vista como a busca dos intelectuais da Geografia para desvendar as contradições do desenvolvimento capitalista que se agudizavam no último quartel do século XX.

Em Smith (1986, 1988b [1984]), essa preocupação se consubstanciaria em uma preocupação com a contradição que se estabelece na relação entre os processos de homogeneização das relações capitalistas ao redor do mundo (o capital como um nivelador global) e os processos de diferenciação que tanto antecedem quanto são reproduzidos pelas próprias relações capitalistas (o capital também como diferenciador). Também preocupa ao autor os processos de investimento e desinvestimento em várias partes do mundo (SMITH 1982a), e como isso se materializa globalmente no movimento do capital produzindo ativamente o espaço em diferentes escalas, entre as quais destaca a urbana, a do Estado-nação e a global[75] (SMITH, 1988b [1984]). A partir deste debate, também dialogando com a noção de ajustes espaciais de Harvey (2013 [1982]), Smith apresenta a noção de "vaivém do capital" ou "gangorra do capital", variando conforme a tradução (*seesaw of capital*, no original).

Em linhas gerais, esse conceito pensado por Smith pretende expressar espacialmente como o movimento contraditório do capital em seu desenvolvimento desigual se realiza nos diferentes lugares. Assim, argumenta em favor de uma leitura que enxergue processos como o da gentrificação como discerníveis a partir de uma leitura escalar que tenha o desenvolvimento desigual capitalista como totalidade e a escala urbana como singularidade. Ou seja, que não esqueçamos que um processo localizado de reconfiguração de um determinado bairro, por exemplo, não se autoexplica a despeito das determinações que ocorrem globalmente. Em determinados momentos da história do capitalismo, partes do mundo contaram com influxos de investimento em detrimento de outras, e esse processo é

75 Vale destacar que Neil Smith, em trabalhos posteriores, avança muito no debate escalar, pensando inclusive em outros níveis de realização do movimento do capital, tais como a escala do corpo, a escala da comunidade e a escala regional (ver SMITH, 1988c, 2000a [1992], 2002).

dinâmico e contraditório. Em outros momentos, novas partes poderiam contar com esses investimentos, levando, como contra-tendência, o desinvestimento em partes anteriormente emergentes.

Em textos mais recentes do autor (SMITH, 1997, 2008 [1990]), essa análise do movimento do capital em seu desenvolvimento desigual é revisitado a partir do conceito de "geografias satânicas" (*satanic geographies*, no original). Na compreensão de Smith, durante a Guerra Fria, ou melhor, frente à ameaça de um adversário à altura, o imperialismo estadunidense buscava minimamente um equilíbrio nos investimentos de capital ao redor do mundo. Países com passado colonial, principalmente em África e Ásia, recebiam periodicamente influxos de investimento no sentido de fortalecer governos alinhados aos Estados Unidos e assim evitar o avanço do chamado mundo socialista. Com o fim da URSS, Smith observa como esse cenário muda. Diante da ausência de um adversário à altura, os investimentos imperialistas passam a se concentrar onde há somente o interesse pela valorização, relegando a certas partes do mundo, principalmente na África subsaariana, as "geografias satânicas", o desinvestimento, a miséria, e o esquecimento por parte de grandes organismos econômicos multilaterais.

> Embora o investimento privado na África tenha caído 25% na década de 1980 e cairá ainda mais à medida que o capital se reorienta para a Europa Oriental, as quatorze nações da África Subsaariana acumularam meros US$ 4,8 bilhões em dívidas com os Estados Unidos. Nesses lugares, as instituições internacionais – ONU, Organização Mundial da Saúde, FMI, Banco Mundial – junto com órgãos nacionais como o Corpo da Paz e a *Agency for International Development* (USAID) prometeram progresso, modernização, influxo de capital, estabilidade política, melhores condições de vida se apenas os modelos capitalistas ocidentais fossem seguidos. Saindo da teoria para a prática diária dos camponeses africanos, os textos sagrados do progresso criaram nada menos do que uma faixa de geografias satânicas na África subsaariana. Entre a teoria e a prática, a mensagem passou por um inevitável "mal-entendido", parte integrante da própria teoria da modernização, ao custo de milhões de vidas. Esse é o poder da ideologia do desenvolvimento desigual. (SMITH, 2008 [1990], p. 219-220)[76]

76 "While private investment in Africa has dropped 25 percent in the 1980s, and will fall even further as capital re-orients to Eastern Europe, the fourteen nations of sub-Saharan Africa had amassed a mere $4.8 billion in debt to the United States. In these places, international institutions — the United Nations, the World Health Organization, the IMF, the World Bank—together with national organs like the Peace Corps and the Agency for International Development all promised progress, modernization, the influx of capital, political stability, improved living conditions if only the western capitalist models were followed. Translated from on high into the daily practice of African peasants, the holy texts of progress have wrought nothing less than a swath of satanic geographies across sub-Saharan Africa. Between theory and practice the message

Como vemos, a teoria do desenvolvimento desigual acompanha toda a trajetória intelectual de Neil Smith, seja debatendo a gentrificação, seja discutindo o imperialismo e a globalização no final do século XX e início do século XXI. Com o passar do tempo, esse autor foi se constituindo como uma referência importante entre aqueles que debatem as teorias marxistas do desenvolvimento desigual, dentro e fora da Geografia.

No sentido de trazer algumas considerações parciais sobre Smith antes de levantarmos as contribuições de Doreen Massey, vale a pena abordar dois pontos. Em primeiro lugar, estabelecendo novamente um diálogo entre o geógrafo escocês e Harvey, gostaríamos de frisar aqui nosso entendimento terminológico sobre o (não) uso da expressão desenvolvimento geográfico desigual por Neil Smith. Como argumentamos anteriormente, é sabido que Smith foi orientado por Harvey e desse recebeu muita influência (embora sejam influências recíprocas, como argumentado por ambos). Contudo, nos parece pouco apropriado reduzir Smith a um mero continuador da obra de Harvey, e no debate sobre desenvolvimento desigual temos um bom exemplo dessa assertiva. Com poucas exceções (SMITH, 2000b), Smith somente usa a expressão "desenvolvimento desigual" (em vez de desenvolvimento geográfico desigual) para designar como pensa a questão da geografia do capitalismo. Assim, não seria adequado vincular o autor à noção de desenvolvimento geográfico desigual elaborada por Harvey. Do ponto de vista cronológico, o período em que Smith realizava seus estudos doutorais na Johns Hopkins (entre 1977 e 1982) foi exatamente o mesmo em que Harvey elaborou o seu conceito. Smith tinha pleno conhecimento desse processo, até porque *Os limites do capital* consta como referência de *Desenvolvimento desigual*. Sem querer avançar muito nesta questão, mas também sem querer deixar de nos colocarmos no debate, avaliamos que Smith decide por não adotar a terminologia de Harvey por acreditar que não havia a necessidade de enfatizar a Geografia na expressão. As teorias do desenvolvimento desigual não são algo da Sociologia, ou da Economia, ou da História. Assim como termos como imperialismo, valor e renda não precisam de adjetivação para serem de interesse da Geografia, não acreditamos que haja a necessidade de geograficizar o desenvolvimento desigual para que esse se torne parte de nosso léxico científico. Smith não chegou a se manifestar expressamente sobre isso, mas avaliamos que essa conclusão pode ser tirada a

---

underwent an inevitable "mistranslation," integral to modernization theory itself, at a cost of millions of lives. Such is the power of the ideology of uneven development.".

partir do modo como ele sempre tratou os temas que lhe foram foco de estudo ao longo da vida, tais como gentrificação, produção da natureza, imperialismo, globalização, dentre outros.

A segunda consideração que gostaríamos de apresentar dialoga diretamente com aquilo que temos argumentado ao longo da tese. Diante dessa sumarização das ideias de Neil Smith, como pensar a sua teorização frente ao debate do desenvolvimento desigual e combinado? Como nenhum outro na Geografia ocidental no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, Smith se debruçou sobre escritos de Trotsky (SMITH, 1982b, 1986, 1988b[1984]) e, por conseguinte, abordou a teoria do desenvolvimento desigual e combinado em seu livro *Desenvolvimento desigual*. Mais do que isso, autores como Davidson (2017), que fazia parte do movimento trotskista escocês, e Bond e Ruiters (2017), que foram colegas de Smith em seu período de doutoramento na Johns Hopkins, relatam a relação que este tinha com o trotskismo. Nesse segundo texto, onde os autores fazem uma espécie de homenagem póstuma a Smith, relatam que esse tinha tido "uma aproximação rotineira com o trotskismo durante os anos 1980 […]."[77] (BOND; RUITERS, 2017, p. 172). Se considerarmos os próprios escritos de Smith, veremos como ele dialoga bem com boa parte da bibliografia básica redigida por Trotsky. Contudo, e neste sentido discordamos de Bond e Ruiters e concordamos com Davidson, essa aproximação de Smith com o trotskismo não resultou em uma compreensão adequada da teoria do desenvolvimento desigual e combinado. E argumentamos isso não somente porque o autor não faz uso da expressão por completo, mas porque em todas as oportunidades que teve para se posicionar sobre o assunto não indicou centralidade para a dimensão combinada do constructo. Vejamos esse exemplo abaixo.

> De fato, o desenvolvimento desigual, como um processo à parte foi examinado pela primeira vez com alguma profundidade por Lênin, que tentou traçar alguns esboços econômicos e geográficos do processo. Embora ele periodicamente se referisse ao mesmo em análises posteriores, esse sugestivo trabalho nunca foi desenvolvido. Depois da revolução de 1905 a noção de desenvolvimento desigual veio a ser interpretada em termos de questão política imediata, ou seja, se a revolução socialista era possível nas nações economicamente menos avançadas, onde o campesinato ainda constituía a maior parte da classe trabalhadora e a burguesia emergente era fraca. Esse foi o conceito que Trotsky resgatou e depurou em sua luta política contra Stálin; deste modo, hoje a "lei do desenvolvimento desigual e

77 "Smith had what (he often confessed) was a formulaic approach to Trotskyism during the 1980s […].".

> combinado" está claramente associada à tradição trotskista. Com a derrota de Trotsky, o conceito caiu na obscuridade, mas não antes que seu conteúdo econômico e geográfico estivesse completamente deslocado. Relacionado com a teoria da revolução permanente de Trotsky, ele sobreviveu no movimento trotskista como um termo político referente ao desenvolvimento de relações de classes e à anatomia da revolução. (SMITH, 1988b [1984], p. 18, sublinhado nosso)

Embora concordemos com o autor que, durante muito tempo, a teoria do desenvolvimento desigual e combinado tenha ficado praticamente restrita aos círculos intelectuais trotskistas, avaliamos que Smith se equivoca completamente ao afirmar que o "conteúdo econômico e geográfico" da teoria tenha sido deslocado da sua formulação. Também vemos como muito restrito achar que a noção de desenvolvimento desigual e combinado seja "um termo político" que está conectado somente às "relações de classe e à anatomia da revolução". Ainda mais nos dias atuais, com o *revival* da teoria do desenvolvimento desigual e combinado em várias Ciências Humanas e Sociais, incluindo a Geografia, fica nítido que Smith, mesmo reconhecendo a particularidade da abordagem de Trotsky, acabou por não se apropriar dessa teorização para sua elaboração intelectual. Neste mesmo sentido, Davidson (2017, p. 62) reconhece que, "[s]urpreendentemente, talvez, dada sua formação no trotskismo não ortodoxo da tradição da Internacional Socialista, o livro pioneiro de Smith é mais fraco precisamente ao lidar com o combinado, em oposição ao desenvolvimento desigual."[78].

Até aqui, percebemos que, em se tratando dos principais nomes da Geografia ocidental que lidam com a questão das teorias marxistas do desenvolvimento desigual, nem Harvey nem Smith podem ser compreendidos como autores que se apropriaram da compreensão trotskista desigual e combinada do desenvolvimento contraditório do capitalismo. Avancemos em direção a nossa terceira e última autora.

* * *

78 "Surprisingly perhaps, given his background in the unorthodox Trotskyism of the International Socialist tradition, Smith's path-breaking book is at its weakest precisely in dealing with combined, as opposed to uneven development.".

Doreen Massey apresenta uma abordagem muito peculiar sobre a questão das teorias do desenvolvimento desigual no interior da Geografia acadêmica. Para pensar sobre isto, a autora se vale de um conjunto de conceitos que fundamentam toda sua análise sobre o desenvolvimento das relações capitalistas, tendo como lócus privilegiado de análise o Reino Unido. Além de trabalhar com a leitura do desenvolvimento desigual (algumas vezes adjetivado como desenvolvimento espacialmente desigual), Massey (1978; 1984; 1994 [1988]) aborda os seguintes conceitos: divisão espacial do trabalho; estruturas espaciais; relações espaciais. Desta forma, a autora se vale de um complexo conjunto de noções que fundamentam e dão particularidade à sua abordagem sobre o desenvolvimento desigual.

Um dos pontos que merecem a menção nessa sua reflexão original é a questão de gênero, considerando que, à época, poucos trabalhos se debruçaram sobre esta problemática no interior dos debates da Geografia econômica, especialmente acerca da relação entre espaço e indústria. Um outro ponto que salientamos em Doreen Massey é como toda sua elaboração dá centralidade para pensarmos a Geografia através de uma perspectiva de classe social, ou melhor, das relações de classe que vão se estabelecendo ao longo do desenvolvimento do capitalismo nas últimas décadas.

Esses dois pontos têm total relação com a trajetória intelectual que Massey teve. Ainda nos anos 1960, essa autora participou de organizações políticas que construíam o debate do socialismo feminista. Quando Massey se tornou professora no Reino Unido, um de seus principais horizontes era o de desenvolver uma análise mais crítica dentro da Geografia, onde questões como classe e gênero ainda eram extremamente limitadas. Ao se debruçar no primeiro momento sobre a questão da classe trabalhadora industrial no Reino Unido, a autora foi constituindo uma compreensão da sociedade e do espaço que teve como preocupação central a questão regional. E é justamente a partir desse interesse pelo regionalismo que Massey se aproximará das teorias marxistas do desenvolvimento desigual como meio de entendimento da divisão do trabalho em sua realidade. Justamente por isso, a autora foi também uma das pioneiras na Geografia que se debruçou sobre a teoria (MASSEY, 1978), que levaria como suporte analítico fundamental em quase toda sua carreira.

Em sua abordagem, Massey estabelece a necessidade de afastar-se de qualquer leitura que considere a formação de regiões como algo preconcebido, aproximando-se assim de uma perspectiva do processo social de produção do espaço nos termos de uma organização

geográfica que considere a divisão espacial do trabalho. Desta forma, o desenvolvimento desigual deve ser compreendido a partir de um processo que é histórico e somente pode ser desvelado quando consideradas as diferentes escalas de reprodução das relações capitalistas.

> Se o social é inextricavelmente espacial e é impossível divorciar o espacial de sua construção e seu conteúdo sociais, percebe-se não apenas que os processos sociais devem ser analisados espacialmente, mas também que o que tem sido pensado como padrões espaciais podem ser conceituados em termos de processos sociais. (MASSEY, 1984, p. 67)[79]

Assim, a forma própria da autora abordar a Geografia tem como substrato as relações sociais que são também relações espaciais. A Geografia não seria somente um resultado das relações que se estabelecem em sociedade, mas o próprio desenvolvimento da sociedade em si é desenvolvimento geográfico, se constituindo como parte integral da sua realização. Talvez seja este um dos argumentos do porquê de Massey não usar durante todo o tempo o termo desenvolvimento espacial desigual, por compreender que, por ser desenvolvimento das relações sociais, as relações espaciais já estão ali compreendidas.

O uso do conceito de divisão espacial do trabalho também vai neste mesmo sentido. Para a autora, esse deve ser considerado à luz do modo como as atividades econômicas respondem, diante do processo de acumulação capitalista, à diferenciação espacial já estabelecida. Com essa interpretação, Massey vai no sentido de perceber que a completa apreensão dos fenômenos se estabelece no entrecruzamento de diferentes dimensões: econômica, social, cultural, espacial etc. E como estas dimensões são dinâmicas, assim também será o desenvolvimento desigual, inclusive como determinante nos rearranjos de novas divisões espaciais do trabalho. Também podemos compreender desta forma a partir do conceito de estruturas espaciais, como na seguinte citação:

> O conceito de estruturas espaciais, portanto, fornece um caminho para a análise das relações econômicas entre regiões, a geografia das relações sociais de produção que subjazem a qualquer forma particular de desenvolvimento desigual nas sociedades capitalistas. Isto também fornece

79 "If the social is inextricably spatial and the spatial impossible to divorce from its social construction and content, it follows not only that the social processes should be analysed as taking place spatially but also that what have been thought of as spatial patterns can be conceptualised in terms of social processes".

> uma base para examinar a geografia da estrutura social, a geografia das classes sociais. (MASSEY, 1994 [1988], p. 101)[80]

Esta centralidade que a autora dá para as estruturas espaciais vai para além de uma questão analítica: essas são fundamentais para o próprio processo de acumulação do capital. Assim como no debate sobre a divisão espacial do trabalho, as estruturas espaciais são condicionantes para o desenvolvimento das relações capitalistas em suas particularidades. Por outro lado, em uma perspectiva dialética, os diferentes aspectos das relações de produção também condicionam as estruturas espaciais e suas particularidades. Isto não quer dizer, contudo, que somente as frações do capital consideram as estruturas espaciais. As diversas formas como a classe trabalhadora se organiza também têm estas em conta, definindo formas próprias de regionalismo do trabalho, como nos casos elencados pela autora quanto à Itália e ao Reino Unido (MASSEY, 1978; 1984).

A importância da questão da diferença nos estudos geográficos, como apontado anteriormente, aparece de modo bem delineado nos escritos de Massey. E partindo disto, a autora elabora reflexões sobre a questão do regionalismo de modo a considerar como este pode ser pensado tendo em conta o desenvolvimento desigual no contexto das relações capitalistas.

> A resposta da natureza do capital às desigualdades espaciais é, em si, um produto da interação entre as características existentes da diferenciação espacial e os requisitos em qualquer época do processo dominante de produção. Essa interação é importante – não só a produção molda a geografia, como também a configuração geográfica historicamente desenvolvida (tanto o fato da diferenciação espacial como da sua natureza particular) tem sua influência no curso tomado pela acumulação. (MASSEY, 1978, p. 114)[81]

---

80 "The concept of spatial structures thus provides a way in to the analysis of the economic relations between regions, the geography of the social relations of production which underlie any particular form of uneven development in capitalist societies. It also provides a basis for examining the geography of social structure, the geography of class".

81 "The nature of capital's response to spatial unevenness is itself a product of the interaction between the existing characteristics of spatial differentiation and the requirements at any time of the dominant process of production. This interaction is important – not only does production shape geography, the historically-evolved geographical configuration (both the fact of spatial differentiation and its particular nature) has its influence on the course taken by accumulation".

Neste sentido, vemos como a autora vai abordando a questão da teoria do desenvolvimento desigual nos seus estudos dando centralidade à questão regional no processo de acumulação, ao mesmo tempo em que se afasta de leituras que consideram a regionalização como algo preconcebido: o que importa então é apreender as relações espaciais/sociais/econômicas na conformação do desenvolvimento. Estes esforços vão justamente no sentido de compreender o desenvolvimento desigual como algo que vai para além de uma lei, ou seja, se consideramos sua centralidade para analisar as relações de produção no capitalismo, podemos perceber como a diferenciação espacial auxilia na apreensão da complexidade associada às relações espaciais.

Em todo o debate trazido por Doreen Massey, este caráter relacional recebe relevo o tempo todo. Assim, por exemplo, a autora sempre frisa que a compreensão sobre a organização das plantas industriais, ou a forma como os sindicatos se estabelecem, ou ainda como se dão as conexões entre divisão sexual do trabalho e acesso à renda, sempre devem ter em vista que se trata do entendimento parcial do significado completo do desenvolvimento desigual. Deste modo, essa teoria se revela como complexa sob diferentes prismas: histórico, sociológico, político, econômico, espacial. Sobre este último, Massey aponta para a questão da escala, sendo necessário portanto relacionar o desenvolvimento desigual com o conceito de estruturas espaciais. Um olhar desatento sobre o desenvolvimento espacial desigual das relações capitalistas em qualquer país pode deixar despercebidos processos que se estabelecem em escalas extrafronteira, especialmente quando considera-se a divisão internacional do trabalho. A partir disto, temos uma reflexão bem original da autora.

> Assim, diferentes estruturas espaciais implicam formas distintas de diferenciação geográfica, tanto em termos dos padrões de diferenciação social entre áreas quanto em termos das estruturas das relações inter-regionais. O que isto significa é que o desenvolvimento desigual não varia apenas em grau, como alguns dos argumentos sobre ele, e medidas dele, implicariam; varia também em sua natureza. Podem existir diferentes *tipos* de 'problemas regionais'. (MASSEY, 1994 [1988], p. 90, itálico da autora)[82]

82 "So, different spatial structures imply distinct forms of geographical differentiation, both in terms of the patterns of social differentiation between areas and in terms of the structures of interregional relations. What this means is that uneven development does not vary only in degree, as some of the arguments about it, and measures of it, would imply; it varies also in its nature. There can be different kinds of 'regional problem'".

Essas diferentes naturezas do desenvolvimento desigual trazidas por Massey explicitam e enfatizam a importância da leitura geográfica quando consideramos esta teoria. Em vários momentos dos textos, a autora sinaliza exemplos nos quais a questão das relações espaciais precisa ser considerada para que efetivamente o real seja apreendido. E as diferentes naturezas do desenvolvimento desigual devem ser apreendidas também ao longo do tempo, indicando a necessidade de periodizações precisas para a compreensão da relação entre economia e regionalização. Neste ponto, um dos argumentos que a autora considera, ao problematizar sobre como pensar Londres no contexto do desenvolvimento do Reino Unido, são as transformações presenciadas mundialmente diante do processo de reestruturação do sistema financeiro. Desta forma, importa sempre considerar a relação que determinadas regiões estabelecem com o contexto nacional, mas também internacionalmente.

> Estruturas espaciais intranacionais estão inseridas em um sistema internacional. Isto pode significar que as economias de diferentes partes do mundo são 'especializadas' na produção de diferentes mercadorias. Cada vez mais hoje, por outro lado, muitas das indústrias que são organizadas ao longo de linhas de processos parciais, por exemplo, são internacionalizadas em termos de suas instalações de produção. Diferentes economias nacionais terão saldos diferentes dos vários estágios de produção e sua geografia interna será afetada no mesmo sentido. (MASSEY, 1984, p. 83)[83]

A relação que cada parte do globo estabelece com a divisão internacional do trabalho, desta forma, é um ponto importante, haja vista que nem tudo se explica da fronteira para dentro, principalmente quando consideramos muitos dos países que tiveram em seu passado a marca da colonização. E é justamente nesta linha de argumento que a abordagem desenvolvida por Massey nos interessa em particular. Muito embora a autora não faça uso estrito do termo (desenvolvimento desigual e combinado[84]), em vários momentos dos seus escritos a questão da combinação associada ao desenvolvimento desigual aparece de modo direto. Por exemplo, temos a citação que segue:

---

83 "Intranational spatial structures are embedded in an international system. It may be that the economics of different parts of the world are 'specialised' in the production of different commodities. Increasingly today, on the other hand, many of the industries which are organised along part-process lines, for instance, are internationalised in terms of their production facilities. Different national economies will have different balances of the various stages of production and their internal geography will be affected accordingly".

84 Talvez a única grande exceção seja a menção que a autora faz ao termo no livro *Pelo espaço* (MASSEY, 2008 [2005], p. 234), embora trate-se de uma citação de outros autores. Em suma, é possível afirmar que a exceção confirma a regra.

> A análise da evolução de uma nova divisão espacial do trabalho é, no entanto, apenas a primeira etapa no estudo da diferenciação espacial. Em seguida, é necessário analisar a maneira como esse novo uso do espaço é combinado com o padrão geográfico dos usos anteriores. São os efeitos dessa combinação que produzem tanto as características distintivas das áreas locais quanto o padrão geral de variação regional em uma formação social. (MASSEY, 1978, p. 119)[85]

Nesta reflexão, a intelectual aborda de modo explícito um dos principais argumentos daqueles que defendem o uso do termo "combinado" em conjunto à noção de "desenvolvimento desigual". A produção e a reprodução das relações capitalistas se estabelecem a partir de combinações entre determinantes que já estão estabelecidos. Desta forma, Massey (1978, 1984, 1994 [1988]) compreende que qualquer estrutura econômica sempre é resultado de uma complexa combinação entre as várias "camadas" que se revelam através das estruturas e das relações espaciais, derivadas em diferentes escalas.

Acreditamos que essa especificidade nos escritos de Doreen Massey tem relação com algumas de suas referências. Em seus textos é possível localizar autores que fazem uma abordagem a partir da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, dentre os quais destacamos Ernest Mandel[86]. Mesmo considerando que a realidade do Reino Unido é bem distinta dos chamados países "atrasados", foco privilegiado da teoria no texto original de Trotsky, a autora mostra em vários exemplos como a combinação é algo importante a ser considerado no contexto nos estudos sobre o desenvolvimento da indústria no contexto da Europa Ocidental.

Neste sentido, acreditamos que é possível identificar alguma conexão entre o debate trotskista de "desenvolvimento combinado" e o conceito de "combinação de camadas" (*combination of layers*, no original) de Massey. Na citação abaixo, vemos um bom exemplo de como esse conceito aparece nos escritos da autora. Ao comentar sobre diferentes

---

85 "The analysis of the evolution of a new spatial division of labour is, however, only the first stage in the study of spatial differentiation. It is next necessary to analyse the way in which this new use of space is combined with the geographical pattern of previous uses. It is the effects of this combination which produce both the distinctive characteristics of local areas, and the overall pattern of regional variation in a social formation".

86 Existem basicamente duas obras deste autor que são mencionadas: o artigo *The dialetic of class and region in Belgium*, de 1963, e o livro *Late capitalism*, de 1972.

espacializações do setor produtivo do ponto de vista regional derivadas do desenvolvimento desigual do capitalismo, argumenta que

> [e]ssa nova distribuição da atividade econômica, produzida pela evolução de uma nova divisão do trabalho, será sobreposta ao, e combinada com o, padrão produzido em períodos anteriores por diferentes formas de divisão espacial. A combinação de camadas sucessivas produzirá efeitos que, por sua vez, variarão no espaço, contribuindo para uma nova forma e distribuição geográfica da desigualdade nas condições de produção, como base para a próxima rodada de investimentos. […] [A] estrutura social e econômica de qualquer área local será um resultado complexo da combinação da sucessão de funções daquela área dentro de uma série de divisões espaciais do trabalho mais amplas, nacionais e internacionais. (MASSEY, 1978, p. 115-116, sublinhado nosso)[87]

Assim, a autora entende que existe uma relação dialética complexa entre desigualdade e combinação na conformação das regiões. Embora seja possível encontrar o uso do termo "combinação" tanto em Harvey, como em Smith, será com Massey que teremos na Geografia acadêmica ocidental uma leitura do desenvolvimento capitalista que compreenderá com centralidade o combinado, ainda que não tendo exatamente em Trotsky uma referência para tanto. Essa ponderação, contudo, não é acidental. Ela nos leva à necessidade de um balanço mais geral dos três autores antes de avançarmos para a construção um cenário melhor desenhado da recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil.

* * *

O debate sobre a relação entre homogeneidades e heterogeneidades regionais na organização do espaço geográfico tem se apresentado ao longo do século XX. Mas as teorias marxistas do desenvolvimento desigual, inseridas principalmente a partir das contribuições de

87 "This new distribution of economic activity, produced by the evolution of a new division of labour, will be overlaid on, and combined with, the pattern produced in previous periods by different forms of spatial division. The combination of successive layers will produce effects which themselves vary over space, contributing to a new form and geographical distribution of inequality in the conditions of production, as a basis for the next round of investment. [...] the social and economic structure of any given local area will be a complex result of the combination of that area's succession of roles within the series of wider, national and international, spatial divisions of labour.".

N. Smith, D. Harvey e D. Massey, trazem outro caráter para esta relação. Mais do que diferenças, importa para a intelectualidade crítica na Geografia analisar as desigualdades presentes no processo de produção capitalista do espaço. Avaliamos que esses três nomes representam uma boa síntese do movimento de recepção e apropriação das teorias marxistas do desenvolvimento desigual pela Geografia ocidental. A esses autores, adicionaremos outros a partir do contexto particular brasileiro. Neste sentido, fazemos coro ao que foi expresso por Soja em relação ao aumento da presença da intelectualidade marxista nos escritos de Geografia a partir dos anos 1970.

> Através das contribuições de Bukharin, Lênin, Luxemburgo, Trótski e outros, a teoria do imperialismo e as conceituações associadas dos processos do desenvolvimento desigual tornaram-se o principal contexto da análise geográfica dentro do marxismo ocidental. Havia uma problemática espacial implícita nessas teorizações do imperialismo, mas ela se apoiou, primordialmente, no simples reconhecimento de uma limitação física última à expansão geográfica do capitalismo. Para a maioria dos grandes teorizadores, esses limites geográficos do capital tinham pouca probabilidade de vir a ser atingidos, porque a revolução social interviria muito antes de o mundo inteiro tornar-se uniformemente capitalista. Não obstante, os processos de desenvolvimento geograficamente desigual foram reconhecidos e colocados na agenda teórica e política, sendo revividos por uma nova geração de estudiosos marxistas, liderados por figuras como Wallerstein, Amin, Emmanuel, Palloix, Hymer e, especialmente, Ernest Mandel. Até que ponto essa nova geração foi influenciada pelas traduções dos *Grundrisse* no pós-guerra é uma questão interessante, mas que ainda permanece em aberto. (SOJA, 1993 [1989], p. 106, itálico do autor)

Assim, uma geração de autores (grupo que inclui o próprio Soja), dentro e fora dos limites disciplinares da Geografia acadêmica, se debruçou sobre os desafios e avanços teóricos trazidos por autores como Lenin, Rosa e Trotsky. Não desprezamos isso. O que estamos argumentando em nossa tese é que a devida análise dos processos de recepção e apropriação das teorias, conceitos e categorias do legado marxista na Geografia nos traz a necessidade de revisitar os autores, entender suas singularidades e, por vezes, apontar outras possibilidades de leitura para além das que estamos acostumados a ter quando se trata das teorias do desenvolvimento desigual em nossa ciência.

Uma outra ponderação que gostaríamos de fazer é em relação à própria presença *stricto sensu* do termo “desenvolvimento desigual e combinado” nessa geração de geógrafos e geógrafas que se propõe a analisar a realidade a partir do marxismo. Não seria correto de

nossa parte afirmar que, por não identificarmos o uso estrito e direto da teoria por Harvey, Smith e Massey, não houve nenhuma presença da teoria do desenvolvimento desigual e combinado em escritos dessa geração. No levantamento que realizamos para esta tese, gostaríamos de indicar alguns nomes para que não haja omissões.

Em 1976, John Carney (1976) faz uso do termo, por vezes desenvolvimento desigual e combinado, por vezes desenvolvimento combinado e desigual, em texto que discute alguns conceitos básicos do marxismo para a análise sobre a migração da força de trabalho na Europa. Destacamos seu pioneirismo, embora ressaltemos que o autor não desenvolve uma argumentação mais adensada sobre a teoria, sequer citando alguma outra referência que traga este debate. Quem faz isso pela primeira vez é David Slater (1977, 1978). Em seu texto de 1977, o autor deu continuidade a um esforço feito através de um outro artigo na mesma revista *Antipode* para debater as principais teorias críticas presentes no pensamento social à época e como essas poderiam servir para a construção de uma leitura do processo de subdesenvolvimento pelo prisma da Geografia. Vale destacar que nesse primeiro texto a teoria do desenvolvimento desigual e combinado aparece de modo até mais limitado que em Carney (1976), mas com o diferencial do autor referir-se a Trotsky e especificamente ao livro *A história da Revolução Russa*. Esse esforço de Slater de se aproximar dos textos próprios do debate apareceria de modo mais substancial em seu texto do ano seguinte (SLATER, 1978), onde analisa de modo singular a América Latina e tem como referência, além de Trotsky, Mandel e Francisco de Oliveira. Um aspecto curioso nesse autor é que Slater foi colega de Departamento de Geografia de Milton Santos na University of Dar es Salaam, na Tanzânia, exatamente nos anos 1970. Os dois apresentam algumas convergências à época, incluindo o interesse pelo debate sobre o subdesenvolvimento e o chamado "movimento terceiromundista".

Ainda no sentido de trazer algumas contribuições da Geografia ocidental que lidaram com a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, podemos citar algo que, mais do que uma publicação, inscreve-se como um importante ponto de viragem na difusão da teoria. Trata-se do terceiro número do volume 10 da *Review of Radical Political Economics*, em 1978. Embora não seja uma revista prioritariamente voltada para a Geografia como é a *Antipode*, esse periódico foi o primeiro a ter um número específico sobre o debate do desenvolvimento regional desigual e contou com autores de diversas áreas. Da Geografia, podemos mencionar Richard Walker (Estados Unidos), Doreen Massey (Reino Unido), James

Overton (Canadá). Destacamos que o editorial do número especial relata a centralidade do debate sobre o desenvolvimento desigual nos escritos marxistas, dando relevo para as contribuições de Lenin e Trotsky (EDEL *et al*, 1978), distinguindo esse último em relação ao desenvolvimento desigual e combinado.

A partir dos anos 1980, vários textos de Geógrafos trataram, ainda que pontualmente, da teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Avaliamos que é possível afirmar que a teoria foi recebida pela ciência em várias partes do mundo, a exemplo de trabalhos como o de Grigori Kafkalas (1987) na Grécia e o de Patrick Bond (2008) na África do Sul. Ainda assim, percebemos que, até meados dos anos 2010, é raro encontrarmos pesquisas da Geografia que tenham a teoria do desenvolvimento desigual e combinado[88], *stricto sensu*, como um fundamento estruturante da leitura sobre o desenvolvimento contraditório do capitalismo ao redor do mundo. Ou seja, teríamos então uma recepção sem a devida apropriação, ou com apropriação limitada. E também partindo desse argumento, é possível então retomar alguns pontos da nossa análise sobre Harvey, Smith e Massey para concluirmos este capítulo.

Ainda que seja reconhecível todo o debate sobre o desenvolvimento (geográfico/espacial) desigual nos trabalhos destes três intelectuais, a presença *stricto sensu* da teoria do desenvolvimento desigual e combinado nos seus estudos geográficos se deu de modo limitado. Não obstante, antes de entendermos como esses processos de (não-)recepção e (não-)apropriação dialogam com a produção intelectual da Geografia no Brasil, é pertinente sumarizar como estes três autores apresentam expressamente seus termos. Em relação a David Harvey, percebemos que esse tem feito um esforço de adjetivar a teoria, indicando-a como desenvolvimento geográfico desigual. Como já argumentamos, avaliamos que esse esforço segue no sentido de "geograficizar" a teoria leninista do desenvolvimento desigual. Já Doreen Massey apresenta algumas vezes a ideia de desenvolvimento espacial desigual, mas tem como diferencial em relação aos outros dois autores a explicitação do caráter combinado do processo. Ainda assim, ponderamos que a autora não trata dos termos estritos da teoria trotskista, qual seja, desenvolvimento desigual e combinado. Como colocamos, a noção de combinação da autora aparece como uma teorização à parte, a partir da noção de "combinação de camadas". Neste sentido, poderíamos afirmar que os escritos de Massey, dentre os três

88 O texto de Bond (2008) é justamente uma dessas exceções. O autor fez um importante esforço de revisão de literatura no âmbito da tradição trotskista para tratar do desenvolvimento desigual e combinado, o que não era muito usual até então na Geografia.

autores aqui considerados, são os que mais se aproximam de uma apropriação intelectual, mas a consideramos como restrita para os propósitos desta tese, por não levar em conta toda a trajetória da teoria trotskista *stricto sensu*.

Quanto a Neil Smith, avaliamos que é necessário trazer mais alguns pontos. Considerando nosso aparato conceitual da História Intelectual, avaliamos que seria cabível dizer que os escritos desse autor são responsáveis pela recepção da teoria na Geografia, ainda que essa recepção não tenha levado a uma apropriação. Ou talvez a uma apropriação enviesada, já que, a partir da posição do autor, depreende-se que a teoria do desenvolvimento desigual e combinado apresenta apenas um caráter político. Após algumas críticas que seu livro *Desenvolvimento Desigual* recebeu logo após a publicação, Smith escreveu um artigo em que novamente se coloca sobre a questão do "combinado". Após reafirmar a posição que ele expressou no livro (e que já expusemos aqui), o autor afirma que

> Com o ressurgimento do interesse pelo marxismo nos anos 1960 e 1970, a teoria do desenvolvimento desigual foi geralmente interpretado em seu sentido político. Referia-se principalmente aos avanços desiguais do proletariado em direção à revolução socialista. Suas conotações mais econômicas não foram negadas, mas geralmente não eram mencionadas. Isso certamente era verdade para as polêmicas de Trotsky/Stalin, mas a interpretação política provavelmente pode ser buscada nas consequências da revolução de 1905 e no livro *Balanço e perspectivas* de Trotsky. Antes disso, era a interpretação econômica que dominava – a ideia de um desenvolvimento desigual das forças de produção. De fato, Lênin foi quem mais explicitou o processo, mas não em seus escritos filosóficos, que eram, na melhor das hipóteses, medíocres. Em vez disso, foi em suas análises econômicas concretas, especialmente no livro *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, que ele foi o pioneiro na investigação do desenvolvimento desigual. O que Trotsky fez foi traduzir essa ideia para o contexto político. Ironicamente, enquanto o conceito polemicamente drenado de desenvolvimento desigual persiste até hoje, a discussão mais recente envolveu um retorno, embora involuntariamente, à concepção mais econômica e explicitamente geográfica de Lenin. (SMITH, 1986, p. 91, itálico do autor)[89]

89 "With the resurgence of interest in marxism in the 1960s and 1970s, uneven development was generally interpreted in its political sense. It referred primarily to uneven advances of the proletariat toward socialist revolution. Its more economic connotations were not denied but were generally not mentioned. This was certainly true of the Trotsky/Stalin polemics but the political interpretation can probably be traced back to the aftermath of the 1905 revolution and Trotsky's Results and prospects. Previous to this it was the economic interpretation which dominated – the idea of an uneven development of the forces of production. It was indeed Lenin who was most explicit about the process, but not in his philosophical writings which were mediocre at best. Rather, it was in his concrete economic analyses, especially The development of capitalism in Russia, that he pioneered the investigation of uneven development. What Trotsky did was to translate this idea into the political context. Ironically, while the polemically drained concept of uneven

Com esta passagem, fica clara a posição de Smith. Em certa medida dialogando com outros autores de sua época, incluindo entre eles o próprio Harvey, o autor se baseia na tradição teórica leninista de desenvolvimento desigual para construir sua linha de argumentação. Para tanto, afirma ser essa "mais econômica e geográfica" que aquela desenvolvida por Trotsky. Fizemos questão de frisar essa passagem porque não é raro vermos autores na Geografia tributarem a Smith (e por vezes a Harvey) a noção de que esses seriam os "tradutores" da teoria do desenvolvimento desigual e combinado na análise espacial. Podemos afirmar, então, que isso não nos parece cabível. Após o período dos anos 1980, Smith via de regra não retoma esse debate. Ainda assim, em uma das raras vezes que o autor se dispôs a argumentar sobre o porquê desta não utilização, mudou sutilmente de posição, afirmando que o termo já estaria automaticamente contido na ideia geral do desenvolvimento desigual. Ao argumentar em favor do legado leninista da teoria do desenvolvimento desigual, indica que

> […] umas sete ou oito décadas atrás, Lenin já tinha tal perspectiva à vista, e a discussão admitidamente politicamente inspirada de Trotsky sobre o desenvolvimento desigual estava na mesma direção. (Esse foi o ponto central de sua insistência no <u>combinado</u> associado ao desenvolvimento desigual – uma qualificação que não é mais necessária hoje na medida em que é implícita, dada como certa). (SMITH, 2006, p. 185, sublinhado nosso)[90]

Contudo este não é um ponto pacífico no interior do debate sobre os diferentes usos da teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Um dos principais pontos que são levantados neste sentido é de que o caráter combinado do desenvolvimento desigual não se manifesta em toda e qualquer forma de processualidade do capitalismo, sendo possível então identificar alguns processos nos quais o desenvolvimento das relações capitalistas se dá desigual e combinadamente e outros nos quais este desenvolvimento se daria somente desigualmente. Outro argumento seria sobre qual a necessidade de omitir o termo se ele

development persists today, most recent discussion has involved a return, however unwittingly, to Lenin's more economic and explicitly geographical conception.".

90 "[…] some seven or eight decades ago Lenin already had such a prospect in sight, and Trotsky's admittedly politically inspired discussion of uneven development was on the same track. (This was the entire point of his insistence on combined as well as uneven development – a qualification that is no longer necessary today insofar as it is implicit, taken for granted.)".

realmente garante um poder explicativo *sui generis*. Um pouco nesse sentido, temos a seguinte argumentação.

> A desigualdade pode ser um fato recorrente da vida socioeconômica e uma pré-condição e pré-requisito para a combinação, mas o C intermediário ["combinado"][91] se apresenta como uma fonte potencialmente ilimitada de efeitos "multiplicadores" tanto em termos socioeconômicos quanto explicativos. Em um sentido estático ou transversal, a ideia de combinação sugere que as formações econômicas nacionais ou regionais devem ser vistas como "amálgamas", fusões de características inerentemente "locais" ou *sui generis* e aquelas que nasceram da multiplicidade de conexões com (e em relações com) campos sociais mais amplos, de blocos comerciais e incursões neoimperialistas a redes diaspóricas, de infraestruturas tecno-organizacionais e movimentos sociais transnacionais a cadeias empresariais de suprimentos. Em termos dinâmicos e históricos, no entanto, essa ideia levanta ainda mais questões investigativas sobre interdependência, interatividade, multiplicidade, mutualidade, responsabilidade e coexistência complexa. (PECK, 2019, p. 54)[92]

Fizemos questão de trazer essa reflexão de Jamie Peck por conta da posição que esse eminente geógrafo britânico radicado no Canadá tem tomado. Ainda que no passado ele tenha se colocado no sentido de entender que autores como Harvey partiam da teoria do desenvolvimento desigual e combinado para construir suas posições sobre o desenvolvimento geográfico desigual (PECK; THEODORE, 2007), atualmente Peck tem apresentado posição distinta. Após um importante retorno aos fundamentos da teoria trotskista do desenvolvimento desigual e combinado, como podemos ver na própria linha de argumentação no texto supracitado (PECK, 2019), esse autor tem observado como a dimensão combinada do desenvolvimento desigual foi historicamente "negligenciada" pelos geógrafos radicais, aqui se referindo especificamente à tradição anglo-saxônica que converge em torno da revista *Antipode*.

---

91 Apenas para relembrar, na grafia em inglês o termo "combinado" aparece no meio da expressão (*uneven and combined development*), diferente da grafia em português onde o termo aparece ao final.

92 "Unevenness may be a stubborn fact of socioeconomic life, and precondition and prerequisite for combination, but the middle C presents as a potentially boundless source of 'multiplier' effects in both socioeconomic and explanatory terms. In a static or cross-sectional sense, the idea of combination suggests that national or regional economic formations should be seen as 'amalgams', admixtures of inherently 'local' or sui generis features and those born of the multiplicity of connections into (and relations with) wider social fields, from trading blocs and neoimperialist incursions to diasporic networks, from technoorganisational infrastructures and transnational social movements to corporate supply chains. In dynamic and historical terms, however, this idea begs yet more searching questions about interdependence, interactivity, multiplicity, mutuality, responsibility, and complex coexistence.".

Ponderamos, contudo, que nossa posição tem algumas diferenças com a de Peck, já que esse avalia que a teoria do desenvolvimento desigual e combinado chegou a ser apropriada pelas gerações de geógrafos dos anos 1970 e 1980 (ele frisa especialmente Harvey, Smith e Massey, como fizemos aqui também), porém essa apropriação teria sido truncada. Em outras palavras, Peck avalia que existe apenas uma única grande teoria do desenvolvimento desigual no marxismo, que é a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, e que essa foi truncada por ser lida apenas como desenvolvimento desigual, omitindo-se o "C". Neste sentido, Peck afirma que "a recuperação e o reaproveitamento daquele C negligenciado podem vir a assumir um novo significado." (2019, p. 53)[93]. Mais do que um mero preciosismo, nossa posição é que a recepção e apropriação da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia ocidental é mais do que uma recuperação ou um reaproveitamento.

Os esforços da História Intelectual da Geografia que temos empreendido nesta tese têm nos mostrado que o caminho é sempre um tanto mais complexo. A diversidade de abordagens no interior do marxismo deve ser algo levado em consideração neste sentido, para que não caiamos em uma percepção limitada de todos os embates em torno da produção teórica de nomes como Lenin, Gramsci e Trotsky, como argumentamos no terceiro capítulo. Em suma, nossa tese passa pela compreensão de que existem diferentes perspectivas analíticas no interior do marxismo que tratam da questão do desenvolvimento contraditório do capitalismo. Tratar tudo como uma coisa única, sem diferenciações, apenas nos leva para uma visão limitada do movimento intelectual que o debate teve (e tem tido).

* * *

Feitas essas considerações, avaliamos que podemos avançar para nosso quinto e último capítulo. Sem as ponderações que fizemos nas páginas anteriores ficaria muito mais difícil chegar à análise que desenvolvemos para entender a recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil. E, neste sentido, é necessário sintetizar alguns pontos a partir de argumentos colocados no terceiro e neste quarto capítulos.

93 "[…] the recovery and repurposing of that neglected C may come to assume a new significance.".

Em primeiro lugar, compreendemos que o marxismo apresenta um conjunto diverso de abordagens sobre a questão do contraditório desenvolvimento das relações capitalistas. Várias teorias foram elaboradas, principalmente ao longo do século XX, como forma de entender essa questão, tais como a do sistema-mundo de Wallerstein, a das trocas desiguais de Emmanuel e da dependência de Marini, Bambirra e Dos Santos. Nesse emaranhado de constructos analíticos, destacamos duas teorias: a teoria leninista do desenvolvimento desigual (muitas vezes chamada de lei do desenvolvimento desigual) e a teoria trotskista do desenvolvimento desigual e combinado (também muitas vezes compreendida como uma lei). É óbvio que a teoria leninista do desenvolvimento desigual é base para todas as demais. O que tentamos frisar até aqui é que ela também tem uma trajetória própria e é plenamente possível identificar a recepção e a apropriação dessa teoria nas Ciências Humanas e Sociais a despeito das demais. Em outras palavras, é plausível que qualquer intelectual possa se fundamentar nos escritos de Lenin sem ter que necessariamente se voltar para as reflexões de Trotsky, por exemplo. Por seu turno, temos clareza que a teoria do desenvolvimento desigual e combinado tem raízes na teoria do desenvolvimento desigual de Lenin, contudo é um constructo teórico com singularidades e essas foram aqui buscadas nos próprios textos de Trotsky e de autores que desenvolveram sua perspectiva ao longo das últimas décadas, tais como Novack, Mandel e Löwy. Assim, podemos afirmar que a produção intelectual da Geografia no Brasil tem nos escritos de Lenin, Trotsky, Löwy, Mandel e dos vários autores que mencionamos no terceiro capítulo um dos caminhos de recepção do debate sobre a questão do desenvolvimento desigual do capitalismo.

Em segundo lugar, precisamos reconhecer que os geógrafos e geógrafas no Brasil, principalmente a partir dos anos 1970, já tinham diante de si uma importante produção intelectual de autores nacionais que, desde os anos 1940, vinham se debruçando sobre a particularidade do capitalismo em nosso país a partir dos fundamentos teórico-metodológicos do marxismo. Nomes como Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira, José de Souza Martins e os autores da Teoria Marxista da Dependência (notadamente Marini, Dos Santos e Bambirra) estudavam a realidade brasileira e latino-americana tendo como fundamento os pressupostos que já vinham sendo desenvolvidos em várias partes do mundo pelos intelectuais marxistas. Em nossa leitura, esse conjunto de autores, partindo ou não da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, também devem ser considerados como um

dos caminhos de recepção do debate sobre a questão do desenvolvimento desigual do capitalismo pela Geografia no Brasil.

Por fim, mas não menos importante, não podemos esquecer que estamos aqui analisando a singularidade de uma das Ciências Humanas e Sociais. A Geografia no Brasil não se encontrava alheia a todo o debate que ocorria, principalmente no mundo ocidental, em relação aos autores que, em diferentes departamentos ao redor do mundo, buscavam entender as grandes questões que a ciência geográfica tinha a partir dos fundamentos teórico-metodológicos do marxismo. Em se tratando do debate sobre o contraditório desenvolvimento das relações capitalistas, destacaram-se autores como Harvey, Smith, e Massey. Desta forma, entendemos que as leituras e discussões em torno das contribuições desses autores, principalmente a partir dos anos 1970, também devem ser consideradas como um dos caminhos de recepção do debate sobre a questão do desenvolvimento desigual do capitalismo em nosso contexto acadêmico.

Avaliamos que esses são os três caminhos de recepção das teorias marxistas do desenvolvimento desigual pela Geografia no Brasil, dentre as quais destacamos a teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Esses três caminhos, vale ponderar, não se dão de modo apartado. O que temos é uma rica realidade de entrecruzamentos entre esses caminhos de recepção, o que leva a uma análise ainda mais complexa e desafiadora. No próximo capítulo retornaremos àquilo que, na verdade, é a base de toda a nossa exposição: os escritos da Geografia no Brasil que lidam com a questão do desenvolvimento desigual e combinado. Feito todo esse processo de análise a partir da História Intelectual, temos agora um quadro muito mais consubstanciado para entendermos como o nosso foco de investigação deve ser concretamente pensado em uma síntese de múltiplas determinações.

CAPÍTULO 5: MOMENTOS DE RECEPÇÃO DA TEORIA PELA GEOGRAFIA NO BRASIL

> *[...] Falava-se na necessidade de se pensar a realidade como uma totalidade em movimento sem apreender-se o sentido social da produção do mundo. Ignorava-se o movimento do método que colocava a superação como sentido último da necessidade de apreensão do movimento da realidade preferindo o caminho seguro de se buscar em Marx as categorias de análise. […] Em muitos casos o materialismo dialético entrou muito mais enquanto forma de linguagem do que enquanto teoria capaz de auxiliar a pensar o mundo moderno através da geografia. (CARLOS, 1993, p. 136)*

A análise sobre o processo de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil passa, necessariamente, pelo entendimento da realidade do Brasil e do mundo no momento histórico em que isso se deu. Assim como mencionamos no capítulo anterior, temos a década de 1970 como um momento fundamental da História Intelectual da Geografia no Brasil, principalmente quando temos em conta a recepção e a apropriação do legado marxista neste contexto, em toda sua diversidade. Não são poucos os autores que indicam isso. A título de exemplificação, podemos mencionar as reflexões de Andrade (2008 [1987]), que fala de modo geral sobre a preocupação dos geógrafos com a problemática social.

> A partir da segunda metade da década de 70, os geógrafos passaram a ter preocupação maior com a problemática social, de vez que o desenvolvimento industrial passou a exercer grande impacto sobre a natureza e a sociedade, degradando e dilapidando os recursos naturais. O desejo de lucros cada vez maiores levou as grandes empresas a estimularem o crescimento do consumo e, consequentemente, a intensificarem a exploração dos recursos naturais renováveis e não-renováveis. Tivemos, então, o crescimento da produção mineral, ameaçando de esgotamento as jazidas conhecidas, a intensificação da destruição das florestas e erosão das encostas, provocando redução das áreas de utilização agrícola. O lançamento dos resíduos industriais e dos esgotos das cidades nas águas e nos solos provocaram um processo

> acelerado de degradação, pondo em risco a produção de alimentos e a saúde da população. (ANDRADE, 2008 [1987], p. 187)

Um outro autor que geralmente é lembrado em relação aos escritos que fez acerca da crítica à Geografia que se produzia no Brasil na segunda metade do século XX e a necessidade de renovação é Moraes (2005 [1981]). Ao tratar desse momento, o autor coloca que

> A crise da Geografia Tradicional, e o movimento de renovação a ela associado, começam a se manifestar já em meados da década de cinquenta e se desenvolvem aceleradamente nos anos posteriores. A década de sessenta encontra as incertezas e os questionamentos difundidos por vários pontos. A partir de 1970, a Geografia Tradicional está definitivamente enterrada; suas manifestações, dessa data em diante, vão soar como sobrevivências, resquícios de um passado já superado. Instala-se, de forma sólida, um tempo de críticas e de propostas no âmbito dessa disciplina. Os geógrafos vão abrir-se para novas discussões e buscar caminhos metodológicos até então não trilhados. Isto implica uma dispersão das perspectivas, na perda da unidade contida na Geografia Tradicional. Esta crise é benéfica, pois introduz um pensamento crítico, frente ao passado dessa disciplina e seus horizontes futuros. Introduz a possibilidade do novo, de uma Geografia mais generosa. (MORAES, 2005 [1981], p. 103, sublinhado nosso).

Nosso propósito ao iniciar estes últimos debates da tese com as duas citações acima vai no sentido tanto de precisar historicamente um momento que é crucial em nossa análise em diferentes aspectos, quanto de evidenciar que, em se tratando da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, já havia um denso e complexo debate sobre as teorias marxistas do desenvolvimento desigual. Esse debate já tinha certa densidade quando foi recebido pela Geografia no Brasil, seja por conta do contexto anglo-saxônico, seja por conta de toda a tradição já desenvolvida pela intelectualidade brasileira, como frisamos anteriormente. Ao mesmo tempo em que consideramos os anos 1970 como um importante ponto de partida para nossa análise, é inegável que, em respeito à nossa concepção historiográfica, existem continuidades e descontinuidades no desenvolvimento da História Intelectual da Geografia que precisam ser consideradas para a devida análise dos fatos, como apresentamos nos quatro capítulos antecedentes. Sem eles, muitos dos argumentos que defenderemos a partir de agora não fariam muito sentido para o leitor.

Existe ainda um ponto que gostaríamos de frisar, especificamente a partir da supramencionada citação de Moraes (2005 [1981]): o reiterado uso do termo “crise” por parte dos autores que refletem sobre esse momento histórico que estamos nos debruçando. Mais até do que o próprio Moraes, é sempre válida a lembrança do texto de Porto-Gonçalves (1978), que não por acaso tem por título: *A Geografia está em crise. Viva a Geografia!*. Esse texto foi publicado em diferentes momentos, tais como no número 55 do Boletim Paulista de Geografia (BPG), e como capítulo do livro *Geografia: teoria e crítica, o saber posto em questão*, organizado por Ruy Moreira (1982a), além de ter sido apresentado no III Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), em 1978, em Fortaleza.

Em linhas gerais, a própria justificativa de uma necessária renovação crítica da Geografia no Brasil passou pelo reconhecimento de uma crise da ciência geográfica que deveria buscar em novos referenciais suas bases para a devida leitura da realidade hodierna. Isso vai se consubstanciar em diferentes adjetivações: crise epistemológica, crise teórico-metodológica, crise do objeto etc. Desta forma, a recepção e apropriação das teorias, conceitos e categorias do marxismo teriam sido uma tentativa de superação dessa crise na Geografia, incluindo aí a própria teoria do desenvolvimento desigual e combinado.

Em nossa tese, contudo, gostaríamos de apresentar um caminho um pouco distinto. Acreditamos que se faz necessária uma leitura materialista da crise que é, propriamente, a crise do capital. Neste sentido, nos parece mais prudente começar nossa análise pelo entendimento das contradições do capitalismo que foram, no final das contas, a realidade concreta a partir da qual se estabeleceu a necessidade de renovação crítica da Geografia acadêmica no Brasil.

No sentido de construir um entendimento dos momentos de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil, organizamos este último capítulo em três subcapítulos. Logo a seguir, continuaremos nossa leitura sobre o movimento de renovação crítica da Geografia na segunda metade do século XX, argumentando a partir de reflexões sobre as particularidades do desenvolvimento capitalista nessa quadra histórica. Com isso, evidenciaremos o que entendemos como sendo o primeiro momento de recepção da teoria ainda no final dos anos 1970. No segundo subcapítulo argumentaremos sobre aquilo que compreendemos ser um segundo importante momento de recepção, qual seja, o final da década de 2000, evidenciando as continuidades e descontinuidades entre esse e o momento

anterior. Nesse subcapítulo traremos de modo mais detalhado o levantamento de dados que fizemos por meio da revisão sistemática de 681 publicações da Geografia no Brasil que mencionam a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, evidenciando informações como: a quem a comunidade geográfica se refere quando menciona esse constructo teórico e qual instituição de origem de quem escreve o texto. Por fim, elaboramos um terceiro subcapítulo como um esforço de síntese dessas reflexões, tentando traçar um quadro geral da recepção da teoria pela Geografia no Brasil, expondo caminhos, fraturas e limites desse processo.

5.1 A teoria no movimento de renovação crítica da Geografia no Brasil na segunda metade do século XX: desenvolvimento capitalista tardio e crise estrutural

Considerando que a devida leitura da História da Geografia deve se basear em seus determinantes, temos advogado em favor de uma compreensão totalizante do mundo na segunda metade do século XX para o discernimento dos processos de recepção intelectual. Se partimos da noção de que foram as contradições concretas do desenvolvimento capitalista que levaram geógrafos e geógrafas a buscarem no marxismo em geral, e na teoria do desenvolvimento desigual e combinado em particular, referenciais para a leitura da realidade, precisamos colocar aqui, ainda que brevemente, que contradições são essas. Quais seriam então as particularidades do desenvolvimento contraditório do capitalismo no século XX, ainda que tributárias das contradições gerais que dão universalidade ao seu devir?

Pela primeira vez na história social, estamos presenciando um modo de produção que se assenta em fundamentos auto-expansivos. Embora o exercício de acumular riquezas não seja algo inteiramente novo em nossa história, o capitalismo inaugura o período no qual a acumulação é a base de toda a sociabilidade. Acumulação por acumulação. Acumulação não como um meio, mas como finalidade. Nessa linha de argumentação, Mészáros (2002 [1995]) indica que, em praticamente toda nossa experiência de vida sob a face do planeta, o fundamento da sociabilidade humana assentava-se no “viver para produzir”, ou seja, todas as nossas relações sociais centravam-se na reprodução social, sem compromisso imediato com a formação do excedente, mas com o suprimento das necessidades socialmente constituídas. Ainda quando consideramos os agrupamentos humanos que foram exitosos em constituir

algum grau de acumulação, essa não era, por si só, a centralidade da sociabilidade. Será com o capitalismo que teremos a inédita concretização de uma forma de sociabilidade na qual a produção se volta, como fim máximo, para o enriquecimento.

Essa espécie de reorientação na história social, que é um dos lastros para a realização das relações capitalistas ao redor do mundo, é também uma das bases para o seu desenvolvimento contraditório. A lógica cumulativa e expansiva do capitalismo acaba por centrar-se em demandas relacionais que precisam ser diuturnamente supridas para que sempre os limites do seu desenvolvimento sejam superados, o que, em termos capitalistas, significa dizer postergados. Quando pensamos do ponto de vista espacial, essa assertiva é ainda mais nítida. Boa parte dos momentos de expansão/territorialização das relações capitalistas nas periferias de então esteve relacionada com a necessidade de superação de contradições e limites do capital nas então áreas centrais. Se pensarmos no contexto brasileiro, podemos citar como exemplo dois importantes momentos de nossa história. O primeiro é o próprio processo de colonização, que estabeleceu relações de centro-periferia entre o Brasil e a Europa de tal modo que quase que a totalidade das riquezas produzidas na colônia entre os séculos XVI e XIX foram drenadas para os primeiros passos da revolução industrial europeia. Um segundo exemplo foi o processo de substituição de importações no Brasil no século XX, que recebeu em boa medida uma parcela vultosa do capital acumulado na Europa Ocidental.

Para além desses processos que ocorrem, geralmente, em escala internacional, existem outros tantos exemplos que poderiam ser levantados em outras escalas, tais como o processo de constituição da questão regional brasileira (em escala intranacional) ou mesmo os recentes processos de gentrificação que tem ocorrido em cidades brasileiras, tais como São Paulo e Salvador. Olhando sob outro prisma, mas ainda tratando dessa lógica expansiva das relações capitalistas, podemos notar como progressivamente tudo nesse modo de produção vai se tornando alvo do processo de transformação em mercadoria. Já que a aparente saída que o capital encontra para suas contradições é apenas empurrar para frente o problema, podemos perceber esse movimento em nosso cotidiano nas mudanças profundas que, com o passar dos anos, ocorreram em diferentes dimensões de nossas vidas. Nos dias atuais, é possível comprar praticamente tudo, de educação a saúde, de uma casa em um condomínio a um "lugar no céu", passando, tendencialmente, por todas as dimensões do humano. Nos termos de Mészáros (2002 [1995], p. 622, itálico do autor), "[…] a estrutura de mercadoria capitalista se torna *universalizável* – no sentido de que absolutamente tudo pode ser subsumido à ela –

precisamente porque, sob as novas circunstâncias, o trabalho vivo mercantilizado pode ser utilizado e controlado com grande flexibilidade e dinamismo.". Neste sentido, fica claro o âmago auto-expansivo e cumulativo do desenvolvimento capitalista, eivado de contradições.

Como poucos, Mandel (1982 [1972]) foi um dos primeiros autores a pensar sobre as peculiaridades das contradições do capitalismo no século XX. Olhando para o mundo capitalista ainda em um momento de relativa estabilidade aparente (Mandel publica a primeira edição de seu livro máximo ainda no início dos anos 1970, quando boa parte dos indícios de crise do capital ainda não eram tão evidentes), o autor enxergou mudanças profundas no desenvolvimento das relações capitalistas. Mandel notou que, embora os fundamentos da sociabilidade capitalista baseada na valorização continuassem preservados, estávamos vivenciados o início de um novo momento, que chamou de capitalismo tardio. Ao apresentar em poucas palavras seu entendimento do momento histórico, argumenta que

> […] o termo "capitalismo tardio" não sugere absolutamente que o capitalismo tenha mudado em essência, tornando ultrapassadas as descobertas analíticas de *O Capital* de Marx, e de *O Imperialismo*, de Lênin. Assim como Lênin só conseguiu desenvolver sua descrição do imperialismo apoiando-se em *O Capital*, como confirmação das leis gerais, formuladas por Marx, que governam todo o decorrer do modo de produção capitalista, da mesma maneira, atualmente, só podemos intentar uma análise marxista do capitalismo tardio com base no estudo de Lênin de *O Imperialismo*. A era do capitalismo tardio não é uma nova época do desenvolvimento capitalista; constitui unicamente um desenvolvimento ulterior da época imperialista, de capitalismo monopolista. Por implicação, as características da era do imperialismo enunciadas por Lênin permanecem, assim, plenamente válidas para o capitalismo tardio. (MANDEL, 1982 [1972], p. 4-5)

Neste sentido, e concordando diretamente com o autor, esse momento da história do capitalismo que foi a segunda metade do século XX guarda singularidades que, contudo, não o fazem uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo. Estamos tratando propriamente do capitalismo imperialista e monopolista, momento inicialmente compreendido por Lenin (2011 [1917]) nos primeiros anos do século XX, ainda que ganhando peculiaridades ao longo das décadas, como denotado por Mandel (1982 [1972]), mas também por autores como Mészáros (2002 [1995]) e Beinstein (2001).

É sempre um desafio sintetizar as principais transformações do desenvolvimento capitalista ao longo do século XX em alguns parágrafos. Para os propósitos de nossa análise

na tese, vale frisar algumas transformações macroescalares que ocorreram no mundo capitalista desde, pelo menos, o período posterior à Segunda Guerra Mundial. Quando consideramos os vários termos que são utilizados para caracterizar esse momento da geografia econômica e política do capitalismo, temos nomenclaturas como fordismo, Estado de bem-estar social ou idade de ouro. Embora enfocando particularidades diversas do desenvolvimento do capitalismo a partir de 1945, o que temos enquanto totalidade é o estabelecimento de um conjunto de políticas e estratégias de consolidação do modo de produção assentadas em determinadas relações capital-trabalho mediadas pelo Estado. Esse conjunto de transformações não se deram de modo homogêneo ao redor do mundo, e geralmente quando mencionamos, por exemplo, a noção de idade dourada do capitalismo nos circunscrevemos basicamente a uma parcela da Europa Ocidental, além de países como os Estados Unidos, o Japão e o Canadá. Boa parte da caracterização do fordismo como modo de regulação do desenvolvimento capitalista não chegou a se realizar em países da América Latina, tampouco os tempos dourados do Estado de bem-estar social.

De todo modo, vale a pena sumarizar alguns pontos sobre o que significou esse momento da história do capitalismo imperialista, dado que boa parte do que discutiremos sobre o que ocorre a partir dos anos 1970 encontra lastro nos limites do que se conformou nos países que passaram por esse momento áureo das relações capital-trabalho. Em linhas gerais, compreende-se que "[…] o longo período de expansão de pós-guerra, que se estendeu de 1945 a 1973, teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, e de que esse conjunto pode com razão ser chamado de fordista-keynesiano." (HARVEY, 2014 [1989], p. 119). Um dos principais pontos que ajudam a entender a peculiaridade desse momento histórico foi a tentativa reiterada de instituir formas de controle do desenvolvimento do capital de tal modo que se constituísse uma realidade na qual as contradições desse desenvolvimento fossem superadas. Como argumentado por Mandel (1982 [1972]), isso chegou até mesmo a criar no interior dos movimentos mais críticos ao capitalismo a ilusão de que seria possível instituir uma sociedade capitalista sem suas contradições, o que dispensaria a necessidade de uma ruptura.

Na História Intelectual da Geografia no ocidente, de um modo geral, essas transformações no desenvolvimento do capitalismo, associadas ao movimento de reconstrução de boa parte dos países europeus destruídos pela segunda guerra mundial,

levaram vários geógrafos para a construção do que ficou conhecido como Geografia Ativa (basicamente no contexto francês) ou Geografia Aplicada (especialmente nos países anglo-saxônicos). Não que uma seja sinônimo da outra, muito pelo contrário, mas podemos encontrar determinantes comuns em seu processo formativo, principalmente em relação à busca por um conhecimento geográfico que fosse útil ao processo de desenvolvimento vivenciado no pós-guerra.

Não obstante, vale ponderar que a Geografia Ativa se particulariza, dentre outros pontos, por ter sido um primeiro momento onde o debate marxista aparece de modo mais flagrante nos escritos dos geógrafos. Moreira (2004, p. 21) aponta que "[p]or dois momentos deu-se o encontro entre o marxismo e a geografia na história do pensamento geográfico. O primeiro foi a década dos anos cinqüenta, no imediato pós-guerra, com o grupo dos geógrafos franceses da geografia ativa (em seu contraponto com a geografia aplicada)."[94].

Será, por exemplo, com figuras como Pierre George que teremos algumas das primeiras aproximações da Geografia com as teorias marxistas, principalmente quando lembramos que o renomado professor foi membro do Partido Comunista Francês por alguns anos. Analisando os desdobramentos do período pós-guerra na França e as decorrentes mudanças na pesquisa geográfica, Andrade destaca as contribuições de George.

> Na França, esta transformação foi levada a cabo sobretudo por Pierre George que, marxista, procurou dar uma importância maior aos estudos ligados à indústria, às cidades, ao comércio, aos transportes e ao consumo. Usando a dialética, embora com certas limitações em face da sua formação lablanchiana, ele apresentou uma face desta nova concepção geográfica em sua Geografia Econômica em que enfatizou a importância da existência de sistemas políticos diferentes, dominando grandes áreas da superfície da terra, dando em seguida prioridade ao estudo da indústria em relação à agricultura. […] Em 1956, Pierre George participou, no Rio de Janeiro, do VIII Congresso Internacional de Geografia e, após o mesmo, proferiu numerosas conferências em instituições brasileiras, tendo grande influência no Brasil, quando quebrando a velha tradição descritiva e "despolitizada" da geografia brasileira, abriu perspectivas para uma visão mais ampla e para maior preocupação com o social, preocupação esta observada em poucos geógrafos brasileiros no período anterior a 1964. (ANDRADE, 2008 [1987], p. 155-157)

94 Apenas a título de nota, o segundo momento ao qual o autor se refere viria a ser o que ficou conhecido como Geografia crítica ou Geografia radical nos anos 1970.

Não é possível negar que essa primeira aproximação da Geografia com o marxismo foi algo importante para a renovação crítica que a ciência teria alguns anos depois. Isso justamente porque é possível afirmar que o debate marxista não foi tratado como algo completamente alheio aos geógrafos e geógrafas quando emergiu com força no seio das Ciências Humanas e Sociais *a posteriori*. E, embora a citação de Andrade acima trate basicamente da importância de George, o próprio autor ressalta que o movimento da Geografia Ativa envolvia outros nomes que foram, inclusive, muito importantes no ambiente acadêmico da Geografia no Brasil, tais como Michel Rochefort e Yves Lacoste. Como ressalta Andrade (2008 [1987]), nos anos 1960, período em que se formam (ou se autonomizam) muitos dos departamentos de Geografia no Brasil, Rochefort foi um importante referencial para o IBGE no Rio de Janeiro e para os recém-constituídos cursos de Geografia da UFBA (que tinha como figura proeminente Milton Santos) e da UFPE (que por sua vez tinha como nome de destaque o próprio Manuel Correia de Andrade).

A importância da Geografia Ativa nos processos de recepção do debate marxista pela Geografia no Brasil foi algo destacado por alguns de nossos entrevistados. Na visão desses, embora sejam inegáveis as rupturas na pesquisa e análise da ciência a partir do final dos anos 1970, não é correto desconsiderar algumas continuidades que já existiam no ambiente acadêmico brasileiro. Perguntado sobre a presença de textos de inspiração marxista ainda no seu processo de graduação nos anos 1950 na USP, Mamigonian (2019) ressalta que "existiam textos que já eram conhecidos à época, dos geógrafos franceses. Por exemplo: Rochefort, Jean Dresch, Jean Tricart, que eram textos de Geografia marxista. […] Esses já tinham textos ou publicados na França ou traduzidos aqui [no Brasil]. […] Todos eles foram em algum momento do Partido Comunista Francês.". Ponderamos, contudo, que o entrevistado se refere ao período de graduação no sentido mais amplo, já que no interior das salas de aula esses autores não apareciam como referência à época. Isso também é pontuado em entrevista por Ruy Moreira. Tendo sua formação inicial em Geografia já nos anos 1960, Moreira também aponta para a presença dos textos dos autores franceses da Geografia Ativa como uma importante base mais crítica dentre o rol de leituras que fez parte da sua formação no período em que estudava na UFRJ.

> A minha geração viveu exatamente essa ambiguidade. Nós tínhamos um contato com esses geógrafos [George, Lacoste, Tricart, Kayser, Guglielmo]

> fora da universidade, no ambiente dos cursinhos, no ambiente da sala de aula do ensino médio, e levávamos para dentro da sala, mas lá não havia desdobramentos. Pierre George não fazia parte da grade curricular do curso que nós fazíamos. Eu tive que ter contato com a literatura dele por fora das aulas em si. […] Era um marxismo que, de certo modo, estava presente na Geografia, não necessariamente nas aulas dos nossos professores, mas que estava ali como que sub-repticiamente fazendo pressão sob os professores para que eles abrissem um pouco o verbo. Mas mesmo que eles desejassem acabava sendo ambígua a intervenção deles. O discurso político e o discurso epistemológico não eram um mesmo discurso. Então essa ambiguidade, essa situação de híbrido, atravessou a minha geração, a geração um pouco anterior a dela, e uma geração um pouco posterior. (MOREIRA, 2021)

Isso, obviamente, não pode ser tomado como uma generalização dos cursos de Geografia no Brasil como um todo. Como já mencionado, em departamentos como os da UFBA e da UFPE, autores da Geografia Ativa já eram figuras proeminentes nos anos 1960. Na própria USP, esses autores passaram a figurar como bibliografia básica ainda antes dos anos 1970. Não obstante, como externado por alguns dos entrevistados, reconhecer a importância desses primeiros contatos não pode desconsiderar seus próprios limites, que se expressavam inclusive nas publicações dos autores da Geografia Ativa. Assim, e neste sentido concordando com Moraes e Costa (1987 [1984], p. 40), é necessário ter claro que esse primeiro movimento de aproximação entre Geografia e Marxismo se dá de modo extremamente limitado e não se compara com todo o esforço empreendido a partir dos anos 1970.

Além da relação que se estabeleceu entre geógrafos franceses e brasileiros, vale ponderar que, conforme investigações feitas por trabalhos como os de Pedrosa (2013) e Verdi (2016), autores ligados ao PCB como Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré também eram referenciais importantes para a Geografia no Brasil antes mesmo do final dos anos 1970. O primeiro, como já destacamos no capítulo anterior, teve uma importância seminal para os escritos que se propunham a analisar a realidade do território brasileiro e se fez presente em textos publicados ainda nos anos 1960 (VERDI, 2016), isso sem falar da forte influência que Prado Júnior teve na própria formação de Manuel Correia de Andrade. Considerando os dados que levantamos em nossas entrevistas, praticamente todos os entrevistados fizeram questão de frisar a centralidade de Prado Júnior em seus processos formativos, já que em diferentes contextos escolares esse era leitura obrigatória ainda na educação básica. Quanto a Sodré, figura importante no debate da Geografia desde os anos 1950, seu livro *Introdução à Geografia:*

geografia e ideologia, de 1976, também deve ser considerado como um importante escrito que faz aproximações entre o debate marxista e a Geografia (SODRÉ, 1976), como bem ponderado por Scarim (2008) e Pedrosa (2015).

Em que pese todos esses esforços e primeiras aproximações entre a comunidade geográfica no Brasil e o marxismo, ainda não é possível identificar a recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil nesses momentos iniciais de contato com o debate marxista. Avaliamos que é necessário situarmos propriamente o momento em que a Geografia no Brasil se aprofunda em leituras sobre as teorias, leis, conceitos e categorias do marxismo. Neste sentido, seria com a agudização das contradições do desenvolvimento capitalista no mundo a partir do final dos anos 1960 que vários autores, dentro e fora da Geografia no Brasil, se debruçariam sobre o legado marxiano e marxista como forma de compreensão da complexa realidade que se apresentava. Voltemo-nos agora para essas contradições e sua expressão máxima: a crise.

* * *

O período do pós-guerra acabou por constituir um momento *sui generis* de concertação global das principais potências capitalistas que instituíram normas que passaram a regular e a estimular novos padrões de desenvolvimento do capital, algumas das quais assentadas no acordo de Bretton Woods (1944). O Estado passou a assumir uma condição central de garantidor de direitos à massa de trabalhadores como contrapartida ao estabelecimento de normas que demandavam padrões avançados de produtividade. Por seu turno, foi crescendo de modo substancial a perspectiva do trabalhador como um consumidor, o que também contribuiu para a necessidade de sociedades baseadas no pleno emprego e no acesso a serviços básicos como os de educação, saúde, previdência e lazer. Reforçou-se a necessidade de organizações sindicais fortes como importantes mediadoras das relações capital-trabalho. Obviamente, esses sindicatos não eram bem-vindos quando o assunto era qualquer projeto de emancipação socialista da classe trabalhadora, a exemplo das perseguições ocorridas nos Estados Unidos no período pós-1945 naquilo que ficou conhecido como macartismo ou caça às bruxas. Outra contradição evidente era que esse perfil do trabalhador em pleno emprego em boa parte dos países estava confinado a uma parcela da

sociedade, geralmente formada por homens brancos, deixando à margem parte importante de mulheres, negros e imigrantes.

Além do controle do trabalho, o período fordista-keynesiano teve como marca as tentativas de maior controle das operações de capital ao redor do mundo, ainda como um rescaldo do que foi a crise de 1929. Não que não tenham se formado grandes corporações nesse período, muito pelo contrário, ainda mais em se tratando de imperialismo. Contudo o Estado teve uma importante função de regulação dos investimentos de tal modo que o capital produtivo sempre pudesse ser azeitado em seu desenvolvimento. Como Harvey (2014 [1989], p. 131) aponta, o fordismo foi mais do que "um mero sistema de produção em massa", como comumente se vende, foi propriamente "um modo de vida total".

Ainda assim, não é possível ignorar o contexto geopolítico que as potências imperialistas vivenciaram no imediato pós-guerra. A constituição da guerra fria, ou seja, de um outro projeto societário que rivalizava com o capitalismo, também é uma dimensão que não pode ser minorada na conformação, por exemplo, do que se chamou de Estado de bem-estar social. Além da repressão a projetos de esquerda mais radicais, o contexto de pleno emprego e acesso a uma série de direitos a parcela considerável da população entravam no bojo de uma visão de capitalismo humanizado possível, que de certa forma poderia desencorajar as massas populares a aventuras revolucionárias. Soma-se a isso o próprio plano Marshall como uma política estadunidense de investimento externo direto que auxiliou na reconstrução de alguns países da Europa Ocidental tendo como garantia a lealdade desses na composição de um bloco global antissoviético.

Sobre esse período de aproximadamente três décadas ainda vale mencionar um aspecto pouco considerado em boa parte das leituras que nos valemos até aqui, mas que foi corretamente pontuado por autores como os da teoria marxista da dependência. Se levarmos em conta que o modo de produção capitalista se realiza enquanto unidade em processo de totalização, algumas partes dessa totalidade não podem ser desconsideradas. Para além da Europa Ocidental, dos Estados Unidos, do Canadá e do Japão, o mundo capitalista que se consubstancia nesse momento histórico está atravessado pela problemática do passado-presente colonial, seja em relação a países de Ásia e África que ainda eram oficialmente considerados como colônias (a exemplo da Índia, da Argélia ou de Angola), seja em relação

aos países que haviam conquistado sua independência no século XIX, a exemplo do próprio Brasil e boa parte da América Latina.

Ficando somente no caso brasileiro, o que temos nesse período entre 1945 e 1973 é o desenvolvimento de um processo de industrialização extremamente subordinado, boa parte dele derivado da própria exportação de capitais vindos dos então países centrais. Soma-se a isso o financiamento de golpes de Estado (caso do Brasil, do Chile e do Uruguai, por exemplo) e/ou o suporte a regimes ditatoriais em Ásia e África por parte dos países capitalistas centrais. Em nossa compreensão, os vultosos números das economias nacionais de países como França, Estados Unidos e Reino Unido não devem ser atribuídos somente às conjunturas das relações Estado-capital-trabalho que se instituíram internamente em cada nação. As relações centro-periferia que se estabeleceram nesse período histórico foram também combustível para um capitalismo dourado e pujante nas potências imperialistas, face de uma moeda que tinha como outro lado ditaduras sanguinárias e superexploração da força de trabalho em várias partes do mundo.

Os argumentos que trouxemos até aqui ajudam a evidenciar as contradições do desenvolvimento das relações capitalistas no período fordista-keynesiano. Mas outras contradições também ocorreram nos subterrâneos dessa conjuntura de Estado de bem-estar social, de excelentes indicadores de crescimento econômico e de pleno emprego. Como já afirmamos, Mandel, através do seu conceito de capitalismo tardio, foi pioneiro ao discutir esse acirramento das contradições do desenvolvimento do capitalismo ainda no início dos anos 1970.

> O conceito de capitalismo tardio como uma nova fase do imperialismo ou da época do capitalismo monopolista, caracterizada por uma crise estrutural do modo de produção capitalista, pode dessa maneira ser definido com maior precisão. Essa crise estrutural não se exprime pela interrupção absoluta do crescimento das forças de produção. […] [A] marca distintiva do imperialismo e de sua segunda fase, o capitalismo tardio, não é um declínio nas forças de produção mas um acréscimo no parasitismo e no desperdício paralelos ou subjacentes a esse crescimento. A incapacidade inerente ao capitalismo tardio, de generalizar as vastas potencialidades da terceira revolução tecnológica ou da automação, constitui uma expressão tão forte dessa tendência quanto a sua dilapidação de forças produtivas, transformadas em forças de destruição: desenvolvimento armamentista permanente, alastramento da fome nas semicolônias […], contaminação da atmosfera e das águas, ruptura do equilíbrio ecológico, e assim por diante – os aspectos do imperialismo ou do capitalismo tardio tradicionalmente mais denunciados pelos socialistas. (MANDEL, 1982 [1972], p. 150-151)

Algumas dessas contradições colocadas pelo autor estavam ainda em gérmen no momento de sua escrita. A própria querela que envolve a questão ambiental sob o capitalismo ainda iria apresentar importantes desdobramentos nas décadas seguintes, tendo em conta os avanços tecnológicos que conseguiram detectar com maior clareza o real estrago que uma sociedade baseada em uma auto-expansão destrutiva poderia causar ao planeta.

Destarte, a partir dos anos 1970 toda a forma própria que o capitalismo se estruturou no pós-guerra começou a apresentar contradições cada vez mais incontornáveis. Algumas dessas contradições serão aqui sumarizadas pela centralidade que tiveram (e ainda tem) na compreensão do desenvolvimento das relações capitalistas como uma espiral decadente. E a primeira dessas contradições é a questão da economia de guerra que foi se encalacrando no processo de desenvolvimento do capital, ou seja, nos termos de Mészáros (2002 [1995]), a constituição de um complexo industrial-militar. A partir de 1945, principalmente sob a batuta das forças armadas dos Estados Unidos, instituiu-se no mundo um estado permanente de belicosidade que, para além do conflito velado da Guerra Fria, tinha como um dos principais horizontes a canalização do investimento de capitais nas grandes indústrias armamentistas. Em que pese a guerra não seja algo particular do capitalismo nos séculos XX e XXI, o que tem particularizado o imperialismo nesse quesito é uma espécie de empresariamento dos conflitos, haja vista que boa parte dos grandes conglomerados empresariais da indústria armamentista não só são estadunidenses, como representam importante fração de sua burguesia. A antítese desse processo são os montantes de capital fixo que são destruídos ano após ano, somados à força de trabalho assassinada, e nesse contexto famílias destroçadas por interesses que estão longe de ser seus.

O empresariamento da economia de guerra no capitalismo monopolista é uma das mais nítidas faces do significado de consumo destrutivo do capital. Em muitos casos, a realização da mercadoria passa pela sua completa destruição, o que não descarta que essa explosão leve consigo casas, escolas e crianças nas mais diferentes partes do mundo. Essa contradição, contudo, se soma a outras tão danosas quanto o complexo industrial-militar. Um dos pontos mais propalados que caracterizariam o desenvolvimento recente das relações capitalistas é justamente o avanço tecnológico que a humanidade tem presenciado desde a segunda guerra mundial. E frisar esse avanço tecnológico em conjunto com a economia de

guerra não é fortuito, já que essa tem sido reconhecidamente um motor de inovações que vão da aviação à computação. Do ponto de vista da produção de mercadorias *stricto sensu*, as novas tecnologias têm objetivado ao longo do tempo a máxima otimização do processo produtivo, com vistas a uma maior extração de mais valor relativo da força de trabalho ou mesmo da completa substituição do ser humano pelo maquinário. E aqui reside uma contradição estrutural do desenvolvimento do capitalismo que foi extremamente agudizada na segunda metade do século XX.

Toda a busca do capital por avanços tecnológicos tem sido voltada para encontrar condições virtualmente inalcançáveis de diminuição do tempo de giro da mercadoria, o que envolve a produção, a distribuição, a circulação e o consumo. Segundo Harvey (2014 [1989], p. 148), o "[…] tempo de giro – que sempre é uma chave da lucratividade capitalista – foi reduzido de modo dramático pelo uso de novas tecnologias produtivas (automação, robôs) e de novas formas organizacionais […]. Mas a aceleração do tempo de giro na produção teria sido inútil sem a redução do tempo de giro no consumo […].". Sobre essa segunda questão, Mészáros apresenta uma singular interpretação sobre aquilo que chama de taxa de utilização decrescente.

> [A] análise do desenvolvimento histórico da produção em relação à taxa de utilização decrescente nos apresenta um quadro paradoxal, realmente contraditório. Por um longo período histórico, ela caminha lado a lado com a variação positiva da *proporção* entre bens utilizados e reutilizáveis; e, enquanto o faz, mantém-se *sem problemas* no que se refere à sua futura extensão, mas também muito limitado em seu alcance, ao confinar a maioria dos seus benefícios a uma parte extremamente limitada do todo social (provando assim ser *problemática* por causa de seu caráter necessariamente *limitado*). Em contraste, a tendência da taxa decrescente de utilização atinge seu pleno escopo apenas com a realização das potencialidades produtivas do capital, que prometem a supressão das contradições associadas ao caráter até então limitado da tendência. Contudo, a dinâmica do desenvolvimento capitalista não pode simplesmente remover as limitações anteriores à trajetória da taxa de utilização decrescente. Ela, simultaneamente, deve também tornar algumas das novas manifestações da taxa de utilização decrescente muito *problemáticas* desde o primeiro momento e *crescentemente* problemáticas com o passar do tempo. Como resultado da absurda reversão dos avanços produtivos em favor dos produtos de "consumo" rápido e da destrutiva dissipação de recursos, o "capitalismo avançado" impõe à humanidade o mais perverso tipo de existência que produz para o consumo imediato (*hand to mouth economy*): absolutamente injustificada com base nas limitações das forças produtivas e nas

> potencialidades da humanidade acumuladas no curso da história. (MÉSZÁROS, p. 2002 [1995], p. 642, itálico do autor)

Neste sentido, essa insolúvel contradição passa pela tendência do desenvolvimento capitalista de buscar expandir a obsolescência das mercadorias para que a necessidade do consumo seja sempre que possível reiniciada. Essa contradição, presente em um modo de produção que se assenta em uma lógica auto-expansivamente destrutiva, levou todo o mundo capitalista a uma tendência paradoxal que, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, se consubstanciou em crise. Não obstante, a crise capitalista deita raízes na própria forma como se estabelece o desenvolvimento. Isso por conta da tendência da reprodução das relações capitalistas sempre buscarem a diminuição do trabalho vivo frente ao trabalho morto em sua composição. Em outras palavras, no processo de concorrência entre capitalistas, cada unidade busca aumentar sua lucratividade a partir da diminuição do custo revertido ao pagamento de salários. E uma das principais formas disso é justamente pela substituição do ser humano pela maquinaria. Nesse processo, o capitalista consegue aumentar sua taxa de mais valor relativamente, dada a proporção menor de força de trabalho no custo geral da produção.

Os importantes avanços tecnológicos voltados para o processo de produção *stricto sensu* ocorridos no período pós-guerra foram base para um progressivo aumento da extração de mais valor relativo dada a automatização de muitos processos fabris. Ao longo de décadas, isso significou importantes taxas de crescimento econômico nos países centrais. Mas, contraditoriamente, esse processo também revelou sua antítese em uma dimensão estrutural para a realização da mercadoria: o consumo. A massa de trabalhadores que deixaram de integrar o processo produtivo tinham diante de si uma realidade cada vez mais limitada, o que se revelou extremamente problemático sob o prisma da realização de mercadorias.

Quando consideramos a dinâmica capitalista de um modo geral e sua tendência às crises de superprodução, como já argumentamos, temos o estabelecimento por parte dos diferentes agentes nacionais e organismos multilaterais (FMI, GBM, OMC, dentre outros) de medidas que tentam conter a espiral decadente de desvalorização. Harvey (2014 [1989], p. 168-174) menciona ao menos três dessas medidas que são recorrentemente utilizadas: a) a desvalorização de mercadorias, de capacidade produtiva, do valor do dinheiro; b) o controle macroeconômico, por meio da institucionalização de algum sistema de regulação; e c) a absorção da superacumulação por intermédio do deslocamento temporal e espacial. Ainda

assim, essas três medidas apenas empurram para frente o problema e, especialmente no caso da terceira, exportam o problema, o que significa agudização das contradições em escalas cada vez maiores. E essa última medida é justamente frisada pelo autor em relação ao que ocorreu nos anos 1970.

> Foi principalmente com o deslocamento espacial e temporal que o regime fordista de acumulação resolveu o problema da superacumulação no decorrer do longo período de expansão do pós-guerra. Por conseguinte, a crise do fordismo pode ser interpretada até certo ponto como o esgotamento das opções para lidar com o problema da superacumulação. […] [A] crise do fordismo foi tanto geográfica e geopolítica como uma crise de endividamento, luta de classes ou estagnação corporativa nas nações-Estado. Os mecanismos desenvolvidos para controlar tendências de crise simplesmente terminaram por ser vencidos pela força das contradições subjacentes do capitalismo [...]. (HARVEY, 2014 [1989], p. 173-174)

Além da dimensão da crise capitalista que envolve a esfera do consumo, é necessário considerar que existem outras dimensões neste processo. Um dos que mais valem destaque deriva diretamente da lei da queda tendencial da taxa de lucro. Ainda que historicamente alguns fatores contratendenciais sejam acionados por parte de Estados nacionais e organismos multilaterais, essa lei tendencial é uma contradição estrutural que também está na base das crises capitalistas justamente por se relacionar com a realização do valor.

Ademais, é necessário ponderar que a compreensão de que o desenvolvimento das relações capitalistas ao redor do mundo é eivado de crises não é algo que particulariza o modo de produção capitalista na segunda metade do século XX. Muito pelo contrário, já que as crises são, dialeticamente, problemas para o desenvolvimento e condições objetivas para novas rodadas de expansão do capital em espiral. Mas algo distinto deve ser percebido no capitalismo nesse período histórico, e é justamente analisando a particularidade do desenvolvimento das crises que podemos nos aproximar do que deve ser visto como uma descontinuidade.

> A crise das relações de produção capitalistas deve ser vista como uma crise social global, isto é, como a decadência histórica de todo um sistema social e de modo de produção em operação durante todo o período do capitalismo tardio. Não se identifica com as crises clássicas de superprodução nem as exclui. […] Por essa razão, a crise das relações de produção capitalistas se apresenta como a crise de um sistema de relações entre os homens, dentro e entre as unidades de produção (empresas), que corresponde cada vez menos a base técnica do trabalho, quer em sua forma presente, quer em sua forma potencial. Podemos definir essa crise como uma crise não só das condições capitalistas de apropriação, valorização e acumulação, mas também da produção de mercadorias, da divisão capitalista do trabalho, da estrutura capitalista da empresa, do Estado nacional burguês e da subordinação do trabalho ao capital como um todo. Todas essas múltiplas crises são apenas facetas diferentes de uma única realidade, de uma totalidade

> socioeconômica: o modo de produção capitalista. (MANDEL, 1982 [1972], p. 398-399)

O que Mandel nos coloca como descontinuidade na conjuntura que começa a se apresentar no início dos anos 1970 é que o modo próprio de desenvolvimento das relações capitalistas começa nesse período a apresentar crises que, embora pareçam fragmentárias, são na realidade uma totalidade do modo de produção, onde a crise se estabelece como normalidade. Essa visão diferenciada e totalizante da crise capitalista se tornaria algo fundamental a partir de então, presente em autores como os dois mencionados a seguir. Primeiramente Mészáros, que destaca como todos os ajustes e (pseudo)controles estabelecidos no período dourado do pós-guerra na verdade apenas se tornaram pavimento para a conformação de uma crise estrutural crônica.

> Após a Segunda Guerra Mundial, na euforia que dominou por um bom tempo após o estabelecimento das Nações Unidas e das várias agências econômicas internacionais inspiradas nos Acordos de Bretton Woods, as personificações do capital prometeram as iluminadas relações sociais e econômicas de um mundo radicalmente diferente, reiterando absurdamente, mesmo após a dramática implosão do sistema soviético, suas promessas de uma "Nova Ordem Mundial". Contudo, absolutamente nada frutificou das promessas solenes de uma "sociedade imparcial e justa para o benefício de todos". Ao contrário, dadas as premissas e os imperativos operacionais necessários do capital como um modo de controle, tudo o que o sistema poderia realizar seria transformar uma das suas crises periódicas mais ou menos temporárias e conjunturais em uma crise estrutural crônica, afetando diretamente, pela primeira vez na história, toda a humanidade. (MÉSZÁROS, p. 2002 [1995], p. 632)

Em segundo lugar vale mencionar Beinstein que, analisando todos eventos de crise descritos pelo *mainstream* econômico nos anos 1990, pondera como aquilo que por vezes se apresenta como fragmentário na verdade tem como âmago um processo que se realiza como totalidade, como unidade diferenciada.

> O acúmulo de desajustes estruturais, a hipertrofia financeira mundial, a incapacidade das economias centrais (que carregam dívidas públicas elevadas) para retomar um ciclo de endividamento vigoroso e reativar a demanda, o nível de desastre alcançado na periferia (o que torna muito improvável o surgimento de novos "milagres") a generalização de fatores

> entrópicos (máfias, caos urbano, crise do Estado etc.), o alto nível de concentração dos negócios nos apontam para um prolongado caminho de esfriamento econômico em que vão ingressando os países centrais (o primeiro foi o Japão), seguindo assim a tendência à desaceleração do crescimento iniciada nos anos 1970. O capitalismo aparentemente vitorioso do começo da década de 1990 foi se contendo depois de 1997 em um sistema cada vez mais desordenado. Isso leva a supor novos saltos qualitativos no movimento descendente, agora não só econômicos, como também sociais, políticos-militares (como na guerra da OTAN contra a Iugoslávia) etc. Desse modo a crise se apresenta como um fenômeno total, multidimensional, complexo, arrastando (de forma heterogênea) o conjunto do sistema global. (BEINSTEIN, 2001, p. 248)

Nesta caracterização que Beinstein faz do capitalismo, muitos pontos do que enxergamos como a crise estrutural do capital ainda não se faziam presentes. Alguns dos processos considerados se agudizaram e/ou se transformaram principalmente a partir do estouro da bolha econômica do mercado imobiliário estadunidense em 2008. Ainda assim, devemos enxergar esse último evento como parte do movimento histórico de totalização da crise estrutural do capital. Muitas das transformações que temos vivenciado no desenvolvimento das relações capitalistas globalmente tem base no processo de reestruturação produtiva que se estabeleceu a partir dos anos 1970 como forma de superação da crise circunstancial que havia se formado então. Vários países têm buscado desde então saídas para as aparentes crises nacionais que se colocam vez ou outra em alguma parte do mundo, embora seja necessário reafirmar que, e neste sentido também concordando com Chesnais (1996 [1994], p. 298), a crise mundial deve ser vista como algo que vai além da soma das várias crises nacionais que se sucedem.

* * *

Em nossa perspectiva, o debate sobre crise do capital deve ser um ponto de partida para entendermos aquilo que ficou conhecido como movimento de renovação crítica da Geografia no Brasil. As contradições que foram se apresentando no desenvolvimento do capitalismo no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 foram a realidade concreta que determinou a busca por outros referenciais para o devido entendimento do que estava posto. Esse processo, contudo, não está confinado à Geografia, tampouco à Geografia no Brasil,

como argumentamos no capítulo anterior. Não por acaso, nomes como Florestan Fernandes, Doreen Massey e Neil Smith ganharam notoriedade em momentos históricos muito próximos. Eles, e tantos outros, foram intelectuais que se desafiaram a pensar sobre o que estava ocorrendo na sua realidade concreta: o acirramento das contradições do desenvolvimento capitalista na segunda metade do século XX.

É a partir dessa chave de leitura que analisamos o primeiro grande momento de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil. No bojo de tantas outras teorias, conceitos, categorias e leis do legado marxista, o constructo teórico que nos debruçamos foi colocado como uma das potenciais teorias para o desvelamento da crise do capital que, paulatinamente, se apresentava. Não por acaso, e como já apontado no início desse capítulo, o termo "crise" era recorrente nos escritos da Geografia no Brasil. Nas palavras de Scarim (2008, p. 57), quando consideramos o final dos anos 1970, "[...] o termo comum no ambiente geográfico brasileiro era o de crise. Seu uso estabelecia vínculos imediatos com os acontecimentos da geografia mundial, com o momento político e econômico brasileiro e também com o momento próprio da comunidade geográfica brasileira.". Neste sentido, além da própria realidade do desenvolvimento capitalista em crise, o contexto de extrema repressão por parte do regime ditatorial brasileiro e os flagrantes limites das análises hegemônicas no ambiente acadêmico da Geografia levaram a uma profunda reconstrução. Não obstante, como já argumentado, essa renovação dialoga com algumas reflexões críticas que já estavam presentes no seio da comunidade geográfica no Brasil, seja em relação à contribuições a Geografia Ativa francesa a partir dos anos 1950, seja quanto a presença de intelectuais marxistas como Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré nos espaços acadêmicos da ciência.

Em um texto que representa uma das primeiras grandes sínteses do que foi escrito e debatido na década de 1970 e início dos anos 1980, A. Silva (1984, p. 85, sublinhado nosso) também vai no sentido de frisar a presença dessa questão da crise ao argumentar que "[a] produção de 1980 em Geografia renovada no Brasil apresenta-se como um momento de tomada de consciência da crise dessa disciplina. Ela se refere a textos de teoria, como uma continuação dos debates do ano anterior. Textos de análise de realidade e textos de inventário das novas tendências.". Ressaltamos, contudo, que essa síntese de A. Silva é mais do que somente um balanço. O autor expõe de modo claro o que, em nossa avaliação, foi sendo a tônica de boa parte do movimento de renovação crítica: a compreensão de que a crise a ser

desvelada passou cada vez mais a ser compreendida como uma crise da disciplina e menos como a crise estrutural do capital. Quem desenvolveu bem essa reflexão foi Menezes (2016) em sua pesquisa de doutorado.

Não há dúvidas de que o contexto de crise na realidade concreta do desenvolvimento das relações capitalistas tem sido combustível para posições críticas no interior das Ciências Humanas e Sociais, incluindo a Geografia no Brasil e no mundo de um modo geral. E muitas vezes isso pode se apresentar na aparência como uma crise da disciplina, embora o que realmente temos é a crise no concreto pensado. Dito de outro modo, é como se a crise social determinada pelo desenvolvimento contraditório capitalista fosse eclipsada por uma crise disciplinar, derivada dos limites das ciências que não conseguem desvelar a realidade com o aporte teórico-metodológico hegemônico. Refletindo especificamente sobre o contexto de renovação crítica da Geografia no Brasil, o referido autor coloca que

> Uma tensão então se impõe entre as propositivas teóricas que emergem do *movimento de renovação* e a realidade socioeconômica cada vez mais criticamente estabelecida, pois a mesma crise que marca o contexto do final da década de 1960 e início da década de 1970 haveria de ser, a um só tempo, a condição histórico-objetiva para a existência da chamada Geografia Crítica e também objeto de suas *soluções teóricas* (ao menos num primeiro momento). Por um lado, o movimento de renovação buscando estabelecer suas bases para o desenvolvimento da teoria especificamente geográfica; por outro, contradições cada vez mais radicais questionando a efetividade e estabilidade dessas bases que pretendem referenciar o próprio desenvolvimento teórico-geográfico. Da referida tensão se abre um problema de ordem prática para o exercício teórico: a realidade, posta como criticamente *contraditória*, não está disposta a se "resolver" pelas *soluções teóricas* ou *epistemológicas*. Não podendo ser o real apreendido em sua totalidade por *sistema fechado e autorreferenciado* de ideias (ou em uma "epistemologia" limitada a um campo disciplinar), a contradição que o substancia só pode ser admitida como objeto, e também como limite da análise geográfica-crítica […]. (MENEZES, 2016, p. 12-13, itálico do autor)

Desta forma, os limites próprios da Geografia acadêmica no Brasil enquanto saber disciplinar, que foi metamorfoseando o foco do problema concreto da crise do capital para o problema da crise epistemológica da ciência, acabou se consubstanciando em uma perspectiva que progressivamente se afastou do concreto pensado. Compreendemos que essa crítica de Menezes nos ajuda a entender alguns dos caminhos da recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil no século XXI, que abordaremos no próximo

subcapítulo. Por ora, vale aprofundar-se mais nos meandros desse processo de renovação crítica na segunda metade do século XX como contexto basilar dos primeiros momentos de recepção da teoria.

Entender o contexto da renovação crítica da Geografia no Brasil na segunda metade do século XX passa por, pelo menos, dois importantes instrumentos de convergência dessa comunidade acadêmica: os eventos e os periódicos. Mais do que meros espaços de publicação em anais e/ou revistas, esses dois instrumentos devem ser vistos como importantes registros da História Intelectual da Geografia tanto desse período, como do tempo presente. Especificamente com relação aos eventos, não há como não mencionar o tão propalado III Encontro Nacional de Geógrafos (III ENG) que ocorreu em Fortaleza no ano de 1978. Por conta de todos os movimentos políticos que envolveram o processo de reorientação da AGB, esse evento é um marco. Em seus anais também podemos encontrar registros que denotam as profundas reflexões que a comunidade geográfica já vinha estabelecendo. Ou seja, o III ENG deve ser visto como marco, mas não como ponto de partida. Vários autores já apontaram para isso: antes de 1978 já havia em várias partes do Brasil a presença do debate crítico na Geografia, sendo esse evento um importante divisor de águas de uma tendência que se afirmava já há alguns anos (SILVA A., 1984; MOREIRA, 2000; FRANÇA FILHO, 2012; VERDI, 2016).

Após 1978, vários eventos relacionados à AGB se seguiram. A tônica do ambiente acadêmico do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 era a da necessidade de construir algo novo para uma real compreensão da realidade que o capitalismo atravessava então. E esse movimento crítico também se apresenta nos periódicos ligados direta ou indiretamente à Geografia. Um importante aporte de publicações que analisavam e criticavam a conjuntura capitalista hodierna foi a coleção *Seleção de Textos*, sob responsabilidade da seção São Paulo da AGB. Iniciada em 1976, essa coleção publicou em português no ano de 1978 o artigo *Primeiras Reflexões sobre a Geografia do Imperialismo*, de Steen Folke (1973), que, como analisado *a priori*, foi fundamental no processo de recepção da teoria leninista do desenvolvimento desigual pela Geografia ocidental.

Não obstante, o principal periódico nesse momento foi o *BPG*, também vinculado à seção São Paulo da AGB e, em certa medida, em diálogo constante com o Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. A partir de 1976 já é possível encontrar nos

números desse periódico uma guinada crítica, que tem como marco o editorial "Por que mudar?", publicado nesse ano (SILVA A., 1984). Desde então, temas antes pouco presentes nas publicações acadêmicas da Geografia começaram a aparecer de modo mais recorrente, tais como imperialismo, movimentos sociais, reforma agrária e, o que nos interessa em particular, a questão do desenvolvimento contraditório das relações capitalistas. De um modo mais geral, na efervescência de publicações com um cunho mais crítico que emergiram nos anos 1970, a presença da lei/teoria/lógica (e outras acepções) do desenvolvimento desigual foi recorrente, tendo como um dos primeiros trabalhos o de A. Silva (1975). Ainda assim, tendo em conta os limites de nosso trabalho, nos interessa mais propriamente a compreensão *stricto sensu* dos momentos de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil, consideradas as distinções estabelecidas no terceiro capítulo.

Em 1978, no número 55 do BPG, temos um dos primeiros momentos em que aparece de modo mais explícito a noção combinada e desigual do desenvolvimento das relações capitalistas, em texto de Carlos Walter Porto-Gonçalves. Trata-se do já mencionado *A Geografia está em crise. Viva a Geografia!*. No trecho abaixo, colocamos um dos fragmentos do texto onde essa perspectiva aparece.

> De fato, cada lugar é único, pois o movimento que se dá no espaço é desigual e combinado. Cada lugar é único, pois esta é a forma como se manifesta no espaço a divisão internacional e interna do trabalho. Entretanto, este atributo de singularidade que uma determinada porção do espaço apresenta é dado por um processo que não é determinado por "fatores locais", mas sim por um modo de produção, cujas diretrizes emanam dos centros hegemônicos do capitalismo, apoiando-se em heranças de um passado mais ou menos longínquo, que produziu um espaço com determinados caracteres que a partir do colonialismo e do imperialismo é submetido a outras "finalidades" que não são aquelas derivadas das necessidades das "comunidades locais". (PORTO-GONÇALVES, 1978, p. 16-17, sublinhado nosso)

É muito interessante pontuar como nesse primeiro momento de recepção e apropriação da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil aparece o diálogo com a teoria do imperialismo, como indicado nos grifos que fizemos acima. Foi algo muito similar ao que vimos em relação aos autores anglo-saxônicos no capítulo anterior, embora a maioria desses tenha se detido à teoria leninista do desenvolvimento desigual, diferente do que ocorreu com o autor do supracitado artigo. Voltaremos a essa

singularidade um pouco mais a frente. Ainda sobre esse texto, vale dizer que o autor não chega a mencionar diretamente nem Lenin nem Trotsky, embora Marx, Engels e Amin estejam presentes entre as referências.

Ainda em 1978 temos um outro importante marco no movimento de renovação crítica da Geografia no Brasil: a publicação de *Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*, de Milton Santos. Como indicado anteriormente, esse autor já era uma figura de vulto internacional nos anos 1970. A publicação desse livro em 1978, somado ao III ENG em Fortaleza, são reconhecidamente dois dos principais pontos de viragem para o cenário de mudança que se avizinhava. Santos faz menção nesse livro à teoria do desenvolvimento desigual e combinado, como indicado no trecho abaixo. Após fazer uma reflexão a partir da noção de "mercadoria única" em Marx, o autor coloca que

> […] dentro do espaço urbano total, não se pode avaliar isoladamente uma rua asfaltada, uma outra encascalhada e uma outra artéria inteiramente desprovida de obras públicas. Todas são, lá onde elas se encontram, uma manifestação local, mas íntegra, do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade; e esta, a sociedade total, constitui o seu único padrão de avaliação e de valor. (SANTOS, 2004 [1978], p. 188, sublinhado nosso)

Nessa reflexão de Santos, fica nítido o esforço do autor de estabelecer uma visão sobre a relação entre parte e todo. Ainda assim, vale frisar que não enxergamos a teoria do desenvolvimento desigual e combinado como um dos aportes teóricos que foram devidamente trabalhados e retrabalhados pela obra de Santos, ainda que a expressão apareça em alguns outros momentos, como será discutido *a posteriori*. Não obstante, se fizermos uma leitura análoga à feita em relação ao texto de Porto-Gonçalves escrito no mesmo ano, também temos aqui a ausência de autores como Trotsky ou Novack para fundamentação do constructo teórico.

Não por acaso, o livro *Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica* de Santos foi lançado no III ENG. Também vale salientar que o referido texto de Porto-Gonçalves também foi primeiramente apresentado no evento da AGB para depois ser publicado no *BPG*. Por isso é mesmo possível afirmar, como já o fez Conceição (2014), que a AGB deve ser compreendida nesse momento histórico, e mesmo antes, como uma instituição responsável pela constituição de uma comunidade geográfica no Brasil, ao

passo que analisar a história da Geografia é, em certa medida, analisar a história da própria associação.

Além de Conceição, que também menciona essa questão em sua entrevista a nós concedida, outros entrevistados também frisaram a necessidade de ter em mente a centralidade que a AGB teve nesse contexto. Elencamos abaixo dois trechos que versam sobre isso.

> A AGB foi o lugar! […] Uma figura como Milton Santos não seria conhecida do povo brasileiro e do mundo se não fosse a AGB. […] O professor Orlando Valverde, que era do IBGE, tinha protagonismo na AGB. […] A AGB acabou sendo um grande fórum e por isso todo o preconceito da academia com a AGB. A AGB passou a ser o lugar do pensamento crítico da Geografia brasileira. (PORTO-GONÇALVES, 2021)

> A nossa relação com a AGB é para além de uma relação de militância. A AGB é um ambiente de aprendizado, uma escola. […] É com a AGB que a minha formação de geógrafo vai ganhar a consistência do geógrafo que intervém diante da realidade brasileira com o intuito de transformá-la. O geógrafo, não o Ruy. O Ruy como militante vem do tempo da adolescência. O Ruy como geógrafo de uma militância de Geografia […] só vai se consolidar com a AGB. (MOREIRA, 2021)

E, neste sentido, o ENG de 1978 sempre deve ser visto como um momento de descontinuidade, por todos os avanços que representou na recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, como também de continuidade, já que já havia um debate acumulado no país em torno do legado marxista na Geografia.

E não se trata de qualquer contexto nacional. Se, por um lado, podemos compreender a década de 1970 no Brasil como um importante momento de mudanças qualitativas no processo de recepção do debate marxista na Geografia no Brasil, não podemos nos esquecer, por outro lado, que estamos tratando de um dos períodos mais difíceis da história recente do país. O Brasil estava atravessando nos anos 1970 uma das facetas mais perversas do desenvolvimento das relações capitalistas em todo o mundo, com um governo ditatorial fruto de uma aliança civil-militar que deixou como legado inúmeros mortos, sequelados e desaparecidos. Em entrevista, A. Oliveira (2019) comenta sobre esse momento histórico: “Na ditadura, sobretudo entre 1968 e 1975, para você falar algum assunto com alguém era preciso

saber realmente com quem você estava tratando. Não se tinha a confiança de falar que se tem hoje. […] No segundo ano de faculdade eu era presidente do centro acadêmico. […] Fui preso na invasão do CRUSP[95].” Neste sentido, é mais do que factível afirmar que a produção intelectual da Geografia no Brasil nesse período não se concentrava apenas em uma reflexão sobre o avanço da crise do capital globalmente, mas também nas formas como essas contradições afloravam em nosso país.

Analisando especificamente a realidade do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, Verdi (2018) levantou alguns dos processos de perseguição que essa comunidade acadêmica sofreu no período. Tanto estudantes quanto professores eram alvo dos ataques dos órgãos de repressão, o que acabou criando um ambiente de extrema tensão, ao passo que também serviu de combustível para posições públicas cada vez mais críticas ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil a partir do momento em que alguma forma de contraposição expressa se tornava possível.

Desta forma, acreditamos que é plenamente apropriado considerarmos que o movimento de renovação crítica que ocorreu na Geografia no Brasil a partir dos anos 1970 também pode ser entendido como convergente com toda a mobilização nacional que havia em torno da crítica radical à ditadura e, ainda que parcialmente, ao capitalismo. Muitos dos nomes que depois figuraram como importantes expoentes da Geografia crítica tiveram alguma participação nos movimentos organizados (estudantil, sindical e/ou de bairro, por exemplo), sejam estes vinculados ou não a partidos políticos. Ainda que somente por alguns meses, A. Oliveira (2019) destaca que foi a partir de seu contato com a Ação Popular como estudante de Geografia na USP no final dos anos 1960 que ele teve os primeiros contatos com textos marxistas em um grupo de estudos que estava lendo *Teoria do desenvolvimento capitalista*, de Paul Sweezy. Elencamos abaixo alguns depoimentos de entrevistados que identificaram justamente essa relação entre a recepção de um debate marxista mais adensado e a militância em diferentes organizações políticas, concomitantes ou anteriores ao período de formação inicial universitária.

95 Trata-se do Conjunto Residencial da USP, moradia da instituição localizada dentro da Cidade Universitária Armando Salles de Oliveira, na capital paulista. Em 1968 o entrevistado era estudante do curso de Geografia e residia no CRUSP quando foi preso pelos órgãos da ditadura.

> Quando eu entrei na faculdade eu já tinha leituras marxistas. Leituras elementares: manifesto de 1848; o que é o comunismo, do Engels. Folhetos que na época existiam traduzidos em português. […] Aí eu não parei de ler as coisas marxistas e foram se juntando às coisas que a gente lia na faculdade. […] Havia um jornal que era do partidão que divulgava esses textos. […] A militância começou quando eu estava na faculdade, na juventude comunista. (MAMIGONIAN, 2019)

> Em 1966 eu sou convidada a entrar na POLOP. […] Ao entrar na POLOP me vem o primeiro livro. […] Para entrar eu tive que ler meu primeiro livro marxista que foi *Anti-Dühring*. […] Eu ainda não tinha uma clareza da teoria da dependência, mas já começava a lê-la. Não somente pelas leituras do Brasil, a partir principalmente de Ruy Mauro Marini, mas também dos livros que eu ia lendo de Paul Sweezy […] e Paul Baran. (CONCEIÇÃO, 2021)

> A minha ligação com o marxismo surge ainda na adolescência, trabalhando no complexo fabril e morando no subúrbio. […] Eu vou do espaço vivido ao marxismo. Eu vou da cultura literária para o marxismo. […] Eu sempre tive muito contato com os jornais. […] A minha geração teve o privilégio de chegarmos em uma banca de jornais e vermos lá um espectro de jornais representando praticamente todos os seguimentos organizados e não-organizados da esquerda. […] E isto foi a base que fundamenta a maneira como, a partir de 1978, me envolvi com o movimento de renovação da Geografia. […] Eu sempre fui um homem de partido e isso também forma minha militância. […] A minha relação era mais com as organizações luxemburguistas, a exemplo da POLOP. (MOREIRA, 2021)

Como temos colocado desde o segundo capítulo, em se tratando de recepção de teorias, conceitos e categorias do legado marxista, é fundamental considerar a relação entre intelectuais e partidos/movimentos políticos organizados. Isso também ficará evidente mais à frente em relação a alguns outros importantes nomes da Geografia que lidaram com a teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Há que se ponderar, contudo, que isso não significou uma tendência de longa duração no contexto de renovação crítica da Geografia. Ou seja, alguns dos que se vincularam a movimentos organizados, com o passar do tempo, passaram a ver como secundário (quando não inútil) esse tipo de militância política, substituindo-a, na melhor das hipóteses, por uma militância epistemológica, como bem argumenta Menezes (2016). Isso obviamente resvala nos próprios limites da leitura pretensamente crítica que se propõe revolucionária em matéria que não converge para as lutas concretas que, de fato, desafiam e irrompem contra a sociabilidade do capital. Dito de outro modo, se entendemos que a matéria determina as ideias do real, não nos parece muito

promissor achar que se muda o mundo apenas elucubrando sobre suas contradições, quando muito.

Não obstante, uma ressalva é ainda necessária antes de avançarmos em direção ao próximo subcapítulo. Embora reconheçamos a importância que o marxismo, em sua pluralidade, teve no movimento de renovação crítica, é válido ponderar que essa era apenas umas das posições teórico-metodológicas defendidas pelos nomes que protagonizaram esse momento da História Intelectual da Geografia. Sendo assim, em se tratando de uma tese preocupada com uma teoria propriamente marxista, vale situar um pouco mais esse debate no cenário geral de renovação.

O debate sobre a questão do desenvolvimento capitalista na Geografia no Brasil tem grande relevo especialmente a partir da recepção das obras de Yves Lacoste. A bem da verdade, o que aparecia de modo mais substancial nos anos 1960, por exemplo, era o debate sobre os países subdesenvolvidos ou mesmo sobre o chamado Terceiro Mundo. Não somente a Geografia ocidental, mas boa parte das Ciências Humanas e Sociais se ocuparam de levantar debates sobre essa querela, com maior ou menor diálogo com o legado marxista. Falando particularmente de Lacoste (1975 [1965]), não podemos desconsiderar a centralidade que teve seu livro *Geografia do subdesenvolvimento*, originalmente de 1965, que ganhou edição brasileira pela Editora Difel em 1969. O próprio Milton Santos, vale dizer, também foi importante nesse contexto dos anos 1960 e 1970 quanto ao debate mais geral sobre as contradições do desenvolvimento capitalista, ora mais próximo do debate marxista, ora mais distante. Um marco nesse sentido foi a publicação do artigo *Geografia, marxismo e subdesenvolvimento*, publicado originalmente em 1974 na revista *Antipode*, mas que ganhou versão em português nos anos 1980 (SANTOS, 1982 [1974]).

Considerando o levantamento feito por A. Silva (1984, p. 126-132) a partir de termos frequentes em 71 textos publicados no período em que aflora a renovação crítica, fica nítida a presença da questão do desenvolvimento nos escritos da Geografia no Brasil no movimento de renovação. Somados, termos como “países subdesenvolvidos”, “subdesenvolvimento”, “desenvolvimento” e “desenvolvimento econômico” aparecem doze vezes nos textos por ele levantados no período que foi de 1976 a 1983, isso sem considerar termos correlatos como “formação social” e “imperialismo”. Contudo, vale frisar que a presença por si só desse debate não caracteriza a existência do debate marxista sobre o desenvolvimento. A plêiade de

perspectivas marxistas acerca da questão do desenvolvimento foi recebida pela Geografia no Brasil em conjunto com outras leituras também críticas, mas que não se pautavam no materialismo histórico e dialético. O próprio Lacoste é um grande exemplo disso, e junto com ele outros nomes da Geografia Ativa que, ao longo dos anos 1960 e 1970, foram progressivamente se afastando do marxismo em favor de leituras outras (a exemplo das abordagens estruturalistas, funcionalistas, foucaultianas e fenomenológicas).

Isso, obviamente, deve ser alvo de nossa ponderação. Como argumentaremos a seguir, o signo por si só não pode ser um critério único para considerar a recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Já não restam dúvidas de que o debate marxista sobre a questão do desenvolvimento se fazia presente nos escritos da Geografia no Brasil desde, pelo menos, 1975. Em se tratando do desenvolvimento desigual e combinado, como vimos, a partir de 1978 a teoria começa a aparecer nos escritos de nosso campo científico. Apenas a título de reflexão, analisamos a presença do termo "desenvolvimento desigual e combinado" na coletânea *Geografia: teoria e crítica: o saber posto em questão*, organizada por Ruy Moreira em 1982, mas que traz alguns textos de anos anteriores e é uma das principais publicações que sintetizam os debates da época. A coletânea contém dezoito capítulos, que foram originalmente escritos entre os anos entre 1974 e 1982. Um total de sete textos[96] apresenta diretamente alguma argumentação marxista sobre a questão do desenvolvimento do capitalismo, sendo que os escritos por Ruy Moreira (capítulos 3 e 15), Carlos Walter Porto-Gonçalves (capítulo 6), Myrna T. Rego Viana (capítulo 8) e Jorge A. Morrot Hemerly (capítulo 18) apresentam expressamente a noção de desenvolvimento desigual e combinado.

Analisando essa coletânea organizada por Ruy Moreira, mas também uma outra coletânea do ano de 1982 intitulada *Novos rumos da Geografia brasileira*, organizada por Milton Santos (1988 [1982]), França Filho (2012) apresenta todo o conjunto de intelectuais marxistas que figuraram nos textos das duas publicações, tais como Engels, Lenin, Trotsky, Lefebvre, Kosik, Lukács, Althusser, Mao, Kautsky, Mandel, Gramsci, além do próprio Marx. Ao mesmo tempo em que reconhecemos que ter toda essa gama de autores como referencial foi um importante avanço no sentido de aproximar a comunidade geográfica do legado marxista, também entendemos que, passadas algumas décadas, é possível analisar com mais cautela como se deram os processos de recepção de determinados constructos teóricos. Como

96 São este: MOREIRA, 1982b [1979]; SILVA A., 1982; PORTO-GONÇALVES, 1982 [1978]; VIANA, 1982 [1980]; CORRÊA, 1982 [1980]; MOREIRA, 1982c [1980]; HEMERLY, 1982 [1980].

estamos vendo em relação à teoria do desenvolvimento desigual e combinado, cada uma das construções analíticas elaboradas no seio do marxismo deve ser alvo de análise para que possamos desvendar seus meandros interpretativos. É por aí que passa nossa tese quando nos preocupamos com os caminhos da recepção da teoria. E essa preocupação, mais do que remontar ao passado, se volta para entender o tempo presente, já que décadas de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado na Geografia no Brasil produziram uma gama de compreensões sobre o constructo teórico que é um dos nossos dados empíricos mais desafiadores.

Desta forma, importa-nos apreender a recepção do debate sobre a questão do desenvolvimento, mas também a quem a comunidade geográfica no Brasil se refere quando busca fundamentar-se na teoria. Sendo assim, como colocaremos no próximo subcapítulo, interessa-nos traçar os caminhos da recepção, ou seja, intentamos responder: ao mencionar a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, a quem os geógrafos e geógrafas se referem como fonte? Todo o debate que traçamos até aqui vai servir como lastro para as análises que faremos, frente ao emaranhado de publicações que levantamos para traçarmos esse cenário complexo e rico que são os caminhos de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil. Não obstante, antes de apresentarmos o quadro geral das publicações levantadas e as sínteses daí produzidas, vale a pena nos voltarmos novamente para o desenvolvimento contraditório das relações capitalistas no final do século XX e início do século XXI em diálogo com a História da Geografia no Brasil. Se o cenário de emergência da crise estrutural do capital foi combustível para o movimento de renovação dessa ciência, precisamos continuar entendendo seu desenvolvimento como determinante para a produção acadêmica. Não por acaso, a noção de desenvolvimento desigual e combinado (como teoria, lei, movimento ou lógica, dentro outros termos) tem figurado nos escritos da Geografia no Brasil desde os anos 1970. As contradições do real estão aí a olhos vistos. Curioso é notar, porém, como uma teoria tão complexa como essa vai sendo, ou não, encapsulada como somente um jargão com o passar das décadas.

5.2 Caminhos de recepção da teoria pela Geografia no Brasil

Se os anos 1970 e 1980 podem ser considerados como um momento importante de recepção do legado marxista na Geografia no Brasil, o mesmo não se pode dizer das décadas seguintes. Os anos 1990 e o início do século XXI representaram para a Geografia no nosso país um movimento duplo que congregou tanto o aumento da pluralidade metodológica, por vezes beirando o ecletismo teórico-filosófico, quanto a ascensão de posturas declaradamente antimarxistas. Com a queda do Muro de Berlim e o fim da URSS, em várias partes do mundo emergiram movimentos de contestação ao marxismo por entender que esse era um entulho científico-político que havia sido derrotado na batalha das ideias do século XX. No Brasil, não foi diferente. Aquilo que ficou conhecido como pós-modernismo científico avançou com força nos meios da produção do conhecimento disciplinar, se manifestando através das publicações da comunidade geográfica em anais de eventos e periódicos.

> A pós-modernidade [no contexto dos eventos da Geografia no Brasil] entra em 1990, basicamente com [a queda do] o muro de Berlim. No evento do ENG de Salvador. Para mim ali é um corte. “Acabou o marxismo”, esse era o discurso. Vieram me perguntar: “e agora, o que é que você vai fazer? Acabou! Marx morreu.”. […] A partir daí entra muito forte o debate da pós-modernidade. (CONCEIÇÃO, 2021)

Analisando especificamente a área chamada de “pensamento geográfico” dos anais do Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG) e dos Encontros Nacionais de Geógrafos entre 2004 e 2014, Conceição (2014) aponta para as sequenciadas críticas que são apontadas nos trabalhos do período ao método materialista histórico-dialético e a reiterada tentativa de superação do marxismo a partir de leituras fragmentárias que reduzem a centralidade da classe social como crivo interpretativo. Falando inclusive sobre a teoria que é objeto de nossa tese, a autora argumenta que nos trabalhos analisados.

> Estão propriamente ausentes leituras do lugar no contexto da interpretação crítica da teoria do desenvolvimento desigual e combinado. As reflexões sobre região não apresentam contraposições à condição de uma identidade regional, deixando-se explícito que se compreende o conceito de lugar a partir das práticas sociais na comunidade de indivíduos, assim como nos

> questionamentos étnicos, de religião, de gênero, sexualidade etc. Nos dois últimos ENGs, este debate se tornou mais restrito. De forma geral, cultura, identidade cultural e lugar se inscreveram no discurso da diversidade, da pluralidade de práticas e de corporeidade. No geral, não houve questionamentos críticos, indicações de possibilidades nem determinações de transformações. (CONCEIÇÃO, 2014, p. 120-121).

Neste cenário indicado pela autora, a forte presença que o marxismo teve nos anos 1970 e 1980 foi sendo substituída por leituras outras que não davam centralidade a teorias como a do desenvolvimento desigual e combinado. Também analisando esse momento posterior ao auge do movimento de renovação crítica da Geografia, Moreira (2000, p. 46) entende que esse se torna uma oficialidade, atrofiando-se e opacificando-se ainda a partir da segunda metade da década de 1980.

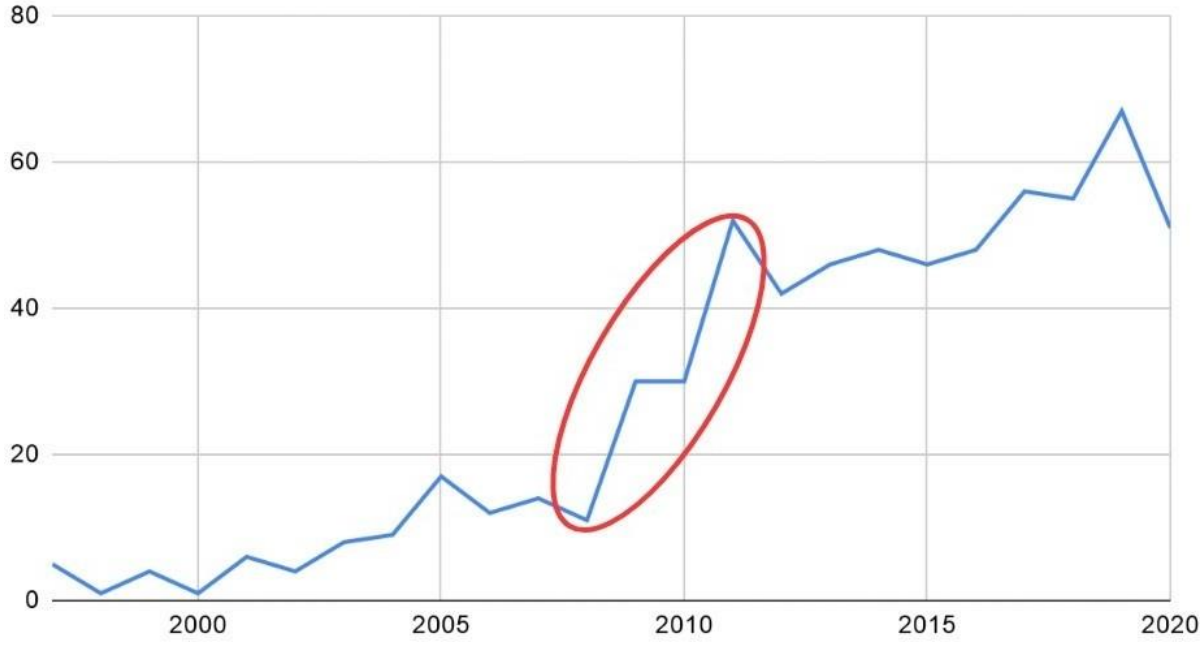
Analisando exatamente algumas obras que foram publicadas nesse momento posterior ao movimento de renovação crítica da ciência, Menezes (2016) mostra justamente como algumas metamorfoses foram ocorrendo nos escritos da Geografia no Brasil ao longo dos anos 1980 e 1990. Nesse processo, categorias fundamentais para a análise marxista foram progressivamente perdendo espaço, tais como trabalho e valor/valorização. E justamente o argumento que deu lastro a essas transformações foi a questão desses não serem considerados exatamente enquanto termos geográficos. Como trouxemos no subcapítulo anterior em citação do próprio Menezes, o movimento de crítica à realidade social foi sendo substituído pela crítica à Geografia, já que a crise deixava ser compreendida como um processo social decorrente da agudização das contradições do desenvolvimento capitalista e passava a ser vista como uma crise da e na ciência.

> […] A incapacidade decorrente de reconhecer a natureza socioeconômica das crises, sequer como possibilidade de análise, quiçá como contradição capital x trabalho, tendeu a levar o exercício teórico a uma internalização das proposições para dentro dos próprios limites disciplinares da Geografia, como necessidade autossustentada. […] Constata-se, assim, que a crise que se apresentava desde a década de 1960-70, tal como o caráter denunciativo da sua crítica, fora internalizada até o ponto de ser confundida com a própria crise da geografia […]. (MENEZES, 2016, p. 80)

Em nossa perspectiva, essa reflexão colocada por Menezes pode servir para nos ajudar a entender melhor os processos de recepção e apropriação da teoria do

desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil no século XXI. Se fica claro que, nos anos 1970 e 1980, o primeiro momento de recepção da teoria se dá em um contexto de busca ativa dos geógrafos por alguns dos conceitos, categorias e leis do marxismo, ainda pouco presentes nos escritos da Geografia de então, o cenário é completamente distinto no segundo grande momento de recepção, já no século XXI. E quando falamos em uma espécie de segundo momento de recepção e apropriação da teoria do desenvolvimento desigual e combinado estamos nos referindo às informações contidas na Figura 2.

Figura 2 - Número de publicações da Geografia no Brasil que mencionam "desenvolvimento desigual e combinado" por ano, entre 1997 e 2020



Fonte: Revisão sistemática, 2021.
Organização: Leônidas de Santana Marques, 2021.

Os dados de nossa revisão sistemática, com mais de 600 publicações da Geografia no Brasil que mencionaram o desenvolvimento desigual e combinado (como teoria, ou lei, ou lógica ou outro substantivo) apontam para aquilo que reconhecemos como uma segunda rodada de recepção da teoria. Obviamente algumas ponderações sobre esse gráfico precisam ser feitas: a) houve um expressivo aumento de periódicos, eventos e trabalhos monográficos na comunidade geográfica nos últimos anos, em diferentes perspectivas e abrangendo diferentes subáreas de pesquisa; b) a própria comunidade geográfica expandiu-se recentemente, fruto do aumento no número de cursos de graduação e pós-graduação; c)

quanto mais retrocedemos no tempo, mais corremos o risco de não detectar publicações que podem ter mencionado a teoria, principalmente pela não digitalização de acervos de eventos e periódicos.

Todas essas três ponderações devem ser levadas em conta quando analisamos os dados apresentados no gráfico acima. Ainda assim, dado seu perfil de descontinuidade extremamente abrupto, é necessário ponderar sobre o que ocorre com a curva quando temos o período entre os anos de 2008 e 2011, destacado em vermelho na figura 2. Visivelmente temos uma mudança qualitativa no conjunto dos dados levantados. E, em nossa compreensão, essa transformação pode ser compreendida como um segundo grande momento de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil.

Esse segundo momento, contudo, não deve ser compreendido como uma repetição do que tivemos nas Ciências Humanas e Sociais no Brasil na segunda metade do século XX, em especial na Geografia. O termo "desenvolvimento desigual e combinado" já está presente nos escritos da Geografia no Brasil desde, pelo menos, 1978, e o aumento do interesse da comunidade geográfica por esse debate deve ser devidamente analisado para compreendermos as singularidades desse segundo momento de recepção. Diferente dos anos 1970, no final da década de 2000 temos uma Geografia no Brasil que, como vimos, se encontra em um movimento de avanço fragoroso do pluralismo/ecletismo teórico-metodológico em suas diversas subáreas, bem como com a presença de um discurso antimarxista crescente. Isso ocorre tanto por parte de alguns que chegaram a ser protagonistas do movimento de renovação crítica, quanto por parte de novos nomes que surgiram no seio acadêmico trazendo consigo outras perspectivas interpretativas.

Não obstante, acreditamos que existem processos em comum que deram a tônica do primeiro momento de recepção da teoria e que, no final da década de 2000, também se revelam fundamentais para a leitura desse novo momento histórico. Trata-se objetivamente do desenvolvimento contraditório das relações capitalistas e sua crise. Em que pese o caráter estrutural da crise do capital iniciada nos anos 1960/70, no final dos anos 2000 presenciamos uma agudização das contradições sem precedentes em décadas. Aquilo que ficou conhecido como crise imobiliária dos EUA nos anos 2008 e 2009, logo se revelou ser um profundo processo de escancaramento da lógica autodestrutiva do capital. Avaliamos que não há como entender o segundo grande momento de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e

combinado pela Geografia no Brasil sem termos em conta o entendimento desse particular período da história recente do capitalismo.

* * *

Assim como tivemos uma miríade de termos que expressaram as particularidades do desenvolvimento das relações capitalistas no período pós-guerra (fordismo, keynesianismo, Estado de bem-estar social, dentre outros), algumas expressões foram formuladas nas últimas décadas como esforço de síntese do que havia de novo no capitalismo a partir do final dos anos 1960. Neoliberalismo, financeirização, reestruturação produtiva, globalização e mundialização, por exemplo, foram termos que passaram a aparecer de modo frequente nos estudos das Ciências Humanas e Sociais como expressões das transformações que o desenvolvimento capitalista passava. Para que não fujamos dos propósitos de nossa tese, não nos aprofundaremos em nenhum desses termos, embora reconheçamos como cada um desses pode trazer importantes reflexões para pensarmos o contexto histórico-geográfico de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil no século XXI. A crítica a cada um deles, ainda que pontualmente, contribui com o nosso olhar sobre a realidade que nos propomos compreender. Nosso foco então é traçar alguns argumentos gerais sobre a particularidade desse momento do capitalismo com vistas a trazer mais alguns subsídios para entendermos os processos de recepção intelectual.

Voltando rapidamente para alguns pontos que traçamos no subcapítulo anterior, temos que as contradições do desenvolvimento capitalista no final dos anos 1960 levaram a um quadro bastante complexo em diferentes partes do mundo. Alcançando uma escala nunca antes vista, o modo de produção àquela época já abarcava todos os continentes e, por tabela, suas contradições se realizavam globalmente. Um dos processos que melhor caracterizou esse momento nos países do capitalismo central foi o cenário de estagflação, uma combinação de limitado crescimento do PIB (estagnação econômica) com elevadas taxas de inflação. A estagflação indicou aquilo que muitos analistas já prenunciavam: a desaceleração do crescimento econômico mundial após rodadas de investimento produtivo derivadas da reconstrução dos países destroçados pela segunda guerra mundial (notadamente países europeus e Japão).

Embora tenham existido algumas exceções desde então, especialmente os países que viriam a ser chamados de tigres asiáticos, de um modo geral presenciou-se nos países capitalistas uma progressiva compressão dos salários dos trabalhadores, o que também levou a uma significativa desaceleração do consumo. Analisando diferentes dados das economias nacionais no final dos anos 1990, Chesnais (1996 [1994], p. 302) denominou aquilo que seria um "encadeamento cumulativo de efeito depressivo profundo". A todo esse cenário de fragilização do crescimento econômico global somaram-se inúmeras crises conjunturais (crise do petróleo, crise da dívida do terceiro mundo, crise da Rússia, dentre outras), que, em nossa perspectiva, são apenas facetas de um cenário mais amplo de crise estrutural do capital, (MÉSZÁROS, 2002 [1995]).

Talvez uma das faces mais intrigantes desse novo momento do desenvolvimento imperialista do capitalismo seja a questão do endividamento dos Estados nacionais. Se em um primeiro momento poderíamos enxergar as dívidas dos países como um recurso extremo para resolução de alguma demanda inadiável, o que foi se constituindo com o passar do tempo foi o endividamento como algo estruturante para integrar-se ao mundo dos negócios dos Estados capitalistas. Atualmente as grandes economias nacionais do globo carregam dívidas públicas que representam mais da metade de seus Produtos Internos Brutos, às vezes sendo superiores a 100%. E isso não é tratado como algo absurdo pelo discurso liberal, desde que os governos de plantão não deixem de arcar com os custos do endividamento. E podemos encontrar as raízes desse elevado endividamento justamente nesse período posterior ao final dos anos 1960 e anos 1970. Falamos assim em termos temporais bem amplos porque não é possível precisar esse processo como algo homogêneo em todo o mundo. Não por acaso, Lenin já se referia ao desenvolvimento desigual das relações capitalistas desde o final do século XIX, como trouxemos no terceiro capítulo.

Como bem colocado por Beinstein (2001), é também nesse processo de endividamento dos Estados nacionais como fuga dos processos de estagflação que encontramos algumas das raízes do processo de hipertrofia financeira do capitalismo no final do século XX. A emissão de títulos das dívidas públicas, no último quartel do século passado, foi se constituindo em um dos principais combustíveis para o processo de construção de mercados financeiros que buscaram nas reservas dos tesouros nacionais um lastro fundamental para que suas arriscadas operações tivessem algum tipo de solidez mínima. Obviamente, isso variou de país para país, já que a estabilidade macroeconômica de cada

nação foi (e tem sido) requisito fundamental para uma maior qualidade dos títulos emitidos. Por sua vez, paulatinamente ou não, os governos de plantão, interessados nas captações de divisas derivadas dos títulos das dívidas no mercado financeiro, foram adotando medidas para que se constituísse em seus países um ambiente de negócios, valendo-se do receituário liberal, cada vez mais atraente.

Percebamos então que processos aparentemente isolados guardam entre si determinações comuns, que somente podem ser apreendidas quando entendemos a espiral decadente do desenvolvimento capitalista nas últimas décadas. Financeirização (hipertrofia financeira), neoliberalização (ajustes estruturais dos Estados nacionais para se adaptar ao mercado), globalização (no sentido do *mainstream*, como integração econômica máxima dos mercados nacionais) e crise estrutural (por vezes tratada como fenômenos fragmentados em várias partes do mundo) são processos que devem ser lidos na unidade complexa que é o desenvolvimento imperialista do capitalismo no final do século XX e início do século XXI.

> Globalização e crise constituem duas realidades estreitamente vinculadas. A crise dos países centrais iniciada na década de 1970 pôde ser amortecida, postergada, graças a um complexo mecanismo de desenvolvimento mundial de negócios fortemente marcado pelo parasitismo financeiro. Essa evolução terminou em uma crise global, na ruptura de 1997[97]. (BEINSTEIN, 2001, p. 141)

O esforço de compreender a totalidade aberta e em movimento dos processos leva-nos a essa leitura da realidade que enxerga todos esses processos que estamos considerando como partes desse novo momento da história do tempo presente do desenvolvimento capitalista. Uma das partes desse novo momento é a emergência ou consolidação dos organismos multilaterais, a exemplo do FMI, da OMC e das organizações do grupo Banco Mundial (PEREIRA, 2009). Mais do que meros árbitros de diligências entre nações, essas instituições foram se consolidando a partir do final do século XX como verdadeiros implementadores de políticas de neoliberalização do Estado e da sociedade civil.

---

97 Beinstein escreveu esse livro no final dos anos 1990, publicando-o em 2001, como uma reflexão do que tinha sido a crise asiática naquele período. Mal saberia ele que a partir de então as contradições apenas se agudizariam, tendo como descontinuidade importante o estouro da bolha imobiliária nos EUA no final de 2008.

Em linhas gerais, estamos tratando dos ajustes estruturais, expressão comumente utilizada para sintetizar as várias ações implementadas a partir dos organismos multilaterais como forma de redimensionar as políticas dos Estados nacionais para esse novo momento do desenvolvimento capitalista. Analisando sobre como as relações entre Estados nacionais, mercado financeiro e crise têm se tornado ainda mais complexas no século XXI, Harvey estabelece algumas reflexões, inclusive sobre essas políticas de ajuste estrutural.

> A provocação deliberada de crises pelas políticas do Estado e ação coletiva empresarial é um jogo perigoso. Embora não haja evidência de conspirações ativas e estreitas para criar essas crises, há uma abundância de macroeconomistas e formuladores de políticas econômicas influentes da "Escola de Chicago" ao redor do mundo, juntamente com todos os tipos de oportunistas empresariais, que acreditam que um bom incentivo de destruição criativa é necessário de vez em quando para o capitalismo sobreviver e para a classe capitalista ser reformada. Eles sustentam que as tentativas dos governos para evitar as crises com pacotes de estímulo e outros planos são profundamente equivocadas. É muito melhor, dizem, deixar um processo de "ajustamento estrutural" orientado pelo mercado (do tipo em geral exigido pelo FMI) fazer seu trabalho. Tal remédio é necessário para manter o capitalismo economicamente saudável. Quanto mais próximo o capitalismo ficar às portas da morte, mais dolorosa será a cura. O truque, claro, é não deixar o paciente morrer. (HARVEY, 2011 [2010], p. 199)

As políticas de ajuste estrutural implementadas a partir da orientação de agentes como o FMI e o Grupo Banco Mundial foram responsáveis pela progressiva abertura econômica dos mercados nacionais. Em diferentes escalas, governos municipais, governos regionais e governos nacionais foram se inserindo em um novo ordenamento mundial, em busca de investimentos externos diretos que conseguissem dar condições para o pleno desenvolvimento das relações capitalistas em cada parte do globo. Cada vez mais, ouvimos falar da necessidade de "adaptar-se" aos interesses do mercado, como bem frisou Chesnais (1996 [1994]).

Dependendo da parte do mundo que nos referimos, esses ajustes estruturais tomam formas diferenciadas. Em países com elevada potencialidade de recursos naturais, as orientações vão no sentido da regularização fundiária e atração de empreendimentos transnacionais voltados para a extração de minérios, por exemplo. Em lugares com alguma convergência científica e tecnológica, os ajustes podem significar a busca sedenta pela retirada dos direitos trabalhistas da população para que aquele determinando "ambiente de

negócios se torne mais competitivo". Neste sentido, o que temos visto desde os anos 1970 no mundo capitalista é a necessidade de todo tipo de ajustamento aqui e acolá como forma de superar uma crise que, estruturalmente, não passa.

O termo que geralmente tem sido utilizado para sintetizar esse momento recente da história do capitalismo é o de globalização. Reiterando o que colocamos no quarto capítulo, concordamos com Smith (1997) quando este avalia que a globalização nada mais é do que o imperialismo em sua forma pura. Depois de décadas de rivalização entre os projetos de desenvolvimento estadunidense e soviético, a partir dos anos 1990 o que chamamos de globalização é o capital imperialista sem véus, já que deles não mais precisa. Pensando como que através de um mapa da geografia política mundial, esse novo momento da fase superior do capitalismo se caracteriza tanto pelos lugares *core* do desenvolvimento capitalista, como pelas áreas que foram relegadas ao ostracismo, às "geografias satânicas", submetidas àquilo que Chesnais (1996 [1994]) chamou de "desconexão forçada". Ou seja, em partes imensas de África e Ásia, por exemplo, restou somente a ajuda humanitária, quando muito, já que não há mais interesse dos grandes grupos empresariais de financiar ações em lugares que não garantam as mínimas condições de lucratividade.

Se em um primeiro momento podemos compreender a globalização como um movimento de deslocamento espacial e temporal do capital como tentativa de superação da crise que se realizava no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 (HARVEY, 2014 [1989]), a partir dos anos 1990 esse processo se consolida com a incorporação de grandes montantes de força de trabalho provenientes de muitos dos países que compunham o antigo bloco socialista, incluindo aí a própria Rússia. Mediante os processos de financeirização que a economia mundial tem passado, a globalização tem se revelado cada vez mais a expressão das determinações totalitárias dos organismos multilaterais por meio dos ajustes estruturais que dão a tônica dos processos de neoliberalização. Mészáros (2002 [1995]) utiliza a expressão "imperialismo de cartão de crédito", uma metáfora que indica bem a forma própria como o controle atual sobre os diferentes governos se dá também por meios aparentemente mais sofisticados.

Neste sentido, e como temos dito, não nos parece pertinente considerar a financeirização da economia capitalista presente entre nós nas últimas décadas como uma razão única que consegue dar conta de explicar que momento do capitalismo é esse que

estamos atravessando no século XXI, igual, mas diferente do que existiu em meados do século passado. A recente hipertrofia financeira, como bem analisada por Beinstein (2001), só pode ser apreendida quando temos em conta todas as transformações que o desenvolvimento capitalista sofreu desde os anos 1970, que incorreu no progressivo endividamento dos Estados nacionais, seja na busca de superar os contextos de estagflação em boa parte dos países centrais, seja como financiamento de processos de industrialização e modernização em países periféricos. Como também argumenta Harvey, pensar no fortalecimento do capital financeiro globalmente passa por uma leitura que considera a divisão internacional do trabalho e a integração sem precedentes dos mercados nacionais, também movida pelos avanços tecnológicos das últimas décadas.

> […] É verdade que o equilíbrio entre poder financeiro e poder do Estado sob o capitalismo sempre fora delicado, mas o colapso do fordismo-keynesianismo sem dúvida significou fazer o prato da balança pender para o fortalecimento do capital financeiro. A importância de tudo isso fica ainda mais clara diante do contexto da rápida redução de custos de transporte e de comunicação – redução possibilitada pela containerização, pelo transporte em jumbos de carga e pelas comunicações via satélite, que permitiu a comunicação instantânea, para qualquer parte do mundo, de instruções de projeto e de produção. A indústria, que tradicionalmente dependia de restrições locais no tocante a fontes de matérias-primas e a mercados, pôde se tornar muito mais independente. A partir da metade da década de 70, surgiu uma vasta literatura que tentava dar conta da nova divisão internacional do trabalho, dos novos princípios de localização e dos proliferantes mecanismos de coordenação no interior de corporações transnacionais, bem como entre diferentes mercados setoriais de produtos e mercadorias […]. (HARVEY, 2014 [1989], p. 156)

Próprio do desenvolvimento das relações capitalistas, todo o processo de financeirização tem representado nada mais que a agudização das contradições do seu sócio-metabolismo. Embora o capital financeiro seja compreendido como fundamental para azeitar as relações capitalistas, a hipertrofia financeira do final do século XX e início do atual também se realizou às custas de uma elevação sem precedentes históricos de capital fictício. Desta forma, não demoraria muito para que a tentativa de saída da crise dos anos 1970, que é estrutural, pela via da financeirização se consubstanciasse em uma nova crise no âmago das principais potências imperialistas a partir de 2008.

E não somente. A bolha que estourou no setor imobiliário dos EUA em 2008 escancarou a instabilidade de boa parte do sistema financeiro mundial, levando ao fechamento de empresas em várias partes do planeta. Depois dos Estados Unidos, países como Islândia, Grécia, Portugal e Brasil foram envolvidos na espiral centrípeta da crise. Ainda assim, como temos salientado, essa manifestação que ocorreu em 2008 é parte da totalidade que é a crise estrutural do capital imperialista, que vem se desdobrando desde os anos 1970. Não foram poucas as crises conjunturais que se manifestaram ao redor do mundo depois da chamada crise do petróleo em 1973. O que diferencia o processo de 2008 é justamente a relevância que teve no coração dos EUA e da União Europeia. E é aqui onde queríamos chegar. Avaliamos que esse momento inédito na história recente do capitalismo mundial deve ser compreendido como um importante determinante para a nossa investigação, dado que o que mostra o destaque em vermelho na figura 2 é um indicativo de que houve algo distinto na história da Geografia no Brasil em relação à teoria do desenvolvimento desigual e combinado no período destacado.

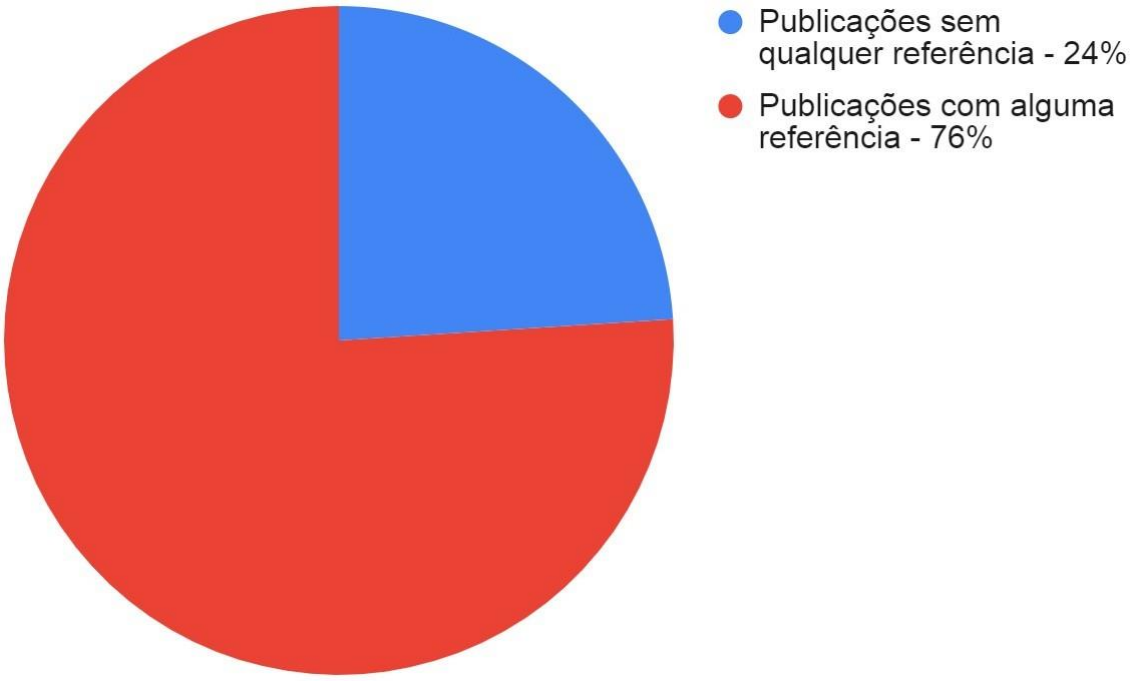
Destarte, é preciso que fique claro que o que defendemos não se trata de um *revival* do marxismo na Geografia no Brasil diante dos acontecimentos recentes no mundo capitalista. A bem da verdade, acreditamos que temos aí uma importante contradição: o que tivemos propriamente a partir de 2008 foi um renovado interesse de geógrafos e geógrafas no Brasil por teorias, conceitos e categorias marxistas em um contexto de deflagrado ascenso de perspectivas antimarxistas. Esse contraditório processo de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado se manifesta nos dados que iremos expor a partir de agora. Se, por um lado, vemos como frutífero o ambiente acadêmico que tem buscado constructos teóricos que foram construídos no interior do debate marxista, por outro é possível afirmar que o segundo grande momento de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado tem como marca certos limites relacionados ao (não) aprofundamento teórico-conceitual de cada termo/expressão recepcionada.

* * *

Apenas retomando alguns pontos já indicados na introdução da tese, reforçamos que lidamos no total com 681 publicações de diferentes tipos (livros, capítulos de livro, artigos em

periódicos, anais de eventos, teses de doutorado, dissertações de mestrado e monografias de graduação). Todas essas publicações estão disponíveis online e foram fruto de revisão sistemática nossa, estando listadas no apêndice A. Para as figuras 3 a 10, excluímos 18 publicações por conta da continuidade da série histórica (1997-2020), como também já argumentamos na introdução. Nesse universo de 663 publicações, a primeira informação que nos chamou a atenção ainda no momento de levantamento e revisão sistemática foi a frequência de textos identificados que mencionam a expressão "desenvolvimento desigual e combinado" sem, contudo, apresentar sequer um autor como referência para a teoria. Após a conclusão da revisão e sistematização dos dados em gráfico, obtivemos o seguinte resultado nesse quesito (Figura 3).

Figura 3 - Publicações da Geografia no Brasil que mencionam "desenvolvimento desigual e combinado" com ou sem indicação de referências para a teoria, entre 1997 e 2020



Fonte: Revisão sistemática, 2021.
Organização: Leônidas de Santana Marques, 2021.

Em que pese a grande maioria dos escritos apresentarem alguma referência ao tratar da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, nos parece profundamente delicado um cenário em que 1 em cada 4 publicações da Geografia no Brasil que mencionam a teoria

assim o fazem sem indicar qualquer autor como fonte. Avaliamos que esse primeiro dado já aponta para uma boa expressão de como tem se dado parcela importante da recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil. Embora o gráfico retrate o cenário a partir de 1997, quando analisamos em detalhe as publicações que não fazem menção a nenhuma fonte temos que mais de 80% destas foram escritas a partir de 2008.

Em nossa perspectiva, os dados indicados na figura 3 apontam para um cenário no qual parcela significativa das publicações que apresentam alguma menção à expressão "desenvolvimento desigual e combinado" o fazem sem buscar devidamente os complexos meandros da teoria. Ou seja, é possível afirmar que existe uma parte considerável da comunidade geográfica no Brasil que se vale desse constructo apenas como um jargão, uma expressão que teria se cristalizado ou popularizado nos escritos da área, sem contudo buscar o real poder explicativo da teoria a partir dos autores que ao longo do século XX produziram-na.

Avancemos agora em direção a uma compreensão mais detalhada de quem realmente é citado pelos escritos da Geografia no Brasil quando menciona-se a teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Dito de outro modo, buscamos nos textos levantados a quem eles se referiram como fonte quando abordaram a teoria. Para tanto, e por razões óbvias, nosso universo de análise se voltou apenas para os 76% das publicações que apresentam algum autor como fonte, logo apenas 504 dos 663 textos revisados. Em quase todos os gráficos percentuais a seguir utilizamos esse universo de pouco mais de 500 escritos com alguma menção, dados os objetivos da tese. Em outros gráficos utilizamos todo o conjunto de mais de 600 publicações, sempre indicando essa distinção quando necessário.

Organizamos essa parte de nossa exposição a partir dos principais autores mencionados, considerando nomes que se destacaram individualmente (Leon Trotsky, Ariovaldo Oliveira, Roberto Lobato e Milton Santos) ou conjuntos de autores que, agrupados, também representam importante parcela dos trabalhos, tais como autores do movimento trotskista (George Novack; Michael Löwy e Ernest Mandel), intelectuais críticos do pensamento social brasileiro (Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira, José de Souza Martins e Teoria Marxista da Dependência), além dos três autores geógrafos que se destacaram na recepção da teoria leninista do desenvolvimento desigual na Geografia ocidental (David Harvey, Neil Smith e Doreen Massey).

Comecemos pela presença de Trotsky nos escritos da Geografia no Brasil que mencionam a teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Com razoável participação, esse autor é, com folga, o mais mencionado por todos. Porém, um aspecto nos chamou a atenção quando começamos a fazer nossa revisão sistemática: muitos textos levantados falavam em Trotsky sem necessariamente referenciar-se em escritos do autor russo. Isso nos levou a fazer, especificamente nesse caso, uma subdivisão. Analisemos o resultado na figura 4.

Figura 4 - Menções a Trotsky nas publicações da Geografia no Brasil que abordam a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, entre 1997 e 2020, dentre aquelas que mencionam algum autor

Fonte: Revisão sistemática, 2021.
Organização: Leônidas de Santana Marques, 2021.

A primeira informação que devemos comentar nesse gráfico é a ausência de menções a Trotsky. Reforcemos que estamos aqui tratando somente de textos que fazem citação a algum autor ao se referirem à teoria. Vemos que quase 60% dos escritos não vinculam a teoria do desenvolvimento desigual e combinado a Trotsky. Isso significa dizer que a maioria dos textos levantados ou não fizeram questão de mencionar a origem intelectual do constructo

teórico ou talvez sequer saibam que o autor mencionado como fonte não é a base fundante da teoria que mencionam. Obviamente, quanto mais a teoria do desenvolvimento desigual e combinado é algo estrutural na análise empreendida pelos autores das publicações, mais comum se torna a presença de Trotsky. Ainda assim, é intrigante traçar um cenário mais amplo em que a grande maioria dos textos que falam em "desenvolvimento desigual e combinado" não mencionam Trotsky em seu escrito, como veremos em gráfico síntese no próximo subcapítulo.

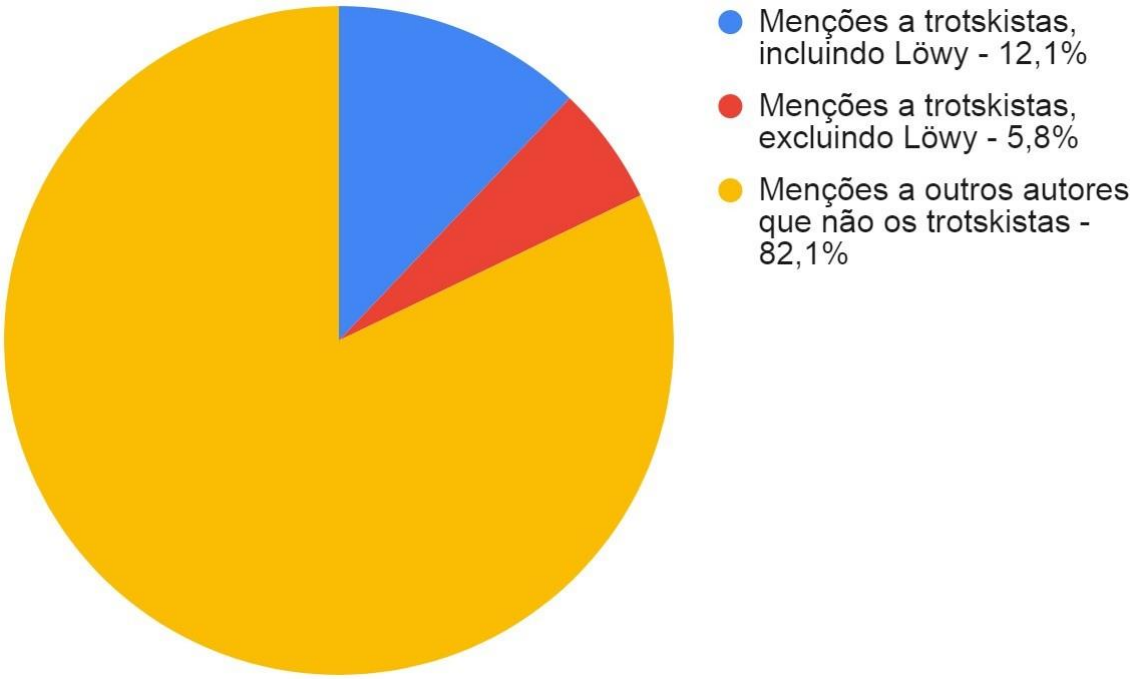
Outro ponto que chama a atenção são os outros 41,7% de publicações que mencionam o autor russo. Mais da metade dessas apenas falam em Trotsky sem citar ao menos uma obra do autor que tenha tratado do desenvolvimento desigual e combinado. Nesses casos, é muito comum a citação a autores trotskistas, principalmente Löwy, como fonte principal para o debate. Trotsky aparece apenas como menção indireta por ter sido o criador da teoria, mas os geógrafos autores não foram diretamente aos escritos originais. Dentre os textos de Löwy, destacamos que o mais citado nesse contexto é um artigo de apenas oito páginas, onde o autor basicamente introduz a teoria (LÖWY, 1998 [1995]). Ou seja, uma parcela importante dos textos fundamenta-se em um artigo que somente traz pontos elementares da teoria, sendo insuficiente para quem realmente pretende se aprofundar no debate. Algo muito similar ocorre com as citações ao livro *Região e organização espacial*, de Roberto Lobato Corrêa (2003 [1986]), também muito presente nessa parcela 22,4% das publicações. Mas trataremos disso mais a frente.

De todo modo, é necessário frisar que aproximadamente 1 em cada 5 publicações da Geografia no Brasil que mencionaram a teoria do desenvolvimento desigual e combinado citaram diretamente Trotsky, com ou sem fragmentos diretos dos escritos do autor. Isso tende a indicar que essa parcela do nosso universo fez um esforço de buscar os fundamentos da teoria nos originais do autor russo. Dentre os livros mencionados, destaca-se *A história da Revolução Russa* (TROTSKY, 2017 [1930-1932]), primeiro texto de Trotsky que apresenta sínteses mais explícitas sobre a noção de desenvolvimento combinado relacionadas ao desenvolvimento desigual, como discutido no terceiro capítulo.

Vale salientar ainda que apenas poucas dezenas de publicações mencionam Trotsky isoladamente. O mais comum nos escritos aqui levantados é o debate desse autor aparecer em diálogo com outros autores, parcela considerável desses ligada ao movimento trotskista.

Anteriormente argumentamos o quão importante é considerar a recepção das diferentes teorias marxistas do desenvolvimento desigual em relação a outros autores que foram fundamentais na difusão (e também na produção) do constructo teórico. Na figura 5, apresentamos a participação dos autores do movimento trotskista no universo de publicações considerado.

Figura 5 - Menções a autores trotskistas nas publicações da Geografia no Brasil que abordam a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, entre 1997 e 2020, dentre aquelas que mencionam algum autor



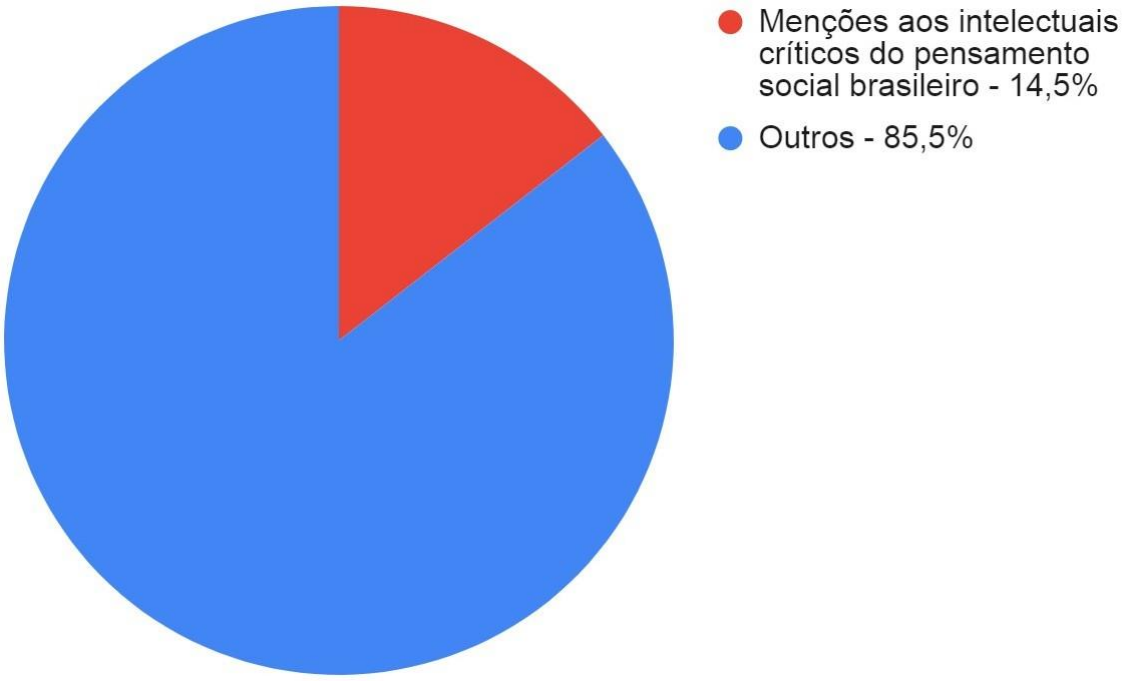
Fonte: Revisão sistemática, 2021.
Organização: Leônidas de Santana Marques, 2021.

No total, quase 18% dos escritos considerados se valem de autores do movimento trotskista internacional. Dentre esses, frisamos a presença de citações a Ernest Mandel, George Novack e Michael Löwy. Na figura 5, fizemos questão de frisar a presença desse último autor. É inegável a importância de Löwy no processo de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado nas Ciências Humanas e Sociais no Brasil, e essa presença também é evidente no seio da Geografia, principalmente em comparação com os outros autores. Sendo franco-brasileiro, Löwy também tem cumprido um importante papel de trazer o debate da teoria em língua portuguesa, embora ponderemos que seu principal livro

sobre a teoria é muito pouco citado (LÖWY, 2015 [1981]). Esse fato se distingue do que ocorre com o seu artigo publicado na revista *Outubro*, como já dito.

Ponderamos, contudo, que na figura 5 não incluímos todos os textos que citavam autores brasileiros que se referenciam trotskismo. Desta forma, acima apenas aparecem em azul ou vermelho textos que mencionam os brasileiros em conjunto com um ou mais autores do movimento trotskista internacional. Isso porque traremos a seguir um gráfico à parte, expondo especificamente a presença de autores como Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira em um agregado que chamamos de "intelectuais críticos do pensamento social brasileiro".

Figura 6 - Menções aos intelectuais críticos do pensamento social brasileiro nas publicações da Geografia no Brasil que abordam a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, entre 1997 e 2020, dentre aquelas que mencionam algum autor



Fonte: Revisão sistemática, 2021.
Organização: Leônidas de Santana Marques, 2021.

Nesse recorte que fizemos, agrupamos alguns dos autores brasileiros que tratamos no capítulo anterior. Fizemos questão de buscar nos textos as vinculações que a comunidade geográfica tem feito entre a teoria do desenvolvimento desigual e combinado e autores como

Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, José de Souza Martins e Francisco de Oliveira, além de um olhar atento que fizemos para possíveis correlações com intelectuais da Teoria Marxista da Dependência.

Ainda que este agrupamento seja bastante diverso, conseguimos observar a forte presença de alguns autores. De início, vale explicitar o inverso, os que geralmente não são mencionados. Tanto Caio Prado Júnior quanto os autores da Teoria Marxista da Dependência (somente identificamos menções a Ruy Mauro Marini e Theotonio dos Santos) apareceram em apenas três textos, não podendo ser considerados, portanto, como fontes principais. Em quase todas as vezes, a menção ocorreu em diálogo com outros autores trotskistas ou com o próprio Trotsky. Como já argumentado, nossa posição é de que esses não deveriam ser considerados como referências primordiais para a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, o que acabou se revelando convergente com o universo de publicações analisado. Com relação a Florestan Fernandes, a menção ao autor foi também muito baixa, sendo apenas um pouco maior que os anteriormente citados. Contudo, ponderamos que aqui seria necessário ressalvar o primor da leitura desigual e combinada do desenvolvimento capitalista sob a pena de Fernandes. Neste sentido, nos parece prudente indicar que esse autor é ainda muito pouco apropriado pela Geografia no Brasil quando pretende-se abordar a teoria do desenvolvimento desigual e combinado.

Dentre os autores que foram mais citados, destacamos dois: Francisco de Oliveira e José de Souza Martins. Isso também converge para o que levantamos em nossas entrevistas. Costa (2019), por exemplo, afirmou que "Chico de Oliveira foi o não-geógrafo mais lido pelos geógrafos críticos, de todos. Se você me perguntar assim: 'qual autor não-geógrafo que influenciou toda teoria regional brasileira, toda concepção sobre o Brasil'. Eu te respondo: Chico de Oliveira. […] José de Souza Martins e Chico de Oliveira, se você não os lesse, você estava excomungado".

Especificamente quanto a F. Oliveira, é necessário enfatizar a forte presença que esse autor teve na revisão sistemática que realizamos. Em quase metade das publicações desse agrupamento (Figura 6) temos a citação direta ou indireta aos escritos desse autor com destaque para dois de seus livros: *Crítica a razão dualista* (2003 [1972]) e *Elegia para uma re(li)gião* (2008 [1977]). Sendo um dos autores que mais evidencia a origem trotskista da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, F. Oliveira teve uma importante função na recepção

da teoria não só na Geografia, mas em todas as Ciências Humanas e Sociais no Brasil. Em várias de nossas entrevistas, esse autor era sempre lembrado com uma das grandes referências que, a partir dos anos 1970, foi vital para a teoria no Brasil. Destacamos abaixo alguns trechos.

> Acho que a teoria do desenvolvimento desigual e combinado foi muito importante à época. No Brasil, Chico de Oliveira é o cara que internalizou bem essa discussão. (COSTA, 2019).

> *Elegia para uma re(li)gião* me marcou muito. *Economia da dependência imperfeita*. Foram obras que ajudaram a fazer a crítica do dualismo estrutural. Então a ideia de desenvolvimento desigual e combinado supera a ideia do dualismo, aquela visão de Jacques Lambert, que reconhecia a diferença, mas não a articulava. A própria ideia de desenvolvimento desigual e combinado ajuda a fazer essa superação e Chico foi uma ponte para isso. (PORTO-GONÇALVES, 2021)

> Minha grande referência intelectual no Brasil […] é o Chico de Oliveira. […] A visão do Nordeste que ele tem, que ele nos trouxe através do livro *Elegia para uma re(li)gião* é a leitura geográfica mais profunda que eu conheço. […] O Chico é a minha matriz por uma razão: ele tem uma dimensão espacial da leitura de Brasil que nem mesmo a gente da Geografia tinha até recentemente e que passou a ter por causa dele. […] O Chico é quem melhor me permite trabalhar com essa noção [de desenvolvimento desigual e combinado]. (MOREIRA, 2021)

O segundo autor que chama a atenção nessa parcela analisada dos dados é José de Souza Martins. Embora tenha sido um importante precursor da perspectiva lefebvriana com seu grupo de estudos d'*O capital*, que contribuiu com a formação de importantes nomes da Geografia Urbana e da Geografia Regional no Brasil (a exemplo de Amélia Damiani, Ana Fani A. Carlos, Odette C. de L. Seabra e Sandra Lencioni), a quase totalidade das menções a Martins nas publicações levantadas podem ser compreendidas como da área de Geografia Agrária. O principal motivo disso tem relação com a centralidade desse autor na obra de Ariovaldo U. de Oliveira. Como veremos logo mais, esse geógrafo é figura fundamental na recepção da teoria pela Geografia no Brasil, assim Martins acabou sendo lido como um autor que trabalha com a perspectiva desigual e combinada do desenvolvimento capitalista. Contudo, como argumentamos no capítulo anterior, Martins em diversas passagens de sua

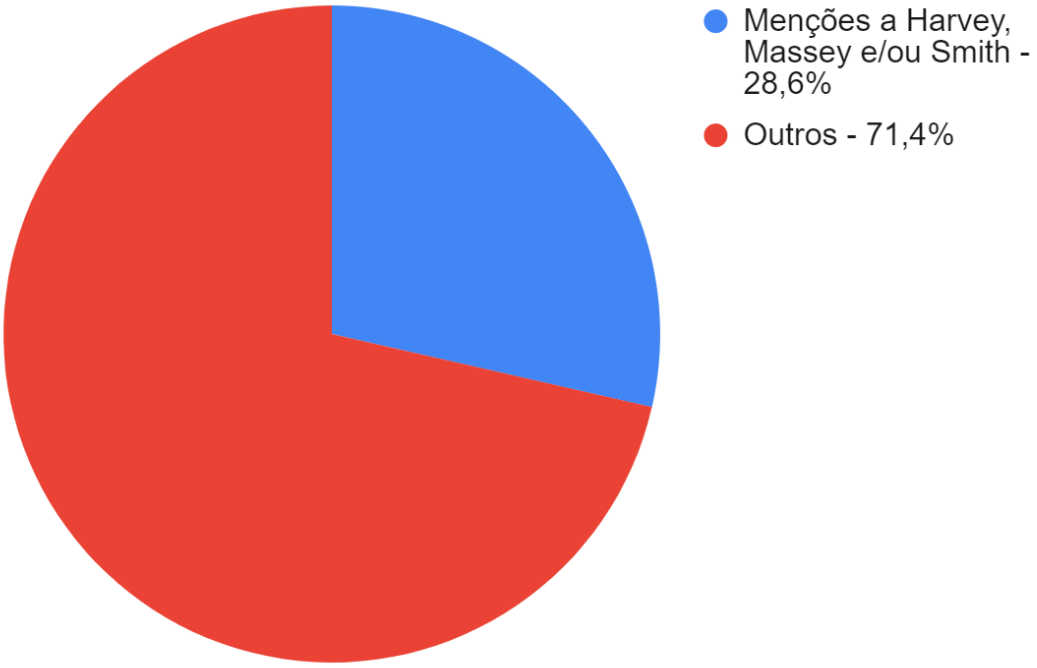
obra deixa claro que sua perspectiva de desenvolvimento é desigual, tendo para tanto referência nos escritos de Lenin e Lefebvre.

Acreditamos, porém, que parte dessa associação também tem a ver com o fato de Martins trabalhar de modo recorrente com a noção de produção capitalista de relações não-capitalistas de produção como chave interpretativa para sua leitura sobre a recriação do campesinato no Brasil. É comum ver nas publicações da Geografia no Brasil a leitura de que essa noção é um dos possíveis indícios de que Martins trabalha com a perspectiva de desenvolvimento combinado, dado que haveria um amalgamento entre o novo (o capital) e o velho (o campesinato) no desenvolvimento. Sem ir muito além no sentido de possíveis interpretações dessa leitura, o que nos importa colocar aqui é que essa noção de produção capitalista de relações não-capitalistas de produção advém, segundo o próprio Martins, dos escritos de Rosa Luxemburgo, e não de Trotsky. Embora reconheçamos que existem flagrantes conexões entre o que é colocado por ambos intelectuais, até por conta do próprio princípio dialético de unidade dos contrários constituinte do método que tanto Rosa quanto Trotsky se valem, nos parece pouco apropriado tratá-los como uma coisa só, até porque nem o próprio Martins o faz.

Esse mesmo exercício autoral de atribuir a teoria do desenvolvimento desigual e combinado a autores que trabalham a partir de outras perspectivas marxistas de desenvolvimento também é evidente quando consideramos a próxima figura, onde agrupamos todas as publicações que se valem dos textos de Harvey, Massey e Smith como fonte para a teoria que estamos analisando.

De todos os três agrupamentos que fizemos (Figuras 5, 6 e 7), essa última é a que apresenta o maior percentual. Isso significa dizer que nem os autores trotskistas nem os intelectuais críticos do pensamento social brasileiro (especialmente Francisco de Oliveira) conseguem se fazer mais presentes como fonte da teoria do desenvolvimento desigual e combinado do que os três autores anglo-saxônicos da Geografia: Harvey, Massey e Smith. Como ponderamos anteriormente, contudo, tanto Harvey quanto Smith não se valem da teoria trotskista de desenvolvimento para elaborarem suas reflexões. Massey por seu turno, é a que mais se aproxima dessa perspectiva, mas, ainda assim, dentre os três autores, é a que menos é citada nas publicações (apenas 6 menções em um universo de 144 publicações).

Figura 7 - Menções a David Harvey, Doreen Massey e/ou Neil Smith nas publicações da Geografia no Brasil que abordam a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, entre 1997 e 2020, dentre aquelas que mencionam algum autor



Fonte: Revisão sistemática, 2021.
Organização: Leônidas de Santana Marques, 2021.

É curioso notar como a grande maioria dos textos reconhece que Harvey e Smith não são os construtores originais da teoria, mas defende-se que esses seriam responsáveis por uma leitura geográfica do desenvolvimento desigual e combinado, coisa que Trotsky não teria feito. Falando especificamente de Harvey, é comum a associação ao conceito de desenvolvimento geográfico desigual, como se esse fosse derivado do constructo teórico trotskista. Contudo, como temos ressalvado ao longo da tese, não há em nenhum momento na obra de Harvey qualquer conexão entre o que esse escreve e o legado de Trotsky, a não ser a base comum na teoria do imperialismo de Lenin. Quanto a Smith, como citamos no quarto capítulo, chega a ser intrigante perceber que, mesmo o autor escocês deixando claro que enxerga na ideia de desenvolvimento desigual e combinado algo limitado, vários autores da Geografia no Brasil o tratam como um intelectual responsável por lidar com a teoria a partir de um olhar geográfico. E vale salientar que o livro que é a principal fonte dos textos que citam Smith (*Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*, 1988b

[1984]), é justamente um dos escritos no qual o autor deixa mais clara sua posição sobre os limites da teoria trotskista de desenvolvimento.

Sobre Harvey, gostaríamos de ponderar como esse autor, que tem uma vasta quantidade de livros e artigos publicados (muitos deles em português), deve ser analisado com maior detalhe, algo que não é propriamente o foco de nossa tese. Nas entrevistas que realizamos ficam nítidas o quão diversas são as visões sobre o autor inglês. Mamigonian (2019), por exemplo, que é de uma geração um pouco anterior aos demais entrevistados, bem como A. Oliveira (2019), reforçam a ideia de que o Harvey que se lia nos anos 1970 (e que, na visão deles, não teria mudado muita coisa nos tempos atuais) era basicamente o que estava presente em *Explanation in Geography*, livro do momento teorético de Harvey. Costa (2019), por seu turno, ressalta que reconhece alguns avanços nos escritos do autor inglês, principalmente com *A justiça social e a cidade*, mas que não é exatamente um autor que teve como sua referência fundante nos anos 1970 e 1980. Já J. Silva (2021) compreende que Harvey foi uma revolução nos anos 1970 com *A justiça social e a cidade*, por ser um autor já bastante reconhecido que trouxe uma leitura marcadamente crítica para os estudos urbanos. Por fim, ainda ressaltamos a reflexão de Conceição (2021), que conheceu o Harvey teorético na época da graduação, mas realmente apenas começa a se debruçar nos estudos do autor a partir dos anos 1990 com a publicação de *A condição pós-moderna*.

O que nos interessa frisar com essas visões tão diferentes da questão é apontar como um mesmo autor é difundido e recebido de modo tão diferente em distintos momentos históricos e contextos geográficos. A ideia de traçar esse panorama extremamente diferenciado de recepção da obra de apenas um autor nos ajuda a notar o quão complexa é a questão que nos debruçamos quando vamos a alguns detalhes. E vários determinantes interferem nesse processo, como é o caso das traduções. Vale salientar, neste sentido, que a primeira grande obra de Harvey que lida com o conceito de desenvolvimento geográfico desigual, *Os limites do capital*, apenas ganhou edição brasileira em 2013, embora originalmente publicada em inglês em 1982. *A condição pós-moderna*, que foi um dos maiores sucessos de venda do autor no Brasil, foi escrito depois desse livro, embora traduzido antes. E esse meandros dão conta do quão distintos são os momentos de recepção nas diferentes décadas. Não por acaso, Harvey vai se tornando uma referência importante para o debate que estamos aqui analisando no século XXI, a partir da publicação de vários de seus textos em português pelas editoras Loyola e Boitempo.

Voltando à questão das diferentes perspectivas de desenvolvimento dos autores, tanto no caso da relação que foi sendo estabelecida entre a teoria do desenvolvimento desigual e combinado e os textos de Martins, quanto no caso da relação desta com os escritos de Harvey e Smith, temos exemplos claros de processos de recepção que aparentam evidenciar o constructo teórico trotskista quando, na verdade, outras perspectivas de desenvolvimento são colocadas no lugar, destacadamente a leninista. Ainda que tenhamos ressaltado no terceiro capítulo a base de Lenin que serviu para a elaboração de Trotsky, não temos dúvidas de que os caminhos de recepção da teoria que se baseiam em autores como Martins, Harvey, e Smith acabam por deixar passar ao largo aportes analíticos singulares que a Geografia no Brasil ainda tem tido limites para se apropriar.

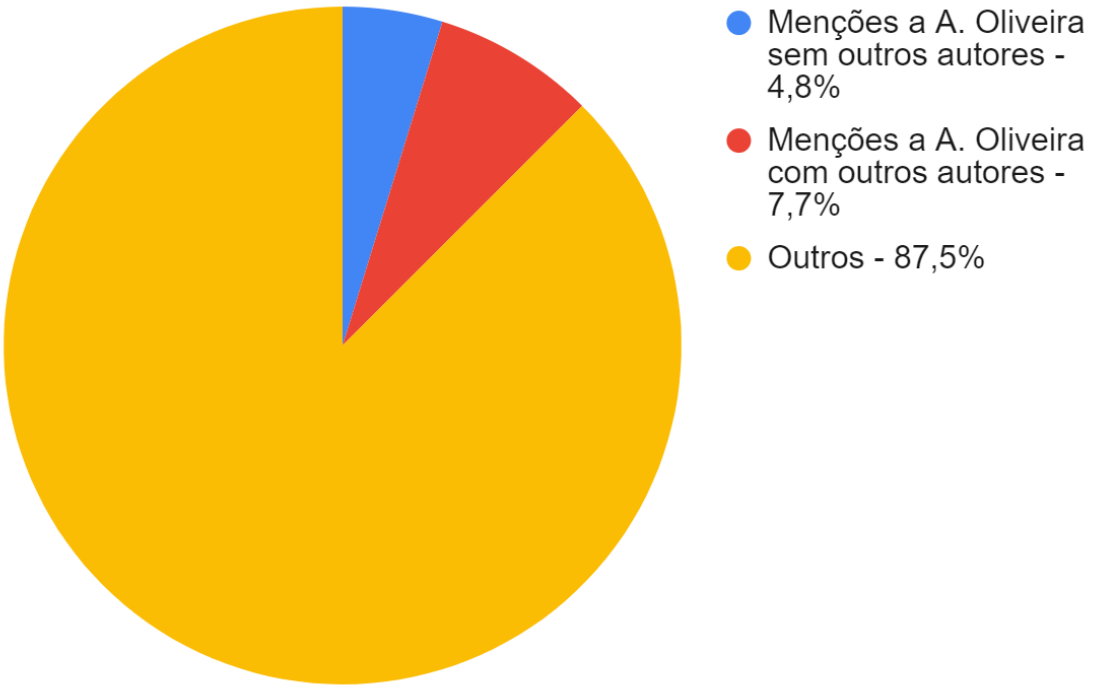
Analisadas tanto as menções a Trotsky quanto aos agrupamentos de autores que estipulamos, vale a pena agora analisar nosso universo de dados por outros prismas. São esses a presença individual de autores da Geografia no Brasil e a questão das instituições de origem dos autores.

* * *

Analisando todos os autores da Geografia no Brasil que são citados quando a teoria do desenvolvimento desigual e combinado é abordada, dois são os mais lembrados: Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Roberto Lobato Corrêa. Tratemos inicialmente do primeiro. Embora tenha tido algumas experiências em outros departamentos de Geografia no Centro-sul do país, A. Oliveira se consolidou como docente na Universidade de São Paulo, onde se firmou como referência na área de Geografia Agrária. Na figura 8, apresentamos o percentual de menções desse autor.

O que chama atenção no conjunto de publicações que se valem de A. Oliveira é que a quase totalidade dos temas abordados giram em torno da questão agrária no Brasil, foco principal de interesse do autor. Se, por um lado, isso indica a importância do autor como fonte privilegiada da teoria na Geografia no Brasil, por outro indica que essa conexão se vincula a um espectro limitado da ciência. Dito de outro modo, as menções a A. Oliveira são muito recorrentes nos escritos de Geografia Agrária, mas são pouco frequentes em todas as demais áreas da ciência geográfica.

Figura 8 - Menções a Ariovaldo Umbelino de Oliveira nas publicações da Geografia no Brasil que abordam a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, entre 1997 e 2020, dentre aquelas que mencionam algum autor



Fonte: Revisão sistemática, 2021.
Organização: Leônidas de Santana Marques, 2021.

Ainda nos anos 1960, contexto em que os autores marxistas eram vistos com certas ressalvas, A. Oliveira foi pioneiro na elaboração de textos que traziam nas referências nomes como Marx, Engels, Mao e Lenin. Destacamos abaixo alguns detalhes de seu percurso formativo coletados em entrevista.

> Eu me formei com relação ao método com o Gil [Sodero de Toledo]. Ele era e é um professor brilhante […]. Ele tinha esse cuidado de mexer com o método […]. E depois veio o Manoel Seabra. Com ele eu discuti, já na pós-graduação. […] Quem me orientou mesmo foi o Seabra. Com ele eu fui ler as obras principais que orientavam o marxismo. Eu li *O capital* (os três volumes), *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, *A questão agrária* [Karl Kautsky]. […] Eu fui o primeiro que fui por esse caminho. Imagina o clima que eu encontrei no dia da defesa da minha tese! (OLIVEIRA A., 2019)

No levantamento que fizemos dedicado aos textos de autoria de A. Oliveira, não chegamos a identificar citações a Trotsky e ao desenvolvimento desigual e combinado até o final do século XX. A partir desse momento, o autor começa a fazer uso sistemático da teoria trotskista em seus estudos voltados para o entendimento do desenvolvimento contraditório do capitalismo no campo brasileiro.

Um dos primeiros fragmentos que melhor expressa essa perspectiva do autor aparece na sua concepção de território presente no capítulo de livro intitulado *A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro*. Nesse texto o autor traz a seguinte reflexão.

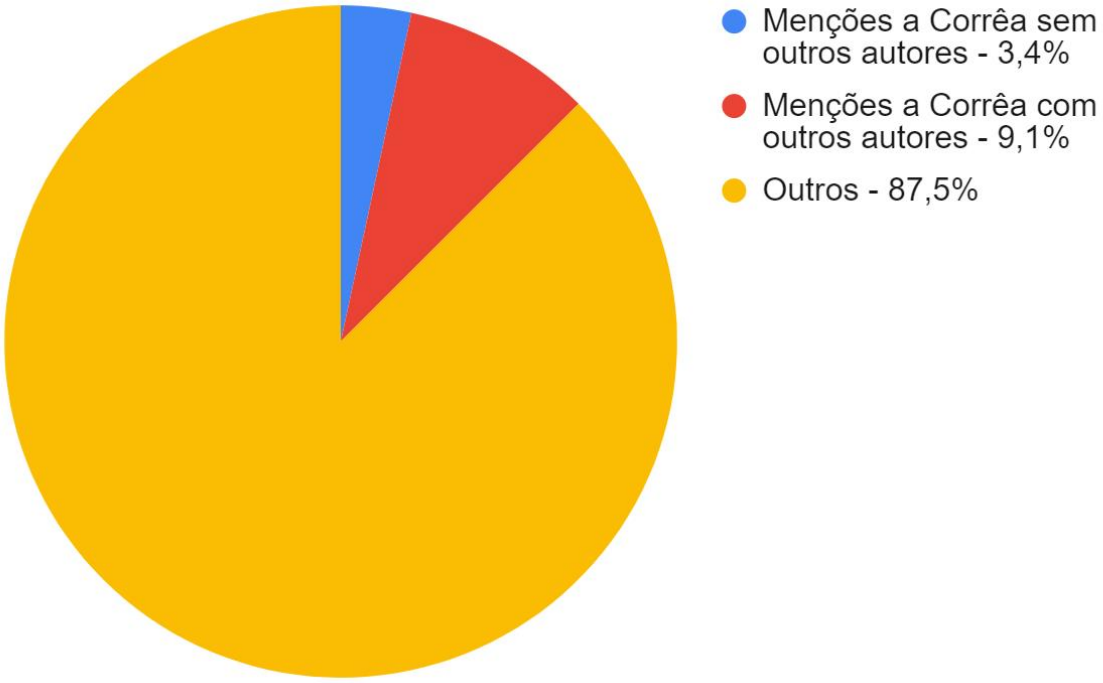
> O processo de construção do território é simultaneamente construção/destruição/manutenção/transformação. Em síntese, é a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. Logo, a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução […]. (OLIVEIRA A., 1999, p. 74)

Embora essa publicação seja já do final dos anos 1990, algumas das publicações que mencionam A. Oliveira denotam que o autor já vinha há alguns anos apresentando textos mimeografados com menções à teoria (textos que ainda seriam publicados, como o supracitado capítulo de livro). Desde então, temos nesse autor um nome frequentemente lembrado quando se trata da teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Não obstante, como já indicado, muitas das citações a A. Oliveira são feitas em diálogo com textos de José de Souza Martins. Em nossa perspectiva, é necessário fazer uma devida distinção aqui. Em que pese toda a forte influência dos escritos de Martins na obra de A. Oliveira, nem tudo que esse escreve deve ser atribuído ao sociólogo. Avaliamos que, distinguindo-se de Martins, A. Oliveira fez um movimento *sui generis* de apropriação do debate trotskista de desenvolvimento, associando-o ao já consolidado argumento de produção capitalista de relações não-capitalistas de produção vindo de Rosa Luxemburgo e evidenciado por Martins.

Essa apropriação *sui generis* de A. Oliveira se faz presente em sua obra e em algumas gerações de geógrafos que foram formados a partir da perspectiva crítica de Geografia Agrária que o tem como uma das principais referências. É esta a razão de seu nome ser um dos mais citados quando temos o universo de textos da Geografia no Brasil que lidam

com a teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Assim como A. Oliveira, um outro autor que também apresenta um elevado número de citações nos dados que levantamos é Roberto Lobato Corrêa. Esse se consolidou como professor no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo antes experiências no IBGE e em outros departamentos universitários em diferentes partes do país. Na figura 9 encontramos os dados referentes a esse autor.

Figura 9 - Menções a Roberto Lobato Corrêa nas publicações da Geografia no Brasil que abordam a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, entre 1997 e 2020, dentre aquelas que mencionam algum autor



Fonte: Revisão sistemática, 2021.
Organização: Leônidas de Santana Marques, 2021.

Ainda que em termos percentuais o total de publicações que mencionam Corrêa seja igual ao de A. Oliveira, a parcela de textos que menciona o autor da UFRJ é qualitativamente diferente. Se em A. Oliveira tivemos uma presença notadamente vinculada à Geografia Agrária, não vemos algo similar com Corrêa. Esse autor apresenta um rol muito mais heterogêneo de áreas da Geografia que o citam, bem como é possível afirmar que as menções

que ocorrem nesse caso não necessariamente estão vinculadas a uma geração de pesquisadores derivadas desse professor, como tem sido no caso de A. Oliveira.

Um outro ponto que chama a atenção é que todos os textos que mencionam Corrêa se valem praticamente do mesmo escrito do autor, o livro *Região e organização espacial*, publicado originalmente em 1986. Isso também não ocorre de modo gratuito. Ainda que Corrêa apareça entre os mais citados, não é possível afirmar que esse constituiu ao longo das décadas uma trajetória de pesquisa que tenha se firmado tendo a teoria do desenvolvimento desigual e combinado como uma de suas bases. A bem da verdade, o único texto em que Corrêa expressamente menciona esse constructo teórico é o supracitado livro. Abaixo colocamos dois fragmentos do livro que trazem a teoria de modo direto. Após fazer uma reflexão sobre a questão do conceito de região em diálogo com Francisco de Oliveira e Aluízio Duarte, Corrêa chega na questão do desenvolvimento desigual e combinado. Separamos dois fragmentos que geralmente são objeto de citação.

> A lei do desenvolvimento desigual e combinado expressa particularmente uma das leis da dialética, a da interpenetração dos contrários. Refere-se ao fato de ser cada aspecto da realidade constituído de dois processos que se acham relacionados e interpenetrados, apesar de serem diferentes e opostos. A contradição que daí decorre é característica imanente à realidade e o elemento motor de sua transformação. Na lei que nos interessa, os dois processos são, primeiro o da desigualdade e, depois, o da combinação. Permite que se considere as diferenciações resultantes da presença de fenômenos originados em tempos históricos diferentes coexistindo no tempo presente... e no espaço. Esta lei tem uma dimensão espacial, que se verifica através do processo de regionalização, ou seja, de diferenciação de áreas. Dois aspectos devem ser considerados, tendo em vista a compreensão das conexões entre a lei em pauta e o conceito de região que dela surge. O primeiro deles se refere à gênese e à difusão do processo de regionalização, e o segundo aos mecanismos nos quais o processo realiza-se. Ambos estão interligados. (CORRÊA, 2003 [1986], p. 42)

> A lei do desenvolvimento desigual e combinado traduz-se, assim, no processo de regionalização que diferencia não só países entre si como, em cada um deles, suas partes componentes, originando regiões desigualmente desenvolvidas mas articuladas. Sob o capitalismo queremos crer que a noção de combinação deve ser explicitamente referida não apenas à coexistência no mesmo território de diferentes modos de vida, mas também à articulação espacial destes territórios. A região pode ser vista como um resultado da lei do desenvolvimento desigual e combinado, caracterizada pela sua inserção na divisão nacional e internacional do trabalho e pela associação de relações de produção distintas. Estes dois aspectos vão traduzir-se tanto em uma

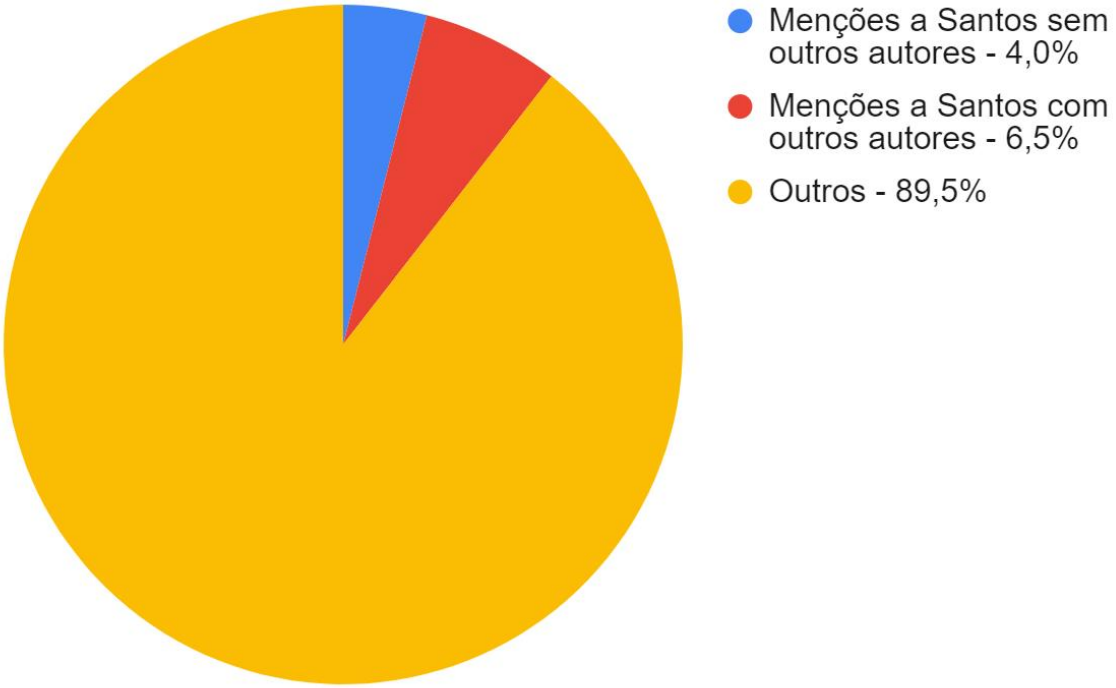
> paisagem como em uma problemática, ambas específicas de cada região, problemática que tem como pano de fundo a natureza específica dos embates que se estabelecem entre as elites regionais e o capital externo à região e dos conflitos entre as diferentes classes que compõem a região. Os conflitos oriundos dos embates entre interesses internos, bem como entre interesses internos e externos, podem gerar uma desintegração da região, que se exprimirá na sua paisagem. (CORRÊA, 2003 [1986], p. 45)

Embora tenhamos ponderado que Corrêa somente deu maior atenção ao desenvolvimento desigual e combinado no livro *Região e organização espacial*, é fundamental que tenhamos em conta que nenhum outro na Geografia no Brasil no século XX se debruçou de modo tão detido na teoria como ele nesse livro. Não é por acaso que Corrêa está entre os mais lembrados. Ao discutir o conceito de região em diferentes perspectivas interpretativas da Geografia, Corrêa reserva no item *Região e geografia crítica* um espaço para a "lei" do desenvolvimento desigual e combinado que nenhum outro autor na Geografia no Brasil tinha feito até então. Por outro lado, um aspecto precisa ser pontuado. Ao desenvolver suas reflexões sobre a teoria, Corrêa apenas menciona Trotsky, sem contudo apresentar qualquer referência ou citação direta ao autor russo. Compreendemos que isso também tem influência direta nos caminhos de recepção da teoria pela Geografia no Brasil. Em quase todos os textos que levantamos em que tanto Corrêa quanto Trotsky são mencionados, o autor russo não é citado. Dito de outro modo, a contribuição de Corrêa no segundo momento de recepção da teoria pela Geografia no Brasil associa-se às práticas de uso de fontes indiretas do constructo teórico.

Ainda assim, não avaliamos que o problema esteja propriamente no texto de Corrêa, já que trata-se nitidamente de um livro introdutório. E essa questão de limitar-se somente a uma fonte secundária da teoria do desenvolvimento desigual e combinado não se restringe apenas a esse exemplo de Corrêa. Na revisão sistemática que realizamos, o terceiro autor que mais é mencionado como fonte da teoria é Milton Santos. No Brasil, esse geógrafo foi docente inicialmente no estado da Bahia (UCSAL e UFBA), e posteriormente na UFRJ e na USP. De toda a geração que esteve envolvida no movimento de renovação crítica da Geografia, Santos foi um dos principais, como já pontuamos no subcapítulo anterior. Ainda nos anos 1960, esse autor já era um renomado pesquisador na UFBA, tendo consolidado uma carreira internacional nos anos 1970 em diferentes universidades ao redor do mundo (a exemplo das universidades de Toronto – Canadá, Caracas – Venezuela, Dar-es-Salam –

Tanzânia, e Columbia – EUA). A seguir colocamos a figura 10, que traz a participação desse geógrafo frente ao nosso universo de dados com alguma menção a autores.

Figura 10 - Menções a Milton Santos nas publicações da Geografia no Brasil que abordam a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, entre 1997 e 2020, dentre aquelas que mencionam algum autor



Fonte: Revisão sistemática, 2021.
Organização: Leônidas de Santana Marques, 2021.

Não temos dúvidas de que Santos foi um importante nome no processo de renovação crítica da Geografia no Brasil (e no mundo), trazendo inclusive para o centro do debate questões ligadas ao desenvolvimento do capitalismo, principalmente quando escreveu sobre os desafios do Terceiro Mundo e do mundo subdesenvolvido. Contudo, temos a ressalva de que nos parece inadequado tê-lo como fonte primordial para a teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Diferente de A. Oliveira e Corrêa, por exemplo, as menções que Santos faz à teoria em seus estudos são pontuais, não havendo a presença de uma leitura própria sobre como esse constructo teórico pode servir como referencial para a análise do desenvolvimento contraditório das relações capitalistas. Além da menção que o autor fez à teoria em *Por uma Geografia nova*, já mencionado neste capítulo, indicamos outros dois

momentos em que Santos faz uso do desenvolvimento desigual e combinado, mais como expressão do que propriamente como um referencial de análise.

> O terceiro nível, a partir da divisão territorial do trabalho na "área *core*" do país junto com a busca de uma redefinição geográfica dessa área, deverá orientar-se para o estudo particular e empírico das áreas que sejam representativas do novo impulso dado ao aprofundamento do capital (*deepening of capital*) no espaço, assim como das *ilhas de arcaísmo*: o movimento desigual e combinado no espaço, fornecido pêlos aspectos regionais ou locais da nova divisão territorial do trabalho no país, reflexo, por sua vez, de nova divisão do trabalho que se está operando em escala mundial. (SANTOS, 1998 [1994], p.64, itálico do autor)

> Assim, os lugares reproduzem o País e o Mundo segundo uma ordem. É essa ordem unitária que cria a diversidade, pois as determinações do todo se dão de forma diferente, quantitativa e qualitativamente, para cada lugar. Trata-se de uma evolução diacrônica, consagrando mudanças não homólogas do valor relativo de cada variável. O desenvolvimento desigual e combinado é, pois, uma ordem, cuja inteligência é apenas possível mediante o processo de totalização, isto é, o processo de transformação de uma totalidade em outra totalidade. (SANTOS, 2006 [1996], p. 80)

No primeiro fragmento, temos citação do livro *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*, originalmente publicado em 1994. Poucos anos depois, em 1996, temos o livro onde consta o segundo fragmento: *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. Em ambos os casos, Santos explicita a questão do desenvolvimento desigual e combinado ao analisar as peculiaridades de cada região ou lugar, mas, como podemos ver, são menções que não trazem qualquer vinculação a Trotsky ou a qualquer outro autor da tradição trotskista. No fragmento de *Por uma Geografia nova*, que trouxemos no subcapítulo anterior, aparece ainda uma menção a Marx no mesmo parágrafo onde a teoria é mencionada, mas sem qualquer vinculação explícita.

Em nossa apreensão, o que Santos fez com a teoria do desenvolvimento desigual e combinado é algo similar ao que ponderaremos, a seguir, em relação a boa parte das publicações da Geografia no Brasil. Adiantando brevemente, trata-se de concluir que esse é um exemplo de recepção parcial, que se apropria do signo (os termos desenvolvimento, desigual, e combinado), mas sem carregar com isso o significado que a teoria traz para a análise do capitalismo. Não é à toa que a menção a Trotsky somente no universo dos textos

que tem Santos como referência para a teoria é de apenas 28%, bem abaixo dos 41% que apresentamos na figura 4, onde trouxemos todo o universo de textos que trazem alguma abordagem da teoria.

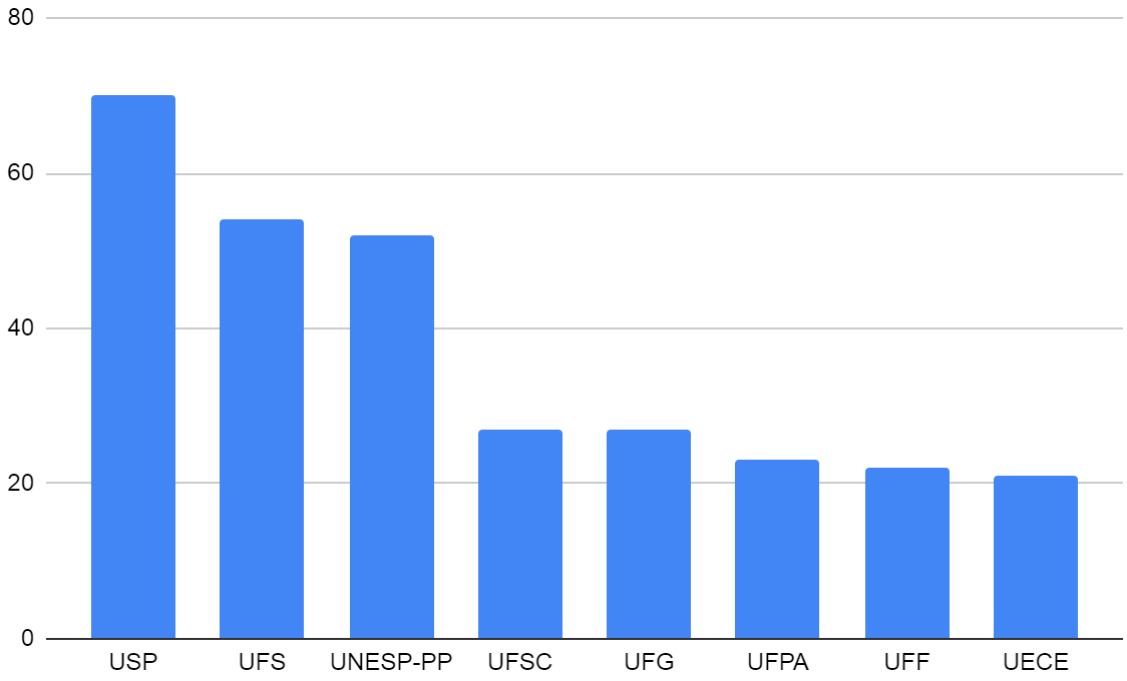
Vale salientar ainda que o termo combinação aparece de modo frequente nos escritos de Santos, o que aparentemente levou alguns autores da Geografia no Brasil à associação deste termo com a teoria foco de nossa tese. Porém é preciso deixar claro que não é só o constructo teórico que estamos analisando que se vale da noção de combinação, muito pelo contrário. Dentro da própria Geografia é comum a reflexão sobre as combinações geográficas, sobre a fusão de aspectos de diferentes lugares em um só. Acreditamos que muito do debate de Santos lastreia-se nessa noção, que não tem a mesma trajetória intelectual da teoria do desenvolvimento desigual e combinado.

Antes de fecharmos esse debate, ainda gostaríamos de trazer mais uma reflexão derivada dos dados que coletamos. Além de analisar a quem os geógrafos e geógrafas no Brasil se referem quando mencionam a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, interessou-nos analisar de onde esses autores escreviam. Dessa forma, identificamos as instituições de origem dos primeiros autores de todos os 681 textos levantados. Com essa segunda linha de clivagem conseguimos avançar no sentido de entender um pouco mais a espacialização, no território brasileiro, de possíveis centros de pesquisa em Geografia que tem no desenvolvimento desigual e combinado um constructo teórico importante. Dessa forma, temos a figura 11.

Um primeiro ponto que nos chama a atenção é a forma como a USP se destaca. Obviamente, por ser o mais antigo programa de pós-graduação em Geografia no Brasil, não seria de todo surpreendente ter essa instituição entre as principais, mas convém destacar a centralidade que a Geografia desta universidade têm na recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Como indicado no subcapítulo anterior, isso também tem relação direta com a própria história do movimento de renovação crítica da Geografia no Brasil, que teve no Departamento de Geografia da USP e na seção local São Paulo da AGB duas instituições centrais. Soma-se a isso a devida centralidade dada aos professores Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Milton Santos nas menções aos textos, cada um com sua singularidade. Vale salientar ainda que o espaço de formação acadêmica que tem sido a USP

tem influências diretas em outros departamentos de Geografia no país, dada a capilaridade e espectro de egressos desta instituição em várias partes do Brasil.

Figura 11 - Número de publicações da Geografia no Brasil que abordam a teoria do desenvolvimento desigual e combinado por instituição de origem do primeiro autor, entre 1980 e 2021



Fonte: Revisão sistemática, 2021.
Organização: Leônidas de Santana Marques, 2021.

Outro ponto que chama a atenção é a posição da Universidade Federal de Sergipe em segundo lugar. Dada a importância revelada pelos dados levantados, é possível afirmar que a Universidade Federal de Sergipe é um dos principais centros de pesquisa no Brasil que tem na teoria que analisamos um referencial fundamental.

Nesse ínterim, não podemos deixar de destacar a centralidade intelectual da professora Alexandrina Luz Conceição, do programa de pós-graduação em Geografia da UFS. Embora não diretamente vinculada ao movimento de renovação crítica nos anos 1970 por circunstâncias singulares, a partir dos anos 1990 a pesquisadora se aproxima do debate trotskista, tendo como uma de suas referências principais a teoria do desenvolvimento desigual e combinado.

> Falava-se em Trotsky na própria POLOP, mas como crítica. […] Eu fui ter acesso às obras de Trotsky já bem tarde. […] Quando eu chegava nos eventos tinha uma banca da Quarta Internacional que sempre ficava em escanteio. […] Aí comecei a ir lá para ir pegando o que eu podia. Foi aí que eu comecei. […] Foi aí que eu fui compreender mais o que era revolução permanente. […] Em 1995 eu me tornei uma grande amiga de um militante do movimento trotskista e ele é quem vai me apresentar melhor a leitura de Trotsky. Hoje eu tenho vários livros do autor. […] Vai ser quando também eu começo a conhecer melhor [Neil] Smith. Embora ele próprio não cite Trotsky. […] O único que vai fazer essa ponte é Michael Löwy. Tem um texto de Löwy onde ele fala da teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky. Eu comecei a recomendar meus alunos a lerem-no. (CONCEIÇÃO, 2021)

Avaliamos que, em diferentes partes do Brasil, podemos encontrar nomes que, assim como Conceição, foram centrais no processo de recepção e apropriação da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, e outras teorias marxistas, na produção acadêmica da Geografia. Não há como olhar para a figura 11 e não associar a Universidade Federal de Santa Catarina ao professor Armen Mamigonian, intelectual central nesse departamento, que também foi docente na USP. Também podemos fazer algumas inferências em relação a outros departamentos. Em relação à UFG e, em certa medida, a todo o estado de Goiás, temos a importância do professor Horieste Gomes.

Destacamos, por fim, a Universidade Federal Fluminense. Dois importantes nomes que foram responsáveis pela recepção da teoria na Geografia no Brasil são dessa instituição e, mesmo não estando entre os principais autores mencionados nas publicações que revisamos, são figuras centrais nesse processo. São eles Carlos Walter Porto-Gonçalves e Ruy Moreira. Ambos têm em comum o uso frequente da expressão desenvolvimento desigual e combinado, embora o primeiro tenha se debruçado de modo mais incisivo na teoria nos textos dos anos 1970 e 1980, enquanto que o segundo continua mencionando a teoria nos dias atuais.

Do ponto de vista institucional, vale ponderar ainda que, no primeiro grande momento de recepção da teoria pela Geografia no Brasil, ambos eram docentes da Pontifícia

Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), que também deve ser pontuada como um lócus importante do debate crítico na ciência geográfica na segunda metade do século XX. Como bem lembrado por Porto-Gonçalves (2021), a edição seguinte do ENG pós-1978 foi realizada justamente nessa instituição. Tratemos em detalhes cada um desses dois pesquisadores.

De um modo geral, é possível afirmar que Ruy Moreira tem se constituído como uma das principais fontes na Geografia no Brasil quando pretende-se ter como referência a presença do marxismo nessa ciência. Com textos voltados para diferentes áreas de estudo, ele tem se destacado principalmente nos escritos dedicados à teoria e história da Geografia no Brasil. Como já mencionamos, desde o final dos anos 1970, Moreira tem publicado textos que lidam com o desenvolvimento capitalista enquanto desigual, por vezes também enfatizando a dimensão combinada desse processo. Em uma das principais passagens onde explicita isso, temos a citação do autor que segue.

> Provocando duas guerras mundiais de efeitos catastróficos, a retaliação geopolítica do mundo só se mostrará válida doravante localizadamente. A intensificação da circularidade dos capitais e produtos apontará uma outra saída. São necessários, todavia, duas medidas: lº) deteriorar-se a qualidade dos produtos, para forcar a renovação constante das compras; 2°) estender-se as relações de mercado capitalista ao nível mundial, quebrando-se a autarcia das relações pré-capitalistas onde ainda exista. Produção em massa de mercadorias de curta duração combinada a um movimento mundial similar da acumulação primitiva de capital descrita por Marx para o capitalismo britânico. Em suma, inscrevendo os termos gerais atuais do desenvolvimento capitalista desigual e combinado. (MOREIRA, 1982c [1980], p. 213)

Logo ao final desse fragmento, o autor faz uma nota de rodapé onde indica aquilo que acreditamos ser a fonte com a qual se baseou para sua leitura de desenvolvimento desigual e combinado: o livro *Las alianças de classes*, do francês Pierre Phillippe Rey. Como aponta Moreira, a noção que Rey traz em seu texto é o de combinação de modos de produção, debate relativamente frequente no seio do marxismo durante os anos 1970 e 1980. A noção vigente à época era de que diferentes modos de produção, em diferentes partes do mundo, entrariam em contato com o capitalismo, derivando em formas particulares de desenvolvimento e acumulação capitalista. Ponderamos, contudo, que não é somente isso que temos em relação à noção presente nos textos originais de Trotsky, em que pese a

possibilidade de diferentes interpretações derivadas da leitura de amalgamento entre o moderno e o arcaico a partir da leitura do autor russo.

Não obstante, ainda em textos mais recentes de Moreira, encontramos menções indiretas ao desenvolvimento desigual e combinado, tal como no exemplo abaixo.

> […] A relação de divisão territorial de recriação produtiva da natureza que vai refazendo seu parâmetro de encaixe, particularizado na medida mesma da ultrapassagem escalar do localismo puro e simples rumo ao plano integralizado e amplo da divisão internacional do trabalho e das trocas. Rumo, pois, à configuração espacial problemática que aí se coloca e explica o motivo por que o tema da formação espacial literariamente se afirma tão logo o contraditório do desenvolvimento-subdesenvolvimento do mundo recortado numa combinação desigual de países se afirma num todo de extrapolação globalizada […]. E há uma interatividade para dentro, puxada pela busca pelos sujeitos do concentrado de relações de produção de modelizá-las em uma combinação espacial desigual em graus diferenciados de regiões adiantadas e regiões atrasadas que garanta a reprodução da relação capitalista avançada através da reprodução do não capitalismo ou do capitalismo atrasado, sem linhas de fricção que afetem o concertado de hegemonias. As cidades são os pontos de referência desse pacto de combinação espacial desigual, atuando como as ventosas, que sugam os excedentes dos modos de produção atrasados em benefício do modo de produção capitalista mais adiantado, hierarquizando ou recortando em pedaços de homogeneidade os centros e periferias da formação espacial. (MOREIRA, 2016, p. 19, sublinhado nosso)

De todo modo, existem dois aspectos importantes que, em nossa perspectiva, caracterizam o modo como Moreira tem se valido da teoria do desenvolvimento desigual e combinado em seus textos dos anos 1970 e 1980: a) dentre os textos consultados, não há um maior adensamento sobre o que seria propriamente a teoria, seus fundamentos e distinções; e b) justamente por conta do item anterior, o autor raramente apresenta fontes da tradição trotskista do debate sobre o desenvolvimento capitalista. Esses dois aspectos podem levar a uma perspectiva um tanto parecida com o que argumentamos anteriormente acerca de Milton Santos: desenvolvimento desigual e combinado como uma expressão desprovida de seus fundamentos, que vai sendo aplicada em contextos extremamente diversos.

Essa reflexão, contudo, precisa ser ponderada com os escritos mais recentes do autor que apresentam de modo mais explícito a centralidade de Trotsky para a teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Em livro publicado em 2012, a partir de texto

originalmente publicado em 2006, o autor argumenta sobre a importância da teoria marxista do imperialismo para a compreensão da globalização capitalista no começo do século XXI. Nessa linha de argumento, o autor trata daquilo que seriam as "teorias derivadas" do debate sobre imperialismo. Dentre elas, menciona a "teoria do desenvolvimento desigual-combinado" de Trotsky (MOREIRA, 2012 [2006], p. 194). Como já argumentamos no terceiro capítulo, temos pleno acordo com essa leitura, embora discordemos da posição do autor de que a perspectiva trotskista teria servido de base para a teoria da dependência de Marini.

Um outro ponto interessante que é colocado por Moreira, desta vez na entrevista que esse nos concedeu para esta pesquisa de doutorado, é sobre como foi sendo apropriada a contribuição de Trotsky em relação à teoria do desenvolvimento desigual e combinado (ou combinações desiguais, como prefere o entrevistado) pela Geografia no Brasil.

> No Brasil, a gente nunca teve uma aplicação dessa teoria, a combinação desigual original do Trotsky. […] Nós nunca tivemos uma ideia muito clara a respeito do que era a combinação desigual do Trotsky, que na verdade era uma componente da teoria da revolução permanente. Se foi assim para os intelectuais brasileiros como um todo, foi assim também para nós da Geografia. […] O que a gente trouxe para a Geografia com esse nome, combinação desigual, foi essa visão muito simplificadora da teoria do Trotsky. […] A gente trouxe essa associação toda para dentro da Geografia crítica com a designação de combinação desigual. Na verdade era o dualismo reciclado que a gente chamava de combinação desigual e ainda hoje é assim que a gente pratica. Ainda hoje a Geografia não chegou a Trotsky. (MOREIRA, 2021)

Importante pontuar que o próprio Moreira, que apresenta esse diagnóstico profundo e bastante crítico sobre a (não-)recepção da teoria original de Trotsky pela Geografia no Brasil, tem sido um dos nomes que sempre tem frisado o desenvolvimento desigual e combinado em seus textos. Como temos apontado, nossa compreensão se distingue um pouco da desse autor por entender que existiram diferentes caminhos de recepção, com maior ou menor aproximação do constructo original, embora tenhamos que reconhecer que a grande maioria dos escritos da Geografia no Brasil segue esse cenário indicado pelo entrevistado. Voltaremos a isso no último subcapítulo.

De modo diferente de Moreira, temos os escritos de Carlos Walter Porto-Gonçalves. Se, por um lado, ponderamos que Moreira traz a teoria do desenvolvimento desigual e combinado sem uma referência clara ao trotskismo nos seus primeiros escritos, por outro temos que Porto-Gonçalves, além de ser pioneiro em 1978, apresenta ainda em 1982 aquele que pode ser considerado como o primeiro texto da Geografia no Brasil que traz de modo mais adensado uma leitura sobre a teoria nos marcos próprios da trajetória intelectual desse constructo. Isso, em nossa perspectiva, tem muito a ver com a militância do autor no movimento trotskista brasileiro.

> A leitura sistemática do marxismo eu já tive depois de formado [na graduação], em 1973, quando eu me aproximo de uma organização política clandestina chamada Liga Operária, grupo trotskista. […] E com isso eu começo a reunir fragmentos da teoria marxista. […] A gente leu, por exemplo, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, do Lenin, uma obra complexa. A própria *A história da Revolução Russa* do Trotsky, que foi onde eu vi pela primeira vez a expressão "desenvolvimento desigual e combinado". (PORTO-GONÇALVES, 2021)

O texto ao qual nos referimos com relação ao pioneirismo de Porto-Gonçalves trata-se do capítulo de livro intitulado *Estrutura agrária e dominação no campo: notas para um debate*, que faz parte da coletânea *Novos rumos da Geografia brasileira* (SANTOS, 1988 [1982]). Nesse capítulo de livro, o autor explicita a contribuição de Trotsky (mencionando inclusive *A história da Revolução Russa*) para o debate sobre o desenvolvimento do capitalismo, em diálogo com outros nomes da tradição marxista (notadamente Lenin e Rosa). O foco principal de Porto-Gonçalves é analisar as particularidades do desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil e para tanto também se vale de reflexões de Francisco de Oliveira (*Crítica à razão dualista*) e José de Souza Martins (*O cativeiro da terra*). Abaixo indicamos dois fragmentos do referido texto. No primeiro, o autor faz reflexões acerca da questão sobre como se dá o desenvolvimento combinado do capitalismo no Brasil no contexto do avanço do café.

> Livre do trabalho escravo, a lavoura cafeicultura se lançará numa expansão sem precedentes, apoiada e sustentada pelo imperialismo que financiará as estradas de ferro, a melhoria dos equipamentos portuários e urbanos necessários à expansão da economia agroexportadora. Assim, observamos a

> mais moderna técnica sendo combinada com relações de produção não-capitalistas produzidas pelo capital, como é o caso do colonato, o agregado, do foreiro, morador de sujeição etc. (PORTO-GONÇALVES, 1988 [1982], p. 153)

> […] O desenvolvimento do capitalismo é desigual e combinado e, desde a sua gênese, se apóia numa divisão do trabalho em escala mundial. […] Exatamente por isso, o desenvolvimento desigual e combinado, cada Estado nacional acaba por se constituir numa articulação contraditória, particular, de classes que, no entanto, significa um elemento da configuração imperialista mundial. Esta nos parece ser a forma correta de compreender a questão nacional, na sua particularidade e, ao mesmo tempo, na sua universalidade. (PORTO-GONÇALVES, 1988 [1982], p. 165)

Nesta segunda citação temos a síntese que o autor faz ao final do capítulo. Avaliamos que essa é uma das primeiras vezes que a Geografia no Brasil apresenta essa compreensão complexa de relação particularidade-universalidade como meio para compreensão da questão nacional. Em que pese alguns pontos que já abordamos aqui, como certas mesclas entre as contribuições de Rosa (geralmente via José de Souza Martins) e as de Trotsky, em Porto-Gonçalves, ainda no início dos anos 1980, tivemos esse primeiro importante momento de recepção que, ainda assim, praticamente passou batido no segundo momento de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, já no século XXI.

Essa questão, contudo, não é de todo inexplicável. Apesar de todo o pioneirismo de Porto-Gonçalves nos anos 1970 e 1980 quanto à teoria que aqui analisamos, ponderamos que, em sentido diverso do que colocamos anteriormente sobre Moreira, o autor foi diminuindo ao longo dos anos suas menções diretas à teoria do desenvolvimento desigual e combinado, por vezes aparecendo em seus textos somente como uma expressão ou apenas indiretamente, como noção subjacente.

5.3 Teoria do desenvolvimento desigual e combinado na Geografia no Brasil: signo e poder explicativo

Diante de todos os pontos que levantamos até aqui, podemos agora caminhar no sentido de fechar esse último capítulo. Considerando todo o aporte teórico e histórico que

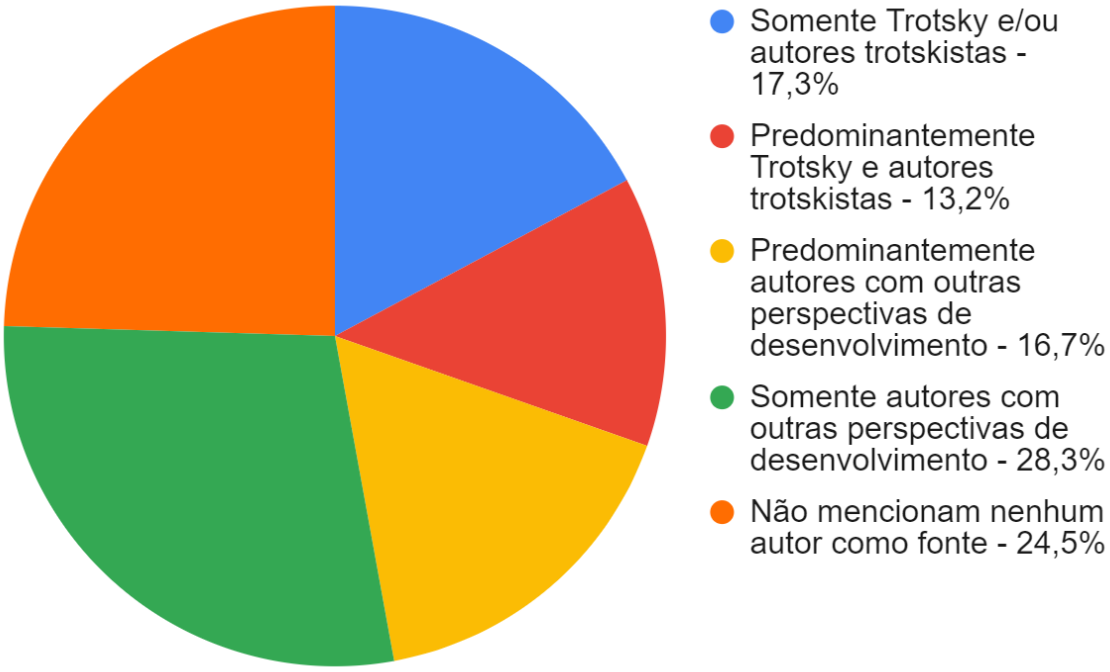
estabelecemos no terceiro capítulo, temos uma clara compreensão da complexidade que tem sido a trajetória intelectual da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, dentro e fora da Geografia. Embora não seja uma expressão propriamente desconhecida de várias Ciências Humanas e Sociais no Brasil, foi fundamental entendermos os meandros dos processos de produção e difusão da teoria ao longo do século XX para chegarmos a consideração de que, quando analisamos a aparência dos dados das publicações da Geografia no Brasil, não é possível lermos de modo linear os processos de recepção e apropriação. Essa realidade agora compreendida como multideterminada, nos levou à noção de que existiram diferentes movimentos de chegada da teoria no contexto da Geografia, o que chamamos de caminhos de recepção.

Ainda que todo esforço de itemização carregue consigo perdas importantes para a leitura do real, sintetizamos esses caminhos de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil a partir dos anos 1970 em três. O primeiro caminho de recepção foi o acesso direto ao debate dos autores clássicos do marxismo que trataram da questão, com destaque para Trotsky e os trotskistas. O segundo caminho de recepção da teoria se deu a partir da apropriação do debate já presente na intelectualidade brasileira sobre a questão das particularidades do desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil, especialmente autores como Florestan Fernandes, José de Souza Martins e Francisco de Oliveira. O terceiro caminho de recepção aconteceu com a incorporação de teorias e conceitos desenvolvidos principalmente pela geração de geógrafos marxistas que debateu a questão do desenvolvimento na segunda metade do século XX, notadamente Neil Smith, David Harvey e Doreen Massey.

Esses caminhos de recepção, contudo, são muito mais complexos do que uma primeira leitura possa parecer. Temporalmente eles foram muito distintos. Se em um primeiro momento (anos 1970 e 1980, principalmente) tivemos a predominância de menções aos clássicos do marxismo e aos intelectuais brasileiros que debateram as particularidades do desenvolvimento capitalista o Brasil, em um segundo momento, já no século XXI, temos a forte presença do terceiro caminho de recepção. Também não podemos homogeneizar esses movimentos em todo o território brasileiro. No contexto do movimento de renovação crítica da Geografia, tivemos um cenário muito mais concentrado na região sudeste do país, que no século XXI revelou-se bem mais heterogêneo, com a presença significativa de instituições como a USP, a UFS e a UFSC.

Muitas outras análises poderiam ser derivadas desse conjunto de reflexões, que escapam aos propósitos de nossa tese. Ainda assim, acreditamos que, diante de todos os dados que levantamos no universo de mais de 600 publicações da Geografia no Brasil que revisamos, é importante apresentarmos uma síntese para a principal questão que moveu o levantamento: a quem a comunidade geográfica no Brasil se refere quando faz menção à teoria do desenvolvimento desigual e combinado? Embora não seja possível uma resposta simplista, já que a grande maioria dos textos menciona vários autores para fundamentar-se, construímos a figura 12, que pode nos ajudar a traçar um cenário geral.

Figura 12 - Síntese dos referenciais para a teoria do desenvolvimento desigual e combinado nas publicações da Geografia no Brasil, entre 1980 e 2021



Fonte: Revisão sistemática, 2021.
Organização: Leônidas de Santana Marques, 2021.

Em linhas gerais, agrupamos as publicações de uma forma que ficasse evidenciado o percentual de textos que buscavam em Trotsky e/ou nos trotskistas, total ou predominantemente, o referencial para a fundamentação da teoria. Ainda assim, alguns outros pontos podem ser extraídos daquilo que é exposto na figura 12. O primeiro, já comentado no subcapítulo anterior, é a elevada quantidade de quase 25% dos textos que não fazem menção a

nenhuma fonte ao se referirem à teoria (parcela em laranja na figura). Esse dado por si só já é preocupante, mas outros pontos também devem ser enfatizados.

Conforme denotado na parcela em verde na figura acima, mais de 28% das publicações da Geografia no Brasil consideradas no levantamento se valem de referências que, objetivamente, trabalham com outras perspectivas de desenvolvimento, embora algumas dessas sejam também marxistas. A grande maioria dos textos dessa parcela tem como autores principais Harvey e/ou Smith, que apresentam uma perspectiva leninista de desenvolvimento desigual que, embora importante, precisa ser diferenciada da elaboração trotskista de desenvolvimento desigual e combinado. Também é muito comum nessa parcela menções a autores não geógrafos, mas que são muito presentes em nossos referenciais, tais como Martins e Lefebvre, além da própria citação direta a Marx e Lenin, sem qualquer menção a Trotsky.

Em amarelo evidenciamos o universo de textos que chega a fazer alguma menção ao elaborador da teoria do desenvolvimento desigual e combinado e/ou aos que trabalham com sua perspectiva (como Michael Löwy ou Francisco de Oliveira), mas esses aparecem apenas pontualmente. O âmago do debate também se vale de autores que têm outras perspectivas de desenvolvimento, ainda que marxistas. Nesse universo é muito comum, por exemplo, leituras que buscam na teoria do desenvolvimento desigual e combinado as bases para o conceito de desenvolvimento geográfico desigual de Harvey, constructo teórico que se popularizou de modo significativo na Geografia no Brasil a partir dos anos 2010, ainda que criado pelo autor nos anos 1970.

Em relação à parcela de publicações com referenciais predominantemente trotskistas (em vermelho no gráfico), vemos uma situação um pouco similar a anterior, porém com a diferença que os autores buscaram de modo mais incisivo as origens da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, citando autores como Novack, Mandel, Löwy, além do próprio Trotsky, e/ou buscaram como fonte autores brasileiros como Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira e Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Ainda assim, alguns outros autores que não trabalham propriamente com essa perspectiva também foram mencionados, embora com menor expressão, tais como Milton Santos, José Souza Martins, David Harvey e Neil Smith.

Em azul, com pouco mais de 17% das publicações, agrupamos os textos que se concentraram em mencionar Trotsky e/ou autores que se referenciam nesse intelectual para

abordar a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, tais como Michael Löwy, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, George Novack e Francisco de Oliveira. Nessa parcela existiram casos de pessoas que também abordaram Harvey e o desenvolvimento geográfico desigual, mas o distinguindo do desenvolvimento desigual e combinado.

Se agruparmos as parcelas em laranja, verde e amarelo, é possível afirmar que mais de dois terços das publicações que revisamos (69,5%), ao tratar da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, ou não mencionam Trotsky e/ou qualquer autor que nele se fundamenta ou mencionam de modo secundário. Via de regra, quando consideramos somente o universo de textos que apresentam alguma citação, predominam as menções a autores que se lastreiam na leitura leninista de desenvolvimento desigual (a exemplo de Harvey, Smith e Martins), mencionando-os como se abordassem a teoria trotskista do desenvolvimento desigual e combinado.

Este cenário geral que traçamos aqui nos faz refletir sobre o quão complexo é o processo de recepção de uma teoria como a do desenvolvimento desigual e combinado. Ainda que essa tenha toda uma trajetória ao longo do século XX, com diferentes autores apropriando-se dela nas Ciências Humanas e Sociais, dentro e fora do Brasil, temos um contexto que é repleto de fraturas, que podem ser vistas como fragilidades no decurso do movimento de renovação crítica da Geografia no Brasil, estendendo-se até os dias de hoje. Sem sombra de dúvidas, essa reflexão não está confinada à teoria do desenvolvimento desigual e combinado; outras tantas teorias, conceitos e categorias do legado marxista na Geografia deveriam ser objeto de análise atenta no sentido do rigor teórico-metodológico. Sobre a presença do materialismo histórico e dialético na Geografia, Carlos apresentou uma reflexão que nos parece muito pertinente trazermos para a tese.

> A dificuldade surgida nessa perspectiva de análise refere-se ao uso do método. A vertente econômica dominou muitos trabalhos. No entanto, em muitos casos não se conseguiu pensar o homem para além de uma força de trabalho e o espaço para além de um produto direto do capital. Nesse sentido negligenciou-se o significado da noção de produção bem como do sentido social da reprodução. Falava-se na necessidade de se pensar a realidade como uma totalidade em movimento sem apreender-se o sentido social da produção do mundo. Ignorava-se o movimento do método que colocava a superação como sentido último da necessidade de apreensão do movimento da realidade preferindo o caminho seguro de se buscar em Marx as categorias de análise. […] Em muitos casos o materialismo dialético entrou

> muito mais enquanto forma de linguagem do que enquanto teoria capaz de auxiliar a pensar o mundo moderno através da geografia. (CARLOS, 1993, p. 136, sublinhado nosso)

A ponderação colocada pela autora nos faz refletir de modo bastante claro sobre alguns dos pontos que levantamos em relação à teoria do desenvolvimento desigual e combinado na Geografia no Brasil. Em que pese reconheçamos a presença desse constructo teórico nos escritos dessa ciência, as publicações revisadas revelam um cenário em que uma importante parcela dos autores ou se vale da teoria sem qualquer fundamentação, ou a apresentam a partirde referenciais diferentes daqueles que de fato estão na base do constructo intelectual. É nesse sentido que temos afirmado que a teoria do desenvolvimento desigual e combinado pode ser vista, em muitos contextos, somente como um jargão que se popularizou nos textos daGeografia no Brasil, ou como um signo que tem tido, por diferentes caminhos, o esvaziamento do seu significado e poder explicativo por deixar de ser ancorado nos referenciais marxistas que dão lastro para sua elaboração. É como se, para muitos, a teoria do desenvolvimento desigual e combinado na Geografia no Brasil tivesse sido recepcionada como linguagem desprovida do método e do poder explicativo que realmente tem.

Se estabelecermos algumas analogias entre a realidade que estudamos na Geografia no Brasil e o que autores como Dunford e Liu (2017) colocaram em relação ao contexto da ciência em países anglófonos, podemos perceber que existiram algumas convergências, mas também é necessário ponderar as devidas distinções. No movimento de renovação crítica da Geografia no Brasil nos anos 1970 e 1980, o debate sobre o desenvolvimento desigual e combinado estava colocado e importantes nomes do movimentos de renovação se valeram desse constructo teórico em suas formulações. Isso nos difere substancialmente do que é colocado por Dunford e Liu em relação a autores como Harvey e Smith, que partiam visivelmente da perspectiva leninista de desenvolvimento desigual. Contudo, também deve-se ponderar que a presença da teoria do desenvolvimento desigual e combinado na Geografia no Brasil nesse período ocorre, em muitos casos, sem a devida explicitação da fundamentação, o que também determina os caminhos do processo de recepção. Quando consideramos o que chamamos de segundo momento de recepção, já no século XXI, identificamos um cenário mais heterogêneo, mas muito marcado por construções argumentativas que tratam de modo similar perspectivas marxistas diferentes quanto à compreensão do desenvolvimento das

relações capitalistas, a exemplo de tentativas de tratar Trotsky, Harvey, Smith e Löwy como se fossem uma coisa só.

Como temos colocado desde o início da tese, é possível afirmar que a teoria do desenvolvimento desigual e combinado tem passado por um momento de *revival* nas Ciências Humanas e Sociais em todo o mundo, especialmente na área de Relações Internacionais. Cada vez mais trabalhos têm buscado nessa teoria lastro para o entendimento do acirramento das contradições e das desigualdades do capitalismo no século XXI (PECK, 2021), bem como para desvelar processos particulares de desenvolvimento, a exemplo do que tem ocorrido na China (ROLF, 2021). Em nosso levantamento, também buscamos nas publicações possíveis presenças desse *revival* da teoria na Geografia no Brasil, encontrando somente uma tese de doutorado que mencionou algo nesse sentido[98]. Michael Dunford, por exemplo, foi mencionado poucas vezes, ainda assim, citando seus trabalhos mais antigos que partiam da perspectiva leninista de desenvolvimento desigual.

Desta forma, acreditamos que é possível afirmar que existe um largo campo ainda a ser construído com relação a teoria do desenvolvimento desigual e combinado na Geografia no Brasil. Essa elaboração, contudo, não pode desconsiderar todos os processos de recepção que foram se instituindo em nossa particularidade ao longo do tempo. Ou seja, não é possível ignorar toda a contribuição que a Geografia no Brasil tem tido em relação à teoria desde os anos 1970, especialmente quando pensamos nos debates da Geografia Agrária e os estudos voltados para o amalgamento do moderno e do arcaico no desenvolvimento do país. Ainda assim, também não podemos deixar de considerar que existe a premente necessidade de buscarmos o rigor teórico do método no sentido de entender a multiplicidade de perspectivas no interior do marxismo, suas presenças na produção acadêmica da Geografia, e a singularidade das contribuições da teoria do desenvolvimento desenvolvimento desigual e combinado para a compreensão da produção capitalista do espaço, muitas dessas ainda pouco debatidas pela Geografia no Brasil.

98 Trata-se da tese de Simone Affonso da Silva que menciona a teoria do desenvolvimento desigual e combinado através da entrevista que fez com o geógrafo Jamie Peck no Canadá (SILVA S., 2019). É uma exceção que apenas confirma a regra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos nosso caminho de pesquisa doutoral em 2017, partimos de algumas certezas, mas principalmente da necessidade de construir algo que de fato pudesse contribuir para o debate crítico no interior da Geografia. Se, por um lado, temos um cenário pleno de retrocessos do ponto de vista da (não existência de) políticas públicas voltadas para a educação, ciência e tecnologia em nosso país, não podemos nos esquecer, por outro lado, que já estávamos vivendo um contexto bastante complicado no debate da Geografia acadêmica há algum tempo. Estamos nos referindo especificamente ao cenário de perda expressiva de espaço do debate calcado na crítica radical ao desenvolvimento capitalista, ainda que salte aos olhos as agudizações das contradições em nosso cotidiano. Neste sentido, estudar a teoria do desenvolvimento desigual e combinado na Geografia no Brasil foi se mostrando algo desafiador nos últimos anos, tanto pela rechaça de alguns àquilo que seria considerado como um entulho demodê do século XX, quanto pelo reconhecimento de outros que, vendo com bons olhos a investigação, também não sabiam muito bem a utilidade prática dela. Nada muito surpreendente se lembrarmos do avanço fragoroso do discurso utilitarista e acrítico que tem tomado as universidades nesses tempos de neoliberalização de tudo.

Em que pese todo esse conjunto de desafios, os rumos que a pesquisa foi tomando no decorrer dos últimos anos têm sido processos interessantes que, sem sombra de dúvidas, constituem este texto final e, por isso, devem abrir estas reflexões conclusivas. Em nossa compreensão, a epígrafe que selecionamos para a tese, extraída do conto *O nariz*, de Nikolai Gógol, sintetiza bem alguns dos momentos deste percurso. Aqui e acolá nos víamos diante de algo que tínhamos procurado por meses, e nos congratulávamos por ter alcançado aquele resultado, mas no minuto seguinte nos perguntávamos: “E se ele não aderir?”. Acreditamos que o ato de pesquisar tem esses meandros, nos quais as verdades que encontramos, sempre provisórias por estarem em movimento, vão sendo comemoradas ao mesmo tempo que questionadas. As ideias que apresentamos nesta tese são um pouco disso, o produto de mais de quatro anos de pesquisa que agora vem a público para que realmente sejam alvo daquilo que sempre buscaram: a crítica. Tanto no sentido de criticar a espiral decadente em que vivemos, quanto para serem radicalmente criticadas, o que faz a Ciência viva e cada vez mais necessária.

Ao longo de nossa investigação, percorremos enquanto objetivo geral analisar os caminhos de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil, considerando a produção acadêmica dessa ciência frente aos meandros do movimento intelectual da teoria. Obviamente esse objetivo foi, como toda pesquisa, algo processual, metamorfoseando-se à medida que as múltiplas determinações do concreto se apresentavam. No decorrer das leituras, entrevistas e levantamentos que fizemos, nosso horizonte se pautou nessa busca pelo entendimento da presença (ou não) da teoria do desenvolvimento desigual e combinado nos escritos da Geografia no Brasil. Se, em um primeiro plano, tínhamos algumas certezas, como a recorrente menção ao constructo teórico em várias publicações, em segundo plano jamais poderíamos imaginar toda a complexidade que os caminhos da teoria poderiam apresentar. Neste sentido, não há como não falar da importância do método dialético e, em particular, da abordagem metodológica da história intelectual.

Desta forma, uma importante consideração que gostaríamos de retomar é em relação à crítica que fazemos à chamada História do Pensamento Geográfico enquanto historiografia reificadora dos processos sociais. Como destacamos na primeira parte da tese, por vezes nos acostumamos com leituras sobre a formação e consolidação da Geografia acadêmica que depõem contra nossas trajetórias, que são marcadas por intensos debates e tensões no percurso científico. A produção do conhecimento acadêmico não se encontra encastelada nos bancos das universidades e instituições de pesquisa. Assim, a noção de Pensamento Geográfico como história das ideias vai no sentido de coisificar e pasteurizar movimentos que são essencialmente contraditórios e eivados de conflitos. Isso, obviamente, não significa uma crítica homogeneizadora à noção de História do Pensamento Geográfico. Como nos posicionamos no primeiro capítulo, nossas ponderações se endereçam a certas leituras idealistas da História da Geografia, usem estas ou não a noção de Pensamento Geográfico. Mais que o signo, nos importa o método e o processo de investigação que se apresenta nessa área de pesquisa da ciência geográfica.

Quando temos em consideração a realidade da Geografia no Brasil na segunda metade do século XX, podemos ver ainda com maior nitidez a necessidade de uma leitura crítica de nossa história. Os processos de produção, difusão, recepção e apropriação de leis, teorias, conceitos e categorias do marxismo na Geografia no Brasil precisam ser lidos a partir de chaves interpretativas que considerem a complexidade do movimento intelectual. Ou seja, devemos fugir das amarras da disciplinaridade, dado que o conhecimento da Geografia

acadêmica não se explica somente por processos atinentes a esta. Também devemos fugir das amarras academicistas, no sentido de que cada intelectual é potencialmente persona do movimento histórico, logo atravessado pelas determinações que nos constituem enquanto seres sociais em cada momento. Assim, não é possível entender o movimento de renovação crítica da Geografia no Brasil desconsiderando, no mínimo, três planos de análise: a) o acirramento das contradições do capitalismo globalmente a partir do final dos anos 1960; b) o progressivo aumento da repressão do regime ditatorial brasileiro, tendo como contratendência o surgimento de vários movimentos políticos de esquerda; c) as particularidades do desenvolvimento da ciência geográfica, que tanto já tinha se aproximado do debate marxista a partir da Geografia Ativa, quanto buscava referenciais interpretativos que dessem conta de questões tradicionalmente postas pela sociedade.

É a partir desse emaranhado de determinações históricas que lemos o movimento de renovação crítica da Geografia no Brasil, em especial a recepção do debate marxista neste contexto. E a abordagem da história intelectual tem contribuído nesse sentido por focalizar nossa investigação nos sujeitos que, enquanto seres sociais, tecem o movimento histórico. As ideias, ou melhor, o pensamento geográfico não sai caminhando por aí, em busca de sua própria sorte. Salvo melhor juízo, são homens e mulheres que constroem qualquer saber disciplinar, dadas as condições geográficas e históricas nas quais estão inseridos. Quando consideramos a singularidade da recepção do debate marxista, essa ponderação nos parece ainda mais cara. Assim como não acreditamos na neutralidade científica, não compreendemos como crível qualquer noção homogeneizadora e livre de tensões quando se trata da apropriação do materialismo histórico e dialético nas Ciências Humanas e Sociais.

O marxismo, signo agregador de uma unidade que é extremamente diferenciada, é marcado por várias interpretações e disputas sobre o legado de Marx (e Engels), bem como de todos os demais intelectuais que deram continuidade ao que estes escreveram, tais como Lenin, Rosa, Trotsky e Gramsci. Essas disputas não se dão somente no seio da academia, mas se estabelecem em diálogo com os mais variados partidos e organizações políticas que reivindicam, de algum modo, o legado marxista. Partindo da particularidade da realidade brasileira, no período pré-anos 1960, quando o PCB tinha a quase completa hegemonia do debate no interior da esquerda, já identificávamos todos esses embates entre figuras como Caio Prado Júnior, Alberto Passos Guimarães e Mario Pedrosa. Essa realidade se complexificou a partir dos anos 1960, com a emergência de novas forças políticas, tais como a

AP, a POLOP e a Liga Operária. A partir da frequente prática de formação política como trabalho de base, vários foram os grupos de estudo que se formaram no Brasil, em maior ou menor diálogo com os espaços acadêmicos. Principalmente quando levamos em conta os dados que coletamos dos nossos entrevistados, é impossível não compreender o quão frutífero foram esses espaços formativos, bem como determinantes para a recepção do marxismo nas Ciências Humanas e Sociais no Brasil, incluindo a Geografia.

Assim, reiteramos nossa compreensão de que a História Intelectual da Geografia é um importante caminho metodológico para investigações que procuram as determinações concretas da produção do conhecimento científico, para além de alegorias conceituais e demais formas de elucubração. A partir dessa perspectiva metodológica, buscamos ao longo do trabalho resolver a nossa questão geral de pesquisa: quais os caminhos de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil? Tendo como válidos os pressupostos indicados pela história intelectual para o que estudamos em relação à Geografia no Brasil no final do século XX e início do século XXI, também devemos destacar em nossas considerações finais o exercício que fizemos em torno do movimento intelectual da teoria do desenvolvimento desigual e combinado no contexto do debate marxista.

Ao desenvolver nossa segunda parte da tese, seguimos por aquilo que tem nos servido de base para toda a argumentação do trabalho: o entendimento da complexidade do movimento intelectual da teoria do desenvolvimento desigual e combinado de modo geral passa pela compreensão dos diversos meandros de sua constituição. Isso implicou em buscarmos as bases do constructo teórico em Marx, Engels e Lenin, mas principalmente em explicitar as singularidades dos escritos de Trotsky. Desta forma, nos pareceu cada vez mais fundamental deixar claro que a teoria que estudamos apresenta um estatuto próprio, que dialoga com a trajetória intelectual de seu criador, mas que também deve ser buscado naqueles que deram continuidade ao movimento trotskista internacional. E, como argumentamos há pouco, considerar um movimento político não vai na contramão da história das ciências, já que os nomes que levantamos foram e são importantes bases para os processos de recepção, inclusive na Geografia: Novack, Mandel e Löwy.

Nossa postura não é a de categorizar e/ou dicotomizar o movimento intelectual do debate marxista sobre a questão do desenvolvimento contraditório das relações capitalistas. Ainda assim, ao longo das leituras que fizemos, ficou-nos evidente a necessidade de precisar

as singularidades do percurso da teoria trotskista frente a todas as demais discussões existentes no contexto da filosofia da práxis. Em um esforço de maior distinção, fizemos questão de evidenciar as especificidades do debate trotskista do desenvolvimento desigual e combinado frente à teoria do desenvolvimento desigual de Lenin. Esse foi um momento fundamental de nossa análise para que conseguíssemos realizar a devida leitura dos escritos de autores como David Harvey, Neil Smith e José de Souza Martins.

Reiteremos, contudo, que todo esse esforço vai no sentido de precisar e evidenciar o que por muitas vezes é tratado de modo indistinto na História da Geografia, como se o marxismo fosse algo sem diferenciações. Vale dizer, por outro lado, que não queremos fazer coro às leituras que, analisando o movimento histórico do marxismo, fragmentam-no a tal ponto que uma unidade mínima é inconcebível. As trajetórias singulares da teoria leninista do desenvolvimento desigual e da teoria trotskista do desenvolvimento desigual e combinado não as tornam apartadas das suas bases fundamentais, que são encontradas nos escritos de Marx e Engels, bem como na teoria do imperialismo de Lenin.

O acesso direto aos textos de Lenin ou Trotsky, neste sentido, se constitui naquilo que chamamos de caminho de recepção. Mas não somente esses dois autores. Quando a Geografia no Brasil se propõe a analisar as particularidades do desenvolvimento contraditório do capitalismo no nosso país, além desses dois nomes, outros autores basilares são mencionados como fonte, tais como Marx, Engels, Gramsci, Mandel e Löwy. No conjunto, avaliamos que esse é um dos três caminhos de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil, em que pese alguns desses autores não serem tributários desta perspectiva teórica. Isso ocorre, objetivamente, em todos os caminhos de recepção que indicamos nesta tese, haja vista que na realidade imediata que são os escritos da Geografia no Brasil temos um emaranhado de combinações como fonte para a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, como apontamos no quinto capítulo.

Além desse acesso direto aos autores basilares, identificamos um segundo caminho de recepção, associado ao que chamamos de “intelectuais críticos do pensamento social brasileiro”, a partir de nomes como os de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, José de Souza Martins, Francisco de Oliveira, Ruy Mauro Marini, Vania Bambirra e Theotonio dos Santos. Assim, afirmamos em nossa tese que muitos dos textos da Geografia no Brasil se referem ao debate sobre o desenvolvimento desigual e combinado a partir dessa

intelectualidade que foi se formando em meados do século XX a partir da premente necessidade de pensar as particularidades do desenvolvimento capitalista no Brasil. Desta forma, esse conjunto de autores, em maior ou menor medida, serviu e tem servido de fonte para o debate, sendo inclusive muito comum atribuí-los como tradutores da teoria do desenvolvimento desigual e combinado para a realidade brasileira, o que não é verdade para todos eles, como indicamos no quarto capítulo.

Como terceiro caminho de recepção da teoria, temos todo o debate surgido no seio da Geografia ocidental a partir da apropriação do legado marxista nessa ciência. Quanto a isso, nesta temos a proeminência de três nomes quando o assunto é a questão do desenvolvimento: David Harvey, Neil Smith e Doreen Massey. A ciência geográfica no Brasil teve e tem tido nesses intelectuais, especialmente quanto aos dois primeiros, um importante referencial que aparece de modo frequente através das terminologias "desenvolvimento geográfico desigual" ou "desenvolvimento espacial desigual". Aqui, de modo mais flagrante que nos demais caminhos de recepção, temos uma querela ainda mais complexa, dado que, em linhas gerais, os três autores se baseiam na perspectiva leninista de desenvolvimento desigual e são tidos, com razoável frequência, como responsáveis também por uma espécie de tradução, desta vez da teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky para a Geografia.

Desta forma, em uma tentativa de síntese para o que foi colocado em nosso problema de pesquisa, temos que a recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil se deu a partir de três caminhos, que se entrecruzam em diferentes momentos e contextos: a) o acesso direto aos escritos de Lenin, Trotsky, Mandel e dos vários autores do marxismo que trataram da questão; b) a apropriação do debate já presente em outros intelectuais brasileiros sobre a questão das particularidades do desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil; c) a incorporação de teorias e conceitos desenvolvidos principalmente pela geração de geógrafos marxistas que debateu a questão do desenvolvimento na segunda metade do século XX. Diante do que analisamos em cada um dos capítulos da tese, em especial frente aos dados levantados em nossa revisão sistemática, podemos afirmar que esses três caminhos de recepção conduziram, ou melhor, tem conduzido a uma apropriação com maior predominância da teoria leninista do desenvolvimento desigual na produção intelectual da Geografia no Brasil, em detrimento do debate relativo à teoria trotskista de desenvolvimento desigual e combinado.

Ao afirmarmos isso, não queremos aqui criar qualquer tipo de julgamento ou maniqueísmo, ou mesmo indicar algo como quais caminhos deveriam ter sido seguidos. Os autores que desenvolvem análises fundamentadas na perspectiva leninista também têm elaborado importantes sínteses sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Preocupa-nos muito mais certas fraturas e leituras truncadas nesses caminhos de recepção que, em muitos casos, atribuem a teoria do desenvolvimento desigual e combinado a autores que, definitivamente, não trabalham com essa perspectiva. Em nosso juízo, ao longo do tempo, essa forma própria de recepção trouxe limites interpretativos para uma parte razoável da comunidade geográfica no Brasil que, achando que se fundamentava na teoria do desenvolvimento desigual e combinado, na verdade estava apenas se valendo do signo esvaziado de parte importante de seu poder explicativo.

Ainda enquanto últimas considerações, gostaríamos de frisar alguns pontos que trouxemos em nosso quinto capítulo. Quando consideramos a amostragem de mais de 600 publicações da Geografia que mencionam a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, temos a frequente existência de textos que mencionam o constructo teórico sem indicar qualquer fonte para tanto. Em nossa perspectiva, essa é uma das principais fragilidades que encontramos, dado que isso pode significar o uso da expressão “desenvolvimento desigual e combinado” como signo esvaziado de qualquer conteúdo teórico. Essa preocupação nossa também se soma a alguns outros resultados que encontramos, como aqueles em que as referências apresentadas são de autores que trabalham com outras perspectivas marxistas de desenvolvimento (caso de David Harvey, Neil Smith e José de Souza Martins)ou mesmo os textos que indicam autores que não podem objetivamente ser considerados como referencial para qualquer umas das perspectivas teóricas aqui discutidas (caso de MiltonSantos).

Por outro lado, também vale ressaltar que nossa investigação evidenciou a importância de alguns autores no processo de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil, dentre os quais destacamos Francisco de Oliveira e Michael Löwy, cada um com sua singularidade. Em se tratando estritamente da comunidade geográfica, pudemos também explicitar alguns nomes que tiveram ou têm tido alguma importância nesse processo, como é o caso de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Roberto Lobato Corrêa, Carlos Walter Porto-Gonçalves e Ruy Moreira. Ainda assim, ressaltamos que a frequência com que os dois primeiros são mencionados destaca-se frente aos demais, ainda

que, no primeiro caso, tenhamos estudos mais circunscritos à Geografia Agrária, e no segundo caso a especificidade do autor apenas ter trabalhado de modo mais detido com a teoria em um único livro.

Quanto aos dados que levantamos referentes ao lugar de origem dos primeiros autores de cada uma das publicações, também devemos retomar alguns pontos. Em primeiro lugar, essa espécie de "geografia das ciências" é algo que tem se colocado na área de História da Geografia nas últimas décadas, com resultados bem promissores. Não tínhamos como um dos objetivos de nossa tese traçar essa espécie de cartografia da recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no território brasileiro, embora reconheçamos que o pouco que conseguimos apresentar já dá um linha do quão frutífero isso pode ser. Não descartamos a possibilidade de continuidade deste estudo a partir desse viés, dado que as informações que já temos apontam para algumas reflexões interessantes.

Por enquanto, vale salientar o que foi devidamente apresentado em nossa tese e, como anteriormente indicamos, nos chama a atenção o protagonismo de alguns departamentos/programas/institutos de Geografia no território brasileiro, como é o caso dos da Universidade de São Paulo, da Universidade Federal de Sergipe, da Universidade Federal de Santa Catarina e da Universidade Federal de Goiás. No caso da primeira, que se destaca das demais na figura 11, temos toda a questão do processo histórico do movimento de renovação crítica já discutido. Em relação às outras três, como apontamos no último capítulo, não há como não pensar essas particularidades desconsiderando a importância de alguns nomes que foram e/ou têm sido centrais na recepção e apropriação do legado marxista pela Geografia no Brasil. Nos casos supracitados temos, respectivamente, Alexandrina Luz Conceição, Armem Mamigonian e Horieste Gomes. Avaliamos que estudos individualizados sobre cada um desses lugares de recepção também seria um front interessante e um potencial desdobramento dessa investigação.

Por fim, vale retomarmos a nossa crítica a alguns dos processos de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil. De um modo geral, e os dados que levantamos apontam para isso, é possível afirmar que o termo "desenvolvimento desigual e combinado" não é algo de todo estranho para a comunidade geográfica. Contudo, assim como outros termos do legado marxista apropriados na segunda metade do século XX, o uso estrito da expressão não confere automaticamente uma real incorporação do sentido

interpretativo da teoria. Acreditamos que o que acontece com o constructo teórico que analisamos nesta tese é exatamente isso, o que nos leva à necessidade de reiterar a importância do rigor teórico-metodológico nas análises da Geografia no Brasil.

Se iniciamos esta tese fazendo o devido reconhecimento da importância das universidades públicas brasileiras em nossos agradecimentos, avaliamos como pertinente voltar a esse ponto aqui, embora dele nunca tenhamos saído de fato ao longo destas páginas. Não é possível pensar em produção do conhecimento em Ciências Humanas e Sociais no Brasil sem reconhecermos a centralidade das instituições públicas de ensino superior neste contexto. Desta forma, sempre que possível, faz-se necessário ressaltar isso. Em se tratando da Geografia, temos a mesma coisa. A produção do conhecimento geográfico crítico e emancipatório passa pela defesa das universidades públicas, que são lócus desse processo de produção. Quando nos referimos anteriormente à importância do rigor teórico-metodológico nas análises da Geografia no Brasil, estamos falando também neste sentido, já que essas instituições têm sido, ao longo de quase um século, nosso ponto de partida. Isso, contudo, não deve ser visto como uma defesa do encastelamento das universidades. Assim como a análise dos caminhos de recepção da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pelo prisma da História Intelectual da Geografia aponta para as multideterminações dos diversos momentos do movimento teórico, lembremos que as lutas pela universidade pública e pelo conhecimento crítico são facetas de algo muito maior, a construção do mundo novo.

REFERÊNCIAS

AGAFONOV, N. T.; LAVROV, S. B. On the fundamental differences between capitalist and socialist regional territorial-production complexes. **Soviet Geography**, vol. 7, n. 7, p. 56-65, 1966.

ALMEIDA, Roberto Schmidt de. O IBGE e a evolução da ideia de *desenvolvimento* no Brasil. **Revista Geográfica**, Instituto Panamericano de Geografia e Historia, n. 120, p. 5-26, jul./dez. 1994.

ALTAMIRANO, Carlos. Ideias para um programa de História intelectual. **Tempo Social**, v. 19, n.1, pp. 09-17, 2007.

AMIN, Samir. **El desarrollo desigual**: ensayo sobre las formaciones sociales del capitalismo periférico. Barcelona: Editorial Fontanella, 1974 [1973].

AMIN, Samir. **Imperialism and unequal development**. New York: Monthly Review Press, 1977 [1976].

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia**: ciência da sociedade. 2 ed. Recife: UFPE, 2008 [1987].

ANTUNES DE OLIVEIRA, Felipe. The rise of the Latin American far-right explained: dependency theory meets uneven and combined development. **Globalizations**, vol. 16, p. 1145-1164, 2019.

ASHMAN, Sam. From world market to world economy. In: DUNN, Bill; RADICE, Hugo. **100 years of permanent revolution:** results and prospects. London: Pluto Press, 2006. p. 88-104.

BAMBIRRA, Vania. **A teoria marxista da transição e a prática socialista**. Brasília: Edunb, 1993 [1981].

BAMBIRRA, Vania. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2013 [1973].

BASALLA, George. The spread of Western science. **Science**, vol. 156, n. 3775, p. 611-622, mai 1967.

BEINSTEIN, Jorge. **Capitalismo senil**: a grande crise da economia global. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BERDOULAY, Vicent. **A escola francesa de Geografia**: uma abordagem contextual. São Paulo: Perspectiva, 2017 [2008].

BIANCHI, Alvaro. O primado da política: revolução permanente e transição. **Outubro**, n. 05, pp. 101-115, fev 2001.

BLAUT, James Morris. Imperialism: the marxist theory and its evolution. **Antipode**, vol. 7, n. 1, p. 1-19, 1975.

BOND, Patrick. Global uneven development, primitive accumulation and political-economic conflict in Africa: the return of the theory of imperialism. **Journal of Peacebuilding & Development**, vol. 4, n. 1, p. 1-14, 2008.

BOND, Patrick; RUITERS, Gregory. Uneven Development and Scale Politics in Southern Africa: What We Learn from Neil Smith. **Antipode**, vol. 49, n. S1, p. 171-189, 2017.

BRAUDEL, Fernand. **A identidade da França:** espaço e história – Vol. 1. São Paulo: Globo, 1989 [1986].

BRECHT, Bertold. Perguntas de um trabalhador que lê. In: BRECHT, Bertold. **Poemas:** 1913-1956. São Paulo: Brasiliense, 1986 [1935].

CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, vol. 11 n. 1, p. 191-205, jan./abr. 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Os caminhos da Geografia Humana no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº 71, p. 129-142, 1993.

CARNEY, John G. Capital accumulation and uneven development in Europe: notes on migrant labour. **Antipode**, vol. 8, n. 1, p.30-38, 1976.

CHAMBERS, David Wade. Locality and science: myths of centre and periphery. In: LAFUENTE, Antonio, ELENA, Alberto, ORTEGA, Maria Luiza (org.). **Mundialización de la ciencia y cultura nacional**. Madri: Doce Calles, 1993, p. 605-617.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996 [1994].

CHILCOTE, Ronald H. Teorias reformistas e revolucionárias de desenvolvimento e subdesenvolvimento. **Revista de Economia Política**, vol. 3, n. 3, p. 103-123, jul-set 1983.

CHILCOTE, Ronald H. Trotsky e a teoria latino-americana do desenvolvimento. **Crítica Marxista**, n. 34, p.87-110, 2012.

COELHO, Eurelino. A dialética na oficina do historiador: ideias arriscadas sobre algumas questões de método. **História & Luta de Classes**, n. 9, p. 7-16, jun. 2010.

COGGIOLA, Osvaldo. Trótsky e a lei do desenvolvimento desigual e combinado. **Novos Rumos**. Ano 19, n. 42, p. 4-23, 2004.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Pensar o pensamento geográfico: reflexões por dentro dos Encontros Nacionais de Geógrafos (ENGs) – Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, ano 30, vol. 1, n. 42, p. 101-129, jan./jun. 2014.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Alexandrina Luz Conceição**: entrevista 27 mar 2021. Entrevistador: Leônidas de Santana Marques. Via Google Meet, 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. Repensando a teoria das localidades centrais. In: MOREIRA, Ruy (org.). **Geografia**: teoria e crítica: o saber posto em questão. Petrópolis – RJ: Vozes, 1982 [1980]. p. 167-184.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 7 ed. São Paulo: Ática, 2003 [1986].

COSTA, Wanderley Messias da. **Wanderley Messias da Costa**: entrevista 2 dez 2019. Entrevistador: Leônidas de Santana Marques. São Paulo, 2019.

DAMIANI, Amélia Luisa. A geografia que desejamos. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 83, p. 57-90, dez. 2005.

DAVIDSON, Neil. From uneven to combined development. In: DUNN, Bill; RADICE, Hugo. **100 years of permanent revolution:** results and prospects. London: Pluto Press, 2006. p. 10-26.

DAVIDSON, Neil. **Uneven and combined development**: modernity, modernism, revolution. 2017. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/84340602.pdf>>. Acesso em 23 jan 2021.

DAVIDSON, Neil. The "law" of uneven and combined development: part 1. Sources and components. **East Central Europe**, vol. 45, n. 1, p. 13-38, 2018.

DEMIER, Felipe. Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro. **Outubro**, n. 13, p. 59-78, fev 2005.

DEMIER, Felipe. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira. **Outubro**, n. 16, p. 75-107, jul/dez 2007.

DI CIONE, Vicente. Por una teoría del desarrollo geográfico desigual, combinado, contradictorio y complejo. **GeoBaires, Cuadernos de Geografía**. Buenos Aires, p. 3-17, mai. 2007.

DOS SANTOS, Theotônio. **Evolução histórica do Brasil**: da colônia à crise da Nova República. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994 [1972-1976].

DOS SANTOS, Theotônio. **Imperialismo y dependencia**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011 [1978].

DUNFORD, Michael; GAO, Boyang; LIU, Weidong. Geography and the theory of uneven and combined development: theorizing uniqueness and the return of China. **Environment and Planning A: Economy and Space**, vol. 53, n. 5, p. 890-916, 2021.

DUNFORD, Michael; LIU, Weidong. Uneven and combined development. **Regional Studies**, vol. 51, n 1, p. 69-85, 2017.

EDEL, Candace Kim; EDEL, Matthew; FOX, Kenneth; MARKUSEN, Ann; MEYER, Peter; VAIL, David. Uneven regional development: an introduction to this issue. **Review of Radical Political Economics**, vol. 10, n. 3, p. 1-12, out. 1978.

EMMANUEL, Arghiri. **Unequal exchange**: a study of the imperialism of trade. New York: Monthly Review Press, 1972 [1969].

ESTEVA, Gustavo. Development. In: SACHS, Wolfgang. **The development dictionary**: a guide to knowledge as power. Londres: Zed Books, 2009. p. 6-25

EVANS, Peter. **A tríplice aliança**: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1980 [1979].

FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil**: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980 [1977].

FERNANDES, Florestan. **Em busca do socialismo**: últimos escritos & outros textos. São Paulo: Xamã, 1995 [197X].

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006 [1975].

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5 ed. rev. São Paulo: Global, 2008 [1968].

FERREIRA, Pedro Roberto. O Brasil dos trotskistas (1930 – 1960). **Cadernos AEL**, Campinas, v. 12, n. 22/23, p. 13-55, 2005.

FERRETTI, Federico. The correspondence between Élisée Reclus and Pëtr Kropotkin as a source for the history of geography. **Journal of Historical Geography,** n. 37, p. 216-222, 2011.

FERRETTI, Federico. Troca cultural e circulação do saber geográfico. **Terra Brasilis**, n. 5, p. 1-22, dez. 2015.

FOLKE, Steen. First thoughts on the geography of imperialism. **Antipode**, vol. 5, n. 3, p. 16-20, 1973.

FONTES, Virgínia. História, historicidade e dialética. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 12., 2006. **Anais**…. Rio de Janeiro: ANPUH/RJ – Associação Nacional de História (Seção Rio de Janeiro), 2006. p.1-11.

FRANÇA FILHO, Astrogildo Luiz de. Considerações sobre a renovação crítica da Geografia brasileira. **Geografia em Questão**, vol. 5, n. 1, 11-27, 2012.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As ideias estão no lugar. **Cadernos de Debate – História do Brasil**, Brasiliense, n.1, p. 61-64, 1976.

GLEZER, Raquel. Tempo e História. **Ciência e Cultura**, São Paulo, vol. 54, n. 2, p. 23-24, out./dez. 2002.

GÓGOL, Nikolai. O nariz. In: GÓGOL, Nikolai. **O capote e outras histórias**. 3 ed. São Paulo: Editora 34, 2015 [1836]. p. 73-104.

GRAMSCI, Antonio. The return to freedom. In: GRAMSCI, Antonio. **Selections from political writings, 1910-1920**. London: Lawrence and Wishart, 1977 [1919]. p. 69-72.

HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e natureza da Geografia**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, EDUSP, 1978 [1966].

HARVEY, David, The urban process under capitalism: a framework for analysis. **International Journal of Urban and Regional Research**, vol. 2, n. 1-3, p. 101-131, mar-dez 1978.

HARVEY, David. **Social justice and the city**. Oxford (UK): Blackwell Publishers, 1988 [1973].

HARVEY, David. The difference a generation makes. In: BARNES, Trevor J.; PECK, Jamie; SHEPPARD, Eric; TICKELL, Adam (org.). **Reading economic geography**. Oxford (UK): Blackwell Publishing, 2004. p. 19-28.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005 [2003].

HARVEY, David. A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista. In: HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006a [1975]. p. 43-73.

HARVEY, David. O ajuste espacial: Hegel, Von Thünen e Marx. In: HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006b [1981]. p. 93-125.

HARVEY, David. A reinvenção da geografia: uma entrevista com os editores da *New Left Review*. In: HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006c [2000]. p. 15-40.

HARVEY, David. Notas hacia una teoría del desarrollo geográfico desigual. **GeoBaires, Cuadernos de Geografía**. Buenos Aires, p. 18-54, mai. 2007 [2006].

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008 [2005].

HARVEY, David. **Cosmopolitanism and the geographies of freedom**. New York: Columbia University Press, 2009.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011 [2010].

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2012 [2006].

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013 [1982].

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 25 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014 [1989].

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016 [2014].

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica**: Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018 [2017].

HEMERLY, Jorge A. Morrot. Considerações geográficas sobre a elitização do ensino. In: MOREIRA, Ruy (org.). **Geografia**: teoria e crítica: o saber posto em questão. Petrópolis – RJ: Vozes, 1982 [1980]. p. 231-236.

HESKETH, Chris. Passive revolution: a universal concept with geographical seats. **Review of International Studies**, vol. 43, n. 3, p. 389–408, mar. 2017.

HOBSBAWM, Eric. Marx e a História. In: HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1983]. p. 171-184.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

KAFKALAS, Grigori. State and capital as the agents of spatial integration in the world economy. **Environment and Planning D: Society and Space**, vol. 5, n. 3, p. 303-318, set. 1987.

KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho. Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966). In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (org.). **História do marxismo no Brasil**: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2007 [2002]. v. 5 p. 109-165.

KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho; LÖWY, Michael. Trotsky e o Brasil. In: MORAES, João Quartim de (org.). **História do marxismo no Brasil**: os influxos teóricos. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2007 [1995]. v. 2, p. 229-254.

KIELY, Ray. Spatial hierarchy and/or contemporary geopolitics: what can and can't uneven and combined development explain?. **Cambridge Review of International Affairs**, vol. 25, n. 2, p. 231-248, jun 2012.

KNEI-PAZ, Baruch. Trótski: revolução permanente e revolução do atraso. In: HOBSBAWM, Eric. **História do marxismo V**: o marxismo na época da Terceira Internacional: a revolução de outubro: o austromarxismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985 [1980]. p. 159-196.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976 [1963].

LA BLACHE, Paul Vidal de. **Princípios de geografia humana**. 2. ed. Lisboa, Portugal: Ed. Cosmos, 1954 [1921].

LACOSTE, Yves. **Geografia do subdesenvolvimento**. 4 ed. São Paulo: DIFEL, 1975 [1965].

LEFEBVRE, Henri. **O pensamento de Lenine**. Lisboa: Moraes, 1969 [1957].

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Grupo "As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea", do Núcleo de Geografia Urbana d UFMG (do original: La production de l'espace. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: Início fev. 2006 [1974].

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008 [1973].

LEITE, Rose Aylce Oliveira. **Difusão do conhecimento científico em instituições de ciência e tecnologia**: um estudo de caso – O Museu Paraense Emilio Goeldi. Belém: CNPq/MPEG, 1993.

LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: EDUSP, 1999a.

LENCIONI, Sandra. Região e geografia. A noção de região no pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999b.

LENCIONI, Sandra. O capital e seu espaço. Para além de produzir valor e espaço, o capital produz o desenvolvimento geográfico desigual. **Confins**, Revista Franco-Brasileira de Geografia, n. 44, 2020.

LENIN, Vladimir. **O programa agrário da social democracia na primeira revolução russa de 1905-1907**. São Paulo: C. Humanas, 1980 [1908].

LENIN. Vladimir. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982 [1899].

LENIN, Vladimir. **O imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Campinas: Navegando Publicações, 2011 [1917].

LIRA, Larissa Alves de. O Brasil, Pierre Monbeig e a geografia do desenvolvimento. **Revista GEOgrafias**, v. 27, n. 2, p. 8-29, 2019.

LÖWY, Michael. Is there a law of arrested and un-combined development?: An answer to David J. Romagnolo. **Latin American Perspectives,** vol. 2, n. 4, p. 118-120, 1975.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Outubro**, São Paulo, n. 1, p. 73-80, 1998 [1995].

LÖWY, Michael. The Marxism of *Results and Prospects.* In: DUNN, Bill; RADICE, Hugo. **100 years of permanent revolution:** results and prospects. London: Pluto Press, 2006. p. 27-34.

LÖWY, Michael. **A política do desenvolvimento desigual e combinado**: a teoria da revolução permanente. São Paulo: Sundermann, 2015 [1981].

LUKÁCS, György. **Introdução a uma estética marxista**: sobre a categoria da particularidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968 [1957].

MACHADO, Lia Osório. História do pensamento geográfico no Brasil. Elementos para a construção de um programa de pesquisa (Uma conversa com Lia Osório Machado). **Terra Brasilis**, n. 1, p. 1-18, jan-jun 2000a.

MACHADO, Lia Osório. As idéias no lugar. O desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do século XX. **Terra Brasilis**, n. 2, p. 1-14, jul-dez 2000b.

MAKKI, Fouad. Reframing development theory: the significance of the idea of uneven and combined development. **Theory and Society**, vol. 44, n. 5, p. 471–497, jul 2005.

MAMIGONIAN, Armen. **Armen Mamigonian**: entrevista 19 set 2019. Entrevistador: Leônidas de Santana Marques. Por telefone, 2019.

MANDEL, Ernest. The laws of uneven development. **New Left Review**, n. 59, p. 19-38, 1970.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982 [1972].

MANDEL, Ernest. Desenvolvimento desigual. In: BOTTOMORE, Tom (org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1988 [1983]. p. 98-99.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: SADER, Emir (org.). **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires, CLACSO, 2000 [1973]. p. 105-165.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 3 ed. Florianópolis: Insular, 2012 [1969].

MARQUES, Leônidas de Santana. **Os Fundos de Pasto do município de Monte Santo (BA) e a política de desenvolvimento territorial:** conflitos e interesses territoriais no campo. 2013. 201f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. 2013.

MARQUES, Leônidas de Santana. Contribuições da história intelectual como abordagem investigativa para história da geografia. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 13., 2019, São Paulo. **Anais do**..., 2019

MARQUES, Leônidas de Santana. Contribuições de Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Florestan Fernandes para pensarmos o desenvolvimento capitalista no século XXI. **PerCursos**, Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 272-300, maio/ago. 2020.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. Prefácio à quinta edição. In: FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006. p. 9-23.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2010 [1979].

MARTINS, José de Souza. **A sociologia como aventura**: memórias. São Paulo: Contexto, 2013.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008 [1859].

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011 [1857-1858].

MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012 [1875].

MARX, Karl. Carta à redação da *Otechestvenye Zapiski*.In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013 [1877].

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007 [1846].

MASSEY, Doreen. Regionalism: some current issues. **Capital & Class**, vol. 3, n. 3, p. 106-125, out 1978.

MASSEY, Doreen. **Spatial divisions of labour**: social structures and the geography of production. London: Macmillan Press, 1984.

MASSEY, Doreen. Uneven development: social change and spatial divisions of labour. In: MASSEY, Doreen. **Space, place and gender**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994 [1988]. p. 86-114.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008 [2005].

MCINTYRE, Richard. Theories of uneven development and social change. **Rethinking Marxism: a Journal of Economics, Culture & Society,** vol. 5, n. 3, p. 75-105, 1992.

MENEZES, Sócrates Oliveira. **O trabalho nas fissuras da crítica geográfica**. 2016. 421f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2016.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002 [1995].

MIRANDA, Flávio. **Desenvolvimento desigual e mercado mundial em Marx**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MOURA, Golbery Luiz Lessa de. **Livros caiopradianos**: a contribuição de cada uma das principais obras de Caio Prado Jr. para sua interpretação do Brasil. 2005. 176f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2005.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Bases da formação territorial do Brasil. **Geografares**, n. 2, p. 105-113, 2001.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia**: pequena história crítica. 20. ed., São Paulo: Annablume, 2005 [1981].

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia histórica do Brasil**: capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia crítica** – a valorização do espaço. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1987 [1984].

MOREIRA, Ruy (org.). **Geografia**: teoria e crítica: o saber posto em questão. Petrópolis – RJ: Vozes, 1982a.

MOREIRA, Ruy. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, Ruy (org.). **Geografia**: teoria e crítica: o saber posto em questão. Petrópolis – RJ: Vozes, 1982b [1979]. p. 33-64.

MOREIRA, Ruy. Geografia, Ecologia, Ideologia: a "totalidade homem-meio" hoje (espaço e processo do trabalho). In: MOREIRA, Ruy (org.). **Geografia**: teoria e crítica: o saber posto em questão. Petrópolis – RJ: Vozes, 1982c [1980]. p. 197-214.

MOREIRA, Ruy. Assim se passaram dez anos (A renovação da Geografia no Brasil no período de 1978-1988). **GEOgraphia**, vol. 2, n. 3, p. 27-49, 2000.

MOREIRA, Ruy. Marxismo e Geografia. A Geograficidade e o diálogo das Ontologias. **GEOgraphia**, vol. 6, n. 11, p. 21-37, 2004.

MOREIRA, Ruy. Da partilha territorial ao bioespaço e ao biopoder. In: MOREIRA, Ruy. **Geografia e práxis**: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas. São Paulo: Contexto, 2012 [2006]. p. 187-200

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes clássicas originárias. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2015. (Primeiro volume)

MOREIRA, Ruy. **A geografia do espaço-mundo**: conflitos e superação no espaço do capital. Rio de Janeiro: Consequência, 2016.

MOREIRA, Ruy. **Ruy Moreira**: entrevista 30 mar 2021. Entrevistador: Leônidas de Santana Marques. Via Google Meet, 2021.

MORTON, Adam David. A geopolítica do sistema de estados e o capitalismo global em questão. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 29, p. 45-62, nov. 2007.

MORTON, Adam David. Reflexões sobre o desenvolvimento desigual: revolução mexicana, acumulação primitiva, revolução passiva. **Novos Rumos**, Marília, vol. 49, n. 1, p. 57-86, jan.-jun. 2012 [2010].

NOVACK, George. The law of uneven and combined development and Latin America. **Latin American Perspectives**, vol. 3, n. 2, pp. 100-106, 1976.

NOVACK, George. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade**. São Paulo: Rabisco, 1988 [1957].

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-107.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Ariovaldo Umbelino de Oliveira**: entrevista 9 set 2019. Entrevistador: Leônidas de Santana Marques. São Paulo, 2019.

OLIVEIRA, Francisco de. A universidade e as incertezas do capital – entrevista com Francisco de Oliveira. **Plural – Sociologia USP**, São Paulo, n. 9, p. 197-212, 2º sem. 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista. In: OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003 [1972]. p. 25-119

OLIVEIRA, Francisco de. O ornitorrinco. In: OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 121-150.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião. In: OLIVEIRA, Francisco de. **Noiva da revolução. Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Boitempo, 2008 [1977]. p. 119-275.

OLIVEIRA, Francisco de. O adeus do futuro ao país do futuro: uma biografia breve do Brasil. In: OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil**: uma biografia não autorizada. São Paulo: Boitempo, 2018 [2006]. p. 27-78.

PAULO NETTO, José. Relendo a teoria marxista da história. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (org.). **História e história da educação**: o debate teórico-metodológico atual. Campinas, SP: Autores Associados. 1998. p. 74-84.

PECK, Jamie. Combination. In: JAZEEL, Tariq; KENT, Andy; MCKITTRICK, Katherine; THEODORE, Nik; CHARI, Sharad; CHATTERTON, Paul; GIDWANI, Vinay; HEYNEN, Nik; LARNER, Wendy; PECK, Jamie; PICKERILL, Jenny; WERNER, Marion; WRIGHT, Melissa W. (org.). **Keywords in Radical Geography**: Antipode at 50. Oxford: Wiley Blackwell, 2019. p. 50-55.

PECK, Jamie. On capitalism's cusp. **Area Development and Policy**, vol. 6, n. 1, p. 1-30, 2021.

PECK, Jamie; THEODORE, Nik. Variegated capitalism. **Progress in Human Geography**, vol. 31, n. 6, p. 731–772, 2007.

PEDROSA, Breno Viotto. **Entre as ruínas do muro**: a história da geografia crítica sob a ótica da ideia de estrutura. 2013. 361f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013.

PEDROSA, Breno Viotto. A controvérsia da Geografia crítica no Brasil (Parte I). **Geosul**, Florianópolis, v. 30, n. 59, p. 7-27, jan./jun. 2015.

PEDROSA, Mario (M. Camboa); XAVIER, Lívio (L. Lyon). Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil. 1931. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/abramo/1990/contracorrente/09.htm>>. Acesso em 28 abr 2021.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. 2009. 382f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2009.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Caio Prado Júnior, uma biografia política**. São Paulo: Boitempo, 2016.

PERICÁS, Luiz Bernardo. Leituras marxistas de Caio Prado Júnior: breves apontamentos. **Novos Rumos**, v. 55, n. 2, p. 85-99, 2018.

PLEKHANOV, Georgi. Os Princípios Fundamentais do Marxismo. 1908. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/plekhanov/1908/principios/>>. Acesso em 07 out 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A geografia está em crise. Viva a geografia! **Boletim Paulista de Geografia**, n. 55, p. 5–30, 1978.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A geografia está em crise. Viva a geografia! In: MOREIRA, Ruy (org.). **Geografia**: teoria e crítica: o saber posto em questão. Petrópolis – RJ: Vozes, 1982 [1978]. p. 93-114.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Estrutura agrária e dominação no campo: notas para um debate. In: SANTOS, Milton (org.). **Novos rumos da Geografia brasileira**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1988 [1982]. p. 143-165.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Carlos Walter Porto-Gonçalves**: entrevista 29 mar 2021. Entrevistador: Leônidas de Santana Marques. Via Google Meet, 2021.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 17 ed. São Paulo: Brasiliense, 1974 [1945].

PRADO JÚNIOR, Caio. **História e desenvolvimento**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989 [1968].

RATZEL, Friedrich. Antropogeografia. In: Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ed. Ática, 1990 [1882].

RICUPERO, Bernardo. Da formação à forma. Ainda as "idéias fora do lugar". **Lua Nova**, São Paulo, vol. 73, p. 59-69, 2008.

RIDENTI, Marcelo; MENDES, Flávio da S. Do dualismo ao ornitorrinco: entrevista com Francisco de Oliveira. **Caderno CRH**, Salvador, vol. 25, 66, p. 601-622. Set/Dez. 2012.

RIOUX, Sébastien. Mind the (theoretical) gap: on the poverty of International Relations theorising of uneven and combined development. **Global Society**, vol. 29, n. 4, p. 481-509, 2015.

ROLF, Steve. **China's uneven and combined development**. Londres: Palgrave MacMillan, 2021.

ROMAGNOLO, David. The so-called "law" of uneven and combined development. **Latin American Perspectives**, vol. 2, n. 1, p. 7-31, 1975.

ROSENBERG, Justin. Why is there no International Historical Sociology?. **European Journal of International Relations**, vol. 12, n. 3, p. 307–340, set 2006.

ROSENBERG, Justin. Basic problems in the theory of uneven and combined development. Part II: unevenness and political multiplicity. **Cambridge Review of International Affairs**, vol. 23, n. 1, p. 165-189, 2010.

ROSENBERG, Justin. The 'philosophical premises' of uneven and combined development. **Review of International Studies**, vol. 39, n. 3, p. 569-597, jul 2013.

ROSENBERG, Justin. Uneven and combined development in theory and history. In: ANIEVAS, Alexander; MATIN, Kamran (org.). **Historical Sociology and world history**:

uneven and combined development over the longue durée. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2016a. p. 17-30.

ROSENBERG, Justin. International Relations in the prison of Political Science. **International Relations**, vol. 30, n. 2, p. 127-153, abr 2016b.

SADER, Emir; MORAES, João Quartim de; GIANNOTTI, José Arthur; SCHWARZ, Roberto. **Nós que amávamos tanto O Capital**: leituras de Marx no Brasil. São Paulo, Boitempo, 2017.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. Por que voltar a Lênin? Imperialismo, barbárie e revolução. In: LENIN, Vladimir. **O imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Campinas: Navegando Publicações, 2011 [1917]. p. 7-104.

SANTOS, Milton. **Economia espacial**: críticas e alternativas. São Paulo: Hucitec, 1979.

SANTOS, Milton. Geografia, marxismo e subdesenvolvimento. In: MOREIRA, Ruy (org.). **Geografia**: teoria e crítica: o saber posto em questão. Petrópolis – RJ: Vozes, 1982 [1974]. p. 13-22.

SANTOS, Milton (org.). **Novos rumos da Geografia brasileira**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1988 [1982].

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1998 [1994].

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. 6 ed. São Paulo: EDUSP, 2004 [1978].

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2006 [1996].

SAUSCHKIN, Yu. G. The geographical environment of human society. **Soviet Geography**, vol. 4, n. 10, p. 3-19, 1963.

SCARIM, Paulo Cesar. A construção da Geografia acadêmica no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº 88, p. 41-71, 2008.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2000 [1973], p. 11-31.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Pensando o processo de valorização e a geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 66, p. 97-103, 1988.

SECCO, Lincoln. Caio Prado Júnior. **Políticas de la Memoria**, n. 15, p. 201-204, 2015.

SELWYN, Benjamin. Trotsky, Gerschenkron and the political economy of late capitalist development. **Economy and Society**, vol. 40, n. 3, p. 421-450, 2011.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente, vol. 8, n. 7, p. 1-21, jul./dez. 2005 [1982].

SILVA, Armando Correa da. O espaço geográfico como totalidade. **Revista Geográfica**, Pan American Institute of Geography and History, n. 82, p. 167-174, jun. 1975.

SILVA, Armando Correa da. O espaço como ser: uma auto-avaliação crítica. In: MOREIRA, Ruy (org.). **Geografia**: teoria e crítica: o saber posto em questão. Petrópolis – RJ: Vozes, 1982. p. 75-92.

SILVA, Armando Correa da. A renovação geográfica no Brasil – 1976/1983 (As Geografias crítica e radical em uma perspectiva teórica). **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº 60, p. 73-140, 1984.

SILVA, Armando Correa da. Produção do espaço e valor. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 74, p. 47-56, 1996.

SILVA, José Borzacchiello da. **José Borzacchiello da Silva**: entrevista 8 mar 2021. Entrevistador: Leônidas de Santana Marques. Via Google Meet, 2021.

SILVA, Simone Affonso da. **A questão regional brasileira no âmbito das políticas públicas federais**. 2019. 591f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2019.

SLATER, David. Geography and underdevelopment – Part II. **Antipode**, vol. 9, n. 3, p. 1-31, 1977.

SLATER, David. Towards a political economy of urbanization in peripheral capitalist societies: problems of theory and method with illustrations from Latin America. **International Journal of Urban and Regional Research**, vol. 2, n. 1-3, p. 26-52, 1978.

SMITH, Neil. Gentrification and capital: practice and ideology in Society Hill. **Antipode**, vol. 11, n. 3, p. 24-35, 1979a.

SMITH, Neil. Geography, science and post-positivist modes of explanation. **Progress in Human Geography**, vol. 3, n. 3, p. 356-383, 1979b.

SMITH, Neil. Gentrification and uneven development. **Economic Geography**, vol. 58, n. 2, p. 139-155, abr. 1982a.

SMITH, Neil. Theories of underdevelopment: a response to Reitsma. **Professional Geographer**, vol. 34, n. 3, p. 332- 337, 1982b.

SMITH, Neil. On the necessity of uneven development. **International Journal of Urban and Regional Research**, vol. 10, n. 1, p. 87-104, 1986.

SMITH, Neil. 'Academic war over the field of Geography': the elimination of Geography at Harvard. **Annals of the Association of American Geographers**, n. 77, p. 155-72, 1987.

SMITH, Neil. For a History of Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, n. 78, p. 159-63, 1988a.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988b [1984].

SMITH, Neil. The region is dead! Long live the region! **Political Geography Quarterly**, vol. 7, n. 2, p. 141-152, abr. 1988c.

SMITH, Neil. Geography as museum: private history and conservative idealism in *The nature of Geography*. In: ENTRIKIN, J. Nicholas; BRUNN, Stanley D. **Reflections on Richard Hartshorne's The nature of Geography.** Washington, DC: Association of American Geographers, 1989. p. 89-120.

SMITH, Neil. The satanic geographies of globalization: uneven development in the 1990s. **Public Culture**, vol 10, n. 1, p. 169-189, 1997.

SMITH, Neil. The lost geography of the American century. **Scottish Geographical Journal**, vol. 115, n. 1, p. 1–18, 1999.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem teto e produção da escala geográfica. In: ARANTES, Antonio A. (org.) **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000a [1992]. p. 132-175.

SMITH, Neil. The restructuring of spatial scale and the new global geography of uneven development. **Japanese Journal of Human Geography**, vol. 52, n. 1, p. 51-66, 2000b.

SMITH, Neil. Geografía, diferencia y las políticas de escala. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 127-146, jul./dez. 2002 [1992].

SMITH, Neil. The Geography of uneven development. In: DUNN, Bill; RADICE, Hugo. **100 years of permanent revolution:** results and prospects. London: Pluto Press, 2006. p. 180-195.

SMITH, Neil. Afterword to the second edition: the beginning of Geography. In: SMITH, Neil. **Uneven development**: nature, capital, and the production of space. 3 ed. Athens, Georgia: The University of Georgia Press, 2008 [1990]. p. 213-237.

SMITH, Neil. Uneven development redux. **New Political Economy**, vol. 16, n. 2, p. 261-265, 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à Geografia**: geografia e ideologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1993 [1989].

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. Geografia nos trópicos: história dos náufragos de uma jangada de pedra? **Terra Livre**, n. 17, p. 119-138, 2001.

STRADA, Vittorio. Lênin e Trótski. In: HOBSBAWM, Eric. **História do marxismo V**: o marxismo na época da Terceira Internacional: a revolução de outubro: o austromarxismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985 [1980]. p. 143-158.

TARCUS, Horacio. Una invitación a la historia intelectual. Palabras de apertura del II Congreso de Historia Intelectual de América Latina. **Revista Pléyade**, n. 15, pp. 09-25, 2015.

TARCUS, Horacio. História intelectual e a problemática da recepção: Marx na Argentina. **Outubro**, n. 30, pp. 21-76, mai 2018.

TESCHKE, Benno. Marxism. In: SNIDAL, Duncan; REUS-SMIT, Christian (org.). **Handbook of international relations**. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 163–187

TROTSKY, Leon. From a scratch – to the danger of gangrene. In: TROTSKY, Leon. **In defense of Marxism (against the petty-bourgeois opposition)**. New York: Pioneer Publishers, 1942 [1940]. p. 103-148.

TROTSKY, Leon. **The Third International after Lenin**. 2 ed. New York: Pioneer Publishers, 1957 [1928].

TROTSKY, Leon. Uneven and Combined Development and the Role of American Imperialism. In: TROTSKY, Leon. **Writings of Leon Trotsky [1932-33]**. New York: Pathfinder Press, 1972 [1933]. p. 116-120.

TROTSKY, Leon. **A história da Revolução Russa.** Brasília: Senado Federal, 2017 [1930-1932]. (v. 1. A queda do tzarismo)

TROTSKY, Leon. **The permanent revolution & results and prospects**. Seatle (WA): Red Letter Press, 2010 [1930].

TROTSKY, Leon. Balanço e Perspectivas. 1906. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1906/balanco/index.htm>>. Acesso em 25 jan 2021a.

TROTSKY, Leon. O marxismo em nosso tempo: o pensamento vivo de Karl Marx. 1939. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1939/marxismo/index.htm#tr1>>. Acesso em 26 jan 2021b.

USA – United States of America. National Intelligence Council. Global trends: paradox of progress. Jan. 2017. Disponível em: <<https://www.dni.gov/index.php/global-trends-home>>. Acesso em 22 fev 2019.

VAN DER LINDEN, Marcel. The 'law' of uneven and combined development: some underdeveloped thoughts. **Historical Materialism**, v. 15, n. 1, p. 145–165, 2007.

VERDI, Elisa Favaro. **Produção geográfica e ruptura crítica**: a geografia uspiana entre 1964 e 1985. 2016. 262f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2016.

VERDI, Elisa Favaro. Pensar radicalmente sob a repressão: a geografia crítica brasileira no contexto da ditadura civil-militar. **Geousp – Espaço e Tempo**, v. 22, n. 3, p. 539-558, dez. 2018.

VIANA, Myrna T. Rego. Algumas reflexões sobre a luta pela terra nas cidades. In: MOREIRA, Ruy (org.). **Geografia**: teoria e crítica: o saber posto em questão. Petrópolis – RJ: Vozes, 1982 [1980]. p. 125-130.

WAINWRIGHT, Joel. Uneven developments: from the *Grundrisse* to *Capital*. **Antipode**, vol. 40, n. 5, p. 879-897, 2008.

WASSERMAN, Claudia. **A teoria da dependência**: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

APÊNDICE A

Lista de publicações levantadas em revisão sistemática

1. ABREU, Janisley Gomes de; PELÁ, Márcia Cristina Hizim. Trânsito de Goiânia e a transformação da paisagem: o caso do setor sul. **Educação e cultura em debate**, v. 1, n.1, p. 60–85, 2015.

2. ABREU, Reginaldo Carlos de. **Abordagem conceitual de região no âmbito da ciência geográfica e da política governamental de Mato Grosso : estabelecendo relações com o ensino do conceito de região na educação básica**. 2011. 123f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. 2012.

3. AGUEDA, Bernardo Cerqueira. **Relações urbano-rurais e desenvolvimentos geográficos desiguais: transformações espaciais nas localidades de Vargem Grande (Teresópolis - RJ) e Barracão dos Mendes (Nova Friburgo – RJ)**. 2019. 264f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ). 2019.

4. ALEIXO, Natacha Cíntia Regina. A fumaça dos canaviais nos ares do campo e da cidade. **Boletim DATALUTA**, p. 1-16, set. 2013.

5. ALELUIA, Mendel Cesar Oliveira; AMORIM, Paulo Henrique Oliveira Porto de. As novas tecnologias redesenhando as relações sociais e com a natureza. In: COLÓQUIO NACIONAL DO NÚCLEO DE ESTUDOS EM ESPAÇO E REPRESENTAÇÕES, 2., 2007. **Anais do…**. Salvador: NEER, 2007. p.1-11.

6. ALENCAR, Maria Tereza de; MENEZES, Ana Virgínia Costa de. Ação do Estado na produção do espaço rural: transformações territoriais. **Revista Campo-Território**, v. 4, n. 8, 2009.

7. ALMADA, José Alexandre Berto de. A produção do espaço pelo turismo no Rio Grande do Norte. In: PEIXOTO, Filipe da Silva; BESERRA, Fábio Ricardo Silva; COSTA, Ademir Araújo da. **A geografia e seus percursos**: livro comemorativo aos 50 anos do curso de Geografia do campus Mossoró da UERN. Mossoró (RN): EDUERN, 2020. p. 287-337.

8. ALMEIDA, Juscinaldo Góes; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de. A expansão do agronegócio no campo maranhense: racionalidades conflitantes e territórios em disputa. In: SANTOS, Luiz Carlos Araújo; SEABRA, Giovanni de Farias; CASTRO, Claudio Eduardo de. **Geografia**: Trabalho, Sociedade e Meio Ambiente. São Luís: Eduema, 2018. p. 216-238.

9. ALMEIDA, Miriam Cléa Coelho; MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Território e memórias do trabalho: a produção agrícola nas margens do rio de Contas no distrito de Suçuarana - Tanhaçú – Bahia. **Revista Nera**, n. 56, p.51–71, 2021.

10. ALVAREZ, Gabriel. A noção de "produção do espaço" no debate brasileiro: um debate sobre planejamento e utopia. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 13., 2019. **Anais do…**. São Paulo: ANPEGE, 2019. p.1-14.

11. ALVES, Camila Gomes. **Pedro Pinchas Geiger: considerações sobre a divisão geoeconômica do Brasil**. 2016. 37f. Monografia (Graduação em Geografia), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2016.

12. ALVES, Glória da Anunciação. A América Latina e seu papel na atual articulação dos espaços mundiais. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005. **Anais do…**. São Paulo: EGAL, 2005. p.609-622.

13. ALVES, José. **As revoltas dos trabalhadores em Jirau (RO): degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica na Amazônia**. 2014. 679f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente. 2014.

14. ALVES, Lidiane Aparecida. Representações do Desenvolvimento Humano e das Desigualdades no Brasil a partir dos Indicadores e Índices do Atlas Brasil. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO ONLINE DE GESTÃO URBANA, 4., 2020. **Anais do…**. Virtual: ANAP, 2020. p.20-32.

15. ALVES, Cristiano Nunes; ANTIPON, Livia Cangiano. O continente africano e o futuro das regiões periféricas no período da globalização. **Ciência Geográfica**, v. 24, n. 1, p. 219-233, jan./dez. 2020.

16. AMARAL, Josielma Machado. **A cidade de Igarapé-Miri: uma leitura de seus espaços intra e interurbano**. 2018. 88f. Monografia (Graduação em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém (PA). 2018.

17. AMORIM, Wagner Vinicius. Acumulación y expoliación en/y más allá del campo brasileño: tierra, capital, trabajo y escalas de análisis. **GeoGraphos**, v. 4, p.305–321, 2013.

18. AMORIN, Wagner Vinicius. Reestruturação urbana e valorização imobiliária em Londrina –PR. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 7, p. 13–29, 2011.

19. ANDRADE, Cícera Gomes de. **Memória e ordenamento territorial do espaço agrário: estudo da presença da Comissão Pastoral da Terra na organização das lutas camponesas no município de Cajazeiras - PB.** 2015. 51f. Monografia (Graduação em Geografia), Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande (PB). 2015.

20. ANDRADE, Renata Bernardo. **O Ensino de Geografia apresentado para o 6º ano na Educopédia SME/RJ**. 2018. 165f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo (RJ). 2018.

21. ANDRADE, Rodrigo Coutinho. Os impactos da ofensiva neoliberal sobre o ensino de Geografia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 19., 2018. **Anais do…**. João Pessoa: AGB, 2018. p.1-11.

22. ANDRADE, Rodrigo Coutinho. Tendências da educação de jovens e adultos pós-pandemia de COVID-19. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 6, n. 10, p. 213–238, 2021.

23. ANSELMO, Rita de Cassia Martins de Souza. As universidades no projeto territorial do Brasil: educação, geografia e modernidade. **OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 11, n. 02, p. 25-41. mai./ago. 2020.

24. ARAÚJO, Enos Feitosa de. **Políticas governamentais e metropolização no nordeste brasileiro: apontamentos espaciais nas cidades de João Pessoa (PB), Maceió (AL) e Aracaju (SE)**. 2015. 403f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2015.

25. ARAÚJO, Jalmir César Gonçalves de. **A reestruturação produtiva e as facções têxteis em Ibirama-SC**. 2016. 117f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental), Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis (SC). 2016.

26. ARAÚJO, Sergiano de Lima. **O gosto amargo das frutas nas terras do senhor: a territorialização da produção capitalista e as disputas territoriais entre o agronegócio e o campesinato na região do Baixo Jaguaribe (CE)**. 2016. 248f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2016.

27. ARAUJO, Ana Paula Correia de; CONCEIÇÃO, Orsolina Fernandes da; CARVALHO, Luciani Coimbra de. A arrogância revelada no conflito: bolivianos e brasileiros no espaço escolar da cidade de Corumbá (MS). **Espaço Aberto**, v. 5, n. 1, p. 145–162, 2015.

28. ARAÚJO JUNIOR, Aloysio Marthins de. Mundialização econômica versus estados nacionais: impactos no sistema de ensino no Brasil e na América Latina. **Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)**, n. 2, 2009.

29. ARROYO, Mónica. América Latina na aurora do século XXI: por uma busca de consensos ativos. **Ciência Geográfica**, v. 19, n. 1, p. 16-23, jan./dez. 2015.

30. ARROYO, Mónica. A América Latina numa encruzilhada: ocaso do projeto de integração? **GeoTextos**, v. 13, n. 1 jul. 2017.

31. ASSIS, Lenilton Francisco de. Turismo sustentável e globalização: impasses e perspectivas. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, v. 4, n. 1, 2002.

32. AZEVEDO, Gustavo Ferreira de. **O capital imobiliário, o Estado e a desigualdade sócio espacial da cidade do Rio de Janeiro**. 2014. 63f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ). 2014.

33. AZEVEDO, Hebert Guilherme de. Geografia e espiritismo: o conceito de espaço sagrado e a teoria da difusão espacial das inovações na construção da pesquisa. **Espaço e Cultura**, n. 28, 2010.

34. AZEVEDO, José Roberto Nunes de. Algumas considerações sobre o processo de dominação do capital sobre o trabalho no âmbito da agroindústria canavieira. **Caminhos de Geografia**, v. 11, n. 35, 2010.

35. AZEVEDO, Luyanne Catarina Lourenço de; GIORDANI, Ana Cláudia Carvalho. A invisibilização dos marcadores sociais gênero e raça na geografia da base nacional comum curricular. **Geographia Meridionalis**, v. 5, n. 1, p. 03–31, 2019.

36. AZEVEDO, Laudicéia Neiva Roldão. **Resistência camponesa no município de Glória de Dourados-MS: análise a partir da indústria doméstica**. 2019. 144f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados (MS). 2019.

37. AZEVEDO, Leon Martins Carriconde. **No território da luta de classes toda paz é uma trégua : a revolta camponesa em Trombas e Formoso (1950-1964) e as possibilidades de ruptura com a territorialidade do capital**. 2013. 106f. Monografia (Graduação em Geografia), Universidade de Brasília, Brasília (DF). 2014.

38. BACKES, Thaine Regina. Da homogeneização da paisagem à reprodução ampliada do capital: uma análise da expansão da cana-de-açúcar no estado do Mato Grosso do Sul. **Caminhos de Geografia**, v. 9, n. 26, 2008.

39. BAGGIO, Ulysses da Cunha. Dimensões e desigualdades socioespaciais da urbanização expansiva na América Latina e Brasil: práticas sociais, política, uso e apropriação de espaços em perspectiva. **Ciência Geográfica**, v. 20, n. 1, p. 85-97, jan./dez. 2016.

40. BAGGIO, Ulysses da Cunha. Apontamentos para uma geografia libertária: horizonte para uma epistemologia do desejo. **Revista de Ciências Humanas**, n. 1, 2009.

41. BAGGIO, Ulysses da Cunha. Diferenciação espacial e análise regional sob a condição capitalista na contemporaneidade. **Cadernos Metrópole**, n. 20, 2008.

42. BALBIM, Renato. A geopolítica das cidades e a nova agenda urbana. **Boletim regional, urbano e ambiental**, n. 17, jul./dez. 2017.

43. BANDEIRA, Alexandre Eslabão. Geografias invisíveis: a cidade na consciência e a consciência da cidade. Produção e reprodução da (in) justiça social. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 15, n. 2, p. 129–142, 2011.

44. BANDEIRA, João Luciano. **A geografia econômica das sementes: dos grandes monopólios ao sudoeste do Paraná**. 2015. 185f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão (PR). 2015.

45. BANDEIRA, João Luciano. **A dinâmica geoeconômica do setor de genética vegetal no Brasil: os casos de milho, soja e trigo**. 2021. 280f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC). 2021.

46. BARATA, Paulo Henrique Araujo. **O Estado capitalista e a produção desigual do espaço no bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro**. 2012. 176f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ). 2012.

47. BARATA, Paulo Henrique Araujo. A produção e (re) construção do bairro Campo Grande, Rio de Janeiro: uma análise das transformações socioespaciais de 1946 a 2011. **Khóra: Revista Transdisciplinar**, v. 1, n. 1, 2014.

48. BARBOSA, Bruno. **Incongruência nas estratégias ou estratégia da incongruência: um estudo da relação entre TRIPs e CDB no espaço geográfico brasileiro**. 2017. 293f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC). 2017.

49. BARBOSA, Fábio de Macedo Tristão. **Imperialismo e produção do espaço urbano: a indústria do amianto e a construção da cidade de Minaçu-GO**. 2013. 236f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo (SP). 2013.

50. BARBOSA, Jane Roberta de Assis. **Planejamento territorial e modernizações seletivas. A expansão do meio técnico-científico-informacional no Rio Grande do Norte, Brasil**. 2014. 341f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo (SP). 2015.

51. BARBOSA, Luciana Maciel. **Políticas territoriais de turismo: concepções e impactos do PRODETUR no Nordeste brasileiro**. 2017. 278f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza (CE). 2017.

52. BARBOSA, Túlio. **Globalização, Neoliberalismo e lutas de classes no Brasil (1990-2010)**. 2015. 394f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG). 2015.

53. BARBOSA, Xênia de Castro; OLIVEIRA, Alexandre Santos de; SOARES, Domingos Perpétuo Alves. Educação e trabalho: uma análise do PRONATEC no Campus Porto Velho Calama do Instituto Federal de Rondônia. **Revista Panorâmica**, v. 28, p. 157-169, jul./dez. 2019.

54. BARRETO, Nina Maria de Souza. **O porto do Açu (RJ): a superexploração do trabalho e os conflitos sócio-espaciais**. 2020. 124f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes (RJ). 2020.

55. BARROS, Thiago Pereira de; CARVALHAL, Marcelo Dornelis. A imprensa sindical como elemento da territorialização sindical. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 14., 2013. **Anais do…**. Lima: EGAL, 2013. p.1-20.

56. BARROS, Juan Dias; MONTEIRO, Maurílio de Abreu; CRUZ, Adejard Gaia. A localização espacial na lógica dialética: uma análise da produção do aço Brasil. **Cadernos CEPEC**, v. 7, n. 1–6, 2019.

57. BASTOS, José Messias; COELHO, João Vitor Sandri. Desenvolvimento desigual e combinado: a reestruturação produtiva neoliberal na indústria automobilística do México. **Revista Espaço e Geografia**, v. 23, n. 2, 2020.

58. BATISTA, Luiz Carlos; VASCONCELOS, Pedro. A influência dominadora hereditária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014. **Anais do…**. Vitória: AGB, 2014. p.1-13.

59. BATISTA, Sinthia Cristina. **Cartografia geográfica em questão : do chão, do alto, das representações**. 2014. 394f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS). 2014.

60. BATISTA, Sinthia Cristina. Construindo uma cartografia camponesa. **Para Onde!?**, v. 8, n. 2, p. 63–73, 2014.

61. BATISTA, Sinthia Cristina. Uma cartografia camponesa?. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 22., 2014. **Anais do…**. Natal: ENGA, 2014. p.1536-1552.

62. BATISTA, Sinthia Cristina. A noção de escala: uma abstração concreta? In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 13., 2019. **Anais do…**. São Paulo: ANPEGE, 2019. p.1-13.

63. BATISTA, Sinthia Cristina. Desafios ao ensino de cartografia na formação da geógrafa e do geógrafo do século XXI. **Revista Geografar**, v. 15, n. 1, p. 220–242, 2020.

64. BELLINI, Juliana Higa; STEPHAN, Ítalo Caixeiro. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado nos municípios produtores de petróleo e gás das regiões norte fluminense e baixadas litorâneas. **Geo UERJ**, n. 27, p. 42–63, 2015.

65. BELTRAME, Betina; GRZYBOVSKI, Denize; SIEDENBERG, Dieter R.; SCHADECK, Marise; LORENZON, Ana Luisa. Um novo olhar para o desenvolvimento a partir da dimensão social e empreendedora: a administração pode contribuir com o debate? **RIGS – Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v.3 n.1, p. 13-31, jan./abr. 2014.

66. BELUSSO, Diane. Visões de mundo, visões da natureza, paradigmas da geografia. **Formação (Online)**, v. 1, n. 14, 2007.

67. BERNARDO, Ricardo Billi. **Um estudo sobre mobilidade urbana e cidadania: os movimentos pendulares e a infraestrutura de transportes na periferia da RMSP – Cidade Tiradentes**. 2015. 83f. Monografia (Graduação em Geografa), Universidade de São Paulo, São Paulo (SP). 2015.

68. BESSA, Kelly. Diferenciação espacial como elemento próprio à natureza da geografia. **Mercator**, v. 9, n. 20, p. 43 a 56, 2011.

69. BESSA, Kelly. Proposições para análise da diferenciação espacial nos estudos sobre rede urbana: as noções de convergência e divergência. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 14, n. 2, p. 34–58, 2010.

70. BESSA, Kelly. A diferenciação espacial e as interpretações da geografia teorético-quantitativa e da geografia crítica. **Sociedade & Natureza**, v. 16, n. 31, 2004.

71. BEZERRA, Celina Maria Torres Portugal. As intervenções técnicas no lugar e no cotidiano das (os) tapioqueiras (os) em Messejana – Fortaleza – CE. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005. **Anais do…**. São Paulo: EGAL, 2005. p.1976-1996.

72. BINSZTOK, Jacob; ROCHA, Cecilia Werneck. Trajetórias camponesas: do Centro-Sul à fronteira agrícola da Amazônia Meridional. **Continentes**, n. 18, p. 199–223, 2021.

73. BITTENCOURT, Júlia Lins. **O metropolitano na agenda governamental : uma história recente**. 2011. 134f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de Brasília, Brasília (DF). 2011.

74. BOMTEMPO, Denise Cristina. Dinâmicas territoriais e interações espaciais: a configuração do circuito espacial da produção da Nestlé S/A. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 34, p. 72–96, 2012.

75. BOMTEMPO, Denise Cristina. A espacialização da indústria de alimentos no estado de São Paulo. In: SPOSITO, Eliseu Savério. **O novo mapa da indústria no início XXI**. São Paulo: UNESP, 2015. p. 107-152.

76. BOMTEMPO, Denise Cristina. Migração internacional, economia urbana e territorialidades. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 39, p. 1–26, 2019.

77. BORGES, Darlene Limongi. Formação cidadã: uma reflexão sobre princípios e valores no convívio social. **Revista Uniaraguaia**, v. 4, n. 4, p. 157–163, 2013.

78. BORGES, Devid Wallas de Sousa; SILVA, Fábio Rocha da; SILVA, Ivanildo Costa. "Território das águas": avaliação ambiental da nascente do rio Camaratuba entre os municípios de Duas Estradas/PB e Serra da Raiz/PB. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, v. 21, n. 2, p. 1268–1276, 2019.

79. BORGES, Júlio César Pereira. **Fazenda-roça goiana: matriz espacial do território e do sertanejo goiano**. 2016. 190f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Goiânia (GO). 2016.

80. BORGES, William Antonio; ROCHA, Marcio Mendes. A compreensão do processo de periferização urbana no Brasil por meio da mobilidade centrada no trabalho. **Geografia**, v. 29, n. 3, p. 383–400, 2004.

81. BORGES, William Antonio; FERREIRA, Márcia Regina; ROCHA, Marcio Mendes. A mobilidade centrada no trabalho e o processo de periferização urbana no aglomerado urbano de Maringá. In: ENCONTRO DE ECONOMIA PARANAENSE, 5., 2007. **Anais do….** Curitiba: ECOPAR, 2007. p.1-22.

82. BOSCARIOL, Renan Amabile; COCCO, Rodrigo Giraldi; AMORIM, Wagner Vinicius. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado e a geografia. **Geografia e Pesquisa**, v. 3, n. 1, 2009.

83. BOTELHO, Raimundo Edson Pinto. **O circuito espacial de produção e os círculos de cooperação da soja no Maranhão no período técnico-científico informacional**. 2010. 220f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal (RN). 2010.

84. BRAGA, Luis Carlos. Apontamentos sobre o debate da relação espaço e tempo na pesquisa geográfica. **Espaço em Revista**, v. 16, n. 2, 2014.

85. BRAZ, Raquel Leite. De onde parte o ensino escolar da geografia: considerações acerca da relação espaço vivido e ensino-aprendizagem. **GEOGRAFIA (Londrina)**, v. 24, n. 1, p. 125–132, 2015.

86. BREDARIOL, Márcio Adriano. A reforma do ensino médio e suas consequências para o ensino de geografia: a proposta de base nacional comum do Centro Paula Souza (São Paulo). In: ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO EM GEOGRAFIA, 14., 2019. **Anais do. ...**Campinas: ENPEG, 2019. p. 4133-4146.

87. BRITO, Carolina Michelle. **Superexploração da força de trabalho: uma contribuição crítica aos estudos da geografia do trabalho**. 2017. 220f. Monografia (Graduação em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Ourinhos (SP). 2017.

88. BRITO, Thiago Macedo Alves de. **Região: leituras possíveis de Milton Santos**. 2007. 165f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (MG). 2007.

89. BRITO, Dayane Galdino; MELO, Josandra Araújo Barreto de. O continente americano no ensino fundamental: uma proposta metodológica a partir do estágio supervisionado em geografia. **Geosaberes**, v. 8, n. 15, p. 105-119, ago. 2017.

90. BRITO, Cristovão; SOUZA, Romilda Assunção. Brasil: para um federalismo equânime e uma agenda para o municipalismo. In: RÜCKERT, Aldomar Arnaldo; SILVA, Augusto César Pinheiro da; SILVA, Gutemberg de Vilhena. **Geografia política, geopolítica e gestão do território**: a integração sul-americana e a inserção das regiões periféricas. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018. p. 177-195.

91. CABRAL, Wagner Alves; MELO, Josandra Araújo Barreto de. Trabalhando o continente europeu em sala de aula: estratégias a partir do programa residência pedagógica,

geografia/UEPB. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 6., 2019. **Anais do...**. Campina Grande: Realize Editora, 2019. p. 1-12.

92. CALAÇA, Manoel; DIAS, Wagner Alceu. A modernização do campo no cerrado e as transformações socioespaciais em Goiás. **Revista Campo-Território**, v. 5, n. 10, 2010.

93. CAMACHO, Rodrigo Simão. **O ensino da Geografia e a questão agrária nas séries iniciais do Ensino fundamental**. 2008. 462f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana (MS). 2008.

94. CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. 2013. 809f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP). 2013.

95. CAMARGO, Paula. **A Ferrovia Nova Transnordestina em meio às atuais condições de reprodução camponesa em Ouricuri (sertão pernambucano)**. 2015. 405f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo (SP). 2015.

96. CAMPOS, Bruno Ferreira; MORETTI, Edvaldo César. A problemática ecológico-territorial da política dos polos de desenvolvimento/crescimento (1970-1980): a agricultura industrial e o processo de urbanização de Dourados/MS. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO FOMERCO, 17., 2019. **Anais do…**. Foz do Iguaçu: FOMERCO, 2019. p.1-16.

97. CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares; SANTOS, Leandro Sacramento; SANTOS, Jorge Edson. A dinâmica da apropriação capitalista da terra e da água e a atualidade das categorias marxistas no debate da questão agrária. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL GREVES E CONFLITOS SOCIAIS, 4., 2018. **Anais do…**. São Paulo: AIGCS, 2018. p.1-19.

98. CAMPOS, Gabriel Victor Martins de; BRAGA, Solano de Souza; BARBOSA, Maria Flávia Pires; *et al*. Expansão Urbana e Novas Centralidades no Contexto Regional Metropolitano: Reflexões sobre Geografia Urbana e Turismo. **ROSA DOS VENTOS - Turismo e Hospitalidade**, v. 11, n. 1, 2019.

99. CANTELMO, Weslley Antonio Tadeu Monteiro. **Desenvolvimento econômico e a produção do território no Brasil: as promessas do territorialismo competitivo**. 2014. 164f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (MG). 2014.

100. CARDIA, Rita Helena Miranda. Nó entre classe, gênero e raça: o potencial das mulheres na transformação social no território da maré. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 13., 2019. **Anais do…**. São Paulo: ANPEGE, 2019. p.1-14.

101. CARDOSO, Eduardo Schiavone. Sociedade, natureza e pesca extrativa. **Revista GeoAmazônia**, v. 1, n. 2, p. 92–106, 2014.

102. CARNEIRO, Felipe Sampaio. **Considerações sobre o planejamento regional no Rio de Janeiro: uma análise do Consórcio Intermunicipal do Leste Fluminense (CONLESTE)**. 2014. 74f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ). 2014.

103. CARNEIRO, Rosalvo Nobre. Espaço, inovação e indústria têxtil de redes de dormir em São Bento-PB: do meio natural ao meio técnico-científico-informacional. **GEOgraphia**, v. 16, n. 31, p. 76–100, 2014.

104. CARVALHAL, Marcelo Dornelis. Desenvolvimento auto-gerido e trabalho. In: ENDLICH, Angela Maria; ROCHA, Márcio Mendes (org.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009. p. 93-117.

105. CARVALHAL, Marcelo Dornelis; THOMAZ JUNIOR, Antonio. A dinâmica territorial do capital e seus efeitos para o mundo do trabalho. **Terra Livre**, v. 2, n. 31, 2008.

106. CARVALHO, Diana Mendonça de; SILVA, Jislaine Lima da; VASCONCELOS, Ramon de Oliveira; *et al*. O beneficiamento do amendoim em Ribeirópolis: do trabalho artesanal a aplicação de tecnologia social. **Revista GeoNordeste**, n. 1, p. 108–131, 2016.

107. CASTANHO, Roberto Barboza; BRITO, Jorge Luís Silva; CHELOTTI, Marcelo Cervo. A utilização do geoprocessamento para o mapeamento de áreas de reforma agrária no sudoeste gaúcho. **Caminhos de Geografia**, v. 7, n. 18, 2006.

108. CASTRO, Cloves Alexandre de. Notas sobre a produção do espaço industrial paulista: antecedentes, processos e revisão bibliográfica. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 35, p. 112-126, jan./jul. 2013.

109. CASTRO, Cloves Alexandre de; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; SCHENKEL, Cladecir Alberto. História socioespacial do trabalho no Brasil, educação profissional tecnológica e a questão regional. **Revista Labor**, v. 1, n. 24, p. 331–355, 2020.

110. CASTRO, Lucas Crivelenti e. **Novíssima dependência: a subordinação brasileira ao imperialismo no contexto do capitalismo financeirizado**. 2019. 174f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP). 2019.

111. CASTRO, Luciana M. F. B. de; MELLO, Leonardo Freire de. Desenvolvimento regional do Vale do Paraíba paulista – algumas considerações. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 15., 2011. **Anais do…**. São José dos Campos: UNIVAP, 2011. p.1-4.

112. CAVALCANTE, Gilene Moura. Mercado imobiliário em Natal/RN: habitus e produção de territorialidades. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14., 2011. **Anais do…**. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011. p.1-18.

113. CAVALCANTE, Lucas de Andrade Lira Miranda. **De camponês a "empresário rural" : o assentamento Jacaré-Curituba**. 2019. 172f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE). 2019.

114. CAVALCANTI, Lana de Souza. A metropolização e a segregação de cidades latino-americanas: Para contribuir na compreensão geográfica do espaço urbano contemporâneo. **Anekumene**, n. 1, p. 58–113, 2011.

115. CEZARIO, Raquel Chaffin; CAETANO, Rodrigo da Costa. Metrópoles brasileiras: o reflexo da segregação sócio-espacial. In: ENCONTRO DE GEOGRAFIA, 3., 2010. **Anais do…**. Campos dos Goytacazes: IFF, 2010. p.1-8.

116. CHAVEIRO, Eguimar Felício. Ensaio para uma idéia de região no ensino de geografia. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 9, n. 1, p. 98–111, 1990.

117. CLAUDINO, Guilherme dos Santos. Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em geografia no Brasil. **REVISTA NERA**, n. 36, p. 13–35, 2017.

118. COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. A soberania alimentar e a releitura do conceito de região pela geografia. **Caminhos de Geografia**, v. 19, n. 68, p. 372–388, 2018.

119. COCCO, Rodrigo Giraldi; SILVEIRA, Márcio Rogério. Sistemas de transporte público coletivo e interações espaciais em Marília e Presidente Prudente. **Journal of Transport Literature**, v. 5, n. 3, p. 16–44, Abr. 2011.

120. COELHO, João Vitor Sandri. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva no México: o caso da indústria maquiladora do setor automobilístico**. 2020. 58f. Monografia (Graduação em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC). 2020.

121. COELHO, João Vitor Sandri; MACHADO, Edson de Morais. Notas Sobre as Bases da Formação Socioespacial Latino-americana. **Caderno de Geografia**, v. 30, n. 60, p. 21–33, 2020.

122. CONTE, Cláudia Heloiza. **Gênese e dinâmica das aglomerações urbanas de fronteira: Uruguaiana e Paso de los Libres, Corumbá, Puerto Suárez e Puerto Quijarro, Foz do Iguaçu, Ciudad del Este, Hernandarias, Presidente Franco e Puerto Iguazú**. 2017. 359f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual de Londrina, Londrina (PR). 2017.

123. CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. Os limites do desenvolvimento e do turismo. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 21, n. 2, p. 25–46, 2001.

124. CORIOLANO, Luzia Neide; ALMEIDA, Humberto Marinho de. O turismo rural no semiárido do Nordeste brasileiro. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 13., 2011. **Anais do…**. San José: EGAL, 2011. p.1-21.

125. CORIOLANO, Luzia Neide; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Territórios solidários latino americanos e turismo comunitário no rebatimento aos megaempreemdimentos transnacionais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 12., 2012. **Anais do…**. Bogotá: Geocrítica, 2012. p.1-12.

126. CORIOLANO, Luzia Neide; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Discursos e concepções teóricas do desenvolvimento e perspectivas do turismo como indução. In: BRASILEIRO, Maria Dilma Simões; MEDINA, Júlio César Cabrera; CORIOLANO, Luzia Neide (org.). **Turismo, cultura e desenvolvimento**. Campina Grande: EDUEPB, 2012. pp. 49-73.

127. CORIOLANO, Luzia Neide; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. Região, desenvolvimento regional e turismo comunitário. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 1, n. 1, p. 95–111, 2013.

128. CORNETTA, Andrei. **Entre o clima e a terra: uma abordagem geográfica da "economia de baixo carbono" na Amazônia Legal**. 2017. 429f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo (SP). 2017.

129. CORRÊA, Alexandre de Souza. Transformações regionais sob a ótica da divisão territorial do trabalho: uma abordagem sobre o estado de Mato Grosso do Sul. **ENTRE-LUGAR**, v. 2, n. 4, p. 39–64, 2011.

130. CORREIA, Débora Luzia Moura; ALMEIDA, Jacqueline Praxedes. A representação da pobreza urbana no livro didático de geografia do ensino médio. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 24, p.36, 2020.

131. COSTA, Delismar Palmeira. O espaço subdesenvolvido. **Revista Tocantinense de Geografia**, v. 8, n. 6, p. 84-98, out./dez. 2019.

132. COSTA, Emmanuel Raimundo. Grandes projetos amazônicos e configuração geográfica do Amapá. In: PORTO, Jadson Luís Rebelo; NASCIMENTO, Durbens Martins (org.). **Interações Fronteiriças no Platô das Guianas: novas construções, novas territorialidades**. Macapá: UNIFAP, 2010. p. 45-72.

133. COSTA, Everaldo Batista da. Da valorização do espaço à fragmentação articulada do território urbano: a cidade histórica para além dos limites do tombamento. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 14, n. 2, p. 9–32, 2010.

134. COSTA, Fábio Rodrigues da; ROCHA, Márcio Mendes. Nova dinâmica dos municípios do Paraná. **Mercator (Fortaleza)**, v. 13, p. 91–104, 2014.

135. COSTA, Gleice Kelly Gonçalves da. **A Amazônia ribeirinha e as políticas de desenvolvimento regional: o Baixo Tocantins no contexto da concepção e gestão do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região à Jusante da UHE Tucurui (PPDJUA)**. 2013. 201f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém (PA). 2013.

136. COSTA, Jean Henrique. Agricultura e Aventura no Brasil Colônia: breve ensaio a partir de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 9, n. 108, p. 134–144, 2010.

137. COSTA, Marcus Vinicius. **O Ensino de geografia geral e geografia regional nas escolas municipais de Campo Grande – MS: uma abordagem sobre a política de implementação da "lei do piso" e sua prática**. 2020. 134f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados (MS). 2021.

138. COSTA, Sandra Helena Gonçalves; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O estudo das questões ruralistas na geografia brasileira. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 13., 2011. **Anais do…**. San José: EGAL, 2011. p.1-22.

139. CRUZ, Murilo Saes da; GOUVEIA JUNIOR, Pedro. As transformações no mercado de trabalho no Brasil: reflexão sobre a atividade turística. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 130, p. 163–167, 2012.

140. CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. A geografia crítica e a economia política. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 22, n. 3, p. 492–503, 2018.

141. CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Desenvolvimento desigual e turismo no Brasil. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasilera de geografia**, n. 36, 2018.

142. CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, Monica; SILVEIRA, María Laura da. **América Latina:** cidade, campo e turismo. São Paulo: CLACSO, 2006.

143. CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de base comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

144. CRUZ, Valter do Carmo. Rio como espaço de referência identitária na Amazônia: considerações sobre a identidade ribeirinha. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14., 2011. **Anais do…**. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011. p.1-20.

145. CUNHA, Roberto César Costa. **Gênese e dinâmica da cadeia produtiva da soja no sul do Maranhão**. 2015. 221f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC). 2015.

146. CUNHA, Tássio Barreto. CARVALHAL, Marcelo Dornelis. Terra – água – trabalho: o agrohidronegócio e a transposição do rio São Francisco. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 15, n. 1, p. 70-94, jul. 2014.

147. DAMASCENA, Jutorides Alves. **A ebulição de uma fronteira: um estudo sobre as recentes transformações espaciais em Iaciara-GO**. 2003. 135f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Goiânia (GO). 2003.

148. DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. A cidade e o comércio ambulante: o caso de Fortaleza em evidência. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 11, p. 187–210, 1997.

149. DEUS, João Batista de. Transformações sócioespaciais e as diferenças regionais em Goiás. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005. **Anais do…**. São Paulo: EGAL, 2005. p.4143-4168.

150. DIAS, Fabrício Souza. **Análise da expansão do capital na pesca amapaense e suas conseqüências para a produção artesanal: uma abordagem geográfica**. 2005. 114f. Monografia (Graduação em Geografia), Universidade Federal do Amapá, Macapá (AP). 2005.

151. DIAS, Guilherme Vieira. **Trançando capitalismo, complexidade e ambiente no estudo da formação acadêmica em Ciências Ambientais**. 2019. 291f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ). 2019.

152. DIAS, Robson Santos. A questão regional fluminense e a agenda governamental do estado do Rio de Janeiro: da fusão (1974) até Moreira Franco (1991). In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 16., 2015. **Anais do…**. Belo Horizonte: ANPUR, 2015. p.1-16.

153. DIAS, Wagner da Silva. **A idéia de América Latina nos livros didáticos de geografia**. 2009. 129f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo (SP). 2009.

154. DINIZ FILHO, Luis Lopes. Contribuições e equívocos das abordagens marxistas na geografia econômica: um breve balanço. **Terra Livre**, n. 18, 2002.

155. DINIZ, Francisco Perpetuo Santos. A produção do espaço turístico na unidade de conservação de Mosqueiro, Belém –PA. **Papers do NAEA**, v. 28, n. 2, 2021.

156. DINIZ, Francisco Perpétuo Santos. Traduzindo o espaço nas ilhas de Ananindeua a partir da paisagem e lugar. **Revista GeoAmazônia**, v. 6, n. 12, p. 128–142, 2018.

157. DOTA, Ednelson Mariano; FERREIRA, Francismar Cunha. Evidências da metropolização do espaço no século XXI: elementos para identificação e delimitação do fenômeno. **Cadernos Metrópole**, v. 22, n. 49, p. 893–912, 2020.

158. DOTA, Ednelson Mariano; FERREIRA, Francismar Cunha. Reestruturação produtiva, divisão territorial do trabalho e migração no Espírito Santo. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 9., 2020. **Anais do…**. Virtual: ALAP, 2020. p.1-19.

159. DOURADO, José Aparecido Lima. **Modernização da Agricultura: expropriação camponesa e precarização do trabalho no agronegócio da manga em Livramento de Nossa Senhora (BA)**. 2010. 234f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Catalão (GO). 2010.

160. DUARTE, Claudio Roberto. **Literatura, geografia e modernização social. Espaço, alienação e morte na literatura moderna**. 2010. 335f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo (SP). 2010.

161. DUARTE, Ivonaldo Ferreira; MORETTI, Edvaldo César; ALMEIDA, Maria Geralda de. Desenvolvimento local: uma contribuição de Goiânia ao turismo de municípios próximos. In: ENCONTRO REGIONAL DE GEOGRAFIA, 9., 2005. **Anais do…**. Porto Nacional: EREGEO, 2005. p.1-17.

162. DUBA, Victor Hugo Correia. **As contradições nas tramas do cotidiano programado: a degradação da vida e a banalização do espaço na cidade de Itaboraí – RJ**. 2016. 152f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), 2016.

163. DUTRA JÚNIOR, Wagnervalter. **A geografia da acumulação – territórios do trabalho (abstrato) e da riqueza (abstrata): a espacialização da irracionalidade substantiva do capital.** 2010. 148f. Dissertação (Mestrado em Geografa), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE), 2010.

164. DUTRA JÚNIOR, Wagnervalter; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A geografia da acumulação – reflexões acerca dos territórios do trabalho abstrato e da riqueza abstrata. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 11, n. 1, 2010.

165. EDUARDO, Márcio Freitas. O agroartesanto em foco: contribuição para o estudo do tempo lento. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 2, n. 31, p. 95–123, 2009.

166. ELIAS, Denise. Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão. **REVISTA NERA**, n. 8, p. 29–51, 2009.

167. ELIAS, Denise. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. **Acta Geográfica**, v. 7, p. 13–32, 2014.

168. ELIAS, Denise. Territorialização do capital no espaço agrário cearense. **GEOGRAFIA**, v. 30, n. 2, p. 223–239, 2005.

169. ELIAS, Denise; MUNIZ, Alexsandra; BEZERRA, Juscelino. Agronegócio e reorganização das relações de trabalho agrícola no Baixo Jaguaribe (CE). **Revista Econômica do Nordeste**, v. 38, n. 1, p. 32–47, 2007.

170. EPIFANIA, Anderson Gomes da. Do “paraíso” as “facilidades”: o cotidiano, o planejamento e a polifonia dos espaços turísticos em Valença – Bahia. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 14., 2013. **Anais do…**. Lima: EGAL, 2013. p.1-20.

171. EPIFANIA, Anderson Gomes da. **A produção do espaço geográfico e o turismo: texturas, polifonia e interditos na Costa do Dendê, Bahia**. 2019. 236f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal (RN). 2019.

172. EVANGELISTA, Armstrong Miranda. **A região no ensino de geografia: fundamentos da prática professoral**. 2007. 231f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE). 2007.

173. FABRINI, João Edmilson. Contradições camponesas no Brasil. **Revista Campo-Território**, v. 13, n. 30 Ago., 2018.

174. FAJARDO, Sergio. Algumas discussões sobre a abordagem econômica do território na geografia e suas implicações no espaço rural. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 10, 2005.

175. FARIAS, Arethusa Eire Moreira de. **Os incomodados que resistem: contradições e territorialidades camponesas no Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa na Paraíba**. 2010. 132 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB), 2010.

176. FARIAS, Paulo Sérgio Cunha; SÁ, Alcindo José de. O cultivo e a produção de têxteis do algodão colorido em alguns espaços derivados do continente americano: de atividade complementar às tentativas de erradicação. **Revista de Geografia**, v. 25, n. 3, p. 85–107, 2008.

177. FAURO, Janice Costa da Silva; TONIOL, Fernanda Perdigão da Fonseca; SERRA, Elpídio. Técnicas agrícolas, preservação e impactos ambientais na região oeste do Paraná. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 36, p. 302–321, 2016.

178. FELIPE JÚNIOR, Nelson Fernandes. **Dinâmica econômica e recentes transformações no transporte marítimo de cabotagem e longo curso no Brasil: alguns apontamentos sobre a modernização portuária no Estado de São Paulo**. 2012. 310f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP). 2012.

179. FERNANDES, Julio Francisco Alves; ARAÚJO, Ana Paula Correia de; RIBEIRO, Mara Aline. O Pantanal por elas: o trabalho da mulher pantaneira no turismo. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 21, n. 1, p. 33–45, 2021.

180. FERNANDES, Silvia Aparecida de Sousa. O ensino de geografia e o conceito de região. **Plures Humanidades**, ano 2, n. 1, p. 180-195, 2001.

181. FERRARI, Carlos Alberto. **Dinâmica territorial na(s) fronteira(s): um estudo sobre a expansão do agronegócio e a exploração dos brasiguaios no norte do Departamento de Alto Paraná-Paraguai**. 2009. 213f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados (MS). 2009.

182. FERRAZ, Rafael de Abreu. **Paisagem e patrimônio: a atividade turística no município de Vassouras (RJ)**. 2011. 103f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ). 2011.

183. FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de. Metropolização do espaço, gestão territorial e relações urbano-rurais: algumas interações possíveis. **Geo UERJ**, v. 2, n. 25, p. 477–504, 2014.

184. FERREIRA, Francismar Cunha. Os arranjos espaciais produtivos: um debate inicial a partir da Petrobras. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 16., 2019. **Anais do…**. Vitória: SIMPURB, 2019. p.1-19.

185. FERREIRA, Francismar Cunha; ZANOTELLI, Cláudio Luiz. Circuito espacial da produção e o círculo de cooperação da indústria do petróleo: O caso da Petrobras. **Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica**, n. 20, 2020.

186. FERREIRA, Gustavo Henrique CEPOLINI. O agronegócio no Brasil e a produção capitalista do território. **Geografia em Questão**, v. 5, n. 1, 2012.

187. FERREIRA, Lucas dos Santos. Considerações sobre o paradigma interpretativo de formação social. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 13., 2011. **Anais do…**. San José: EGAL, 2011. p.1-12.

188. FERREIRA, Lucas dos Santos. **Desenvolvimento econômico e questão nacional na Argentina**. 2014. 156f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo (SP). 2014.

189. FERREIRA, Lucas dos Santos. **Desenvolvimentismo latino-americano no século XXI: os casos de Argentina e Brasil**. 2017. 178f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC). 2017.

190. FERREIRA, Luzivan dos Santos Gonçalves. **Gênero de vida ribeirinho na Amazônia: reprodução socioespacial na região das ilhas de Abaetetuba - PA**. 2013. 149f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém (PA). 2013.

191. FERREIRA, Nilzete; MIRANDA, Antonio Carlos de. O espaço público urbano: uma história de lutas e desafios. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 1, n. 3, 2013.

192. FERREIRA, Wladimir Jansen. Uma análise do conceito de natureza das sociedades e uma crítica ao reformismo dos movimentos ambientalistas. **Terra Livre**, v. 2, n. 41, p. 67–100, 2013.

193. FIALHO, Aline Farias; MOREIRA, Mariana Lemos; BENEDICTIS, Nerêida. A categoria de análise "região" discutida sob a ótica da teoria do desenvolvimento desigual e combinado e sua (des)discussão no livro didático de geografia do 7o ano do ensino fundamental. In: COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO, 9., 2011. **Anais do…**. Vitória da Conquista: Museu Pedagógico, 2011. p.75-88.

194. FINATTI, Rodolfo. Condomínios empresariais: iniciativas de origem imobiliária e sua expansão no território paulista. In: SPOSITO, Eliseu Savério. **O novo mapa da indústria no início XXI**. São Paulo: UNESP, 2015. p. 71-108.

195. FONSECA, Antonio Angelo Martins da. Em torno do conceito de região. **Sitientibus**, n. 21, p. 89-100, jul./dez. 1999.

196. FONSECA, Maria Aparecida Pontes. Turismo e divisão territorial do trabalho no Polo Costa do Sol/RJ. **Mercator**, v. 10, n. 21, p.121-132, 2011.

197. FONTES, Marilia Andrade. **Nós aqui somos um barco de aprender com o outro: redes de agroecologia na construção da autonomia camponesa**. 2019. 180f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE). 2019.

198. FORTUNA, Denizart da Silva. **Circulação e territorialidade econômica: a (re) ordenação do territorial no eixo médio matogrossense da Rodovia Federal 163 (Cuiabá-Santarém)**. 2006. 291f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ). 2006.

199. FRABETTI, Giancarlo Livman. Apontamentos para uma abordagem dialética das relações cidade-campo: do modelo clássico aos novos desafios. **Agrária (São Paulo. Online)**, n. 5, p. 139–169, 2006.

200. FRANÇA FILHO, Astrogildo Luiz de; ANTUNES, Charlles da França; COUTO, Marcos Antonio Campos. Alguns apontamentos para uma crítica da EAD na educação brasileira em tempos de pandemia. **Revista Tamoios**, v. 16, n. 1, 2020.

201. FREDERICO, Samuel. Globalização, competitividade e regionalização: a cafeicultura científica globalizada no território brasileiro. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 18, n. 1, p. 55–70, 2014.

202. FREITAS, Nacelice Barbosa. Desenvolvimento territorial e modernização industrial: uma leitura sobre o sertão brasileiro In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 13., 2011. **Anais do…**. San José: EGAL, 2011. p.1-13.

203. FREITAS, Nacelice Barbosa. **O descoroamento da Princesa do Sertão : de "chão" a território, o "vazio" no processo de valorização do espaço**. 2014. 415f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE). 2014.

204. FRESCA, Tânia Maria. Rede urbana e divisão territorial do trabalho. **GEOGRAFIA (Londrina)**, v. 19, n. 2, p. 115–126, 2010.

205. FUINI, Lucas Labigalini. Desenvolvimento e arranjos produtivos locais: concepções e inter-relações. **GEOGRAFIA (Londrina)**, v. 20, n. 2, p. 151–164, 2011.

206. FUSCALDO, Wladimir C. A geografia e a educação ambiental. **GEOGRAFIA (Londrina)**, v. 8, n. 2, p. 105–111, 1999.

207. GALVÃO, Altair Aparecido; RODRIGUES, Ana Lúcia; TONELLA, Celene. Reestruturação socioespacial do território metropolitano: o caso do PAC Santa Felicidade em Maringá-PR. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12., 2009. **Anais do…**. Montevideo: EGAL, 2009. p.1-12.

208. GAWENDA, Romilda Laurindo Oliveira. **Análise regional do Norte Araguaia Mato-grossense : das políticas de desenvolvimento à construção de territorialidades**. 2011. 274f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá (MT). 2011.

209. GEMELLI, Diane Daniela. **Mobilidade territorial do trabalho como expressão da formação do trabalhador para o capital: Frigorífico de Aves da Copagril de Marechal Cândido Rondon/PR**. 2011. 262f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão (PR). 2011.

210. GEMELLI, Diane Daniela. Novos territórios de acumulação do capital avícola: as marcas territoriais para o trabalho. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014. **Anais do…**. Vitória: AGB, 2014. p.1-12.

211. GEMELLI, Diane Daniela. Expressões territoriais do monocultivo de pinus em Calmon/SC. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 18., 2016. **Anais do…**. São Luís: AGB, 2016. p.1-11.

212. GESTEIRA, Luiz André Maia Guimarães. **A ação estado-capital na produção do espaço e a expropriação das comunidades tradicionais no município de Barra dos Coqueiros/SE**. 2017. 158f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE). 2017.

213. GHIZZO, Márcio Roberto; RIBEIRO, Vitor Hugo. O trabalho no setor terciário do aglomerado urbano de Maringá-PR: algumas considerações. **REVISTA MIRANTE**, v. 9, n. 2, dez. 2016.

214. GIAVAROTTI, Daniel Manzione. Leituras sobre a prática da autoconstrução na formação das periferias de uma São Paulo em metropolização. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 16., 2019. **Anais do…**. Vitória: SIMPURB, 2019. p.1-19.

215. GIRALDI COCCO, Rodrigo. **Interações espaciais e sistemas de transporte público: uma abordagem para Bauru, Marília e Presidente Prudente**. 2011. 265f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP). 2011.

216. GIROTTO, Eduardo Donizeti. Entre o abstracionismo pedagógico e os territórios de luta: a base nacional comum curricular e a defesa da escola pública. **Horizontes**, v. 36, n. 1, p. 16–30, 2018.

217. GODINHO, Gustavo. A "emergência" do planejamento estratégico das cidades. **GEOPUC – Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio**, v. 3, n. 6, p. 1-32, 2011.

218. GODOY, Paulo. Considerações sobre o imperialismo na tradição da teoria marxista da geografia. **Revista Tamoios**, v. 11, n. 2, 2015.

219. GODOY, Paulo. Categorias marxistas e análise do processo de valorização capitalista do espaço. **Formação (Online)**, v. 25, n. 45, 2018.

220. GODOY, Paulo Roberto Teixeira. METRÓPOLE E FANTASMAGORIA. **GEOGRAFIA**, v. 44, n. 2, p. 233–249, 2019.

221. GODOY, Tatiane Marina Pinto de. A construção de espaços democráticos e participativos: a Economia Solidária nas estratégias de desenvolvimento territorial urbano. In: SEMINARIO INTERNACIONAL DEL COMITÉ ACADÉMICO DE PROCESOS COOPERATIVOS Y ASOCIATIVOS DE LA ASOCIACIÓN DE UNIVERSIDADES DEL GRUPO MONTEVIDEO, 8., 2012. **Anais do…**. Buenos Aires: Grupo Montevideo, 2012. p.6-9.

222. GOETTERT, Jones Dari; MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. Por caminhos e andanças indígenas (a geobricolagem como trilha). **REVISTA NERA**, v. 23, n. 54, p. 303–329, 2020.

223. GOIS, Douglas Vieira; FIGUEIREDO, Miguel Luiz Ferreira Guimarães de; BARBOSA, Edson; *et al*. O processo de apropriação da natureza no espaço urbano em cidades tropicais: problematizando a distribuição de áreas verdes em Aracaju (SE). **Natural Resources**, v. 2, n. 1, p. 44–67, 2012.

224. GOMES, Carlos Marcelo Maciel. **A política dos arranjos produtivos locais na busca sisifiana pelo desenvolvimento**. 2014. 168f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE). 2014.

225. GOMES, Nayhara Freitas Martins. Flexibilizando as fronteiras entre o campo e a cidade: aproximação dos modos de vida rurais e citadinos através dos padrões de consumo. **Cadernos do Leste**, v. 16, n. 16, 2016.

226. GOMES NETO, João Ferreira. Do matriz das promessas ao esmaecer da realidade: um olhar sobre a relação capital x trabalho x natureza em carvoarias. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 11, n. 2, 2010.

227. GOMES NETO, João Ferreira. A subjugação do trabalho e da natureza aos (des) mandos do capital: um estudo de caso nas carvoarias do município de Cândido Sales – BA. In: RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; SANTOS, Laiany Rose Souza. **Questão agrária e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras expressões, 2016. p. 57-80.

228. GOMES, Sueli de Castro. A mobilidade do trabalho na metrópole: as mulheres cafezeiras no centro de abastecimento da cidade de São Paulo. **Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM.**, n. 14, 2007.

229. GOMES, Sueli de Castro. Uma inserção dos migrantes nordestinos em São Paulo: o comércio de retalhos. **Imaginário**, v. 12, n. 13, p. 143–169, 2006.

230. GONÇALVES, Márcio Teixeira. **As articulações escalares da indústria de confecções em Cianorte - PR**. 2011. 169f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual de Maringá, Maringá (PR). 2011.

231. GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Expansão dos grandes empreendimentos de mineração e territórios em disputa no cerrado goiano (Goiás/Brasil). **Sociedade e Território**, v. 27, n. 2, p.206–228, 2015.

232. GONÇALVES, Marcelino Andrade; RIBEIRO, Júlio Cezar; IKUTA, Flávia Akemi. Sepultados vivos: antagonismos e brechas socioambientais para os trabalhadores catadores perante a produção destrutiva global do capital. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 17, n. 1, p. 124-142, jul. 2016.

233. GOUVEIA, Alessandra de Souza. **As escolas no campo do município de Quirinópolis – GO e os efeitos causados pela territorialização do setor sucroenergético**. 2019. 120f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG). 2019.

234. GUSMÃO, Adriana David Ferreira. **Indústria, capital e formação da força de trabalho para a produção alimentícia em Vitória da Conquista – BA**. 2017. 246f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE). 2017.

235. HAESBAERT, Rogério. Região: O resgate de uma identidade. **Revista Geográfica**, n. 105, p. 181–188, 1987.

236. HAESBAERT, Rogério. Rio Grande do Sul: uma proposta de regionalização. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 10, n. 1, 1983.

237. HAESBAERT, Rogério. Região: trajeto e perspectivas. In: JORNADA DE ECONOMIA REGIONAL COMPARADA, 1., 2005. **Anais do…**. Porto Alegre: FEE-RS, 2005. p.1-15.

238. HECK, Fernando Mendonça. Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território. **REVISTA NERA**, n. 33, p. 98–118, 2016.

239. HELFENSTEIN, Adriano Michel. **A influência das redes geográficas no atual estágio de desenvolvimento do município de Oiapoque - Amapá**. 2019. 207f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Goiânia (GO). 2019.

240. HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. **Mercator**, v. 12, n. 2, p.103-112, 2013.

241. HORTA, Célio. Geografia política mundial: (des)ordem teórica? **Revista GeoNordeste**, n. 1, p. 114–132, 2017.

242. IKUTA, Fernanda Keiko; CANDIDO, Mariana Nunes; MENEGHINI, Giovanna; *et al*. Agricultura camponesa e agroecológica, alimentando a r-existência para além da pandemia. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 21, n. 3, p. 332–360, 2020.

243. IKUTA, Fernanda Keiko. **Práxis e dinâmica territorial da luta pela moradia: articulações, contradições e possibilidades no âmbito do conflito capital x trabalho**.

2008. 321f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP). 2008.

244. INOCÊNCIO, Maria Erlan. Geopolítica e redes de poder: uma proposta metodológica para as pesquisas de campo no cerrado brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012. **Anais do…**. Uberlândia: ENGA, 2012. p.1-18.

245. ISMAEL, Vinicius de Paula. Discussão sobre as diferentes abordagens teóricas para o estudo das migrações e da mobilidade do trabalho. **GEOGRAFIA**, v. 45, n. 2, p. 235–259, 2020.

246. JABBOUR, Elias Marco Khalil. **Projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado na China de hoje**. 2010. 389f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo (SP). 2010.

247. JORDÃO, Gabriela Fernandes. **As disputas em torno do cidadão: a reestruturação urbana, as políticas curriculares e a formação do jovem na cidade - qual o papel da geografia escolar?** 2020. 140f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP). 2020.

248. JUNQUEIRA, Victor Hugo. Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto – SP. **REVISTA NERA**, n. 31, p. 51–71, 2016.

249. JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Educação, trabalho e ideologia : análise da relação agronegócio e educação na região de Ribeirão Preto SP**. 2014. 212f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos (SP). 2015.

250. JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades pequenas e indústria: contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente-SP**. 2011. 282f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP). 2011.

251. KATUTA, Ângela Massumi. Reformas educacionais: retrocessos e resistências na atual conjuntura brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 4, n. 42, p. 14–44, 2020.

252. KNIHS, Daniele Cristina. **Ciência e tecnologia enquanto forças produtivas como instrumento de dominação nas relações centro-periferia**. 2017. 184f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC). 2017.

253. KUDLAVICZ, Mieceslau. A Eucaliptização da Microrregião de Três Lagoas. **Revista Trilhas da História**, v. 2, n. 3, p. 46–66, 2012.

254. LACERDA, Adriano Costa. **Reestruturação espacial do setor tritícola no Brasil e o desenvolvimento do mercado de biscoitos e massas alimentícias**. 2017. 115f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão (PR). 2017.

255. LACERDA JÚNIOR, Benjamin de. **Territórios e políticas públicas espaciais do agronegócio no município de Rio Verde - GO**. 2011. 265f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Goiânia (GO). 2011.

256. LAUREANO, Julia Gabriela Valverde; NASCIMENTO JUNIOR, Lindberg. Território e territorialização no continente africano. **PESQUISAR – Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia**, v. 7, n. 13, p. 41–56, 2020.

257. LEAL, Manuela Nunes; FRANÇA, Vera Lúcia Alves. Modernização e reestruturação da produção agrícola e a organização do espaço agrário brasileiro. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 13., 2011. **Anais do…**. San José: EGAL, 2011. p.1-15.

258. LEAL, Victor Andrade Silva; SOUZA, Suzane Tosta. Trabalho e alienação dos sujeitos produtores da sociedade. In: JORNADA DO TRABALHO, 13., 2012. **Anais do…**. Presidente Prudente: CEGET, 2012. p.1-16.

259. LEITE, Ana Carolina Gonçalves. Formação regional e formação do território nacional como momentos contraditórios do processo de territorialização do capital. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 92, 2012.

260. LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira. Uso do território e investimento público. **GeoTextos**, v. 2, 2006.

261. LEME, Simone Maria. As estratégias de resistência camponesa na contemporaneidade: **Revista Campo-Território**, v. 13, n. 30 Ago., 2018.

262. LEMOS, Linovaldo Miranda. As correntes da Geografia e o movimento de idéias em torno da região. **Revista Geografias**, p. 26–36, 2005.

263. LETTA, Bárbara Regina Bertoni. **Imposição do trabalho abstrato pelo capital na modernização periférica brasileira: uma proposta reflexiva**. 2014. 92f. Monografia (Graduação em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Ourinhos (SP). 2014.

264. LIMA, Átila de Manezes; AMORA, Zenilde Baima. Debates acerca da Geografia Histórica e da Geo-História: elementos para a análise espaço-temporal. **Espaço Aberto**, v. 2, n. 2, p. 51–72, 2012.

265. LIMA, Danicio Soares de. **Ensino de geografia e música: uma prática pedagógica em geografia com o auxílio do xote e baião nordestinos**. 2014. 59f. Monografia (Graduação em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Ourinhos (SP). 2014.

266. LIMA, Débora Assumpção e; NÓBREGA, Mariana Leal Conceição; ALVES, Vicente Eudes Lemos. perspectivas do plano de desenvolvimento agropecuário do MATOPIBA, avanço do cultivo da soja e ajuste espacial. In: SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS, 7., 2016. **Anais do…**. Araraquara: UNIARA, 2016. p.1-12.

267. LIMA, José Renato de. Contradições na produção do espaço rural brasileiro: modernização do campo, espacialização da pobreza e resistência. **Revista GeoNordeste**, n. 1, p. 136–156, 2012.

268. LIMA, Lucas Gama. A dinâmica espacial do imperialismo no século XXI. **Revista Espaço e Geografia**, v. 19, n. 2, 2016.

269. LIMA, Lucas Gama. **A dinâmica imperialista contemporânea : capital sem fronteiras e sua (ir)racionalidade apátrida**. 2015. 303f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE). 2015.

270. LIMA, Lucas Gama. Imperialismo em foco: capital financeiro e recrudescimento da expropriação. **Revista de Geografia**, v. 34, n. 2, 2017.

271. LIMA, Lucas Gama; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A produção do espaço e da escala pelo capital. **Contra a Corrente: Revista Marxista de Teoria, Política e História Contemporânea**, v. 3, p. 1-5, 2010.

272. LIMA, Lucas Gama; SILVA, Genilda Maria da; FEITOZA, Gleiton do Nascimento. Mobilidade espacial do trabalho: redundantes do Sertão de Alagoas como parte da reprodução do capital. **Caderno de Geografia**, v. 28, n. 55, p. 1103–1121, 2018.

273. LIMA, Maria Messias Ferreira. Agricultura familiar camponesa no semiárido cearense: o desenvolvimento rural desigual e combinado como corolário da expansão capitalista no campo. **REVISTA NERA**, n. 49, p. 271–296, 2019.

274. LIMA, Maria Messias Ferreira. **Desenvolvimento rural desigual e combinado no espaço agrário cearense: elementos para a autonomia, subordinação ou exclusão da agricultura familiar camponesa nas áreas de assentamentos rurais**. 2020. 268f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB). 2020.

275. LIMA, Naíla Kelly do Nascimento. **Artesanato como exemplo de trabalho informal em uma região econômica periférica: uma análise geográfica do aglomerado produtivo de palhas e bordados da região norte do Piauí**. 2015. 202f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP). 2015.

276. LIMA, Silvana Lúcia da Silva. A resignificação do mundo rural frente a reestruturação produtiva do campo brasileiro. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 7, n. 1, p. 17–41, 2009.

277. LIMA, Átila de Menezes; OLIVEIRA FILHO, João César Abreu de. Reflexões teórico-metodológicas: a escala dialética universal – particular–singular no contexto da produção do conhecimento geográfico. In: GOMES, Ingrid Aparecida (org.). **A produção do conhecimento geográfico 3**. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. p. 1-12.

278. LIMONAD, Ester. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. **GEOgraphia**, v. 1, n. 1, p. 71–91, 1999.

279. LISBOA, Josefa Bispo de. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste : políticas públicas na (dis)simulação da esperança.** 2007. 272f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE). 2007.

280. LISBOA, Josefa Bispo de; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Desenvolvimento local como simulacro do envolvimento: o novo-velho sentido do desenvolvimento e sua funcionalidade para o sistema do capital. **Terra Livre**, v. 2, n. 29, 2007.

281. LISBOA, Josefa Bispo de. O discurso do desenvolvimento do/no capitalismo: à propósito da tese marxista. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 6, n. 10, 2004.

282. LIZARAZO, Robinzon Piñeros. Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho. **REVISTA NERA**, n. 36, p. 58–81, 2017.

283. LOMARDO, Juan. **Currículo crítico? Uma investigação acerca do currículo paulista de geografia no Enisno Médio**. 2017. 115f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos (SP). 2017.

284. LOPES, Gabriel Oliveira. **Novos espaços: os condomínios logísticos e a expansão capitalista no município de Seropédica (RJ)**. 2018. 150f. Dissertação (Mestrado em Geografa), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ). 2018.

285. LOPES, Rita de Cássia Ribeiro; SOUZA, Suzane Tosta. Das políticas habitacionais ao direito à cidade: reflexões sobre a produção contraditória da cidade de Vitória da Conquista/BA. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 18, n. 3, p. 153-175, set./dez. 2017.

286. LOPES JÚNIOR, Wilson Martins. Turismo, transportes e regionalização: considerações geográficas. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 26, 2012.

287. LUCENA, Bruna Barbosa de. **A regionalização na elaboração de estratégias de desenvolvimento da microrregião Vão do Paranã – GO**. 2012. 58f. Monografia (Graduação em Geografia), Universidade de Brasília, Brasília (DF). 2012.

288. LUEDEMANN, Marta da Silveira. As transformações recentes em Mato Grosso. **Geografia e Pesquisa**, v. 3, n. 1, 2009.

289. LUIGI, Ricardo. **A integração regional na América do Sul : a efetividade da União das Nações Sul-Americanas (Unasul)**. 2017. 211f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP). 2017.

290. MACEDO, Cátia Ovileira; SOUZA, Rafael Benevides. Produzir para viver: trabalho e produção camponesa na comunidade de São Judas - PA. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 24, n. 35, p. 291–310, 2011.

291. MACHADO, Bruno Caldas. **A região transnacional entre Brasil, Colômbia e Peru como escala de análise para a tríplice fronteira**. 2014. 175f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM). 2014.

292. MACHADO, Silvio Marcio Montenegro. **Sementes da luta pela terra na fronteira Brasil-Uruguai: os limites e possibilidades da atividade camponesa em Santana do Livramento-BR e Bella Unión-UY**. 2014. 260f. Dissertação (Mestrado em Geografa), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC). 2014.

293. MALTA, Judson Augusto Oliveira. **Fitogeografia urbana e condicionantes socioambientais em Aracaju-SE (1978-2018)**. 2018. 175f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE). 2018.

294. MARCHESE, Vinicius Francisco. A conformação do espaço capixaba e a produção de um desenvolvimento geográfico desigual. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 18., 2016. **Anais do…**. São Luís: AGB, 2016. p.1-11.

295. MARCHESE, Vinicius Francisco. **Muniz Freire e o desenvolvimento geográfico desigual no Espírito Santo a construção de uma herança político-ideológica no território capixaba**. 2017. 177f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Espírito Santos, Vitória (ES). 2017.

296. MARIGHETTI, Alex; SPOSITO, Eliseu Savério. A formação dos pólos tecnológicos e seu papel no processo de desenvolvimento territorial no município de São Carlos/SP. **Geografia em Atos (Online)**, v. 1, n. 9, 2009.

297. MARINHO, Gilberto Viana; REGO, José Alfredo Gomes do; LOIOLA, Sérgio Almeida; CALAÇA, Manoel; SILVA, Welington Ribeiro da. Impactos sócio-ambientais no cerrado: o caso da microrregião sudoeste do estado de Goiás, Brasil. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 8., 2001. **Anais do…**. Santiago do Chile: EGAL, 2001. p.1-8.

298. MARINHO, Isis. Processo de regionalização do noroeste fluminense. **Revista Tamoios**, v. 13, n. 2, 2017.

299. MARQUES, Leônidas de Santana. Contribuições da história intelectual como abordagem investigativa para história da geografia. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 13., 2019. **Anais do…**. São Paulo: ANPEGE, 2019. p.1-13.

300. MARQUES, Leônidas de Santana. Contribuições de Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Florestan Fernandes para pensarmos o desenvolvimento capitalista no século XXI. **PerCursos**, Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 272-300, mai./ago. 2020.

301. MARQUES, Marta Inez Medeiros. Geografia agrária crítica: um pouco de história. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 22, n. 3, p. 504–514, 2018.

302. MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, n. 18, p. 95–112, 2002.

303. MARTINS, Alex Perim. **O MST e a produção de sementes agroecológicas: possibilidades para um processo de reprodução do campesinato em novas bases**. 2018. 168f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG). 2018.

304. MARTINS, Alexandre Luís Ponce. Por que ensinar uma geografia crítica? **REVISTA PERCURSO**, v. 11, n. 1, p. 199–206, 2019.

305. MARTINS, Alexandre Luís Ponce; PRESTES, Vivian Rafaella. Mobilidade e xenofobia: considerações da geografia à psicanálise. **REVISTA PERCURSO**, v. 9, n. 1, p. 25–39, 2017.

306. MARTINS, César Augusto Ávila. Empresas na pesca e aquicultura: anotações do uso do território. **Terra Livre**, v. 2, n. 21, p. 213–233, 2003.

307. MARTINS, Cesar Augusto Ávila. **Indústria da pesca no Brasil: o uso do território por empresas de enlatamento de pescado**. 2006. 241f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC). 2006.

308. MARTINS, Cesar Augusto Ávila. Geografia, economia e planejamento na obra de Manuel Correia de Andrade. **Geosul**, v. 26, n. 51, p. 9–37, 2011.

309. MARTINS, Daniel Fernando Queiroz. **Turismo e desenvolvimento local no Pantanal da Transpantaneira : realidade ou utopia?** 2019. 256f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba (PR). 2019.

310. MARTINS, Dayana Nunes. **A centralidade urbana de Itaporanga/PB: um estudo de regionalização da influência econômica em uma pequena cidade**. 2017. 64f. Monografia (Graduação em Geografia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB). 2017.

311. MARTINS, Elvio Rodrigues. As dimensões do geográfico: da quantidade à qualidade; do ente ao ser. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 24, n. 1, p. 8–26, 2020.

312. MARTINS, Marcelino Aguiar. Controvérsia acerca do conceito de capital e capitalismo: uma contribuição desenvolvida a partir da abordagem teórica do filósofo húngaro István Mészáros. In: SEMANA DE ECONOMIA DA UESB, 15., 2017. **Anais do…**. Vitória da Conquista: UESB, 2017. p.1-21.

313. MATIAS, Lindon Fonseca. Sistema de Informações Geográficas (SIG): ainda a questão de método. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 7, n. 1, p. 21–33, 2003.

314. MATIAS, Lindon Fonseca. Por uma economia política das geotecnologias. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005. **Anais do…**. São Paulo: EGAL, 2005. p.8879-8899.

315. MATIAS, Lindon Fonseca; GALINDO, Cinthia A. Geoprocessamento aplicado à análise das transformações no uso da terra no município de Paulínia – São Paulo, Brasil. **Revista Engenharia Civil**, n. 40, p. 17-26, 2011.

316. MATUK, Fernanda Ayaviri; MAGNO, Lucas. Território e territorialidade durante a consolidação de assentamentos rurais: assentamento Olga Benário,Visconde do Rio Branco, MG. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16., 2010. **Anais do…**. Porto Alegre: AGB, 2010. p.1-11.

317. MEDEIROS, Marlon Clovis. Marxismo e análise regional: perseguindo o capital. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 22, p. 223–232, 2000.

318. MELO, Danilo Souza. A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade. **REVISTA NERA**, n. 39, p. 133–160, 2017.

319. MELO, Danilo Souza. Características e contradições das cidades no contexto do agronegócio: uma análise das cidades de Sapezal (MT) e Chapadão do Sul (MS). **REVISTA GEOGRAFAR**, v. 11, n. 2, p. 41–66, 2017.

320. MELO, Danilo Souza. **Geografia das ocupações e manifestações em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (2000 – 2012)**. 2015. 133f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas (MS). 2015.

321. MELO, Sandro Cristiano de. Assentamento Canudos - GO e a relação cidade-campo nas sociedades complexas globalizadas. **Ateliê Geográfico**, v. 3, n. 2, p. 126–148, 2009.

322. MELO, Danilo Souza. Manifestações em Mato Grosso do Sul: uma discussão sobre a relação campo-cidade a partir dos dados DATALUTA. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 2013. **Anais do…**. João Pessoa: SINGA, 2013. p.1-23.

323. MELO, Nágela Aparecida de; SOARES, Beatriz Ribeiro. Pequenas cidades: reflexões sobre questões sócio-ambientais. **Caminhos de Geografia**, v. 12, n. 37, 2011.

324. MELO FILHO, Arnaldo Barbosa de. Um olhar geográfico sobre a feira de tradições nordestinas: o proeja no Colégio Pedro II. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014. **Anais do…**. Vitória: AGB, 2014. p.1-11.

325. MENDES, Estevane de Paula Pontes. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão**. 2005. 294f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP). 2005.

326. MENDES, Marília Colares. Intervenções urbanas em frentes de água e reestruturação urbana na área portuária da cidade de Fortaleza, Ceará – Brasil. **Élisée**, v. 6, n. 2, p. 154-174, jul./dez. 2017.

327. MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Trabalho e dinâmicas territoriais no campo: os povos cerradeiros na luta por um território livre. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 12, n. 2, 2011.

328. MENDOZA, Luís Gabriel Menten. Do campo à reflexão: entre o território e as territorialidades de Diamante do Norte-PR. **REVISTA PERCURSO**, v. 5, n. 1, p. 145–252, 2013.

329. MENDOZA, Luís Gabriel Menten. **Lógica do capital na Bolívia e resistência popular: das lutas pela emancipação e desenvolvimento ao governo do MAS**. 2016. 294f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP). 2016.

330. MENDOZA, Luís Gabriel Menten; SOUZA, Angelita Matos. Contribuições do pensamento de Leon Trotsky para a integração da América Latina: primeiras notas para discussão. In: SEMANA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA, 2., 2014. **Anais do…**. São Carlos: UFSCar, 2014. p.1-20.

331. MENEZES, Eduardo Pimentel. Educação a distância sob o ponto de vista espaço/tempo. P**esquisa & Educação a Distância**, n. 5, 2015.

332. MENEZES, Hilário José. **A produção do espaço e a relação rural urbano : do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), em Vitória da Conquista - BA**. 2011. 140f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE). 2011.

333. MENEZES, Maria Lucia Pires. O desafio da habitação social no Brasil e o pós-capitalismo: o caso do Jardim Caiçaras, em Juiz de Fora (MG). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 15., 2018. **Anais do…**. Barcelona: Geocrítica, 2018. p.1-16.

334. MESQUITA, Zilá Pedroso. Divisões regionais do Rio Grande do Sul: uma revisão. **Ensaios FEE**, v. 5, n. 2, p. 95–146, 1984.

335. MIRANDA, Gisele dos Santos de. A expansão de condomínios fechados em Campo Grande: uma análise da segregação socioespacial na cidade do Rio de Janeiro a partir do "Bairro" Rio da Prata. Revista **GeoPUC**, ano 2, n. 4. 2009.

336. MIRANDA, Rogerio Rego. **Interfaces do rural e do urbano em área de colonização antiga na Amazônia: estudo de colônias agrícolas em Igarapé-Açu e Castanhal (PA)**. 2009. 213f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém (PA). 2009.

337. MIRANDA, Rogerio Rego. Interfaces do rural e do urbano em área de colonização antiga na Amazônia: estudo de colônias agrícolas em Igarapé-açu e Castanhal (PA). **Revista Campo-Território**, v. 7, n. 14, 2012.

338. MIRANDA NETO, José Queiroz de. Redes e territórios na Amazônia: o estudo geográfico das estratégias territoriais das empresas de telefonia móvel no estado do Pará. **REVISTA GEOGRAFAR**, v. 4, n. 2, 2009.

339. MIZUSAKI, Márcia Yukari. Territorializaçao da avicultura no estado de Mato Grosso do Sul: o caso COOAGRI. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 6., 1997. **Anais do…**. Buenos Aires: EGAL, 1997. p.1-5.

340. MIZUSAKI, Márcia Yukari. **Monopolização do território e reestruturação produtiva na avicultura em Mato Grosso do Sul**. 2004. 356f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 2004.

341. MONERAT, Julio Cesar Pereira. Insustentabilidade do capital e potencialidades emancipatórias de um campesinato agroecológico. **Revista Campo-Território**, v. 10, n. 20, 2015.

342. MONERAT, Julio Cesar Pereira. **Potencialidades e limites da territorialidade camponesa agroecológica frente à insustentabilidade do capital**. 2014. 171f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG). 2014.

343. MONERAT, Julio Cesar Pereira. Relações contraditórias entre capitalismo e campesinato no Brasil: **Revista Campo-Território**, v. 12, n. 26 Abr., 2017.

344. MONTEIRO, Hugo Stênio de Carvalho. **Estudo da formação e características da situação socioeconômica e física da microrregião do Curimataú**. 2014. 56f. Monografia (Graduação em Geografa), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB). 2014.

345. MORAIS, Eliana M. Barbosa de. Evolução epistemológica do conceito natureza. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 19, n. 2, p. 75–98, 1999.

346. MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Seridó norte-rio-grandense**: uma geografia da resistência. Natal: EDUFRN, 2020.

347. MORAIS, Jonny Morais; JUNIOR, Lindberg Nascimento. Conceito de região e a produção do espaço africano. **PESQUISAR – Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia**, v. 7, n. 13, p. 57–73, 2020.

348. MORAIS JUNIOR, Hélio de Souza; SILVA, Sérgio Luis Barbosa da. Mapeamento dasimétrico e interpolação de dados censitários e imagem orbital para análise da dilatação do sítio urbano da cidade de Belém do Pará. **REVISTA GEONORTE**, v. 10, n. 36, p. 95–109, 2019.

349. MOREIRA, Ruy. Modelo industrial e meio ambiente no espaço brasileiro. **GEOgraphia**, v. 5, n. 9, 2003.

350. MOREIRA, Ruy. O Plano Nacional de Reforma Agrária em questão. **Terra Livre**, n. 1, 1986.

351. MOREIRA, Ruy. Sociedade e espaço no Brasil (as fases da formação espacial brasileira: hegemonias e conflitos). **Boletim Paulista de Geografia**, n. 83, p. 7–32, 2005.

352. MOREIRA, Silmara Oliveira; VALE, Eliane Pereira Almeida. As transformações campo-cidade frente à mobilidade do trabalho: uma análise a partir da realidade de Belo Campo/BA. **Geografia em Atos (Online)**, v. 8, n. 15, p. 79–95, 2019.

353. MOREIRA, Sonia Miriam, Teixeira. **Porto de Itajaí: da gênese aos dias atuais**. 1995. 269f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC). 1995.

354. MOREIRA JÚNIOR, Orlando. Região metropolitana e desenvolvimento: embates, desafios e incertezas na RM de Campinas-SP. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 6., 2013. **Anais do…**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2013. p.1-23.

355. MOSER, Ana Cláudia; THEIS, Ivo Marcos. Investimentos em C&T e desigualdades socioespaciais no Brasil. **Tempo Social**, v. 26, p. 187–207, 2014.

356. MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo tekoha-tekoharã. **REVISTA NERA**, n. 21, p. 114–134, 2012.

357. MOURA JÚNIOR, Francisco Tomaz de. **O conceito de escala geográfica e a formação inicial de professores de geografia**. 2020. 102f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Jataí (GO). 2020.

358. MOURA JÚNIOR, Francisco Tomaz de; OLIVEIRA, Suzana Ribeiro Lima. A escala geográfica nos documentos oficiais. **Caminhos de Geografia**, v. 21, n. 73, p. 506-517, mar. 2020.

359. NAHUM, João Santos; FERREIRA, Luzivan dos Santos Gonçalves. Caminhos e descaminhos da noção de gênero de vida na geografia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, v. 2, n. 1, 2015.

360. NASCIMENTO, Alexandre Sabino do. Cultura, política e competição da/na metrópole: a requalificação dos bairros centro e praia de Iracema e a (re)produção do espaço para o consumo em Fortaleza. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 12., 2011. **Anais do…**. Belo Horizonte: SIMPURB, 2011. p.1-20.

361. NASCIMENTO, Cláudia Pinheiro. Uma leitura dos espaços urbanos amazônicos a partir dos referenciais da geografia Miltoniana. **Revista de Estudos Sociais**, v. 19, n. 39, p. 53–65, 2017.

362. NASCIMENTO, Flávio Rodrigues do. Os recursos hídricos e o Trópico Semiárido no Brasil. **GEOgraphia**, v. 14, n. 28, p. 82–109, 2012.

363. NASCIMENTO, Juliano Moreira do. A produção e a estocagem das sementes da paixão como forma de resistência ao modelo capitalista na produção agrícola: o caso do assentamento Três Irmãos – Triunfo, PB. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 19., 2018. **Anais do…**. João Pessoa: AGB, 2018. p.1-11.

364. NASCIMENTO, Júlio Nonato Silva; GUEDES, Eneias Barbosa; CAZULA, Leandro Pansonato; ALMEIDA, Rogério Henrique. O Uso Agropecuário do Território Amazônico no Período 1970-2006. In: SILVA-PEREIRA, Liz Carmem; NASCIMENTO, Júlio Nonato Silva. **Ciência, tecnologia e meio ambiente na Amazônia**. Belém: IFPA, 2018. p. 25-53.

365. NASCIMENTO JUNIOR, Francisco C. Especialização territorial da produção e círculo de cooperação de pesquisa científica da soja no Brasil. **GEOGRAFIA**, v. 35, n. 3, p. 553–572, 2010.

366. NASCIMENTO JUNIOR, Francisco C. Uso agrícola do território e trabalho científico para o campo moderno no Brasil. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 17, n. 2, p. 94–105, 2013.

367. NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg. **Clima urbano, risco e vulnerabilidade em cidades costeiras do mundo tropical: estudo comparado entre Santos (Brasil), Maputo (Moçambique) e Brisbane (Austrália)**. 2018. 176f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP). 2018.

368. NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg; DUARTE, Douglas Ambiel Barros Gil. Alterações ambientais no estado do Paraná: um enfoque geográfico sobre a dinâmica fluviométrica e as transformações no campo. **REVISTA NERA**, n. 46, p. 218–244, 2019.

369. NASPOLINI, Vicente. A conurbação da grande Florianópolis e a atuação do capital. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 11., 2015. **Anais do…**. Presidente Prudente: ANPEGE, 2015. p.976-986.

370. NERY, Maria Goreth e Silva. **As implicações socioespaciais da instalação de fábricas de calçados em Itapetinga- BA, Nova Serrana-MG e São João Batista-SC**. 2016. 305f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal da Bahia, Salvador (BA). 2016.

371. NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha. Reflexões didáticas sobre o conceito de região na geografia. **Revista Tamoios**, v. 11, n. 1, 2015.

372. NOGUEIRA, Alexandre Peixoto Faria. **A dimensão educativa nas territorialidades dos movimentos sociais do campo na América Latina: uma mirada a partir do MST e EZLN**. 2017. 250f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife (PE). 2017.

373. NOGUEIRA, Carlo Eugênio. Fronteiras e frentes pioneiras: aproximações teóricas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA POLÍTICA, 3., 2013. **Anais do…**. Manaus: SNGP, 2013. p.1090-1109.

374. OLIVEIRA, Allain Wilham Silva de. **Desenvolvimento territorial, políticas públicas e inovação social no Alto Jequitinhonha - MG**. 2015. 295f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP). 2015.

375. OLIVEIRA, Allison Bezerra. Implantação industrial, reestruturação produtiva e alterações no mercado de trabalho no sudoeste maranhense (2008-2018). In: SANTOS, Luiz Carlos Araújo; SEABRA, Giovanni de Farias; CASTRO, Claudio Eduardo de. **Geografia**: Trabalho, Sociedade e Meio Ambiente. São Luís: Eduema, 2018. p. 216-238.

376. OLIVEIRA, Allison Bezerra; LEAL, Maria da Conceição Mesquita. Silvicultura do eucalipto e a especialização do trabalho na cadeia produtiva de papel e celulose em Imperatriz-MA. **GeoTextos**, 2019.

377. OLIVEIRA, Allison Bezerra; NASCIMENTO, Daniel Macedo. Redes e mobilidade do capital na cadeia produtiva de papel e celulose no Maranhão. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 5, n. 1, p. 52–66, 2019.

378. OLIVEIRA, Jacson Tavares; SANTOS, Josefa de Liboa. O monocultivo de eucalipto como expressão capitalista da busca de territórios de consumo. In: RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; SANTOS, Laiany Rose Souza. **Questão agrária e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras expressões, 2016. p. 37-56.

379. OLIVEIRA, Allison Bezerra; SILVA, Daniely Lima. A indústria extrativista e o aprofundamento da divisão internacional do trabalho em regiões periféricas: o caso da Suzano Papel e Celulose no Maranhão. **Geosul**, v. 34, n. 73, p. 313–332, 2019.

380. OLIVEIRA, Allison Bezerra; PAZ, Diego Armando de Sousa. Inovação em regiões periféricas: velhos impasses e novas possibilidades à construção de um Sistema Territorial de Inovação na cadeia produtiva de papel e celulose no Maranhão. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA DO CONHECIMENTO E DA INOVAÇÃO, 3., 2019. **Anais do…**. Campinas: SIGCI, 2019. p.29-49.

381. OLIVEIRA, Allison Bezerra; PAZ, Diego Armando de Sousa; PEREIRA, Amanda Miranda. Grandes projetos agro-minero-exportadores na inserção da silvicultura do eucalipto na Amazônia maranhense. **Caminhos de Geografia**, v. 22, n. 79, p. 219-231, fev. 2021.

382. OLIVEIRA, Helbert Michel Pampolha de. **A Noção de região em Milton Santos: contribuições para pensar a Amazônia**. 2019. 287f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Universidade Federal do Pará, Belém (PA). 2019.

383. OLIVEIRA, Jacson Tavares de. **Território do agronegócio : expansão dos monocultivos do eucalipto e da produção de celulose na Bahia**. 2014. 338f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE). 2014.

384. OLIVEIRA, João César Abreu de; FILHO, João César Abreu de Oliveira; PEREIRA, Cláudio Smalley Soares. Meio ambiente e planejamento em cidades médias: discutindo o desenvolvimento urbano no Crato-Ceará. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, v. 12, n. 1, 2010.

385. OLIVEIRA, Leandro Dias de. A geopolítica do desenvolvimento sustentável: reflexões sobre o encontro entre economia e ecologia. **Carta Internacional**, v. 7, n. 1, p. 118–139, 2012.

386. OLIVEIRA, Janete Marília Gentil Coimbra de. Expansión urbana y espacialidade rural-urbana en la amazonia brasileña: el caso de una periferia urbana en Santarém-PA, Brasil. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 13., 2011. **Anais do…**. San José: EGAL, 2011. p.1-12.

387. OLIVEIRA, Franciane Araújo de; CHAVEIRO, Eguimar Felicio; CARMO, Paulo Sérgio do. Diferenciações territoriais do sudoeste goiano: o contexto de um território "moderno". In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014. **Anais do…**. Vitória: AGB, 2014. p.1-12.

388. OLIVEIRA, Marlene Macário de; FARIAS, Paulo Sérgio Cunha; SÁ, Alcindo José de. O meio ambiente na geografia crítica e na geografia humanística: desafios metodológicos para uma didática reflexiva do espaço na escola. **Revista de Geografia**, v. 25, n. 3, p. 108–121, 2008.

389. OLIVEIRA, Marlene Macário de; FREITAS, Paulo Sergio Cunha. Geografia e educação ambiental: desafios metodológicos para uma didática reflexiva do espaço na escola. **Geo UERJ**, v. 1, n. 19, p. 161–178, 2009.

390. OLIVEIRA, Elias Mendes. **A implantação de grandes indústrias de capitais nacionais e internacionais na cidade pequena de Extrema (MG): processos, fatores e agentes**. 2018. 292f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP). 2018.

391. OLIVEIRA, Gustavo de Lima Torres. Regularização fundiária e a "corrida mundial por terras" no Brasil. **Revista Campo-Território**, v. 11, n. 23 Jul., 2016.

392. OLIVEIRA, Jionaldo Pereira. A formação histórica da centralidade regional de Mossoró-RN e sua repercussão no espaço urbano. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 9, n. 1, p. 19–36, 2011.

393. OLIVEIRA, Jionaldo Pereira. Reflexões à respeito da evolução histórica da centralidade regional de Mossoró-RN e suas influências no espaço da cidade. **Revista Geotemas**, v. 2, n. 1, 2012.

394. OLIVEIRA, Sebastião de Souza. **O avanço do capitalismo no Cerrado brasileiro e a metamorfose do latifúndio no município de Pedro Afonso Tocantins**. 2017. 294f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP). 2017.

395. OLIVEIRA, Tairan Barbosa de. Notas sobre a educação por tecnologias digitais da informação e comunicação na pandemia da COVID-19 à luz da geografia. **Sociedade e Território**, v. 33, n. 1, p. 96–115, jan./abr. 2021.

396. OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de; GOMEZ, Jorge Montenegro. Educação e formação, formação e trabalho: para qual trabalho a educação do campo vem formando? In: JORNADA DO TRABALHO, 13., 2012. **Anais do…**. Presidente Prudente: CEGET, 2012. p.1-19.

397. OLIVEIRA, Ariomar da Luz; SANTANA FILHO, Diosmar M. de. O papel das escalas geográficas na discussão regional na contemporaneidade. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 10., 2013. **Anais do…**. Campinas: ANPEGE, 2013. p.9020-9031.

398. OLIVEIRA FILHO, Altair Aparecido de; SILVEIRA, Marcio Rogério. Ourinhos-SP: formação socioespacial e dinâmica econômica no contexto regional. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12., 2009. **Anais do…**. Montevideo: EGAL, 2009. p.1-15.

399. OLIVEIRA FILHO, Altair Aparecido de. **As indústrias de bens de capital em Piracicaba/SP: novas perspectivas a partir dos biocombustíveis**. 2013. 369f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC). 2013.

400. OLIVEIRA JUNIOR, Manoel Pedro de. **A sujeição da renda da terra camponesa**. 2012. 273f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE). 2012.

401. ORIGUÉLA, Camila Ferracini. Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos. **REVISTA NERA**, n. 27, p. 113–137, 2015.

402. ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; PEREIRA, Lorena Iza. Da centralidade da questão agrária à atualidade da luta pela terra e reforma agrária no Brasil. **REVISTA NERA**, n. 55, p. 9–20, 2020.

403. ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai. **REVISTA NERA**, n. 39, p. 161–185, 2017.

404. PADINHA, Marcel Ribeiro. Sociedade, meio ambiente e desenvolvimento: práticas sociais insurgentes e novas centralidades, apontamentos a partir da amazônia brasileira. **Revista Científica ANAP Brasil**, v. 8, n. 11, 2015.

405. PALADIM JÚNIOR, Heitor Antonio. **Etnogeografia: reflexões sobre a educação escolar, a espacialização e a territorialização do povo Xakriabá no norte de Minas Gerais**. 2010. 220f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo (SP). 2011.

406. PALHETA, Iraci Gomes de V. O novo Brasil agrário: modernização sem mudanças. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 6., 1997. **Anais do…**. Buenos Aires: EGAL, 1997. p.1-5.

407. PAULA, Cristiano Quaresma de. **Geografia(s) da pesca artesanal brasileira**. 2018. 451f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS). 2018.

408. PAULO, Renan Henrique Messias de. **Desigualdade do campo brasileiro e luta pela terra em Jorge Amado: uma análise de Terras do sem-fim**. 2020. 83f. Monografia (Graduação em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo (SP). 2020.

409. PEDROZA, Felipe. A Câmara Metropolitana em pauta: arranjo institucional para a gestão compartilhada da requalificação produtiva do uso do território da Região Metropolitana do Rio de Janeiro? **Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica**, n. 15, 2019.

410. PELÁ, Márcia Cristina Hizim; CHAVEIRO, Eguimar Felício. Sujeitos não desejados no espaço planejado: disputa de territorialidades na construção de Goiânia, GO. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. **Territorialidades na América Latina**. Goiânia: UFG, 2009. p. 159-169.

411. PELÁ, Márcia. Deslizamentos de sentidos no processo de construção e ocupação da primeira cidade planejada do Brasil no século XX: Goiânia-GO. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 13., 2011. **Anais do…**. San José: EGAL, 2011. p.1-15.

412. PELEGRIN, Rodolfo Augusto Monteiro. **Agroindústria canavieira no interior de São Paulo: o caso de Lençóis Paulista**. 2016. 156f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, São Paulo (SP). 2016.

413. PELISSARO, Suelen Rosa. "Sertão acaba. Acaba?": A Territorialização do Capital pelo Planejamento na Serra do Cabral, Minas Gerais. **Conexão Política**, v. 9, n. 1, p. 43–66, 2020.

414. PENNA, Alicia Duarte. **Na cidade brasileira entre os séculos XIX e XX: periferias e centros, pobrezas e riquezas**. 2011. 309f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (MG). 2011.

415. PEREIRA, Anete Marília. Políticas públicas e o uso do território: reflexões sobre o Norte de Minas Gerais/BR. **Revista Cerrados**, v. 10, n. 01, p. 89–100, 2012.

416. PEREIRA, Anete Marília; SILVA, Ricardo dos Santos; SILVA, Priscila Raposo. Desigualdades na informalidade: uma análise das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 13, n. 4, p. 33–46, 2019.

417. PEREIRA, Déborah Evellyn Irineu. **Geografia e geógrafos: o pensamento da geografia agrária nos programas de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás**. 2019. 225f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Goiânia (GO). 2019.

418. PEREIRA, Felipe Silveira Moraes. O bairro Meireles, em Fortaleza/CE: as contradições urbanas e a crise da racionalidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12., 2009. **Anais do…**. Montevideo: EGAL, 2009. p.1-15.

419. PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves; LESSA, Simone Narciso. O processo de planejamento e desenvolvimento do transporte rodoviário no Brasil. **Caminhos de Geografia**, v. 12, n. 40, 2011.

420. PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. O significado da Alemanha para a gênese da geografia moderna. **Geosul**, v. 20, n. 40, p. 45–53, 2005.

421. PEREIRA, Thiago Henrique Valério. **Uma pequena cidade, uma grande relação: Piraju (SP) e a importância do café**. 2013. 180f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava (PR). 2013.

422. PEREIRA, Sérgio Augusto; LUDKA, Vanessa Maria. Região e regionalização: as influências das correntes filosóficas nos estudos regionais. **Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PGE/UEM)**, v. 10, n. 1, p. 128–146, 2018.

423. PEREIRA, Thiago Henrique Valério; MOREIRA JUNIOR, Orlando. Identidade e singularidade em pequenas cidades: o caso de Piraju-SP. In: SIMPÓSIO CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS DA BAHIA, 2., 2011. **Anais do…**. Vitória da Conquista: UESB, 2011. p.1-15.

424. PEREIRA JÚNIOR, Edilson Alves; SANTOS, Leandro Bruno. Produção bibliográfica em geografia da indústria e dos sistemas produtivos. **Mercator**, v. 18, 2019.

425. PEREIRA JÚNIOR, Edilson Alves. Espaço, industrialização e acumulação capitalista: uma abordagem para o Nordeste e o Ceará. **Mercator**, v. 2, n. 4, 2003.

426. PÉREZ, Mercedes Solá; GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. Políticas de desenvolvimento da pesca e aquicultura: Conflitos e resistências nos territórios dos pescadores e pescadoras artesanais da vila do Superagüi, Paraná, Brasil. **Sociedade & Natureza**, v. 26, p. 35–47, 2014.

427. PERPETUA, Guilherme Marini. Considerações sobre a produção do espaço regional à luz da teoria marxista contemporânea. **Formação (Online)**, v. 2, n. 18, 2011.

428. PERPETUA, Guilherme Marini. **A mobilidade espacial do trabalho e o desenvolvimento desigual e combinado do território em escala local: estudo de caso dos municípios de Presidente Prudente-SP e Álvares Machado-SP**. 2010. 83f. Monografia (Graduação em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP). 2010.

429. PERPETUA, Guilherme Marini. Movimentos pendulares e acumulação do capital. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 11, n. 2, 2010.

430. PERPETUA, Guilherme Marini. Mobilidade espacial do capital e da força de trabalho: elementos para uma teorização geográfica a partir da matriz marxista. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 14, n. 1, p. 58-80, jul. 2013.

431. PESSETTI, Mateus; GOMES, Ligian Cristiano. Região e regionalização no Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, n. 36, p. 57–80, 2020.

432. PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; SILVA, Paula Junqueira da; REZENDE, Sidivan Aparecida. Perspectivas das áreas rurais na América Latina: o papel da agricultura familiar no século XXI. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 8., 2001. **Anais do…**. Santiago do Chile: EGAL, 2001. p.1-7.

433. PIMENTA, José Renato Soares. A geografia escolar como mensageira da globalização em tempos de duas pandemias: a de Covid-19 e a de pós-verdade. **Giramundo: Revista de Geografia do Colégio Pedro II**, v. 7, n. 13, p. 201-213, 2020.

434. PIÑEROS LIZARAZO, Robinzon. **Mobilidade territorial do trabalho de jovens rurais em territórios do agrohidronegócio de cultivos flexíveis. Palma de azeite nos departamentos de Meta e Casanare (Colômbia) e cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema (São Paulo, Brasil)**. 2018. 391f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP). 2018.

435. PINHEIRO, Thálita Vanessa. Os conflitos socioambientais em São Lourenço da Serra/SP e a expansão urbana em áreas protegidas da metrópole paulistana. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014. **Anais do…**. Vitória: AGB, 2014. p.1-12.

436. PINHEIRO, Luiza Elena Pinto; CANTO, Otávio do. Potencial de turismo ecológico do projeto de assentamento agroextrativista Praialta Piranheira localizado em Nova Ipuxuna, Pará-Amazônia-Brasil. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 15., 2015. **Anais do…**. Havana: EGAL, 2015. p.1-16.

437. PINTO, José Vandério Cirqueira. Geografia anarquista e anarquismo geográfico, geografia libertária e libertarismo geográfico: a excentricidade e a atualidade do pensamento de Élisée Reclus. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL: ÉLISÉE RECLUS E A GEOGRAFIA DO NOVO MUNDO, 1., 2011. **Anais do…**. São Paulo: DG-USP, 2011. p.1-20.

438. PINTO, Renato Garcia Freire Soares. **A produção do espaço do Vidigal. Os diferentes papéis na transformação da favela; do Estado aos agentes microlocais**. 2019. 192f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo (RJ). 2019.

439. PIRES, Elson Luciano Silva. A recomposição das escalas de governança, Estado e desenvolvimento territorial no Brasil. **GeoTextos**, 2015.

440. PITANGA, Ivaneide da Conceição. Desejo de mudanças: estudo de caso da migração populacional de maragogipe para Mar Grande/Vera Cruz a partir da década de 1970. In:

ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 13., 2019. **Anais do…**. São Paulo: ANPEGE, 2019. p.1-13.

441. PITTA, Fábio Teixeira. **Modernização retardatária e agroindústria sucroalcooleira paulista: o Proálcool como reprodução fictícia do capital em crise**. 2011. 194f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo (SP). 2011.

442. PONCE MARTINS, Alexandre Luís. **Subimperialismo no Brasil e mobilidade da força de trabalho : considerações referentes à região sul e o Mercosul**. 2016. 187f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual de Maringá, Maringá (PR). 2016.

443. PONCIANO, Marília Aparecida; SAMPAIO, Fernando dos Santos. Análise da dinâmica geoeconômica e geopolítica do tráfico internacional de drogas ilícitas na América Latina: premissas iniciais para discussão. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS, GEOPOLÍTICA E INTEGRAÇÃO REGIONAL, 1., 2018. **Anais do…**. Foz do Iguaçu: UNILA, 2018. p.1-5.

444. PORTO, Jadson Luís Rebelo. Desenvolvimento geográfico desigual da faixa de fronteira da Amazônia setentrional brasileira: a busca pela articulação transfronteiriça Brasil/França. In: COSTA, Jodival Mauricio da. **Amazônia**: olhares sobre o território e a região. Rio de Janeiro: Autograia; Amapá, AP: UNIFAP, 2017. p. 401-424.

445. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da violência no campo brasileiro: O que dizem os dados de 2003. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 75, p. 139–169, 2006.

446. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; AZEVEDO, Nilce Moreira de. A geografia do imperialismo: uma introdução. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 59, p. 23–42, 1982.

447. PORTUGUEZ, Anderson Pereira. Arranjos produtivos locais do/no turismo. In: SEABRA, Giovanni de Farias; PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Turismo sertanejo**: patrimônio cultural e realidade social em comunidades. Ituiutaba: Barlavento, 2014. p. 26-35.

448. POZZO, Renata Rogowski. Centro tradicional da cidade de Florianópolis–Brasil na fase atual da modernização urbana: um espaço contra-hegemônico. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 15., 2013. **Anais do…**. Recife: ANPUR, 2013. p.1-15.

449. POZZO, Renata Rogowski. Momentos da modernidade no centro tradicional de Florianópolis: a dimensão contra-hegemônica do espaço contemporâneo. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, v. 8, n. 1, p. 137–162, 2016.

450. PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. Rosa Luxemburg e a expansão imanente do capitalismo: destruição, resistência e recriação dos territórios e das relações não capitalistas. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 21, n. 3, p. 812–829, 2017.

451. PROST, Catherine. Desafios da abordagem ambiental na Geografia: Aportes teóricos e aplicabilidades. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 8., 2009. **Anais do…**. Curitiba: ANPEGE, 2009. p.1-20.

452. QUEIROZ, Antonia Márcia Duarte. Experiências do programa residência pedagógica na formação de professores de geografia no norte do Tocantins. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 24, p. 31, 2020.

453. QUEIROZ, Eduardo Pessoa de. **A formação histórica da região do Distrito Federal e entorno : dos municípios-genêse à presente configuração territorial**. 2007. 135f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de Brasília, Brasília (DF). 2007.

454. QUEIROZ, Ivan da Silva. **A metrópole do Cariri: institucionalização no âmbito estadual e a dinâmica urbano-regional da aglomeração do Crajubar**. 2013. 203f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano), Universidade Federal de Pernambuco, Recife (PE). 2013.

455. QUEIROZ, Paulo Valdenor Silva de. Os territórios rurais do ministério do desenvolvimento agrário. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 15, n. 2, p. 117–128, 2011.

456. QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira de. As CEASAS no contexto da reestruturação do território brasileiro. **Revista Geotemas**, v. 8, n. 2, p. 59–78, 2018.

457. QUEIROZ, Marcos Antonio. **Desafios socioespaciais na região Central do Paraná e as iniciativas locais em Nova Tebas : alcances e limites**. 2011. 169f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual de Maringá, Maringá (PR). 2011.

458. QUEIROZ, Renan Lopes De. **As implicações dos investimentos do Prodetur no processo de produção do espaço em Imbassaí (Mata de São João-Ba)**. 2016. 170f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Bahia, Salvador (BA). 2016.

459. QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira. As centrais de abastecimento alimentar: agentes mistos dos circuitos da economia urbana. **Sociedade e Território**, v. 27, n. 1, p. 157–177, 2015.

460. RAMOS, Ana Carolina. **Desenvolvimento e consolidação do turismo sexual no Nordeste Brasileiro: fatores convergentes**. 2018. 174f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo (SP). 2018.

461. RAMOS, João Victor Moré. **Venezuela: capitalismo bloqueado e transição socialista**. 2013. 143f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC). 2013.

462. RAMOS, Tatiana Tramontani. Geografia dos conflitos sociais na América Latina e Caribe. In: CLACSO.(Org.). **Movimientos Sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: CLACSO, 2003. p. 1-40.

463. REIS, Rodrigo Machado dos; BECKER, Elsbeth Léia Spode. Geografia e cinema: análise espacial e sociocultural em territórios de fronteira de países do Cone Sul. **Disciplinarum Scientia | Ciências Humanas**, v. 18, n. 1, p. 21–35, 2017.

464. RETZLAF, Jully Gabriela; STIPP, Nilza Aparecida Freres. Turismo e meio ambiente no parque estadual Guartelá. **GEOGRAFIA (Londrina)**, v. 13, n. 1, p. 111–126, 2004.

465. REYES, Fernando Siliano. **O papel das vias de circulação na coesão territorial do Estado Boliviano: da Audiência de Charcas à Bolívia de 1971.** 2010. 144f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo (SP). 2010.

466. REZENDE, Ricardo de Oliveira. **Por uma geografia da hospitalidade : o lugar, a racionalidade e a hospitalidade em comunidades que recebem visitantes**. 2016. 249f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de Brasília, Brasília (DF). 2016.

467. RIBEIRO, Alyson Fernando Alves. **Geografia agrária e modernidade na Amazônia brasileira : "terras esplêndidas, que poderiam dar a todos o que a quase todos negam"**. 2016. 249f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de Brasília, Brasília (DF). 2016.

468. RIBEIRO, Ana Georgina Ferreira. **A proteção jurídica do patrimônio histórico e cultural diante de um processo de degradação do centro principal: análise das transformações socioespaciais do centro principal de Belém ao longo de eixo João Alfredo - Santo Antonio**. 2009. 173f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano), Universidade da Amazônia, Belém (PA). 2009.

469. RIBEIRO, Bruno Andrade. **A condição camponesa sob o espectro da informalidade**. 2020. 175f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE). 2020.

470. RIBEIRO, Bruno Andrade; SANTOS, Josefa de Lisboa. A aula como resistência ao autoritarismo: pensar um campo de luta na sala de aula e para além dela. **Ateliê Geográfico**, v. 13, n. 1, p. 187–207, 2019.

471. RIBEIRO, Dinalva D.; BINZSTOK, Jacob. De Leo Waibel a Schultz e à transgenia: uma reflexão sobre a agricultura nos cerrados. **Geosul**, v. 19, n. 37, p. 27–45, 2004.

472. RIBEIRO, Dinalva Donizete. **Agricultura caificada no Sudoeste de Goiás: do bônus econômico ao ônus sócio-ambiental**. 2005. 262f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ). 2005.

473. RIBEIRO, Emerson. Aparelho humano habitado: concepções epistemológicas para uma geografia do ciberespaço. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 13., 2019. **Anais do…**. São Paulo: ANPEGE, 2019. p.1-14.

474. RIBEIRO FILHO, Francisco Gomes. **O ensino de geografia no trabalho dos professores e dos alunos dos cursos técnicos integrados ao nível médio do Instituto**

Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). 2010. 203f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP). 2010.

475. RIBEIRO, Júlio Cézar. De como a geografia pode contribuir com a leitura do movimento, enquanto corpo teórico em movimento: breve releitura de teses marxistas. **Terra Livre**, v. 2, n. 35, p. 69–88, 2010.

476. RIBEIRO, Júlio Cézar. De volta para o princípio: ensaio sobre o resgatar identitário. **Revista Trilhas da História**, v. 2, n. 4, p. 124–144, 2013.

477. RIBEIRO, Julio Cézar. Geografia do trabalho e desenvolvimento desigualcombinado dos espaços mundiais: gênese e estrutura da escravidão capitalista. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 3, 2002.

478. RIBEIRO, Júlio Cézar. O espaço e as formas temporais de reprodução do ser a partir do trabalho: relações entre as marcas da paisagem e os marcos do espaço. **Geoambiente On-line**, n. 11, p. 01-32, 2008.

479. RIBEIRO, Júlio Cezar. Sob a insígnia do trabalho: notas sobre a potencialidade transitivo fundacional da sociedade. **Revista Trilhas da História**, v. 1, n. 1, p. 79–95, 2011.

480. RIBEIRO, Júlio Cezar. As veias abertas da cibereconomia: fundamentos da expatriação de excedente na nova economia espacial do capital. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 16, n. 2, p. 43-68, dez. 2015.

481. RIBEIRO, Júlio Cézar. Um algo além do capitalismo e outro aquém do comunismo: considerações sobre metabolismo de capital pós-capitalista. **Formação (Online)**, v. 1, n. 24, p. 4-33, jan./abr. 2017.

482. RIBEIRO, Miguel Angelo. O projeto de pesquisa a partir da rede urbana da Amazônia. In: MARAFON, Glaucio José; RAMIRES, Julio Cesar de Lima; RIBEIRO, Miguel Angelo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Pesquisa qualitativa em geografia**: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2016.

483. RIBEIRO, Raphael Medina. Territórios em disputa no parlamento: atuação da bancada ruralista e do núcleo agrário do partido dos trabalhadores. In: RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; SANTOS, Laiany Rose Souza. **Questão agrária e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras expressões, 2016. p. 123-154.

484. RIBEIRO JUNIOR, José Arnaldo dos Santos. Neil Smith e o desenvolvimento desigual do capitalismo. **REVISTA PERCURSO**, v. 6, n. 1, p. 35–62, 2014.

485. RIBEIRO JUNIOR, José Arnaldo dos Santos; CASTRO JÚNIOR, Raimundo Campos; BOTELHO, Raimundo Edson Pinto. Desenvolvimento desigual da modernização capitalista no território maranhense: teoria discursiva, (re) arranjos produtivos e conflitos socioambientais. **Geografia e Pesquisa**, v. 6, n. 2, 2012.

486. RIBEIRO, Wagner Costa. Globalização e geografia em Milton Santos. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, Universidad de Barcelona, vol. VI, núm. 124, set de 2002.

487. RIGONATO, Valney Dias. **Por uma geografia de/em transição: r-existência e (re)habitação dos geraizeiros no médio vale do rio Guará, São Desidério, BA**. 2017. 311f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Goiânia (GO). 2017.

488. RIOS, Dioga Argolo de Cerqueira. **As contribuições do materialismo histórico e dialético para a ciência geográfica através da Geografia Crítica**. 2011. 62f. Monografia (Graduação em Geografia), Universidade do Estado da Bahia, Jacobina (BA). 2011.

489. RIZZO, Paulo Marcos Borges. **O planejamento urbano no contexto da globalização: caso do plano diretor do Campeche em Florianópolis, SC**. 2013. 327f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC). 2013.

490. ROCHA, João Mendes da; MAIA JÚNIOR, Danilo dos Santos; SANTOS, Hikson de Paula. Turismo e espaço: considerações sobre o Programa de Regionalização do Turismo. **Revista Múltipla**, v. 16, n. 22, p. 93-108, jun. 2007.

491. ROCHA, Márcio Mendes. A narrativa e o contexto na produção dos mosaicos territoriais. **REVISTA PERCURSO**, v. 10, n. 2, p. 177–195, 2018.

492. ROCHA, Rosângela Resende; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. O Planejamento Regional: integrar para desintegrar. **Scientia Plena**, v. 5, n. 1, 2009.

493. RODRIGUES, Adyr Balastreri. Turismo e desenvolvimento local – do discurso a eficácia. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 9., 2003. **Anais do…**. Mérida: EGAL, 2003. p.1-22.

494. RODRIGUES, Arlete Moysés. **Produção e consumo no espaço**: problemática ambiental urbana. São Paulo: Hucitec, 1998.

495. RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades socioespaciais – a luta pelo direito à cidade. **Revista Cidades**, v. 4, n. 6, 2007.

496. RODRIGUES, Gilberto de Oliveira. **Fascismo e turismo: reflexões sobre a relação entre turismo sindical e colônia de férias**. 2018. 298f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo (SP). 2018.

497. RODRIGUES, Jane Cavalcante. Nordeste brasileiro: desenvolvimento desigual e seus efeitos para classe trabalhadora. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 5., 2013. **Anais do…**. Londrina: GEPAL, 2013. p.73-88.

498. RODRIGUES, Jondison Cardoso; RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; CASTRO, Edna Maria Ramos de. Transporte hidroviário, portos e terminais interiores na Amazônia

brasileira: uma análise sobre seus papéis na política pública territorial. **Geo UERJ**, v. 1, n. 25, p. 115–137, 2014.

499. RODRIGUES, Leandro Paiva do Monte. **Territórios rurais e desenvolvimento no Rio Grande do Norte: política e planejamento**. 2016. 299f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal (RN). 2016.

500. RODRIGUES, Vanessa Paloma Alves. **Capital, Estado e a lógica dissimulada das políticas de crédito no processo de expropriação e sujeição do trabalho no campo**. 2012. 235f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE). 2012.

501. RODRIGUES, Wildes Jesus; BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes; CHAVEIRO, Eguimar Felício. Trindade e o "Abraço Ingrato" da Metrópole: uma análise sócio-territorial de Trindade II. **Caminhos de Geografia**, v. 9, n. 27, 2008.

502. ROSAS, Celbo Antonio da Fonseca. Espaço e região, região no espaço. **Formação (Online)**, v. 1, n. 8, 2001.

503. ROSAS, Celbo Antonio Ramos da Fonseca. Espaço rural e geografia: diferentes abordagens na relação campo – cidade. **Divers@!**, v. 7, n. 1, 2014.

504. ROSSETTO, Maria Júlia Buck. A cidade não é neutra: a vulnerabilidade feminina em Campinas – SP. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 13., 2019. **Anais do….** São Paulo: ANPEGE, 2019. p.1-13.

505. RUA, João. Desenvolvimento: em busca da regeneração de um conceito. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005. **Anais do….** São Paulo: EGAL, 2005. p.12999-13024.

506. RUA, João. A complexa simultaneidade da integração e distinção entre o urbano e o rural: retomando um debate no espaço de metropolização no estado do Rio de Janeiro. **GEOPUC – Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio**, v. 4, n. 7, p. 1-47, 2011.

507. RUA, João. Continuidade ou ruptura na expansão da metrópole para além de seus limites formais: urbanidades no rural? In: RANDOLPH, Rainer; SOUTHERN, Barbra Candice. **Expansão metropolitana e transformações das interfaces entre cidade, campo e região na América Latina**. São Paulo: Max Limonad, 2011. p. 186-201.

508. SÁ, Alcindo José. Desigualdades metropolitanas: limites e possibilidades. **Revista de Geografia**, v. 23, n. 2, p. 03–16, 2006.

509. SAAB, Thiago Bueno. **As incubadoras tecnológicas nos municípios de Cornélio Procópio/PR e Londrina/PR**. 2017. 108f. Monografia (Graduação em Geografia), Universidade Estadual de Londrina, Londrina (PR). 2017.

510. SAAB, Thiago Bueno. A pobreza e o currículo: permanências e ausências nos documentos oficiais de geografia. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v. 19, n. 3, p. 371–378, 2018.

511. SABOIA, Andrey Luna; SAMPAIO, José Levi Furtado. Situando a crise da água no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 18., 2016. **Anais do…**. São Luís: AGB, 2016. p.1-13.

512. SAKUMA, Abraão Lucas Maciel; NETO, Pedro Ribeiro Moreira; SOUZA, Adriane Aparecida Moreira de. Habitação social – conflitos entre o rural e o urbano: o caso do Jardim Nova Esperança no Banhado, em São José dos Campos/SP. **Revista Territorialidades**, v. 1, n. 2, p. 68–80, 2021.

513. SALDANHA, Inná Freitas. **As contribuições da teoria da dependência para análise da geografia histórica do capitalismo na América Latina entre o período de 1930-1970**. 2017. 63f. Monografia (Graduação em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP). 2017.

514. SAMPAIO, Andrecksa Viana Oliveira. **Mobilidade do trabalho e produção do espaço regional de Vitória da Conquista - Bahia**. 2013. 241f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE). 2013.

515. SAMPAIO, Andrecksa Viana Oliveira; SAMPAIO, Vilomar Sandes. Mobilidade do trabalho na cidade média de Vitória da Conquista – Bahia. **Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino**, v. 1, n. 2, 2018.

516. SAMPAIO, Vilomar Sandes. Agricultor familiar e camponês no contexto da questão agrária contemporânea. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 13., 2011. **Anais do…**. San José: EGAL, 2011. p.1-13.

517. SANDERS FILHO, Ladislau Pereira. **De ribeirinho a atingido: a luta pela terra da comunidade de Entre Rios, no contexto do Desastre da Samarco**. 2019. 177f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo (SP). 2019.

518. SANTANA, Aurelane Alves. Escravidão rural e agronegócio na Bahia no século XXI. **Revista GeoNordeste**, n. 1, p. 110–124, 2018.

519. SANTANA, Aurelane Alves. Trabalho escravo contemporâneo rural na Bahia. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 13., 2019. **Anais do…**. São Paulo: ANPEGE, 2019. p.1-11.

520. SANTANA, Naum Alves de. **A verticalização (quando) possível na cidade de Joinville-SC: a cidade como poder ser, o projeto urbano e a realidade material**. 2017. 392f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC). 2017.

521. SANTANA, Alex Tristão de; DEUS, João Batista de. As redes técnicas e a produção da desigualdade espacial no cerrado goiano no início do século XXI. **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**, v.5, n.1, p. 75-98, jan./jul., 2016.

522. SANTANA, Alex Tristão de; DEUS, João Batista de; MARTINS, Emerson; *et al*. A rodovia BR-060 no Centro-Oeste brasileiro: dinâmica territorial e legendas espaciais. **Geo UERJ**, n. 29, p. 105–132, 2016.

523. SANTANA, Alex Tristão de; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Geografia e trabalho: uma leitura a partir das transformações territoriais. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 10, n. 2, 2009.

524. SANT'ANNA NETO, João Lima; ANDRADE, Vicentina Socorro da Anunciação. Extremo climático e riscos na cidade de Campo Grande-MS/Brasil. **Territorium: Revista Portuguesa de riscos, prevenção e segurança**, n. 19, p. 33–42, 2012.

525. SANTIAGO, João Phelipe. Consciência do espaço: geografia, sociedade e educação. **Revista Geopolítica Transfronteiriça**, v. 1, n. 2, p. 11–37, 2021.

526. SANTOS, Bruno Candido dos. Divisão territorial do trabalho, desenvolvimento desigual e transporte rodoviário interestadual de passageiros: as ligações sulistas rumo ao estado do Tocantins. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 13., 2019. **Anais do…**. São Paulo: ANPEGE, 2019. p.1-13.

527. SANTOS, Bruno Candido. Divisão territorial do trabalho e transporte interestadual de passageiros: mudanças recentes na circulação rodoviária. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 24, n. 3, p. 468–486, 2020.

528. SANTOS, Ana Paula Teodoro dos; GOMES, Rita de Cássia da Conceição. Os usos do território revelando a centralidade de Arapiraca no contexto urbano e regional do Agreste alagoano. **EDUCTE: Revista Científica do Instituto Federal de Alagoas**, v. 6, n. 1, p. 732–743, 2015.

529. SANTOS, Anderson Pereira dos. **Modernização periférica e agricultura: crise agrária e contradição campo/cidade no Oeste Paulista - Itápolis (1940-1970)**. 2019. 204f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo (SP). 2019.

530. SANTOS, Célio José dos. A insurgência do lugar em tempos de globalização: uma análise a partir da cultura hip-hop. **Caminhos de Geografia**, v. 16, n. 54, 2015.

531. SANTOS, Núbia Dias dos; BADIRU, Ajibola Isau. Espaço do homem: uma visão conceitual da totalidade espacial. In: ORTÍZ, Amado Insfrán; MEZA, María José Aparicio; ALVIM, Ronaldo Gomes. **Ecología humana contemporánea**: apuntes y visiones en la complejidad del desarrollo. San Lorenzo, Paraguay: FCA, UNA, 2017. p. 261-296.

532. SANTOS, Cirlene Jeane Santos e; GERMANI, Guiomar Inez. Entre Várzea Grande (BA) e Jardim Ângela (SP o ficar e o partir como estratégias de reprodução camponesa. In:

ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006. **Anais do…**. Rio de Janeiro: ENGA, 2006. p.1-26.

533. SANTOS, José Erimar dos. Desordem e regresso: a "nova" reforma do ensino médio e a deficiência cívica sem o saber pensar o espaço e sem o saber nele agir. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 23, p. 4, 2019.

534. SANTOS, José Erimar dos; FERNANDES, Maria José Costa; SOARES, Marília Medeiros. Turismo, (re)produção e expansão urbana em pequenas cidades: uma leitura geográfica sobre Martins-RN/Brasil. **Revista de Geografia**, v. 30, n. 1, p. 279–300, 2013.

535. SANTOS, Julio Cesar Ferreira. O Rio dos megaeventos entre a exceção e a luta pelo espaço: reflexões sobre segurança pública, processos de militarização e controle da cidade. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 13., 2014. **Anais do…**. Barcelona: Geocrítica, 2014. p.1-18.

536. SANTOS, Kauê Lopes dos. Uma nova pobreza urbana? A financeirização do consumo na periferia de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 16, n. 1, p. 153–153, 2014.

537. SANTOS, Leide Maria Reis dos. **Estado e desenvolvimento : uma análise dos mercados institucionais e do Programa Nacional de Habitação Rural em Alagoas e Sergipe**. 2016. 343f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE). 2016.

538. SANTOS, Leonardo Lencioni Mattos. **Territórios camponeses e o fechamento das escolas do campo: uma análise sobre a escola popular Eduardo Galeano, em Campo do Meio-MG**. 2020. 86f. Monografia (Graduação em Geografia), Universidade Federal de Alfenas, Alfenas (MG). 2020.

539. SANTOS, Otávio Augusto Alves dos. Diferenciação espacial: contribuição ao estudo de processos na cidade contemporânea. **Geo UERJ**, n. 33, 2018.

540. SANTOS, Otávio Augusto Alves dos. **A fragmentação do espaço no Recife**. Recife: EDUFRPE, 2020.

541. SANTOS, Rafael Roxo dos. **Indústria, território e desenvolvimento desigual na Região Metropolitana de Campinas: tendências e modificações recentes**. 2018. 324f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo (SP). 2018.

542. SANTOS, Victor Vinicius dos. **Uma investigação geo-histórica sobre a ocupação do Sertão de Leste nas Minas Gerais do século XIX**. 2014. 205f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (MG). 2014.

543. SANTOS, Douglas. Estado nacional e capital monopolista reflexões para a crítica da Geografia que se ensina. **Terra Livre**, n. 1, 1986.

544. SANTOS, Fábio Ferreira. **O fetiche da tecnologia no espaço agrário : o caso dos assentamentos rurais Jacaré Curituba e Edmilson Oliveira em Sergipe**. 2013. 166f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE). 2013.

545. SANTOS, Fabrícia de Oliveira. **A "Revista Agricola, órgão da Sociedade Sergipana de Agricultura" e a estratégia da produção e organização do campo em Sergipe, 1905-1908 : "por em commum as 'luzes' e experiências"**. 2012. 414f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE). 2012.

546. SANTOS, Franco Porto; MARQUES, Ana Carolina Oliveira; SOUZA, Lucas Barbosa. Novos tempos e espaços no Brasil Central: reflexões sobre a expansão da agricultura e suas implicações geográficas no Oeste Baiano e arredores. **Brazilian Geographical Journal**, v. 5, n. 2, 2014.

547. SANTOS, Gilson Silva. **A questão da dependência estrutural no Brasil : análise das políticas econômicas do Partido dos Trabalhadores**. 2017. 101f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG). 2017.

548. SANTOS, Leandro. BNDES: internacionalização de empresas e o subimperialismo brasileiro. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 22, n. 1, p. 115–137, 2018.

549. SANTOS, Max Alberto Nascimento. **Na dissimulação do turismo, a estruturação da especulação imobiliária no litoral de Sergipe**. 2018. 217f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE). 2018.

550. SANTOS, Nelson Afonso Garcia; THEIS, Ivo Marcos. Tecnologia social e economia solidária no desenvolvimento desigual: limites e possibilidades. **Revista Baru - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, v. 5, n. 2, p. 237–250, 2019.

551. SANTOS, Priscila Pereira. **Veraneio, turismo de sol e praia e imobiliário-turístico: a formação da região turística entre o litoral Sul de Sergipe e o litoral Norte da Bahia**. 2019. 391f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE). 2019.

552. SANTOS, Regina Célia Bega Dos. As cidades e a urbanização na contemporaneidade. Crise nas cidades ou crise das cidades? **Terra Livre**, v. 1, n. 34, 2010.

553. SANTOS, Roberto de Souza. Fronteira e desenvolvimento regional no município de Pedro Afonso – TO. **Revista Cerrados**, v. 17, n. 01, p. 03–25, 2019.

554. SANTOS, Ricardo Menezes; OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Pedro de. O ensino sobre o campo: do conceito de sertão à sua concepção nos livros didáticos de geografia para o ensino médio. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 8., 2015. **Anais do…**. Aracaju: UNIT, 2015. p.1-15.

555. SANTOS, Valkiria Trindade de Almeida; ROCHA, Marcio Mendes. Aglomerado urbano de Maringá: mobilidade escolar e relações socioespaciais. **Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PGE/UEM)**, v. 12, n. 2, p. 27–52, 2020.

556. SANTOS, Marcelo de Paula; SILVA, Priscila Vieira da; SOUZA, Edevaldo Aparecido de. Retorno para o campo: a agricultura familiar camponesa para comercialização nas feiras livres de Quirinópolis-GO/2016. **REVISTA MIRANTE**, v. 10, n. 3, p. 57-70, ago. 2017.

557. SAQUET, Marcos Aurelio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. 2001. 259f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP). 2002.

558. SÁTIRO, Leandro Nascimento. **A construção discursiva do Nordeste brasileiro em livros didáticos de Geografia**. 2018. 92f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana (BA). 2018.

559. SCHWENK, Lunalva Moura; CRUZ, Carla Bernadete Madureira. Os processos espaciais como mediadores na transformação do espaço geográfico. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 26, n. 2, p. 287–299, 2004.

560. SERPA, Angelo. Paisagem, lugar e região: perspectivas teórico-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 17, n. 1, p. 168–185, 2013.

561. SERRANO, Maria Jose Vitoriano; MATOS, Marilene Acioly de. Nordeste, mito ou realidade? A geografia do Nordeste no livro didático de 6a série. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 6., 1997. **Anais do…**. Buenos Aires: EGAL, 1997. p.1-6.

562. SHIMADA, Shiziele de Oliveira. A economia açucareira e o processo de exploração desde o Brasil-Colônia. **Scientia Plena**, v. 9, n. 5, 2013.

563. SHIMADA, Shiziele de Oliveira. Subserviência do trabalhador do corte da cana no agronegócio canavieiro. **Mercator (Fortaleza)**, v. 13, p. 145–154, 2014.

564. SILVA, Alcinéia de Souza. A região em tempos de globalização. **Revista Equador**, v. 6, n. 1, p. 74–92, 2017.

565. SILVA, Alda Lisboa de Matos. **Estruturação socioambiental na microrregião de Boquim/SE**. 2019. 163f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE). 2019.

566. SILVA, Allan Rodrigo de Campos. **Imigrantes africanos solicitantes de refúgio no Brasil: cooperação para o desenvolvimento e humanitarismo no Atlântico Sul**. 2017. 315f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo (SP). 2017.

567. SILVA, Adriano Gonçalves da. **A indústria de fosfato no Alto Paranaíba e a valorização dos territórios de mineração no contexto da globalização**. 2020. 154f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG). 2020.

568. SILVA, Adriano Gonçalves da. **Modernização no Planalto Central do Brasil: mineração e logística no Roteiro da Missão Cruls**. 2018. 106f. Monografia (Graduação em Geografia), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG). 2018.

569. SILVA, Adriano Gonçalves da; SOUZA, Rita de Cássia Martins de. Mineração no Roteiro da Missão Cruls: ressignificação da fronteira no Planalto Central do Brasil. **Confins. Revista franco-brasilera de geografia**, n. 35, 2018.

570. SILVA, Anderson Antonio da. Compreendendo a relação das políticas públicas de desenvolvimento territorial neodesenvolvimentisma dos governos Lula e Dilma com o neoextrativismo? In: SEMINÁRIO INTERNO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 24., 2019. **Anais do…**. Goiânia: IESA, 2019. p. 134-141.

571. SILVA, Carlos Alberto Franco da. Os avatares da teoria da difusão espacial: uma revisão teórica. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 57, n. 1, p. 25-54, jan/mar. 1995.

572. SILVA, Danielle Rodrigues da. **Comissão pastoral da terra ceará: uma geoistória tecida pelos gritos dos povos oprimidos do campo**. 2016. 206f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE). 2016.

573. SILVA, Julio César Félix da; SANTOS, Clélio Cristiano dos. Problemática ambiental dos rios urbanos: vulnerabilidades e riscos nas margens do riacho da Prata na cidade de Lajedo-PE. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 5, n. 3, p. 488–508, 2012.

574. SILVA, Marcelo Quintino da. **A luta dos sem-teto pelo direito à cidade na área central da cidade do Rio de Janeiro**. 2012. 146f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), 2012.

575. SILVA, Marcos Aurélio da. Gramsci e a espacialidade da dialética: elementos de uma Geografia Crítica. **Ammentu: Bollettino Storico e Archivistico del Mediterraneo e delle Americhe**, n. Extra 2, p. 69–82, 2020.

576. SILVA, Maria Ester Ferreira da. **A (des) territorialização do povo xukuru-kariri e o processo de demarcação das terras indígenas no município de Palmeira dos Índios – Alagoas.**. 2004. 118f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE), 2004.

577. SILVA, Maria Ester Ferreira da. **Território, poder e as múltiplas territorialidades nas terras indígenas e de pretos : narrativa e memória como mediação na construção do território dos povos tradicionais**. 2010. 159f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE), 2010.

578. SILVA, Mateus Barbosa Santos da. A cidade e as serras: um olhar sobre a França e Portugal do século XIX. **SITUAÇÃO GEOGRÁFICA**, v. 2, p. 59- 73, 2019.

579. SILVA, Núbia Maria de Brito. **Prática pedagógica dos licenciados do Curso de Geografia: perspectivas do professor regente**. 2015. 126f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias aplicadas a Educação), Universidade do Estado da Bahia, Salvador (BA), 2016.

580. SILVA, Paulo Fernando Jurado da. Notas sobre a industrialização no estado de São Paulo, Brasil. **Finisterra**, v. 46, n. 91, p. 87-98, 2011.

581. SILVA, Paulo Fernando Jurado da. Evolução das telecomunicações e integração territorial do Brasil. **Revista Novedades en Población**, v. 10, n. 19, p. 104–112, 2014.

582. SILVA, Paulo Fernando Jurado da. **Geografia das telecomunicações no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

583. SILVA, Paulo Fernando Jurado da. Cidades pequenas e indústria no estado de São Paulo. In: SPOSITO, Eliseu Savério. **O novo mapa da indústria no início XXI**. São Paulo: UNESP, 2015. p. 265-302.

584. SILVA, Roberto Antero da. **Agropecuária de Araguaína-TA e novas centralidades**. 2012. 155f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza (CE), 2012.

585. SILVA, Elton Oliveira da; TORRES, Ericson da Nóbrega. Precisamos de uma nova divisão regional para o Brasil? Considerações iniciais à regionalização do IBGE (2017). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 19., 2018. **Anais do…**. João Pessoa: AGB, 2018. p.1-11.

586. SILVA, Robson Dias da; OLIVEIRA, Patrícia Matias de; AZEVEDO, Nathália Figueiredo de. Dinamismo econômico do oeste metropolitano do Rio de Janeiro: apontamentos sobre Seropédica e Japeri (2003-2018). **Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica**, n. 19, 2020.

587. SILVA, Silvio Simione da. Das “microrregiões geográficas” às “regionais de desenvolvimentos”: regionalizações das terras acreanas e as possibilidades de novos rearranjos no princípio do século XXI. **UÁQUIRI - Revista do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre**, v. 1, n. 1, 2019.

588. SILVA, Simone Affonso da. Regionalização do Brasil segundo Roberto Lobato Corrêa. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, 2., 2009. **Anais do…**. São Paulo: ENHPG, 2009. p.1-16.

589. SILVA, Simone Affonso da. **A questão regional brasileira no âmbito das políticas públicas federais**. 2019. 558f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 2019.

590. SILVA, Simone Affonso da. As dimensões espacial, territorial e regional no âmbito do planejamento governamental brasileiro. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 98, p. 38–62, 2018.

591. SILVA, Thiago Lucas Alves da. O desenvolvimento desigual como produto/condição da produção capitalista do espaço. **Khóra: Revista Transdisciplinar**, v. 5, n. 6, 2018.

592. SILVA, Thiago Lucas Alves da; NASCIMENTO, Débora Ventura Klayn. A Cartilha Deserto Verde no Rio de Janeiro como recurso didático no ensino de Geografia e Literatura. **Revista Geografia, Literatura e Arte**, v. 2, n. 1, p. 22–35, 2020.

593. SILVA, Désio Rodrigo da Rocha. **A inspetoria de obras contra as secas: uma instituição como produtora do espaço?** 2019. 138f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), 2019.

594. SILVA, Gedeval Paiva. **Territórios em disputa e a barragem de Anagé - Bahia: terra e água de trabalho versus terra e água de negócio**. 2011. 142f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Bahia, Salvador (BA), 2011.

595. SILVA, Jesiel Souza. Breve revisitação ao conceito de campesinato no Brasil. **REVISTA NERA**, n. 50, p. 40–63, 2019.

596. SILVA, Vânia Regina Jorge da. Os conceitos geográficos e sua importância na formação do professor para uma didática escolar. In: **Revista Digital Simonsen**, n.4, jun. 2016.

597. SILVA, Elany Cristina Barros da; NAHUM, João Santos. Uso do território, agronegócio do biodiesel e agricultura familiar na amazônia: a dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012. **Anais do…**. Uberlândia: ENGA, 2012. p.1-18.

598. SILVA, Gedeval Paiva; SILVEIRA, Patrícia Amorim. Classes sociais e a disputa territorial no sudoeste da Bahia: terra e água de negócio, terra e água de trabalho. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 14., 2013. **Anais do…**. Lima: EGAL, 2013. p.1-19.

599. SILVA, Gedeval Paiva; SILVEIRA, Patrícia Amorim. Resistência camponesa nos territórios em disputa às margens da barragem de Anagé Bahia - Brasil.. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 15., 2015. **Anais do…**. Havana: EGAL, 2015. p.1-14.

600. SILVA, Paulo Fernando Jurado da; SPOSITO, Eliseu Saverio. Discussão geográfica sobre cidades pequenas. **GEOGRAFIA**, v. 34, n. 2, p. 203–217, 2009.

601. SILVEIRA, Bruno Xavier. **Da Bonja pro mundo : o território vivido como potência identitária no ensino de Geografia**. 2018. 237f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS), 2018.

602. SILVEIRA, Michel Rezende da. **A dinâmica do agronegócio no estado de Goiás e a centralidade do município de Rio Verde**. 2016. 225f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2016.

603. SILVEIRA, Márcio Rogério. A circulação, os transportes e a logística na reestruturação econômica do estado de São Paulo. In: SPOSITO, Eliseu Savério. **O novo mapa da indústria no início XXI**. São Paulo: UNESP, 2015. p. 467-506.

604. SILVEIRA, Michel Rezende da; BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. Municípios pequenos e deprimidos no sudoeste goiano: "os hipócritas roubam a cena". **Revista Campo-Território**, v. 7, n. 13, 2012.

605. SILVEIRA, Márcio Rogério; COCCO, Rodrigo Giraldi. Interações espaciais, transporte público e estruturação do espaço urbano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 12, n. 1, p. 63–63, 2010.

606. SIMÕES, Willian. O lugar das Ciências Humanas na "reforma" do ensino médio. **Retratos da Escola**, v. 11, n. 20, p. 45–59, 2017.

607. SOBREIRO FILHO, José. Uma breve reflexão sobre as dissensões no Pontal do Paranapanema: o caso do MAST e surgimento do MST da base. **Caminhos de Geografia**, v. 13, n. 41, 2012.

608. SOUSA, Andreia Rita Pereira de. **Turismo e produção do território na Bahia: impactos das políticas públicas em Valença**. 2015. 236f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Territorial), Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana (BA), 2015.

609. SOUSA, Michele de. **A produção da diferenciação socioespacial em Mossoró-RN**. 2016. 287f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP), 2016.

610. SOUSA, Rafael Benevides de. A inserção da Amazônia na contabilidade da natureza: uma leitura da dinâmica do dendê no Nordeste paraense. **REVISTA GEOGRAFAR**, v. 15, n. 2, p. 264–284, 2020.

611. SOUSA, Ronilson Barboza de. **A luta pela terra na (contra) mão da ordem capitalista : uma leitura a partir da luta pela terra do MST no município de Petrolina/PE**. 2014. 148f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE), 2014.

612. SOUSA, Ronilson Barboza de. **A questão agrária na formação territorial brasileira - uma perspectiva de caracterização estratégica**. 2020. 247f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE), 2020.

613. SOUSA, Ronilson Barboza de; LIMA, Lucas Gama. A questão agrária no capitalismo: reflexões estratégicas a partir de um paralelo entre a experiência histórica da Rússia e do

Brasil. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 19, n. 1, p. 87-117, jan./abr. 2018.

614. SOUSA, Michele de; WHITACKER, Arthur Magon. Produção social do espaço urbano e produção da desigualdade na cidade. **Revista Geotemas**, v. 8, n. 1, p. 23–41, 2018.

615. SOUSA SOBRINHO, José de. **O camponês geraizeiro no Oeste da Bahia: as terras de uso comum e a propriedade capitalista da terra**. 2012. 436f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 2012.

616. SOUSA SOBRINHO, José de. Aspectos socioambientais das territorializacões em disputas no Oeste da Bahia. In: SEMINÁRIO PERSPECTIVAS DE NATUREZA, 1., 2017. **Anais do…**. São Paulo: DG-USP, 2017. p.18-20.

617. SOUZA, Adriana Silva. Caracterização das regiões metropolitanas instituídas na Paraíba com ênfase em Cajazeiras. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 19., 2018. **Anais do…**. João Pessoa: AGB, 2018. p.1-7.

618. SOUZA, Anderson Aparecido de. **A Territorialização das greves em Ourinhos/SP, (2003/2012)**. 2015. 65f. Monografia (Graduação em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Ourinhos (SP), 2015.

619. SOUZA, Alex Cristiano de. Trabalho e Educação: Contribuição ao debate para a pesquisa sobre Educação no campo da Geografia. **Terra Livre**, v. 2, n. 45, p. 98–136, 2015.

620. SOUZA, Alex Cristiano de. **Trabalho e educação: crítica à produção do conhecimento sobre a educação no campo na Geografia**. 2016. 132f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (SP), 2016.

621. SOUZA, Marcelle da Silva de. Desenvolvimento desigual e combinado: a teoria furtadiana desvendando o Nordeste como base da estrutura nacional. **Revista Eletrônica História, Natureza e Espaço,** v. 6, n. 1, p. 1-2, 2017.

622. SOUZA, Alex Cristiano de; CHELOTTI, Marcelo Cervo. Grandes projetos de investimentos no Cerrado: transformações territoriais a partir do estado e do desenvolvimento. In: CHELOTTI, Marcelo Cervo; CASTANHO, Roberto Barboza. **As múltiplas facetas do rural no triângulo mineiro**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018. p. 17-36.

623. SOUZA, Vitor Hélio Pereira de; SILVEIRA, Márcio Rogério. Integração territorial na América do Sul: uma análise dos projetos de infraestrutura dos portfólios da IIRSA/COSIPLAN. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 13, n. 25, p. 137–156, 2014.

624. SOUZA, Vitor Hélio Pereira de; SILVEIRA, Márcio Rogério. Organização espacial das redes de transportes e comunicações na América do Sul: uma análise baseada nas revoluções logísticas. **Revista Transporte y Territorio**, n. 21, p. 118–139, 2019.

625. SOUZA, Edevaldo Aparecido; JESUS, José Novais de; CALAÇA, Manoel. Região do Centro-Oeste brasileiro: apropriação da "terra prometida" pelo capitalismo agrário nos territórios do cerrado. **Boletim de Geografia**, v. 37, n. 2, p. 43–56, 2019.

626. SOUZA, Ítala Santana. **A dialética espacial da modernização da mandiocultura em Sergipe e a subordinação do campesinato**. 2019. 189f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE), 2019.

627. SOUZA, Marcelo Lopes de. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Revista Território**, ano II, n. 3, p. 13-35, jul./dez. 1997.

628. SOUZA, Suzane Tosta. As investidas do capital no campo através das ideologias do "desenvolvimento" e da "modernização". **Para Onde!?**, v. 3, n. 1, 2009.

629. SOUZA, Vanessa Vieira; ALMEIDA, Miriam Cléa Coelho. Aspectos socioeconômicos do município de Botuporã - Bahia e sua inserção no contexto do desenvolvimento baiano. **Geopauta**, v. 3, n. 1, p. 5–17, 2019.

630. SOUZA, Suzane Tosta; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos. As ideologias do desenvolvimento e da modernização como formas de controle societal do capital. In: COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO, 10., 2013. **Anais do…**. Vitória da Conquista: Museu Pedagógico, 2013. p.469-492.

631. SOUZA, Adriana Silva; ALBUQUERQUE, Francis Marley de Oliveira; VASCONCELOS, Santiago de Andrade. Urbanização e qualitativo metropolitano na região metropolitana de Sousa (PB). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 18., 2016. **Anais do…**. São Luís: AGB, 2016. p.1-11.

632. SOUZA JÚNIOR, Benizário Correia de. **Dúvidas e dívidas : a reforma agrária de mercado em Lagarto-SE**. 2012. 154f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE), 2012.

633. STEVANI, Sara Cristina Pastro. **O regionalismo na formação territorial brasileira em Caio Prado Júnior**. 2011. 114f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2011.

634. STRELOW, Daniel Rodrigo; THEIS, Ivo Marcos; BUTZKE, Luciana. Desenvolvimento desigual e injustiça socioambiental em Santa Catarina, Brasil. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 14., 2013. **Anais do…**. Lima: EGAL, 2013. p.1-15.

635. TARTARUGA, Iván Gerardo Peyré. **Inovação, território e cooperação : um novo panorama da geografia econômica do Rio Grande do Sul**. 2014. 334f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS), 2014.

636. TAVARES, Luis Almeida. **Campesinato e os faxinais do Paraná: as terras de uso comum**. 2008. 756f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 2008.

637. TAVARES, Matheus Augusto Avelino. Dinâmica urbana e regional e circuitos da economia no período técnico-científico-informacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014. **Anais do…**. Vitória: AGB, 2014. p.1-10.

638. TEIXEIRA, Alison Nascimento. **O RAP na Geografia: possibilidades de mediação do conhecimento e ensino de Geografia a partir da periferia**. 2020. 125f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2020.

639. TEIXEIRA, Renato Araújo; BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. Formosa: portal do Nordeste goiano ou um pólo regional no entorno de Brasília? **Sociedade & Natureza**, v. 19, n. 1, 2007.

640. TEIXEIRA, Barbara Eleonora Santos; HERRERA, José Antônio. Agentes de produção do espaço agrário: uma análise em Santarém Pará. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, set. 2018.

641. THEIS, Ivo M.; BUTZKE, Luciana; RISCHBIETER, Iara L. K.; *et al*. O cavalo de Troia e sua barriga verde: Planejamento regional e desigualdades socioespaciais em Santa Catarina. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 120, p. 39–56, 2011.

642. THEIS, Ivo Marcos. A Sociedade do Conhecimento realmente existente na perspectiva do desenvolvimento desigual. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 5, p. 133–148, 2013.

643. THEIS, Ivo Marcos. Ciência & tecnologia e desenvolvimento geográfico desigual no Brasil. **Redes (St. Cruz do Sul Online)**, v. 14, n. 1, p. 62–81, 2009.

644. THEIS, Ivo Marcos. Desenvolvimento Desigual e Planejamento Regional no Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD**, v. 37, n. 131, p. 79–97, 2016.

645. THEIS, Ivo Marcos. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 2, 2009.

646. THEIS, Ivo Marcos. Desenvolvimento regional numa formação social semiperiférica: o caso do Brasil. **Revista Política e Planejamento Regional**, v. 7, n. 2, p. 206-227, mai./ago. 2020.

647. THEIS, Ivo Marcos; BUTZKE, Luciana. Planejamento e desenvolvimento desigual em Santa Catarina. In: COLÓQUIO DE TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS, 7., 2008. **Anais do…**. Curitiba: CADR, 2008. p.1-20.

648. THEIS, Ivo Marcos; BUTZKE, Luciana. O desenvolvimento geográfico desigual de uma perspectiva latino- latino-americana. In: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 4., 2010. **Anais do…**. Londrina: UEL, 2010. p.122-131.

649. THEIS, Ivo Marcos; KRAJEVSKI, Luis Claudio. Desenvolvimento e acumulação por espoliação: o caso do território Cantuquiriguaçu - Paraná. **Novos Cadernos NAEA**, v. 20, n. 2, p. 9-26, out. 2017.

650. THEIS, Ivo Marcos; MOSER, Ana Cláudia; VARGAS, Diego Boehlke. Desenvolvimento geográfico desigual e planejamento em Santa Catarina: a Política Catarinense de Ciência, Tecnologia e Inovação. **Textos de Economia**, v. 15, n. 1, p. 122–147, 2012.

651. THEIS, Ivo Marcos; STRELOW, Daniel Rodrigo; LASTA, Tatiane Thaís. CT&I e desenvolvimento desigual no Brasil: é possível outro "modelo de desenvolvimento"? **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 13, n. 27, 2017.

652. THEIS, Ivo Marcos; ZUMMACH, Franklin Carlos. Desenvolvimento desigual em Santa Catarina: a experiência das secretarias de desenvolvimento regional. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 7., 2013. **Anais do…**. Florianópolis: APEC, 2013. p.1-17.

653. THOMAZ JÚNIOR, Antonio; RIBEIRO, Júlio Cézar. Desenvolvimento desigual-combinado dos espaços mundiais: alguns elementos da estrutura da escravidão capitalista do trabalho. **Revista Fluminense de Geografia**, v. 1, n. 2, 2005.

654. TIERS, Thiers Fabricio Santos. Desenvolvimento geográfico desigual e combinado: uma análise no bairro Ponta D'Areia, São Luís, Maranhão. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 8., 2017. **Anais do…**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2017. p.1-22.

655. TINOCO, Victor. As contradições e interações entre urbano-rural e a resistência na luta pela terra: uma abordagem a partir do (pré)assentamento Marapicu–RJ. **GEOPUC – Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio**, v. 3, n. 4, p. 1-16, 2009.

656. TÖWS, Ricardo Luiz; BERTOLINI, Bruna Lais. Desafios educacionais no Brasil em tempos ensino remoto. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS, 1., 2020. **Anais do…**. Virtual: UFSCar, 2020. p.1-11.

657. TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. A Amazônia e o pensamento geográfico brasileiro: uma leitura a partir da escola uspiana de geografia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 18., 2016. **Anais do…**. São Luís: AGB, 2016. p.1-11.

658. TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Uma região em questão: a amazônia nas lentes da escola uspiana de geografia. In: COSTA, Jodival Mauricio da. **Amazônia**: olhares sobre o território e a região. Rio de Janeiro: Autograia; Amapá, AP: UNIFAP, 2017. p. 199-256.

659. TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; MADEIRA, Welbson do Vale. Polos, eixos e zonas: cidades e ordenamento territorial na Amazônia. **PRACS: Revista**

Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, v. 9, n. 1, p. 37–54, 2016.

660. TUNES, Regina Helena. **Geografia da inovação: território e inovação no Brasil no século XXI**. 2015. 526f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 2015.

661. TUNES, Regina Helena. O reforço às desigualdades regionais no Brasil no século XXI: concentração espacial do processo de aprendizagem e da produção inovadora. **Confins. Revista franco-brasilera de geografia**, n. 32, 2017.

662. VASCONCELOS, Santiago Andrade. Contribuições teórico-metodológicas para pensar a região no período da globalização. **ACTA GEOGRÁFICA**, v. 11, n. 25, p. 75–94, 2017.

663. VASCONCELOS, Santiago Andrade. Modernizações, o período da globalização e algumas de suas feições geográficas do meio técnico-científico-informacional. **Revista GeoSertões**, v. 1, n. 1, p. 39–56, 2016.

664. VASCONCELOS, Santiago Andrade. O definhamento do "mundo rural tradicional" da região do Seridó na transição para o período da globalização. **Revista OKARA: Geografia em debate**,v. 9, n. 3, p. 495-508, 2015.

665. VASCONCELOS, Milvane Regina Eustáquia Gomes; HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante de. A emergência de novos territórios da moda íntima no sertão noroeste do Ceará: um estudo de Frecheirinha. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 11., 2015. **Anais do…**. Presidente Prudente: ANPEGE, 2015. p.2152-2163.

666. VASCONCELOS, Santiago Andrade; SÁ, Alcindo José de. O período da globalização e a reafirmação das regiões. **Revista de Geografia**, v. 24, n. 3, p. 116–137, 2007.

667. VASCONCELOS, Santiago Andrade; SOUZA, Adriana Silva. Institucionalização e validade do qualitativo socioespacial metropolitano da região metropolitana de Sousa, Paraíba, Brasil. **Geografia em Questão**, v. 10, n. 2, 2017.

668. VERDELHO, Rafael de Oliveira Rodrigues. **A produção desigual do espaço industrial paulista: uma análise a partir das indústrias de alta e baixa tecnologia**. 2014. 158f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP), 2014.

669. VERDI, Elisa Favaro. **Produção geográfica e ruptura crítica: a geografia uspiana entre 1964 e 1985**. 2016. 261f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 2016.

670. VIANA, Ivan Gomes da Silva; CAZULA, Leandro Pansonato. O uso de geotecnologias para caracterização do desmatamento em áreas contíguas à FLONA Tapajós – Pará. **Ciência Geográfica**, v. 23, n. 1, p. 229-242, jan./dez., 2019

671. VIANA, Myrna T. Rego. Algumas reflexões sobre a luta pela terra nas cidades. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 57, p. 93–100, 1980.

672. VICENTE, Rafael da Ponta. **Mobilidade: a ordem espacial dos deslocamentos urbanos numa sociedade desigual**. 2011. 185 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP). 2011.

673. VIEIRA, Noemia Ramos. O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula. **REVISTA NERA**, n. 4, p. 29–41, 2004.

674. VIEIRA, Noemia Ramos. **As questões das geografias do ensino superior e do ensino fundamental a partir da formação continuada do professor e das categorias lugar, paisagem, território e região: um estudo da Diretoria Regional de Ensino de Marília**. 2007. 199f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP), 2007.

675. VIEIRA, Noemia Ramos. O conceito de região e o ensino geografia: desencontros entre o saber escolar e o saber acadêmico. Formação (Online), v. 1, n. 20, p. 21-37, 2013.

676. VILELA, Carolina Lima. A abordagem regional como tradição do currículo da geografia escolar. **Giramundo: Revista de Geografia do Colégio Pedro II**, v. 3, n. 5, p. 31–41, 2017.

677. VISÚ, Gilson Carlos. **O Programa Territórios da Cidadania na Região Cone Sul (MS): diretrizes, instrumentos e repercussões espaciais**. 2013. 160f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados (MS), 2013.

678. XAVIER, Marcos. Lugar, pluralidade da existência e democracia. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, p. 506–521, 2018.

679. XAVIER NETO, Vitor. **A geografia do trabalho informal no centro histórico da cidade de São Paulo (SP)**. 2017. 115f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 2017.

680. ZANON, Elisa Roberta. considerações teóricas à produção desigual do espaço urbano em Londrina-PR. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 15., 2013. **Anais do…**. Recife: ANPUR, 2013. p.1-14.

681. ZANOTELLI, Claudio Luiz; DOTA, Ednelson Mariano; FERREIRA, Francismar Cunha; *et al*. Bacia urbano-regional do petróleo: a zona costeira do Espírito Santo associada ao estado do Rio de Janeiro. **Confins. Revista franco-brasilera de geografia**, n. 41, 2019.